

CONHECIMENTOS GERAIS (ATUALIDADES)

Caro candidato, você tem em mãos uma apostila que contempla todos os conhecimentos que estão sendo cobrados nos atuais concursos públicos. “Os itens das provas objetivas avaliarão habilidades mentais que vão além do mero conhecimento memorizado, abrangendo compreensão, aplicação, análise, síntese e avaliação, valorizando a capacidade de raciocínio”. Por isso mesmo, faz-se necessário uma grande disciplina, determinação e muita organização no que tange aos seus estudos para a conquista de uma vaga no serviço público. Essa apostila tem como objetivo auxiliá-lo nesta conquista.

O tema “Atualidades” é constantemente reescrito, tendo em vista as permanentes transformações da sociedade. Por isso, será de grande importância para os seus estudos o acompanhamento, se possível diariamente, dos principais acontecimentos no Brasil e no Mundo veiculados pelos meios de comunicação. Sugiro que você dê preferência aos meios de comunicação por “escrito”, exemplo: Jornais, Revistas e a Internet. Ao longo dos textos que compõem esta apostila, vários sites serão apresentados para que você possa ampliar e aprofundar os seus estudos.

Sugiro que preste atenção nos seguintes temas gerais, pois as provas dos últimos anos estão, na maioria dos casos, discutindo algo em relação a um dos seguintes temas:

ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, responsabilidade socioambiental, segurança e ecologia, e suas vinculações históricas.

Vale ressaltar algumas dicas importantes para um candidato tornar suas atividades mais eficientes:

- ▶ Limpe sua mesa e deixe sobre ela somente o material indispensável para a realização da tarefa imediata. O excesso de cadernos, papéis, livros ou pastas aguardando suas providências, provoca distração e desânimo, além de dificultar a localização daquilo que é necessário ao desenvolvimento da atividade.
- ▶ Faça uma coisa de cada vez. A preocupação com várias tarefas simultâneas divide a atenção, ocasionando perda de tempo e prejuízos.
- ▶ Escolha um lugar para guardar os materiais que serão utilizados em seus estudos, e mantenha-o sempre organizado. Para isso, utilize apenas os materiais necessários naquele momento, lembrando de retorná-los ao seu devido lugar após o uso.
- ▶ Não deixe para depois o que você puder fazer na hora. **Execute ao menos o primeiro passo, o mais rápido possível.**
- ▶ Mantenha sempre à mão uma relação de tarefas. Registre-as em uma agenda, caderno ou pasta com folhas soltas. Na medida em que surgirem tarefas, determine um prazo máximo para o cumprimento de cada uma, contando com os possíveis imprevistos.
- ▶ Toda papelada que já foi usada e que você sabe que não terá mais utilidade, jogue no lixo. O acúmulo de lixo só atrapalha.

INTERRUPÇÕES

- ▶ Telefonemas interrompem sua concentração e quebram o ritmo de estudo. Quanto mais constantes eles forem, mais lenta será sua produção. Fofocas, passatempos e pessoas que não tem ocupação, acabam atrapalhando seu horário de estudo e gerando perda de tempo.
- ▶ Procure observar quem o interrompe e com quais objetivos - na maioria das vezes é sempre a mesma pessoa.
- ▶ Se possível, estude em lugar isolado, onde não transitem pessoas livremente. Tire, por exemplo, cadeiras confortáveis das proximidades de sua mesa, para que você não seja incomodado por alguém.

▶Deixe claro que você está atarefado. Continue com a caneta em posição de escrever, a máquina ligada ou o papel na mão, mostrando que você deseja continuar sua tarefa. Diga que você tem pouco tempo disponível e seja bem objetivo.

▶Não deixe que essas interrupções sirvam de desculpas para mais perda de tempo. Assim que a pessoa for embora, reinicie seus estudos.

▶Seja flexível e criativo. Lembre-se que sair da rotina dá mais sabor à vida, aumenta nossa experiência e amplia as possibilidades de realizações.

Dicas Gerais

▶O local de estudo deve ser limpo, quieto, bem iluminado pelo sol, arejado e confortável. Deve ser um local em que você se sinta bem. A cadeira e a mesa devem ser adequadas ao seu peso/tamanho.

▶O ambiente de estudo deve ser simples e bem organizado. Dê preferência a sua casa, a fim de não perder tempo com o trânsito. A não ser que suas condições de concentração no ambiente doméstico esteja comprometido.

▶Evite estudar numa sala que tenha telefone, TV ou um aparelho de som.

▶Tenha sempre à mão muitos lápis (ou lapiseiras), borrachas macias, apontadores, canetas, grampeador, régua milimetrada, esquadros, compasso, papéis para rascunho e uma estante com os livros e apostilas para o Concurso.

▶Acostume-se a usar sempre os mesmos lápis e canetas que você levará no dia da prova, para se familiarizar com o material e diminuir o nervosismo na hora do exame.

▶Quando estiver na sala do exame, imagine-se no seu ambiente de estudo e esqueça dos outros candidatos ao redor.

▶Saiba que você é o seu próprio fator limitante no concurso e a concorrência não importa, pois eles provavelmente estarão suando frio durante a prova.

▶Para obter sucesso no estudo individual, é preciso planejar seu horário, priorizando as disciplinas nas quais apresente maiores dificuldades e estabelecendo um cronograma para cada uma dessas matérias.

▶Dedique o resto do dia ao estudo das matérias menos prioritárias.

▶Estude várias horas por dia, sete dias por semana. Estude o máximo que puder, numa boa e com tranquilidade.

▶Será cansativo, mas será um grande investimento para o seu futuro. É melhor investir o tempo dessa maneira, não é mesmo?

Como se dar bem nos resultados

Para ajudar vocês na hora da prova do concurso, aqui estão algumas dicas de como agir na hora e pouco antes das provas:

- 1 Não tome energéticos para "virar a noite", eles ajudam a te manter acordado, porém diminuem a capacidade de raciocínio.
- 2 Evite comer chocolate no dia da prova. Por ser muito gorduroso, demora a ser digerido e causa sonolência.
- 3 Se for almoçar alguma comida muito gordurosa, tome um suco de laranja ou limão para ajudar na digestão e evitar que fique com sono, prejudicando assim o estudo.
- 4 Não fique jejuando, nem coma só verduras, coma carboidratos, presentes nas massas, que são facilmente digeridos e dão bastante energia.
- 5 Jante pelo menos quatro horas antes de dormir.
- 6 Na hora da prova, você pode levar barras energéticas de cereais ou frutas (dê preferência a banana, maçã e pêra), para beber, água ou isotônico, chá, (como o mate) pode dar sonolência e refrigerante, gases.
- 7 Na véspera da prova, não invente de comer um acarajé, scargot, bobo de camarão, coma o que já está acostumado. Quer uma dica? Um prato de macarrão com pouco molho de tomate vai super bem.

Boa prova!

ATUALIDADES

Domínio de tópicos atuais e relevantes de diversas áreas, tais como política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, artes e literatura, e suas vinculações históricas.

INTRODUÇÃO

A segunda metade do século XIX e a primeira do século XX podem ser consideradas de várias formas, entre elas, como uma etapa da história da humanidade de uma dinâmica de transformações significativas. O término de revoluções burguesas e início das revoluções socialistas; o surgimento das potências emergentes, como os EUA, o Japão e a Rússia, em concorrência com os impérios europeus, principalmente com o Império britânico; os avanços tecnológicos que aumentam a produção, a produtividade e a diversidade industrial, acelerando o consumismo com um aumento na exploração dos recursos naturais seguido de uma degradação ambiental superior à homeostase, Isto é, superior à capacidade de recuperação natural, com a formação de mercados consumidores no Terceiro Mundo; expansão e posterior esgotamento da fase neocolonial, modificando de forma drástica a vida sócio cultural dos povos africanos, americanos e da Ásia tropical.

A disputa pela hegemonia mundial provoca a Primeira Guerra Mundial, a primeira revolução socialista vitoriosa na Rússia, seguida da crise de superprodução do sistema capitalista em 1929 e chega ao auge com a Segunda Guerra Mundial terminando, assim, com a fase do capitalismo industrial ou selvagem, e iniciando o que hoje classificamos de capitalismo monopolista ou financeiro.

Estas mudanças alteram as relações internacionais de forma radical quanto ao seu eixo de comando, onde a “Nova Ordem” (EUA) substitui os impérios europeus. No final do século XX e início do XXI assistimos a profundas mudanças na organização mundial. Após o final da Segunda Grande Guerra Mundial, seguiu-se um período de quatro décadas que podemos caracterizar como de certa estabilidade, apesar da Guerra Fria e a ocorrência de conflitos em várias partes do mundo.

No início dos anos 90 o mundo participou do fim da Guerra Fria, com o desmoronamento do bloco socialista da Europa Oriental e o fim da URSS. Em seguida vários países passaram por uma série de conflitos internos e mesmo lutas com seus vizinhos, crises econômicas se sucederam em diversos lugares do globo.

Estudar esse mundo de hoje significa entender as novas tendências econômicas, sociais e políticas de um mundo cada vez mais globalizado, significa também analisar a situação e as potencialidades dos continentes e dos países diante das oportunidades surgidas com o novo panorama mundial.

RÁPIDA UTOPIA

Antes de encerrar esta seção de prognósticos para os próximos anos, seria interessante refletir sobre os significados do século que se encerrou e este que ora se inicia. Afinal, é do passado que retiramos boa parte da inspiração necessária para planejar o mundo que desejamos.

Ação à distância, velocidade, comunicação, linha de montagem, triunfo das massas, Holocausto: por meio das metáforas e das realidades que marcaram o século XX, aparece a verdadeira doença do progresso...

O século XX talvez tenha sido menos hipócrita que os anteriores. Ele enunciou regras de convivência; certamente as violou, mas moveu processos públicos contra essas violações, e o atual está dando prosseguimento a essa dinâmica. Se isso não impede que elas se repitam, ao menos teve influência sobre nosso comportamento cotidiano e sobre as probabilidades de um grande número de cidadãos, sobretudo no mundo ocidental, viver por mais tempo, evitando abusos de poder de toda ordem.

Hoje posso andar pela rua sem me fazer matar por alguém que queira manter sua trajetória na mesma calçada que a minha, e sei que meus filhos não receberão cacetadas do filho de um duque como meio de aprendizagem do poder. Indivíduos prepotentes tentam ainda hoje expulsar uma mulher negra do ônibus, mas a opinião pública os condena: há apenas dois séculos, teríamos pensado em agir como honestos cidadãos se tivéssemos investido uma parte de nosso pecúlio numa empresa que teria vendido essa mulher como escrava aos Estados Unidos.

O século XX é também o da aceleração tecnológica e científica, que se operou e continua a se operar em ritmos antes inconcebíveis. Foram necessários milhares de anos para passar do barco a remo à caravela ou da energia eólica ao motor de explosão; e em algumas décadas se passou do dirigível ao avião, da hélice ao turboreator e daí ao foguete interplanetário.

Mas as conquistas tecnológicas estão intimamente ligadas ao fato de ter sido, nesse século, que a humanidade colocou mais diretamente em questão a sobrevivência do planeta. Um excelente químico pode imaginar um excelente desodorante, mas não possui o conhecimento que lhe permite saber que seu produto irá fazer um buraco na camada de ozônio.

Vivemos no tempo da linha de montagem, no qual cada indivíduo conhece apenas uma fase do trabalho. Privado da satisfação de ver o produto acabado, cada um é também liberado de qualquer responsabilidade. Podem-se produzir, e isso ocorre com frequência, venenos sem que isso seja percebido. A vantagem da linha de montagem é permitir a fabricação de aspirinas em quantidade para o mundo todo. E rápido. Mas a outra face disso é que se pode destruir o mundo em apenas um dia.

O século XX é o da comunicação instantânea. Hernán Cortez pôde destruir uma civilização e, antes que a notícia se espalhasse, teve tempo para encontrar justificativas para seu empreendimento. Hoje, os massacres da praça da paz Celestial, em Pequim, tomam-se atualidades no mesmo momento em que se desenrolam e provocam a reação de todo o mundo civilizado. Mas informações simultâneas em excesso, provenientes de todos os pontos do globo, produzem um hábito. O século da comunicação transformou a informação em espetáculo. Arriscamo-nos a confundir a todo instante a atualidade e o divertimento.

Ciência, tecnologia, comunicação, ação a distância, princípio da linha de montagem: tudo isso tornou possível o Holocausto. A perseguição racial e o genocídio não foram uma invenção do século XX, mas o que a torna terrível em nosso tempo é o fato de o

genocídio nazista ter sido rápido, tecnologicamente eficaz e ter buscado o consenso, servindo-se das comunicações de massa e do prestígio da ciência. O século XX soube fazer do melhor de si o pior de si. Tudo o que aconteceu de terrível a seguir não foi senão repetição, sem grande inovação.

O século do triunfo tecnológico foi também o da descoberta da fragilidade. Um moinho de vento podia ser reparado, mas o sistema do computador não tem defesa diante da má intenção de um garoto precoce. Os tempos andam estressados, porque não se sabe de quem se deve defender nem como: somos demais poderosos para poder evitar nossos inimigos. Encontramos o meio de eliminar a sujeira, mas não de eliminar os resíduos. Porque a sujeira nascia da indigência, que podia ser reduzida, ao passo que os resíduos (inclusive os radioativos) nascem do bem-estar que ninguém quer mais perder. Eis por que o século XX é o da angústia e da utopia de curá-la. Espaço, tempo, informação, crime, castigo, arrependimento, absolvição, indignação, esquecimento, descoberta, crítica, nascimento, longa vida, morte... tudo em altíssima velocidade. A um ritmo de estresse. O século XX é o do enfarte.

Adaptado de: Umberto Eco. Rápida utopia. In: Veja 25 anos, reflexões para o futuro. São Paulo, Abril, 108-15.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Processo de mudança de uma economia agrária e manual para uma economia dominada pela indústria e mecanização da manufatura. Tem início na Inglaterra em 1760 e alastra-se para o resto do mundo, provocando profundas mudanças na sociedade. Caracteriza-se pelo uso de novas fontes de energia; invenção de máquinas que permitem aumentar a produção com menor gasto de energia humana; divisão e especialização do trabalho; desenvolvimento do transporte e da comunicação; e aplicação da ciência na indústria. A revolução também promove mudanças na estrutura agrária e o declínio da terra como fonte de riqueza; a produção em grande escala voltada ao mercado internacional; a afirmação do poder econômico da burguesia; o crescimento das cidades e o surgimento da classe operária; e consolida o capitalismo como sistema dominante da sociedade.

1ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Ocorre a partir de 1760 e restringe-se à Inglaterra (ver Reino Unido). O pioneirismo deve-se ao acúmulo de capital, devido à rápida expansão do comércio ultramarino e continental; às reservas de carvão e ferro; à disponibilidade de mão-de-obra; ao avanço tecnológico; à existência de mercados consumidores. Na sua origem está a Revolução Gloriosa (1688). Ela fortalece a burguesia, que transforma a estrutura agrária do país e conquista os mercados mundiais.

A disponibilidade de capital e o sistema financeiro eficiente facilitam os investimentos dos empresários, que constroem ferrovias, estradas, portos e sistemas de comunicação, favorecendo o comércio. Os campos são apropriados pela burguesia, no processo chamado de cercamentos, quando são criadas extensas propriedades rurais. Com isso, os camponeses são expulsos das terras, migram às cidades e tornam-se mão-de-obra disponível. Por outro lado, aumenta a produção de alimentos, favorecendo o crescimento populacional.

A criação de novas máquinas – como a máquina a vapor, o tear mecânico e o ferro obtido com uso de carvão de coque permitem o aumento da produtividade e racionalizam o trabalho. Com a aplicação da força a vapor às máquinas fabris, a mecanização difunde-se na indústria têxtil. Para aumentar a resistência das máquinas, o metal substitui a madeira, estimulando a siderurgia e o surgimento da indústria pesada de máquinas. A invenção da locomotiva e do navio a vapor acelera a circulação das mercadorias.

O novo sistema industrial cria duas novas classes opostas. De um lado, os empresários donos do capital, dos modos e bens de produção, de outro, os operários, que vendem sua força de trabalho em troca de salários. A Revolução Industrial concentra os trabalhadores em fábricas, promove o desenvolvimento urbano e muda radicalmente o caráter do trabalho. Para aumentar o desempenho dos operários, a produção é dividida em várias operações. O operário executa uma única etapa, sempre do mesmo modo, o que o aliena do processo de trabalho.

Com a mecanização, o trabalho desqualifica-se, o que reduz os salários. No início, os empresários impõem duras condições aos operários para aumentar a produção e garantir uma margem de lucro crescente. Estes, então, organizam-se em associações para reivindicar melhores condições de trabalho, dando origem aos sindicatos.

2ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Inicia-se a partir de 1870, com a industrialização da França, Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda, Estados Unidos e Japão. Novas fontes de energia (eletricidade e petróleo) e produtos químicos, como o plástico, são descobertos e o ferro é substituído pelo aço. Surgem novas máquinas e ferramentas. Em 1909, Henry Ford cria a linha de montagem e a produção em série, com base no taylorismo. Na segunda metade do século XX, quase todas as indústrias já estão mecanizadas e a automação alcança todos os setores das fábricas.

As inovações técnicas aumentam a capacidade produtiva das indústrias e o acúmulo de capital. As potências industriais passam a buscar novos mercados consumidores (Neocolonialismo). Os empresários investem em outros países. Os avanços na Medicina sanitária favorecem o crescimento demográfico, aumentando a oferta de operários. Nos países desenvolvidos, surge o fantasma do desemprego.

3ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Não há consenso sobre o início da terceira revolução Técnica-Científica. Alguns consideram que não há mais de uma revolução industrial, outros consideram que a mesma se deu a partir da Segunda Guerra Mundial, mas isto não é o mais importante, o que interessa é entender o significado da mesma para o mundo atual e o que a mesma aponta para o futuro.

No período pós 2ª Guerra Mundial, surgem complexos industriais e empresas multinacionais. As indústrias química e eletrônica desenvolvem-se. Os avanços da automação, da informática e da engenharia genética são incorporados ao processo produtivo, que depende cada vez mais de alta tecnologia e da mão-de-obra especializada. Os computadores tornam-se a principal ferramenta em quase todos os setores da economia, e o conhecimento, ou a informação, o requisito primordial ao trabalhador. O mundo entra na era da globalização, ou seja, do imperialismo com novo nome.

O mais significativo é entender que está se ocorrendo mudanças estruturais e permanentes no funcionamento das atuais sociedades devido aos avanços da biotecnologia, a nanotecnologia, robótica e informática, provocando uma nova relação nas formas de dependência, produção, produtividade, tipo de capital volátil, hot money, desregulamentação do comércio mundial e na divisão internacional do trabalho (DIT), entre muitas modificações. Gerando: um intenso processo de fusão entre mega-empresas; Desemprego estrutural, com as novas tecnologias criando máquinas, instrumentos e técnicas, que substituem boa parcela do trabalho humano no setor produtivo; Tendência de fortalecimento do xenofobismo, etnocentrismo, como forma de reação ao desemprego e à internacionalização da economia; Formação dos megablocos e blocos econômicos supranacionais, intensificando as relações entre os países-membros e fortalecendo o protecionismo externo.

Vale lembrar que até o momento esta nova ordem mundial, ainda não trouxe vantagens comparativas para os países periféricos ou em processo de modernização e a grande pergunta é: Será que um dia o trará?

Há uma significativa divergência entre os principais autores quanto ao momento em que se iniciou a 3ª RTC. Alguns até consideram que não há mais de uma revolução industrial, outros indicam esta mudança a partir da Primeira Guerra Mundial, outros a crise de 29, outros falam em 3ª RTC com início no pós-Segunda Guerra e os mais recentes alegam que esta revolução técnico-científica teve seu início na década de 80 e que avançou pela década de 90. Com a extinção do período bipolar, da corrida armamentista que caracterizou o confronto ideológico entre o capitalismo e o bloco soviético (Oeste x Leste).

Há o retorno do pensamento liberal, e fica mais calma a relação Norte-Sul. O importante é observar que estão ocorrendo mudanças estruturais no funcionamento das atuais sociedades devido aos avanços da biotecnologia, a nanotecnologia, robótica e informática, provocando uma nova relação nas formas de dependência, produção, produtividade, tipo de capital (volátil), desregulamentação do comércio mundial e na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), entre outras variáveis.

Uma das características da 3ª RTC é a tendência de Globalização com intenso processo de fusão entre as mega empresas. A elevação do desemprego estrutural, com as novas tecnologias criando máquinas, instrumentos e técnicas, que substituem boa parcela do trabalho humano no sistema de produção. Tendência de fortalecimento do xenofobismo etnocentrismo, como forma de reação ao desemprego e à internacionalização da economia. Crises econômicas como os efeitos tequila (México), samba (Brasil), saquê (Tigres Asiáticos) e a vodka (Rússia), provocando o efeito dominó ou cascata, devido ao capital volátil.

A formação dos megablocos e blocos econômicos supranacionais, como nova característica de regionalização (Nafta, União Européia, Pacífico e Mercosul), Intensificando as relações entre os países-membros e fortalecendo o protecionismo externo. Os avanços nas comunicações internacionais e nos sistemas de transportes, resultantes das novas tecnologias de ponta, reduziram os fatores determinantes para as necessidades de concentração industrial, pois as mega organizações econômicas buscam as matérias-primas, os recursos energéticos e a mão-de-obra onde eles estiverem mais disponíveis, e o mercado consumidor é global. Procurando uma descontração das fábricas mais antigas ao mesmo tempo em que concentra áreas de tecnologia atual.

Exemplo: Brasil. Descontração: da Grande São Paulo para o interior do Estado paulista, mais MG, ES, PR, RS, BA, PE e CE. Contração: informática em Campinas (SP). Espacial em São José dos Campos (SP). EUA: Vale do Silício na Califórnia, centro principal do Cinturão do Sol (Sun Belt) americano.

A 3ª RTC é caracterizada pelo domínio do pensamento neoliberal, cujo principal fator é a defesa do Estado mínimo, isto é, um Estado reduzido, forçando a privatização das empresas estatais no Terceiro Mundo, com reestruturação e criação de novas organizações no Estado, cujo papel é mais de regulador e fiscalizador da economia, a exemplo das agências nacionais (ANATEL, ANA, ANP, ANS, ANEEL) no Brasil.

Observação: até o momento esta nova ordem mundial não trouxe vantagens para os países periféricos ou modernizados como o nosso. É só observar que nos últimos anos, a dívida interna do Brasil deu um grande salto. E a dívida externa também. Não esquecendo que a dívida interna mais os encargos da dívida externa afetam tanto as condições sociais como ambientais de um país.

NEOLIBERALISMO

Liberalismo e neoliberalismo: o liberalismo como doutrina econômica e política do capitalismo se enfraquece após a crise mundial dos anos 30, sendo substituído pelo dirigismo econômico de Keynes e, em parte, pelas doutrinas fascista e nazista. Durante a Segunda Guerra o dirigismo econômico é reforçado, mas a democracia é retomada como o grande símbolo de luta contra o nazismo. Essa combinação de democracia política liberal e dirigismo estatal na economia torna-se responsável, entre anos 50 e 80, pela afluência das sociedades de consumo e bem-estar social (welfare state). Nos anos 80, porém, a crise econômica e os novos parâmetros de produtividade e rentabilidade estabelecidos pela revolução tecnológica colocam em questão o Estado de bem-estar e as políticas de benefício social nos Estados Unidos e na Inglaterra. Reagan e Thatcher lideram a implantação de uma nova política econômica, baseada em conceitos liberais extremados: Estado mínimo, desregulamentação do trabalho, privatizações, funcionamento do mercado sem interferências estatais, cortes nos benefícios sociais. Tal política econômica passou a ser

conhecida como neoliberal e no final dos anos 80 passa a ser receita para a América Latina: México, Chile, Argentina, Bolívia, Brasil, etc

Origens: Toda e qualquer doutrina deve ser entendida como resultado de uma oposição. Ela estrutura-se para combater algum princípio que lhe desagrade ao mesmo tempo em que procura oferecer-lhe uma alternativa. Com o neoliberalismo não foi diferente. Suas raízes teóricas mais remotas encontram-se na chamada escola austríaca - reconhecida por sua ortodoxia no campo do pensamento econômico - que centralizou-se em torno do catedrático da Faculdade de Economia de Viena, Leopold von Wiese, na segunda metade do século XIX e que ficou conhecido por seus trabalhos teóricos sobre a estabilidade da moeda, especialmente o publicado com o título de "O Valor Natural"(1889).

Mais recentemente o neoliberalismo surgiu pela primeira vez, em 1947, com o célebre encontro entre um grupo de intelectuais conservadores em Monte Pélier, na Suíça, onde formaram uma sociedade de ativistas para combater as políticas do Estado de Bem-estar social. Essas políticas tiveram início em 1942 com a publicação na Inglaterra do Relatório Beveridge. Segundo ele, depois de vencida a guerra, a política inglesa dever-se-ia inclinar doravante para uma programação de aberta distribuição de renda, baseada no tripé da Lei da Educação, a Lei do Seguro Nacional e a Lei do Serviço Nacional de Saúde (associadas aos nomes de Butler, Beveridge e Bevan). A defesa desse programa tornou-se a bandeira com a qual o Partido Trabalhista inglês venceu as eleições de 1945 colocando em prática os princípios do Estado de Bem-estar Social.

Para Friedrich von Hayek esse programa levaria o país ao retrocesso. Escreveu então um livro inflamado que pode ser considerado como o Manifesto do Neoliberalismo - "O Caminho da Servidão"(1944). Nele expôs os princípios mais gerais da doutrina, assegurando que o crescente controle do estado levaria fatalmente à completa perda da liberdade, afirmando que os trabalhistas conduziram a Grã-Bretanha pelo mesmo caminho dirigista que os nazistas haviam imposto à Alemanha. Isso serviu de mote à campanha de Churchill, pelo Partido Conservador, que chegou ao ponto de dizer que os trabalhistas eram iguais aos nazistas.

A outra vertente do neoliberalismo surgiu nos Estados Unidos e concentrou-se na chamada escola de Chicago do prof. Milton Friedman. Combatia a política de New Deal do Presidente F.D.Roosevelt por ser intervencionista e pró-sindicatos. Friedman era contra qualquer regulamentação que inibisse as empresas e condenava até o salário-mínimo na medida em que alterava artificialmente o valor da mão-de-obra pouco qualificada. Também opunha-se a qualquer piso salarial fixado pelas categorias sindicais, pois segundo ele terminavam por adulterar os custos produtivos, gerando alta de preços e inflação.

Devido à longa era de prosperidade - quase 40 anos de crescimento - que impulsionou o mundo ocidental depois da segunda guerra, graças às diversas adoções das políticas keynesianas e sociais-democratas, os neoliberais recolheram-se para a sombra. Mas a partir da crise do petróleo de 1973, seguida pela onda inflacionária que surpreendeu os estados de Bem-estar social, o neoliberalismo gradativamente voltou à cena. Denunciou a inflação como resultado do estado demagógico perdulário, chantageado ininterruptamente pelos sindicatos e pelas associações. Responsabilizaram os impostos elevados e os tributos excessivos, juntamente com a regulamentação das atividades econômicas, como os culpados pela queda da produção. O mal devia-se pois a essa aliança espúria entre o Estado de Bem-estar social e os sindicatos. A reforma que apregoavam devia passar pela substituição do Estado de Bem-estar social e pela repressão aos sindicatos. O estado deveria ser desmontado e gradativamente desativado, com a diminuição dos tributos e a privatização das empresas estatais, enquanto os sindicatos seriam esvaziados por uma retomada da política de desemprego, contraposta à política keynesiana do pleno emprego. Enfraquecendo a classe trabalhadora e diminuindo ou neutralizando a força dos sindicatos, haveria novas perspectivas de investimento, atraindo novamente os capitalistas de volta ao mercado.

O primeiro governo ocidental democrático a inspirar-se em tais princípios foi o da Sra. Thatcher na Inglaterra, a partir de 1980. Enfrentou os sindicatos, fez aprovar leis que lhes limitassem a atividade, privatizou empresas estatais, afrouxou a carga tributária sobre os ricos e sobre as empresas e estabilizou a moeda. O Governo Conservador da Sra. Thatcher serviu de modelo para todas as políticas que se seguiram posteriormente no mesmo roteiro. A hegemonia do neoliberalismo hoje é tamanha que países de tradições completamente diferentes, governados por partidos os mais diversos possíveis, aplicam a mesma doutrina.

Alguns princípios básicos do Neoliberalismo: Filosofia: na teologia neoliberal os homens não nascem iguais, nem tendem à igualdade. Logo qualquer tentativa de suprimir com a desigualdade é um ataque irracional à própria natureza das coisas. Deus ou a natureza dotou alguns com talento e inteligência, mas foi avaro com os demais. Qualquer tentativa de justiça social torna-se inócua por que novas desigualdades fatalmente ressurgirão. A desigualdade é um estimulante que faz com que os mais talentosos desejem destacar-se e ascender ajudando dessa forma o progresso geral da sociedade. Tornar iguais os desiguais é contraproducente e conduz à estagnação. Segundo W. Blake: "A mesma lei para o leão e para o boi é opressão!"

Exclusão e pobreza: a sociedade é o cenário da competição, da concorrência. Se aceitamos a existência de vencedores, devemos também concluir que deve haver perdedores. A sociedade teatraliza em todas as instâncias a luta pela sobrevivência. Inspirados no darwinismo, que afirma a vontade do mais apto, concluem que somente os fortes sobrevivem cabendo aos fracos conformarem-se com a exclusão natural. Esses, por sua vez, devem ser atendidos não pelo Estado de Bem-estar, que estimula o parasitismo e a irresponsabilidade, mas pela caridade feita por associações e instituições privadas, que ameniza a vida dos infelizes. Qualquer política assistencialista mais intensa joga os pobres nos braços da preguiça e da inércia. Deve-se abolir o salário-mínimo e os custos sociais, porque falsificam o valor da mão-de-obra encarecendo-a, pressionando os preços para o alto, gerando inflação.

Os ricos: eles são a parte dinâmica da sociedade. Deles é que saem as iniciativas racionais de investimentos baseados em critérios lucrativos. Irrigam com seus capitais a sociedade inteira, assegurando sua prosperidade. A política de tributação sobre eles deve ser amainada o máximo possível para não ceifar-lhes os lucros ou inibi-los em seus projetos. Igualmente a política de taxaço

sobre a transmissão de heranças deve ser moderada para não afetar seu desejo de amealhar patrimônio e de legá-lo aos seus herdeiros legítimos.

Crise: é resultado das demandas excessivas feitas pelos sindicatos operários que pressionam o Estado. Este, sobrecarregado com a política providenciária e assistencial, é constrangido a ampliar progressivamente os tributos. O aumento da carga fiscal, sobre as empresas e os ricos, reduz suas taxas de lucro e faz com que diminuam os investimentos gerais. Sem haver uma justa remuneração, o dinheiro é entesourado ou enviado para o exterior. Soma-se a isso os excessos de regulamentação da economia motivados pela contínua burocratização do estado, que complicam a produção e sobrecarregam os seus custos.

Inflação: resultado do descontrole da moeda. E esse por sua vez ocorre devido ao aumento constante das demandas sociais (previdência, seguro-desemprego, aposentadorias especiais, redução da jornada de trabalho, aumentos salariais além da capacidade produtiva das empresas, encargos sociais, férias e etc...) que não são compensadas pela produção geral da sociedade. Por mais que o setor produtivo aumente a riqueza, a gula sindical vai à frente fazendo sempre mais e mais exigências. Ocorre então o crescimento do déficit público que é tapado com a emissão de moeda.

Estado: não há teologia sem demônio. Para o neoliberalismo ele se apresenta na forma do Estado. O Estado intervencionista. Dele é que partem as políticas restritivas à expansão das iniciativas. Incuravelmente paternalista tenta demagogicamente solucionar os problemas de desigualdade e da pobreza por meio de uma política tributária e fiscal que termina apenas por provocar mais inflação e desajustes orçamentários. Seu zelo pelas classes trabalhadoras leva-o a uma prática assistencialista que se torna um poço sem fim. As demandas por bem-estar e melhoria da qualidade de vida não terminam nunca, fazendo com que seus custos sociais sejam cobrados dos investimentos e das fortunas.

Ao intervir como regulador ou mesmo como Estado-empresário, ele se desvia das suas funções naturais, limitadas à segurança interna e externa, à saúde e à educação. O estrago maior ocorre devido a sua filosofia intervencionista. O mercado auto-regulado e auto-suficiente dispensa qualquer tipo de controle. É um Cosmo próprio, com leis próprias, impulsionadas pelas leis econômicas tradicionais (oferta e procura, taxa decrescente dos lucros, renda da terra, etc...). O Estado deve, pois, ser enxugado, diminuído em todos os sentidos. Deve-se limitar o número de funcionários e desestimular a função pública.

Mercado: se há um demônio existe também um céu. Para o neoliberalismo esse local divino é o mercado. Ele é quem tudo regula, faz os preços subirem ou baixarem, estimula a produção, elimina o incompetente e premia o sagaz e o empreendedor. Ele é o deus perfeito da economia moderna, tudo vê e tudo ouve, onisciente e onipresente. Seu poder é ilimitado e qualquer tentativa de controlá-lo é um crime de heresia, na medida em que é ele que fixa as suas próprias leis e o ritmo em que elas devem seguir. O mercado é um deus, um deus calvinista que não tem contemplação para com o fracassado. A falência é sua condenação. Enquanto que aquele que é bem sucedido reserva-se um lugar no Éden.

Socialismo: segundo demônio da teologia neoliberal. É um sistema político completamente avesso aos princípios da iniciativa privada e da propriedade privada. É essencialmente demagógico na medida em que tenta implantar uma igualdade social entre homens de natureza desigual. É fundamentalmente injusto porque premia o capaz e o incapaz, o útil e o inútil, o trabalhador e o preguiçoso. Reduz a sociedade ao nível de pobreza e graças à igualdade e a política de salários equivalentes, termina estimulando a inércia provocando a baixa produção. Ao excluir os ricos da sociedade, perde sua elite dinâmica e seu setor mais imaginativo, passando a ser conduzido por uma burocracia fiscalizadora e parasitária.

Regime político: o neoliberalismo afina-se com qualquer regime que assegure os direitos da propriedade privada. Para ele é indiferente se o regime é democrata, autoritário ou mesmo ditatorial. O regime político ideal é o que consegue neutralizar os sindicatos e diminuir a carga fiscal sobre os lucros e fortunas, ao mesmo tempo em que desregula o máximo possível a economia. Pode conviver tanto com a democracia parlamentar inglesa, como durante o governo da Sra. M. Thatcher, como com a ditadura do Gen. A. Pinochet no Chile. Sua associação com regimes autoritários é tática e justificada dentro de uma situação de emergência (evitar uma revolução social ou a ascensão de um grupo revolucionário). Em longo prazo o regime autoritário, ao assegurar os direitos privados, mais tarde ou mais cedo, dará lugar a uma democracia.

Teóricos: o neoliberalismo é resultado do encontro de duas correntes do pensamento econômico. A primeira vem da escola austríaca, aparecida nos finais do século XIX tendo a frente Leopold von Wiese e que teve prosseguimento com von Miese e seu mais talentoso discípulo Friedrich von Hayek, que apesar de austríaco fez sua carreira em Londres. Hayek se opôs tanto à política keynesiana (por seu intervencionismo) como ao estado de Bem-estar social (pelo seu assistencialismo) idealizado primeiro na Inglaterra em 1942. A outra vertente é formada pela chamada escola de Chicago, tendo Milton Friedman como seu expoente. Friedman foi o principal crítico da política do New Deal do presidente F.D. Roosevelt (1933-1945) devido sua tolerância com os sindicatos e a defesa do intervencionismo estatal.

GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA

Processo de integração mundial que se intensifica nas últimas décadas, a globalização baseia-se na liberação econômica: os Estados abandonam gradativamente as barreiras tarifárias que protegem sua produção da concorrência estrangeira, e se abrem ao fluxo internacional de bens, serviços e capitais.

A recente evolução nas tecnologias da informação contribui de forma decisiva para essa abertura. Além de concorrer para uma crescente homogeneização cultural, a evolução e a popularização das tecnologias de informação (computador, telefone e televisor) são fundamentais para agilizar o comércio, o fluxo de investimentos e a atuação das transnacionais, por permitir uma integração sem precedentes de pontos distantes do planeta. Em 1960, um cabo de telefone intercontinental conseguia transmitir 138 conversas ao mesmo tempo. Atualmente, os cabos de fibra ótica possuem capacidade para enviar 1,5 milhão. Uma ligação

telefônica internacional de três minutos, que custava 244 dólares em 1930, é feita por 3 dólares no início dos anos 90. A Organização Mundial do Comércio (OMC) prevê um grande crescimento dos usuários da internet e das transações comerciais em muitos bilhões de dólares.

O debate em torno dos efeitos colaterais da globalização e das estratégias para evitá-los aprofunda-se. Uma das conseqüências desse processo é a concentração da riqueza. A maior parte do dinheiro circula nos países industrializados - apenas 25% dos investimentos -, e o número de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia subiu de 1,2 bilhão, em 1987, para 1,5 bilhão, em 1999. O crescimento dos países emergentes tem ficado em torno de 1,5%, o pior desempenho em muitos anos. As exceções, China e Índia.

Com a crise mundial, o preço das matérias-primas, produzidas em grande parte pelos Estados mais pobres, cai enormemente, trazendo perdas de bilhões de dólares para a os países pobres. A participação das nações emergentes no comércio internacional é de pouco mais de 30%. Algumas regiões estão à margem da globalização, como a Ásia Central, que representa apenas 0,2% das trocas, e o norte da África (0,7%).

O Banco Mundial (Bird) aponta como causas para o distanciamento entre ricos e pobres o aumento das ações protecionistas promovidas pelos países ricos, à voracidade dos investidores e a fragilidade econômica e institucional das nações subdesenvolvidas. A receita usada para recuperar os mercados emergentes em queda - cortes orçamentários e juros altos - contribui para aumentar ainda mais a distância.

O início da integração mundial remonta aos séculos XV e XVI, quando a expansão ultramarina dos Estados europeus possibilita a conquista de novos mercados. Outro salto na difusão do comércio e dos investimentos é dado pelas duas Revoluções Industriais, nos séculos XVIII e XIX. A interdependência econômica cresce até a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, e é retomada no bloco capitalista após a II Guerra Mundial. Estimuladas pela quebra de barreiras - decorrente, em grande parte, das políticas liberalizantes postas em prática pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) e, atualmente, pela Organização Mundial do Comércio (OMC) -, as trocas mundiais aumentam de forma expressiva a partir dessa época. Em 1950 totalizam 61 bilhões de dólares, ao passo que em 1998 atingem 5,2 trilhões de dólares.

O fim da Guerra Fria, nos anos 80, inaugura um novo estágio de globalização: as trocas mundiais incrementam-se ainda mais por causa da transição das nações comunistas para a economia de mercado, e a expansão do comércio supera o aumento da produção mundial. De acordo com o FMI, entre 1989 e 1998 o volume de dinheiro movimentado em trocas internacionais se eleva em média 6,5% ao ano, enquanto a taxa anual de crescimento da produção é de 3,4%.

A expansão dos fluxos de capital tem sido ainda maior por causa da abertura dos países ao investimento estrangeiro e da enorme velocidade das transações. O movimento diário de capitais no mundo é estimado em 2 trilhões de dólares. A migração quase instantânea do dinheiro fortalece investimentos estrangeiros de curto prazo. Ao menor sinal de instabilidade econômica ou política no Estado, o investimento é resgatado, provocando uma crise que pode alastrar-se para outras nações por causa da integração das economias.

É o que ocorre no segundo semestre de 1997, quando as principais bolsas de valores do mundo despencam em reação à profunda crise das nações do Sudeste Asiático. O turbilhão financeiro evolui para uma crise internacional em 1998. Os países emergentes - sobretudo a Federação Russa - são os mais atingidos, por adotar modelos de desenvolvimentos baseados em investimentos externos. As sucessivas crises realçam a instabilidade de um mercado financeiro globalizado, em que o desempenho das economias nacionais depende não só da ação dos governos, mas cada vez mais dos grandes investidores estrangeiros.

A globalização é marcada ainda pelo crescimento das corporações transnacionais, que exercem papel decisivo na economia mundial. As Transnacionais são grandes empresas que alcançaram maior crescimento a partir da 2ª Guerra Mundial e passaram a dominar o mercado internacional, ignorando fronteiras políticas e concentrando grande volume de capital. A partir da década de 60 - Fusões com o objetivo de formar aglomerados e conseguir absorver maior mercado e competir com outras empresas. Atualmente, empresas transnacionais praticam a associação. As empresas transnacionais são, verdadeiramente, empresas de muitos países. Eles têm um centro de decisões empresarial localizado num país específico, que abriga a sede de um grupo tentacular instalados em dezenas de outros países. Uma parte dos lucros obtidos no mundo inteiro é repatriada para o país-sede. A empresa transnacional tem pátria. Depois da Segunda Guerra Mundial os trustes ficaram conhecidos como multinacionais ou transnacionais. A febre de absorções e centralização de capitais não parou. Ao contrário: atingiu um novo patamar, em que se tornaram comuns as fusões entre conglomerados transnacionais. Finalmente novas formas de associação foram inventadas. Mantendo suas identidades. Apesar do crescimento do número e da importância das transnacionais japonesas e européias, os Estados Unidos continuaram sendo sua principal pátria.

A desconcentração geográfica das indústrias devido as fronteiras nacionais serem limites políticos para os lucros empresariais. Produzindo dentro desses limites, as empresas têm de atuar num meio econômico mais ou menos homogêneo, onde estão definidos custos de mão-de-obra, impostos sobre importações de máquinas e de matérias-primas, e sobre lucros e vendas, legislações restritivas quanto ao meio ambiente ou a localização industrial.

A concentração de capitais deu aos grandes conglomerados um novo poder: o poder de ultrapassar as fronteiras nacionais. O deslocamento geográfico de unidades produtivas para novas regiões da periferia do mundo capitalista oferece vantagens comparativas de diversos tipos. Talvez a vantagem mais importante seja o custo diferencial da mão de obra e também o custo das matérias - primas e da energia, o que é um fator decisivo para o deslocamento geográfico de unidades metalúrgicas.

De acordo com o relatório do Desenvolvimento Humano de 1999, das 100 maiores riquezas do mundo, metade pertence a Estados e metade, a megaempresas. Reportagem da revista Fortune mostra que as dez principais corporações do mundo - General Motors Corporation, Daimler Chrysler, Ford Motor, Wal-Mart Stores, Mitsui, Itochu, Mitsubishi, Exxon, General Electric e Toyota Motor - ganharam juntas 1,2 trilhão de dólares em 1998, valor 50% maior que o produto interno bruto (PIB) brasileiro. O

faturamento isolado de cada uma dessas empresas é comparado ao PIB de importantes economias mundiais, como Dinamarca, Noruega, Polônia, África do Sul, Finlândia, Grécia e Portugal. Somente as ações da Microsoft, a principal empresa de informática do mundo, atingem em julho de 1999 valor de mercado equivalente a mais de 500 bilhões de dólares. Além de crescer em faturamento, as corporações tornam-se gigantescas também pelo processo de fusões, acelerado a partir de 1998.

As transnacionais implementam mudanças significativas no processo de produção. Auxiliadas pelas facilidades na comunicação e nos transportes, instalam suas fábricas em qualquer lugar do mundo onde existam melhores vantagens fiscais e mão-de-obra e matéria-prima baratas. Os produtos não têm mais nacionalidade definida. Um carro de uma marca dos EUA pode conter peças fabricadas no Japão, ter sido projetado na França, montado no Brasil e ser vendido no mundo todo.

Em 1999, onze países da União Européia (UE) deram outro passo importante no processo de globalização ao criar o euro, moeda única do bloco. Em 1º de janeiro, Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, França, Finlândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda (Países Baixos) e Portugal passaram a empregá-lo nas transações entre suas empresas. Em 1º de janeiro de 2002, o euro passou a ser usado regularmente e, a partir de 1º de julho desse mesmo ano, as moedas nacionais deixaram de existir. É a primeira vez na história que nações abrem mão de emitir sua própria moeda. Um dos traços marcantes da história das duas últimas décadas do século XX é a caminhada acelerada rumo ao mundo globalizado. De forma ampla, a palavra globalização indica o aceleração do tempo histórico, resultante da expansão da economia de mercado e da intensificação do comércio. Na base desse processo está o aumento da velocidade das comunicações e dos transportes, devido sobretudo ao extraordinário desenvolvimento da informática.

Após a Segunda Guerra Mundial, as grandes empresas capitalistas expandiram-se pelo mundo e implantaram filiais em diversos países. A expansão das multinacionais (ou transnacionais) ocorreu no período de grande prosperidade do capitalismo, entre 1945 e 1973. Nos anos seguintes, foram os grandes bancos e instituições financeiras que se difundiram em escala mundial. Esse processo levou, nos anos 1980, à integração econômica de países de todo mundo, fenômeno denominado GLOBALIZAÇÃO. O fim da URSS e do bloco comunista, em 1991, fortaleceu o processo de globalização, pois abriu os mercados dos países do Leste Europeu para as empresas capitalistas. As facilidades nos transportes e o progresso da telemática (cabos de fibra ótica, comunicação via satélite, computadores, Internet, celulares) deram maior rapidez aos negócios firmados entre as empresas transnacionais.

Devido à globalização, grande parte dos produtos industrializados deixou de ter nacionalidade definida. A integração de mercados levou, também, à interdependência econômica entre os países. A crise em um país pode abalar toda a cadeia de países interligados. Como são as transnacionais que controlam a produção, o comércio e a tecnologia, elas podem submeter o Estado aos seus interesses.

Interessa às empresas e bancos transnacionais a livre circulação de mercadorias, serviços e capital pelo mundo e, portanto, a redução ou eliminação das taxas alfandegárias. Daí grupos defenderem o NEOLIBERALISMO como a política econômica ideal do capitalismo globalizado. Os neoliberais pregam a redução ao máximo da interferência do Estado na economia, o que seria obtido com o fim do controle de preços, a eliminação de subsídio, a venda de empresas estatais (privatização) e a abertura da economia aos investimentos estrangeiros.

Para os neoliberais, essas medidas restabelecem a livre concorrência e estimulam as empresas a se modernizarem para produzir mais, melhor e mais barato. Para eles, é positivo manter uma determinada taxa de desemprego, pois isso reforça a disposição do indivíduo ao trabalho. Os neoliberais condenam os gastos sociais do Estado (seguro-desemprego, aposentadoria, pensões, auxílio-doença, entre outros). Criticam também a legislação trabalhista e defendem que deva se deixar às empresas a liberdade de decidir sobre jornada de trabalho, 13º salário, licenças e demais normas.

Globalização e pobreza: as mudanças na economia internacional têm acentuado as desigualdades entre os países. Produzir mais a menores custo, encurtar distâncias utilizando meios rápidos de transporte, investir em centros de pesquisa para produzir novas tecnologias e materiais, utilizar a informática e redes de computadores para acelerar a integração de mercado por meio da comunicação virtual, são objetivos dos que controlam o mercado mundializado, beneficiando apenas uma pequena parcela da população.

Os processos de globalização econômica e financeira em curso afetaram inequivocamente muito mais os países pobres, que continuam excluídos dos benefícios gerados pela ciência e tecnologia. A partir da 2ª Guerra Mundial os investimentos, transnacionais se deslocam para os países do 3º mundo. Conseqüências: modernização desses países, crescimentos das cidades, ampliação do mercado consumidor, aumentando a dependência e endividamento. Rápido desenvolvimento de alguns países do 3º mundo exigiu recursos financeiros - empréstimos. A elevação das dívidas externas se deveu à alta inflação, choques do petróleo; queda nas explorações primárias; aparecimento de empréstimos e juros variados; os países pobres passam a ser exportadores de capitais para os ricos; interferência do FMI.

No pós-guerra, especialmente nas décadas de 50 e 60, quase todo capital estrangeiro entrou nos países subdesenvolvidos, originava-se de investimentos produtivos de empresas transnacionais. Mas, a partir da década de 70, o mercado mundial da moeda tomou o lugar dos investimentos diretos e dos empréstimos oficiais.

A dívida global dos países subdesenvolvidos cresceu geometricamente, sobre o impacto dos vários choques sofridos pela economia mundial. A situação agravou com a queda das exportações de produtos primários que representavam uma parcela substancial das entradas de moedas fortes nos países subdesenvolvidos. Para liberar novos empréstimos o FMI exige dos países devedores uma dieta econômica de sacrifícios que inclui o corte de gastos com o governo em investimentos e subsídios para pagar aos bancos internacionais.

Até a primeira guerra mundial viveu ainda o ciclo de crescimento iniciado na segunda metade do século XIX, baseado nas indústrias do aço e dos motores a combustão interna, na eletricidade e no petróleo. Esse ciclo foi interrompido devido à crise de 1929 (Quando a bolsa de Nova York quebrou).

Depois da segunda guerra mundial abriu-se um novo ciclo, no qual o crescimento foi retomado sobre bases diferentes, apoiadas na reativação da produção e a circulação de mercadorias

| CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO MUNDIAIS. (%) | | |
|---|-----------|----------|
| PERÍODO | INDÚSTRIA | COMÉRCIO |
| 1860 – 1870 | 2,9 | 5,5 |
| 1870 – 1900 | 3,7 | 3,2 |
| 1900 – 1913 | 4,2 | 3,7 |
| 1913 – 1929 | 2,7 | 0,7 |
| 1929 – 1938 | 2,0 | -1,1 |
| 1938 – 1948 | 4,1 | 0,0 |
| 1948 – 1971 | 5,6 | 7,3 |

Durante as décadas da Guerra Fria, um bloco de economias estatizadas e centralmente planejadas isolou-se da economia mundial, organizando-se em torno da União Soviética. De outro lado, o poderio sem precedentes da economia americana catalisou a reconstrução da economia capitalista mundial. O dólar transformou-se na moeda do mundo.

Em 1944, na Conferência de Bretton Woods, foram lançados os fundamentos da economia do dólar. Também foram criados organismos plurilaterais destinados a amenizar as crises internacionais. A crise de 1929 que tinha destampado a garrafa dos fantasmas: recessão, falências, nacionalismo, nazismo, guerra - atormentava os economistas de Breton Woods. Para prevenir sua repetição, nasceram o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), ou Banco Mundial.

DESEQUILÍBRIOS E PERSPECTIVAS DA GLOBALIZAÇÃO

O processo produtivo mundial é formado por um conjunto de umas 400-450 grandes corporações (a maioria delas produtora de automóveis e ligada ao petróleo e às comunicações) que têm seus investimentos espalhados pelos 5 continentes. A nacionalidade delas é majoritariamente americana, japonesa, alemã, inglesa, francesa, suíça, italiana e holandesa. Portanto, pode-se afirmar sem erro que os países que assumiram o controle da primeira fase da globalização (a de 1450-1850), apesar da descolonização e dos desgastes das duas guerras mundiais, ainda continuam obtendo os frutos do que conquistaram no passado. A razão disso é que detêm o monopólio da tecnologia e seus orçamentos, estatais e privados, dedicam imensas verbas para a ciência pura e aplicada.

Politicamente a globalização recente caracteriza-se pela crescente adoção de regimes democráticos. Um levantamento indicou que 112 países integrantes da ONU, entre 182, podem ser apontados como seguidores (ainda que com várias restrições) de práticas democráticas, ou pelo menos, não são tiranias ou ditaduras. A título de exemplo lembramos que na América do Sul, na década dos 70, somente a Venezuela e a Colômbia mantinham regimes civis eleitos. Todos os demais países eram dominados por militares (personalistas como no Chile, ou corporativos como no Brasil e Argentina). Enquanto que agora, nos finais dos noventa, não temos nenhuma ditadura na América do Sul. Neste processo de universalização da democracia as barreiras discriminatórias ruíram uma a uma (fim da exclusão motivada por sexo, raça, religião ou ideologia), acompanhado por uma sempre ascendente padronização cultural e de consumo.

A ONU que deveria ser o embrião de um governo mundial foi tolhida e paralisada pelos interesses e vetos das superpotências durante a guerra fria. Em consequência dessa debilidade, formou-se uma espécie de estado-maior informal composto pelos dirigentes do G-8 (os EUA, a GB, a Alemanha, a França, o Canadá, a Itália, o Japão e a Rússia), por vezes alargado para dez ou vinte e cinco, cujos encontros freqüentes têm mais efeitos sobre a política e a economia do mundo em geral do que as assembleias da ONU.

Enquanto que no passado os instrumentos da integração foram a caravela, o galeão, o barco à vela, o barco a vapor e o trem, seguidos do telégrafo e do telefone, a globalização recente se faz pelos satélites e pelos computadores ligados na Internet. Se antes ela martirizou africanos e indígenas e explorou a classe operária fabril, hoje utiliza-se do satélite, do robô e da informática, abandonando a antiga dependência do braço em favor do cérebro, elevando o padrão de vida para patamares de saúde, educação e cultura até então desconhecidos pela humanidade.

O domínio da tecnologia por um seletivo grupo de países ricos, porém, abriu um fosso com os demais, talvez o mais profundo em toda a história conhecida. Roma, quando império universal, era superior aos outros povos apenas na arte militar, na engenharia e no direito. Hoje os países-núcleos da globalização (os integrantes do G-8), distam, em qualquer campo do conhecimento, anos-luz dos países do Terceiro Mundo.

Ninguém tem a resposta nem a solução para atenuar este abismo entre os ricos do Norte e os pobres do Sul que só se ampliou. No entanto, é bom que se reconheça que tais diferenças não resultam de um novo processo de espoliação como os praticados anteriormente pelo colonialismo e pelo imperialismo, pois não implicaram numa dominação política, havendo, bem ao contrário, uma aproximação e busca de intercâmbio e cooperação.

Quanto à exportação de produtos da vanguarda tecnológica (microeletrônica, computadores, aeroespaciais, equipamento de telecomunicações, máquinas e robôs, equipamento científico de precisão, medicina e biologia e químicos orgânicos), Os EUA são responsáveis por 20,7%; a Alemanha por 13,3%; o Japão por 12,6%; o Reino Unido por 6,2%, e a França por 3,0% , etc..logo apenas estes 5 países detêm 55,8% da exportação mundial delas.

GLOBALIZAÇÃO E POBREZA

As mudanças na economia internacional têm acentuado as desigualdades entre os países. Produzir mais a menores custo, encurtar distâncias utilizando meios rápidos de transporte, investir em centros de pesquisa para produzir novas tecnologias e materiais, utilizar a informática e redes de computadores para acelerar a integração de mercado por meio da comunicação virtual, são objetivos dos que controlam o mercado mundializado, beneficiando apenas uma pequena parcela da população.

Os processos de globalização econômica e financeira em curso afetaram inequivocamente muito mais os países pobres, que continuam excluídos dos benefícios gerados pela ciência e tecnologia. A partir da 2ª Guerra Mundial, os investimentos transnacionais se deslocam para os países do 3º mundo. Conseqüências: modernização desses países, crescimentos das cidades, ampliação do mercado consumidor, aumentando a dependência e endividamento. O rápido desenvolvimento de alguns países do 3º mundo exigiu recursos financeiros – empréstimos. A elevação das dívidas externas deveu-se à alta inflação, choques do petróleo; queda nas explorações primárias; aparecimento de empréstimos e juros variados; os países pobres passam a ser exportadores de capitais para os ricos; interferência do FMI.

Com isso, a dívida global dos países subdesenvolvidos cresceu geometricamente, sobre o impacto dos vários choques sofridos pela economia mundial. A situação agravou com a queda das exportações de produtos primários, que representavam uma parcela substancial das entradas de moedas fortes nos países subdesenvolvidos. Para liberar novos empréstimos, o FMI exige dos países devedores uma dieta econômica de sacrifícios, que inclui o corte de gastos com o governo em investimentos e subsídios para pagar aos bancos internacionais.

ESPAÇO URBANO: ATIVIDADES ECONÔMICAS, EMPREGO E POBREZA.

A história econômica do Brasil é marcada por uma sucessão de ciclos, cada um baseado na exploração de um único produto de exportação: a cana-de-açúcar nos séculos XVI e XVII; metais preciosos (ouro e prata) e pedras preciosas (diamantes e esmeraldas) no século XVIII; e, finalmente, o café no século XIX e início do século XX. O trabalho escravo foi utilizado na produção agrícola, situação que perdurou até o final do século XIX. Paralelamente a esses ciclos, desenvolveu-se uma agricultura e uma pecuária de pequena escala, para consumo local.

A influência inglesa na economia brasileira teve início no começo do século XVII. Comerciantes ingleses espalharam-se por todas as cidades brasileiras, especialmente Rio de Janeiro, Recife e Salvador. Em meados do século XIX, as importações provinham totalmente da Inglaterra. Os Ingleses também dominaram outros setores da economia, como o bancário e o dos empréstimos, além de obterem controle quase total da rede ferroviária, assim como do monopólio da navegação.

Pequenas fábricas, basicamente de têxteis, começaram a aparecer em meados do século XIX. No império, na gestão de D. Pedro II, novas tecnologias foram introduzidas, a pequena base industrial aumentada e adotadas modernas práticas financeiras. Com o colapso da economia escravocrata (ficou mais barato pagar aos novos imigrantes do que manter escravos). Com a abolição da escravatura, em 1888, e a substituição da Monarquia pelo regime republicano, em 1889, a economia do Brasil enfrentou grave situação de ruptura. Mal tinham começado a surtir efeito os esforços dos primeiros governos republicanos para estabilizar a situação financeira e revitalizar a produção, e os efeitos da depressão de 1929 forçaram o país a adotar novos ajustes na economia.

Um primeiro surto de industrialização teve lugar durante a Primeira Guerra Mundial, mas somente a partir de 1930 o Brasil alcançou certo nível de desenvolvimento econômico em bases modernas. Nos anos 40 do século XX, foi construída a primeira siderúrgica do país, localizada na cidade de Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, e financiada pelo Eximbank, de origem norte-americana.

O processo de industrialização, de 1950 a 1970, resultou na expansão de setores importantes da economia, como o da indústria automobilística, da petroquímica e do aço, assim como no início e conclusão de grandes projetos de infra-estrutura. Nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, a taxa anual de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) do Brasil estava entre as mais altas do mundo, tendo alcançado, até 1974, uma média de 7,4%.

Durante a década de 1970, o Brasil, como vários outros países da América Latina, absorveu a liquidez excessiva dos bancos dos Estados Unidos, Europa e Japão. Grande fluxo de capital estrangeiro foi direcionado para investimentos de infra-estrutura, enquanto empresas estatais foram formadas em áreas pouco atraentes para o investimento privado. O resultado foi impressionante: o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil aumentou em média 8,5% ao ano, de 1970 a 1980, apesar do impacto da crise mundial do petróleo. A renda per capita cresceu quatro vezes, durante a década, para um nível de US\$ 2.200 em 1980.

Entretanto, no início dos anos 80, um inesperado e substancial aumento nas taxas de juros da economia mundial precipitou a crise da dívida externa da América Latina. O Brasil foi forçado a ajustes econômicos severos, que resultaram em taxas negativas de crescimento. A inesperada interrupção do ingresso do capital estrangeiro reduziu a capacidade de investimento do País. O peso da dívida externa afetou as finanças públicas e contribuiu para a aceleração da inflação. Na segunda metade da década de 80, um conjunto de medidas duras foi adotado, visando à estabilização monetária. Tais medidas compreenderam o final da indexação (política que ajustava os salários e contratos de acordo com a inflação) e o congelamento dos preços. Em 1987, o Governo suspendeu o pagamento dos juros da dívida externa, até que um acordo de reescalonamento com os credores fosse alcançado. Embora essas medidas tenham falhado quanto ao resultado desejado, a produção econômica continuou a crescer até o final da década de 80, proporcionando excedente suficiente na balança comercial, para cobrir o serviço da dívida.

A crise da década de 80 assinalou a exaustão do modelo brasileiro de substituição de importações (política que visava a fortalecer a indústria brasileira por meio da proibição da entrada de certos produtos manufaturados estrangeiros), o que contribuiu para a abertura comercial do País. No início dos anos 90, a política econômica brasileira concentrou-se em três áreas principais: (1) estabilização econômica; (2) mudança de uma situação de protecionismo em direção a uma economia mais aberta, voltada para o mercado; e (3) normalização das relações com a comunidade financeira internacional.

No que se refere ao primeiro item, foi adotada estrita disciplina fiscal, que incluía reforma tributária e medidas que viessem a evitar a evasão fiscal, desregulamentação e privatização, além da redução do controle de preços, o que ocorreu em 1992, com o objetivo de estabelecer uma verdadeira economia de mercado, eliminando-o por completo em 1993.

Pela primeira vez, o Brasil limitou a emissão de moeda. Com a introdução da nova moeda, o Real, em julho de 1994, a taxa de inflação anual, que era de 2.489,11%, em 1993, já havia sido reduzida a cerca de 22% no ano seguinte. Em 1997, após processo de redução gradativo, a taxa anual chegou a 4,34%, tendo alcançado seu menor índice em 1998, 1,71%. Com a reforma do comércio exterior, foram consideravelmente reduzidas as tarifas de importação. A tarifa média caiu de 32%, em 1990, para situar-se entre 12 e 13% em 1998, tendo a tarifa máxima caído de 105% para 35% no mesmo período. Em termos efetivos de arrecadação, no entanto, a média do universo tarifário brasileiro é de 9%. Os investimentos estrangeiros totalizaram cerca de US\$ 20,75 bilhões no ano de 1998. No primeiro semestre de 2000, os mesmos montaram a US\$ 12,7 bilhões. O Brasil fechou também acordos com credores, tanto públicos como privados, reescalando os pagamentos da dívida e trocando os antigos papéis por novos títulos.

A privatização foi acelerada, principalmente nos setores da produção de aço, fertilizantes e telecomunicações. Desde 1991, data do início do processo de privatização brasileiro, até meados de 1999, cerca de 120 estatais brasileiras foram privatizadas. A renda nacional foi prioritariamente direcionada para a redução das dívidas. Como resultado das reformas na área de comércio exterior, o Brasil tornou-se uma das economias mais abertas do mundo, sem restrições quantitativas às importações. A desregulamentação é evidenciada pela liberalização de políticas financeiras, pelo final da reserva de mercado na área de eletrônicos e informática e pela privatização de diversos setores até recentemente sob o monopólio do Estado, tal como o das telecomunicações ou o portuário.

Em 26 de março de 1991, foi criado o Mercado Comum do Sul (Mercosul), com a assinatura do Tratado de Assunção, pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Ademais, desses países-membros, o Chile, a Bolívia, o Peru e a Venezuela são membros associados: assinam tratados para a formação da zona de livre comércio, mas não participam da união aduaneira. O pacto foi efetivado como uma união aduaneira e zona de livre-comércio em caráter parcial, em 1º de janeiro de 1995.

O objetivo do Mercosul é permitir a livre movimentação de capital, trabalho e serviços entre os quatro países. Os quatro países-membros comprometeram-se a manter a mesma alíquota de importações para determinados produtos. Desde 1991, o comércio entre os países membros do Mercosul mais do que triplicou.

BLOCOS ECONÔMICOS

A reorganização política mundial, acelerada após o final da Guerra Fria, faz blocos econômicos emergirem em diferentes regiões do planeta, como a União Européia, o Nafta e a Bacia do Pacífico. Nesse contexto, surge o MERCOSUL, que integra economicamente a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai. Os blocos econômicos são associações que procuram estabelecer relações econômicas entre os países-membros, no sentido de tornar a economia dos mesmos mais competitiva para poderem participar de forma efetiva no mundo globalizado.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a economia capitalista vive uma fase de expansão e enriquecimento. Na década de 70 e início dos anos 80, essa prosperidade é abalada pela crise do petróleo, que provoca recessão e inflação nos países do Primeiro Mundo. Também nos anos 70, desenvolvem-se novos métodos e técnicas na produção. O processo de automação, robotização e terceirização aumenta a produtividade e reduz a necessidade de mão-de-obra.

A informática, a biotecnologia e a química fina desenvolvem novas matérias-primas artificiais e novas tecnologias. Mas a contínua incorporação dessa tecnologia de ponta no processo produtivo exige investimentos pesados. E os equipamentos ficam obsoletos rapidamente.

O dinheiro dos investimentos começa a circular para além de fronteiras nacionais, buscando melhores condições financeiras e maiores mercados. Grandes corporações internacionais passam a liderar uma nova fase de integração dos mercados mundiais: é a chamada GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA. A divisão política entre os blocos soviético e norte-americano modifica-se com o fim da Guerra Fria.

Uma nova ordem econômica estrutura-se em torno de outros centros de poder: os Estados Unidos, a Europa e o Japão. Em torno destes centros são organizados os principais blocos econômicos supranacionais, que facilitam a circulação de mercadorias e de capitais.

A UNIÃO EUROPÉIA integra a maior parte dos países europeus; a APEC - Associação de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico - congrega o Japão, a China, países da Indochina e da Oceania; o NAFTA - Acordo de Livre Comércio da América do Norte - une os mercados do Canadá, Estados Unidos e México. A formação dos megablocos regionais é uma tendência internacional e leva Argentina e Brasil a pensar na formação de um bloco sul-americano. A partir de 1985, sucedem-se encontros entre os presidentes dos dois países para discutir um programa de integração e cooperação econômica. Em 1991, Uruguai e Paraguai aderem ao projeto. E, em janeiro de 1995, o MERCOSUL começa a funcionar oficialmente. O MERCOSUL prevê a formação de uma União Aduaneira, ou seja, a criação de uma região de livre comércio com o fim das tarifas alfandegárias entre os

quatro países. Prevê, também, uma taxação comum para os produtos importados de países de fora do MERCOSUL. E, a longo prazo, visa a criação de um mercado comum, com livre circulação de bens e de serviços entre os países membros, bem como uma maior integração cultural e educacional.

Em 1990, o intercâmbio comercial entre esses países era de aproximadamente 3 bilhões e meio de dólares. Em 95, já ultrapassa os dez bilhões. O MERCOSUL vive uma fase inicial de adequações e ajustes. Mas o comércio entre seus integrantes já demonstra seu potencial. Os contatos políticos, econômicos e culturais se intensificam. Hoje se negocia a adesão de outros países da América do Sul.

Visando ampliar suas atividades comerciais, já se iniciam contatos políticos com os países da União Européia para a formação de um super-bloco econômico. A integração econômica entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai já é uma realidade.

A liderança americana foi sofrendo uma erosão progressiva ao mesmo tempo em que a economia capitalista mundial se tornava mais complexa e multipolarizada.

Atualmente, três megablocos regionais de expressão mundial apresentam contornos mais ou menos definidos: a União Européia, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) e a Bacia do Pacífico, polarizada pelo Japão.

O fim da Guerra-Fria e a consolidação dos megablocos regionais na Europa e no pacífico impuseram aos Estados Unidos uma revisão da sua inserção na economia mundial. A concorrência internacional acelerou a constituição de uma zona de livre comércio na América do Norte, formalizada em 1992. A formação do NAFTA aponta para a progressiva redução das tarifas alfandegárias entre os Estados Unidos, Canadá e México.

Os blocos econômicos podem ser classificados em estágios diferentes de organização e objetivos:

I. Acordos Bi ou Multilaterais

Esse foi o estágio inicial de vários blocos como a União Européia e o Mercosul

II. Zona de Livre Comércio

Estabelece-se a redução ou mesmo o fim de barreiras comerciais entre os países membros, mas deixa livre o comércio dos países membros com nações externas ao bloco. Como exemplo pode-se citar o Nafta, assinado em 1992, entrando em vigor em 1994, membros (EUA, Canadá e México).

III. União Aduaneira

Abre-se os mercados internos e se estabelece acordos de comércio e de taxas de importação dos países membros com nações externas ao bloco, com a criação da TEC (tarifa Externa Comercial. Exemplo cita-se o Mercosul, criado em 1991 entrou em vigor em 1995 são membros (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, e ainda tem como países associados (Chile, Peru, Bolívia e Venezuela).

IV. Mercado Comum

Nesse estágio os blocos econômicos estabelecem a livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais. Atualmente nenhum bloco se encontra nesse estágio.

V. União Econômica e Monetária

Ocorre a criação de uma moeda única e a adoção de uma política monetária e econômica comum, com a criação de um Banco Central comum aos países membros. Único bloco que se encontra nesse estágio e a União Européia, criada em 1995 e atualmente contando com a participação de 25 países da Europa.

VI. Integração Econômica Total

Instituição de uma nova ordem econômica, política e social comum em todos os países membros. Neste momento nenhum bloco encontra-se nesse estágio.

NAFTA

O Nafta (North América Free Trade Agreement) ou Acordo de Livre Comércio Norte-Americano é uma área de livre comércio entre os Estados Unidos, o Canadá e o México. O acordo para a sua criação foi assinado em 1992 e o mesmo entra em vigor em 1994. O objetivo se restringe a reduzir tarifas entre esses países. Não há proposta de integração política e econômica. O acordo prevê a instalação de uma zona de livre comércio entre esses três países. Esta área esta baseada na livre circulação de mercadorias e serviços entre os países membros. Isto deve acontecer por eliminação das barreiras legais, e das tarifas alfandegárias, ou seja, está limitado apenas à área comercial. O que se busca é ampliar os horizontes de mercado dos países membros e maximizar a produtividade interna de cada um. Ao contrário da União Européia, o NAFTA não aponta para a unificação total das economias dos países que deles fazem parte.

NAFTA tem tudo para ser um grande bloco econômico se bem instalado, pois EUA, Canadá e México juntos correspondem a um mercado de cerca de 380 milhões de habitantes e um PIB de aproximadamente 10 trilhões de dólares. Isto é, se os mais fortes não prejudicarem a economia do mais fraco.

MERCOSUL

O Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul) propõem-se a ser um mercado comum entre o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai. Significa que as tarifas de comércio entre os países ficam acertadas e pessoas, bens e serviços cruzarão as fronteiras sem qualquer impedimento. Atualmente, o bloco é uma união aduaneira incompleta. Uma das partes das tarifas já foi reduzida e se busca um acordo para definir uma Tarifa Externa Comum (TEC) para todos os setores. Bolívia, Chile, Peru e Venezuela são membros associados, e outros países latinos já manifestaram sua intenção de participar do bloco, como exemplo pode-se citado o caso do México que já manifestou a intenção de participar do Mercosul como membro associado.

Tendo como princípios básicos estabelecer uma união aduaneira - área de livre circulação de bens, serviços, mãos-de-obra e capital assim como a liberação gradativa de tarifas alfandegárias e restrições tarifárias. Entretanto, alguns produtos ainda permanecem subordinados a taxas de importação que funcionam como tarifas de proteção para as empresas nacionais. Ao contrário do NAFTA, existe entre os países membros do Mercosul laços que interligam suas economias e, por conseguinte, interferem e servem de estímulo para relação comercial e intercâmbio de investimentos.

Os grandes países deste bloco são, sem dúvida, o Brasil e a Argentina não por sua área, mas por seu maior contingente populacional e desenvolvimento econômico.

ALCA

A ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) é uma proposta de integração comercial de todos os países das Américas, com exceção de Cuba. A criação da ALCA foi proposta, em 1990, pelo ex-presidente dos Estados Unidos George W. Bush (o Bush pai). Criada pelo Fórum das Américas, na cidade de Miami, em 1994, é formada por todos os países americanos com exceção de Cuba. O objetivo da ALCA é criar uma área de livre-troca em todo o continente americano. Apesar de várias reuniões periódicas ocorrerem, o bloco tem previsão para ser implantado em 2005. Essas reuniões, que discutem os princípios de formação e quando realmente entrará em funcionamento, são chamadas de Encontro das Américas. Ainda existem muitas divergências quanto ao início da ALCA. Em 1997, por exemplo, o Encontro das Américas ocorreu aqui no Brasil, em Belo Horizonte. Os Estados Unidos defendiam a antecipação da implantação da ALCA ainda para o final do século XX, enquanto que os países membros do Mercosul (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) pensavam no ano de 2005.

Se compararmos o poderio industrial dos Estados Unidos com o resto da América, mesmo com o Brasil, percebemos que ele é muito superior. É por esse motivo que o Brasil defendeu a não entrada em vigor da ALCA antes de 2005. Durante todo o tempo o governo brasileiro acreditou o desenvolvimento industrial dos outros países da América estaria mais definido e estabilizado, desta forma poderia suportar sem grandes dificuldades ao livre comércio com os EUA, atualmente muitos analistas acham que em 2005 dificilmente a ALCA entre em vigor, justamente pelas grandes diferenças entre as economias dos países latinos e a dos Estados Unidos.

Outro ponto de discussão levantado no encontro das Américas é o destino que os blocos já existentes (NAFTA, MERCOSUL, etc.) irão ter já que estão baseados em princípios similares aos da ALCA. Os EUA defendem a extinção destes blocos como funcionamento da ALCA, porém os países do MERCOSUL, liderados pelo Brasil, querem a manutenção de seus blocos.

Falta de consenso sobre a ALCA marca Cúpula das Américas

O Plano de Ação trabalhado durante a 4ª Cúpula, (novembro de 2005) das Américas traz as metas de eliminação do trabalho escravo nos 34 países do Hemisfério até 2010 e de erradicação das "piores formas" de trabalho infantil até 2020. Acertada previamente pelos negociadores, essa foi a única contribuição do encontro de Mar del Plata, marcado pela ausência de consenso inexistente sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A Declaração de Mar del Plata, o documento político do encontro, acabou assinalado por orientações que não fogem às receitas já conhecidas de responsabilidade na condução dos temas macroeconômicos e sociais e de avanço nas práticas democráticas.

Com 70 tópicos distribuídos em dez páginas, o Plano de Ação define ainda outros objetivos claros relacionados à criação de trabalho decente para combater a pobreza e contribuir para fortalecer a governabilidade democrática o tema escolhido para esta versão da Cúpula das Américas. Entre eles, a redução do desemprego juvenil e do porcentual de jovens que não estudam nem trabalham, a eliminação da discriminação do trabalho das mulheres, a garantia de acesso equitativo ao mercado de trabalho entre homens e mulheres e a diminuição do número de trabalhadores sem registro em carteira.

Também foi definido que os 34 países devam assegurar o acesso de todas as crianças ao ensino fundamental até 2010 e traçar metas para o ensino médio até 2007. Igualmente, foi decidido que, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), deva ser desenvolvido até 2008 um programa de alfabetização para o Hemisfério.

Imigração e trabalho: As questões relacionadas aos direitos dos imigrantes, especialmente os ilegais, foram as mais polêmicas nessas discussões. O texto também reflete divergências, assinaladas por meio de ressalvas feitas pelos Estados Unidos, mercado que mais atrai mão-de-obra da América Latina e que esperava um compromisso mais claro dos parceiros ao desalento dos processos migratórios.

O Plano de Ação, entretanto, apenas sugere a adoção de ações para promover o "exercício pleno e eficaz" dos direitos trabalhistas, mesmo aos imigrantes ilegais, e que haja diálogo entre os países sobre esse fenômeno, de forma a promover a garantia dos direitos humanos.

O Plano de Ação espelha-se nos acertos sobre trabalho, redução da pobreza e governabilidade da Declaração Final de Mar del Plata. Esse texto, de 76 tópicos e 15 páginas, deixou claro o "compromisso" de todos os governos do Hemisfério de construção de "políticas microeconômicas sólidas e orientadas a manter altos índices de crescimento, pleno emprego, políticas monetária e fiscal,

regimes de taxa de câmbio apropriados e a melhoria da competitividade". Ou seja, reforçou o receituário neoliberal sem grandes dilemas e reservas nem mesmo da Venezuela.

A Declaração destaca que o crescimento econômico é uma "condição básica e indispensável" para enfrentar as elevadas taxas de desemprego, a pobreza e a informalidade. Mas "não é suficiente". Essa responsabilidade, enfatiza, compete a cada um dos países exclusivamente. A pobreza, diz o texto, "está presente em todos os países do Hemisfério", fato que reforça os compromissos de redução pela metade até 2015, definidos nas Metas do Milênio.

<http://www.estadao.com.br>

BLOCO ASIÁTICO A APEC

O Bloco Asiático ou APEC (Associação de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico), também no sudeste e no leste da Ásia, na Oceania e na parte a América banhada pelo oceano Pacífico formou-se um imenso mercado internacional. Trata-se da Apec – Associação de Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico. Atualmente são 21 os membros da Apec:

➤ EUA; Canadá; Hong Kong, Cingapura, Taiwan; Coréia do Sul; Japão; China Popular; Brunei; Tailândia; Malásia; Indonésia; Filipinas; Vietnã; Austrália; Nova Zelândia; México; Chile; Papua Nova-Guiné; Peru e Rússia.

Antes da criação da APEC falava-se muito na formação de um "bloco asiático" comandado pelo Japão, que seria a grande potência da Ásia e também da Oceania, pois já havia ocupado o antigo lugar privilegiado da Grã-Bretanha nas relações comerciais com a Austrália e a Nova Zelândia. Mas o que ocorreu de fato foi a criação de um imenso mercado internacional onde não há um grande líder e sim dois ou três (Estados Unidos, Japão e talvez China). O oceano Pacífico, e não a Ásia, é que acabou sendo o elemento de união desse "bloco comercial". O Fórum de Cooperação da Ásia Pacífico (Apec) nasceu no ano de 1989 como resposta à política multilateral e a interdependência das economias da área Ásia-Pacífico, consideradas as economias de maior dinamismo do planeta. Transformado em indispensável veículo regional para promover o comércio aberto e a cooperação prática entre economias, a Apec conta com 21 países denominados "Economias Membros" - que em conjunto representam mais de 2,5 milhões de pessoas, um PIB total de 19 bilhões de dólares e 47% do comércio mundial.

UNIÃO EUROPÉIA

A União Européia (UE) é o mais antigo, criada pelo tratado de Roma em 1957, hoje contando com 25 membros. seguinte tabela apresenta os atuais estados membros e as respectivas datas de adesão.

| Data de Adesão | Países |
|-------------------|--|
| Países Fundadores | Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos. |
| 1973 | Dinamarca, Irlanda, Reino Unido. |
| 1981 | Grécia |
| 1986 | Espanha, Portugal |
| 1995 | Áustria, Finlândia, Suécia. |
| 2004 | Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia, República Checa. |

Países Candidatos: Bulgária, Romênia e Turquia.
(fonte: europa.eu.int)

A entrada de dez novos países na União Européia, em maio de 2004, cria um bloco de 25 países e 450 milhões de habitantes que revoluciona a forma com que nações cooperam entre si na economia, na política, na cultura e na área social. Até o conceito de o que é ser europeu está mudando. Desde o surgimento como um reles acordo em torno de carvão e aço nos anos 50, a organização foi privativa de países da Europa Ocidental, liderados por Alemanha, França e Itália, que são algumas das nações mais ricas do planeta. Os novos membros destoam nesse conjunto. Eslovênia, Hungria, Eslováquia, República Checa e Polônia pertencem à Europa do Leste e Central e foram comunistas até o fim da década de 80. Lituânia, Letônia e Estônia faziam parte da União Soviética. Chipre e Malta são duas ilhas mediterrâneas. A renda per capita desses novos membros é

menos da metade da dos antigos integrantes. A soma de suas economias equivale a não mais que 5% do PIB da Europa Ocidental. Mas são países que avançam a passos largos no caminho do desenvolvimento.

Em 1992, a UE decidiu lançar a União Econômica e Monetária (UEM), o que implica a introdução de uma moeda européia única gerida por um Banco Central Europeu. Esta moeda única o Euro tornou-se realidade a partir de 1 de Janeiro de 2002, data em que as notas e moedas em Euros substituíram as moedas nacionais em doze dos quinze países da União Européia (Bélgica, Alemanha, Grécia, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Portugal e Finlândia). A UE tem uma característica bem peculiar que a distingue dos outros blocos econômicos: as relações não são puramente entre os governos dos

países membros, ou seja, as instituições comunitárias concentram poderes próprios, que independem dos governos nacionais e aplicam-se diretamente, com força de lei, a Estados, empresas e cidadãos.

A União Européia dispõe de cinco instituições, cada uma com funções específicas:

- Parlamento Europeu (eleito pela população dos Estados Membros);
- Conselho da União Européia (representação dos Estados Membros);
- Comissão Européia (força motriz e órgão executivo);
- Tribunal de Justiça (garante a observância da legislação);
- Tribunal de Contas (controlo rigoroso e gestão do orçamento da UE).

O que significa tudo isso, nem os representantes do parlamento em Bruxelas sabem definir com unanimidade. Se para ser europeu um país precisa estar na Europa, então a Turquia, cuja candidatura já foi aceita, estaria fora, porque a maior parte de seu território fica na Ásia. Se o critério for cultural, qualquer aspirante com população muçulmana, como a Bósnia e a própria Turquia, teria de ser recusado. Há algumas ex-colônias de países europeus, como a Argélia, que também estão tentadas a se candidatar. Nessas horas, todos querem ser europeus.

CONFLITOS NA NOVA ORDEM MUNDIAL

A nova ordem mundial é definida como multipolar, isto é, existem vários centros de poder. Normalmente, consideram-se três grandes potências mundiais de grande poderio econômico e tecnológico: os Estados Unidos da América, o Japão e a União Européia, com destaque para a Alemanha. No final da década de 80, o mundo não era mais bipolar. Isto é, não havia mais a marca da disputa entre as duas superpotências: EUA, representando o capitalismo e a URSS, representando o socialismo. Mas foram a queda do Muro de Berlin e a reunificação da Alemanha, em 1990, os verdadeiros marcos dessa passagem.

Hoje, no mundo multipolar do pós-Gerra Fria, o poder é medido pela capacidade econômica - disponibilidade de capitais, avanço tecnológico, qualificação da mão-de-obra, nível de produtividade e índices de competitividade. Outro importante aspecto da nova ordem é o aprofundamento da tendência de globalização em suas várias facetas. Essa tendência acontece tanto em âmbito regional, quanto mundial, com o fortalecimento de blocos econômicos supranacionais.

A globalização nada mais é do que uma ferramenta nova da expansão capitalista. Pode-se afirmar que a globalização está para o atual período científico-tecnológico, assim como o colonialismo esteve para a sua etapa comercial, ou o imperialismo para o final da fase industrial. A globalização trata-se de uma expansão que visa aumentar os mercados e, portanto, os lucros, que movem os capitais produtivos e especulativos. Agora a invasão não é mais armada, feita com tropas é muito mais sutil e eficaz. Trata-se de uma invasão de mercadorias, capitais, serviços, informações, pessoas. As novas armas são a agilidade e a eficiência das comunicações, da informática e dos meios de transportes.

A invasão de agora é, muitas vezes, instantânea, on-line, via redes mundiais de computadores, que interliga as bolsas de valores ou de capitais especuladores de curto prazo, o *Hot-Money*, com grande velocidade, em busca de mercados mais interessantes. É fato que a nova ordem acabou com o perigo de uma III Guerra Mundial. Mas os problemas e as contradições, tanto do capitalismo, quanto do socialismo, que eram deixados em segundo plano, passaram a aflorar, chamando a atenção de todos.

Desigualdades sociais e regionais, sentimentos xenófobos, desemprego, agressão ao meio ambiente, conflitos religiosos e étnicos. Assim, o que se percebe é que, com o fim da Guerra Fria, muitas tensões e conflitos, que estavam latentes, vieram à tona. É importante ficar claro que a nova ordem mundial é a constituição de um novo arranjo geopolítico e econômico no plano internacional, e não um novo mundo no qual impere a ordem, a estabilidade, o respeito às minorias. A nova ordem mundial, não significa um mundo de paz, mas está muito longe disto.

CONFLITO ÁRABE-ISRAELENSE

Histórico: A terra onde hoje está localizado o Estado de Israel era habitada pelos judeus até sua diáspora pelo mundo, ordenada pelo imperador romano Tito no ano 70. Com a destruição do império romano do Ocidente pelos germanos, essas terras ficaram pertencendo ao antigo império romano do Oriente ou império bizantino. A religião muçulmana formou o império árabe, que em sua expansão, aproveitando-se da fraqueza de Bizâncio, ocupou a região. Com o desmembramento do império árabe, o império turco-otomano, também em expansão, a partir do século XV dominou essa área. Na I Guerra Mundial, o império turco foi desmembrado e essas terras ficaram sob o controle dos britânicos, que tiveram seu mandato sobre a Palestina reconhecido pela Liga das Nações.

No fim do século XIX, principalmente nos países do Leste europeu e na Rússia, onde eram freqüentes os programas contra os judeus, organizou-se o movimento sionista — um movimento de judeus, inspirados pelo socialismo, que partiam para seu antigo domínio. No início do século 20, viviam na Palestina sob domínio do Império Otomano cerca de 500 mil muçulmanos e 50 mil judeus. Após a Primeira Guerra (1914-1918), a Palestina passou para mãos britânicas, cujo chanceler, Arthur Balfour, declarou em 1917 apoio à “instalação de um lar nacional judeu” no local. A população judaica na Palestina chegou a cerca de 300 mil na década de 1930, causando reação violenta dos árabes. Pressionada, Londres restringiu a imigração judaica à região, mesmo com o avanço nazista na Europa.

Após o Holocausto, que matou cerca de 6 milhões de judeus europeus, o movimento sionista ganhou força. A ONU aprovou a partilha da região em dois Estados, um judeu e outro palestino, com Jerusalém sob administração internacional. Os sionistas

aceitaram a partilha, rechaçada pelos líderes árabes. Em 14 de maio de 1948, David Ben-Gurion declarou a fundação do Estado de Israel. No mesmo dia, os Exército de Jordânia, Egito, Síria, Iraque e Líbano atacaram o recém-fundado país. Os palestinos receberam “refúgio temporário” de países árabes durante a ofensiva, enquanto outros fugiram amedrontados por ações israelenses.

No fim da guerra (1949), Israel ocupou áreas cedidas pela ONU aos palestinos, principalmente na Galiléia. Gaza ficou sob domínio egípcio, e a Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental, sob domínio da Jordânia. Milícias palestinas realizaram ataques contra Israel do Líbano, da Cisjordânia e de Gaza. Em 1967, após mobilização de tropas árabes a suas fronteiras, Israel fez uma ofensiva que terminou com a tomada de Gaza, Cisjordânia, colinas do Golã (da Síria) e deserto do Sinai (do Egito). O Conselho de Segurança da ONU aprovou então resoluções pedindo a retirada de Israel em troca de seu reconhecimento por parte dos países árabes. Israel instalou uma administração militar nos territórios palestinos ocupados e começou a implantar colônias judaicas na região, contrárias às leis internacionais. Os palestinos intensificaram ações terroristas contra Israel.

Em 1973, durante o feriado judaico do Yom Kippur, Exércitos árabes deflagraram uma ofensiva de início bem-sucedida, mas que terminou com sua rendição. Em 1977, Israel iniciou conversações com o Egito, que culminaram em um acordo de paz e a devolução do deserto do Sinai. Em 1993, palestinos e israelenses iniciaram um processo de paz que previa retirada gradual de Israel dos territórios, em troca de reconhecimento palestino do Estado judeu. Israel passou a se retirar paulatinamente dos centros urbanos palestinos. Mas Israel seguiu expandindo suas colônias em Gaza e Cisjordânia, enquanto palestinos seguiram cometendo atentados. Em julho de 2000, o líder palestino Iasser Arafat rejeitou uma proposta de acordo de paz de Israel, com devolução da quase totalidade de Gaza e Cisjordânia e representação palestina em Jerusalém. A questão da volta dos refugiados palestinos, que acabaria com a maioria judaica em Israel, era o principal entrave. A atual revolta palestina contra a ocupação israelense começou em setembro do mesmo ano.

Em 1947, a assembléia geral da ONU aprovou a criação de um Estado judeu na Palestina. A opinião pública internacional, depois do genocídio nazista, era simpática a um Estado judeu. Curiosamente, EUA e URSS também apoiavam a idéia: os americanos queriam um Estado para controlar o nascente nacionalismo árabe, sendo pressionados pela força eleitoral da comunidade judaica americana; os soviéticos pretendiam implantar um Estado progressista dentro do que chamavam “mundo feudal árabe”.

Quando a assembléia consentiu na criação do Estado judeu, os árabes começaram a se armar. Os judeus criaram milícias para lutar contra árabes e britânicos que ocupavam a região. Os palestinos fugiram, e em 1948 foi criado o Estado de Israel. Os palestinos expulsos de suas terras foram para os outros Estados árabes, sendo até hoje a comunidade mais intelectualizada de todo o mundo árabe, formada de engenheiros, médicos, técnicos, operários especializados etc.

Em 1948 Israel nascia já em conflito com os outros Estados árabes. Em 1949, com o final da guerra, era um país 50% maior do que deveria ser originariamente, mas os ressentimentos permaneciam: os países árabes prometiam “jogar os judeus no mar”. Nos anos 50 o nasserismo fazia sucesso, incentivando o nacionalismo árabe. Em 1956, o presidente Nasser do Egito nacionalizou o canal de Suez, razão pela qual franceses, ingleses e israelenses atacaram o Egito. A URSS apontou para lá seus mísseis e exigiu a retirada dos invasores. Igualmente pressionados pelos EUA e pela ONU, os invasores se retiraram.

Nos campos de refugiados dos países árabes, várias organizações armadas palestinas se uniram num comando único—a Organização de Libertação da Palestina (OLP), liderada por Arafat. Em 1967, Nasser impôs um bloqueio a Israel no estreito de Ácaba. Israel rapidamente contra-atacou, ocupando, durante a Guerra dos Seis Dias, a península do Sinai (Egito), as colinas de Golan (Síria) e a Cisjordânia (Jordânia). As organizações palestinas, diante das derrotas árabes, começaram uma ação terrorista dentro de Israel e em alvos israelenses no exterior. Nessa guerra clandestina, o Mossad, serviço secreto de Israel, também liquidou muitos dirigentes palestinos. Em 1973 o Egito e a Síria tentaram reconquistar os territórios ocupados por Israel na chamada Guerra do Ramadã, para os árabes, ou do Yom Kippur, para os israelenses. Com a intervenção americana, a guerra terminou.

Em 1970 o rei Hussein da Jordânia - pró-ocidental e que temia os ataques de Israel—, durante o chamado Setembro Negro, massacrou os palestinos e expulsou de seu território a OLP, que se transferiu para o Líbano. Os israelense alegando que o Sul do Líbano era o santuário dos guerrilheiros que atacavam seus territórios, invadiram essa região. A Síria, por sua vez, ocupou o Norte do Líbano e massacrou também os palestinos que não lhe eram fiéis. O Líbano, dividido numa eterna guerra civil entre cristãos maronitas (pró-Israel) e as várias comunidades muçulmanas, praticamente perdeu sua unidade nacional.

O Egito fez um acordo de paz com Israel (1979). A Síria fez um acordo informal para a divisão do Líbano: o Sul, após a retirada de Israel, foi ocupado por uma milícia cristã financiada por Israel, e o Norte, pelos sírios. Os palestinos ficaram sozinhos, ajudados pela Líbia e pelo Irã, que têm objetivos próprios nessa luta. Dentro de Israel, as constantes guerras e a crise econômica foi levando ao poder partidos extremamente nacionalistas e militaristas. Com a conquista da Cisjordânia, Israel incorporou uma grande massa de palestinos a seu território. São os subcidadãos, que não têm os mesmos direitos dos judeus, constituindo a mão-de-obra barata de Israel.

A OLP, em 1988, mudou sua palavra de ordem. Em vez de atentados terroristas, a campanha de desobediência civil dentro dos territórios ocupados ganhou corpo e vem dando grandes resultados: exasperado, o exército de Israel promove massacres de civis palestinos, o que tem gerado protestos entre os próprios israelenses e a comunidade judaica internacional. A partir da década de 70 começaram a surgir importantes grupos terroristas, como o Hamas e o Hizbollah, que, segundo Israel, têm o financiamento e a colaboração de países como Líbano, Irã e Síria. Com a finalidade de se proteger de ataques terroristas contra o norte de seu território, Israel invadiu o Líbano, para onde os grupos terroristas fugiram depois de terem sido expulsos pela Jordânia. Em 1993, o então primeiro-ministro israelense Yitzak Rabin (assassinado em 1995 por um extremista judeu) e o líder palestino, Iasser Arafat, fecharam o primeiro acordo que daria o controle da Margem Ocidental e da faixa de Gaza aos palestinos. Conhecido como o Acordo de Oslo, é a base para o processo de paz discutido entre Israel e a Autoridade Palestina.

A solução dos problemas palestinos deve passar pelo reconhecimento, por parte de Israel, do direito de a nação palestina constituir um Estado independente nos territórios ocupados ou de fazer parte de um Estado onde os palestinos não sejam cidadãos de segunda categoria. Tudo isso, porém tem de ser discutido dentro da problemática geral do Oriente Médio, o que envolve também os interesses das grandes potências, que criaram e mantêm essa situação.

Israel-Palestina: rumo a uma paz insólita: Entre sucessos e revezes a estratégia do governo Sharon parece demonstrar sua face "racional" e apontar para certa evolução. A política de máxima tensão, após quase quatro anos, parece ter chegado ao seu limite e, também, atingido parte de seus objetivos. A sociedade israelense está cansada, a economia encontra-se em dificuldade e o exército, os empresários e os sindicatos parecem dar mostras de descontentamento, enquanto as condenações mundiais contra Tel-aviv se avolumam. Por outro lado, a Segunda Intifada perde fôlego, os atentados suicidas se tornam raros com o avanço do muro.

Sharon conseguiu reduzir a Autoridade Nacional Palestina (o proto-governo dos palestinos) a um organismo de vida quase latente e, com isto, criou uma base amplamente favorável para Israel negociar a paz, tendo praticamente inviabilizado os acordos anteriormente assinados. Mas os ataques aos assentamentos coloniais judaicos nos territórios ocupados, especialmente na faixa de Gaza, mostraram a inviabilidade da manutenção dos mesmos, devido ao alto custo de segurança. A sociedade parece desejar o fim de um sionismo romântico, inviável do ponto de vista geopolítico.

A retirada de Gaza aparece como a saída racional, especialmente depois das baixas militares e destruição de tanques israelenses. Mas isto fragiliza a base parlamentar de Sharon, com as ameaças de revolta dos colonos e saída dos partidos religiosos e ultra-direitistas da coalizão de governo. É então que o partido trabalhista, liderado por Shimon Peres, oferece apoio e negocia formar um bloco com o Likud para viabilizar a retirada de Gaza, também apoiada pelos EUA.

Ao mesmo tempo, a Suprema Corte de Israel obriga o governo a modificar o traçado do muro, condenando a recente e futura ocupação de terra palestina. O traçado do muro tende a ser trazido para perto da linha verde (a fronteira de 1949-1967), tornando-se uma espécie de nova fronteira para o futuro Estado Palestino, a ser criado. A condenação da construção do muro, feita pelo Tribunal Penal Internacional (Corte de Haia), parece ter repercutido profundamente em Israel e no mundo, levando este país a buscar legitimar-se através de concessões como a alteração do traçado.

VEJA OS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS PARA O ACORDO DE PAZ

1. O plano de partilha. A Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprova plano para partilha da Palestina em 1947, ou seja, a criação de Israel e de um Estado palestino.
2. Depois de sua fundação Israel vence a guerra (1949) contra a liga Árabe, países árabes que não aceitaram a criação de Israel e o mesmo expande suas fronteiras. Ocorrendo a divisão de Jerusalém entre Israel e Jordânia.
3. Após a Guerra dos Seis Dias em 1967. Israel conquista o deserto do Sinai, a faixa de Gaza (Egito), a Cisjordânia, Jerusalém Oriental (Jordânia) e as colinas do Golã (Síria).
4. Atualmente. Após acordos de paz como o de Oslo (93) e de Wye Plantation (98), os palestinos controlam hoje dois terços da faixa de Gaza e 40% da Cisjordânia.
5. Jerusalém. Israel conquistou Jerusalém Oriental e a Cisjordânia na Guerra dos Seis Dias, em 1967. Tradicionalmente os israelenses afirmam que Jerusalém é sua capital eterna e indivisível. No entanto os palestinos reivindicam a parte oriental da cidade como capital de seu futuro Estado.
6. Os assentamentos que contam com mais de 170 mil judeus vivem nos territórios ocupados por Israel na Cisjordânia e na faixa de Gaza. Os palestinos afirmam que os assentados devem deixar os territórios.
7. Água. Israel reivindica controle total dos recursos hídricos, incluindo os lençóis subterrâneos na Cisjordânia, cuja administração é reivindicada pelos palestinos.
8. Refugiados palestinos. Há mais de 3,5 milhões de refugiados palestinos em países da região. Israel rechaça a idéia de permitir a volta de todos eles a seu território. Discute-se a autorização do retorno de pequena parte deles, em casos de reunificação familiar, e o pagamento de indenização aos outros refugiados.
9. Fronteiras e segurança. A Autoridade Nacional Palestina quer uma Palestina independente, com poderes soberanos na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental e faixa de Gaza. Diz que as fronteiras em relação a Israel devem voltar ao que eram antes de junho de 67. Israel diz que não voltará às fronteiras de 67.

ÍNDIA X PAQUISTÃO

A Índia e o Paquistão, assim como quase toda a Ásia, também enfrentaram a expansão imperialista européia no século XIX. Apenas em 1947, com a retirada das tropas britânicas, estes países se tornam livres politicamente. Desde que se tornaram independentes, a Índia e o Paquistão travaram três guerras. Duas delas foram motivadas pela disputa sobre a Caxemira, região fronteira, na Cordilheira dos Hiamlaia.

A população da região é de maioria mulçumana (70%), perfil semelhante ao da população do Paquistão. A Índia controla dois terços da região e acusa o vizinho (Paquistão) de armar e treinar guerrilheiros separatistas mulçumanos. O Paquistão nega as acusações e diz fornecer apenas apoio moral e diplomático aos rebeldes islâmicos. Mais de 30 mil pessoas morreram, na Caxemira indiana, desde que o movimento separatista começou a atuar na região. A rivalidade entre estes dois países levou a uma corrida armamentista, colocando Índia e Paquistão no clube dos países nucleares. Em 1988, a Índia promoveu cinco explosões nucleares. Como resposta à demonstração de força, o Paquistão realizou seis testes. A "nuclearização" da Índia e do Paquistão chamou a atenção internacional para a questão da Caxemira. O Paquistão tenta aproveitar a inquietação causada pelas explosões para obter uma mediação, categoricamente rejeitada pela Índia.

Em julho de 2001, o aconteceu um encontro de cúpula, que reunia os líderes da Índia e Paquistão, em Agra. A reunião tentava chegar a uma solução pacífica, mas não obteve êxito. Segundo analistas, o encontro funcionou como um preparador de terreno para futuras negociações. Um dos principais obstáculos à negociação foi a postura da Índia em relação ao território. Historicamente o país vem afirmando que sua soberania sobre a Caxemira é inegociável.

NARCOTRÁFICO INTERNACIONAL

A produção e comercialização de drogas e a lavagem do dinheiro do tráfico poderão tornar-se um dos principais problemas econômicos-sociais do mundo no atual milênio. Calcula-se que 20% de todas as transações realizadas no mundo atualmente se dêem em torno da droga. Seu desaparecimento imediato talvez provocasse uma crise mais séria que a de 1929. Comparativamente, seu desempenho é superior aos negócios do petróleo. Ela envolve uma ampla hierarquia social, pois começa nos pequenos vendedores e compradores, passa pelos circuitos empresariais, penetra em grandes instituições financeiras e corrompe importantes autoridades encarregadas de combatê-la.

Entre 50% e 70% do narcotráfico mundial é legitimado pelo sistema bancário do ocidente. Muito do dinheiro recolhido nas ruas e vielas das grandes cidades dos Estados Unidos e da Europa, por exemplo, passa pelos bancos antes de ser remetido de volta aos países produtores, onde se transforma em bens legítimos, em negócios e propriedades.

Na década de 1990 a lavagem de dinheiro do narcotráfico envolveu não menos de 300 bilhões de dólares. Se nada for feito, esse valor se multiplicará rapidamente nas primeiras décadas do século XXI. A atividade criminosa é facilitada pela globalização. Infiltrou-se na indústria de computadores, nas firmas de corretagem, na Internet. Transformou-se em importante setor econômico (embora à margem da lei) de países pobres como a Bolívia, o Peru e a Colômbia.

CHECHÊNIA - RÚSSIA

A maioria da população é Muçulmana Sunita. Região rica em minério e petróleo entre o Mar Negro e o Mar Cáspio. Geoestratégica para a Rússia e situada nos Montes Cáucaso. A Tchetchênia declarou independência e foi severamente reprimida.

O exército russo entrou na Tchetchênia no final de setembro de 1999, alegando combater grupos terroristas islâmicos. Após quase dois anos de combates, Moscou domina a maior parte da região, incluindo a capital, Grosni, e as principais cidades. A Tchetchênia, de maioria muçulmana, é formalmente uma república russa, mas havia conquistado autonomia após o conflito travado com Moscou entre 1994 e 1996. A região foi anexada pela Rússia no século XVIII, ainda na época dos czares.

Organizações internacionais criticam, desde o início da ofensiva russa, o desrespeito aos direitos humanos. Civis e rebeldes tchetchenos teriam sido barbaramente torturados e mortos por soldados russos.

ETA - ESPANHA

(ETA, Euskadi Ta Askatsuna que significa - Pátria basca e liberdade - motivo étnico) - o povo basco, cuja a língua e cultura tem origem obscura, mantém sua identidade apesar da centenas de anos sob domínio espanhol e francês. Na Espanha, terroristas começaram a lutar pela independência, em 1968 e nos anos 70 aparece o grupo terrorista ETA, que reivindica a independência.

Desde 1974, a ETA estava dividida em duas correntes: a ETA Político-Militar, que rejeitava o terrorismo; e a ETA Militar, ou simplesmente ETA-M, que fazia da luta armada e do terrorismo o meio mais importante para a conquista da autonomia basca. Em 1979, no contexto das reformas democratizantes do rei Juan Carlos e de seu primeiro-ministro, Adolfo Suárez, eram aprovados em referendos os estatutos da autonomia basca, previstos na Constituição promulgada um ano antes. A região ganhava órgãos de governo próprios e eram suspensas todas as restrições à divulgação de cultura dessa minoria nacional. As datas nacionais bascas passavam e ser livremente comemoradas e, em muitas escolas, o euskera voltava a ser ensinado.

De 1979 a 1982, viveu-se uma trégua entre as autoridades e a ETA. O novo estatuto provocava uma grande discussão nas fileiras da ETA, levando muitos militantes a defenderem o fim da luta armada. Em 1982, consumou-se a divisão na ETA. A Espanha passava a ser governada pelos socialistas de Felipe González e a ETA-M retomava, com grande estardalhaço, a luta armada e os atos de terrorismo. Ao mesmo tempo, a ETA-M, com o apoio de Herri Batasuna, representação parlamentar e pública da facção, formulou um programa de cinco pontos que significava uma rejeição do estatuto de autonomia de 1979 e a opção por uma linha claramente separatista. Esse programa ficou conhecido como Alternativa KAS, já que a primeira frase de cada ponto começava com a letra "K", quando escrita em euskera.

Durante cinco anos sucederam-se as ações violentas do ETA-M, atingindo indistintamente militares, policiais e civis, dentro e fora das províncias bascas. A reação do governo de Madrid conduziu a uma intensa repressão policial e, praticamente, à ocupação militar do País Basco. Acordos entre o governo de Felipe González e o governo socialista francês de François Mitterrand acabaram com os tradicionais refúgios de militantes bascos espanhóis nas províncias bascas francesas. Paris passou a extraditar para Madrid centenas de dirigentes da ETA escondidos naquelas províncias.

Os anos de terror produziram um repúdio generalizado na sociedade espanhola contra o ETA-M. Autoridades, partidos de situação e oposição e sindicatos conduziram manifestações públicas imensas, principalmente em Madrid e Barcelona, contra os principais atos terroristas da ETA-M. No país Basco, o terrorismo resultou numa físsura profunda: de um lado o Partido Nacionalista Basco, que representava a ETA; de outro o Eukadino Ezkerra, partido que não aceita a luta armada.

Atualmente, a maior parte da população rechaça a luta armada, defendida pela ala mais radical da ETA, ou seja, a ETA-M. Em 1999, sem o apoio popular, a ETA declarou oficialmente o cessar-fogo, o que não impede que os radicais bascos continuem com os atentados a bomba, como os ocorridos no primeiro semestre de 2001.

IRA - IRLANDA DO NORTE

O conflito entre a minoria nacional católica, Ulster, e a maioria protestante é produto da história da formação da Grã-Bretanha como Estado. Nesse percurso histórico, a reforma protestante (anglicana) na consolidação da Grã-Bretanha fez com que o conflito nacional se manifestasse como conflito religioso, opondo os católicos aos protestantes.

Durante o século XIX, cresceram as organizações nacionalistas católicas no sul da Ilha, principalmente na cidade de Dublin. Eram as sementes do Exército Republicano Irlandês (IRA), a resistência armada de minoria católica contra as forças britânicas e do seu braço político, o Sinn Fein, que cuida da parte burocrática do grupo. Em 1916, essas organizações tentaram a primeira rebelião, duramente reprimida. Em 1918, estourava a Guerra Anglo-Irlandesa, que duraria três anos, terminando com a divisão da Ilha. O Ireland Act, documento que selou o fim da guerra, estabelecia a formação de um Estado Livre da Irlanda (Eire) associado ao império britânico e, posteriormente, a Commonwealth nas províncias do sul, de maioria católica (95%). A província do norte (Ulster), de maioria protestante (65%), continuava diretamente ligada à Coroa britânica.

Em 1937, o governo do Estado Livre da Irlanda, na Irlanda do Sul, declarava unilateralmente a independência completa do país e rompia os vínculos com a Grã-Bretanha. Após a II Guerra, em 1949, Londres aceitou a independência da Irlanda do Sul através do segundo Ireland Act, que mantinha a vinculação do Ulster (Irlanda do Norte) à Coroa e estabelecia que apenas o parlamento de Belfast (Irlanda do Norte), controlado pela maioria protestante, poderia separar a Irlanda do Norte da Grã-Bretanha. Já a Irlanda do Sul, transformava-se em República da Irlanda. O conflito nacional do Ulster é também social. A discriminação protestante contra a população católica fez dessa minoria nacional e religiosa, uma camada socialmente proletarizada.

A partir de 1972, com o aumento da violência, o governo britânico assumiu a administração total do Ulster, retirando a autonomia da Irlanda do Norte, que podia até então manter o parlamento próprio. O IRA ampliou suas ações terroristas desde então, causando várias baixas no exército britânico, somando mais de três mil mortos nos conflitos entre católicos e protestantes. Em julho de 1997, o IRA anunciou seu último cessar-fogo e, dois meses depois, em setembro, o Sinn Fein foi aceito para participar das negociações de paz. Em maio de 1998, ocorreu a assinatura do tratado de paz. Ratificado por meio de plebiscito que obteve 71% de votos favoráveis na Irlanda do Norte e 94% na República da Irlanda.

Os principais pontos do acordo de paz defendem que: a Irlanda do Norte continue fazendo parte do Reino Unido, a menos que a maior parte da população opte pela separação; desarmamento total dos grupos envolvidos; um conselho ministerial atuando entre as duas Irlandas na promoção do interesse comum; elaboração de uma assembléia de 108 membros escolhidos entre católicos e protestantes.

O acordo entrou em vigor em 2000, mas a paz ainda é uma incógnita, já que a intolerância entre católicos e protestantes foi a marca maior nas relações destes povos. O IRA é a base do separatismo da Irlanda do Norte (não se esqueça dos acordos de paz assinados pelo Shin Fein, braço direito do IRA). Neste caso os católicos do Ulster - Irlanda do Norte - que são a minoria querem se unir a Irlanda. Já os protestantes, maioria, querem permanecer unidos ao Reino Unido.

AS FARCS NA COLÔMBIA

Seguem o sonho de liberdade da América Espanhola, guiados pelo mito Simon Bolívar. Assim, os americanos, em sua crise, querem apressar a área de livre comércio e combater as Farcs na colômbia para dar um fôlego para a indústria bélica. As Farcs na Colômbia, guerrilheiros socialistas que utilizam o narcotráfico para obter armas. Daí o plano colômbia imposto pelos americanos (FMI) para deflagrar a guerrilha que já controla 622 municípios na Colômbia. O Brasil foi encarregado de fechar as suas fronteiras. Contudo, sabemos que a Amazônia é geoestratégica.

GUERRA, POLÍTICA E ENTRETENIMENTO

Mais uma vez, pudemos ver o retorno da histórica propensão dos Estados Unidos ao entretenimento e à guerra. Ou melhor: à personalização da guerra. Dois dos mais importantes setores da economia norte-americana novamente são protagonistas de uma época de crise: a indústria bélica e a da “diversão”. Os militares e o atual governo republicano, juntamente com revistas, jornais, televisão e cinema, novamente deram o tom dos acontecimentos, censuraram informações e transformaram a invasão do Iraque num espetáculo.

É bom recordar que no começo do século XX, durante os sangrentos eventos da revolução mexicana, por exemplo, o público, a imprensa e o governo norte-americanos precisavam de imagens e personagens com os quais pudessem se identificar e com isso, sentir-se mais próximos dos campos de batalha, não só para justificar apoios e intervenções dentro daquele país, como também para ganhar dinheiro. Assim, no dia 3 de janeiro de 1914, o já legendário revolucionário Pancho Villa, assinou um contrato de exclusividade no valor de US\$ 25 mil com a Mutual Film Corporation para estrelar como protagonista de suas próprias batalhas no norte do México. De acordo com o contrato, Villa deveria empreender os combates somente durante o dia, já que a luminosidade favoreceria as filmagens em campo aberto. Quaisquer outros cinegrafistas seriam proibidos de registrar os acontecimentos. Se por acaso as imagens reais não fossem suficientes, o líder da “Divisão do Norte” se comprometeria a “encenar” batalhas, para que fossem incluídas mais tardes nos filmes da Mutual. Há quem diga que os representantes da empresa cinematográfica norte-americana chegaram ao ponto de pedir a Villa que adiasse as execuções de inimigos e traidores das cinco para as sete horas da manhã, já que nesse horário haveria mais luz para as filmagens.

Naquele mesmo ano, estreava em Nova Iorque. “A vida de Pancho Villa”, com atores interpretando o jovem revolucionário e com o próprio Villa aparecendo em diversas cenas. Um livreto, que era entregue ao público, contava a vida daquele homem, mostrando as injustiças perpetradas contra ele desde a infância até suas mais “heróicas” batalhas. A audiência ficava fascinada, tentava entender a guerra e gastava seu dinheiro...

As notícias na imprensa não tardaram em chegar. De acordo com o Army & Navy Journal, Pancho Villa não só era um “gênio militar” como também possuía uma “admirável personalidade”. O presidente Woodrow Wilson chegou a dizer que Villa era “o maior mexicano de sua geração”, enquanto o “Centauro do Norte” elogiava o governante norte-americano, a quem chamava de “sábio”. Villa, até onde podia, respondia favoravelmente à maioria das solicitações do enviado oficial de Washington, George Carother, enquanto, ao mesmo tempo, mantinha amizade com general Hugh Scott, responsável pelo comando da fronteira entre os dois países. Ou seja, havia um acordo tácito entre ambas as partes, que usavam umas às outras para atingir seus objetivos.

Até então, Villa era admirado pelo público e governo dos Estados Unidos, já que servia a seus interesses. Mas depois as coisas mudaram. O resto da história é conhecida. Derrotas militares, deserções de aliados, traições, problemas financeiros e acusações de “atrocidades” foram diminuindo o prestígio de Villa perante o governo norte-americano, que se declarou “desiludido” com ele. Os Estados Unidos reconheceram o governo de Carranza e começaram, então, a considerar Villa um bandido. Com desejo de vingança e temerosos que sua terra pudesse se tornar um protetorado norte-americano, Villa e suas tropas, em 1916, atravessam a fronteira, atacam a cidadezinha de Columbus, arrasam tudo que vêem pela frente, pilham, saqueiam, destroem o local e em seguida fogem de volta ao México. Aquela havia sido a primeira e única invasão do território dos Estados Unidos no século XX, uma humilhação, uma derrota contundente para norte-americanos, um absurdo que eles não poderiam aceitar, um ataque que eles não estavam esperando e que enfureceu o governo. Por causa disso, foi enviada uma expedição “punitiva” ao México, liderada pelo general John Pershing, que atravessou a fronteira e “caçou” Villa por milhares de quilômetros dentro do país. As informações eram contraditórias. Por algum tempo não se ouviu mais falar de Villa. Começaram a circular notícias de que já não estaria mais vivo. Outras fontes diziam que estaria ferido ou escondido. O fato é que Pershing nunca conseguiu encontrar o revolucionário...

E então, quase um século mais tarde, os Estados Unidos são novamente “atacados” dentro de seu território. Após os eventos de 11 de setembro, era necessário encontrar um culpado. O principal candidato era Osama Bin-laden, durante muitos anos elogiado e respaldado pelos Estados Unidos, que necessitavam de sua “ajuda” no combate às tropas soviéticas no Afeganistão. Mas, da mesma forma que anteriormente ele havia sido considerado um “amigo”, agora se tornara o pior dos terroristas, que deveria ser eliminado a qualquer custo. Uma guerra, portanto, seria necessária. Como não existiam inimigos clássicos, se “personalizou” novamente o conflito. O povo do Afeganistão era “bom”, de acordo com o governo Bush, mas seria necessário arrasar seu território para que se pudesse “caçar” Osama e seus aceclas. Uma expedição punitiva mais uma vez foi organizada, invadiu um país estrangeiro e procurou, sem sucesso até o momento, aquele que era considerado o pior inimigo da “América”. A indústria bélica recebeu maiores fatias do orçamento e pedidos das forças armadas, enquanto a mídia transformou tudo num grande show. Mas a guerra durou pouco e seria necessário criar outro conflito para novamente aquecer a já debilitada economia norte-americana. A indústria militar e a grande mídia novamente saíam ganhando nesta estória.

O alvo agora seria o Iraque de Saddam Hussein. Para os Estados Unidos, o povo iraquiano era “bom”, mas era liderado pelo “louco”, “fanático” e “perigoso” Saddam Hussein. Não custa recordar que anos antes, Hussein havia sido o escolhido da “América” para salvaguardar seus interesses no Oriente Médio, um importante aliado na região. Para os norte-americanos, ele poderia ser uma contenção aos designios dos supostos “fanáticos” religiosos do Irã. Por isso, entupiram o país com armas convencionais, biológicas e químicas, enviaram ajuda financeira e apoiaram politicamente a Saddam. As imagens de Donald Rumsfeld apertando fervorosamente a mão de Hussein numa visita oficial anos atrás ainda estão na memória.

Mas agora Hussein se transformaria na personalização da maldade e na justificativa de uma guerra. Alguns jornalistas e analistas políticos têm afirmado recentemente que o homem por trás de Bush, e principal ideólogo e articulador das atuais políticas agressivas dos Estados Unidos é Karl Rove, que acompanha o presidente há quase vinte anos e é seu principal conselheiro. Rove, aos 53 anos de idade, não tem nenhum título universitário, apesar de ter feito cursos em distintas universidades. Foi diretor-executivo do Comitê Nacional do Partido Republicano nos anos 1970, ajudou Bush a se eleger governador do Texas nos anos 1990, assim como conseguiu o apoio de uma grande quantidade de investidores para que o mesmo Bush ganhasse as eleições e se tornasse presidente dos Estados Unidos. O próprio Rove teria sido o responsável pela escolha de Saddam como inimigo da “América”. Como Osama havia escapado, seria importante colocar alguém em seu lugar. Após uma noite analisando a situação, ele encontrou a solução. Saddam estava no Iraque, seria fácil de capturar. Isso justificaria uma intervenção e esconderia os verdadeiros motivos para enviar tropas àquele país, ou seja, ampliar a influência política e militar na região, redesenhar o mapa geopolítico do Oriente Médio, manter bases estratégicas em diversas partes do planeta, garantir as reservas de petróleo, mandar uma “mensagem” a países que não quisessem cooperar, distribuir contratos de reconstrução do Iraque para empresas norte-americanas, manter a popularidade interna do presidente, garantir uma vitória nas próximas eleições, desviar a atenção pública da crise financeira, aumentar os gastos militares e manter os Estados Unidos numa posição de única superpotência econômica e militar no mundo.

Assim, transgredindo o bom senso, as resoluções da ONU e toda a ordem jurídica internacional, o governo conservador de George Bush decidiu praticamente unilateralmente enviar tropas “punitivas” para novamente “caçar” um indivíduo. Para os estrategistas da atual administração republicana os países são apenas mapas, desenhos, traços no papel. Eles aparentemente não se dão conta de que dentro dos territórios há povos, história, cultura e complicadas relações políticas, religiosas e sociais... Logo após atacarem o Iraque de forma extremamente agressiva, se surpreenderam com a reação da população local e sua tentativa desesperada de defender sua soberania.

Novamente a fatia do orçamento para o setor de segurança e forças armadas aumentou substancialmente, uma tentativa clássica de reaquecer a economia do país através de um conflito armado. E a mídia não perdeu tempo. Os programas televisivos apresentavam a guerra como um filme, as tropas ianques como caubóis bondosos prontos a salvar aquele miserável povo árabe. A destruição de cidades e massacre da população foram deixados de lado, e o suposto motivo real para a guerra - a busca de armas de

destruição em massa -, foi esquecido e substituído pela “caça” a Saddam. As redes de televisão, praticamente porta-vozes do governo, censuraram imagens e informações e apresentaram a guerra como um filme de Hollywood, onde os heróis são sempre os próprios norte-americanos, que têm, como missão, salvar os outros povos da Terra, mesmo que isso vá contra sua vontade. Ao que tudo indica, já há planos para a realização de um filme sobre o resgate da prisioneira de guerra Jessica Lynch, de 19 anos, pelas tropas de seu país. Outros filmes, seriados e documentários possivelmente seguirão esta tendência. A loucura mercadológica chega a tal ponto que já se planeja produzir inclusive um boneco sonoro do ministro da Informação do Iraque, Mohamed Said Al Sajaf, famoso por suas declarações excêntricas e que se tornou um ídolo *cult* para uma boa parte do público ocidental que assistiu a guerra pela televisão.

A questão agora é saber quem será o próximo inimigo que os Estados Unidos irão criar para justificar outro conflito. A lista é extensa e muitos são os candidatos. Mas isso, só o tempo dirá.

O FIM DA GUERRA FRIA E OS NOVOS DESAFIOS AO DESENVOLVIMENTO E À SEGURANÇA

O declínio e, finalmente, a desintegração da URSS puseram fim à Guerra Fria e ao sistema bipolar, abrindo uma nova era de incertezas na construção de uma nova ordem mundial, numa conjuntura marcada pelo acirramento da competição econômico-tecnológica mundial. O fenômeno da globalização passa, cada vez mais, pela regionalização, isto é, pela formação de pólos econômicos apoiados na integração supranacional em escala regional. E a intensidade do processo de globalização provoca profundos efeitos desestabilizadores, gerando a fragmentação social e nacional, esta última particularmente presente nos países periféricos. É neste quadro de reordenamento mundial que a Ásia-Pacífico, particularmente a Ásia Oriental, emerge como uma nova fronteira econômica, agora centrada no Pacífico, em substituição à do Mediterrâneo e à do Atlântico. Muitos países latino-americanos começam a voltar-se para esta região, e mesmo a Austrália passa à “asiatizar-se”, percebendo a inviabilidade, no longo prazo, de manter-se como enclave europeu no Pacífico.

O sucesso asiático, e do que alguns chamam de seu “modelo”, entretanto, tem suas contrapartidas. Muitos países da região, especialmente a China, conhecem tendências desestabilizadoras, fruto do acelerado crescimento, bem como pela introdução de mecanismos de mercado numa sociedade ainda marcada pelas formas socialistas na esfera sócio-política. Os fenômenos do rápido incremento demográfico e da vertiginosa e caótica urbanização atingem toda a região (exceto o Japão), mas são particularmente preocupantes na China, pois as reformas afetaram a política de controle da natalidade, o que é perigoso num país com tal volume da população.

Além disso, a Ásia-Pacífico depende estruturalmente do mercado mundial, tornando-se vulnerável à pressão de outros países ou a uma eventual crise desarticuladora do sistema comercial e financeiro internacional. Finalmente, deve-se assinalar que o “bloco” asiático não existe enquanto tal, pois não constitui um processo de integração institucionalizado como a União Européia e o NAFTA, mas um conjunto de economias articuladas através de uma divisão de trabalho apoiada em vínculos internacionais de mercado, que acaba funcionando como uma espécie de regionalismo aberto. A APEC (Conselho Econômico da Ásia-Pacífico), fundado em 1989 representa a principal forma de articulação regional até o momento.

Os problemas e perspectivas da Ásia-Pacífico não podem, contudo, ser avaliados unicamente a partir da perspectiva econômica. A segurança regional levanta uma série de interrogações que, provavelmente, condicionarão as possibilidades econômicas posteriores. A ascensão econômica da China, potenciando o incremento e modernização de seu potencial militar e, conseqüentemente, ampliando sua autonomia político-diplomática, passaram a preocupar particularmente os EUA, que buscam reafirmar sua predominância a um custo mais baixo que durante a Guerra Fria, dentro de um cenário internacional de contornos pós-hegemônicos.

Com o final da Guerra Fria os Estados Unidos se desengajaram parcialmente da região, criando novos problemas para a segurança regional. Este problema afeta em particular os Estados da ANSEA, que congregam uma população de 525 milhões de habitantes e são responsáveis por um PIB de US\$ 1.8 trilhões. A região é particularmente sensível ao ingresso da China na economia mundial, por seu peso e por anular certas vantagens comparativas da região. A ANSEA tem agido com rapidez, estreitando a cooperação política e econômica entre seus membros, para acelerar o desenvolvimento econômico e garantir a segurança militar da região. Em 1995 o Vietnã, antigo rival, passou a integrar a organização, seguido por Laos, Myanmar (Birmânia) e Camboja, passando a abarcar todo o sudeste asiático.

Dinamizados pelo desenvolvimento de Cingapura e, mais recentemente pelos avanços da Malásia, Tailândia e Indonésia, a ANSEA também tem conhecido pressões externas de cunho político, mas que visam essencialmente seu sistema econômico. Enquanto os EUA e outros países levantam contra a China acusações de violação dos direitos humanos, os Estados do sudeste asiático tem sido acusados de não respeitar os direitos trabalhistas, o que diminuiria as vantagens comparativas dos demais países. A este propósito o Primeiro Ministro da Malásia, Datuk Mahatir Mohamad, ironizou: “quando éramos meros exploradores de seringais e minas de estanho, ninguém se preocupava com nossos salários”. Devido a obstáculos deste tipo, e face a determinados perfis que se esboçam na ordem internacional emergente, a Malásia e outros países da região tem procurado rearticular o Movimento dos Países Não Alinhados e a cooperação Sul-Sul, dotando-os de novos conteúdos.

No fundo, o alvo ocidental são os elementos constitutivos do chamado “modelo asiático”, que indiferentemente da auto definição dos Estados como capitalistas ou socialistas, possuem determinados traços em comum. A noção de mercado capitalista encontra-se invariavelmente associada a de Estado forte, regulador, planejador e intervencionista, baseado em regimes personalistas, autoritários e fundados em partidos únicos. Segundo acadêmicos cingapureanos, o modelo asiático tem as seguintes características: a legitimidade dos dirigentes políticos funda-se na eficácia governamental; há um contrato social entre a população e o Estado, em que a lei e a ordem são oferecidas em troca do respeito à autoridade; desenvolve-se a auto confiança nos trabalhadores, sem um excesso de benefícios propiciados pelo Estado; a imprensa deve ser livre mas responsável; e o

individualismo excessivo do ocidente deve ser rejeitado em favor dos direitos da comunidade. Mais ainda, os direitos humanos são considerados universais e abrangentes, abarcando os aspectos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos, de forma indivisível, ao contrário do Ocidente, que os encara primordialmente pela ótica individual.

No plano internacional, estes regimes insistem cada vez mais nas noções de soberania e na de não ingerência nos assuntos internos, embora continuem achando positiva a presença americana na segurança regional, como forma de manter a paz e a estabilidade, indispensáveis à continuidade de seus processos de desenvolvimento econômico. As questões da democracia e do mercado, que aparentemente introduzem uma clivagem entre Ocidente e Oriente constituem na verdade, predominantemente uma oposição Norte-Sul. Novos países periféricos, não ocidentais, ascendem ao desenvolvimento, num momento em que o antigo Primeiro Mundo parece envelhecer. Com o fim da Guerra Fria isto parece tornar-se injustificável e insuportável.

As reformas internas rumo ao mercado e a abertura externa do Vietnã, com a permanência de um sistema político fundado no marxismo-leninismo, aproximam o modelo do país do exemplo chinês. Dramaticamente afetado pelo desaparecimento do campo soviético, o país restabeleceu relações com a China em 1992 e com os EUA em 1995, integrando-se rapidamente à economia mundial graças a uma legislação de investimentos ainda mais liberal que a chinesa. De forma indisfarçável, Washington aproximou-se do mais jovem candidato à Tigre asiático com a finalidade de fortalecer um grupo de países que pudessem contrabalançar o peso da China, explorando ainda o contencioso Beijing-Hanói das Ilhas Spratli, localizadas no Mar da China Meridional e ricas em petróleo. Este também parece ser o caso da Índia, outro antigo aliado da URSS, que hoje se integra à economia mundial, e tem sido aventada como uma alternativa à China.

A multilateralidade, que já existia desde a época da Guerra Fria na Ásia, tem se aprofundado na região. Mais do que meros apêndices da economia japonesa, a China e os Tigres (da primeira e segunda geração) tem se tornado competidores ambiciosos, embora suas economias continuem fortemente interdependentes, o que, aliás, também ocorre em relação à economia americana. Por outro lado, o Japão tem conhecido uma prolongada crise econômica e política, o que reforça o papel dos demais protagonistas regionais. Na conferência da APEC em 1994 na Indonésia, decidiu-se estabelecer uma Área de Livre Comércio na Ásia-Pacífico, com um período de adaptação até 2010 para os países desenvolvidos e 2020 para os em desenvolvimento. Mas os EUA parecem querer dar ao processo um conteúdo que implique no afastamento do Japão do multilateralismo, aproximando-o do regionalismo (a "Comunidade do Pacífico"), em que a interdependência bilateral destes países ensejaria a criação da economia Nichibei (expressão cunhada a partir dos caracteres japoneses Nihon, Japão, e Beikoku, Estados Unidos).

ÁFRICA - UM CONTINENTE FLAGELADO PELA AIDS

A pobreza, a falta de informação e as guerras produziram uma bomba de efeito retardado que está dizimando a África: nas duas últimas décadas, a Aids matou 17 milhões de pessoas no continente, quase tanto quanto catástrofes históricas como a gripe espanhola do início do século passado (20 milhões) e a peste negra, na Idade Média (25 milhões).

De cada três infectados pela Aids no planeta, dois vivem na África. Enquanto na Europa, nos Estados Unidos e mesmo no Brasil as campanhas de prevenção e novas drogas têm conseguido deter a epidemia e prolongar a vida de portadores do HIV, para os africanos contaminados praticamente não há esperança.

A cada minuto, oito novos doentes surgem no continente. Na África subsaariana, a mais afetada do mundo, o número de pessoas infectadas com o HIV subiu para 25,3 milhões em 2000, segundo um relatório do Programa da Organização das Nações Unidas para Aids (UnAids).

Em consequência da doença, a expectativa média de vida em algumas nações recuou em até 17 anos - sobretudo no sul da África, onde países como Zimbábue convivem com índices de contaminação de 25% da população. Para se ter uma idéia do que isso representa, o Brasil tem 540 mil pessoas infectadas, uma taxa de contaminação de 0,35% da população.

Por causa da devastação causada pela doença, nos próximos cinco anos a expectativa de vida no continente deve retroceder aos níveis dos anos 60, caindo de 59 para 45 anos em média.

A África do Sul, que marcou a história da medicina ao realizar o primeiro transplante de coração, em 1967, tem hoje 4,2 milhões de pessoas infectadas - o maior número de soropositivos do mundo. No país, a incidência de estupro é epidêmica como a própria síndrome, e as duas estão vinculadas. Em certas regiões, cultiva-se a lenda de que um portador do HIV pode curar-se ao violentar uma virgem. Oficialmente, ocorrem 50 mil estupros por ano - há estimativas de que esse número seja superior a 1 milhão.

Frágeis economias sofrem impacto da epidemia - O HIV se alastra livre e solto pelo continente, sem que os governos tomem medidas preventivas eficazes. Com exceção de Uganda, praticamente não há campanhas de prevenção, faltam testes de HIV e não há medicamentos para tratar os doentes. A razão, segundo especialistas, é a falta de vontade política dos governos de lidar com a doença e de tocar em assuntos tabus para a maioria das culturas africanas, como sexo, homossexualismo e "camisinha".

Muitos africanos ignoram o que seja Aids. Eles acham que a doença é causada apenas pela pobreza, por bruxaria, inveja ou por maldição de espíritos antepassados. Esses mitos aumentam o estigma em torno da Aids, mantida em segredo por doentes e familiares devido ao preconceito e ao isolamento a que são submetidos na comunidade.

A violência sexual contra as mulheres produzida por guerrilheiros e pelos próprios exércitos é a principal causa do aumento da incidência da Aids. A doença também ameaça corroer as frágeis economias dos países. O Produto Interno Bruto (PIB) da África do Sul, por exemplo, serão 17% menor em 10 anos por causa de Aids. Empresas de vários países calculam perder entre 6% e 8% dos lucros em gastos com funcionários contaminados, incluindo o pagamento de funerais e medicamentos básicos.

AS PRINCIPAIS RELIGIÕES DO MUNDO

Religiões monoteístas (crêem em um só Deus. Judaísmo, cristianismo e islamismo são as três importantes religiões monoteístas do mundo).

Islamismo: Fundação: Península Arábica, pelo profeta Muhammad (570-632). O nome da religião vem de “Islam”, que em árabe, significa submissão a Deus. Mais de 1,3 bilhão de adeptos.

Doutrina: baseia-se no livro sagrado Alcorão e nos atos, ditos e ensinamentos de Muhammad. Os muçulmanos crêem num único Deus (Allah), onipotente, que criou a natureza por meio de um ato de misericórdia. Consciente da debilidade moral da humanidade, Deus enviou profetas à Terra. Adão foi o primeiro e recebeu o perdão divino (o islamismo não aceita a doutrina do pecado original). Muhammad é considerado o último profeta enviado por Deus. Os muçulmanos crêem nos profetas anteriores a ele, que incluem Jesus Cristo.

Os muçulmanos seguem cinco pilares fundamentais

- I. Testemunhar que “Não há deus senão Deus, e Muhammad é o mensageiro de Deus” .
- II. Orar cinco vezes em direção a Meca - berço do islamismo e lugar sagrado .
- III. Pagar o tributo, Zakat, que corresponde a 2,5% da renda anual do muçulmano, para caridade .
- IV. Jejuar no mês de Ramadã, época em que comer, beber e manter relações sexuais são atividades proibidas entre a alvorada e o anoitecer .
- V. Fazer uma peregrinação a Meca pelo menos uma vez na vida, para aqueles que têm condições.

Hierarquia: não há

Liturgia: rezam cinco vezes ao dia em direção a Meca. Quando possível, a oração deve ser feita na mesquita.

Nome do templo: mesquita

Cristianismo: Fundação: Oriente Médio, por Jesus Cristo, início da era cristã. Cerca de 1,9 bilhão de adeptos

Doutrina: segue a palavra e o exemplo de Jesus Cristo, filho de Deus, que sacrificou sua vida na cruz pela humanidade. A doutrina baseia-se na ressurreição de Cristo, na mensagem da fraternidade e na promessa de salvação e vida eterna. Há várias denominações. Dos cerca de 1,9 bilhão de cristãos, cerca de 1 bilhão são católicos, majoritários no Brasil. No país, destacam-se também as igrejas protestantes pentecostais.

Catolicismo - hierarquia

- I. Papa- considerado o sucessor do apóstolo Pedro, que seria o primeiro papa da Igreja Católica Apostólica Romana. Para o catolicismo, a autoridade papal provém diretamente de Jesus Cristo, por intermédio de Pedro.
- II. Cardeal- mais alto dignitário da Igreja Católica depois do papa. Quando o papa morre, os cardeais se reúnem em conclave (assembléia fechada) para eleger seu sucessor.
- III. Bispo- considerado sucessor dos apóstolos; responsável, com o papa, pela administração de uma diocese (união de paróquias).
- IV. Padre- todo batizado que recebeu ordenação sacerdotal. Responsável por uma paróquia ou por serviços da igreja

Liturgia: a celebração principal é a missa (na Igreja Católica, refere-se à celebração da eucaristia).

Nome do templo: Igreja

Principais ramos: Igreja Católica Apostólica Romana, Igreja Católica Armênia, Igreja Católica Caldéia (Irã, Síria, Líbano e Egito), Igreja Greco-Melquita, Igreja Maronita (Líbano).

Judaísmo: Fundação: Oriente Médio, por Abraão, por volta do séc. XVII a.C. CERCA DE 13 MILHÕES DE ADEPTOS.

Doutrina: a Torá, livro sagrado do judaísmo, contém a vontade de Deus expressa por meio de preceitos (mitzvot) que os homens devem seguir. A Torá é formada por cinco livros, o Pentateuco. O Talmud (estudo, em hebraico), criação dos rabinos, expande as interpretações judaicas. Os judeus têm a convicção de ser o povo eleito e acreditam num Deus único. A crença tradicional judaica afirma que Deus vai enviar à Terra um “Mashiach” (messias, em hebraico).

Hierarquia: não há.

Liturgia: rezam três vezes ao dia: de manhã, à tarde e ao anoitecer. Como sinal de respeito a Deus, cobrem a cabeça para orar, com chapéu ou com um solidéu (kipá).

Nome do Templo: sinagoga.

Principais ramos/denominações: ortodoxos, conservadores, reformistas e liberais.

Principais comemorações:

- I. ROSH HASHANÁ - Ano Novo judaico, comemorado nos dias 1 e 2 do mês judaico Tisherei (geralmente setembro ou outubro). A contagem do calendário judaico começa na simbólica criação do mundo. O ano litúrgico termina com quatro dias de jejum em memória da destruição dos templos judaicos, em 586 a.C. e em 70 d. C.
- II. IOM KIPUR - dia do perdão, que é uma das festas mais importantes do judaísmo.
- III. SUKOT (tabernáculo) - comemora os 40 anos durante os quais o povo judeu viveu no deserto
- IV. HANUKAH (dedicação) - comemora o triunfo dos mababeus.

TEMAS POLÊMICOS DA ATUALIDADE MUNDIAL E BRASILEIRA

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável consiste em criar um modelo econômico capaz de gerar riqueza e bem-estar enquanto promove a coesão social e impede a destruição da natureza. Esse modelo busca satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Ou seja: utilizar recursos naturais sem comprometer sua produção, fazer proveito da natureza sem devastá-la e buscar a melhoria da qualidade de vida. Por isso, o desenvolvimento sustentável coloca na berlinda o modelo de produção e consumo ocidentais, que ameaça o equilíbrio do planeta. Além disso, se preocupa com os problemas a longo prazo, enquanto o atual modelo de desenvolvimento fundado em uma lógica puramente econômica se centra no "aqui e agora". O termo foi utilizado pela primeira vez em 1980 por um organismo privado de pesquisa, a Aliança Mundial para a Natureza (UICN). Em 1987, o conceito apareceu em um informe realizado pela ex-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland para a ONU (Organização das Nações Unidas), no qual se dizia que um desenvolvimento é duradouro quando "responde às necessidades do presente sem colocar em perigo as capacidades das gerações futuras para fazer o mesmo". "A formulação do conceito de desenvolvimento sustentável implicava o reconhecimento de que as forças de mercado abandonadas à sua livre dinâmica não garantiam a não-destruição dos recursos naturais e do ambiente", afirma o economista e consultor ambiental espanhol Antxon Olabe. Discussões e aplicações Na Eco-92, cúpula realizada no Rio de Janeiro, e na Rio +10, encontro em Johannesburg dez anos depois, essa expressão foi o centro das discussões. Desde então, em um extremo se situam os ecologistas radicais, que defendem o crescimento zero para pôr fim aos esgotamento dos recursos. Em outro lado, estão aqueles que acham que o progresso tecnológico permitirá resolver todos os problemas do ambiente.

Essa segunda visão é utilizada para explicar atitudes como a do presidente norte-americano, George W. Bush, que não ratificou o Protocolo de Kyoto (1997), sobre a redução dos gases que produzem o efeito estufa. A primeira interpretação do termo, que considera incompatível o desenvolvimento econômico com respeito ao ambiente, foi lançada em 1972 em um informe dos universitários do chamado Clube de Roma. Mas esse enfoque é solidário apenas em relação à natureza e não aos países em vias de desenvolvimento que criticam que não podem interromper um crescimento que ainda não se iniciou. O termo desenvolvimento sustentável não facilitou as discussões tanto no Brasil quanto na África do Sul, quando os países do hemisfério Norte _que concentra os países desenvolvidos_ tentaram defender o direito a um ambiente saudável, enquanto os do Sul queriam o direito de se desenvolver.

ECOLOGIA

A economia mundial continua sendo uma das forças motrizes da degradação ambiental, tanto quanto se trata de perda da floresta tropical, como pelo aquecimento da Terra por milhões de toneladas de gases que são despejados na atmosfera por veículos e fábricas. Os pobres são os mais prejudicados, simplesmente porque têm menos recursos para sobreviver. Essa disparidade manifesta-se de modo mais evidente na expectativa de vida: 73 anos nos países desenvolvidos e 60 anos nos países pobres. Em geral, o crescimento econômico nos anos 80 foi mais lento que nos anos 70. Para muitos países pobres os anos 80 foi uma década perdida, em vários sentidos. A dívida externa disparou, os preços das suas matérias-primas baixaram, as políticas de ajuste não funcionaram e 1/3 de sua população – 1 bilhão e 200 milhões de habitantes – vive abaixo do limia da pobreza, estimado em 370 dólares anuais per capita. As reformas econômicas impostas pelos governos não trouxeram benefícios para essa população pobre e, em muitos casos, pioraram a situação.

Muitos governos de países pobres se preocuparam unicamente com a crise econômica e política a curto prazo. A administração e conservação dos recursos ambientais ocuparam um lugar de pouco destaque nas listas de prioridades.

Segundo o Banco Mundial, dos 49 países que tiveram redução no seu Produto Interno Bruto (PIB) nos anos 80, quase todos têm economias predominantemente agrárias, baixa renda, rápido crescimento populacional e passam por um processo acelerado de degradação ambiental. O desnível de renda entre o Norte e o Sul se traduz no acesso desigual aos produtos do progresso material. Atualmente, os países desenvolvidos, que concentram menos de um quinto da população mundial, consomem 80% dos recursos naturais (alimentos e matérias-primas) produzidos no planeta. Os 20% restantes são disputados por mais de 4 bilhões de pessoas, das quais mais de um bilhão situam-se abaixo dos níveis de miséria absoluta. A maioria, cerca de 60%, viver no chamado cinturão tropical, justamente onde se localizam 58% das terras cultiváveis do planeta.

A diferença entre o Norte e o Sul tende a aumentar devido ao tipo e trocas internacionais. Os produtos oferecidos pelos países pobres no mercado mundial – matérias-primas e produtos semi-elaborados – vêm perdendo valor frente à produção dos países ricos, centradas na inovação tecnológica. Para compensar essa tendência, os países pobres tentam aumentar a produção dirigida para exportação. Para isso, passam a incorporar novas áreas já ocupadas e vêm substituindo a produção voltada para o mercado interno por artigos de grande demanda internacional. Isso resulta em aumento do preço dos alimentos em seus mercados internos e aumento da fome, além de uma ocupação desordenada das áreas de floresta e uma superexploração dos solos, o que demonstra a intensa deteriorização do meio ambiente.

Antes de qualquer coisa é bom lembrar que só podemos entender a questão ecológica, aqui no Brasil, na forma da onda da globalização neoliberal que vem promovendo uma total perda da soberania nacional sobre a gestão dos seus recursos naturais, coibindo assim a alternativa de projetos de desenvolvimento sustentáveis, aprofundando as desigualdades sociais, dilapidando os recursos naturais, excluindo em grande parte a população do mercado de trabalho, sem que participe dos frutos propiciados pelo avanço da ciência e tecnologia.

Quanto a esta questão, não confundir, por exemplo, efeito estufa (natural, conceito da Física) com efeito de estufa (aquele provocado pela ação do homem, conceito da geografia). Lembre-se: a última grande conferência sobre o clima, se deu em Kioto, Japão, no ano de 1997, sendo que este ano houve mais um encontro em Bohn no qual ficou claro que alguns países não estão cumprindo suas resoluções. Dois resistentes foram a Austrália e o Japão. O Governo Bush neoliberal de direita não ratificou o acordo de Kioto mesmo sendo os EUA responsáveis pela emissão de ¼ dos "gases de estufa" do globo. Um capítulo polêmico

deste encontro, foi a emissão dos gases de estufa, cujas quantidades devem ser reduzidas ao nível de quinze anos atrás. Os Americanos são 100 milhões de carros. Cada americano consome energia para: 3 suíços, 4 italianos, 160 tanzanianos e 1100 ruandeses. Utilizam 40% dos recursos renováveis do globo sendo que suas fontes de energia são baseadas em combustíveis fósseis: Carvão, Petróleo e Gás Natural.

A questão ambiental ou ecológica é uma questão global, sendo necessária uma ação conjunta de todos os países do globo. As energias carbonadas, petróleo e carvão, principalmente, as queimadas*, os gases emitidos pelas fábricas, são causas básicas do efeito de estufa, ilha de calor, chuva ácida e inversão térmica, problemas sérios dos tempos atuais e que reforçam uma de nossas principais contradições. Ela reside no fato de não coadunarmos desenvolvimento científico e questão ambiental.

Na quarta conferência mundial sobre o clima, chegou-se a conclusão de que a temperatura da terra deve elevar-se mais 5 graus até 2100. Os gases de estufa proveniente da queima dos combustíveis fósseis, em especial o petróleo e carvão, faz nossa necessidade de fontes alternativas como a solar, a eólica, a das marés, a dos géiseres ou a de biomassa, que são as fontes da revolução técnico científica. A agenda 21 é um plano ambicioso que prevê a implantação de um programa de desenvolvimento sustentável para todo o globo para o século XXI. Nela os países X se comprometem destinar 0,7% dos seus PIBs para aplicação neste programa. Por enquanto só mandaram as fábricas que mais poluem. Há uma proposta de crescimento zero não aceita pelos países periféricos uma vez que teriam que estagnar o seu processo de industrialização.

Nas regiões de fronteira agrícola, ou em países de industrialização recente, tais como os tigrinhos asiáticos, é muito comum o uso de queimadas para limpar campos. Estas se dão nos meses mais secos do ano, em áreas de pastagens ou queima de coivaras, causando acidentes em rodovias, com mortes de pessoas, animais, e sérios problemas respiratórios em cidades circundadas por canaviais, num dos casos mais alarmantes de poluição atmosférica.

A escravidão de menores e de armazém é uma constante nas áreas de carvoaria, como as denunciadas na região Centro Oeste e Norte do Brasil. Neste sentido, são também graves as denúncias feitas a China dentro da OMC, já que este país é um paraíso proletário e um dos principais acusados de Dunning Social.

ÁGUA

A água potável poderá se tornar um dos recursos mais caros (custo benefício) do século XXI. Sendo assim, os rios internacionais são cada vez mais geoestratégicos, motivando conflitos entre os países envolvidos. Um grande exemplo é a questão do Nilo, ou ainda, as nascentes do rio Jordão, palco das disputas entre árabes e judeus, no Oriente Médio. Nestas regiões, água é, relativamente, mais importante que o petróleo. No Centro Oeste do Brasil, a calagem (Mistura de cal na terra) de solo causa eutrofização (processo através do qual um corpo de água adquire níveis altos de nutrientes, fosfatos e nitratos, provocando o posterior acúmulo de matéria orgânica em decomposição; aquela causada ou acelerada por atividades humanas como o despejo de esgotos domésticos ou a agricultura) de mananciais, constituindo-se em um grave impacto sobre recursos hídricos. Não falta água por falta de chuvas. A grande causa da escassez é o mau uso dos solos agrícolas e urbanos por compactação pelo uso de máquinas e pastoreio ou ainda pela impermeabilidade de área urbana. Fala-se em taxar todo e qualquer uso de água. É necessário racionalizar o uso da água e, em caso extremo, seu racionamento. Todas as grandes cidades do mundo já se ressentem deste recurso, em especial as megacidades dos países periféricos, serão palcos, mais e mais, de disputas por rios que as abastecem e de grandes epidemias. O Nilo e o Níger são dois bons exemplos destas disputas. O Brasil embora tendo a maior reserva de água disponível do globo apresenta regiões em estresse hídrico, menos de 2000 metros cúbicos de água por habitante por ano. Este é o caso de muitas áreas do Nordeste.

ENERGIA

O século XIX foi da máquina a vapor, um motor a combustão externa. O século XX foi do motor a combustão interna. Já o século XXI será das formas alternativas de combustível que prometem divorciar o automóvel da poluição. Quanto a nossa crise energética, tanto a Petrobrás quanto o setor energético e tudo o que é público no Brasil passaram a sofrer as conseqüências do projeto neoliberal. A receita do FMI foi retirar dinheiro das estatais para equilibrar as contas públicas. O resultado foi que não só a Petrobrás como todo o setor energético sofreram com tais medidas resultando em graves "Acidentes Ecológicos", ameaças, ou até mesmo, apagões.

Quanto às fontes de energia, temos que analisá-las em termos de disponibilidade, viabilidade, extração, transporte, armazenamento, distribuição, poluente ou limpa, renovável ou esgotável. Assim, no caso do Brasil, as fontes alternativas, (biomassa, eólica ou solar) assumem uma importância fundamental por ser um país tropical. A energia solar é considerada a fonte energética do século XXI. Na década de 70, houve o fortalecimento da OPEP, (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) em reação às sete irmãs (empresas que controlam a distribuição do petróleo no globo e estão em processo de fusões). No mundo, como um todo, os países buscaram as fontes alternativas como forma de se prevenirem ante as crises do petróleo. Lembre-se do programa Proálcool, da tentativa ineficaz das nucleares que Fernando Henrique acabou por quase desativar. Por estes fatores, a década de 70 é considerada a "década da crise energética". Já a década de 80 foi considerada a "década da destruição e perda" com problemas ambientais sérios, dentre eles o acidente com o Césio em Goiânia.

Associe fontes de energia ao tipo de transporte adotado em cada país. Desta forma, fica mais fácil entender quais países são mais velozes na produção, como os tigres asiáticos, e porque países como o Brasil, Índia, China, Indonésia e Rússia são consideradas "países baleias", por serem grandes e lentos. O modelo de transporte rodoviário é o mais caro. A hidrovia é, sem dúvida, o transporte mais barato, em termos de custo benefício.

A ERA DO PETRÓLEO

O nível de consumo atual com as reservas já conhecidas são suficientes para manter o abastecimento por mais de cinquenta anos. É possível encontrar novas reservas de petróleo ao mesmo passo que a tecnologia pode fazer cair o consumo. O período marcado por oferta abundante, preços baixos e gastos abusivos de petróleo está se encerrando, como mostra a recente pressão sobre os preços do barril. A era do petróleo vai se transformando não pela falta de petróleo, mas pela falta de petróleo com preço baixo. Esse valor não se expressa apenas no preço final de um barril de petróleo e no seu efeito sobre a economia dos países, mas também em custo tecnológico, ambiental, político, militar e humano. Atualmente a elevação dos preços é explicada por vários fatores, entre eles o aumento da demanda além do previsto, puxado pelo crescimento econômico da China e pela paixão americana por veículos que consomem muito, não sendo portanto, os principais. No início do mês de junho a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) anunciou um aumento na produção com o objetivo de colocar mais óleo à venda e sobretudo exercer pressão sobre os especuladores. O anúncio fez o preço do barril cair alguns dólares.

O aumento do preço desde 2001 reflete sobretudo a especulação em torno da instabilidade no Oriente Médio, onde se concentram 70% das reservas petrolíferas conhecidas. Pelo menos 8 dólares do preço de cada barril se devem ao risco de guerra generalizada nas regiões produtoras. Devido à confusão política, a Venezuela, o principal exportador sul-americano, suspendeu temporariamente no ano passado a produção. O maior produtor africano é a Nigéria, país com sangrentas disputas tribais e corrupção. A Agência Internacional de Energia calcula que dois terços do petróleo necessário para abastecer o mundo nos próximos trinta anos virão do Oriente Médio – ou seja, de países muçulmanos. O petróleo de outras áreas é de pior qualidade e de extração mais cara, pois costuma estar no fundo do mar ou misturado a areia.

O petróleo não vai perder a importância que tem para o modo de vida da sociedade atual tão cedo. Dois terços do óleo produzido viram combustível para automóveis, caminhões, barcos e aviões. O restante é transformado em uma gigantesca quantidade de produtos sintéticos, de pneus a capas de chuva, etc.. No mundo inteiro aumentam os esforços para reduzir a queima de todos os combustíveis fósseis como o petróleo, o carvão e o gás natural devido às suas consequências ambientais tais como a neblina enfumaçada e a poluição do ar, a chuva ácida e a destruição da camada de ozônio e a mudança climática. Fonte:

Revista Veja junho 2004

A CONFERÊNCIA DO RIO

A conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais comumente chamada de “Fórum Global”, realizou-se no Rio de Janeiro, de 3 a 14 de junho de 1992. O seu desafio principal, segundo o secretário geral Maurice Strong, era o de “estabelecer a fundação de uma associação global entre os países em vias de desenvolvimento e os países mais industrializados, tendo como base as suas necessidades mútuas e os seus interesses comuns, com o intuito de assegurar o futuro do planeta”. A questão subjacente foi a de se encontrar um “equilíbrio justo e viável entre o meio ambiente e o desenvolvimento”. Delegações de 178 Estados participaram desse encontro, quase sempre representados pelos seus chefes de Estado. Diversas manifestações se realizaram à margem da reunião política, congregando representantes de organizações não-governamentais (ONGs), cientistas e industriais. Os primeiros, estimados em 2.000, elaboraram 33 tratados “alternativos”.

Os principais assuntos tratados foram: a promoção de um desenvolvimento que não destrua a natureza. Criação de um fundo de ajuda para os países pobres para defender o meio ambiente. Solução para a relação consumo/demanda que força os países pobres a esgotarem seus recursos naturais. Preservação da biodiversidade.

PROTOCOLO DE KYOTO

Na reunião de Kyoto, no Japão (1997), os países chegaram a triste conclusão que os principais poluidores mundiais não estavam obedecendo às propostas e projetos da ECO-92; pelo contrário, os índices de degradação ambiental haviam e continuavam aumentando. Com isto elaboraram o protocolo da Kyoto, que exigia uma redução de 5% na poluição atmosférica, tendo como base a poluição provocada em 1991. Com elevadas multas para que cumprisse as exigências do protocolo de Kyoto.

É claro que os países-potência não concordaram com Kyoto. Em agosto de 2001, na terceira reunião sobre clima, na Alemanha, o protocolo de Kyoto foi reformulado reduzindo para 2% a poluição provocada em 1991 e os valores das multas. Com isso os principais países aceitaram assinar o protocolo, exceto os EUA, com a alegação de que o protocolo de Kyoto prejudicava seu crescimento econômico.

Em fevereiro de 2002, o presidente dos EUA apresenta uma proposta alternativa do protocolo de Kyoto, proposta essa, imediatamente combatida por outras nações ricas, como o Japão e a Grã-Bretanha, pois a proposta dos EUA não exige muito; pelo contrário, deixa a critério dos agentes poluidores se querem ou não reduzir a poluição do planeta.

Em 4/3/2002, a União Européia assina o protocolo de Kyoto, com a proposta de reduzir a poluição em 5,8% tendo como base o ano de 1990. Após oito anos da assinatura do Protocolo de Kyoto no Japão, o tratado internacional que prevê a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa entrou em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005 sem a participação dos Estados Unidos e da Austrália. A partir desta data, os países signatários devem desenvolver projetos para diminuir a taxa de emissão poluidora aos níveis de 1990, ou seja, 5,2% abaixo dos níveis emitidos na época. Para atingir a meta, os países terão prazo que vai de 2008 a 2012.

CÉLULAS-TRONCO

O Projeto de Biossegurança pretende regulamentar e estabelecer regras para a pesquisa, o cultivo e a comercialização dos OGMs (Organismos Geneticamente Modificados) e substituir a legislação de 1995, descaracterizada por inúmeras medidas provisórias e decisões judiciais. Por ser uma questão que toca em uma área sensível, a econômica, é natural que os transgênicos permaneçam no centro dos debates.

Porém a lei também quer estabelecer meios para "proteger a vida, a saúde humana, animal e vegetal [...] em atendimento ao Princípio da Precaução". Trocando em miúdos, o projeto cria uma legislação específica para problemas recentes, como a clonagem e a manipulação de embriões. E aí entra a resistência a algumas pesquisas com células-tronco.

Células-tronco são como curingas, ou seja, células neutras que ainda não possuem características que as diferenciem como uma célula da pele ou do músculo, por exemplo. Essa capacidade em se diferenciar em outros tecidos têm chamado a atenção dos cientistas. Cada vez mais pesquisas mostram que as células-tronco podem recompor tecidos danificados e, assim, teoricamente, tratar um infindável número de problemas, como alguns tipos de câncer, o mal de Parkinson e de Alzheimer, doenças degenerativas e cardíacas ou até mesmo fazer com que pessoas que sofreram lesão na coluna voltem a andar.

Por enquanto, sobram esperanças e faltam pesquisas que, embora aceleradas, ainda estão em estágio inicial. Basicamente, há dois tipos de células-tronco: as extraídas de tecidos maduros de adultos e crianças ou as de embriões. No caso das extraídas de tecidos maduros como, por exemplo, o cordão umbilical ou a medula óssea, as células-tronco são mais especializadas e dão origem a apenas alguns tecidos do corpo. Já as células-tronco embrionárias cada vez se mostram mais eficazes para formar qualquer tecido do corpo. Esta é a razão pela qual os cientistas desejam tanto pesquisar estas células para possíveis tratamentos. O problema é que, para extrair a célula-tronco, o embrião é destruído. As células-tronco podem ser obtidas de embriões ou de tecidos maduros de crianças ou adultos. Entretanto, as embrionárias têm a capacidade de se transformar em praticamente qualquer célula do corpo. Por essa razão, chamam mais a atenção dos pesquisadores, que as consideram como coringas. Por coringa entenda-se a capacidade de contribuir para o tratamento de doenças degenerativas, como o mal de Parkinson, derrames, infartos e câncer, entre outras.

Mas a retirada de células-tronco acaba destruindo os embriões, o que tem provocado reações contrárias de diversos segmentos da sociedade mundial. Grupos religiosos e outros setores sociais engajados na luta antiaborto não aceitam a destruição dos embriões. Para aumentar ainda mais a polêmica, a obtenção de células-tronco embrionárias pode ser feita a partir de outra alternativa não menos controversa: a clonagem humana.

Segundo os cientistas, seriam usados apenas embriões descartados pelas clínicas de fertilização e que, mesmo se implantados no útero de uma mulher, dificilmente resultariam em uma gravidez. Ou seja, embriões que provavelmente nunca se desenvolverão. Porém, essa idéia esbarra na oposição de setores religiosos e grupos anti-aborto que consideram que a vida começa no momento da concepção. Para tornar a questão ética ainda mais complexa, o implante de células-tronco seria mais eficaz se extraído de um embrião clonado do próprio paciente, pois evitaria o risco de rejeição. Esse procedimento só não serviria para pessoas que apresentam doenças genéticas.

<http://noticias.uol.com.br/licaodecasa>

TRANSGÊNICOS

É possível que você nem desconfie, mas pode estar comendo, no café-da-manhã, no almoço ou no jantar, alimentos geneticamente modificados, que são também conhecidos como transgênicos, ou "engenheirados". Embora o cultivo, a comercialização e a importação desses produtos ainda sejam proibidos no país, estimativas recentes das associações de produtores rurais revelam que o plantio clandestino de soja geneticamente modificada na Região Sul, feito com sementes contrabandeadas, pode chegar a 50% do total. Além disso, testes encomendados por organizações contrárias à liberação dos transgênicos, como o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e o grupo ambientalista Greenpeace, mostraram que vários produtos derivados de soja e milho vendidos em supermercados contêm organismos geneticamente modificados (OGM).

Transgênicos são organismos que possuem em seu genoma um ou mais genes provenientes de outra espécie, inseridos por processo natural ou por métodos de engenharia genética. Eles têm sua estrutura geneticamente modificada para obter novas características. Essa alteração, feita em laboratório, pode buscar tanto a melhora nutricional do alimento como tornar uma planta mais resistente a agrotóxicos.

A polêmica que cerca os transgênicos tem fundo econômico, social e ambiental. Seus defensores argumentam que a biotecnologia aumenta a produção de alimentos a ponto de ser uma das alternativas para resolver a fome mundial. Entidades que são contra dizem que não há provas de que os produtos sejam benéficos ou nocivos. Eles defendem que é preciso aprofundar os estudos antes de se permitir o plantio em larga escala.

Prós e contras: CTNBio Embrapa dizem que a produção dos alimentos transgênicos pode provocar redução no uso de agrotóxicos. Greenpeace afirma que houve aumento do uso de inseticidas nos EUA. Embrapa defende que produção de alimentos transgênicos pode amenizar o problema da fome no país. Greenpeace diz que produção de transgênicos favorece a agricultura mecanizada, aumenta o desemprego e piora o quadro social do país. Representante da Embrapa afirma que são gastos US\$ 40 bilhões anuais em agrotóxicos no mundo, Greenpeace rebate com a informação de que o consumo de agrotóxicos cresceu nos EUA, ao contrário das previsões anteriores. Embrapa diz que há uma melhoria na qualidade do óleo, vitaminas e proteínas das plantas, que seria similar à do produto convencional, mas o Greenpeace questiona se tais melhoramentos genéticos deveriam trazer substâncias novas, em vez de apenas as mesmas informações genéticas do original. Órgãos de biossegurança têm como ponto de semelhança a incerteza sobre o sobre reações e efeitos sobre a saúde e impacto ambiental.

LEI DE BIOSSEGURANÇA

A novela em torno da liberação ou não de alimentos transgênicos no Brasil começou em 1995, ano em que o Congresso Nacional aprovou a Lei de Biossegurança. Foi ela que estabeleceu a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBio), ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, que se encarregou de formular uma política para o setor.

Dois anos depois, a comissão aprovou o cultivo comercial da soja transgênica Roundup ready, da empresa multinacional Monsanto. Em seguida, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) entrou com uma ação na justiça e conseguiu barrar a liberação, com o argumento de que o plantio de produtos transgênicos só poderia ser liberado depois da realização de estudos de impacto ambiental. Desde então, o processo tramita na justiça, e os transgênicos. Continuam, oficialmente, banidos do território nacional. A novidade, em 2003 e em 2004 também, foi a decisão do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de ampliar o prazo de comercialização da soja transgênica até 31 de março de 2004. O governo decidiu pela prorrogação porque, se a safra atual fosse totalmente exportada, haveria escassez no abastecimento de soja para consumo interno. O governo federal decidiu também atualizar a norma que obriga a identificação de um produto, no rótulo, como transgênico sempre que a quantidade de resíduos genéticos ultrapassar a taxa de 4%. Agora, o Brasil deverá acompanhar a norm europeia, que é muito mais rígida e impõe a identificação obrigatória, no rótulo, quando o produto apresentar mais de 1 % de resíduos de transgênicos.

Dúvidas: Os grupos que se opõem aos organismos geneticamente modificados argumentam que as conseqüências, a longo prazo, dessa nova tecnologia sobre o meio ambiente e a saúde humana ainda não são suficientemente conhecidas. Esses especialistas temem que as plantas geneticamente modificadas possam provocar o aparecimento de "superpragas". O maior problema, porém, é que: não se sabe como essa soja vai comportar-se no meio ambiente: da mesma pode se tornar uma praga se proliferar-se além dos limites das fazendas. A principal questão que se coloca é: como se impede uma planta de se espalhar e invadir o espaço ocupado por outras culturas ou campos naturais próximos; Nesse caso, não haveria como exterminar as espécies transgênicas caso a planta se mostre uma praga no futuro.

Quanto à saúde humana, a preocupação, naturalmente, ainda, maior. Os ambientalistas contrários aos transgênicos argumentam que os organismos geneticamente modificados podem favorecer o aparecimento de alergias, o aumento da resistência aos antibióticos e o surgimento de novos vírus, como conseqüência do cruzamento de outros existentes no meio ambiente.

Alternativa contra a fome: Os defensores da biotecnologia rebatem esses argumentos com base em inúmeras pesquisas que mostraram que a tecnologia é segura e não traz nenhum prejuízo para o meio ambiente nem para os consumidores. Além disso, argumentam os pro-transgênicos, a engenharia genética certamente pode ser uma eficiente alternativa para reduzir o problema da fome, que aflige populações de todo o mundo, uma vez que plantas geneticamente modificadas teriam mais resistência e produtividade mais alta que espécies convencionais.

Polêmica no mundo: O assunto é polêmico e dividiu o mundo em dois times. Os Estados Unidos (EUA) lideram o grupo dos adeptos da biotecnologia agrícola, enquanto Europa e Japão são contrários à novidade e exigem que se informe nos rótulos dos produtos se eles contêm organismos geneticamente modificados. Uma coisa é certa: o veto aos transgênicos por esses países pode trazer benefícios ao Brasil, que é o segundo maior produtor mundial de soja, só perdendo para os EUA, onde o plantio do grão geneticamente alterado equivale a 70% do total. Enquanto o cultivo de transgênicos continuar proibido por aqui, o mercado europeu e o japonês estarão abertos à soja brasileira.

DIVERGÊNCIAS SOBRE LEI DE BIOSSEGURANÇA

A sanção presidencial da nova Lei de Biossegurança, LEI Nº 11.105, DE 24 DE MARÇO DE 2005 que permite a pesquisa com células-tronco embrionárias humanas, foi comemorada por muitos cientistas. Mas, o consenso está longe de ser atingido. Por um lado, o Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), que há quase três anos trabalha no Brasil difundindo informações técnico-científicas sobre essa ciência, manifestou sua satisfação diante da Lei. De outro, por uma série de razões técnicas ou até filosóficas, parte da comunidade científica é reticente com relação ao uso das células-tronco. Alguns grupos chegam a ser contrários à prática.

A sanção da Lei de Biossegurança provocou a reação de organizações contrárias ao plantio e à comercialização de sementes transgênicas no país. Em uma carta conjunta, entidades como o Greenpeace, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e o Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) criticaram duramente a sanção da lei sem vetos à autorização para que as pesquisas com organismos geneticamente modificados sejam realizadas sem estudos de impacto ambiental pelo Ministério do Meio Ambiente.

Segundo as entidades, a Lei de Biossegurança "concretizou os planos das multinacionais de biotecnologia permitindo que um número reduzido de cientistas da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança) decida questões de grande complexidade científica em processo sumário".

As entidades ainda acusam o governo de incluir no texto da Lei de Biossegurança as pesquisas com células-tronco embrionárias como forma de facilitar a aprovação dos transgênicos no Congresso. "Serviu de cortina de fumaça para o lobby pró-transgênicos, desviando as atenções do público para tema que nada tinha a ver com a questão dos transgênicos e com as sérias implicações da lei".

Ao contrário de organizações não-governamentais e movimentos ambientalistas, entidades vinculadas ao setor agrícola e às pesquisas com células-tronco comemoraram a sanção da Lei de Biossegurança pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), a sanção da lei é um passo para a definição de questões fundamentais para o progresso da ciência no País: produção e comercialização de organismos geneticamente modificados e pesquisa com células-tronco embrionárias.

O CIB afirma que a sanção é um passo importante para a definição de pelo menos duas questões que os brasileiros discutem há bastante tempo: a produção e a comercialização de organismos geneticamente modificados e a pesquisa com células-tronco embrionárias com finalidades terapêuticas.

O CIB acredita que, com isso, o Brasil poderá ocupar uma posição de maior destaque nas pesquisas ligadas à biotecnologia em suas diferentes áreas, particularmente na medicina, beneficiando os estudos com células-tronco embrionárias, e no agronegócio, com influência direta na produção de alimentos mais seguros, em maior quantidade e até mais nutritivos.

Totalmente favorável à aprovação da Lei e às possibilidades que se abrem com as novas linhas de pesquisa, Mayana Zatz, coordenadora do Centro de Estudos do Genoma Humano da Universidade de São Paulo, um dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepids) da Fapesp, disse à Agência Fapesp que é preciso ter muito cuidado com algumas promessas. Os resultados ainda vão demorar vários anos para aparecer, em algumas situações.

"É necessário muito cuidado para que não se confunda pesquisa com tratamento - há uma pressão enorme de pessoas que já querem se tratar. Por outro lado, é muito importante continuar divulgando como isso será feito, porque já tem gente dizendo que vai injetar células embrionárias", disse. Para Mayana, em vez de ceifar vidas, as novas pesquisas vão é "criar novas vidas".

Já a pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Nance Nardi, disse à Agência Fapesp que com relação à aplicação das células embrionárias em terapias de vários tipos de doenças, existem algumas desvantagens na utilização desse material genético que não apareceram durante os debates de aprovação do Projeto de Lei de Biossegurança.

"Acho interessante oferecer às pessoas a liberdade de opção, mas podem haver problemas: tais células apresentam grave risco de segurança, a não ser que estejam sob total controle, pode ocorrer o surgimento de tumores, do tipo teratomas, nos recipientes do transplante", explica Nance.

Além disso, o uso de células-tronco embrionárias - e, portanto, de outro indivíduo - traz o problema da rejeição imunológica, assim como ocorre em qualquer tipo de transplante. "Esse, no entanto, poderia ser superado pelo emprego da clonagem terapêutica ou, como é chamada agora, da transferência nuclear, mas o texto aprovado não permite o emprego dessa metodologia", afirma a pesquisadora.

Com bastante experiência nas pesquisas com células-tronco adultas, a cientista lembra que a aprovação do projeto de lei não significa que a cura de certas doenças esteja "logo além da primeira esquina". Para Nance, isso passa a ser bastante doloroso particularmente para pessoas que aguardam com ansiedade uma novidade nessa área, que passa a ser a única possibilidade de cura de doenças como Parkinson, Alzheimer e lesões espinhais que causam paraplegia.

Segundo Nance, o uso de células-tronco embrionárias humanas tem uma importância muito grande para a pesquisa básica. "Processos celulares de proliferação e diferenciação têm regulações diferentes entre um tipo de célula e outro. E algumas dessas informações podem ser obtidas apenas em humanos", explica.

Posições contrárias

No grupo dos totalmente contrários ao uso de células-tronco embrionárias, de acordo com a Agência Fapesp, está Dante Gallian, diretor do Centro de História e Filosofia das Ciências da Saúde da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). "Acredito que a partir do momento em que se conflagra o processo de desenvolvimento de uma vida humana - no momento da fusão dos gametas ou da infusão do núcleo contendo o material genético - a vida começa a existir", disse.

Para o historiador da Unifesp, que classifica a aprovação da lei de "retrocesso humanístico", a expectativa criada sobre o uso de células embrionárias humanas pode se transformar em engodo científico, ou porque os resultados não virão ou serão obtidos com muito atraso. "A Coréia do Sul ainda não chegou a nenhum resultado efetivo, apesar de usar essas células há algum tempo", afirma

DEMOGRAFIA: EM 2050

Pessoas acima de 60 anos serão 2 bilhões, contra 600 milhões hoje, diz ONU, que pede reforma previdenciária - Proporção de idosos no mundo dispara. Em 2050 a população mundial deve se estabilizar em 9 bilhões de habitantes, e mais de um quinto da população terá mais de 60 anos. A projeção consta em um relatório da ONU a ser lançado em abril e vem acompanhada de um alerta do organismo para que os governos voltem a atenção para o sistema previdenciário.

Além disso, afirma o documento "Tendências Demográficas Mundiais", a relação entre pessoas economicamente ativas (com idade entre 15 e 64 anos) para cada pessoa acima de 65 anos passará de nove em 2005 para apenas quatro e 2050.

Trechos do relatório foram divulgados anteontem pela Comissão de População e Desenvolvimento do Conselho de Desenvolvimento Econômico da ONU.

"O impacto do envelhecimento é visível sobre a população economicamente ativa, que tem caído em termos de proporção e continuará a cair. Essa queda terá implicações importantes para os sistemas previdenciários, particularmente os tradicionais, onde os trabalhadores pagam pelos benefícios dos que estão aposentados durante sua vida economicamente ativa", diz o relatório.

O relatório da ONU também dá sustento à discussão em curso ou recente em países como Brasil e EUA a respeito de reformas do sistema previdenciário. Segundo a ONU, com a queda da mortalidade na maioria dos países, a população na faixa etária mais alta está crescendo a uma taxa de 1,9%, acima do ritmo médio de 1,2%. O mundo, que tem hoje 600 milhões de pessoas com mais de 60 anos, em 2050 terá 2 bilhões.

A idade média da população saltará dos atuais 26 anos para 37, e os maiores de 60 anos serão um terço dos habitantes de países desenvolvidos e um quinto daqueles em desenvolvimento. A ONU calcula que o planeta deva atingir os 6,5 bilhões de habitantes ainda neste ano e os 7 bilhões em 2012.

BRASIL

Segundo o texto, o Brasil tem sido o oitavo país em termos de contribuição para o aumento da população no período, atrás de Índia, China, Paquistão, Nigéria, EUA, Bangladesh e Indonésia. As taxas são extremamente desiguais. Uma lista de 21 países responde por 75% do aumento da população mundial, e praticamente todo o crescimento futuro ocorrerá em nações em

desenvolvimento ou subdesenvolvidas. Já os países desenvolvidos experimentam taxas repositivas ou até negativas -a exceção é os EUA.

O Brasil também abriga o quinto maior aglomerado humano do mundo, São Paulo, e o quadro não deve mudar em 2050. A cidade, em cuja região metropolitana vivem hoje 18,3 milhões de pessoas, deve abrigar 20 milhões em 2050. Na frente da capital paulista, estão Tóquio (36,2 milhões), Mumbai ou Bombaim (22,6 milhões), Déli (20,9 milhões) e a Cidade do México (20,6 milhões).

www.folha.uol.com.br/

OS RISCOS DA CORRIDA NUCLEAR

Com tantos países próximos de ter armas nucleares, aumenta, em tese, o risco de a bomba cair nas mãos do terror: O egípcio Mohammed El-Baradei, diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (Iaea), entidade da ONU responsável por evitar a proliferação de armas nucleares, está pessimista. "Nunca o perigo de uma guerra nuclear foi tão grande quanto é hoje", disse recentemente o homem cujo trabalho se trata justamente de impedir que mais e mais países tenham acesso à bomba atômica. "Eu tenho medo de que essas armas caiam nas mãos de ditadores inescrupulosos ou terroristas", disse El-Baradei. É um reconhecimento de que os mecanismos existentes para controlar a ameaça nuclear perderam parte da eficiência do passado. Nunca tantos países estiveram tão próximos de possuir a capacidade tecnológica para montar um arsenal nuclear. Os mais interessados em atingir esse objetivo são justamente os mais perigosos, como o Irã e a Coreia do Norte. O primeiro é uma teocracia islâmica envolvida com terrorismo internacional. O segundo, um inescrutável regime comunista. A CIA, o serviço de espionagem dos Estados Unidos, suspeita que a Coreia do Norte já tenha estocado meia dúzia de ogivas. O Irã, que montou seu programa nuclear com a ajuda de russos, parece ir pelo mesmo caminho. Há duas semanas, o governo dos aiatolás firmou um acordo com a Alemanha, a França e a Inglaterra em que se comprometia a suspender a produção de urânio enriquecido, material utilizado como combustível da bomba atômica. Na semana passada, deram marcha a ré. Os iranianos insistem agora em continuar enriquecendo uma pequena quantidade de urânio - para "pesquisa", segundo eles - e deixaram de fora do acordo a produção de plutônio, que também serve para fazer armas nucleares.

O maior temor da Guerra Fria era um conflito nuclear com a aniquilação total mútua. O que prevenia a catástrofe era a existência de um equilíbrio: os Estados Unidos e a União Soviética usavam o poder de retaliação de seus arsenais para dissuadir o inimigo de atacar. Ninguém tinha a intenção de usá-los para valer. O risco atual de países pobres e politicamente instáveis acumularem bombas nucleares é o de desencadear uma nova corrida armamentista. Japão, Coreia do Sul e Taiwan, por exemplo, podem sentir-se ameaçados pela Coreia do Norte e decidir fabricar as próprias armas atômicas. A perspectiva de os países islâmicos do Oriente Médio montarem arsenais é ainda mais preocupante. Que nível de responsabilidade se espera de governos que incentivam homens-bomba palestinos a se explodirem nos ônibus de Israel?

Depois do fim da Guerra Fria, ficou fácil conseguir os equipamentos e o conhecimento para desenvolver as armas que antes eram exclusividade das superpotências. O desmantelamento da União Soviética deixou à deriva parte dos arsenais concentrados em repúblicas como a Ucrânia e o Cazaquistão, que se tornaram independentes, e dispersou pelo globo cientistas dispostos a transferir o conhecimento para os governos que pagassem bem por isso. Neste ano, descobriu-se que o cientista Abdul Qadeer Khan, o pai da bomba paquistanesa, iniciou na década de 90 uma rede ilegal de venda de tecnologia nuclear para países como a Líbia, o Irã e a Coreia do Norte. O esquema incluía até uma fábrica clandestina de centrífugas para enriquecimento de urânio na Malásia. Um relatório divulgado na semana passada pela CIA sugere que a rede de Khan também ajudou o Irã com seu programa de mísseis.

A maioria dos países que possuem usinas nucleares utiliza essa tecnologia para fins pacíficos, como a geração de energia e a aplicação médica. É muito fácil redirecionar essas instalações para fins militares, o que explica por que a Iaea trata as usinas como fábricas de bomba atômica em potencial: nos países que são signatários dos tratados de não-proliferação nuclear, a agência monitora a produção de plutônio e urânio com câmeras de vídeo e inspeções periódicas. A possibilidade de que essa tecnologia caia nas mãos de terroristas é o maior cenário de pesadelo imaginável neste início de século. Em 1999, especialistas do Paquistão, ligados a Khan, estiveram no Afeganistão para prestar consultoria informal à Al Qaeda e ao regime talibã sobre armas nucleares. É pouco provável, no entanto, que os terroristas consigam usar a bomba atômica em seus ataques porque é muito cara e exige métodos sofisticados de lançamento. O maior perigo são atentados com bombas sujas, artefatos que combinam explosivos comuns com material radioativo e podem fazer milhares de vítimas se usados numa grande área urbana. Para explodir um dispositivo desses, basta um fanático suicida que se disponha a acioná-lo pessoalmente, dispensando a necessidade de programas de mísseis complicados ou bombardeio com aviões. Não se trata de ameaça vaga. No relatório anual sobre a proliferação de ameaças enviado ao Congresso americano na semana passada, a CIA adverte que a rede terrorista Al Qaeda tem capacidade de construir uma bomba suja.

Motivos para temer a proliferação nuclear... A ONU estima que quarenta países poderiam construir a bomba atômica, se quisessem. Entre eles estão duas das ditaduras mais agressivas, o Irã e a Coreia do Norte. O conhecimento básico para produzir o combustível nuclear e para desenvolver a bomba está bastante disseminado entre a comunidade científica internacional e até na internet. Qualquer país que tenha um programa nuclear para geração de energia pode, em tese, produzir o urânio enriquecido ou plutônio. São eles o combustível que libera a energia no momento da explosão da bomba nuclear. ...e o que ainda tranquiliza o mundo: É muito difícil e caro desenvolver ogivas com detonadores eficazes e pequenas o suficiente para ser levadas por mísseis até o alvo. É preciso testar a bomba, algo praticamente impossível de ser feito em total sigilo por um país que não queira sofrer sanções internacionais por manter um programa nuclear clandestino. Tão complicado quanto um programa nuclear é desenvolver mísseis de longo alcance, sem os quais as bombas são praticamente inúteis.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS)

A Organização das Nações Unidas (ONU), com sede em Nova Iorque, iniciou seu funcionamento em 24 de outubro de 1945, em substituição à fracassada Liga das Nações. A denominação nações unidas, empregada pela primeira vez em 1º de janeiro de 1942, derivou da aliança de países que lutavam contra o Eixo e que se comprometeram a lutar até a derrota do mesmo, sem uma paz em separado. A Conferência de Ministros das Relações Exteriores, realizada em Moscou em outubro de 1943, detalhou a proposta, que foi aperfeiçoada na Conferência de Dumbarton Oaks (1944), sendo a Carta da ONU assinada durante a Conferência de São Francisco em 26 de junho de 1945 por 51 Estados (apenas 9 europeus).

A ONU é composta por seis órgãos: Conselho de Segurança (CS), Assembléia Geral, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça e Secretariado. O CS possui 15 membros, sendo 5 permanentes com direito a veto (EUA, URSS/Rússia, China, França e Inglaterra) e os demais rotativos, exercendo uma espécie de poder executivo. A Assembléia é integrada por todos os membros (atualmente quase 200) e é um fórum político que, igualmente, supervisiona e coordena o trabalho das agências. A ONU foi estruturada segundo a correlação de forças resultante da II Guerra Mundial, sendo os 5 membros permanentes do CS os principais vencedores da mesma e os primeiros a possuírem a Bomba Atômica. Por isso países expressivos como Alemanha e Japão não fazem parte do CS. A ONU foi o primeiro organismo realmente global, superando o sistema europeu.

As Agências Especializadas desempenham funções internacionais relevantes e cada vez mais amplas, estando sediadas em diversas cidades: a UNESCO (cultura, ciência e educação), UNICEF (infância), OMS (saúde), FAO (alimentação) e OIT (trabalho), entre outras (ver site da ONU). Além delas, há as de caráter econômico como GATT (atual OMC, comércio), FMI e Banco Mundial, que funcionam de forma mais ou menos autônoma e estão sob influência dos EUA e outros membros do G-7. A Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNCTAD) encontra-se mais próxima das teses defendidas pelos países em desenvolvimento. O Secretário Geral desempenha um papel político articulador relevante.

O objetivo principal da ONU é a manutenção da paz através da resolução pacífica de conflitos e da segurança coletiva, mas ao longo do tempo ampliou-se para o campo dos direitos humanos, das questões sociais, das ambientais e do desenvolvimento econômico. Até os anos 1960 foi dominada pelos EUA e seus aliados, quando então a descolonização alterou o perfil da mesma, com uma maioria do Terceiro Mundo articulada pelo Movimento dos Países Não-Alinhados. Nos anos 1960 e 1970 a aliança desses com o bloco soviético deu à organização um perfil crítico, mas nos anos 1980 os EUA reagiram, gerando uma crise política, só superada no final da década com a convergência soviético-americana da época de Gorbachov.

O fim da Guerra Fria alterou o cenário internacional, sendo que a organização teve de envolver-se em diversas tarefas, como um aumento vertiginoso do número de missões militares de manutenção da paz. Contudo, os recursos materiais e a estrutura política da ONU são insatisfatórios para a realização das novas tarefas, razão pela qual existe a proposta de uma reforma, cujo ponto central é a ampliação do número de membros permanentes do CS (Brasil, Índia, Alemanha e Japão já formalizaram candidaturas, sendo provável também a da África do Sul). Fatos como a guerra dos EUA contra o Iraque, sem aprovação da ONU, evidenciaram a necessidade de uma reforma que a fortaleça, para que em lugar de um sistema mundial marcado pelo unilateralismo surja um modelo multipolar e multilateral. Se o mundo é problemático com a ONU, muito pior sem ela.

CONSELHO DE SEGURANÇA

Esse Conselho, de acordo com a Carta das Nações Unidas, tem o dever de manter a paz e a segurança mundial, inclusive com o uso da força, se necessário. De acordo com o Centro de Informação das Nações Unidas no Rio de Janeiro, o Conselho é uma força multinacional para manutenção da paz. Pela Carta, os países membros da ONU devem aceitar e conduzir suas resoluções. O Conselho é composto por 15 membros, sendo cinco permanentes (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia) e dez não-permanentes, escolhidos pela Assembléia Geral da ONU e com permanência de dois anos. Outras potências mundiais como Alemanha e Japão não estão entre os membros permanentes porque o Conselho foi criado após a Segunda Guerra Mundial, em que esses dois países foram derrotados.

Cada país membro, permanente ou não, possui direito a um voto nas resoluções do conselho. Para assuntos internos, as decisões são garantidas por nove votos. Para assuntos gerais, é necessário esse mínimo de nove votos e também o consenso de todas as nações permanentes. Uma posição contrária de qualquer um desses cinco países veta a decisão.

Desde o início de 2004, o Brasil ocupa vaga rotativa entre os membros não permanentes no Conselho, o que não dá direito de veto às propostas e resoluções sobre os conflitos mundiais ali votadas. Segundo dados do Itamaraty, o Brasil é o país que mais vezes esteve como membro rotativo no conselho.

Entenda o que é a reforma do Conselho de Segurança da ONU: A reforma do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) ainda se encontra num patamar de “especulações”. O processo, apesar de discutido nas Assembléias Gerais – reuniões anuais entre os membros da ONU –, continua em aberto.

A reforma servirá para atualizar, na realidade internacional, os desequilíbrios entre os países desenvolvidos e aqueles em desenvolvimento. Em relação aos casos da atual guerra no Iraque e em Kosovo (no fim dos anos 90, em região da extinta Iugoslávia, no leste europeu), existe uma “visão geral de que o conselho não funcionou”.

As sugestões de alterações no organismo internacional referem-se a um aumento do número de membros do Conselho de Segurança, assim como no de países com poder de veto. O Brasil é candidato a uma vaga como membro permanente. O Brasil vem tentando, na política externa, construir uma “simbologia de que será o representante regional da América Latina e de muitos países em desenvolvimento”.

Responsabilidades brasileiras

O Brasil, como membro permanente do conselho, estará no centro da tomada de decisões da ONU. Dessa forma, aumentará sua possibilidade de influência em outros países e, conseqüentemente, poderá ampliar suas relações comerciais e econômicas. Se conquistar uma vaga será voz ativa nas decisões mundiais e terá maior participação na coordenação de outras instâncias internas das Nações Unidas, o Brasil poderá também ter algumas dificuldades. Entrar em divergência com países como os Estados Unidos é só uma delas.

“O Brasil entraria no ‘jogo duro’, ou seja, a tomada de decisões importantes, como o caso do Iraque, por exemplo”. O país poderá ter também sua contribuição financeira às Nações Unidas elevada e que aumentarão as pressões de países em desenvolvimento sobre o Brasil. “E nem sempre será possível conciliar os interesses brasileiros com o desses países”.

AS ONGS

Elas surgiram na Europa, inspiradas pelo espírito contestador dos anos 60. Sua idéia é a de que as pessoas devem se unir e se organizar de forma independente para mudar as coisas. A palavra mágica é autogestão. No Brasil, as organizações Não Governamentais (Ongs) apareceram nos anos 80 e ficaram destacadas nos anos 90.

O que é uma ONG? Uma organização da sociedade civil, ou seja, qualquer grupo de pessoas pode fundar uma delas. Não tem ligações com o governo, nem com empresas, sindicatos, partidos políticos. Podem até ser ajudadas por algumas dessas instituições, daqui ou do estrangeiro, mas conservam total independência. A ONG parte de uma idéia muito simples mas substancial: o povo é capaz de resolver seus problemas com autonomia. Assim, existem ONGs para defender as florestas, as crianças de rua, os direitos humanos, as tartarugas marinhas, as adolescentes grávidas, os prédios históricos e tudo o mais que se possa imaginar. Elas defendem os direitos básicos da cidadania, ou seja, pressionam o Estado para que respeite os direitos dos cidadãos. A concepção é poderosíssima: em vez de apelar para o Estado ou qualquer outro poder superior, os cidadãos resolvem eles mesmos buscar soluções e obrigar as autoridades a respeitar os direitos de cidadania.

CONFERÊNCIA DE BRETTON WOODS (1944)

Reunião entre quarenta e quatro nações, em New Hampshire (EUA), cujo objetivo principal era restabelecer uma ordem monetária internacional, de acordo com a nova realidade nas relações de poder do pós-Segunda Guerra Mundial. Havia a necessidade de se definir as novas regras para regular as relações econômicas e comerciais entre os países, resultando em quatro pontos.

- a) A criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.
- b) A criação de taxas de câmbio fixas, mas ajustáveis em relação à nova moeda mundial, oscilando numa banda cambial (2,55%) de no máximo 1.25% ou menos 1,25% em relação ao dólar norte-americano.
- c) O FMI funcionaria como uma política de seguro, auxiliando na capacidade de liquidez dos países membros, isto manteria suas taxas cambiais.
- d) A criação de um código de ação, onde todos os países-membros, ao superarem a crise cambial resultante do período conturbado das primeiras décadas do século XX, retornariam para um sistema de pagamentos multilaterais baseados na conversão da moeda.

BANCO MUNDIAL (BM)

Concebido durante a Segunda Guerra Mundial, em Bretton Woods (EUA), o Banco Mundial inicialmente ajudou a reconstruir a Europa após a Guerra. É uma instituição de desenvolvimento. Nas próximas décadas o Banco Mundial é dividido em quatro organizações para atuação de acordo com objetivos específicos, mas que no fundo se complementa. O trabalho de reconstrução permanece como um enfoque importante do Banco Mundial devido aos desastres naturais, emergências humanitárias e necessidades de reabilitação pós-conflitos, mas atualmente a principal meta do trabalho do Banco Mundial é a redução da pobreza no mundo em desenvolvimento. O Grupo do Banco Mundial é constituído por cinco instituições estreitamente relacionadas e sob uma única presidência. O Grupo do Banco Mundial é constituído por cinco instituições estreitamente relacionadas e sob uma única presidência

BIRD - BANCO INTERNACIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

O Banco Internacional para a Reconstrução e o desenvolvimento: O BIRD lida diretamente com os governos dos países subdesenvolvidos, facilitando para que adquiram credibilidade no Mercado Financeiro Internacional e as necessidades de recursos destes países. Oferece assessoria técnica e econômica através de suas equipes ou missões, como são chamadas. Portanto, o BIRD recorre ao Mercado Financeiro Internacional, fazendo empréstimos a juros de mercado e repassa estes empréstimos a juros mais altos para os países do Terceiro Mundo. Quando o BIRD toma esta atitude, o país favorecido passa a ter maior credibilidade no Mercado Financeiro Internacional e, além dos empréstimos diretos do BIRD, pode recorrer aos bancos e financeiras privadas para conseguir mais dinheiro.

Os lucros obtidos por estas transações são altíssimos e, na maioria das vezes, são repassados para os Estados Unidos, principal mantenedor deste órgão. O BIRD nunca deixou de cumprir seus compromissos com as entidades financeiras internacionais, pois além dos altos recursos em ativo que possui, só o que o Terceiro Mundo lhe deve e lhe paga em serviços e juros da dívida externa por anos é o suficiente para cumprir seus compromissos com estas entidades e ainda sobra muito. Sua lucratividade para os países centrais é tão elevada que sua classificação internacional é AAA, isto é, possui total confiança ao fazer pedidos de empréstimos no mercado internacional.

A última informação sobre os trabalhos do BIRD, corresponde a um levantamento mundial sobre a realidade de sócio econômica dos países pobres. O interessante desta pesquisa, é que o BIRD começa a defender a idéia de retrocesso; os países subdesenvolvidos devem voltar a priorizar as atividades primárias como agricultura, pecuária e extrativismo, na forma de commodities e, se possível, desestimular ou até desmontar sua modernização industrial. A justificativa para este comportamento do BIRD é quanto à capacidade competitiva destes países no comércio mundial.

O BIRD proporciona empréstimos e assistência para o desenvolvimento a países de rendas médias com bons antecedentes de crédito. O poder de voto de cada país-membro está vinculado às suas subscrições de capital, que por sua vez estão baseadas no poder econômico relativo de cada país. O BIRD levanta grande parte dos seus fundos através da venda de títulos nos mercados internacionais de capital. Veja a lista dos países-membros do BIRD. Juntos, o BIRD e a AID formam o Banco Mundial.

AID - A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

A Associação Internacional de Desenvolvimento: criada em 1960, a Associação de Desenvolvimento Internacional utiliza recursos do orçamento dos países-membros para financiar a juros muito baixos e em longo prazo os países mais periféricos ou até os países grandes bolsões de pobreza absoluta de acordo com os elaborados pela Organização das Nações Unidas e partir de 1991. A última reunião do G-8 – Grupo dos sete países mais ricos da Rússia, em julho de 2001, na cidade de Gênova, na Itália, acabou resultando no perdão de parte da dívida das vinte nações mais pobres do mundo, grande parte desta dívida é proveniente dos empréstimos feitos pela ADI. Um bom exemplo desta situação é o projeto IDH 14, desenvolvido no Brasil, para tentar minimizar a situação de miséria que atinge as 14 áreas mais pobres em nosso país. Estes recursos correspondem às dívidas que deveriam ser perdoadas no ano 2000, de acordo com a defesa feita pelo Vaticano, entidades e personalidades mundiais, que defendiam suas idéias com o ano de Jubileu de Ouro. Infelizmente, a realidade mundial, principalmente quanto às formas como estes recursos foram utilizados pelos países pobres, inviabilizou o perdão esperado pelas sociedades mais pobres do mundo. Desempenha um papel importante na missão do Banco que é a redução da pobreza. A assistência da AID concentra-se nos países mais pobres, aos quais proporciona empréstimos sem juros e outros serviços. A AID depende das contribuições dos seus países membros mais ricos - inclusive alguns países em desenvolvimento - para levantar a maior parte dos seus recursos financeiros.

IFC- CORPORAÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL

Corporação Financeira Internacional: Corporação Financeira Internacional, entidade que arrecada recursos do mercado de capitais, para financiar investimentos particulares e as empresas privadas que investem no Terceiro Mundo. A IFC promove o crescimento no mundo em desenvolvimento mediante o financiamento de investimentos do setor privado e a prestação de assistência técnica e de assessoramento aos governos e empresas. Em parceria com investidores privados, a IFC proporciona tanto empréstimos quanto participação acionária em negócios nos países em desenvolvimento.

AMGI - AGÊNCIA MULTILATERAL DE GARANTIA DE INVESTIMENTOS

Agência Multilateral de Garantia de Investimentos: Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais, Órgão do banco Mundial que procura dar garantia para as situações não-econômicas enfrentadas pelas empresas que investem nos países do Terceiro Mundo. Se uma multinacional implanta uma filial num país pobre, ocorre um golpe de Estado, e a sua filial é nacionalizada a AGM cobre os prejuízos desta empresa. A AMGI ajuda a estimular investimentos estrangeiros nos países em desenvolvimento por meio de garantias a investidores estrangeiros contra prejuízos causados por riscos não comerciais. A AMGI também proporciona assistência técnica para ajudar os países a divulgarem informações sobre oportunidades de investimento.

CIADI - CENTRO INTERNACIONAL PARA ARBITRAGEM DE DISPUTAS SOBRE INVESTIMENTOS

O CIADI proporciona instalações para a resolução- mediante conciliação ou arbitragem - de disputas referentes a investimentos entre investidores estrangeiros e os seus países anfitriões. Clique aqui para ler a Convenção Constitutiva do CIADI

Conseqüências imediatas

- Plano Marshall para a Europa .
- Plano Colombo para a Ásia.
- Criação do “cordão sanitário” para os novos países, de independência concedida, que surgem no Terceiro Mundo, principalmente na Ásia Tropical, África e América Latina, ou países que já existiam e que adquirem importância na realidade da Guerra Fria, no pós-Segunda Guerra, como o Brasil na América do Sul.
- Criação do FMI – Fundo Monetário Internacional. De acordo com sua criação, o FMI tem como função manter a estabilidade do sistema monetário e financiar os déficits da balança de pagamento dos países-membros. É uma instituição monetária.
- Extinção do lastro ouro e implantação do câmbio dólar-ouro/fixo, onde 31.1 gramas de ouro (1 onça), equivale a 35 dólares americanos, e é óbvio, o FED – “Federal Reserv Department”, o Banco Central dos EUA – garantia a paridade. Com isto, temos a dolarização da economia mundial.

Ao mesmo tempo em que os EUA adotam o câmbio fixo, ele obriga a adoção pelos países, do câmbio fixo flutuante, isto é, todas as moedas deveriam oscilar numa banda cambial, onde seu valor não poderia exceder mais que 1,25%, ou menos de 1,25% (oscilação de 2,5%) do valor do dólar no mercado internacional. Esta medida foi mais política do que econômica, pois a Conferência de Bretton Woods, mais especificamente, o FED – Banco Central Norte-Americano, não levou em consideração as diferenças econômicas dos países no mundo, principalmente as políticas inflacionárias.

O principal papel do FMI era o de socorrer os países membros, principalmente na manutenção do câmbio e na correção das balanças de pagamentos.

Na década de 70, os EUA abandonam o câmbio fixo e dotam o câmbio flutuante. O motivo mais sério para esta mudança foi a emissão muito elevada de dólares necessários para sustentar a Guerra do Vietnã, o que provocou uma desvalorização muito rápida da moeda no mercado internacional. Inteligentemente os EUA mudam o seu sistema cambial, pois seria um desastre econômico se o FED (Banco Central), continuasse mantendo a paridade dólares-ouro. É quase certo que boa parte de suas reservas deste metal seria trocada pelo excesso de dólares que existia no mercado externo.

Ao adotar o câmbio flutuante, os EUA provocaram uma significativa desregulamentação no comércio mundial, pois mudou o seu câmbio, mas não apresentou soluções para o câmbio fixo-flutuante, que havia sido adotado para o mundo na Conferência de Bretton Woods.

Em 1976, na Conferência do FMI na Jamaica, os países mais importantes no comércio mundial legalizam o câmbio flutuante e para compensar a desregulamentação no comércio internacional, adotam o DES – Desconto Especial de Saques, uma moeda bancária, calculada pela média ponderada das 16 moedas mais usadas no comércio. Com isto, conseguiram regularizar alguns aspectos do comércio mundial.

Com a mudança cambial, o FMI perde boa parte de sua importância, portanto, podemos dizer que é o início do fim da Conferência de Bretton Woods, a única atividade que lhe sobra é de dar assistência aos déficits na balança de pagamentos, ditando padrões para as políticas econômicas nacionais e monitorando as taxas cambiais dos países devedores. Socorrendo os países em crise econômica através dos SDRs (Special Drawing Rights), isto é, direitos especiais de saque, um dinheiro internacional criado pelo FMI, cujo valor corresponde ao movimento das taxas cambiais das quatro moedas mais importantes dos países-membros: o Dólar, Iene, Euro e a Libra Esterlina.

É importante salientar que a idéia era a OIC – Organização Internacional do comércio, mas como os EUA e a maioria dos países periféricos não concordaram, a solução mais prática foi a criação do GATT. Portanto, este órgão, em seu início, não era oficial, isto é, não teve a concordância da maioria dos países. Em 1995, em consequência da rodada do Uruguai (1985), o GATT é extinto e substituído pela OMC. É importante observar que a OMC foi reconhecida pela maioria das nações, mas, até hoje, não foi regulamentado o comércio mundial. 1945 – Criação da ONU – Organização das Nações Unidas, na Conferência de São Francisco. Precedida pela Conferência de Potsdam, que vieram a redefinir o papel da Europa na nova realidade mundial. 1949 – Criação da OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte (militar).

Para atender ao interesse dos EUA, são criadas gradativamente organizações que sob o seu comando vão determinar o comportamento do mundo capitalista no confronto com o Império Soviético e seus países-satélites na fase denominada bipolarização ou ordem mundial, com todas as suas características, como: expansão dos monopólios e oligopólios (multinacionais), caracterizando a formação de trustes, cartéis, holdings e a prática do dumping; corrida armamentista e espacial; desenvolvimento de armas químicas, biológicas e tecnologias atuais como a biotecnologia, nanotecnologia, resultando nos produtos transgênicos e nas questões étnicas sobre os avanços na clonagem.

A década de 80 é considerada a “década perdida”. O esgotamento do sistema implantado após a Segunda Guerra Mundial é bem nítido, pois tanto os EUA como a URSS tinham capacidade de destruir várias vezes seu inimigo, mas sabiam que se alguém tomasse esta atitude estaria destruindo a si próprio. Não existe mais a vantagem militar da primeira iniciativa. É nesta situação que se percebe as intransigências dos EUA quanto a continuar com o Projeto Kyoto, mesmo com suas mudanças, na reunião do G-8, em Gênova – 2001.

O mundo teria de mudar, pois os países-potências estavam gastando trilhões de dólares/década para sustentar uma situação que poderia atingir um ponto irreversível, como a Terceira Guerra Mundial. O primeiro grito de alerta é dado pela ONU, onde prova que um ano de gastos militares significava, no mínimo, 25 anos sem fome em todo o planeta. Não podendo esquecer que a maioria das tecnologias, que eram desenvolvidas, era consideradas estratégicas, sendo assim, não eram transferidas para a economia normal, a população não tinha acesso aos novos conhecimentos, nem aos produtos que poderiam ser desenvolvidos deste conhecimento.

Esta situação é acelerada com a implantação de reformas políticas e econômicas na URSS (Glasnost, Perestroika e a exaustão do déficit público e orçamentário norte-americano em conjunto com o déficit da balança comercial. Neste momento, surge um questionamento para os donos do mundo: o que fazer com a grande soma de recursos que eram investidos na corrida armamentista, nas atividades geoestratégicas? O que aconteceria com as inovações tecnológicas das últimas décadas? Será que a economia normal e a população do planeta seriam capazes de absorver, de forma tão rápida, tudo isto?

Para que isto ocorresse, era necessário, no mínimo, mudar a estrutura formada no pós-Segunda Guerra e criar novas relações internacionais, como o término da bipolarização e o início da globalização acompanhada do capital volátil, da multipolarização, do retorno dos movimentos migratórios mundiais, das crises especulativas com o efeito dominó ou cascata, dos planos econômicos neoliberais, da redemocratização do Terceiro Mundo, do desemprego estrutural com o retorno de xenofobismo e do etnocentrismo ou conflitos étnicos, principalmente nos países que apresentam melhor qualidade de vida. As novas tecnologias geram excedentes de mão-de-obra.

Enfim, a terceira revolução tecnológica, onde a biotecnologia, a robótica, a automação e a nanotecnologia reformulam as novas formas de produção, localização e consumo dos produtos industrializados, sem se preocupar com o lugar de instalação das fábricas – os sistemas de comunicações e transportes facilitam a integração planetária de forma muito rápida.

Com a globalização, o poder bélico e geoestratégico caem para o segundo plano. Hoje, países-potência é definido pela capacidade tecnológica, de planejamento, produção, produtividade e competitividade no mercado global. E não basta para o indivíduo a especialização, é necessário que ele seja qualificado, capaz de assimilar novos conhecimentos e técnicas para se manter na área produtiva e manter o seu emprego.

Nestes pontos, os EUA não são mais hegemônicos, pois a Europa unificada e o crescimento do Japão em conjunto com o extremo leste forçam um processo, no mínimo antagônico. A tendência de globalização acaba forçando a criação de blocos econômicos, caracterizando uma inédita regionalização, dentro do processo global. Está sendo formado o novo “jogo de xadrez” nas relações mundiais.

A HISTÓRIA DO GRUPO DOS OITO (G8)

Foi o Presidente, da França, Giscard d’Estaing que, em 1975, tomou a iniciativa de reunir os chefes de Estado e de governo da Alemanha, dos Estados Unidos, do Japão, do Reino Unido e da Itália em um encontro informal no castelo de Rambouillet, não longe de Paris. A idéia era que esses dirigentes se reunissem sem o acompanhamento de um exército de conselheiros, para discutir a respeito das questões mundiais (dominadas na época pela crise do petróleo) com toda a franqueza e sem protocolo, em um ambiente descontraído.

Depois da reunião de cúpula de Rambouillet, essas reuniões passaram a ser anuais e o Canadá foi admitido como sétimo membro do grupo na cúpula de Porto Rico, em 1976. Os trabalhos do grupo evoluíram ao longo dos anos, levando em consideração novas necessidades e eventos políticos. Esse fórum, que, originalmente, girava essencialmente em torno do ajuste das políticas econômicas de curto prazo entre os países participantes, adotou uma perspectiva mais geral e mais estrutural, acrescentando à sua ordem do dia um grande número de questões políticas e sociais.

Do G7 ao G8: O grupo continuou sendo composto de sete membros até a Rússia, presente como observadora desde o início dos anos 1990, fosse convidada em 1997 a oficializar a sua participação. A primeira cúpula a oito membros ocorreu em 1998. A Rússia exercerá a presidência do grupo em 2006, e sediará pela primeira vez uma reunião de cúpula. A União Européia também ocupa uma posição de observadora nas reuniões do G8, onde é representada pelo Presidente da Comissão Européia e ainda pelo chefe de Estado e de governo do país que estiver exercendo a presidência da União.

Apesar de ter uma agenda cada vez mais carregada, o G8 conseguiu manter um caráter informal e evitar uma ampla burocratização. Ele não possui secretaria ou regulamento interno aprovado. É o membro do grupo encarregado de exercer a presidência que define a ordem do dia e decide qual a maneira mais apropriada de tratar cada assunto. A presidência sedia e organiza a reunião, age como porta-voz do grupo durante o ano e coordena os trabalhos dos grupos de trabalho; é a ela, por fim, que cabe associar aos trabalhos do G8 organizações não-governamentais (ONGs), instituições financeiras internacionais e outros setores da sociedade civil.

O G8 não é nem uma instituição, nem uma organização internacional. Ele não possui personalidade jurídica. Não tem secretaria permanente. Não toma qualquer medida de caráter obrigatório. Não faz absolutamente concorrência, portanto, à Organização das Nações Unidas, à Organização Mundial do Comércio, ou às instituições financeiras internacionais. Ele assemelha-se mais a um clube de grandes países industrializados que se consultam e se reúnem a intervalos regulares para reforçar o seu entendimento e tornar harmônicos seus pontos de vista sobre as grandes questões econômicas e políticas internacionais. Os comunicados que são publicados ao término das reuniões ministeriais e da cúpula anual dos chefes de Estado e de governo traduzem essa solidariedade e podem compreender compromissos políticos ou financeiros dos membros do G8.

O G8 é presidido, em rodízio, por cada um dos países-membros de 1º de janeiro a 31 de dezembro de um determinado ano. O país que exerce a presidência propõe a ordem do dia e o local da cúpula e organiza as reuniões preparatórias.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI

O Fundo Monetário Internacional é uma organização composta atualmente por 184 países membros que foi criada para promover a cooperação e a estabilidade econômica internacional, estimular o crescimento econômico e fornecer assistência financeira temporária para países em crises. No próximo artigo nós aprenderemos o que isto significa exatamente. Nesse artigo vamos nos concentrar na história e na proposta básica do Fundo.

O FMI foi fundado em julho de 1944 em uma conferência das Nações Unidas ocorrida na cidade de Bretton Woods, em New Hampshire, Estados Unidos. Nessa conferência, representantes de 45 países concordaram em estabelecer um sistema de cooperação econômica, desenvolvido para evitar a repetição das desastrosas políticas econômicas que contribuíram para a ocorrência da Grande Depressão na década de 30. Durante a década em que ocorreu a Segunda Guerra Mundial, a atividade econômica decaiu nas principais nações industriais. Os países tentaram defender suas economias, restringindo as importações, o que apenas resultou em uma queda no comércio, na produção, no padrão de vida e no aumento do desemprego pelo mundo.

A medida que a Segunda Grande Guerra chegava ao fim, os líderes aliados decidiram tomar medidas para estabilizar as relações financeiras internacionais. Na conferência de Bretton Woods, em dezembro de 1945, 29 países criaram o FMI.

As propostas básicas do FMI hoje são as mesmas da época de sua criação, mas muita coisa mudou. O mundo vem presenciando um crescimento sem precedentes, apesar de ser evidente que nem todos os países conseguiram se beneficiar de forma

igualitária. O mundo ainda possui muitas nações pobres e populações que vivem em extrema miséria. Porém, é claro que o comércio internacional e os avanços na tecnologia têm estimulado um grande crescimento econômico pelo mundo

Contudo, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, juntamente com a crescente prosperidade, o mundo vem presenciando outras mudanças significativas. O rápido avanço na tecnologia e nos meios de comunicação contribuíram para o aumento da integração dos mercados e da interligação entre as economias do mundo. Em outras palavras, os países não vivem mais isoladamente: o que acontece em uma nação afeta as outras; quando uma crise financeira atinge um país, ela tende a se espalhar rapidamente para outros países.

Podemos explicar esse conceito com um exemplo simples: além de vizinhos, Brasil e Argentina são parceiros comerciais. O Brasil, por exemplo, pode vender sapatos para a Argentina, mas se a Argentina sofrer uma crise econômica, sua população não comprará tantos sapatos como antes. Como consequência, a indústria brasileira de calçados provavelmente presenciaria uma queda em suas vendas e lucro. O resultado é claro: a Argentina que passa por uma crise financeira, mas os fabricantes brasileiros também estão sendo negativamente afetados.

Esse exemplo é simples – certamente existem muitos outros fatores que determinam a interligação econômica e financeira entre os países. Mas o exemplo serve para mostrar que vivemos em um mundo interdependente, e que a globalização exige uma maior cooperação internacional. Os países não podem simplesmente ignorar os problemas financeiros de outros, pois cedo ou tarde eles também podem ser atingidos. Uma das principais propostas do FMI é ajudar as nações a resolver suas questões econômicas, tanto para seu benefício como para benefício do restante do mundo.

Na época em que o FMI foi criado, o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), mais conhecido como Banco Mundial, foi estabelecido para promover o desenvolvimento econômico a longo prazo, incluindo o financiamento de projetos de infra-estrutura, tais como a construção de estradas e a melhora no abastecimento de água.

O FMI e o Grupo Banco Mundial, que inclui a Corporação Financeira Internacional (IFC) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), se complementam. O Fundo se preocupa com a economia de um país como um todo e com seu mercado financeiro. O Banco Mundial concentra-se principalmente no desenvolvimento do país a longo prazo e na redução dos problemas causados pela pobreza mundial. Suas atividades incluem a concessão de empréstimos para financiar projetos de infra-estrutura de países em desenvolvimento e a promoção de reformas de setores privados da economia e mudanças estruturais. O FMI não fornece ajuda financeira para setores ou projetos privados, mas fornece apoio à balança de pagamentos e reservas internacionais de um país, enquanto o país toma medidas políticas para resolver suas dificuldades.

OMC (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO)

A Organização Mundial do Comércio (OMC), um órgão que regula o comércio mundial. Foi criada em 1995 como um secretariado para administrar o Acordo Geral de Tarifas e Negócios, a sede se localiza em Genebra, Suíça. A OMC tem como objetivos a elevação dos níveis de vida, o pleno emprego, a expansão da produção e do comércio de bens e serviços, a proteção do meio ambiente, o bom uso dos recursos naturais em níveis sustentáveis e a necessidade de realizar esforços positivos para assegurar uma participação mais efetiva dos países em desenvolvimento no comércio internacional. Por isso ela tem como função: administrar e aplicar os acordos comerciais multilaterais e plurilaterais que em conjunto configuram o novo sistema de comércio internacional; servir de foro para as negociações multilaterais, administrar o entendimento relativo às normas e procedimentos que regulam as soluções de controvérsias; supervisionar as políticas comerciais nacionais; cooperar com as demais instituições internacionais que participam da fomentação de políticas em nível mundial; FMI, BIRD entre outros.

FMI E BANCO MUNDIAL PROMOVEM A LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL

As organizações multilaterais somam esforços na implementação de uma agenda global integrada de política econômica. O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) têm procurado desenvolver políticas mutuamente complementares. Sob o argumento de que as políticas dessas instituições necessitam ser mais “coerentes” entre si, diversos programas e modalidades de cooperação entre as organizações citadas têm sido desenvolvidos. Assim, essas organizações têm adotado critérios e atividades que promovem o apoio das políticas “financeiras” do FMI e do BM às políticas “comerciais” da OMC, em favor da liberalização do comércio nos países tomadores de empréstimos. As formas de cooperação entre o FMI, o BM e a OMC para fins de conjunta promoção da liberalização comercial são objeto do documento “Coerência nas Políticas Econômicas Globais e a Cooperação entre a OMC, o FMI e o Banco Mundial”.

As organizações multilaterais se movimentam para somar esforços na implementação de uma agenda global integrada de política econômica. Esta agenda global tem uma convergência substantiva importante nos principais acordos adotados sob a OMC. Esses acordos, tal como existem hoje, não servem de maneira equitativa às aspirações de todos os povos do mundo. Ao contrário, concentram grandemente o poder econômico nas mãos de grupos de interesse que são beneficiários da abertura de mercados levada a cabo por governos a partir de pressões trazidas por instituições como a OMC, o FMI e o BM, em detrimento das aspirações de comunidades locais.

O poder de penetração dessa agenda global integrada nos países em desenvolvimento aumenta tremendamente com o desenvolvimento e o adensamento da cooperação institucional, como a que está sendo construída entre a OMC, o FMI e o BM. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é claro, se junta ao “mutirão”, cabendo-lhe sobretudo a parte de abertura de mercados no âmbito da integração regional em favor da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A “coerência” entre as políticas dessas agências se dá no sentido de transformar as “condicionalidades” financeiras do FMI, BM e BID em instrumentos

para a mais efetiva implementação de reformas comerciais liberalizantes, no mais das vezes criticáveis por seus impactos negativos sobre a vida de comunidades, a preservação do meio ambiente e a justiça social.

Fonte: www.rbrasil.org.br/publicacoes/

CADE (CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA)

Cade é uma agência judicante. É uma autarquia vinculada ao Ministério da Justiça. Entre outras atribuições, ao CADE cabe zelar pela livre concorrência, difundir a cultura da concorrência por meio de esclarecimentos ao público sobre as formas de infração à ordem econômica e decidir questões relativas às mesmas infrações. As atribuições da agência estendem-se a todo território nacional.

AGÊNCIAS REGULAMENTADORAS

As agências regulamentadoras surgiram para sustentar o processo de privatização no Brasil. A idéia era que o “novo” Estado não deveria intervir diretamente no domínio econômico, deixando esta tarefa primordialmente a cargo dos empreendedores privados. Em contrapartida, deveria o Estado fortalecer o seu papel regulador, a ser exercido por autoridades públicas mais “técnicas” e menos “políticas”, daí nascendo as Agências (ANATEL, ANEEL, ANP, ANVISA, ANA, ANSC, dentre outras). Suas funções estão as de normatizar e fiscalizar as atividades econômicas desenvolvidas por particular, que envolvam prestações de serviços públicos. Nesse mister estariam as agências incumbidas a disciplinar os direitos e deveres, tanto dos usuários dos serviços oferecidos, como os das concessionárias.

PRINCIPAIS PROBLEMAS BRASILEIROS

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL E O PROBLEMA DA FOME



Não faltam alimentos no Brasil. O que falta é dinheiro nas mãos de todos. Atualmente um tema entrou na pauta das discussões: a fome. Na origem desse grave problema, existe outro, a distribuição de renda. Estudos mostram que dispomos de 2960 quilocalorias por habitante por dia (bem mais do que o mínimo de 1900 recomendado por parâmetros internacionais). Da mesma forma, perto de 80% da população mundial tem, em média, menos renda do que nós, brasileiros (ou seja, tampouco podemos ser considerados um país verdadeiramente pobre). Por isso, o grande nó é a distribuição de renda. A imagem acima mostra como a renda é concentrada. Tal qual uma pirâmide invertida, os 10% mais ricos detêm quase 50% dos recursos, enquanto os 50% mais pobres ficam com pouco mais de 10% do total de dinheiro disponível. Ou seja, o topo ganha quase 25 vezes mais do que a base. E sempre foi assim. “Nunca atacamos o espectro da desigualdade”, analisa Pedro Demo, professor da Universidade de Brasília. Resultado: estamos entre as últimas colocações em termos de distribuição de renda do planeta.

Quem é pobre, afinal? Se não faltam alimentos, mas dinheiro na mão de quem precisa, o primeiro passo é saber quantas são essas pessoas. Parece fácil, mas há muita controvérsia entre os especialistas. “Deveria haver um só padrão, reconhecido pelo Estado com base em critérios internacionais, para definir a linha de miséria, de modo que passemos da discussão de ‘quantos são para o que fazer’, ocorre, porém, que há vários indicadores:

A FGV estabelece que é pobre todo aquele que vive com menos de 160 reais por mês e indigente com metade desse valor.

O Programa Fome Zero, lançado no início da gestão Lula pelo governo federal, utiliza o mesmo cálculo do Banco Mundial: é indigente pessoa que ganha até 1 dólar por dia.

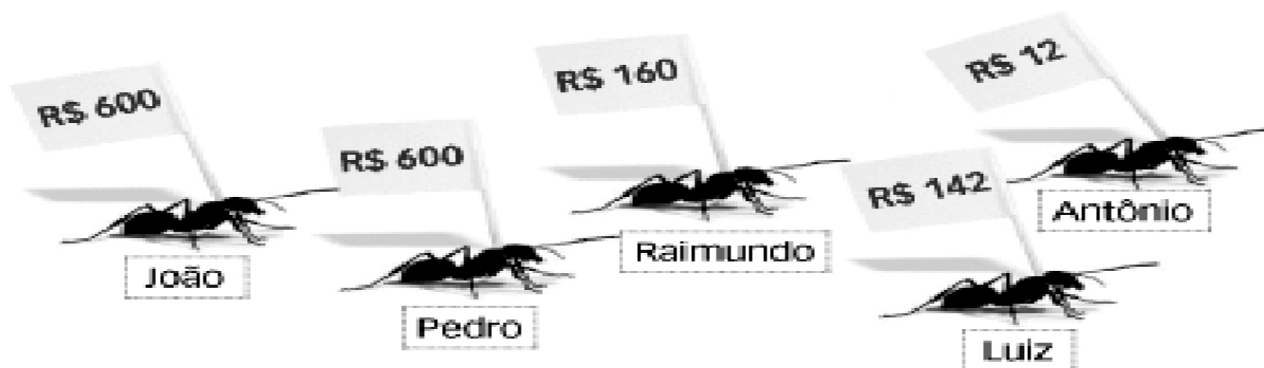
Já o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão ligado ao Ministério do Planejamento, trabalha com uma cesta básica familiar (cujo valor varia de região para região) com os requerimentos nutricionais sugeridos pelo Fundo para a

Alimentação e Agricultura (FAO) da Organização das Nações Unidas. Toda família que recebe menos do que o necessário para comprar a tal cesta é considerada pobre. Em 1993 o instituto montou o Mapa da Fome — o mais detalhado estudo estatístico já feito no país sobre a questão — e concluiu que perto de 32% dos brasileiros, ou 54 milhões de pessoas, estão abaixo da linha da pobreza. Desse total, 23 milhões são indigentes.

Onde está a pobreza? O Mapa da Fome do Ipea indica que dois terços dos 23 milhões de indigentes vivem na Bahia, em Minas Gerais, no Ceará, em Pernambuco e no Maranhão. Em termos percentuais, o Piauí é o estado em pior situação, com 57% da população composta de indigentes. Seguem-se Paraíba, Ceará e Maranhão. Isso não significa que toda essa população esteja passando fome, mas que não tem renda suficiente para viver dignamente. Outro dado revelador de que o problema da fome não é de produção é que cerca de 39 mil toneladas de comida são desperdiçadas diariamente no país. Estima-se que seriam suficientes para alimentar 19 milhões de pessoas. Um dos entraves para essa comida chegar a quem precisa é a questão civil e criminal por dano ou morte que incide sobre quem doa alimentos. Se alguém passa mal com a comida que ganhou, o doador é responsável juridicamente pelos danos — uma espécie de contra-senso, pois que dono de restaurante ou supermercado vai correr o risco de ser processado por um gesto de solidariedade? Um projeto de lei em discussão desde 1997 no Congresso Nacional pretende transferir essa responsabilidade para quem recebe a doação.

No início da década de 1990 o Movimento pela Ética na Política montou uma grande rede de entidades e uma verdadeira cruzada contra a fome. Capitaneado pelo sociólogo Herbet de Souza, o Betinho, ele revelou a força da sociedade civil organizada como parceira do Estado. Os comitês da Ação pela Cidadania Contra a Miséria e pela Vida mostraram que muito pode ser feito sem a intervenção oficial.

Distribuindo a Renda: um exemplo. O Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas calculou quanto cada cidadão que esteja acima da linha da pobreza teria de desembolsar mensalmente para girar uma utópica engrenagem de justiça social. A FGV usou dados do Censo 2000, que apontou 50 milhões de pessoas (29,3% da população) com renda mensal inferior a 80 reais. Veja o exemplo a seguir, de um grupo com cinco pessoas, e suas respectivas rendas:



Se a linha de pobreza for de 154 reais e a de indigência, de 76 reais, Luiz e Antônio seriam pobres, mas apenas Antônio, miserável. Para atingir a linha de pobreza faltam 12 reais para Luiz e 142 reais para Antônio. Portanto, redistribuir a renda e erradicar a pobreza nessa "sociedade" custaria 154 reais. Segundo o relatório do Ipea, a erradicação da miséria exigiria a transferência de 10,49 reais por brasileiro situado acima da linha de pobreza a cada mês.

Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br>

DESIGUALDADES NO BRASIL

Na atualidade, as desigualdades sociais ocorrem tanto nos países ricos como nos países pobres. A história da humanidade é marcada pelo fenômeno das desigualdades. Nos países ricos temos uma espécie de oceano de prosperidade com algumas ilhas de exclusão social. Já nos países pobres, temos vastos oceanos de pobreza pontilhados de pequenas ilhas de prosperidade. Especialmente nas últimas duas décadas, tanto nas sociedades mais ricas (de forma cada vez mais perceptível), quanto nas mais pobres, amplia-se cada vez mais o fosso que separa os "incluídos" dos "excluídos".

O Brasil encontra-se entre os primeiros países com as maiores concentrações de renda do mundo. Estamos na frente de menos de meia dúzia de países, que por sinal apresentam uma característica peculiar: uma pobreza generalizada, visto que a pouca riqueza concentra-se nas mãos de poucos favorecidos.

A tendência à concentração de renda que leva às desigualdade e exclusão sociais não é fenômeno recente nem exclusivo do Brasil. Em nosso país, um dos campeões mundiais das desigualdades, a dramática situação de exclusão social da atualidade, tem sua origem no processo inicial de estruturação da sociedade brasileira.

Assim, desde o período colonial e durante a época do Brasil imperial, o monopólio da terra por uma elite de latifundiários e a base escravista do trabalho foram os fundamentos que deram origem a uma rígida estratificação de classes sociais. O fim da escravatura, da qual o Brasil foi o último país a se livrar, não aboliu o monopólio da terra, fonte de poder econômico e principal meio de produção até as primeiras décadas do século XX. O abismo social entre o enorme número de trabalhadores e a diminuta elite de grandes proprietários rurais delineou as bases da atual concentração de renda do país.

O Brasil passou por grandes transformações ao longo do século XX. Sua economia tornou-se cada vez menos agrária, a indústria passou gradativamente a ser a atividade econômica mais dinâmica, a população cresceu e rapidamente se urbanizou, a sociedade tornou-se mais complexa, mas a concentração da renda não só persistiu, como se aprofundou, pois a grande maioria da população permaneceu à margem do mercado consumidor de bens duráveis.

Todavia, com a crise do modelo de substituição das importações, na década de 1980, e o seu colapso, seguido da aplicação de doutrinas neoliberais na década seguinte, não só levaram à ampliação das desigualdades sociais, como também permitiram compreender melhor que, à medida que a sociedade incorpora novas realidades, criam-se novas necessidades (o acesso à educação, ao trabalho, à renda, à moradia, à informação, etc.) que vão além da simples subsistência.

Essas transformações mais recentes fizeram por cristalizar dois “tipos” de exclusão social, um “antigo” e outro “recente”. O primeiro refere-se à exclusão que afeta segmentos sociais que historicamente sempre estiveram excluídos. O segundo atinge aqueles que, em algum momento da vida, já estiveram socialmente incluídos.

No Brasil as desigualdades analisadas pelo ângulo da concentração de renda indicam que o rendimento dos 10% mais ricos da população é cerca de vinte vezes maior que o rendimento médio dos 40% mais pobres. Mais ainda: o total da renda dos 50% mais pobres é inferior ao total da renda do 1% mais rico. Esses dados comprovam que o crescimento econômico brasileiro desenvolveu-se sob o signo da concentração de renda. As grandes desigualdades sociais também se manifestam nas unidades regionais do país.

Fonte: <http://www.clubemundo.com.br/revistapangea>

RAÍZES E CARACTERÍSTICAS DAS DESIGUALDADES NO BRASIL

A história da humanidade é marcada pelo fenômeno das desigualdades. Na atualidade, as desigualdades sociais ocorrem tanto nos países ricos como nos países pobres. Nos primeiros, temos uma espécie de oceano de prosperidade com algumas ilhas de exclusão social. Já nos países pobres, temos vastos oceanos de pobreza pontilhados de pequenas ilhas de prosperidade. Especialmente nas últimas duas décadas, tanto nas sociedades mais ricas (de forma cada vez mais perceptível), quanto nas mais pobres, está se ampliando o fosso que separa os "incluídos" dos "excluídos".

A tendência à concentração de renda que leva, às desigualdades e exclusão sociais, não é fenômeno recente nem exclusivo do Brasil. Em nosso país, um dos campeões mundiais das desigualdades, a dramática situação de exclusão social da atualidade tem sua origem no processo inicial de estruturação da sociedade brasileira.

Assim, desde o período colonial e durante a época do Brasil imperial, o monopólio da terra por uma elite de latifundiários e a base escravista do trabalho, foram os fundamentos que deram origem a uma rígida estratificação de classes sociais. O fim da escravatura, da qual o Brasil foi o último país a se livrar, não aboliu o monopólio da terra, fonte de poder econômico e principal meio de produção até as primeiras décadas do século XX. O abismo social entre o enorme número de trabalhadores e a diminuta elite de grandes proprietários rurais delineou as bases da atual concentração de renda do país.

O Brasil passou por grandes transformações ao longo do século XX. Sua economia tornou-se cada vez menos agrária, a indústria passou gradativamente a ser a atividade econômica mais dinâmica, a população cresceu e rapidamente se urbanizou, a sociedade tornou-se mais complexa, mas a concentração da renda não só persistiu, como se aprofundou, pois a grande maioria da população permaneceu à margem do mercado consumidor de bens duráveis..

Todavia com a crise do modelo de substituição das importações, na década de 1980 e o seu colapso, seguido da aplicação de doutrinas neoliberais na década seguinte, não só levaram a ampliação das desigualdades sociais, como também permitiram compreender melhor que, à medida que a sociedade incorpora novas realidades, criam-se novas necessidades (o acesso à educação, ao trabalho, à renda, à moradia, à informação etc) que vão além da simples subsistência.

Essas transformações mais recentes fizeram por cristalizar dois “tipos” de exclusão social, um “antigo” e outro “recente”. O primeiro refere-se à exclusão que afeta segmentos sociais que historicamente sempre estiveram excluídos. O segundo atinge aqueles que, em algum momento da vida, já estiveram socialmente incluídos.

No Brasil as desigualdades analisadas pelo ângulo da concentração de renda indicam que o rendimento dos 10% mais ricos da população é cerca de vinte vezes maior que o rendimento médio dos 40% mais pobres. Mais ainda: o total da renda dos 50% mais pobres é inferior ao total da renda do 1% mais rico. Esses dados comprovam que o crescimento econômico brasileiro desenvolveu-se sob o signo da concentração de renda. As grandes desigualdades sociais também se manifestam nas unidades regionais do país

Fonte: <http://www.clubemundo.com.br/revistapangea>

SÍNTESE DOS INDICADORES SOCIAIS TRAZ UM RETRATO DO BRASIL EM 2003

Reúne um conjunto de indicadores sobre a realidade social brasileira, abrangendo informações sobre educação, trabalho e rendimento, domicílios, famílias, grupos populacionais específicos e trabalho de crianças e adolescentes, entre outros aspectos, acompanhados de breves comentários sobre as características observadas nos diferentes estratos geográficos e populacionais do País relativamente a esses temas.

Os indicadores, elaborados, principalmente, a partir dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada em 2003.

A Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE mostra que, em 2003, os domicílios urbanos brasileiros eram, em sua maioria, próprios (73,7%), do tipo casa (87,7%), cobertos de telha (74,2%), com paredes de alvenaria (91%), servidos por luz elétrica (99,5%), abastecidos por rede geral de água (89,6%), lixo coletado direta ou indiretamente (96,5%), e apresentavam em média 3,5 moradores. Havia televisão a cores em 90,3% deles, e geladeira em 91,7%.

A educação continua registrando os maiores avanços, com a média de anos de estudos crescendo um ano e meio ao longo da década e subindo para 6,4 anos em 2003, embora quase um terço (30,3%) da população acima dos 25 anos de idade tenha menos de quatro anos de estudo. O grupo etário que apresentou maior avanço na frequência à escola foi o de 18 a 24 anos, um aumento de 47% em dez anos, ainda que a defasagem escolar seja marcante em todas as regiões. A diferença em anos de estudo entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres chega a 6,5 anos.

Em 2003, havia 87,7 milhões de pessoas de dez anos ou mais de idade no mercado de trabalho, e a taxa de desocupação foi de 9,7%. Os jovens, as mulheres e os mais escolarizados eram os mais afetados pelo desemprego. A redução no rendimento do trabalho prosseguiu (-7,5% em relação a 2002), embora a queda da renda dos 40% com menores rendimentos (3%) tenha sido inferior à dos 10% com maiores rendimentos (9%). Com isso, houve ligeira redução da desigualdade entre os rendimentos médios desses dois grupos: em 2002, eles distavam 18 vezes um do outro e, em 2003, 16,9 vezes. Havia 5,1 milhões de crianças e adolescentes (5 a 17 anos) trabalhando, e 1,3 milhão delas tinham de cinco a 13 anos de idade, contingente equivalente à população de Tocantins.

Quase metade das mulheres que trabalhavam, ganhavam até um salário mínimo. Cerca de 71% das 2,6 milhões de mulheres que moravam sozinhas tinham mais de 50 anos de idade. Já os idosos eram 16,7 milhões (9,6%). Quase não houve alteração no número de casamentos, de 1993 a 2003 e, neste último ano, 10% dos cônjuges tinham menos de 20 anos.

A mortalidade infantil continuou caindo e em 2003 registrou 27 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos, mas a taxa de mortalidade de homens (183 mortes por 100 mil habitantes) por causas externas era dez vezes superior à das mulheres (18 por 100 mil habitantes). Em 1980, entre a população masculina, a taxa de mortes por causas naturais (128 por 100 mil habitantes) superava a de óbitos por causas externas (121 por 100 mil habitantes). Em 2003, as mesmas taxas eram, respectivamente, de 183,8 e 74,9 (por 100 mil habitantes).

CAI A MORTALIDADE INFANTIL MAS MORTES VIOLENTAS ENTRE JOVENS CONTINUAM A AUMENTAR

Em 2003, 43,5% da população do Brasil encontrava-se na região Sudeste. A Região Metropolitana de São Paulo concentrava 10,7% da população (ou 18,7 milhões de habitantes), contingente maior que o de qualquer uma das Unidades da Federação, exceto São Paulo. De acordo com as projeções populacionais do IBGE, em 2030 o Brasil terá 237,7 milhões de habitantes – 67 milhões a mais que em 2000, um crescimento relativo de 39,6% em trinta anos.

Com as significativas quedas nas taxas de fecundidade e natalidade, a população brasileira cresce cada vez menos, desde a década de 70. Entre 1993 e 2003, a taxa bruta de natalidade (nascidos vivos por mil habitantes), passou de 22,6‰ para 20,9‰, e a fecundidade, de 2,6 para 2,3 filhos por mulher.

Em 2003, havia no país 95,2 homens para cada grupo de 100 mulheres. Já a proporção de pessoas residentes em áreas urbanas (taxa de urbanização) passou de 78,4%, em 1993, para 84,3%, em 2003, e confirma o processo sistemático de urbanização do País.

Também diminuiu, em relação às demais faixas etárias, o contingente de crianças e adolescentes com até 14 anos de idade: em 1993, eles eram 33,5% da população e, em 2003, caíram para 27,2%. Em 2030, segundo as projeções do IBGE, esse grupo etário representará 21,3% da população brasileira.

Já a razão de dependência – proporção entre as pessoas potencialmente inativas (crianças de 0 a 14 anos e idosos de 65 anos ou mais) e as potencialmente ativas (com idades entre 15 e 64 anos) – diminuiu: de 63,5 crianças e idosos para cada 100 pessoas em idade ativa em 1993, para 51,1% em 2003.

PROPORÇÃO DE IDOSOS NA POPULAÇÃO É CADA VEZ MAIOR

Diminuiu a participação das crianças na população total, mas a dos idosos aumentou, graças aos avanços na Saúde e no saneamento básico. A esperança média de vida ao nascer no Brasil era de 67,7 anos em 1993 e chegou aos 71,3 anos em 2003. A esperança média das mulheres foi de 71,6 para 75,2 anos no período, e a dos homens, de 64,0 para 67,6 anos. Já a taxa bruta de mortalidade caiu de 6,7‰, em 1993, para 6,3‰, em 2003. Com tudo isso, a população de 65 anos ou mais de idade que, em 1993, representava 5,3% da população total, atingiu os 6,6% em 2003.

CONTINUA ELEVADA A PROPORÇÃO DE MÃES ADOLESCENTES

Apesar do subregistro de nascimentos, observou-se que as mulheres mais jovens (20 a 24 anos) tinham as maiores taxas de fecundidade. Mas a proporção de mães menores de 20 anos continua elevada, embora este fato também esteja ligado à queda acentuada da fecundidade nas faixas etárias acima de 25 anos. A gravidez em idade muito jovem eleva os riscos de mortalidade para mãe e filhos. Segundo as Estatísticas do Registro Civil, 20% das crianças que nasceram e foram registradas em 2003 tinham mães adolescentes.

MORTALIDADE INFANTIL CAIU 33,1% DESDE 1993

O subregistro também limita as informações sobre óbitos infantis coletadas pelo Registro Civil. Mas foi possível verificar o declínio de 33,1% na taxa de mortalidade infantil (óbitos de menores de 1 ano para cada mil nascidos vivos): de 41,1‰, em 1993, para 27,5‰, em 2003. A taxa de mortalidade infantil no Brasil ainda é alta, mas sua queda é inegável: em 1970 ela estava próxima de 100 por mil nascidos vivos.

No Brasil, em 2003, 35,4% das mortes de menores de 1 ano ocorreram após a quarta semana de vida (mortalidade pos neonatal), enquanto 64,6% ocorreram ao longo das primeiras quatro semanas (mortalidade neonatal). Já em 1993, a distribuição dos óbitos no primeiro ano de vida era bastante equitativa. Os óbitos de menores de 1 ano tendem a se concentrar mais próximos

ao momento do nascimento. Em 1993, 38,8% deles aconteciam na primeira semana de vida (mortalidade neonatal precoce, de causas predominantemente congênitas ou de natureza hereditária), ao passo que, em 2003, a proporção era de 49%.

MORTES DE JOVENS POR CAUSAS EXTERNAS CONTINUAM AUMENTANDO

No Brasil, a mortalidade masculina no grupo 20 a 24 anos de idade chega a ser quase dez vezes superior à feminina. No caso específico das mortes por causas externas, verifica-se que, enquanto sua incidência nas mulheres desse grupo etário manteve-se praticamente inalterada de 1980 a 2003, entre os homens as taxas saíram de 121, em 1980, para 184 óbitos para cada 100.000 jovens de 20 a 24 anos de idade, em 2003.

Em 1980, ainda no mesmo grupo etário, a taxa de mortalidade por causas naturais (128) entre homens ainda era superior à de mortalidade masculina por causas externas (121). Já em 2003, as duas taxas atingiram, respectivamente, 75 e 184. Em 2003, a taxa de mortalidade masculina por causas externas no grupo 20 a 24 anos de idade chega a ser mais de 10 vezes superior à feminina (18)

MIGRAÇÕES MANTÊM TENDÊNCIAS HISTÓRICAS

Em 2003, a distribuição da população por grandes regiões de residência atual segundo o lugar de nascimento mantinha as mesmas tendências verificadas no início da década de 1990 revelando uma certa estabilidade dos movimentos migratórios brasileiros. As regiões Nordeste e Sul apresentaram as maiores proporções de população residente nascida nas próprias regiões.

Os nordestinos são o grupo de maior peso entre os emigrantes brasileiros (57%). O Sudeste mantém-se, historicamente, como maior pólo de atração desses emigrantes: 70,7% deles se dirigiram para esta região. O segundo grupo que historicamente mais emigrou (20,6% do total de emigrantes) saiu do Sudeste e dirigiu-se, em sua maioria, para o Centro-Oeste (37,0%) em razão, provavelmente, dos movimentos de ocupação das últimas fronteiras agrícolas.

ANALFABETISMO DIMINUI, MAS PERMANECEM AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS POR REGIÕES E FAIXA DE RENDA

No Brasil, o analfabetismo caiu quase 30% entre 1993 e 2003. O declínio foi maior para as mulheres (31,7% contra 26,9% dos homens) e nas regiões Sul (34,7%), Centro-Oeste (32,1%) e Sudeste (31,3%). Destacam-se Paraná e Santa Catarina (- 37,6% e - 36,7%, respectivamente), Distrito Federal (-45,7%) e Rio de Janeiro (-41%). No Nordeste, o analfabetismo caiu 27%: no Maranhão, caiu 35% nos últimos 10 anos, e em Alagoas, apenas 10,1%.

Quase todas as crianças brasileiras em idade escolar obrigatória (7 a 14 anos) freqüentam a escola (97,2% em 2003), mas ainda há certos gargalos. No grupo de 0 a 6 anos a freqüência, ainda longe de ser satisfatória, vem aumentando. Em 2003, cerca de 37,7% das crianças de 0 a 6 anos freqüentavam um estabelecimento escolar, um aumento de 8% nos últimos três anos. No subgrupo de 4 a 6 anos, 68,4% freqüentavam creche ou escola em 2003, mas no Sul e no Centro-Oeste, eram menos de 60%.

A freqüência escolar dos demais grupos etários cresceu. A taxa de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos aumentou cerca de 33% nos últimos 10 anos e atingiu, em 2003, 82,4%. As exigências do mercado de trabalho contribuíram para o aumento na procura pelo ensino médio. Mas o maior crescimento na freqüência escolar foi no grupo de 20 a 24 anos: dos 18,3%, em 1993, para 26,8%, em 2003.

ESTUDANTES DAS FAMÍLIAS COM MAIOR RENDIMENTO TÊM MAIOR ESCOLARIDADE

Um dos fatores que exercem forte interferência na escolarização é o nível do rendimento da família. À exceção do grupo em idade escolar obrigatória (7 a 14 anos), tal influência nos demais grupos etários foi evidente: de 0 a 6 anos, a taxa de escolarização variou de 28,9% para os 20% mais pobres (1º quinto) até mais da metade das crianças nas famílias mais ricas (5º quinto). O mesmo se dá nos grupos etários de 15 a 17 anos e 20 a 24 anos.

Há um grande atraso no fluxo escolar dos estudantes brasileiros. Em 2003, no Brasil, 20,4% dos estudantes de 18 a 24 anos de idade ainda cursavam o ensino fundamental e quase 42% ainda estavam no ensino médio. No Nordeste, quase 80% dos jovens nessa faixa etária estavam defasados (34% no fundamental e 44% no médio). Mesmo no ensino fundamental, obrigatório, defasagem idade-série é bastante elevada, chegando a 64% dos estudantes de 14 anos de idade (no Nordeste, atinge quase 82% contra um pouco mais de 50% no Sudeste).

A média de anos de estudo cresce lentamente, passando de 5 anos em 1993 para 6,4 anos em 2003, ou seja: o brasileiro médio sequer concluiu o ensino fundamental, que requer 8 anos de estudo. Esse nível só foi atingido, em média, pelas pessoas de 18 a 24 anos de idade, caindo para 6,3 anos entre os com 25 anos ou mais de idade.

O rendimento familiar também afeta o nível de instrução da população brasileira adulta (25 anos ou mais de idade). A diferença em anos de estudo entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres chega a 6,5 no Brasil, e a 7,6 anos no Nordeste. Nesta região, cerca de 30% da população de 25 anos ou mais de idade ou não tinham instrução ou tinham menos de 1 ano de estudo, e apenas 6,5% concluíram o ensino médio e freqüentaram pelo menos 1 ano no ensino superior (12 anos ou mais de estudo). No Brasil, aproximadamente 1/3 da população adulta possuía menos de quatro anos de estudo, ou seja: podem ser considerados analfabetos funcionais.

OFERTA DE ENSINO É DIFERENCIADA REGIONALMENTE

Pelo Censo Escolar do MEC, em 2003, o Brasil tinha 191.055 estabelecimentos de ensino regular: 169.075 de ensino fundamental e 21.980 de ensino médio. Eram públicos 88,7% dos estabelecimentos do ensino fundamental e 69,7% do médio. Devido à legislação brasileira, quase 70% das escolas de ensino fundamental eram municipais.

Encontravam-se no âmbito estadual, também por razões legais, 65,2% dos estabelecimentos de nível médio. Mas a rede privada está presente mais significativamente no ensino médio que no fundamental, correspondendo a 1/3 dos estabelecimentos. No Brasil os municípios respondiam por apenas 3,8% dos estabelecimentos de nível médio, sendo 9,8% no Nordeste e menos de 1% no Sul. A oferta ainda restrita de estabelecimentos de ensino médio, principalmente nos municípios de menor porte, acaba por limitar a progressão escolar de parte significativa dos estudantes brasileiros.

RENDIMENTO CAI, MAS FICA MENOS DESIGUAL

Em 2003, os indicadores de mercado de trabalho permaneceram praticamente estáveis em relação a 2002. Houve melhoras, como a redução da desigualdade de rendimento entre os 40% com menores rendimentos do trabalho e os 10% com maiores rendimentos do trabalho, além dos aumentos da taxa de contribuição previdenciária e do emprego na indústria. Mas a queda do rendimento, a maior desocupação entre jovens, mulheres e os mais escolarizados, bem como as desigualdades regionais e de gênero permanecem.

Em 2003, o Brasil tinha 87,7 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade, na condição de ocupadas ou procurando trabalho. Trata-se da População Economicamente Ativa (PEA), que representava 61,4% da população em idade ativa (com dez anos ou mais).

CONTINUA A AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

As mulheres aumentaram mais que os homens sua participação na PEA, em relação ao ano anterior (2,5% contra 1,6%, respectivamente), mas sua taxa de atividade continua menor que a deles (50,7% contra 72,8%). O Rio Grande do Sul apresentou a maior taxa de atividade feminina (58,9%). Neste estado, são mulheres 77,1% dos trabalhadores rurais.

Como reflexo do aumento da frequência à escola, a taxa de atividade da população com entre 10 e 14 anos de idade caiu cerca de 1 ponto percentual. As regiões Nordeste e Sul apresentaram as taxas mais elevadas nesse grupo etário, acima da taxa nacional.

JOVENS, MULHERES E OS DE MAIOR ESCOLARIDADE SÃO OS MAIS AFETADOS PELA DESOCUPAÇÃO

A taxa de desocupação do País sofreu um ligeiro aumento em relação a 2002, indo de 9,2% para 9,7% em 2003. Esse índice foi mais influenciado pela procura feminina por trabalho, cuja taxa (12,3%) superou em quatro pontos percentuais a dos homens (Tabela 3.5 e Gráfico 3.5).

Jovens, mulheres e os mais escolarizados foram mais afetados pela desocupação, uma tendência verificada nos últimos anos. A taxa de desocupação das pessoas com 8 anos ou mais de estudo (11,3%) aumentou quase um ponto percentual em relação ao ano anterior.

MAIS TRABALHADORES CONTRIBUEM PARA A PREVIDÊNCIA

A taxa de contribuição previdenciária aumentou em 1 ponto percentual, mesma magnitude observada nas regiões Sul e Sudeste, enquanto no Centro-Oeste ela aumentou quase 2 pontos percentuais. Embora verificado em todas as categorias profissionais, destaca-se o aumento de 3 pontos percentuais na categoria de empregadores cuja taxa de contribuição foi de 58,9%.

A distribuição da população ocupada por classes de rendimento não sofreu mudanças significativas em relação a 2002, mas a proporção de pessoas com rendimento acima de 5 salários mínimos caiu em 1,1 ponto percentual. No Sudeste, a queda foi de quase 2 pontos percentuais.

MAIS TRABALHADORES GANHANDO MENOS

Em 2003, aumentou, em relação ao ano anterior, a proporção da população ocupada nas classes com menor rendimento familiar per capita. A proporção da população ocupada com rendimento familiar per capita de até ½ salário mínimo aumentou em todas as categorias ocupacionais, e os trabalhadores domésticos e empregados com carteira tiveram as maiores variações: 1,6 e 1,5 ponto percentual, respectivamente.

A proporção de empregados com carteira de trabalho assinada e rendimento familiar per capita de até ½ salário mínimo era maior no Nordeste. Alagoas tinha a maior proporção (43,9%) e São Paulo, a menor (5%) – um dos motivos para que o Sudeste (em particular São Paulo) seja o principal destino dos movimentos migratórios.

A indústria teve ligeiro aumento na taxa de ocupação (quase 1 ponto percentual em relação a 2002). Os demais setores se mantiveram praticamente inalterados. A construção teve uma queda não muito expressiva (0,6 ponto percentual). A ampliação do emprego na indústria é um aspecto positivo, ligado à geração de empregos com carteira de trabalho assinada.

RENDIMENTO CAIU EM TODAS AS CATEGORIAS DE OCUPAÇÃO

Um maior número de empregos com carteira, porém, não aumentou o rendimento médio da população ocupada que, em 2003 continuou a queda observada nos últimos anos (Gráfico 3.7): -7,5% no País, em relação ao ano anterior, e -8,0% para a população feminina ocupada. Na Região Metropolitana de Belém houve a maior queda (-20,9%), com Rio Grande do Norte (-18,2%) e a Região Metropolitana de Salvador (-17,3%) a seguir.

Os trabalhadores sem carteira e os militares e estatutários sofreram as maiores perdas de rendimento em relação a 2002 (-9,4% e -9,0% respectivamente). O rendimento dos empregados com carteira e o dos empregadores teve a mesma redução (-7,9%), e dos trabalhadores por conta-própria, -6,4%. A menor queda foi para os trabalhadores domésticos: -4,5%.

As regiões Sul e Sudeste apresentaram as maiores desigualdades de rendimento entre homens e mulheres. Em Santa Catarina as mulheres chegavam a ganhar cerca de 41% menos que os homens, e na Paraíba verificou-se o menor nível de desigualdade de rendimento: cerca de 14%.

RENDIMENTO-HORA CAIU PARA AMBOS OS SEXOS

Houve uma redução de 4,8% no rendimento-hora das mulheres, enquanto o dos homens caiu 2%. Para ambos os sexos a população com nível médio sofreu a maior queda no rendimento-hora: - 8,5%. Em 2002, os trabalhadores do Nordeste recebiam, por hora, 53% do rendimento auferido no Sudeste e, em 2003, esse percentual passou para 50%. As mulheres, em 2002, recebiam, por hora, cerca de 86% do rendimento dos homens e, em 2003, a proporção era de 83%.

DIMINUIU A DESIGUALDADE NOS RENDIMENTOS

O rendimento médio dos 40% com menores rendimentos do trabalho caiu 3% em relação ao ano anterior, enquanto para os 10% com maiores rendimentos do trabalho a redução foi de 9%. Em 2002, esses últimos tinham um rendimento médio cerca de 18 vezes superior aos primeiros, com essa diferença passando para 16,9 vezes, em 2003. Norte e Centro-Oeste foram as regiões que mais reduziram essa relação. Embora o rendimento médio dos 10% com maiores rendimentos do trabalho fosse maior no Sudeste, foi no Nordeste que se observou o maior grau de desigualdade por esse indicador (18,2). Já a apropriação do rendimento total dos 50% mais pobres aumentou ligeiramente em relação a 2002, o que se confirmou na redução do índice de Gini, de 0,56 para 0,55.

Com relação às principais características dos 40% com menores rendimentos do trabalho e 10% com maiores rendimentos do trabalho, chama atenção o aumento de cerca de 4 pontos percentuais na proporção dos estudantes de nível superior neste último grupo em relação ao ano anterior. Por outro lado, houve uma redução de cerca de 1 ponto percentual entre os empregados sem carteira de trabalho no primeiro grupo. Já a participação dos trabalhadores por conta própria cresceu cerca de 1 ponto percentual nos dois grupos.

TÊM SANEAMENTO ADEQUADO 64% DOS DOMICÍLIOS URBANOS BRASILEIROS

Os domicílios urbanos brasileiros são, em sua maioria, próprios (73,7%), do tipo casa (87,7%), cobertos de telha (74,2%), com paredes de alvenaria (91%), servidos por luz elétrica (99,5%), abastecidos por rede geral de água (89,6%), lixo coletado direta ou indiretamente (96,5%), possuem televisão a cores (90,3%) e geladeira (91,7%), e apresentam em média 3,5 moradores .

O esgotamento sanitário ainda é o ponto crítico dos domicílios urbanos brasileiros, com as fossas rudimentares ou outras formas alternativas de esgotamento presentes ainda em 22,5% dos domicílios. Há proporcionalmente mais domicílios urbanos com telefone fixo (57,8%) do que com rede de esgoto (55,3%). Os estados de São Paulo, Minas Gerais e o Distrito Federal se destacam com os percentuais mais altos de domicílios com rede de esgoto (89,8%, 84,6% e 87,8%, respectivamente), sendo que nos estados da região Norte, essa média é de 4,5%. O estado do Rio de Janeiro tinha, em 2003, 58,7% de domicílios ligados a rede de esgoto.

Sintetizando as informações sobre saneamento, pode-se afirmar que 64,1% dos domicílios urbanos brasileiros têm saneamento adequado, considerados aqueles com acesso ao conjunto de serviços, como abastecimento por rede geral de água, ligação com a rede coletora de esgoto ou com fossa séptica e coleta de lixo.

EM DEZ ANOS, NÚMERO DE CASAMENTOS PERMANECE ESTÁVEL

O número de casamentos voltou, em 2003, aos mesmos patamares de 1993. Foram 748.981 uniões legais em 2003, um aumento de 4,5% em relação a 2002, mas apenas 0,2% acima de 1993. Entretanto, considerando o aumento da população nos últimos dez anos, houve redução na taxa de nupcialidade legal, que passou de 7,6 casamentos por mil habitantes em 1993 para 5,8 por mil, em 2003, mantendo a tendência de queda já observada ao longo da década anterior.

Cerca de 10% dos cônjuges eram menores de 20 anos de idade, embora a idade média ao casar tenha subido, de 1993 para 2003: de 24 para 27,2 anos no caso das mulheres e de 27,5 para 30,6 anos, no caso dos homens.

O tempo médio de manutenção de um casamento, no Brasil, foi de 10,9 anos. Por ocasião da separação judicial, as mulheres tinham, em média, 35,2 anos e os homens 37,9 anos. Quanto aos divórcios, as idades são superiores, de 39 anos a mulher e 41,6 anos o homem, devido à legislação brasileira que exige pelo menos um ano de separação judicial ou dois de separação de fato, antes de se iniciar o processo de divórcio.

Em dez anos, Sul tem a maior taxa de crescimento de famílias com mulheres na chefia e o Nordeste, a mais intensa redução do tamanho das famílias

De 1993 a 2003, o percentual de famílias com mulheres como pessoa de referência passou de 22,3% para 28,8% do total, em todo o País, um crescimento de quase 30%. Na região Sul, esse percentual cresceu mais de 40%, passando de 18,6% para 26,4% _ a maior taxa de crescimento entre as regiões brasileiras.

A redução do tamanho das famílias, no período, foi mais intensa no Nordeste, onde o número de pessoas na família passou de 4,1 para 3,5 e o de filhos, de 2,1 para 1,6, em média. O tamanho das famílias está diretamente ligado ao rendimento familiar. Em 2003, no Brasil, enquanto a média de pessoas e filhos nas famílias com até ¼ de salário mínimo per capita foi de 4,6 e 2,7, respectivamente; naquelas com rendimento de mais de 5 salários mínimos per capita, tais médias foram de 2,5 e 0,8.

Em todo o País, a proporção de famílias com rendimento médio per capita de até meio salário mínimo caiu de 32,6% para 24,6%, de 1993 a 2003. Porém, ao observar os dados para os anos finais da década passada e os do início deste milênio, percebe-se que percentuais relativos a estas famílias permanecem nos mesmos patamares. Além disso, em 2003, o percentual de famílias nordestinas nessa situação era de 45,3%, bem maior do que nas regiões Sul (14,6%) e Sudeste (15,6%).

Em 2003, em quase 40% das famílias, só uma pessoa trabalhava; em 32%, duas pessoas trabalhavam e em 13% delas, três pessoas. Entre as unidades da federação, o Distrito Federal se destacou: em 46,6% das famílias, uma só pessoa estava ocupada. Também nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Salvador e Rio de Janeiro, os percentuais ficaram em torno de 45%.

MAIS DA METADE DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS TEM PELO MENOS UM MEMBRO COM ATÉ 14 ANOS DE IDADE

Em 2003, havia, no País, 47,2 milhões de crianças com entre 0 a 14 anos, representando 27,2% da população; 10,4 milhões de adolescentes de 15 a 17 anos (6%) e 23,4 milhões de jovens de 18 a 24 anos (13,4%). Maranhão e Alagoas eram os estados com população mais jovens do Brasil, com as crianças de até 14 anos representando 34% do total da população de cada estado.

Mais da metade (51%) das famílias brasileiras tinham, em 2003, pelo menos um dos seus integrantes na faixa etária de 0 a 14 anos. Dessas famílias, 38% viviam com rendimento médio familiar per capita de até meio salário mínimo. Em alguns estados nordestinos, como Maranhão, Alagoas e Piauí, essa proporção atingia 65%, contrastando com as regiões Sul e Sudeste, cujas proporções variavam de 14,8% em Santa Catarina a 38,3% em Minas Gerais. No Brasil, apenas 2,8% das famílias com crianças de até 14 anos de idade tinham rendimento per capita superior a 5 salários mínimos, e no Norte e Nordeste esse percentual ficava em torno de 1%.

Há uma associação direta entre escolarização e rendimento familiar e o aspecto que merece maior destaque é relativo à frequência a creche ou pré-escolar das crianças de 0 a 3 anos. Em 2003, das crianças que pertenciam a famílias com rendimento de até meio salário mínimo, apenas 8% freqüentava creche ou escola, enquanto que nas famílias com rendimento superior a 5 salários mínimos, esse percentual era de 28,3%, ou seja, 3,5 vezes maior.

No grupo de 4 a 6 anos de idade, verificou-se uma taxa de escolarização bem mais elevada para todas as classes de rendimento, sendo de 60,8% para as crianças das famílias menos favorecidas e subindo para 94,6% para as crianças de famílias com melhores rendimentos. É interessante que os estados da região Nordeste vem sistematicamente apresentando índices elevados de frequência escolar nessa faixa etária, alcançando 72,6% em 2003, comparados à baixa taxa de escolarização das crianças gaúchas, por exemplo, que ficou em 50,1%.

Na faixa etária de 7 a 14 anos, correspondente ao ensino fundamental, a frequência escolar está praticamente universalizada, independentemente de sexo, cor ou rendimento familiar. Já no grupo de adolescentes de 15 a 17 anos, faixa correspondente ao ensino médio, as desigualdades voltam a se revelar. Os adolescentes das camadas mais pobres possuíam uma taxa de escolarização de 75,8%, enquanto 98,3% daqueles pertencentes às mais favorecidas freqüentavam escola, em 2003. Chama a atenção a baixa frequência à escola dos adolescentes de 15 a 17 anos em famílias com rendimento per capita de até meio salário mínimo nos estados do Paraná e de Santa Catarina, cujas taxas ficaram abaixo da média nacional: 62,5% e 67,7%, respectivamente.

Entre 1993 e 2003, cresceu significativamente a população de 15 a 17 anos que tinha o estudo como atividade exclusiva: de 40,7% para 60,9%. Ainda assim, no Nordeste, um contingente expressivo de adolescentes já trabalhava e estudava, com percentuais que variavam de 19,0% no Rio Grande do Norte a 34,9% no Piauí.

No caso dos jovens de 18 e 19 anos, o percentual referente aos que tinham o estudo como atividade exclusiva era de 30,4%. Nessa faixa etária, 21,3% trabalhavam e estudavam. Entre os jovens de 20 a 24 anos, apenas 11,7% somente estudavam. Quanto à ocupação dos jovens de 15 a 24 anos, mais da metade deles (50,8%) já estavam no mercado de trabalho, em 2003.

TRABALHO INFANTIL: 1,3 MILHÃO DE CRIANÇAS DE 5 A 13 ANOS DE IDADE OCUPADAS EM 2003

Em 2003, havia 5,1 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade trabalhando no Brasil. Na faixa etária de 5 a 13 anos, havia 1,3 milhão de crianças ocupadas, o que corresponde aproximadamente à população do estado de Tocantins. Somente na região Nordeste havia 700 mil nessa faixa de idade trabalhando. O estado da Paraíba apresentou a maior proporção de crianças de 5 a 13 anos ocupadas (39,4%).

De 5 a 9 anos, havia, no País, cerca de 209 mil crianças trabalhando, quase 80% delas em atividade agrícola e situadas predominantemente no Nordeste. Em 2003, houve uma redução de 1 ponto percentual na proporção de crianças ocupadas nessa faixa de idade, em relação ao ano anterior.

Na área rural, o rendimento das crianças de 10 a 17 anos contribuía, em 2003, com 21,5% do rendimento familiar. No Nordeste, a contribuição das crianças no rendimento familiar vem caindo, ao passo que na área rural do Sudeste, aumentou em relação a 2002. Cerca de 25% das crianças ocupadas no Sudeste contribuía com mais de 30% do rendimento total da família. No estado do Amazonas, esse percentual chegou a 42%. Em todo o Brasil, quase a metade dessas crianças viviam em famílias com rendimento familiar per capita de até meio salário mínimo, sendo que no Nordeste essa proporção chegava a 73,3%. Verificou-se ainda que 38% das crianças e adolescentes ocupados não recebiam remuneração pelo seu trabalho. Na faixa etária de 10 a 15 anos, essa proporção era ainda maior (53,2%) e chegava a 64,8% no Nordeste.

Em 2003, a proporção de crianças e adolescentes que só trabalham apresentou uma ligeira redução de 0,5 ponto percentual em relação ao ano anterior, atingindo 3,4%. A parcela daqueles que trabalham e estudam também reduziu de 15,3% para 13,9%. Consequentemente, observou-se um aumento de cerca de 2 pontos percentuais na proporção de crianças e adolescentes que só estudam.

As regiões Nordeste e Sul apresentaram as maiores proporções de crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade ocupados (seja só trabalhando ou trabalhando e estudando): 22,5% e 20,3%, respectivamente. No Piauí e Ceará, uma de cada 4 crianças de 10 a 17 anos de idade estava ocupada, em 2003.

Os efeitos do trabalho entre crianças e adolescentes vão além do abandono escolar: o atraso escolar atingia 67% dos estudantes de 10 a 17 anos ocupados, em 2003. Embora o trabalho de crianças e adolescentes concentre-se no Nordeste, no Centro-Oeste observou-se a menor taxa de frequência à escola para aqueles que estavam ocupados (77,4%). Na área rural do Sudeste, a taxa de escolarização era de 72,7% para os ocupados, uma redução de mais de um ponto percentual em relação com o ano anterior.

O estudo mostra ainda que a maioria das crianças e adolescentes de 10 a 17 anos de idade que estavam ocupadas iniciaram suas atividades precocemente no mercado de trabalho. No entanto, em relação a 2002, houve uma ligeira redução da proporção de crianças que começaram suas atividades com menos de 15 anos de idade. Nas áreas rurais, o trabalho precoce é mais acentuado: de 1,8 milhão de crianças de 10 a 17 anos ocupadas nessas áreas, 37,6% começaram a trabalhar com menos de 10 anos de idade.

Com relação a distribuição de crianças e adolescentes ocupados segundo o local de trabalho, não se verificaram mudanças significativas comparadas ao ano anterior. Destacou-se, porém, a elevada proporção de crianças trabalhando em via ou área pública na região metropolitana de Recife (26,3%). Na região Norte, o percentual de crianças de 10 a 15 anos de idade trabalhando na rua atingiu 13,3%.

CAI A PROPORÇÃO DE MULHERES COM 3 FILHOS OU MAIS E A DE ADOLESCENTES COM PELO MENOS 1 FILHO

No Brasil, em 2003, das 48,3 milhões de mulheres em idade reprodutiva (de 15 a 49 anos de idade), 63% (ou 30,4 milhões) tinham, pelo menos, 1 filho (Tabela 9.1). Como consequência da contínua redução da taxa de fecundidade, observou-se que, nessa mesma faixa etária, a proporção de mulheres com 3 filhos ou mais caiu de 24,7% em 2002 para 23,9% em 2003. A redução foi mais expressiva nas regiões onde a participação da mulher no mercado de trabalho vem crescendo, como Sudeste (de 21,5% para 20,5%) e Sul (de 22,9% para 21,8%).

Entre as adolescentes de 15 a 17 anos que tinham, pelo menos, 1 filho, a taxa também caiu, passando de 7,2% em 2002 para 6,5% em 2003. Analisadas de formas isoladas, algumas regiões apresentaram aumento na proporção de adolescentes com pelo menos 1 filho. É o caso do Norte e do Sul, cujos respectivos aumentos de 13,0% e 25,5% fizeram suas taxas saltarem de 9,2% para 10,4% e de 5,5% para 6,9%.

NA EDUCAÇÃO, OS DESTAQUES SÃO AS MULHERES

Em se tratando de educação, a superioridade dos homens em relação às mulheres, bastante acentuada nos outros indicadores, não se confirma. Em 2003, de um modo geral, as mulheres tinham, em média, 7,0 anos de estudo, enquanto a média entre os homens era de 6,8.

Quando se leva em conta o fato de estarem trabalhando, verifica-se que a diferença entre mulheres e homens é de quase 1 ano. Em 2003, as mulheres ocupadas tinham 8,4 anos de estudo, ou seja, mais do que o necessário para a conclusão do ensino fundamental. O Distrito Federal apresentou a maior taxa de escolaridade entre as mulheres (10,0 anos de estudo). Já o Rio Grande do Norte apresentou a maior diferença por gênero, onde a média entre mulheres era de 8,3 anos de estudo, e entre os homens, de 6,3.

ENTRE OS OCUPADOS COM NÍVEL SUPERIOR, HÁ MAIS MULHERES DO QUE HOMENS

Por grupos de anos de estudo, a distribuição dos homens ocupados era de 25% no grupo de até 3 anos de estudo; 30,0% no de 4 a 7 anos e 16,7%, no de 8 a 10 anos de estudo. Entre as mulheres, os percentuais eram, respectivamente, 19,5%; 25,9% e 15,6%. Isso significa que os homens ocupados tendem a se concentrar nos níveis inferiores de escolaridade. No entanto, no topo da escolaridade (11 anos ou mais de estudo), as mulheres lideravam, com uma diferença de 10 pontos percentuais: 39,1% contra 28,3%. Dessa forma, conclui-se que, em 2003, 55% das mulheres que trabalhavam tinham, pelo menos, o ensino fundamental (antigo 1º grau) concluído, enquanto 55% dos homens ocupados não tinham nem completado esse nível de escolaridade.

Regionalmente, a diferença no nível de escolaridade mais alto entre homens e mulheres se manteve. O Sudeste apresentou a maior proporção de mulheres ocupadas com 11 anos ou mais de estudo (45,7%), mas foi o Norte e o Centro-Oeste que apresentaram as maiores diferenças entre gêneros: 13 pontos percentuais em cada região. No Norte, o percentual de mulheres ocupadas com 11 anos ou mais de estudo chegou a 39,1%, e o de homens, a 26,1%. No Centro-Oeste, 41,6% das mulheres ocupadas tinham esse nível de escolaridade, enquanto entre os homens o percentual era de 28,6%.

QUASE METADE DAS MULHERES OCUPADAS GANHA ATÉ UM SALÁRIO MÍNIMO

Em 2003, quase metade das mulheres que trabalhavam (49%) ganhava até um salário mínimo, percentual superior ao dos homens, que era de 32%. Em relação a 2002, esses percentuais não se modificaram. O Nordeste concentrava 3,3 vezes mais homens ocupados que ganhavam até 1 salário mínimo do que o Sudeste. No caso das mulheres, o percentual no Nordeste era 2,1 vezes superior ao do Sudeste.

TRABALHO DOMÉSTICO É A SEGUNDA MAIOR CATEGORIA DE EMPREGO ENTRE AS MULHERES E O PERCENTUAL DE EMPREGADORAS É MUITO INFERIOR AO DOS HOMENS

Em relação à posição na ocupação, homens e mulheres apresentaram em 2003 o mesmo quadro do ano anterior. Quanto aos homens, a distribuição ficou assim estabelecida: 55,7% eram empregados; 27,3%, trabalhadores por conta própria; 5,6%, não remunerados; 5,5%, empregadores; 5,1%, militares e estatutários e 0,9%, trabalhadores domésticos. Já entre as mulheres, o trabalho doméstico era a segunda maior categoria ocupacional. O percentual de empregadoras era quase a metade do de empregadores. Em 2003, a distribuição das mulheres segundo a posição na ocupação foi: 41,6% eram empregadas; 18,6%, trabalhadoras domésticas; 17,5%, conta própria; 10,1%, não remuneradas; 9,5%, militares e estatutárias e 2,7%, empregadoras.

ENTRE AS MULHERES QUE MORAVAM SOZINHAS EM 2003 (2,6 MILHÕES), 71% DELAS TINHAM MAIS DE 50 ANOS DE IDADE

Em 2003, cerca de 71% das 2,6 milhões de mulheres que moravam sozinhas tinham mais de 50 anos de idade, percentual bastante superior ao dos homens na mesma faixa etária (42,4%). Entre as grandes regiões, Sudeste (73,2%) e Sul (72,1%) destacaram-se com os maiores percentuais de mulheres com mais de 50 anos morando sozinhas. Já entre os estados, os destaques foram Alagoas (81,5%) e Paraíba (80,8%).

No caso da aposentadoria, a maior proporção de mulheres de 60 anos ou mais, aposentadas, estava no Nordeste (61,3%), e a menor, no Sudeste (36,3%). Isso se deve principalmente à inclusão das aposentadorias rurais no Regime Geral de Previdência Social a partir da Constituição Federal de 1988.. Por outro lado, a maior proporção de mulheres que recebiam pensão estava no Sudeste (25,8%), sendo mais representativa na região metropolitana do Rio de Janeiro (30,6%).

IDOSOS BRASILEIROS JÁ SOMAM 16,7 MILHÕES

Definida pelo Estatuto do Idoso como aquela que tem 60 anos ou mais de idade, há um crescimento absoluto e relativo da população idosa ao longo dos anos. Esse crescimento é consequência da queda nas taxas de mortalidade e de fecundidade. De 2002 para 2003, o número de idosos passou de 16,0 milhões (9,3%) para 16,7 milhões (9,6%), sendo que as maiores proporções estavam no Rio de Janeiro (12,7%) e no Rio Grande do Sul (12,5%), e as menores, em Roraima (3,7%) e no Amazonas (4,9%).

EM DEZ ANOS, PERCENTUAL DE IDOSOS COM MENOS DE UM ANO DE ESTUDO CAIU 19 PONTOS PERCENTUAIS

De 1993 a 2003, a proporção de idosos sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo caiu de 56% para 37%. Essa redução aconteceu em todas as faixas etárias, tanto entre homens como mulheres. No mesmo período, também houve redução na taxa dos analfabetos funcionais (com menos de 4 anos de estudo), no entanto, os percentuais mantiveram-se altos, sendo superiores a 50% em todos os grupos etários.

APOSENTADORIA E PENSÃO JÁ ESTÃO PRATICAMENTE UNIVERSALIZADOS ENTRE OS IDOSOS COM MAIS DE 70 ANOS

Em 2003, benefícios como aposentadoria e pensão já estavam praticamente universalizados na faixa a partir de 70 anos de idade, chegando a atingir 96,1% entre os homens e 87,4%, no caso das mulheres.

EM DEZ ANOS, POPULAÇÃO QUE SE DECLARA BRANCA DIMINUI E PERCENTUAL DE PRETOS E PARDOS CRESCE

De 1993 a 2003, houve, no Brasil, pequena alteração na distribuição por cor ou raça. A população que se declarara branca sofreu redução de 2%, passando de 54,3% para 52,1%, enquanto os percentual de pretos (de 5,1% para 5,9%) e pardos (de 40% para 41,4%) cresceram. No Nordeste, a participação de pretos passou de 5,2% para 6,4% no período. No Sul, essa proporção passou de 3% para 3,7% e, no Centro-Oeste, de 2,8% para 4,5%. Os pardos também tiveram aumento: no Sudeste, sua proporção, que era de 27,7% em 1993, subiu para 30,3%; no Sul, de 12,1% para 13,4%; e no Centro-Oeste, de 48,9% para 51,8%.

TAXA DE ANALFABETISMO DE PRETOS E PARDOS É O DOBRO DA DOS BRANCOS

Entre 1993 e 2003, a taxa de analfabetismo de pretos e pardos (32%) caiu mais que a dos brancos (29%), mas a taxa de analfabetismo de pretos e pardos (16,9%) ainda é mais que o dobro da dos brancos (7,1%).

TAXAS DE ANALFABETISMO FUNCIONAL ERAM DE 18,4% PARA BRANCOS E DE CERCA DE 32% PARA PRETOS E PARDOS

As taxas de analfabetismo funcional (menos de 3 anos de estudo) seguiram a mesma tendência, reduzindo-se em 10 pontos percentuais para a população como um todo, e mais para pretos e pardos. No Nordeste, a queda chegou a 35% para pretos e pardos e 26% para brancos. No Centro-Oeste, houve queda de 45,5% para pretos; 34,3% para brancos e 29,1% para pardos. Em 1993, as taxas de analfabetismo funcional eram de 26,8% para brancos; 49,2% para pretos e 47,1% para pardos. Dez anos depois, as taxas de analfabetismo funcional chegaram a 18,4% para brancos; 32,1% para pretos e 32,5% para pardos.

ENTRE BRANCOS, PRETOS E PARDOS, PREDOMINAM AS FAMÍLIAS DO TIPO CASAL COM FILHOS E, ENTRE AS MULHERES, AS DO TIPO SEM CÔNJUGE COM FILHOS

Quanto às diferenças na composição por tipo das famílias (unipessoal, casal sem filhos, casal com filhos,...), as mudanças ocorreram não em função da cor, mas em razão do sexo da pessoa de referência. De um modo geral, houve redução no percentual

de famílias tradicionais (casal com filhos), embora esse tipo ainda predomine quando a pessoa de referência é o homem (68% de brancos e 70,4% de pretos ou pardos). Quando a pessoa de referência é a mulher, o tipo mais comum de família é o sem cônjuge com filhos: em média, 60% para brancas, pretas e pardas.

BRANCOS TÊM, EM MÉDIA, 7,3 ANOS DE ESTUDO; PRETOS, 5,6; E PARDOS, 5,4

De 1993 a 2003, a população brasileira de 10 anos ou mais teve aumento da média de anos de estudo de 1,4 anos, passando de 5,0 para 6,4. Entre pretos (1,9 anos) e pardos (1,6 anos), os aumentos foram superiores ao de brancos (1,4 anos). Em 2003, a média de anos de estudo de brancos foi de 7,3 anos; de pretos de 5,6 e de pardos, 5,4 anos.

ENTRE PRETOS E PARDOS É MAIOR A PROPORÇÃO DE TRABALHADORES DOMÉSTICOS E MENOR A DE EMPREGADORES

Sobre o mercado de trabalho, a distribuição por posição na ocupação em relação à cor ou raça manteve-se, em dez anos, desigual. Entre os brancos, houve pequeno crescimento no percentual de empregados (de 47,6% para 49,5%) e de empregadores (de 4,8% para 5,8%). Já pretos e pardos, apesar de apresentarem, em 2003, proporção de empregados (45,8%) bastante similar à dos brancos, tinham muito menos empregadores (2,2%). No entanto, em se tratando de trabalhadores domésticos, a proporção de pretos e pardos (9,6%) foi bastante superior à de brancos (6,1%).

ENTRE OS OCUPADOS, BRANCOS GANHAM MAIS E TÊM MAIS ANOS DE ESTUDO QUE PRETOS E PARDOS

Apesar do avanço em dez anos, o indicador que relaciona o rendimento médio dos ocupados com a média de anos de estudo, ainda é bastante desigual quando se leva em conta a cor ou raça. Entre os brancos que estavam trabalhando, a média de anos de estudo aumentou de 6,8 anos, em 1993, para 8,3 anos, em 2003, e o rendimento médio passou de 3,6 salários mínimos para 3,9 salários mínimos no período. Para pretos e pardos, a média de anos de estudo passou de 4,5 para 6 anos, e o rendimento, de 1,7 para 1,9 salários mínimos. Assim sendo, pode se concluir que, em 2003, pretos e pardos não tinham sequer alcançado a média de anos de estudo dos brancos em 1993.

Fonte: <http://www.ibge.gov.br/>

SOBRE A POPULAÇÃO

Superpopulação é sempre relativo. Sendo assim, nunca se pode dizer que a área determina, pela quantidade de indivíduos que a habita, o grau de desenvolvimento de uma comunidade. Fatores externos como o colonialismo, ou ainda, culturais, sociais, políticos e econômicos, são os critérios a serem levados em conta na análise. Superpopulação é sempre relativo à capacidade da população de prover do meio sem exauri-lo. Sentido da migração internacional que era Norte-Sul, hoje é Sul-Norte. Há em todos os países aversão a estrangeiros. Um exemplo típico do nível de xenofobia, é que, até os tigrinhos asiáticos estão se defendendo da invasão de estrangeiros. Ocorrem vários atritos entre brasileiros e paraguaios na ponte da "amizade". Os brasileiros são acusados de serem informais e retirarem trabalho dos paraguaios. Esta é uma forma de migração pendular e internacional ao mesmo tempo. Por esta razão estes brasileiros são denominados de Brasiguaios. As cidades no Brasil estão retornando os indigentes para suas regiões de origem, promovendo uma desova dos indesejáveis. Muitas prefeituras utilizam-se deste expediente para livrarem-se de encargos sociais. No Brasil, por exemplo, há uma tendência a bipartições de Estados, onde a parte mais rica se vê livre de áreas mais pobres. Há uma, bem palpável, tendência a desmetropolização reforçada, nos dias atuais, pela migração de retorno. Migração não pode ser vista do ponto de vista quantitativo, mas sim qualitativo. Crescem proporcionalmente, hoje no Brasil, as médias cidades. Um problema sério é a questão do Estado do entorno de Brasília. (Prestar atenção nas políticas curativas das cestas (cartões cidadania) de alimentos, como fator atrator de população).

As fronteiras agrícolas são atratoras, com um intenso crescimento de núcleos urbanos, gerando por outro lado um caos social. A grilagem de terra (recentemente houve grilagem de terras dos índios Caiapós), a presença de jagunços, os gatos, a escravidão de menores e adultos (escravidão de armazém), a fome, o desemprego tecnológico, as lutas do MST (armadas e acompanhadas de protestos como o que comemorou o massacre de dezenove sem terra em El Dourado do Carajás - Pará) por reforma agrária, são problemas sociais sérios e de premência para resolução. Há uma reforma agrária para o governo e outra para o MST, com a qual todos parecem concordar, mas que são coisas opostas para os lados. Quais são as diferenças básicas? Para o MST a proposta do governo é um ajuste às condições da globalização. O MST quer terra para trabalho e não terra de negócio como propõe o governo. Para o MST a terra não é fonte de lucro, mas sim um meio de vida dos camponeses, instrumento de revolução e uma forma de abastecer o mercado interno. O Sudeste, Sul e Nordeste do Brasil, são os principais responsáveis por este contrafluxo migratório. São pessoas que buscam "uma melhor qualidade de vida", fugindo da vida agitada dos grandes centros urbanos, ou ainda, por outro lado, há o fascínio exercido pelas cidades sobre as populações rurais. Goiânia já é cosmopolita por atrair gente de todos os lugares. Sem uma resposta satisfatória em termos de infra-estrutura e empregos, começa a apresentar problemas típicos de grandes centros. Dê uma analisada neste aspecto. A criminalidade, o aumento do comércio informal, são os resultados palpáveis desta má distribuição de renda. Goiânia e Brasília duas, "ilhas de modernidade", tem atraído muitos miseráveis. Obs. : estes são problemas estruturais muito visíveis em nossa realidade, sendo uma parte no todo.

A mão-de-obra está cada dia mais nômade. Assim, surgem as formas de se complementar renda. O trabalho zero hora, sem vínculo empregatício com as empresas, os part times (parte de tempo) estão cada vez mais presentes. O Estado está retirando todo tipo de estabilidade dos trabalhadores, votando reformas na previdência social e instituindo o contrato temporário de trabalho. Num contexto de economia globalizada, com um desemprego estrutural, agravado pelo desemprego tecnológico, onde em vários

países centrais ele já ultrapassa a casa dos dois dígitos, o trabalhador tem que se qualificar ao máximo (trabalhador multifuncional), pois a revolução técnico-científica elimina o trabalhador especializado. As empresas estão requerendo além do QI o QE (quociente emocional do trabalhador), critério básico para as admissões no mercado de trabalho. Hoje se requer sempre disposição para aprender constantemente. Busca-se o trabalhador Bombril (mil e uma utilidades). Em todo o mundo fala-se em redução de cargas horárias, enquanto na China e tigrinhos asiáticos há superexploração de mão-de-obra.

O processo de globalização é o grande norteador das questões dos vestibulares atuais. Parece que o mundo vai virar um Shopping Center Global e para tal insistem em modificar nossos hábitos e valores para que consumamos esse produto global. Contudo, não nos servem as receitas do FMI num mundo com tantas alternativas. Não precisamos assim, cair na onda de Ecomalthusianistas históricos que prevêem numa visão fatalista que a periferia será sempre periférica. E mais, o que é periférico, não necessariamente é periferia. Haverá sempre outra alternativa. Destarte, a globalização e, antes de tudo, a velocidade de inserção nela deve ser bem analisada por todos os países e povos do globo, especialmente os "periféricos".

SETOR PÚBLICO

Todo mês, o trabalhador assalariado define em que vai gastar o que ganha. Além das despesas para se manter, precisa separar uma parte do dinheiro para pagar as dívidas feitas ao comprar algo - como a prestação da casa - ou ao tomar dinheiro emprestado, como o cheque especial e o cartão de crédito. Se o trabalhador não administrar bem o salário, pode assumir tantas dívidas que só serão pagas se usar dinheiro destinado a outros gastos importantes, como a alimentação. O mesmo ocorre com os governos. Se os recursos arrecadados não forem bem administrados, a dívida pública aumenta cada vez mais.

Superávit Primário

Todos os anos o presidente da República, os governadores e os prefeitos têm de apresentar ao legislativo sua proposta de orçamento - o plano de quanto esperam arrecadar no ano seguinte e como pretendem gastar o dinheiro. Como os juros e a correção monetária de dívidas não entram na conta dos gastos, o governo ainda precisa fazer sobrar uma quantia para honrar esse compromisso. É esse o chamado superávit primário. Credores internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), pressionam para que o governo do Brasil se comprometa com superávits primários cada vez maiores, pois essa é uma garantia de que haverá dinheiro para pagá-los. Para 2003, o governo brasileiro comprometeu-se a obter um superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB).

Ao preparar o orçamento, cada governante distribui o que tem para gastar segundo sua proposta de governo, destinando mais recursos para as áreas que considera mais importante. Como no Brasil o dinheiro é pouco, ao priorizar uma área, o governo acaba deixando outras descobertas.

Não é raro, entretanto, que no fim do ano algum ministério não gaste toda a verba prevista. Em geral, isso ocorre porque nem todos os planos daquele ministro foram postos em prática. Como o orçamento previa que aquele dinheiro deveria ser aplicado em determinada ação, ele não pode ser repassado para outro ministério. Também é comum as verbas não chegarem ao fim determinado. Isso pode ser resultado de ineficiência administrativa, mas pode tratar-se de desvio. Verbas destinadas a escolas, hospitais ou organizações filantrópicas podem ir parar em entidades criadas apenas para apropriar-se de dinheiro público.

Para impedir que os governantes continuassem endividando indefinidamente municípios, estados e a União, foi aprovada em maio de 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Ela limita os gastos com pessoal, empréstimos e emissão de títulos, obriga o governante a criar rendas ou cortar gastos se gerar novas despesas e proíbe-se de contrair dívida no último ano, para que não sobrem para o sucessor. Quem desobedecer à LRF se arrisca a perder o mandato, os direitos políticos, a pagar multas e até a ser preso. Uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2002. Abriu, no entanto, a possibilidade de governadores e prefeitos se endividarem para, por exemplo, pagar salários.

BRASIL TEM 600 MIL PORTADORES DO VÍRUS HIV, DIZ ONU

Em 1º de dezembro de 2004 -Dia mundial de luta contra a Aids-, quase um terço dos portadores do HIV da América Latina vive no Brasil. Do total de 1,7 milhão de infectados pelo vírus na região, 600 mil estariam no país. As informações são do relatório anual da ONU (Organização das Nações Unidas), divulgado no final de novembro. Aparentemente alarmante, o número não indica que o Brasil tem a pior situação, já que o país possui quase 40% da população da região.

"O Brasil tem realmente um terço dos portadores de Aids da América Latina, mas tem praticamente metade da população da região, o que significa que a nossa incidência relativa é baixa", disse Pedro Chequer, diretor do Programa Nacional de DTS/Aids. Segundo o diretor, dos cerca de 440 mil portadores de Aids em tratamento nos países em desenvolvimento, 150 mil estão no Brasil. "Isso também representa quase um terço". Segundo dados da Unids, a América Latina tem cerca de 470 milhões de habitantes. Atualmente, a população do Brasil passa de 180 milhões.

O total de infectados no Brasil representa 0,34% da população, o que coloca o país numa posição intermediária em incidência da Aids. Em percentual, o Haiti é o país com maior prevalência de Aids na América Latina, com 280 mil pessoas infectadas pelo HIV, aproximadamente 5% da população. Logo depois vêm Honduras, com 2%, e Guatemala, com cerca de 1%. O Uruguai é o país que tem o menor percentual de contaminação da região, com 0,1%. A América Latina tem 0,43% da população com o vírus da Aids, segundo o relatório da Unids -programa da ONU de combate à Aids.

Para o coordenador da ONU no Brasil, Carlos Lopes, o percentual de incidência da doença estimado para o Brasil é baixo. Segundo ele, o fato de um país ter um número alto de portadores do vírus não significa que ele possui a pior situação em relação à Aids. "O que a ONU leva em consideração é a resposta obtida pelos programas de combate à doença e a qualidade de vida dos

portadores do vírus. Nesse contexto, o Brasil é o país com os melhores resultados da América Latina e dos países em desenvolvimento", disse Lopes.

O documento divulgado pela ONU, não apresenta nenhum ranking sobre a doença no mundo. "Não se pode classificar a desgraça", justificou o coordenador da ONU. O relatório abrange dados de 180 países e aponta o programa anti-Aids brasileiro como o melhor entre as nações em desenvolvimento. Variações

A epidemia, segundo o relatório da ONU, estende-se por todas as regiões do Brasil, mas mostra algumas variações. As cidades de Porto Alegre e São Paulo mereceram destaque no relatório da UnAids. "Na capital do Rio Grande do Sul, 64% dos usuários de drogas injetáveis têm HIV, e em São Paulo, o número de prostitutas portadoras da doença cresceu de 7% para 18% em apenas um ano", disse Carlos Lopes.

O documento indica que, no início, a Aids afetou principalmente a homens que tinham relações sexuais com outros homens e também a usuários de drogas injetáveis, mas agora a epidemia tornou-se mais heterogênea. "A transmissão heterossexual é responsável atualmente por uma proporção crescente das infecções pelo HIV, e as mulheres são cada vez mais afetadas", revela o relatório. HIV é o vírus da imunodeficiência humana

Causada pelo HIV (vírus da imunodeficiência humana), a Aids não costuma dar sintomas a não ser numa fase mais avançada da doença. Ela enfraquece o sistema imunológico do ser humano, deixando-o mais vulnerável a outras doenças e à contaminação por tipos variados de vírus.

A pessoa contaminada pode demorar até dez anos para desenvolver algum sinal da doença. Isso significa que alguém aparentemente saudável pode estar contaminado e apto a transmitir o vírus. A única maneira segura de fazer o diagnóstico da infecção é pelo exame periódico de sangue. Para pessoas consideradas do grupo de risco (usuários de drogas e pessoas com vida sexual ativa sem proteção), os médicos recomendam que os exames sejam repetidos de seis em seis meses. Em estágio avançado, o doente costuma manifestar sintomas de outras doenças, causadas por vírus ou bactérias que se aproveitam da fragilidade do organismo para se manifestar. As doenças mais comuns são pneumonia e sarcomas de Kaposi - Espécie de câncer de pele. O vírus é transmitido por meio de fluidos do corpo humano, como esperma, secreções vaginais, sangue e leite materno. Portanto, as formas de transmissão do HIV de uma pessoa contaminada para outra são relação sexual sem proteção (vaginal, anal ou sexo oral), transfusão de sangue, uso compartilhado de seringas entre usuários de droga e a transmissão da mãe para o filho (o bebê pode ser contaminado durante a gestação, no parto ou pelo leite materno). Vale lembrar que a contaminação se dá entre homens e mulheres e homens e homens. Até 2004, apenas um caso de transmissão de mulher para mulher havia sido relatado às autoridades internacionais de saúde. Acredita-se que a possível contaminação tenha ocorrido durante sexo oral com uma das parceiras menstruadas.

<http://noticias.uol.com.br>

QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

A má distribuição de terra no Brasil tem razões históricas, e a luta pela reforma agrária envolve aspectos econômicos, políticos e sociais. A questão fundiária atinge os interesses de um quarto da população brasileira que tira seu sustento do campo, entre grandes e pequenos agricultores, pecuaristas, trabalhadores rurais e os sem-terra. Montar uma nova estrutura fundiária que seja socialmente justa e economicamente viável é um dos maiores desafios do Brasil. Na opinião de alguns estudiosos, a questão agrária está para a República assim como a escravidão estava para a Monarquia. De certa forma, o país se libertou quando tornou livre os escravos. Quando não precisar mais discutir a propriedade da terra, terá alcançado nova libertação.

Com seu privilégio territorial, o Brasil jamais deveria ter o campo conflagrado. Existem mais de 371 milhões de hectares prontos para a agricultura no país, uma área enorme, que equivale aos territórios de Argentina, França, Alemanha e Uruguai somados. Mas só uma porção relativamente pequena dessa terra tem algum tipo de plantação. Cerca da metade destina-se à criação de gado. O que sobra é o que os especialistas chamam de terra ociosa. Nela não se produz 1 litro de leite, uma saca de soja, 1 quilo de batata ou um cacho de uva. Por trás de tanta terra à toa esconde-se outro problema agrário brasileiro: até a década passada, quase metade da terra cultivável ainda estava nas mãos de 1% dos fazendeiros, enquanto uma parcela ínfima, menos de 3%, pertencia a 3,1 milhões de produtores rurais.

"O problema agrário no país está na concentração de terra, uma das mais altas do mundo, e no latifúndio que nada produz", afirma o professor José Vicente Tavares dos Santos, pró-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em comparação com os vizinhos latino-americanos, o Brasil é um campeão em concentração de terra. Não sai da liderança nem se comparado com países onde a questão é explosiva, como Índia ou Paquistão. Juntando tanta terra na mão de poucos e vastas extensões improdutivas, o Brasil montou o cenário próprio para atear fogo ao campo. É aí que nascem os conflitos, que nos últimos vinte anos fizeram centenas de mortos.

O problema agrário brasileiro começou em 1850, quando acabou o tráfico de escravos e o Império, sob pressão dos fazendeiros, resolveu mudar o regime de propriedade. Até então, ocupava-se a terra e pedia-se ao imperador um título de posse. Dali em diante, com a ameaça de escravos virarem proprietários rurais, deixando de se constituir num quintal de mão-de-obra quase gratuita, o regime passou a ser o da compra, e não mais de posse. "Enquanto o trabalho era escravo, a terra era livre. Quando o trabalho ficou livre, a terra virou escrava", diz o professor José de Souza Martins, da Universidade de São Paulo. Na época, os Estados Unidos também discutiam a propriedade da terra. Só que fizeram exatamente o inverso. Em vez de impedir o acesso à terra, abriram o oeste do país para quem quisesse ocupá-lo - só ficavam excluídos os senhores de escravos do sul. Assim, criou-se uma potência agrícola, um mercado consumidor e uma cultura mais democrática, pois fundada numa sociedade de milhões de proprietários.

Com pequenas variações, em países da Europa, Ásia e América do Norte impera a propriedade familiar, aquela em que pais e filhos pegam na enxada de sol a sol e raramente são assalariados. Sua produção é suficiente para o sustento da família e o que sobra, em geral, é vendido para uma grande empresa agrícola comprometida com a compra dos seus produtos. No Brasil, o que há de mais parecido com isso são os produtores de uva do Rio Grande do Sul, que vendem sua produção para as vinícolas do norte do Estado. Em Santa Catarina, os aviários são de pequenos proprietários. Têm o suficiente para sustentar a família e vendem sua produção para grandes empresas, como Perdigão e Sadia. As pequenas propriedades são tão produtivas que, no Brasil todo, boa parte dos alimentos vêm dessa gente que possui até 10 hectares de terra. Dos donos de mais de 1.000 hectares, sai uma parte relativamente pequena do que se come. Ou seja: eles produzem menos, embora tenham 100 vezes mais terra.

Ainda que os pequenos proprietários não conseguissem produzir para o mercado, mas apenas o suficiente para seu sustento, já seria uma saída pelo menos para a miséria urbana. "Até ser um Jeca Tatu é melhor do que viver na favela", diz o professor Martins. Além disso, os assentamentos podem ser uma solução para a tremenda migração que existe no país. Qualquer fluxo migratório tem, por trás, um problema agrário. Há os mais evidentes, como os gaúchos que foram para Rondônia na década de 70 ou os nordestinos que buscam emprego em São Paulo. Há os mais invisíveis, como no interior paulista, na região de Ribeirão Preto, a chamada Califórnia brasileira, onde 50.000 bóias-frias trabalham no corte de cana das usinas de álcool e açúcar durante nove meses. Nos outros três meses, voltam para a sua região de origem - a maioria vem do paupérrimo Vale do Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais.

A política de assentamento não é uma alternativa barata. O governo gasta até 30.000 reais com cada família que ganha um pedaço de terra. A criação de um emprego no comércio custa 40.000 reais. Na indústria, 80.000. Só que esses gastos são da iniciativa privada, enquanto, no campo, teriam de vir do governo. É investimento estatal puro, mesmo que o retorno, no caso, seja alto. De cada 30.000 reais investidos, estima-se que 23.000 voltem a seus cofres após alguns anos, na forma de impostos e mesmo de pagamentos de empréstimos adiantados. Para promover a reforma agrária em larga escala, é preciso dinheiro que não acaba mais. Seria errado, contudo, em nome da impossibilidade de fazer o máximo, recusar-se a fazer até o mínimo. O preço dessa recusa está aí, à vista de todos: a urbanização selvagem, a criminalidade em alta, a degradação das grandes cidades.

O LIMITE DA VIOLÊNCIA

Segundo lugar. Nesse caso, não se trata de uma boa colocação, e sim da posição que o Brasil ocupa na pesquisa da Organização Mundial da Saúde (OMS), que mediu a taxa de homicídios de 60 países. Com 27 mortes violentas por ano a cada 100 mil habitantes, o país fica atrás apenas da Colômbia, que está em guerra civil há cerca de 40 anos.

Embora presente em todos os lugares, a violência brasileira não é homogênea - está concentrada principalmente nas periferias das grandes cidades, e as maiores vítimas são os homens de 15 a 24 anos, segundo pesquisa do Ministério da Saúde. Nas capitais, a taxa de homicídios cresce ininterruptamente desde 1991 e chegou em 2000 a 47,2 registros anuais para cada 100 mil habitantes - 74,8% maior que a média brasileira. Entre os jovens de 15 a 24 anos de idade, o índice nacional é de 52,1, mas, se considerados apenas nas grandes cidades, são 181,8 mortes por 100 mil habitantes a cada ano.

O desemprego e a falta de serviços básicos - como saúde, educação, esporte, cultura e lazer, transporte e segurança - são apontados como principais fatores para explicar o grande número de homicídios na periferia das metrópoles. Segundo os especialistas, essas condições, somadas à impunidade resultante da ineficiência da polícia e da justiça, são o maior estímulo para que os adolescentes optem pelo crime e muitos sejam atraídos pelas organizações criminosas. Eles são as maiores vítimas e os principais agentes da violência no país. Nas áreas mais violentas, são comuns execuções sumárias, Tortura e detenções arbitrárias, pela polícia e por grupos ligados à segurança privada e ao crime organizado.

País armado: A porcentagem de assassinatos cometidos no Brasil com revólveres, pistolas e fuzis cresceu de 43,6% em 1980 para 68,3% em 2000. Segundo a OMS, o país tem, proporcionalmente, o maior número de mortes por tiro a cada ano. A taxa, de 18,7 por 100 mil habitantes, é superior à dos Estados Unidos (10,5), onde o número de armas de fogo em circulação é bem maior que no Brasil.

Embora não seja possível estabelecer uma relação direta entre o número de armas de fogo em circulação e o de homicídios, a facilidade do acesso a armas desse tipo amplia a gravidade do problema. O Sistema Nacional de Armas mantém apenas 2,2 milhões de registros. Mas, além das regularizadas, há um grande número de armas que não é registrado. Pesquisa do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinqüente (Ilanud) feita na cidade de São Paulo, em 1997 indicava que 8% da população com 16 anos ou mais (495 mil I pessoas) possuía armas de fogo.

Crime organizado

O crime organizado movimentava grandes volumes de dinheiro em ações como tráfico de drogas e de armas, seqüestros, roubo e recepção de veículos e cargas e roubo a bancos. É difícil obter informações sobre a estrutura dessas associações, mas existem fortes indícios de que elas têm crescido o que contribui para o aumento da violência e alimenta a corrupção na sociedade e no Estado. Os grandes grupos, como o Terceiro Comando e Comando Vermelho, no Rio de Janeiro, e o Primeiro Comando da Capital (PCC), em São Paulo, reúnem dezenas de criminosos sob uma complexa hierarquia cuja organização alcança os presídios. Eles mantêm ligações com o tráfico internacional de drogas e de armas e com parte da polícia, além de estrutura jurídica, para tirar proveito de falhas na legislação. Embora presente em todo o país, é no Rio de Janeiro que o crime organizado tem atuado de forma mais visível, formando um verdadeiro "poder paralelo", pois controla territórios inteiros e desafia o poder do Estado. Em 2003 e em 2004 se repetiu, grupos armados realizaram bloqueios em avenidas e rodovias, praticaram atentados e obrigaram o comércio de vários bairros da cidade a fechar.

A violência também se alimenta da dificuldade do Estado em prevenir e combater a criminalidade. Além do número insuficiente de policiais, em especial nas regiões mais críticas, como o estado de São Paulo, a polícia brasileira é mal treinada, usa armamento cujo poder de fogo é muitas vezes inferior ao dos criminosos e não há investigação científica em todos os casos.

Superlotação nas prisões: As péssimas condições do sistema penitenciário contribuem para o aumento índices de violência. A superlotação, aliada à falta de segurança, educação, trabalho, assistência médica e jurídica e I programas de convivência e ressocialização, torna difícil o reingresso do preso na sociedade. No Brasil, a população encarcerada passou de 223.220 presos em abril de 2001 para 239.345 em junho de 2002. Nos últimos anos, os governos estaduais investiram no aumento do número de vagas com a construção de presídios -, as quais cresceram a um ritmo superior ao do número de presos. Isso contribuiu para a diminuição da superlotação das prisões, mas as condições de muitos presídios ainda são precárias, o que estimula a violência interna, as rebeliões e a corrupção envolvendo policiais do sistema carcerário – o principal alimentador das fugas e da estruturação do crime organizado dentro das prisões.

Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, por exemplo, condenado por vários crimes, em especial ligados ao tráfico de drogas, chefiava o Comando Vermelho de dentro do presídio carioca de Bangu 1. Sem condições de isolá-lo, o governo do Rio de Janeiro teve de pedir ajuda ao governo federal para transferi-lo para outro estado.

Tradicionalmente, a segurança pública é atribuição dos governos estaduais. Mas, diante do crescimento da violência, a União, os governos municipais e, as organizações da sociedade civil ampliaram sua participação na discussão das formulações de políticas de segurança pública. Entre as propostas apresentadas estão a unificação das polícias Civil e Militar e a cooperação entre as três esferas de governo na prevenção e combate ao crime. Também há defensores do uso de efetivos das Forças Armadas na segurança pública, mas a idéia enfrenta resistência, em especial dos próprios militares. Em 2003, o governo federal e o estado do Rio começaram a desenvolver ações conjuntas para combater a criminalidade, como a presença de tropas do Exército na cidade do Rio de Janeiro por 15 dias no período do carnaval.

Almanaque abril

A GLOBALIZAÇÃO E O BRASIL - A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO

Bem, vamos fazer uma pequena viagem no tempo e lembrar das cenas de trabalhadores quebrando as máquinas que pareciam escravizá-los às primeiras fábricas, na Grã-Bretanha do início do século XIX, durante a 1ª Revolução Industrial. Mais adiante, quem não assistiu a um filme sobre os milhões de imigrantes europeus zarpando para a América, em geral expulsos do campo por conta da mecanização da agricultura, no início do século XX, e que se aglomeravam em guetos sórdidos de Nova York. Lá, esperavam “fazer a América”, encontrando do outro lado do Atlântico o trabalho que haviam perdido na Europa da 2ª Revolução Industrial. No Brasil, dezenas de milhões de pessoas têm histórias a contar sobre avós e bisavós desembarcando no porto de Santos, em busca da (improvável) felicidade nos campos de café ou nas fábricas têxteis.

Pois a 3ª Revolução Industrial – o coquetel entre desenvolvimento tecnológico acelerado, o fim do bloco socialista (que desorganizou a economia em uma larga porção do globo), a liberdade absoluta do capital e a reorganização produtiva em escala jamais vista também jogou para o alto a vida estável de imensas multidões. Como ocorreu com a 1ª e a 2ª Revoluções industriais, a Globalização que vivemos representou a transferência brutal de riquezas de uma parte da sociedade, em direção ao grande capital financeiro, que, via investimentos – principalmente nas bolsas de valores –, fornece às empresas os recursos necessários a um desenvolvimento cada vez maior e a uma competição cada vez mais acirrada. Como também ocorrera nas Revoluções Industriais anteriores, a Globalização trouxe novas oportunidades para muita gente. E trouxe a miséria e o desespero para uma parte importante dos passageiros do planeta Terra.

O avanço da robotização e da informática reduziu de forma considerável a oferta de empregos na indústria. Observemos o caso de alguns países desenvolvidos. O Japão tinha, em 1980, 35,3% da População Economicamente Ativa (PEA) alojada no setor industrial. Nove anos depois, a fatia caíra para 34,3% e, em 2000, representava 31,2%. Na França, o tombo foi ainda maior, de 35,9% (1980) para 30,1% (1989) e 24,5%, em 2000. Pode-se imaginar o que representa o fechamento de uma fábrica, ou a substituição de centenas de empregos, para regiões que sempre viveram ao redor dessa atividade. O filme inglês *Ou tudo ou nada*, que ganhou um Oscar, narra a desagregação de uma pequena cidade, na qual gerações de trabalhadores ganharam a vida em uma mesma fábrica, que fecha as portas.

Economistas liberais argumentam que a 3ª Revolução Industrial/Globalização pode destruir empregos ali, mas os cria acolá. Por exemplo, no setor de serviços. É verdade que parte do sumiço dos empregos industriais deve-se à terceirização de certas atividades, como a alimentação dos trabalhadores, a segurança da fábrica, o marketing e design dos produtos. O processo engrossa o setor de serviços. Acredita-se, inclusive, que o trabalho intangível (design, marketing, jurídico etc) represente, em alguns casos, até 75% do custo final de um produto. No início dos anos 70, apenas os EUA e o Canadá contavam com mais de 60% da PEA no setor terciário (serviços). Em 1990, 12 países haviam rompido essa marca.

Também é fato que a Globalização gerou imensas oportunidades nas áreas de tecnologia da informação ou comércio exterior. Países como a Irlanda, Israel e a Índia encontraram na produção de softwares um novo rumo para o desenvolvimento. A economia irlandesa cresceu 7,7% ao ano entre 1991 e 2000, contra a média de 1,9% registrada pelos países que aderiram ao euro, a moeda única da União Européia. Isso fez com que a taxa de desemprego entre os irlandeses despencasse de 13% para 4,3% no período.

O governo da Alemanha, de sua parte, ofereceu na virada do século XXI uma quota de dez mil vistos de trabalho para pesquisadores indianos, especializados em tecnologia da informação. E o pólo de alta tecnologia de São Carlos, no interior de S. Paulo, um dos mais importantes da América Latina, oferece grandes incentivos para atrair pesquisadores e engenheiros de outras regiões. Mas estamos falando de exceções, pelo menos até o início do século XXI, quando este texto sai do teclado de um valente computador IBM. A lógica da 3ª Revolução Industrial – redução de custos/aumento da produtividade/desenvolvimento

tecnológico/reorganização geográfica da produção – tem implicado a destruição maciça de empregos. “São opções de organização econômica baseadas na maximização da produtividade de uma minoria altamente tecnicizada”, diz o economista Ladislau Dowbor, lembrando que, na era da globalização, convivem workaholics enlouquecidos e multidões de sem-emprego.

Ainda falando sobre os países avançados, a taxa de desemprego na Alemanha, que era quase insignificante, de 0,6% em 1973, pulou para 3,1% em 1979, 7,9% em 1983 e 8,1% em 2000. E no Japão, os 1,3% de desempregados em 1973 transformaram-se em 4,7%, em 2000. A faixa dos europeus que viviam abaixo da linha da pobreza, que era de 11,8% em 1975, chegou a 14% em 1989, representando 44 milhões de pessoas. Outro fator que amplia o desemprego é a pressão dos deserdados das economias periféricas. A desorganização econômica no Leste europeu e na África – onde o fim da ajuda econômica norte-americana, francesa e soviética, dos tempos da Guerra Fria, quando as superpotências disputavam influência política nessas regiões, está levando milhões de pessoas a buscarem a felicidade no 1º Mundo. São legiões de argelinos na França, moçambicanos em Portugal, albaneses na Itália, geralmente executando os trabalhos mais humildes, como clandestinos, sem grandes direitos trabalhistas, em funções que a maioria dos “nacionais” rejeita.

A porcentagem de trabalhadores estrangeiros sobre o total cresceu de 5,9% para 9,3% na Áustria, entre 1990 e 2000; de 0,4% para 2% na Dinamarca, de 0,2% para 2,2% na Espanha e de 7,9% para 10,4 nos Estados Unidos. Não por acaso, em vários desses países, partidos políticos de extrema-direita chegaram ao poder no período, prometendo limitar ou mesmo proibir a imigração. Mas não se trata apenas de analisar o crescimento do desemprego no seio da 3ª Revolução Industrial e sim a mudança do tipo de emprego oferecido e a queda na qualidade de muitos postos de trabalho. Do Welfare State aos McJobs É inegável que a Globalização provocou algumas modificações muito interessantes na estrutura de trabalho. A disseminação da Internet, por exemplo, permite que muita gente trabalhe em casa ou em seu próprio escritório. As terceirizações facilitaram o surgimento de milhões de pequenas empresas – com frequência mantidas por uma só pessoa –, em áreas de consultoria e assessoria. Com isso, uma legião de profissionais, em geral bastante especializados, passou a depender menos dos humores de um patrão ou do desempenho de uma só empresa, passando a oferecer serviços a diversos clientes e exercendo maior controle sobre seu tempo e seu trabalho.

Também perdeu sentido o empregado-padrão dos tempos do fordismo, da 2ª Revolução Industrial. Aquele trabalhador que executava uma só operação, a mais simples possível para que o treinamento fosse acelerado e a substituição imediata, em caso de necessidade. A 3ª Revolução Industrial exige um tipo de trabalhador participante, com maior nível de escolaridade, que conheça o conjunto do processo produtivo, de forma a poder oferecer sugestões capazes de aumentar a competitividade da empresa. Muitas empresas passaram a oferecer comissões e bônus por produtividade, não apenas aos executivos, como ocorria há décadas, mas a todos os trabalhadores.

Analistas liberais vêm nessa nova era uma relação mais livre entre capital e trabalho, defendendo inclusive a ruptura de normas trabalhistas rígidas. No Brasil, José Pastore, um dos mais sólidos representantes da corrente liberal da sociologia, afirma que “tecnologias que enfrentam leis trabalhistas inflexíveis, mais destroem do que geram empregos”. Em um texto escrito em 2000, Pastore observa que, nos EUA pós Ronald Reagan, cada 1% de crescimento no PIB gera um aumento de 0,5% no nível de emprego. Já na Europa, onde as leis são mais rígidas, 1% de progresso no PIB representaria apenas 0,006% a mais em postos de trabalho. Agora, essa é apenas uma das faces da “liberdade” gerada pela Globalização. O outro lado da moeda é a liberdade absoluta do capital que, sem o aborrecimento representado pelo Leste europeu – e pelo medo do inimigo comunista – pode avançar sem entraves. Pode impor suas condições e, por conta do pavor das pessoas diante do fantasma do desemprego e das flexibilizações operadas por governos neoliberais, pode modificar dramaticamente – para pior – as relações de trabalho.

Começemos pelo desaparecimento de milhões de empregos industriais, em detrimento do setor de serviços e como fruto do desenvolvimento tecnológico. Nos EUA, cada cem postos de trabalho no setor siderúrgico geram 450 empregos em outras áreas. No setor de serviços, cem novos empregos criam 147 outros. Já no comércio, cem vagas abertas têm como consequência a oferta de apenas 94 postos. As novas necessidades da produção vêm levando, em todo o mundo, à multiplicação de formas “alternativas” de trabalho. São empregos de meio-período, estágios para jovens, com remunerações baixíssimas (conhecidos nos EUA como McJobs, em referência à casa McDonald’s, que adota bastante essa modalidade), cooperativas de trabalho – para reduzir os impostos e encargos sociais – e mesmo postos clandestinos, sem qualquer garantia.

Na Alemanha, o trabalho independente, por conta própria, saltou de 7,7% para 8,4% da força de trabalho, entre 1983 e 1989. Na Grã-Bretanha pós-Thatcher, os 15,4% de empregados em tempo parcial de 1979 viraram 17,6%, dez anos depois. E nos Estados Unidos, o crescimento foi de 14,4% para 16,9% no mesmo período.

A França viu o número de trabalhadores em tempo parcial crescer de 1,5 milhão, em 1982, para 2,2 milhões em 1989. No total, o número de franceses absorvidos pelas “novas formas de trabalho” cresceu de 2,02 milhões em 1982 para 3,4 milhões, em 1989. Na década seguinte, o processo apenas se aprofundou. Em 2000, exerciam trabalho em tempo parcial 26,2% dos australianos (contra 22,6% em 1990), 17,6% dos alemães, 12,2% dos italianos (8,8% em 1990) e 23,1% dos japoneses (19,2%), segundo a OCDE.

Pode-se perguntar: “mas e a resistência às mudanças mais violentas, levando-se em conta que estamos falando em países desenvolvidos, onde o sindicalismo tem força, tradição?”. Acontece que a liberdade quase absoluta do capital só foi possível após os sérios golpes vibrados contra o sindicalismo na Europa e Estados Unidos, na década de 80. O fim da Guerra Fria também destruiu parte do conteúdo ideológico que alimentava a disputa entre as centrais sindicais – principalmente na Europa Ocidental. E os efeitos da globalização – leia-se a terceirização, a transferência de atividades para o setor de serviços, a reorganização espacial da produção e a disseminação das novas formas de trabalho dificultaram imensamente a atividade sindical. Grandes ações, como greves em plantas fabris gigantescas tornaram-se, com frequência, inviáveis, devido à crescente fragmentação das operações.

A taxa de sindicalização nas sete maiores economias do mundo, então, caiu de 32% em 1980 para 27% em 1985 e 25%, três anos depois. O fato é que a Globalização está abalando seriamente (alguns analistas acham, inclusive, que vai eliminar) o “pacto social-democrata”, estabelecido após a 2ª Guerra Mundial na maior parte dos países desenvolvidos. Leia-se a combinação entre crescimento econômico, emprego à disposição, salários e direitos sociais razoáveis. O caso do Japão é notável. Ali havia, há meio século, uma espécie de pacto social à base do emprego quase vitalício, em troca de uma ação “colaborativa”, menos questionadora, do movimento sindical. Um pacto tão aceito que, em 1991, foram iniciados apenas 2.172 processos trabalhistas no país, contra quase 400 mil na Alemanha... Pois pela primeira vez desde a 2ª Guerra, os japoneses têm de conviver com o desemprego, ainda que em níveis muito mais baixos do que na Europa ou nas economias em desenvolvimento. E, desta vez, não há o “perigo comunista” a justificar concessões sociais e trabalhistas para manter o país sob o guarda-chuva do capitalismo.

A Globalização vem gerando um fenômeno duplo e complementar. De um lado, um núcleo econômico moderno e dinâmico, que oferece empregos de alta qualidade. Citemos o caso das grandes empresas transnacionais, que geram cerca de 75 milhões de postos de trabalho diretos – 12 milhões dos quais nos países em desenvolvimento.

Para muitos dos passageiros desse núcleo, a flexibilização das formas e regras do trabalho é bastante positiva, uma vez que permite melhores remunerações e, talvez, melhor qualidade de vida. Mas para quem está do lado de fora desse núcleo moderno, a Globalização tem significado o aumento da exclusão, a distância maior do emprego formal, a dificuldade de recolocação profissional (principalmente quando o trabalhador é mais velho ou, muito jovem, ainda não chegou ao mercado), o recurso a formas mais precárias de trabalho, aos bicos e mesmo à delinqüência. Essa dicotomia entre núcleos modernos e enclaves do atraso se verifica nas relações entre países, dentro de um mesmo país, entre regiões e até na mesma cidade. Para os analistas liberais, a tendência é de que a modernidade vá, gradualmente, se impondo e contaminando positivamente as sociedades. Até agora, porém, o que se vê é exatamente o contrário. Sob o império da “mão invisível”, da liberdade quase absoluta do capital, que se impôs com a Globalização e o fim da Guerra Fria, as fraturas só têm crescido.

Fonte: <http://www.clubemundo.com.br/revistapangea>

O BRASIL NO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

Uma foto marcou fortemente o cenário político internacional durante a abertura da 59ª Sessão da Assembléia Geral da ONU, ocorrida dia 21 de setembro de 2004: o primeiro ministro indiano Manmohan Singh, o japonês Junichiro Koizumi, o vice alemão Joschka Fischer e o presidente Luís Inácio Lula da Silva com as mãos entrelaçadas, numa demonstração de apoio mútuo para a obtenção de uma vaga de membro permanente do Conselho de Segurança. Os dois gigantes econômicos, que haviam sido derrotados na II Guerra Mundial, e os dois maiores e mais importantes países em desenvolvimento selaram uma aliança formal em defesa de suas candidaturas, no contexto da reforma das Nações Unidas.

Desde o fim da Guerra Fria, que encerrou a ordem mundial pós-II Guerra Mundial, a segunda e a terceira maiores economias do mundo de então (e grandes contribuintes financeiros da ONU) reivindicavam uma posição no sistema internacional que fosse compatível com seu poder material. Tratava-se de recuperar a plena soberania, perdida desde 1945, sendo que a Alemanha acabara de se reunificar. Ao mesmo tempo, o Brasil e a Índia, além de outros países, reivindicavam o mesmo direito, como representantes de suas regiões.

O Brasil, desde o governo Itamar Franco, passou a trabalhar de forma sistemática pela candidatura brasileira. O presidente seguinte, Fernando Henrique Cardoso, em seus dois mandatos deu continuidade à tarefa, mas numa perspectiva um tanto distinta. Ao levar o Brasil a aderir completamente à nova agenda internacional da época da globalização e adotar o modelo vigente de abertura econômica, acreditava que o país estaria sendo qualificado para o posto, e que os cinco membros permanentes reconheceriam nossa legitimidade. Foi um pouco de ilusão, pois em política ninguém dá; é preciso conquistar. E para conquistar é necessário ampliar seu poder, e não renunciar a ele, como foi a marca do ex-presidente.

O debate sobre a reforma da ONU se arrastava, com uma infinidade de propostas e de candidaturas, que se confrontavam mutuamente (México e Argentina também se candidatavam, tentando bloquear a iniciativa brasileira). Veio a guerra do Iraque, com o chocante desrespeito da administração Bush pela posição da ONU, desencadeando o conflito sem um mandato das Nações Unidas. Para muitos analistas, a organização estava acabada. Mas foi então que muitos países despertaram para a necessidade urgente da reforma, como instrumento para estabelecer uma ordem multipolar e multilateral, em lugar de uma nova hegemonia.

No governo Lula, a diplomacia brasileira passou a priorizar a autonomia, a contestação moderada e propositiva, alianças estratégicas compatíveis com o peso do país (especialmente com os grandes países em desenvolvimento), a integração e a liderança sul-americana e uma campanha a favor da dimensão social. Para o público de classe média, a luta contra a fome parece ingênua, mas ela tem um forte apelo junto aos países africanos (que representam quase 30% da ONU) e em vastas áreas da América Latina, Oriente Médio e Ásia, mas também em importantes meios sociais e políticos dos países ricos.

Além disso, a ação junto à OMC, a formação do G-3 (com África do Sul e Índia), o apoio material e político à países em dificuldade, a oposição à guerra e a própria origem social e política do presidente (primeiro não oriundo da elite, de esquerda mas moderado e vinculado à agenda do Fórum Social Mundial), tiveram considerável impacto sobre a comunidade internacional. Assim, o Brasil ganhou importante espaço político, aparecendo como "o novo" nas relações internacionais, e está no centro de um movimento político para a conquista de um assento permanente no CS da ONU. A manifestação positiva de outros membros, como França, China e, inclusive, Inglaterra, demonstra que nunca estivemos tão perto como agora. E a agenda que o país defende no plano mundial seria uma contribuição importante para uma ordem internacional mais estável e justa

Fonte: <http://educaterra.terra.com.br/>

A IMAGEM EXTERNA DO BRASIL

Para poder refletir sobre a questão, é necessário compreender o que está em jogo. Em primeiro lugar, deve-se observar que o primeiro ano do governo Lula foi marcado pelo aumento da intensidade da política externa brasileira, o que fez com que o país ficasse mais visível e mais visado. Em segundo lugar, após mais de um ano de governo, cobram-se resultados e as contradições entre a política econômica e as relações exteriores chegam a um ponto de definição, sendo difícil avançar simultaneamente em direções opostas. Por fim, as duas dimensões anteriores se combinam numa conjuntura eleitoral, que repercute na política externa e econômica.

Escândalos visivelmente exagerados como o financiamento de campanha pelo dinheiro do jogo são questões motivadas especialmente com interesses eleitorais internos, mas acabam repercutindo negativamente no plano internacional, afetando todo o país, e não apenas um partido. O que poucos se perguntaram foi quem liberou este tipo de jogo no Brasil, que serve para lavagem de dinheiro ilegal, evasão e empobrecimento de pessoas que jogam compulsivamente. Pior ainda, reverter uma decisão governamental para sanar o problema, desacredita ainda mais as instituições.

Já a questão do jornalista do New York Times, revela uma pressão internacional, pois dificilmente um veículo de tal importância publicaria uma reportagem qualquer. Cobra-se liberdade de imprensa, mas não a correspondente responsabilidade. E a atitude dos atores políticos é, mais uma vez, determinada pelo cálculo eleitoral. De qualquer maneira, assim como no caso do registro de norte-americanos que ingressam no país (em nome da reciprocidade diplomática), o que se vê no exterior é que o país procura agir em defesa de seus interesses e, apesar de certas críticas, os atores internacionais sentem que o Brasil cobra um tratamento igual. Aliás, muitos países adotaram atitudes semelhantes. Na Turquia, o visto de entrada é dez vezes maior para os norte-americanos. Como dizia Maquiavel, "às vezes é melhor ser respeitado que amado".

A razão para a pressão externa talvez seja a tentativa governamental de afrouxar a política financeira, como forma de gerar emprego e crescimento econômico, seja por razões programáticas, seja por necessidades eleitorais. Aí se compreende a posição da J. P. Morgan e outras instituições. Da mesma forma em relação à nossa "questão nuclear" (que beira o ridículo) e aos constantes ataques a dirigentes do corpo diplomático. O que é lamentável é que muitos brasileiros continuam pensando que o país deve simplesmente acatar agendas externas, sem lembrar o que ocorreu com a Argentina por agir desta forma.

Quanto à ALCA, o que se observa é um esvaziamento causado pelos EUA, que se recusam a discutir temas de agricultura, dando razão ao governo brasileiro. Mas ao mesmo tempo, Washington procura firmar acordos bilaterais de livre comércio com países menores, como o Chile, para dar a impressão de que a intransigência é do Brasil. Contudo, a Casa Branca teve sucesso em comprometer (e constranger) o país na missão de paz no Haiti, que é uma operação ambígua devido ao fato gerador da crise (a renúncia forçada do presidente Aristide) e às condições internas daquela nação. Já no tocante às parcerias estratégicas (políticas e econômicas) que o Brasil estabelece, como por exemplo: na viagem à China e na integração sul-americana, o sucesso é inquestionável. O país faz hoje parte da grande diplomacia mundial e sua posição no Conselho de Segurança da ONU se fortalece com tais ações, bem como sua candidatura a um assento permanente no mesmo órgão. Enquanto alguns nos criticam, outros nos observam com atenção e admiração e, ao contrário do que teria dito De Gaulle, consideram que este é um país sério.

Mas, enfim, o grande e permanente aspecto negativo à imagem externa do Brasil é a questão social. Esta sim é uma contradição que danifica a imagem internacional do país. E a nossa baixa auto-estima também compromete a ação e a imagem externa do país.

A DIPLOMACIA DO BRASIL NA ROTA DO ORIENTE

No curto espaço de pouco mais de uma semana, em meados de novembro de 2004, o Brasil foi visitado pelos presidentes da China, Hu Jintao, da Coreia do Sul, Ron Moo-Hyung, do Vietnã, Tran Duc Luong, e da Rússia, Vladimir Putin, líderes de duas potências mundiais e duas regionais, de grande expressão na política e na economia. Mais que encontros protocolares, a agenda das visitas demonstrou que se trata de parcerias estratégicas no âmbito da cooperação Sul-Sul entre países em desenvolvimento, na qual a diplomacia brasileira está alcançando projeção planetária.

A delegação chinesa, que realizou contatos de alto nível em diversas áreas, foi integrada por quinhentos assessores, algo realmente impressionante, e a importância do país dispensa comentários. A Coreia do Sul, por sua vez, possui uma economia de primeiro mundo, de grande interesse para o Brasil, enquanto o Vietnã é o país asiático de maior crescimento econômico-comercial de toda a região. Já a Rússia, membro permanente do Conselho de Segurança, potência nuclear e aeroespacial, que possui importante capacidade tecnológica nessas áreas e no campo militar, vem conhecendo uma rápida recuperação econômica.

Todos os visitantes assinaram acordos importantes com o Brasil e demonstraram grande interesse em estabelecer acordos de livre comércio com o Mercosul, sendo que Putin e Jintao manifestaram simpatia para com a candidatura brasileira a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. Assim, o Brasil estabeleceu condições para um avanço econômico e político no plano da grande diplomacia mundial, num momento em que se inicia uma fase complexa e problemática com o advento do segundo mandato do presidente norte-americano George W. Bush.

O fato de que certos segmentos da grande imprensa tenham tentado minimizar o impacto dessas visitas de alto nível, ou descaracterizar seus efeitos práticos, apenas reforçam a percepção de que a diplomacia brasileira abriu novos caminhos e se comporta de forma "ativa e afirmativa", como o presidente Lula prometeu em seu discurso de posse. Contudo, mais que uma simples iniciativa do presidente, trata-se de uma política de competente traçada pelo Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty.

Ocorre que, nos últimos anos, o interesse até dos Estados Unidos e dos grandes países europeus tem se deslocado para a Ásia, a região que concentra a maior parte do crescimento econômico mundial. Assim, se nos limitássemos às relações com os países com os quais tradicionalmente mantínhamos cooperação, estaríamos perdendo espaço no cenário mundial. Nesse sentido, aprofundar os vínculos com as potências emergentes da Ásia significa, entre outras coisas, ampliar nossa posição internacional.

Além disso, dadas as características das mesmas, essas relações contribuem significativamente para a ampliação da margem de manobra da política externa brasileira.

Os elementos comerciais, tecnológicos, financeiros (investimentos), econômicos e político-diplomáticos presentes na agenda e nos acordos assinados com os quatro países demonstram, assim, a grande vitalidade do governo no campo internacional. Contudo, para que as expectativas se cumpram, é necessário que em outras áreas internas haja um protagonismo e uma eficácia equivalentes, pois o descompasso entre os dois níveis pode levar ao fracasso dos esforços diplomáticos. Por exemplo, sem determinadas realizações no campo sócio-econômico doméstico (como o crescimento e o fortalecimento do mercado interno), a integração sul-americana pode malograr, bem como a "rota para o oriente" que acabamos de estabelecer.

<http://educaterra.terra.com.br/>

ECONOMIA BRASILEIRA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A história econômica do Brasil é marcada por uma sucessão de ciclos, cada um baseado na exploração de um único produto de exportação: a cana-de-açúcar nos séculos XVI e XVII; metais preciosos (ouro e prata) e pedras preciosas (diamantes e esmeraldas) no século XVIII; e, finalmente, o café no século XIX e início do século XX. O trabalho escravo foi utilizado na produção agrícola, situação que perdurou até o final do século XIX. Paralelamente a esses ciclos, desenvolveram-se uma agricultura e uma pecuária de pequena escala, para consumo local.

A influência inglesa na economia brasileira teve início no começo do século XVII. Comerciantes ingleses espalharam-se por todas as cidades brasileiras, especialmente Rio de Janeiro, Recife e Salvador. Em meados do século XIX, as importações provinham totalmente da Inglaterra. Os Ingleses também dominaram outros setores da economia, como o bancário e o dos empréstimos estrangeiros (House of Rothschilds), além de obterem controle quase total da rede ferroviária, assim como do monopólio da navegação.

Pequenas fábricas, basicamente de têxteis, começaram a aparecer em meados do século XIX. No império, na gestão de D. Pedro II, novas tecnologias foram introduzidas, a pequena base industrial aumentada e adotadas modernas práticas financeiras. Com o colapso da economia escravocrata (ficou mais barato pagar aos novos imigrantes do que manter escravos), a abolição da escravatura em 1888 e a substituição da Monarquia pelo regime republicano em 1889, a economia do Brasil enfrentou grave situação de ruptura. Mal tinham começado a surtir efeito os esforços dos primeiros governos republicanos para estabilizar a situação financeira e revitalizar a produção, e os efeitos da depressão de 1929 forçaram o país a adotar novos ajustes na economia.

Um primeiro surto de industrialização teve lugar durante a Primeira Guerra Mundial, mas somente a partir de 1930 o Brasil alcançou certo nível de desenvolvimento econômico em bases modernas. Nos anos 40, foi construída a primeira siderúrgica do País, localizada na cidade de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro, e financiada pelo Eximbank, de origem norte-americana.

O processo de industrialização, de 1950 a 1970, resultou na expansão de setores importantes da economia, como o da indústria automobilística, da petroquímica e do aço, assim como no início e conclusão de grandes projetos de infra-estrutura. Nas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, a taxa anual de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) do Brasil estava entre as mais altas do mundo, tendo alcançado até 1974, uma média de 7,4%.

Durante a década de 70, o Brasil, como vários outros países da América Latina, absorveu a liquidez excessiva dos bancos dos Estados Unidos, Europa e Japão. Grande fluxo de capital estrangeiro foi direcionado para investimentos de infra-estrutura, enquanto empresas estatais foram formadas em áreas pouco atraentes para o investimento privado. O resultado foi impressionante: o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil aumentou em média 8,5% ao ano, de 1970 a 1980, apesar do impacto da crise mundial do petróleo. A renda per capita cresceu quatro vezes, durante a década, para um nível de US\$ 2.200 em 1980.

Entretanto, no início dos anos 80, um inesperado e substancial aumento nas taxas de juros da economia mundial precipitou a crise da dívida externa da América Latina. O Brasil foi forçado a ajustes econômicos severos, que resultaram em taxas negativas de crescimento. A inesperada interrupção do ingresso do capital estrangeiro reduziu a capacidade de investimento do País. O peso da dívida externa afetou as finanças públicas e contribuiu para a aceleração da inflação. Na segunda metade da década de 80, um conjunto de medidas duras foi adotado, visando à estabilização monetária. Tais medidas compreenderam o final da indexação (política que ajustava os salários e contratos de acordo com a inflação) e o congelamento dos preços. Em 1987, o Governo suspendeu o pagamento dos juros da dívida externa, até que um acordo de reescalonamento com os credores fosse alcançado. Embora essas medidas tenham falhado quanto ao resultado desejado, a produção econômica continuou a crescer até o final da década de 80, proporcionando excedente suficiente na balança comercial, para cobrir o serviço da dívida.

A crise da década de 80 assinalou a exaustão do modelo brasileiro de substituição de importações (política que visava a fortalecer a indústria brasileira através da proibição da entrada de certos produtos manufaturados estrangeiros), o que contribuiu para a abertura comercial do País. No início dos anos 90, a política econômica brasileira concentrou-se em três áreas principais: (1) estabilização econômica; (2) mudança de uma situação de protecionismo em direção a uma economia mais aberta, voltada para o mercado; e (3) normalização das relações com a comunidade financeira internacional. No que se refere ao primeiro item, foi adotada estrita disciplina fiscal, que incluía reforma tributária e medidas que viessem a evitar a evasão fiscal, desregulamentação e privatização, além da redução do controle de preços, o que ocorreu em 1992, com o objetivo de estabelecer uma verdadeira economia de mercado, eliminando-o por completo em 1993. Pela primeira vez, o Brasil limitou a emissão de moeda. Com a introdução da nova moeda, o Real, em julho de 1994, a taxa de inflação anual, que era de 2.489,11%, em 1993, já havia sido reduzida a cerca de 22% no ano seguinte. Em 1997, após processo de redução gradativo, a taxa anual chegou a 4,34%, tendo alcançado seu menor índice em 1998, 1,71%. Com a reforma do comércio exterior, foram consideravelmente reduzidas as tarifas

de importação. A tarifa média caiu de 32%, em 1990, para situar-se entre 12 e 13% em 1998, tendo a tarifa máxima caído de 105% para 35% no mesmo período. Em termos efetivos de arrecadação, no entanto, a média do universo tarifário brasileiro é de 9%. Os investimentos estrangeiros totalizaram cerca de US\$ 20,75 bilhões no ano de 1998. No primeiro semestre de 2000, os mesmos montaram a US\$ 12,7 bilhões. O Brasil fechou também acordos com credores, tanto públicos como privados, reescalando os pagamentos da dívida e trocando os antigos papéis por novos títulos. A privatização foi acelerada, principalmente nos setores da produção de aço e, fertilizantes e telecomunicações. Desde 1991, data do início do processo de privatização brasileiro, até meados de 1999, cerca de 120 estatais brasileiras foram privatizadas. A renda nacional foi prioritariamente direcionada para a redução das dívidas. Como resultado das reformas na área de comércio exterior, o Brasil tornou-se uma das economias mais abertas do mundo, sem restrições quantitativas às importações. A desregulamentação é evidenciada pela liberalização de políticas financeiras, pelo final da reserva de mercado na área de eletrônicos e informática e pela privatização de diversos setores até recentemente sob o monopólio do Estado, tal como o das telecomunicações ou o portuário.

Com o PIB em torno de US\$ 804,1 bilhões em 1997, a economia brasileira apresenta-se dinâmica e diversificada. Em 1998, a indústria foi responsável por 34,0% do PIB, a agricultura por 8,4% e os serviços somaram 57,6%. O dinamismo da economia do País reflete-se, entre outras áreas, no comércio exterior e no desempenho das exportações. Em 1996, as exportações brasileiras apresentaram superávit de US\$ 47,7 bilhões e em 1997 alcançaram a cifra de US\$ 52,9 bilhões. Somente no primeiro semestre de 1999, as exportações brasileiras foram da ordem de US\$ 30,8 bilhões. A União Européia absorve 31% das exportações brasileiras, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) responde por 25% (os Estados Unidos constituem o maior parceiro comercial individual), a Ásia absorve 17%, o Mercosul, 16% e o restante da ALADI, 10%. Ao Oriente Médio correspondem 4% do total, estando as exportações remanescentes distribuídas por uma variedade de mercados menores. Os principais parceiros individuais do Brasil são os Estados Unidos, absorvendo cerca de 22,1% do total de exportações, Argentina, 11%, e Holanda, 5,7%. Os principais produtos da pauta de exportações brasileira são minérios de ferro, café, soja e aviões.

Em 26 de março de 1991, foi criado o Mercado Comum do Sul (Mercosul), com a assinatura do Tratado de Assunção, pelo Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Ademais desses países-membros, o Chile e a Bolívia são membros associados: assinam tratados para a formação da zona de livre comércio, mas não participam da união aduaneira. O pacto foi efetivado como uma união aduaneira e zona de livre-comércio em caráter parcial, em 1º de janeiro de 1995. O objetivo do Mercosul é permitir a livre movimentação de capital, trabalho e serviços entre os quatro países. Os quatro países-membros comprometeram-se a manter a mesma alíquota de importações para determinados produtos. Desde 1991, o comércio entre os países membros do Mercosul mais do que triplicou. O comércio do Brasil com os países do Mercosul alcançou US\$ 18,7 bilhões em 1997, tendo sido de US\$ 3,6 bilhões em 1990. Em abril de 1998, o bloco firmou um acordo com o Pacto Andino para a criação da Área de Livre Comércio da América do Sul (Alcsa), a partir de 2000.

PANORAMA SOCIOECONÔMICO

Durante os últimos 50 anos constatou-se uma mudança na distribuição da população brasileira, por grupos de idade. Nesse período, foi registrado um aumento na expectativa de vida dos brasileiros de 41,5 anos para 67,7. A parcela abaixo de 14 anos de idade caiu de 43% para 34%, enquanto o segmento acima de 60 anos cresceu de 4% para 8%. A taxa de alfabetização aumentou de 50% para 77%. Em 1997, a taxa de alfabetização no Brasil foi de cerca de 83%. À medida que um maior número de pessoas adultas ingressem no mercado de trabalho, teriam que ser criados aproximadamente 1.600.000 novos empregos a cada ano para acomodar os novos candidatos aos empregos.

A oferta de saneamento básico no Brasil aumentou substancialmente nos últimos 25 anos. Aproximadamente 96% dos domicílios contam com água potável, sendo 75% oriundos do sistema público de fornecimento e 21% oriundos de poços e fontes naturais. Cerca de 73% das residências têm pelo menos um sistema simplificado de escoamento de esgotos e 88% contam com energia elétrica. Nas áreas urbanas, 90% das moradias recebem água e serviços de esgoto e 98% têm energia elétrica. No entanto, nas áreas rurais, apenas 17% das moradias recebem serviços de água e esgoto e somente 55% possuem energia elétrica. Aproximadamente 70% dos domicílios brasileiros têm geladeiras. Existe ainda um telefone instalado e um automóvel para cada grupo de 10 brasileiros.

O Brasil obtém cerca de 60% de seu suprimento de energia a partir de fontes renováveis, como hidrelétricas e etanol. Também cerca de 64% do petróleo que consome é são produzidos internamente. O Brasil é o maior exportador de ferro, assim como um dos maiores exportadores de aço do mundo. Outros insumos produzidos no Brasil incluem petroquímicos, alumínio, metais não-ferrosos, fertilizantes e cimento. Importantes produtos manufaturados incluem veículos, aeronaves, equipamentos elétricos e eletrônicos, têxteis, artigos de vestuário e calçados. Os Estados Unidos, Alemanha, Holanda, Suíça, Japão, Reino Unido, França, Argentina, México e Canadá são os maiores parceiros comerciais do Brasil.

Ao entrar na última década do século XX, o Brasil já estava entre as 10 maiores economias do mundo. As exportações representam 10% de seu PIB; a indústria soma cerca de 34%, um padrão encontrado em alguns países desenvolvidos. Em 1999, a força de trabalho estimada no Brasil foi de 70 milhões de pessoas. O setor de serviços responde por 39% da força de trabalho, a agricultura por 5,4% e a indústria por 24%. O comércio emprega 19,4% da força de trabalho do país, enquanto a construção civil absorve cerca de 6% desse total.

OS MÚLTIPLOS BRASIS

O Brasil é pouco conhecido, mesmo por aqueles que nele vivem e trabalham. A rapidez das transformações que se processaram nos últimos quarenta anos dificulta a compreensão de suas reais dimensões. Ele não é um gigante adormecido, como

pregam alguns, nem tampouco apenas mais um dos membros do chamado Terceiro Mundo, como acreditam outros. É um exemplo de uma potência emergente de âmbito regional, marcada por muitos aspectos contraditórios.

O Brasil é um país de múltiplos tempos e múltiplos espaços. A velocidade de incorporação de inovações tecnológicas é extremamente rápida, em parcelas localizadas de seu território, ao mesmo tempo em que se vive em condições primitivas, com ritmos determinados pela natureza, em imensas extensões. Grandes redes nacionais de televisão estabelecem diariamente a ponte entre passado e futuro, entre garimpeiros isolados na selva em busca do Eldorado e gerentes de grandes corporações multinacionais instalados na Avenida Paulista, a "Wall Street" brasileira, na cidade de São Paulo.

O Brasil, como parcela da economia mundial, constitui um dos segmentos mais dinâmicos, do ponto de vista dos indicadores econômicos. Suas taxas históricas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) são comparáveis às de economias avançadas desde o final do século passado. A partir de 1940, o crescimento do PIB manteve-se em uma média de 7% ao ano, chegando a 11% entre 1967 e 1973, os anos do chamado "milagre econômico", quando o restante do mundo dava sinais evidentes de arrefecimento no seu ritmo de crescimento.

Por outro lado, o Brasil é um rico país de pobres. A brutal discriminação social na apropriação dos benefícios do dinamismo econômico é um traço dominante na sociedade brasileira, mesmo quando comparada com os outros países da América Latina. É uma das poucas economias no mundo cuja parcela dos 10% mais ricos controla mais de 50% da renda nacional e qualquer indicador de bem-estar social demonstra tal situação.

A discriminação percorre de cima a baixo a estrutura social brasileira. O sexismo, isto é, a discriminação por sexo, expressa-se no fato de que 67,1% das mulheres com mais de 10 anos de idade não têm qualquer rendimento, enquanto esse número atinge 24,7% dos homens. Negros e pardos, que em 1987 representavam 45% da população brasileira, são social e economicamente discriminados quanto às oportunidades de mobilidade social, constituindo o grosso do contingente de mão-de-obra com menor qualificação profissional, em oposição ao que ocorre com os imigrantes asiáticos e descendentes, principalmente os japoneses. A discriminação étnica também está presente no que diz respeito aos 20 mil indígenas que sobreviveram aos massacres do colonizador - seus direitos são restritos e sua capacidade de auto-determinação é submetida à tutela burocrática do Estado.

A recente industrialização levou o Brasil a se destacar na América Latina. O país suplantou largamente a Argentina e foi acompanhado com menor intensidade pelo México.

A associação com o capital internacional foi um traço comum ao desenvolvimento da região; mas, no Brasil, o Estado teve papel decisivo na aceleração do ritmo de crescimento, avançando à frente do setor privado e mantendo elevadas taxas de investimento. Em contrapartida, o Brasil é também um dos maiores devedores, em termos absolutos, do sistema financeiro mundial.

O modelo de industrialização latino-americano, baseado na substituição de importações, procurou administrar o mercado interno como principal atrativo para as grandes corporações multinacionais, sem se preocupar com os objetivos básicos de justiça social. O Brasil atingiu etapas mais avançadas nesse processo, chegando a consolidar um parque industrial diversificado - em grande parte devido ao potencial de sua economia - cuja capacidade de atração de capitais foi viabilizada e ampliada pela atuação do Estado. Isso, no entanto, não reduziu as condições de miséria de amplos contingentes da população que permaneceram à margem do desenvolvimento.

SAIBA O QUE ACONTECE NA ECONOMIA QUANDO OS JUROS SOBEM

Toda vez que o BC (Banco Central) aumenta o juro está tentando controlar a inflação. Desde 1999, quando o governo adotou o sistema de metas de inflação e o câmbio flutuante (o valor entre as moedas é definido pelo mercado), a taxa de juros é o principal instrumento usado para conter a alta de preços.

A alta do juro aumenta a atratividade por títulos da dívida pública do governo (eles passam a render mais) e, conseqüentemente, provoca um aumento nas taxas para financiamentos cobradas pelas instituições financeiras, inibindo a capacidade de investimentos das empresas e o crescimento da economia. Além disso, os juros altos desestimulam o consumo, principalmente de bens como automóveis e imóveis, normalmente adquiridos por meio de financiamento, e diminui o espaço que as empresas têm para reajustar os seus preços. O aumento do juro, porém, não tem efeito sobre as pressões de preços provenientes de reajustes de serviços administrados --como energia elétrica e telefonia--, da alta do petróleo e do avanço das commodities (produtos), que são os principais fatores de inflação atualmente.

A elevação da taxa provoca também os que os economistas e empresários chamam de tirar o dinheiro da produção e levá-lo para a especulação. A migração se dá porque as aplicações na Bolsa de Valores, que negocia ações das empresas, vai para as aplicações financeiras, já que com a Selic alta os rendimentos destes investimentos aumentam. Quando os juros sobem, aumenta também o volume de recursos necessários para pagar o serviço da dívida e o governo se endivida mais para rolar os títulos.

Selic: Selic é a sigla para Sistema Especial de Liquidação e Custódia, criado em 1979 pelo Banco Central e pela Andima (Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto) com o objetivo de tornar mais transparente e segura a negociação de títulos públicos. O Selic é um sistema eletrônico que permite a atualização diária das posições das instituições financeira, assegurando maior controle sobre as reservas bancárias. Hoje, Selic identifica também a taxa de juros que reflete a média de remuneração dos títulos federais negociados com os bancos. A Selic é considerada a taxa básica porque é usada em operações entre bancos e, por isso, tem influencia sobre os juros de toda a economia. É preciso ressaltar, no entanto, que a taxa Selic é bastante inferior aos juros cobrados ao consumidor. Isso se dá por causa do "spread" (diferença entre o custo de captação dos bancos e a taxa efetiva cobrada dos clientes).

<http://www.folha.uol.com.br/>

ENTENDA O CONCEITO DE RISCO-PAÍS USADO NO MERCADO FINANCEIRO

O termo risco-país foi criado em 1992 pelo banco americano JP Morgan para permitir, a seus clientes, condições mensuráveis de avaliação da capacidade de um país quebrar. A partir dela, gestores de fundos decidem investir em um determinado país ou papel de uma empresa de risco semelhante.

A taxa é medida em pontos e calculada a partir de uma cesta de títulos negociados no mercado. Cada ponto significa 0,01 ponto percentual de prêmio acima do rendimento dos papéis da dívida dos EUA, considerada de risco zero de calote. Ao dar 277 pontos a um país -taxa alcançada pelo Brasil em 12 de janeiro de 2006-, o mercado mostra que para assumir o risco brasileiro o investidor estrangeiro 'merece' um prêmio de 2,77 pontos percentuais de rendimento acima do que paga um papel americano semelhante.

Títulos desvalorizados significam que o investidor com coragem para comprá-los terá ganhos maiores, caso a dívida seja honrada, claro. Basta comparar os ganhos esperados com os proporcionados pelos títulos americanos, os mais seguros do mundo, e está calculado o risco-país, que mais parece o "medo-credor". O chamado risco-país reflete a percepção de segurança que os investidores externos têm em relação a um país. Esse risco é medido pelo número de pontos percentuais de juros que determinado governo tem de pagar a mais que os EUA para conseguir empréstimos no exterior. A maior economia do planeta é considerada de risco zero para o investidor.

Na prática, um risco em torno de 400 pontos significa que o governo tem de pagar juros de 4% a mais do que os EUA para conseguir empréstimos no exterior. Quanto menor o risco, mais fácil e barato fica captar dinheiro no mercado internacional. O banco americano JP Morgan é responsável pelo cálculo do risco-país.

Em 2002, com a especulação sobre as eleições, o risco Brasil chegou a atingir o recorde de 2.443 pontos em 27 de setembro. Ou seja, na prática, o mercado parou de emprestar ao Brasil, pois o risco-país nesse nível significa juros elevados de 24,43% acima dos pagos pelos títulos americanos. Com as captações externas inviabilizadas, o dólar chegou a encostar nos R\$ 4 naquele ano.

A taxa de risco de um país afeta não apenas as finanças do governo, mas toda a economia. Quando o risco soberano de um país aumenta, os títulos emitidos pelo governo ficam mais atrativos para os bancos. Em consequência disso, as instituições financeiras destinam uma fatia maior de seus investimentos para comprar esses títulos públicos, reduzindo os recursos disponíveis para financiar operações de crédito e investimento.

A menor oferta de crédito no mercado acaba levando a um aumento das taxas de juros, o que, por outro lado, acaba freando a economia. Investidores externos costumam dizer que cobram muito para emprestar para o Brasil porque têm dúvidas quanto ao futuro político e econômico do país. Outro argumento usado para explicar o alto risco Brasil é que, na década de 80, o país promoveu duas vezes o calote de sua dívida externa, o que ainda gera insegurança no mercado.

<http://www.folha.uol.com.br/>

ENTENDA O QUE É PIB E COMO O IBGE FAZ SEU CÁLCULO

O PIB é a soma das riquezas produzidas por um país. É formado pela indústria, agropecuária e serviços. O indicador mostra o comportamento de uma economia. O PIB também pode ser analisado a partir do consumo, ou seja, pelo ponto de vista de quem se apropriou do que foi produzido. Nesse caso, o PIB é dividido pelo consumo das famílias, pelo consumo do governo, pelos investimentos feitos pelo governo e empresas privadas e pelas exportações. As importações também entram na conta do PIB. Quanto mais o Brasil importar bens e serviços, menor será o PIB.

<http://www1.folha.uol.com.br/>

O VELHO É NOVO

"Uma verdadeira revolução nas telecomunicações está acontecendo nas profundezas dos mares e oceanos [...]. A explosão da Internet e da transmissão de dados por computador é a principal responsável por esse fenômeno. Os cabos de fibra óptica estão substituindo os velhos fios metálicos e formando a rede que estão transformando o fundo do mar num emaranhado semelhante a um novelo. Com espessura menor que um fio de cabelo e usando raios laser para a transmissão de Informação, essas fibras são capazes de transportar centenas de milhares de ligações telefônicas de uma só vez e ainda, como bônus, podem servir de canal para o transporte de milhares de Imagens digitalizadas. Os satélites sozinhos não poderiam dar conta do volume hoje colocado on-line. Pela rede submersa passam dez vezes mais dados do que os transmitidos pelos complicados e dispendiosos satélites. A estimativa é de que a rede de cabos de fibra óptica submarinos treplicará de tamanho até 2003, consumindo 56 bilhões de dólares em Investimentos. Comparado com o Início da década, o crescimento da rede é de 800%. Um único empreendimento, projetado para conectar 76 países em todos os continentes, está orçado em 10 bilhões de dólares: São transportadas hoje dezenas de trilhões de dados por segundo. No Início da década, não chegava a 1 trilhão. Só de ligações telefônicas, são 4,5 bilhões de chamadas diárias trocadas entre mais de 150 países nos cinco continentes [...]. O primeiro cabo telegráfico foi lançado ao mar com sucesso em 1866. O cabo telefônico entrou na água em 1956. Ninguém então poderia Imaginar que fosse usado para algo além da transmissão de sinais de voz. A mudança radical ocorreu nos anos 90. Bancos e companhias aéreas desenvolveram sistemas Integrados de computadores por onde trafegam dados na forma de arquivos, programas, textos, números e tabelas.

ENTRE O PROGRESSO E A REGRESSÃO: RUMO AO SÉCULO XXI

Com o colapso do socialismo no leste europeu, foram formuladas uma série de previsões triunfalistas que assinalavam o início de uma Nova Ordem Mundial, fundada na paz, prosperidade e democracia. Os problemas pendentes em pouco seriam

resolvidos, e muitos articulistas destacaram que o século XXI, que inauguraria o Terceiro Milênio em 2001, traria a consolidação desta nova sociedade globalizada. A estabilidade do novo mundo seria garantida pela mão invisível do mercado que, no final, coloca todas as coisas em seu devido lugar. Contudo, dez anos depois de tais profecias, o planeta parece mergulhado em incertezas e problemas ainda maiores, e os princípios enunciados não se cumpriram, ou apenas se cumpriram superficialmente.

Em lugar de paz, foram dez anos de confrontos sangrentos que sinalizaram a emergência de guerras, conflitos civis e padrões de violência de novo tipo, possivelmente mais dramáticos que os anteriores. A prosperidade prometida não ocorreu, ao menos para a esmagadora maioria das pessoas e países. A "globalização", ainda que lançando bases para um virtual crescimento (sempre prometido "para o próximo ano"), gerou um desemprego estrutural, uma recessão que perdura, o retrocesso da produção industrial na maioria dos países e a instabilidade financeira mundial, em meio à queda dos padrões de vida e à concentração de renda. A democracia liberal, por sua vez, realmente hoje é adotada (ao menos formalmente) pela maioria esmagadora dos países. Entretanto, a década de 90 nos apresenta o maior grau de despolitização das populações em todo o século. Uma democracia é real quando os cidadãos não crêem nas instituições, nos processos políticos e deles não participam senão por obrigação legal? As abstenções, onde não há voto obrigatório, batem recordes históricos.

Mas é preciso considerar que não se trata do fim do mundo, mas da crise de um modelo que foi proposto como o "fim da História". Contra todas as previsões, a História insiste em manter-se viva e cada vez se manifesta com maior intensidade. Um olhar mais cuidadoso sobre estes dez anos que abalaram o século pode revelar outros contornos para o futuro. A discussão sobre o que ocorreu em 1989 não se encerrou, mas, sim, está começando. Agora que os "perdedores" não podem mais voltar ao passado, podem compreendê-lo melhor, encarar o presente e avaliar os possíveis desdobramentos futuros.

Os efeitos da aceleração da globalização colocaram o neoliberalismo frente a um impasse. O desemprego tornou-se não apenas estrutural, como, mesmo em regiões e/ou épocas em que se registra crescimento econômico, tem ocorrido uma redução de postos de trabalho, na medida em que, geralmente, este crescimento se dá em setores de ponta, que empregam tecnologia avançada. A concentração de renda atingiu níveis alarmantes: em 1992, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 82,7% da renda mundial encontrava-se nas mãos dos 20% mais ricos, enquanto os 20% mais pobres detinham apenas 1,4% da renda; quatro anos depois, os 20% mais ricos haviam aumentado sua parcela para 85% da riqueza.

A ausência ou fragilização do emprego produziu uma violenta exclusão social de novo tipo: milhões de pessoas simplesmente não têm mais lugar dentro da economia capitalista. Isto não apenas traz consequências graves no tocante ao desaparecimento de mercados, quanto produz reações desesperadas e perigosas por parte dos "perdedores". Trata-se da fragmentação que acompanha o processo de globalização. O irônico é que em meio à crise de regimes e movimentos marxistas parece cumprir-se a tese de Marx sobre a exclusão social. Esta atingiu tal nível que está gerando uma instabilidade perigosa, ao produzir uma espécie de Apartheid globalizado.

Nas grandes cidades, novos centros da vida econômica pós-moderna, os ricos cada vez mais se isolam em bairros e condomínios protegidos, enquanto, no plano internacional, os países desenvolvidos fecham-se aos imigrantes vindos da periferia. Estes afluem em grande número do campo para a cidade no Sul e, destas para o Norte, devido aos efeitos sociais devastadores da reestruturação econômica. Depois de cinco séculos de migrações do Norte para o Sul, desde os anos 70 observa-se a inversão do fluxo. O Norte conta hoje com uma população de pouco menos de um bilhão de pessoas, enquanto o Sul, quase cinco vezes esta cifra. Além disso, mais de 90% dos nascimentos ocorrem no Terceiro Mundo. Nos quadros de uma globalização conduzida sob os parâmetros do neoliberalismo e da RCT, tal situação gera uma população excedente absoluta e uma manifestação de inquietude no Norte, devido à invasão dos "bárbaros".

As mudanças atualmente em curso produzem um choque semelhante ao gerado pelo desencadeamento da Revolução Industrial nos séculos XVIII e XIX, em que o capitalismo levou mais de um século para mostrar-se um sistema "civilizado" de bem-estar, a partir da II Guerra Mundial. Contudo, é preciso considerar que, ao longo do período 1830-1945, milhões de europeus tiveram que emigrar ou foram dizimados por guerras devastadoras, e que, se esta população tivesse permanecido ou sobrevivido, ela representaria hoje meio bilhão a mais na população européia. O problema, contudo, é que hoje não existem mais "espaços vazios" para serem ocupados, e o Norte rechaça os imigrantes. O resultado tem sido um malthusianismo genocida, devido à regressão sanitária e alimentar, impulsionada pelos planos de ajuste do FMI e do Banco Mundial.

Considerando que, no Norte, o processo de acumulação e distribuição é regido por fatores internos, e que, no Sul, submetido aos planos de ajuste, decorre de fatores externos (sobre os quais não pode influir significativamente), o desenvolvimento da periferia tende a ser bloqueado, agravando os problemas acima expostos. Neste cenário, o capitalismo revela-se incapaz de estabelecer uma resposta globalmente integradora e estável, e o neoliberalismo agrava ainda mais a situação, tornando-se uma espécie de suicídio para o próprio sistema. Como foi dito antes, o núcleo desenvolvido do sistema internacional apresenta atualmente evidentes sinais de declínio. Retira-se de áreas desinteressantes da periferia, conservando apenas "ilhas" úteis, geralmente megalópoles globalizadas do Sul, responsáveis pela drenagem dos recursos locais. Sua cultura revela traços de decadência e de incapacidade frente ao atavismo cultural do Sul (retorno a movimentos e idéias do passado). Como o Império Romano em seu estágio final, o Ocidente refluí sobre seu bastião original.

Quanto à grande revolução neoliberal, cada vez mais assemelha-se ao período da Restauração conservadora de 1815 a 1848. Naquele período, parecia que o Ancien Régime havia triunfado sobre a Revolução Francesa, mas a Restauração apenas estava agudizando ainda mais as contradições existentes. Assim, hoje, a exclusão de grandes contingentes humanos não apenas está gerando instabilidade social, como criando impasses para a economia. A RCT, longe de realizar-se como modernidade, está produzindo uma situação conflitiva, sobretudo com sua tendência de aceleração progressiva das transformações em curso, as quais têm colocado em xeque as estruturas sociais existentes.

Como decorrência desta situação, em meados dos anos 90, a situação política começou a mostrar sinais de alteração. Nos ex-países socialistas, as forças de esquerda reformadas começavam a reafirmar-se e, às vezes, a voltar ao poder com o apoio de uma população decepcionada pelos custos sociais do ajuste econômico. Recuperando-se aos poucos de sua perplexidade, e com o apoio de bases insatisfeitas com lideranças que buscavam acomodar-se com a mídia, a esquerda ocidental encontra-se em condições de igualmente rearticular-se. O problema é que ela está ainda fragmentada por lutas setoriais em defesa de certas minorias, concentrando-se em administrações locais recém conquistadas e abraçando causas ideologicamente ambíguas como determinadas versões do ecologismo. Enquanto isto, em 1^a de maio de 1997, depois de muitos anos de refluxo, as manifestações de massa em defesa do emprego expressaram-se pelo mundo inteiro.

Trata-se de uma questão relevante, porque o socialismo conserva-se como referencial político, ainda que temporariamente debilitado. Não se está falando apenas das desigualdades sociais, cada vez mais graves, que precisam ser combatidas, mas da própria questão da transição em sentido mais amplo. Os socialismos que existiram no século XX foram tão somente a primeira geração deste regime, que, seguramente, ressurgirá no próximo século de uma forma mais elaborada. O próprio capitalismo, desde o século XV, sofreu muitas derrotas, deformou-se em combinações com o feudalismo e o absolutismo, quase desapareceu em certas fases, antes de implantar-se de forma irreversível e madura na Inglaterra, e espalhar-se triunfalmente desta para todo o mundo. A persistência da propaganda anti-socialista, dez anos depois da queda do muro de Berlim, é uma prova disto. Aliás, o próprio marxismo ressurgiu no campo científico, de forma mais elaborada, depois de anos de vigência de um repetitivo discurso liberal e da fragmentação pós-moderna do conhecimento.

Contudo, o protesto social, às vezes manifestado como revolta, ainda não encontrou partidos e lideranças capazes de torná-lo uma força política apta a passar à ofensiva contra um neoliberalismo que começa a perder a vitalidade. Mesmo onde ocorreram fenômenos positivos como a vitória da esquerda social-democrata, a exemplo da França, Itália, Inglaterra e Alemanha, a situação não é diferente. Também é preciso considerar que tem crescido politicamente a influência das máfias, de atores sócio-políticos obscurantistas, de fenômenos religiosos retrógrados e que existe uma ampla audiência para movimentos irracionistas de direita (e mesmo de esquerda). Muitas vezes, é inevitável uma comparação com o final da Idade Média européia. Trata-se da Nova Idade Média, à que se refere o conceituado analista financeiro Alain Minc: "de repente, tudo se inverte: espaços imensos voltam ao estado de natureza; as máfias não parecem mais um arcaísmo em vias de extinção, e sim, uma forma social em plena expansão; uma parte das cidades escapa à autoridade do Estado e mergulha numa inquietante extraterritorialidade; milhões de cidadãos, no coração das cidades mais ricas e mais sofisticadas, cambaleiam na sombra e na exclusão: novos bandos armados, novos saqueadores, novas terras incógnitas"

Além da vontade difusa de amplos setores populares de lutar contra os custos sociais do neoliberalismo, existem hoje, entretanto, outros fatores positivos que precisam ser levados em conta pelos movimentos sociais, que só lenta e limitadamente começam a tomar conhecimento deles. A globalização e a formação de blocos regionais, ao lado dos fatores negativos já referidos, geraram fenômenos que podem servir de base para uma nova estratégia popular. As elites nacionais encontram-se fortemente deslocadas frente ao processo de globalização, deixando um amplo espaço para a retomada da questão nacional pelos movimentos progressistas, num campo onde as possibilidades de estabelecer-se novas alianças são riquíssimas. Além disso, as velhas estruturas de poder encontram-se significativamente

abaladas, razão pela qual os grupos dominantes têm buscado fomentar a unidade social em torno de valores propagados pela mídia, bem como a reeleger presidentes "confiáveis".

Concretamente, as forças opostas ao neoliberalismo precisam lutar ofensivamente para que a Revolução Científico-Tecnológica que impulsiona a globalização seja socialmente condicionada. A RCT e a economia globalizada, pelo nível alcançado em termos de produtividade do trabalho, criaram condições históricas para que todas as necessidades materiais da humanidade possam ser equacionadas. E isto poderá ser obtido por meio de uma ação política, uma vez que a idéia de que existe uma lógica econômica que, a priori, implicaria uma marginalização dos trabalhadores é falsa, porque o neoliberalismo constitui, essencialmente, apenas uma forma conservadora de regulação do gigantesco processo de modernização atualmente em curso. Ou seja, esta modernização pode tanto servir para consolidar a posição dominante dos atuais detentores nacionais e sociais do poder nos quadros de uma Nova Ordem Mundial (caso o neoliberalismo mantenha-se) como permitir que inclusive a idéia de uma sociedade organizada em torno de valores coletivos e igualitários seja retomada, agora de uma forma mais viável do que a que ocorreu durante a maior parte do século XX.

Hoje, a luta pela criação de empregos através da redução da jornada de trabalho, a manutenção dos direitos sociais existentes e a criação de novos constitui uma necessidade objetiva para que a RCT e a globalização se realizem como modernidade. Isto porque o neoliberalismo consiste numa opção equivocada, mesmo pela ótica do capitalismo, além de historicamente suicida; e pode conduzir a humanidade pelo caminho da violência incontrolável e da estagnação ou regressão histórica, como advertiu acima Alain Minc.

Os recursos gastos com a geração de empregos, a criação de direitos sociais e a redução da jornada de trabalho, certamente, diminuiriam o montante destinado aos investimentos econômicos. Isto produziria, em compensação, uma dupla vantagem: criaria mercados domésticos estáveis, garantindo a demanda das empresas e limitando a concorrência internacional desenfreada, e reduziria um pouco o ritmo de modernização tecnológica, permitindo que a sociedade obtenha o tempo necessário para criar estruturas compatíveis e adaptar-se.

Assim, a realidade mundial atingiu tal dinamismo sob a globalização, que se produziram novos e imensos desafios e possibilidades de transformação social. Não apenas a produção transnacionalizou-se como também os antagonismos sociais e conflitos políticos. Passamos da guerra de posições para a de movimento. Se a esquerda ainda não aproveitou esta situação, isto deve-se mais à falta de um projeto estratégico do que à força de seus adversários. E enquanto ela não ocupa plenamente o espaço que lhe caberia, muitos setores que poderiam integrar-se à sua base social voltam-se para reações atávicas, fundamentalismos religiosos, regionalismos separatistas, conflitos étnicos, líderes populistas ou individualismos alienantes.

É preciso, no entanto, levar em conta que tal processo está se desenvolvendo no âmbito de uma realidade em rápida mutação, em que é preciso identificar o impacto de tendências como a megaurbanização e o futuro do Estado-Nação. De qualquer maneira, alguns imperativos são claros: o individualismo e a sociedade de consumo (maior inimiga do meio ambiente) deverão ceder lugar a uma sociedade norteada por valores sociais coletivos, como a Ásia vem demonstrando. Por este caminho os benefícios da ciência e da civilização poderão ser estendidos ao conjunto da humanidade. A alternativa a estes imperativos seria a estagnação ou a regressão, em meio à violência indiscriminada, tal como já ocorreu em outras fases da história.

Entenda o cálculo do IDH e seus indicadores

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede o nível de desenvolvimento humano dos países utilizando como critérios indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita).

O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo, os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e países com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

Para a avaliação da dimensão educação, o cálculo do IDH municipal considera dois indicadores com pesos diferentes. A taxa de alfabetização de pessoas acima de 15 anos de idade tem peso dois, e a taxa bruta de freqüência à escola peso um. O primeiro indicador é o percentual de pessoas com mais de 15 anos capaz de ler e escrever um bilhete simples, considerados adultos alfabetizados. O calendário do Ministério da Educação indica que, se a criança não se atrasar na escola, ela completará esse ciclo aos 14 anos de idade, daí a medição do analfabetismo se dar a partir dos 15 anos.

O segundo indicador é resultado de uma conta simples: o somatório de pessoas, independentemente da idade, que freqüentam os cursos fundamental, secundário e superior é dividido pela população na faixa etária de 7 a 22 anos da localidade. Estão também incluídos na conta os alunos de cursos supletivos de primeiro e de segundo graus, de classes de aceleração e de pós-graduação universitária. Apenas classes especiais de alfabetização são descartadas para efeito do cálculo.

Para a avaliação da dimensão longevidade, o IDH municipal considera o mesmo indicador do IDH de países: a esperança de vida ao nascer. Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade no ano de referência (no caso, 2000) deve viver. O indicador de longevidade sintetiza as condições de saúde e salubridade do local, uma vez que quanto mais mortes houver nas faixas etárias mais precoces, menor será a expectativa de vida.

Para a avaliação da dimensão renda, o critério usado é a renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente no município. Para se chegar a esse valor soma-se a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no município (inclusive crianças ou pessoas com renda igual a zero).

No caso brasileiro, o cálculo da renda municipal per capita é feito a partir das respostas ao questionário expandido do Censo - um questionário mais detalhado do que o universal e que é aplicado a uma amostra dos domicílios visitados pelos recenseadores. Os dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são expandidos para o total da população municipal e então usados para o cálculo da dimensão renda do IDH-M.

Fonte: <http://noticias.terra.com.br>

IDH Um indicador das Nações Unidas para avaliar qualidade de vida

Partindo do pressuposto de que para se aferir ou medir o avanço de uma população não se deve considerar somente os aspectos econômicos, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana, o PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - criou o conceito de Desenvolvimento Humano e de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que é a base do Relatório de Desenvolvimento Humano publicado desde 1990, em dezenas de idiomas e em mais de 100 países.

Idealizado pelo economista paquistanês Mahbud ul Haq (1993-1998), com a colaboração do indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado para medir o avanço dos países, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita e, ao mesmo tempo, ser uma medida geral, sintética do desenvolvimento humano. Naturalmente, não pode abranger todos os aspectos do desenvolvimento, nem representar um "índice de felicidade" das pessoas, nem muito menos indicar qual é o melhor lugar do mundo para se viver.

Variação do índice

O IDH varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) até 1 (desenvolvimento humano total). Um índice até 0,499 significa um baixo desenvolvimento humano. De 0,5 a 0,799 representa um desenvolvimento médio e, quando ultrapassa 0,8, o desenvolvimento é considerado alto.

O cálculo do IDH leva em conta o PIB per capita, depois de corrigido pelo poder de compra da moeda de cada país, mas também considera dois outros componentes: a educação e a longevidade. A educação é avaliada a partir da taxa de analfabetismo e de matrícula em todos os níveis de ensino. Para aferir a longevidade, utilizam-se os números de expectativa de vida ao nascer.

Convém notar que o item longevidade não mostra somente a quantidade de anos que uma pessoa nascida em determinada localidade, num ano de referência, deve viver. Ele também sintetiza as condições de saúde e de salubridade no mesmo local, já que a expectativa de vida é diretamente proporcional às condições sanitárias e ao número de mortes precoces.

Referência mundial

Aos poucos, o IDH se tornou uma referência mundial e permitiu a criação de um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) que permite aferir as condições de vida no interior de um mesmo país, de modo a orientar as políticas públicas para o desenvolvimento dos locais mais atrasados. No Brasil, por exemplo, existe um "Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil", elaborado pela seção brasileira do PNUD.

No que diz respeito ao ranking dos países, quanto ao IDH, o Brasil ocupa hoje a 63ª colocação, num total de 177 países e territórios. Tal mudança em relação ao ranking do RDH 2004, no qual o Brasil aparecia em 72º lugar, se deve principalmente a uma recente revisão e atualização de indicadores, tanto no que diz respeito à metodologia quanto aos dados utilizados. Este resultado mantém o Brasil entre as nações de médio desenvolvimento humano.

Para se ter um padrão de comparação, oito países ibero-americanos apresentam um alto grau de desenvolvimento humano. São eles: Espanha, Portugal, Argentina, Chile, Costa Rica, Uruguai, Cuba e México. A tabela a seguir, relaciona esses países (mais o Brasil e o Panamá) apresentando sua posição no ranking mundial de desenvolvimento humano, bem como os respectivos itens utilizados para o cálculo do Índice.

| Países | Colocação no ranking mundial | Esperança de vida (anos) | Alfabetização de adultos % | PIB per capita em dólares |
|-------------------|-------------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|
| Espanha | 21 | 79,5 | 97,7 | 22.391 |
| Portugal | 27 | 77,2 | 92,5 | 18.126 |
| Argentina | 34 | 74,5 | 97,2 | 12.1061 |
| Chile | 37 | 77,9 | 95,7 | 10.274 |
| Uruguai | 46 | 75,4 | 97,7 | 8.280 |
| Costa Rica | 47 | 78,2 | 95,8 | 9.606 |
| Cuba | 52 | 77,3 | 96,9 | não informado |

| | | | | |
|---------------|----|------|------|-------|
| México | 53 | 75,1 | 90,3 | 9.168 |
| Brasil | 63 | 70,5 | 88,4 | 7.790 |
| Panamá | 65 | 74,8 | 91,9 | 6.854 |

Mas não se pode deixar de dizer que o IDH, amplamente utilizado como principal instrumento de medida em vários países, é visto com reservas por muitos especialistas. Por limitar sua abordagem a apenas três variáveis (educação, longevidade e PIB per capita), o IDH, segundo os estudiosos, sempre resultou somente numa avaliação sintética do desenvolvimento do país. Além disso, sua utilização indiscriminada fez com que o IDH se transformasse, do ponto de vista da opinião pública, num mero instrumento de classificação dos países e não uma medida de orientação de políticas públicas.

Fonte: <http://noticias.uol.com.br/licaodecasa/materias/>

Renda cai e Brasil continua em 63º no IDH

País avançou em educação e longevidade, mas PIB per capita recuou, diz relatório do PNUD sobre o Índice de Desenvolvimento Humano

Ranking

- 1º - Noruega
- 2º - Islândia
- 3º - Austrália
- 4º - Luxemburgo
- 5º - Canadá
- 6º - Suécia
- 7º - Irlanda
- 8º - Suíça
- 9º - Bélgica
- 10º - Estados Unidos
- 11º - Japão
- 12º - Holanda
- 15º - Reino Unido
- 16º - França
- 18º - Itália
- 20º - Alemanha
- 27º - Portugal
- 34º - Argentina
- 46º - Uruguai
- 52º - Cuba
- 53º - México
- 61º - Malásia
- 62º - Rússia
- 63º - Brasil**
- 64º - Romênia
- 65º - Maurício
- 69º - Colômbia
- 75º - Venezuela
- 79º - Peru
- 85º - China
- 88º - Paraguai
- 113º - Bolívia
- 120º - África do Sul
- 127º - Índia
- 140º - Timor Leste
- 160º - Angola
- 168º - Moçambique
- 172º - Guiné Bisssau
- 175º - Burkina Faso
- 176º - Serra Leoa
- 177º - Níger

O Brasil no relatório

Lugar no ranking 2003: 63°

Lugar no ranking 2004: 63°

Esperança de vida em 2003: 70,2 anos

Esperança de vida em 2004: 70,2 anos

Alfabetização em 2003: 88,4%

Alfabetização em 2004: 88,4%

Taxa bruta de matrícula em 2003: 90%

Taxa bruta de matrícula em 2004: 91%

Renda per capita em 2002: PPC US\$ 7.918

Renda per capita em 2003: PPC US\$ 7.790

IDH em 2002: 0,790

IDH em 2003: 0,792

O Brasil elevou seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) entre 2002 e 2003, mas manteve-se em 63° no ranking de 177 países e territórios do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH 2005), lançado nesta quarta-feira pelo PNUD. O índice brasileiro passou de 0,790 em 2002 para 0,792 em 2003, resultado que põe o Brasil entre as nações de médio desenvolvimento humano. O país avançou em educação e longevidade, mas regrediu em renda.

A Noruega lidera o ranking novamente, com IDH de 0,963. O Brasil aparece logo abaixo da Rússia e logo acima da Romênia; 12 países da América Latina e do Caribe têm desempenho superior ao brasileiro, entre eles México (53° no ranking, IDH de 0,814), Cuba (52° no ranking, IDH de 0,817), Uruguai (46° no ranking e IDH de 0,840), Chile (37° no ranking, IDH de 0,854) e Argentina (34° no ranking, IDH de 0,863). O país com pior índice é Níger, na África (177°, IDH de 0,281).

Os dados não podem ser comparados aos dos relatórios anteriores, pois o estudo usa indicadores que foram revisados e atualizados recentemente. “Não são comparáveis os valores e os rankings do IDH de diferentes edições do Relatório”, ressalta o documento logo na abertura de seu Anexo Estatístico. Porém, a fim de possibilitar que sejam verificadas tendências no desenvolvimento humano, o RDH 2005 usou as novas séries estatísticas não só para calcular o IDH de 2003, mas também para recalcular o IDH de 2002 e de outros sete anos de referência: 1975, 1980, 1985, 1990, 1995 e 2000. Assim, o ranking do RDH 2004, no qual o Brasil aparecia em 72° lugar, foi refeito com base em dados mais recentes, o que pôs o país em 63° lugar — a mesma colocação em que o país está no RDH 2005. Os Relatórios sempre se referem ao IDH de dois anos antes.

Das três dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano, o Brasil avançou em educação e longevidade e regrediu em renda. No caso da renda, o índice é avaliado pelo Produto Interno Bruto per capita, ajustado pela paridade do poder de compra (dólar PPC, taxa que elimina as diferenças de custo de vida entre os países). De 2002 para 2003, o PIB per capita brasileiro recuou 1,6% — passou de US\$ 7.918 para US\$ 7.790. O país está em 64° lugar no ranking de renda, pouco abaixo da posição no ranking do IDH.

Para medir longevidade, o PNUD usa a esperança de vida ao nascer, que no Brasil subiu de 70,2 para 70,5 anos no período. Ainda assim, esta é um das dimensões em que o país se sai pior em comparação ao resto do mundo: é o 86° no ranking global. Em educação, o relatório usa dois indicadores: taxa de alfabetização de pessoas com 15 anos ou mais de idade e taxa de matrícula bruta nos três níveis de ensino (relação entre a população em idade escolar e o número de pessoas matriculadas no ensino fundamental, médio e superior).

Como a proporção de adolescentes e adultos alfabetizados varia muito pouco de ano para ano, o PNUD usou os mesmos dados para 2003 e 2002, em todos os países — no caso brasileiro, 88,4% (11,6% de analfabetismo), o que coloca o Brasil em 91° no ranking mundial. Já na taxa bruta de matrícula, que reflete melhor os avanços recentes na área, o Brasil fica em 26°; de 2002 para 2003, o índice aumentou de 90% para 91%.

A decomposição do IDH mostra que o Brasil tem um subíndice de renda inferior ao da média mundial e ao da América Latina. Em esperança de vida, supera a média global, mas não a latino-americana. Em educação, o país tem desempenho melhor que a média mundial e regional.

Desigualdade

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2005 destaca o papel importante do Brasil nas negociações comerciais internacionais e na proposição de mecanismos que possam incrementar a ajuda financeira ao desenvolvimento. No entanto, as informações e os comentários mais recorrentes sobre o país referem-se à desigualdade, sobretudo desigualdade de renda.

Os dados apresentados no estudo mostram que em apenas sete países os 10% mais ricos da população se apropriam de uma fatia da renda nacional maior que a dos ricos brasileiros. No Brasil, eles abocanham 46,9% da renda, menos que no Chile (47%), República Centro-Africana (47,7%), Guatemala e Lesoto (48,3%), Suazilândia (50,2%), Botsuana (56,6%) e Namíbia (64,5%). E só em cinco países os 10% mais pobres ficam com uma parcela da renda menor que a dos pobres brasileiros (0,7%): Venezuela e Paraguai (0,6%), Serra Leoa, Lesoto e Namíbia (0,5%). O Brasil é o oitavo pior em outro indicador usado para medir desigualdade, o Índice de Gini, cujo valor varia de 0 (quando não há desigualdade, ou seja, todos os indivíduos têm a mesma renda) a 100 (quando apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade). O índice brasileiro é 59,3 — melhor apenas que Guatemala (59,9), Suazilândia (60,9), República Centro-Africana (61,3), Serra Leoa (62,9), Botsuana (63,0), Lesoto (63,2) e Namíbia (70,7)

Uma grande iniquidade, aponta o Relatório, ajuda a travar a expansão econômica e torna mais difícil que os pobres sejam beneficiados pelo crescimento. “Altos níveis de desigualdade de renda são ruins para o crescimento e enfraquecem a taxa em que o crescimento se converte em redução de pobreza: eles reduzem o tamanho do bolo econômico e o tamanho da fatia abocanhada pelos pobres”, afirma o documento.

O Brasil é usado como exemplo para se ressaltar que uma má distribuição de renda agrava a pobreza: “A renda média é três vezes maior em um país de renda mediana e alta desigualdade como Brasil do que em um país de baixa desigualdade e baixa renda como o Vietnã. Mas a renda dos 10% mais pobres no Brasil é menor que a dos 10% mais pobres no Vietnã”. Se o IDH fosse baseado não no PIB per capita, mas na renda dos 20% mais pobres (mantendo-se as variáveis de educação e longevidade intactas), o Brasil cairia 52 posições no ranking, de 63 para 115.

Em países com condições similares às do Brasil e às do México — grande desigualdade e grande número de pobres —, uma modesta transferência de renda teria grande impacto na redução da pobreza, avalia o estudo do PNUD. No Brasil, a transferência de 5% da renda dos 20% mais ricos para os mais pobres teria os seguintes efeitos: cerca de 26 milhões de pessoas sairiam da linha de pobreza, reduzindo a taxa de pobreza de 22% para 7%. “Em uma sociedade que dê mais peso ao ganho de bem-estar dos pobres do que ao dos ricos, a transferência poderia ser considerada uma melhoria no bem-estar de toda a sociedade, mesmo que alguns percam”.

Fonte: <http://www.pnud.org.br>

O GOVERNO LULA

Lula presidente: um novo Brasil. A posse de Luís Inácio Lula da Silva como presidente da república pode abrir um novo capítulo na história do Brasil. Essa é a esperança de milhões de brasileiros, não apenas daqueles que votaram em Lula, mas hoje, da maioria da sociedade.

Existe um significado para a presença de milhares de pessoas na posse do novo presidente, para o fato de que milhares de pessoas deixaram suas cidades e de diversas formas e condições se deslocaram para Brasília. Esse significado se chama “esperança”. A esperança apoiada na idéia de mudança. Nunca a eleição e posse de um presidente da república mobilizou de tal modo a sociedade brasileira. Apesar das dificuldades vividas pelo país, da crise internacional, de ter adotado um discurso muito mais moderado na última campanha eleitoral e de preservá-lo na transição e na formação do ministério, existe uma grande expectativa em relação ao novo governo.

Parte dessa expectativa é fruto da despolitização da sociedade brasileira, que ainda acredita que um homem, ao chegar ao poder, possa consertar o país, numa missão quase que messiânica. Parte dessa expectativa é fruto da participação política de milhões de pessoas que, desde o final dos anos 80, com o processo de abertura política, fundaram o Partido dos Trabalhadores (PT) e, desde então, procuram organizar parcelas da sociedade civil para que participem de mudanças no modelo socioeconômico. É inevitável que se façam comparações com formas de se fazer política de governos anteriores. E essas comparações podem passar por muitos caminhos.

A trajetória do governo Lula ao longo dos seus dois primeiros anos de mandato foi marcada pela manutenção da política econômica dos oito anos de FHC. Tal política busca garantir o estrito controle da inflação e o cumprimento dos contratos de dívida externa com pagamento dos juros. Para garantir tal pagamento, o governo tem feito um enorme esforço para garantir um superávit primário de 4,75% do PIB. O superávit é obtido pela diferença entre as receitas e as despesas, sem considerar o pagamento de juros.

A conjuntura política nacional, no primeiro semestre de 2005, está marcada por uma forte crise política desencadeada por uma série de denúncias de corrupção envolvendo políticos de partidos de base aliada, entre eles o PT, do presidente Lula e do ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do deputado Roberto Jefferson.

A CPI

Após o momento inicial de consternação nacional em relação às acusações de corrupção no governo Lula, o Congresso Nacional vota e aprova uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), aberta no início do mês de junho, em Brasília, que teve origem em denúncias de corrupção envolvendo os Correios e o presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ).

A crise começou com a divulgação de uma fita de vídeo em que o ex-diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios Maurício Marinho detalha a dois empresários um esquema de pagamento de propina, supostamente gerido pelo presidente do PTB, Roberto Jefferson (RJ), e outro diretor da empresa, Antônio Osório Batista.

O dinheiro arrecadado com o esquema de corrupção seria usado pelo dirigente do PTB para engordar o caixa do partido, de acordo com as denúncias. Na gravação, Marinho afirma também que as outras estatais federais, como o Instituto de Resseguros do Brasil, teriam esquemas semelhantes. Diante dessas informações, as lideranças do PFL e do PSDB propuseram a criação de uma CPI mista para investigar as denúncias de corrupção. Inicialmente, a comissão teria os Correios como foco, mas alguns parlamentares opositoristas admitiam que as investigações chegassem a outras estatais.

PFL e PSDB lideraram a articulação para busca pelo número de assinaturas necessárias para criar a comissão – 171 nomes da Câmara e 27 do Senado. Desde o início, os partidos da base contribuíram com a oposição. Começando pelo PTB do próprio Jefferson, PL, PMDB, PSB, PP e PT deram assinaturas para o pedido de CPI.

Investigações

O governo acelerou as investigações da Polícia Federal na tentativa de esvaziar o trabalho da comissão. No dia 24 de maio, a PF indiciou Marinho por fraude e corrupção passiva. Na mesma semana, a polícia ouviu Osório e Fernando Leite de Godoy, que também é citado na gravação. Coube ao então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e ao ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, reverterem o apoio da base à CPI.

O trabalho começou tarde demais. O requerimento para a criação da CPI foi lido em sessão do Congresso Nacional no dia 25 de maio.

Mensalão

Depois das denúncias, o deputado Roberto Jefferson ameaçou apontar casos de corrupção supostamente praticados pelo PT.

No dia 6 de junho, ele cumpriu a promessa. Em entrevista exclusiva à jornalista Renata Lo Prete, editora do PAINEL da *Folha de S.Paulo*, o presidente do PTB disse que congressistas aliados do governo Lula recebiam o que chamou de “mensalão” (mesada) de R\$ 30 mil do tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

Segundo a reportagem, a prática durou até o começo do ano, quando o presidente Lula, segundo Jefferson, tomou conhecimento do caso, pelo próprio petebista.

De acordo com a reportagem, outros ministros, como José Dirceu e Antonio Palocci (Fazenda), teriam sido alertados sobre o esquema, que beneficiaria pelo menos o PP e o PL.

Jefferson contou que o presidente Lula havia chorado ao saber da prática do “mensalão”. “Tenho notícia de que a fonte secou. A insatisfação está brutal [na base aliada] porque a mesada acabou”, disse Roberto Jefferson a Lo Prete.

Durante depoimento à Comissão de Ética da Câmara, no dia 14 de junho, Jefferson reiterou que não tinha provas de suas denúncias, mas citou supostos integrantes do “mensalão”: Valdemar Costa Neto (presidente do PL), José Janene (PP/PR), Pedro Corrêa (PP/PE), Sandro Mabel (PL/GO), Bispo Rodrigues (PL/RJ) e Pedro Henry (PP/MT).

Todos os parlamentares negam as acusações e dizem que Jefferson tenta desviar a atenção da CPI dos Correios para evitar sua cassação.

As denúncias de Roberto Jefferson surtiram seus primeiros efeitos na composição do ministério de Lula. José Dirceu, que era considerado um dos homens mais fortes do governo petista, anunciou seu desligamento do cargo de ministro da Casa Civil.

(Com informações da *Folha On-Line*)

O professor Emir Sader faz um série de perguntas a respeito do momento de crise que o Brasil está vivendo, ele pergunta, por exemplo, a quem interessa uma crise de ingovernabilidade, quem ganha e quem perde, e essa reflexão se faz bem apropriada neste momento, pois estamos dentro do furação, dentro da montanha-russa que nos leva a cada dia para um lado e para o outro, ficamos sem saber se o que está acontecendo é ligado a um grupo de que se instalou com Lula no governo, ou se é a própria característica do governo que atualmente mais parece a um pugilista que acabou de tomar um soco e ele está totalmente desorientado, sem saber se cai ou se sai correndo... Vamos ler o texto dele.

Crise de Governabilidade no Brasil?

O PT está no limite de sofrer a pior das derrotas: sem sair do modelo neoliberal, não consegue promover a prometida prioridade do social, nem retomar um ciclo de desenvolvimento sustentável e, ao mesmo tempo, sofre denúncias reiteradas de envolvimento com a corrupção e de incompetência. Seria um final pífio e precoce da história do que surgiu como o mais importante partido da esquerda brasileira, referência internacional como um “partido de novo tipo” – democrático, vinculado aos movimentos sociais etc., etc. O PT e Lula vão se resignar a isso, caminhando como se fosse um destino trágico e inevitável para uma derrota da esquerda de proporções históricas, que preparará o retorno da direita ao governo por um longo tempo no Brasil?

O governo Lula enfrenta sua primeira crise geral, em que se combinam a desaceleração da economia, denúncias contínuas de corrupção e de incompetência, rupturas na base de sustentação política do governo e acentuação da perda de apoio por parte de Lula e de seu governo na população. Tudo em uma tendência a que esses elementos sigam se deteriorando e colocando sérias interrogações sobre a possibilidade que a experiência de governo do PT se prolongue por dois mandatos. Quanto, principalmente, que um governo de um ou dois mandatos, tenha alterado positivamente a situação do Brasil, nos dois temas históricos do PT: ética na política e prioridade do social.

Tanto os argumentos para a continuidade nas políticas econômicas por parte de Lula, quanto as críticas da oposição sobre o funcionamento do governo, tentam apoiar-se em supostas “ingovernabilidades”. O governo gastaria demais, cobraria impostos em excesso, Lula seria incompetente, o PT se valeria do governo para contratar seus quadros e para fazer finanças. O tema tornou-se recorrente, como se apontasse um limite absoluto, como um elemento mais do Consenso de Washington, embora com interpretações diferentes.

O que tornaria o Brasil ingovernável? Que exemplo se dispõe de ingovernabilidades? Ingovernabilidades para quem, produzida de que forma, por que e por quem?

Fonte: Emir Sader, julho 2005,
<http://americas.irc-online.org/am/169>

Reforma política

O sistema eleitoral brasileiro tem se mostrado imperfeito, principalmente em relação aos recursos arrecadados para o financiamento das campanhas, que resultam no caixa dois, o dinheiro não declarado à Justiça Eleitoral.

Para muitos, a solução é a reforma política. Propõe-se o financiamento público de campanha, ou seja, os recursos recebidos pelas legendas viriam de um fundo público distribuído aos partidos por meio do Tribunal Superior Eleitoral. O montante a ser cotizado seria calculado em 7 reais por eleitor e repassado proporcionalmente aos partidos de acordo com sua representação no Parlamento.

Alguns defendem também a adoção da fidelidade partidária. A idéia é que o mandato pertencerá à legenda e será necessário que o candidato seja filiado no mínimo há três anos a um partido para concorrer em uma eleição.

Para fortalecer o perfil ideológico das legendas, propõe-se o sistema de listas fechadas, em que o eleitor vota apenas no partido. Decreta-se, assim, o fim do voto nominal – o voto no candidato. O cidadão escolhe a legenda e uma lista de candidatos apresentados pela própria agremiação.

Para reduzir o número de partidos e dificultar a existência das siglas de aluguel, propõe-se a cláusula de barreira. Segundo esse dispositivo, somente conseguirá registro definitivo o partido que obtiver pelo menos 5% dos votos nacionais para a Câmara dos Deputados, os quais devem estar distribuídos em pelo menos nove Estados e onde o partido deve obter 2% dos votos válidos.

ECONOMIA EM ALTA SALVA GOVERNO EM 2005

O mercado **não se assustou** com a crise política, salvo em poucos momentos, e deu fôlego ao projeto de reeleição de Lula em 2006, apesar das dificuldades que deve enfrentar por causa dos juros e do reduzido crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), que reflete as riquezas produzidas no país no ano.

Os dados mostram que a imagem do Brasil diante do mundo teve melhora. O **risco-país** atingiu o menor nível da história, alcançando 304 pontos (o recorde anterior era 337, em 1997) no dia 27 de dezembro. Quanto menor o índice, maior a disposição dos investidores em aplicar no país.

O governo Lula não criou os milhões de empregos prometidos, mas os resultados nessa área delicada mostraram melhora. O número de **desempregados** em outubro caiu 7,3% em relação ao mesmo mês de 2004, conforme dados do IBGE.

Também segundo o instituto, o **emprego industrial** teve, no acumulado do ano, até setembro, alta de 1,7%. O total de horas pagas na indústria também subiu, registrando expansão de 1,2% no mesmo período.

No maior Estado do país, São Paulo, a indústria local mostrou, igualmente, variação positiva, nas contas da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Até outubro, a indústria havia acumulado expansão de 4,92% no número de vagas, com a geração de 101.900 postos.

O número de vagas com **carteira assinada** aumentou. Pelas informações do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho, o emprego com carteira assinada cresceu 5,7% de janeiro a setembro, com a geração de 1,409 milhão de postos no período.

Quanto ao salário dos trabalhadores, o desempenho não foi tão bom no ano. Houve precarização do mercado de trabalho: foram fechadas vagas que pagavam mais e abertas outras que remuneraram menos. Isso fez a **renda real** cair 1,4% em outubro. A **renda média** em São Paulo diminuiu 31% entre 1995 e 2005.

Ainda no campo da renda, houve, no entanto, uma boa notícia, referente a 2004, mas divulgada no fim de 2005. A miséria atingiu o menor patamar desde 1992, segundo **pesquisa da FGV** (Fundação Getúlio Vargas). A proporção de pessoas abaixo da linha de miséria (renda inferior a R\$ 115 por mês) passou de 27,26% em 2003 para 25,08% em 2004.

Por outro lado, a inflação, outro indicador que afeta a renda da população, não saiu do controle. O IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) contabilizou, de janeiro a novembro, alta de 5,31%. A variação foi inferior à verificada em igual intervalo de 2004, quando a elevação do índice foi de 6,68%.

O objetivo do governo para a inflação no ano é 5,1%, mas o centro oficial da meta é 4,5%. Há uma margem de tolerância de 2,5 pontos percentuais, por isso o índice anual pode chegar a 7% para manter-se na meta.

Além de não se desvalorizar internamente, o dinheiro brasileiro ganhou força internacionalmente. O real foi a moeda que **mais se fortaleceu no mundo**. Em 12 meses, entre novembro de 2004 e novembro de 2005, a moeda do país subiu 33% em relação ao dólar.

Os consumidores aprovaram, porque ficou mais barato comprar produtos importados e viajar. Mas especialistas e exportadores reclamaram das **perdas** que a situação pode representar.

Real mais valorizado significa que os produtos nacionais vendidos no exterior ficam mais caros, o que ocasiona perda de mercado. O setor **agrícola** teme o mesmo efeito para o próximo ano.

O Banco Central fez **operações** para diminuir a quantidade de dólares disponível no mercado, mas não conseguiu reduzir significativamente a valorização do real.

No mercado acionário, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) teve um ano histórico, batendo o **recorde** de pontos.

Mesmo com o real valorizado, as exportações do país não diminuíram, tiveram um ano excelente e quebraram o recorde. Ainda em outubro, a **balança comercial** (diferença entre exportações e importações) teve um saldo positivo superior ao do ano anterior inteiro, que já havia sido recorde.

Em **novembro**, o saldo da balança ultrapassou os US\$ 40 bilhões, numa alta de 34% em relação aos US\$ 30,155 bilhões registrados em igual período de 2004.

A agricultura também conseguiu bons números na exportação, batendo recorde, com vendas de US\$ 36,2 bilhões até outubro.

Ainda no comércio exterior, o país teve a comemorar as sucessivas vitórias na Organização Mundial do Comércio (OMC). Ganhou a causa contra os subsídios ao **açúcar** na Europa e ao **algodão** nos Estados Unidos. O Brasil também conquistou terreno na questão das tarifas sobre o **frango** e a **banana** exportados para a Europa.

Fora os lances bem-sucedidos, o país travou, junto com outras nações em desenvolvimento, uma disputa acirrada pela redução de subsídios agrícolas dos EUA e da Europa. Esses subsídios, pagos pelo governo aos agricultores, fazem seus produtos serem mais baratos do que custariam sem essa ajuda. A **polêmica** já se arrasta há tempos e é complexa.

Nas diversas reuniões feitas sobre o assunto, não se atingiu o consenso. Autoridades européias chegaram a ficar irritadas, **acusando e ameaçando** o Brasil.

Em razão da pressão, a União Européia acabou anunciando uma reforma da política de produção e subsídios do **açúcar**.

Além das vantagens econômicas, a presença forte do Brasil na OMC deu visibilidade e ajudou o país a destacar-se **politicamente**.

Porém, nem tudo foi sucesso no setor agropecuário durante o ano. A **febre aftosa**, detectada em outubro, ameaça afetar o status de maior exportador de carne do país. Dezenas de países **embargaram** a compra do produto.

Internamente, até a inflação foi afetada pela doença. A carne subiu e pesou no custo de vida em São Paulo, segundo **levantamento da Fipe**. E tudo pode ter acontecido por **falha** no sistema de imunização contra a aftosa, conforme avaliação de especialistas.

Por causa do surto, as **perdas** estimadas pelo governo chegam a US\$ 500 milhões para exportações de carne só em 2005. Só que até nisso o Brasil deu sorte, pelo menos até outubro. Apesar do surto de aftosa, as vendas externas de carne bovina estavam a caminho de estabelecer um novo **recorde** com vendas de US\$ 3 bilhões em 2005.

A outra face da moeda

O ano de 2005, entretanto, não foi só tranquilidade para a economia. A política econômica ortodoxa de juros altos e corte de investimentos do ministro Antonio Palocci (Fazenda) sofreu críticas de empresários, políticos da oposição e até colegas de ministério.

Além dos aspectos estritamente econômicos, Palocci teve de encarar distúrbios políticos, na onda do "mensalão". Em duas ocasiões, o ministro chegou a ser envolvido nos escândalos, mas teve habilidade para falar com o mercado e convencer os agentes econômicos de que não tinha nada a ver com corrupção.

Num primeiro momento, um ex-assessor o envolveu num suposto **esquema de corrupção** em Ribeirão Preto (SP), onde Palocci foi prefeito.

Em agosto, o advogado e ex-assessor de Palocci Rogério Tadeu Buratti depôs no Ministério Público de São Paulo e disse que o então prefeito recebia R\$ 50 mil por mês da empresa Leão Leão, responsável pela coleta de lixo na cidade. A denúncia caiu como uma bomba e **agitou o mercado**, com dólar subindo e Bolsa caindo.

O ministro agiu rapidamente e convocou uma **entrevista coletiva** para negar qualquer participação em corrupção. Suas informações convenceram o mercado, e os indicadores retomaram um **caminho positivo**. Até a **oposição** ficou a favor depois das explicações.

Mas a trégua durou pouco. Três meses depois, em novembro, as acusações **voltaram a rondar** o ministro, que foi convidado a **depor** na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. De novo, negou qualquer irregularidade em sua administração como prefeito. De novo, **convenceu o mercado** e deixou os indicadores, como a Bovespa, em situação confortável.

Apesar do êxito nessa área, Palocci continuou na berlinda. Foi protagonista de uma discussão pública com a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), que **crítico**u a política econômica, pedindo mais verba para a área social. Dilma disse num **jantar** que Palocci não tem "criatividade e abertura" para experimentar outras alternativas à economia. Palocci respondeu e disse que sua colega estava "errada".

O ponto da discórdia entre os ministros foi o superávit primário -a economia de receitas realizada pelo governo para o pagamento de juros da dívida. Essa economia bateu **recordes** no ano e, embora ajude o país a diminuir o endividamento, tem um **lado ruim**. O governo consegue o superávit aumentando impostos ou deixando de gastar, por exemplo, em investimentos em obras e serviços.

Palocci defende o superávit porque isso demonstraria ao mercado seriedade e compromisso do governo com as contas públicas. O problema é que foi alvo de críticas entre os próprios colegas e até de seu chefe, o presidente Lula. Preocupado com os efeitos dos cortes de investimentos na eleição de 2006, o presidente **não quer fazer mais economia** do que já foi feito.

Além disso, mesmo com tanto sacrifício, o resultado tem sido pequeno. A **dívida do governo federal** em títulos públicos subiu R\$ 127 bilhões até outubro, em relação ao mesmo período de 2004.

Os juros básicos da economia (taxa Selic) também foram fonte de muito desgaste para Palocci. Empresários, oposição e aliados criticam as taxas, por considerar que elas sufocam a atividade econômica.

Quando os juros são altos, o crédito também fica caro. Empréstimos bancários, cheque especial, crediário e taxas de cartão de crédito sobem nessa circunstância. Assim, o consumidor compra menos do comércio, que reduz as encomendas à indústria. A ociosidade nas fábricas acaba causando demissões e menos consumo ainda.

Durante o ano, mesmo com a inflação mostrando controle, o BC realizou sucessivas altas na Selic. A redução, muito gradual, com meio ponto por mês, aconteceu só no segundo semestre.

O problema é que a taxa subiu tanto, que os cortes posteriores não apresentaram muitos resultados. Em janeiro de 2005, a taxa era de 18,25% ao ano. Foi subindo até o pico de maio (19,75%), ficou estável até agosto e começou a cair em setembro. Mas a queda foi tão suave, que, em novembro, ainda era mais alta do que em janeiro: 18,5%.

Como reflexo, os juros do cheque especial, por exemplo, recuaram um pouco, mas continuaram em patamares altos.

O Brasil ganhou uma liderança pouco honrosa: a de país com a maior taxa de juros reais do mundo.

O ritmo da redução dos juros desagrada ao comércio e à indústria, que não param de pedir mudança na política econômica cada vez que a taxa do mês é anunciada.

Os empresários têm os números a seu favor para comprovar os efeitos recessivos do custo do dinheiro. A produção industrial no país no terceiro trimestre caiu 0,7%. Esse foi o pior resultado desde o segundo trimestre de 2003 (-0,9%).

As reclamações contra a política monetária não vêm só de fora, mas também de dentro do governo. Além de Dilma, Palocci teve de ouvir, em várias ocasiões, o vice-presidente e ministro da Defesa, José Alencar, disparar publicamente contra a taxa de juros, dizendo que ela impede o crescimento do país.

A política econômica do governo também é criticada pelos opositores por, segundo eles, favorecer o setor financeiro. A julgar pelos lucros dos bancos, a oposição vai ter munição para dizer que a administração petista foi amiga dos banqueiros.

O lucro do Bradesco dobrou no ano, até setembro, com R\$ 4,051 bilhões. O Itaú, com ganhos recordes, vem logo a seguir, com R\$ 3,827 bilhões no mesmo período. O Unibanco também quebrou seu recorde, ao lucrar R\$ 1,329 bilhão até setembro.

Com o freio de mão puxado pelos juros, o espetáculo do crescimento para o resto da economia não aconteceu, e o PIB se enfraqueceu, caindo 1,2% no terceiro trimestre do ano. O indicador, que mede as riquezas produzidas por um país, está baixo e é motivo de críticas generalizadas. A pequena expansão econômica no governo Lula deve ser a maior arma da oposição em 2006.

Fonte: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/especial/2005>

BRASIL E ARGENTINA REDUZEM O LUCRO DO FMI AO ANTECIPAR O PAGAMENTO DE SUAS DÍVIDAS

Fundo pode não cumprir meta de arrecadação e ter dificuldades

A decisão do Brasil e da Argentina de quitarem as suas dívidas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) antes do prazo previsto lançou a discussão sobre a necessidade de um novo modelo de negócios para a instituição.

O FMI, como qualquer outra instituição financeira, concede empréstimos a taxas de juros ligeiramente mais elevadas do que aquelas que paga ao pegar dinheiro emprestado, utilizando o lucro obtido com esta diferença para cobrir as suas despesas operacionais e aumentar as suas reservas.

Mas, agora, pelo menos, os seus clientes estão escasseando. Os novos empréstimos concedidos pela instituição no último ano fiscal, no valor de US\$ 2,5 bilhões, foram os mais baixos desde o final da década de 1970, mesmo com um ajuste para a inflação do período.

Brasil, Argentina, Turquia e Indonésia respondem por mais de 70% dos empréstimos totais do FMI --que caíram de US\$ 90 bilhões em abril de 2004 para cerca de US\$ 66 bilhões no final de novembro. A quitação das dívidas brasileira e Argentina, de cerca de US\$ 15,5 bilhões e US\$ 10 bilhões, respectivamente, eliminará mais uma grande parcela da cifra total. Essas quitações significam que a dívida do Uruguai, que é bem menor, será a maior quantia devida ao FMI na América Latina.

Na Ásia, após as crises financeiras do final da década passada, os governos regionais acumularam grandes reservas financeiras, em parte para garantir que jamais terão que suplicar novamente pelos empréstimos do FMI, que estabelece condições severas para conceder empréstimos.

"Com dois dos grandes devedores pagando o que devem, a lista de dívidas ao FMI vai ficar bem menor", afirma Desmond Lachman, funcionário do American Enterprise Institute. "Durante um certo tempo o fundo terá enfrentar uma redução dos lucros".

A baixa demanda pelo crédito do FMI é principalmente o resultado do bom desempenho econômico dos países de mercado emergente, e das condições bastante favoráveis nos mercados financeiros internacionais.

Mas a redução dos empréstimos faz com que se pergunte como o fundo pagará as suas despesas anuais de quase US\$ 1 bilhão, relativas ao ano financeiro mais recente. A taxa de juros que o FMI cobra dos seus clientes está vinculada ao pagamento desses custos, e em uma meta para a acumulação de reservas estabelecida pela diretoria da instituição.

No curto prazo, existe o perigo de que a medida adotada pelo Brasil e pela Argentina obrigue o FMI a aumentar drasticamente as taxas de juros cobradas dos seus outros clientes. Alguns reparos rápidos são possíveis. A diretoria poderia reduzir a meta de acumulação de reservas. Ela poderia também reduzir as taxas dos juros que paga aos países membros devido às contribuições que estes fazem ao fundo.

E a organização multilateral é capaz de cobrir as suas despesas durante vários anos com as reservas que possui, que são de cerca de US\$ 6,8 bilhões --algo que o FMI fez nas décadas de 1950 e de 1970, em períodos de baixa demanda pelos seus empréstimos.

"O fundo conta com as reservas para pagar pelas suas operações durante os próximos anos", garante Kenneth Rogoff, professor da Universidade Harvard e ex-economista do FMI. "Somente se essa fase favorável durar mais cinco ou sete anos, e se não houver nenhuma grande crise financeira, é que esta questão se transformará em um problema significativo para ele".

Com as condições externas tão favoráveis para os países de mercado emergente, vários observadores prevêm uma outra mudança nesse ciclo, daqui a alguns anos, quando condições externas menos favoráveis gerariam uma maior demanda pela assistência do FMI, particularmente na América Latina.

Embora a quase simultaneidade das duas quitações antecipadas tenha sido uma surpresa --especialmente no caso da Argentina--, as perspectivas de uma redução da carteira de empréstimos do FMI não são uma novidade. Há algum tempo os contadores do fundo vinham trabalhando em um plano para lidar com o problema por meio do aumento das receitas provenientes de outras fontes --um plano promovido por Rodrigo Rato, o diretor-administrativo do FMI, como parte de uma revisão estratégica.

Uma possibilidade é a obtenção de um melhor rendimento a partir das reservas, com o investimento de uma parcela desse dinheiro em títulos governamentais de longo prazo, em vez de se recorrer a instrumentos financeiros de curto prazo.

Além disso há também o subestimado ouro que compõe parte das reservas do fundo --uma fonte potencial de recursos, embora, igualmente, um motivo de inquietação política, devido às controvérsias quanto à venda de ouro para o financiamento da redução das dívidas dos clientes mais pobres do FMI.

Uma outra opção seria impor taxas sobre os outros serviços fornecidos pelo fundo. Tais serviços incluem uma vasta gama de programas referentes a políticas fiscais e monetárias, ao setor financeiro, a estatísticas nacionais e a padronização de dados.

Qualquer nova taxa traz o potencial para atingir os membros mais ricos do fundo: os países doadores poderiam ser encorajados a pagar as contas dos membros mais pobres, seja diretamente, seja ao concordarem em receber pagamentos de juros a índices menores sobre os seus depósitos no fundo.

Alguns funcionários do FMI enxergam nisto uma oportunidade para explicar ao mundo qual é o trabalho feito pela instituição, acima e além dos empréstimos de crise aos mercados emergentes.

E em um momento no qual os empréstimos concedidos pelo FMI estão encolhendo, vários observadores acreditam que o desafio mais importante para o fundo é fazer com que a sua voz seja ouvida em países que não precisam contrair empréstimos junto à instituição, sendo os mais importantes os Estados Unidos, o mais importante acionista do fundo, e a China, a maior nação em desenvolvimento.

O FMI foi criado após a 2ª Guerra Mundial para lidar com os desequilíbrios dos pagamentos e com as disparidades das taxas de câmbio, em escala global.

No momento, a análise do próprio fundo sugere que o maior problema mundial são exatamente esses desequilíbrios globais. A solução sugerida pelo FMI é um crescimento mais lento da demanda doméstica nos Estados Unidos a fim de que o país resolva o problema representado pelo seu gigantesco déficit da balança comercial, e um crescimento mais rápido em outros países para que a economia mundial se mantenha aquecida.

Os principais contribuintes do fundo --o grupo dos sete países mais industrializados do mundo (G-7)-- acataram essa abordagem de forma teórica, mas pouco fizeram para implementar as medidas sugeridas pelo FMI.

Um grande desafio é persuadir os governos asiáticos a fazerem a sua parte em tal ajustamento, tanto no que diz respeito ao seu próprio interesse econômico, quanto no que se refere à promoção de fluxos comerciais mais equilibrados.

Para isso, eles teriam que permitir que as suas moedas se valorizassem em relação ao dólar, em vez de criarem reservas ainda maiores de moeda estrangeira com o objetivo de manterem baixos os preços dos seus produtos de exportação para os Estados Unidos.

Fonte: financial Times

ÚLTIMOS MOMENTOS DE 2005 E OS PRIMEIROS DO ANO 2006, NOTÍCIAS VEICULADAS TANTO NA IMPRENSA NACIONAL QUANTO NA MUNDIAL

2005, O ANO QUE NÃO TERMINOU

Manhã do dia 6 de junho. A "Folha de S.Paulo" publica entrevista com o deputado Roberto Jefferson, presidente nacional do PTB, um dos partidos da base aliada do governo. Assim, com dia marcado, começou a pior crise política da história recente do país.

Com seu nome envolvido em denúncias, Jefferson revelou a existência de um esquema corrupção no Congresso Nacional. Segundo ele, o PT pagava mesada de R\$ 30 mil a deputados da base aliada, em uma estrutura criminosa coordenada por José Dirceu e Delúbio Soares. Entrava em cena o "mensalão".

Seis dias depois, Jefferson volta às páginas da "Folha" e afirma que o dinheiro do suposto "mensalão" era encaminhado por um operador chamado Marcos Valério de Souza, empresário de publicidade em Belo Horizonte. A verba viria de estatais e empresas privadas. Valério deixava o anonimato e surgia como protagonista do "mensalão". O cenário da crise política estava instalado.

Por que Jefferson falou?

O fato que deflagrou a crise é anterior às entrevistas de Roberto Jefferson à "Folha". Em 14 de maio, o ex-chefe do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho, é flagrado recebendo propina de empresários interessados em participar de licitação na estatal. Segundo Marinho, Jefferson comandaria o esquema.

A oposição começou a se mexer para instaurar uma CPI. O governo, que tinha sido bem-sucedido na "operação abafa" para investigar o caso Waldomiro Diniz, abriu os cofres e liberou R\$ 12 milhões em verbas. Esforço em vão. O Congresso resistiu e criou a CPI Mista dos Correios no final de maio.

A situação de Roberto Jefferson ficou mais complicada quando, no começo de junho, o site da revista "Veja" divulga gravação em que Lídio Duarte, ex-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), afirma que o presidente do PTB cobrava propina por tê-lo indicado à presidência da estatal.

Acuado, Jefferson falou.

Inferno astral do PT

Diante de tantas denúncias, a oposição não demorou a agir, e o Conselho de Ética da Câmara convocou Jefferson para depor. Ele reafirmou as denúncias sobre o "mensalão", mas disse não ter provas. No mesmo dia, Fernanda Karina Sommaggio, secretária de Valério, garante que o empresário costumava viajar com malas dentro das quais acreditava haver dinheiro.

A crise ganhava força e, em 16 de junho, faz a sua primeira --e poderosa-- vítima. Dizendo não ter vergonha do que fez, José Dirceu deixa a Casa Civil e retorna ao mandato de deputado federal. Lula perdia seu principal articulador político no momento em que o país era tomado por uma onda de denúncias.

Julho chegava. À medida em que oposição cria as CPIs do Mensalão e dos Bingos, a cúpula do PT prepara-se para atravessar seu pior inferno astral.

Reportagem de "Veja" revelou o elo que faltava entre Marcos Valério e a cúpula petista. Segundo a revista, o empréstimo de R\$ 2,4 milhões foi tomado no BMG de Belo Horizonte. Em sua defesa, José Genoíno afirmou ter assinado o papel sem ler. Dias depois, afasta-se da presidência do partido.

Delúbio Soares, um dos nomes mais frequentes nas denúncias, abre mão do cargo de tesoureiro do PT.

José Adalberto Vieira, assessor do deputado José Nobre Guimarães (PT-CE), que, por sua vez, é irmão de José Genoíno, é preso no aeroporto de Congonhas, em São Paulo, tentando embarcar com R\$ 200 mil na mala e US\$ 100 mil na cueca. Ele diz que o dinheiro veio da venda de verduras no Ceagesp.

Silvio Pereira, secretário-geral do PT, admite ter recebido um Land Rover de presente da empresa GDK, que tem contratos com a Petrobras. Pereira deixa o partido, mas nega favorecimento para a GDK.

Caixa 2, renúncias e cassações

Em entrevista ao Jornal Nacional, Marcos Valério admitiu ter emprestado dinheiro para as campanhas eleitorais do PT. Delúbio confirma a versão, e em 20 de julho, admite que fazia caixa 2. Ou melhor dizendo, recursos não-contabilizados, como preferem os petistas.

Dias depois, denúncias comprovam que Eduardo Azeredo, presidente do PSDB, usou caixa 2 nas eleições de 2001.

A crise se intensifica. "O senhor desperta em mim os instintos mais primitivos", diz Jefferson a Dirceu no Conselho de Ética. "Fui traído", afirma Lula em rede nacional de rádio e televisão. O presidente pede desculpas, mas não diz o que foi feito de errado. Diz que foi traído, mas não fala por quem.

As denúncias não páram, e o Brasil clama por punição.

Presidente nacional do PL e deputado federal por São Paulo, Valdemar Costa Neto é o primeiro a renunciar por conta do esquema do "mensalão". Com a renúncia, ele escapou do processo de cassação e preservou os seus direitos políticos.

Em 12 de setembro, Carlos Rodrigues (PL-RJ) segue pelo mesmo caminho e abre mão de seu mandato. Paulo Rocha (PT-PA) e José Borba (PMDB-PR) renunciam em 17 de outubro. Se quiserem, todos podem ser candidatos nas eleições de 2006.

Pesos-pesados

Inimigos políticos e protagonistas no escândalo do "mensalão", Jefferson e Dirceu tiveram destinos parecidos durante votação nos respectivos processos de votação no plenário da Câmara.

No dia 14 de setembro, exatos cento e dois dias após deflagrar a maior crise política do governo Lula, o deputado Jefferson foi cassado por 313 votos contra 156.

Em seu discurso de defesa, Jefferson disse que Lula foi "omisso" e relapso ao delegar funções que, segundo o petebista, foram usadas por auxiliares para promover "o mais escandaloso processo de aluguel de mandatos" da história do Congresso.

Já era dezembro quando chegou a vez de Dirceu encarar o plenário da Câmara. Por 293 votos a 192, Dirceu tem mandato cassado e perde direitos políticos por 10 anos.

Nos 41 minutos do seu discurso de defesa, Dirceu voltou a negar sua culpa no caso do "mensalão". "Digo e repito, não como bravata, mas como compromisso de vida, que qualquer que seja o resultado que essa Casa decida, eu vou continuar lutando para provar a minha inocência", afirmou, seguido de aplausos de muitos parlamentares. "Essa Casa está me julgando, mas também está se colocando em julgamento". E concluiu. "Eu não sou réu confesso. Cometi muitos erros políticos e estou pagando por eles. Mas tenho as mãos limpas".

Até tu, Palocci

Em 16 de agosto a crise chegou a Antonio Palocci, o todo-poderoso da economia brasileira e principal homem de confiança do presidente ainda no governo.

Rogério Buratti, ex-assessor de Palocci durante sua prefeitura em Ribeirão Preto, acusou-o de receber mesada de R\$ 50 mil entre 2001 e 2002 de empreiteira no interior de São Paulo. O dinheiro ia para o PT.

Palocci apressou-se em negar as acusações. Reuniu uma entrevista coletiva e desmentiu Buratti. Contudo, a imagem do ministro já estava arranhada.

Enfraquecido, Palocci, que sempre foi preservado pela oposição, começou a ser alvo de ataques de representantes do próprio governo. À medida em que o supertávit primário batia recordes, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, não poupava críticas à política econômica. Lula mantinha-se à distância. Amigos diziam que Palocci não queria mais seguir no governo. Jornalistas davam como certa a troca do Ministério por Aloizio Mercadante, eterno candidato à pasta. O fato é que Palocci sobreviveu às crises e críticas e, pelo menos até janeiro, é nome certo no governo.

Crise em 2006

O final do ano esfriou a onda de denúncias.

Sem fatos novos, a imprensa reduziu o espaço dedicado à cobertura do "mensalão". O Congresso diminuiu suas atividades, preparando-se para o recesso que não houve. E as CPIs esgotaram os depoimentos mais importantes.

Até a CPI do Mensalão, criada exclusivamente para investigar o esquema de pagamento de parlamentares denunciado por Roberto Jefferson, acabou sem atingir seus objetivos. Sem número suficiente de assinaturas para conseguir a sua prorrogação, a Comissão encerrou seus trabalhos sem votar o texto final do relator Ibrahim Abi-Ackel.

O que fica para 2006 são os efeitos eleitorais da crise. Lula, candidato velado à reeleição, teve sensível perda de popularidade com o episódio. Segundo pesquisa CNT/Sensus divulgada em abril, o presidente tinha 60,1% de aprovação pessoal. Em julho esse número caiu para 59,9%, em setembro para 50% e em novembro atingiu 46,7%. A mesma pesquisa aponta vitória de José Serra em um eventual segundo turno em 2006.

O QUE TAMBÉM FOI NOTÍCIA EM 2005

Morte e vida Severina

Desde o começo, 2005 prometia ser um ano de dificuldades para o governo Lula. Após dois anos, chegava ao fim em fevereiro a presidência de João Paulo Cunha (PT-SP) na Câmara dos Deputados. Sendo a maior bancada e o partido do governo, o PT não tinha como perder.

Mas perdeu.

Seu candidato, Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), foi derrotado pelo pouco conhecido Severino Cavalcanti (PP-PE), por 300 votos a 195 no segundo turno do pleito, após mais de 12 horas de sessão.

A derrota do governo foi inédita na história recente do país. Inédita e surpreendente, uma vez que, até o momento da votação, acreditava-se que o principal rival de Greenhalgh era o petista dissidente Virgílio Guimarães (MG), que nem ao segundo turno foi.

Auto-proclamado "rei do baixo clero", por sua atuação discreta e fisiológica no Congresso, Severino durou pouco mais de sete meses à frente da Câmara dos Deputados. Nesse período, defendeu propostas controvertidas -- a mais polêmica delas foi o aumento salarial aos funcionários da Câmara dos Deputados.

No dia 21 de setembro, ele renunciou ao mandato. (leia íntegra do discurso)

Em seu discurso de despedida, acusou a "elite que não quer largar o osso" de ser a responsável por sua renúncia. Disse também que "empobreceu com a política". E arrematou: "O povo me absolverá".

A saída de Severino consumou-se após 19 dias de intensa pressão, resultado da acusação de receber propina em 2002 e 2003 em troca de garantir a um empresário a exploração de restaurantes na Câmara -- o chamado "mensalinho".

Com a cadeira da presidência vazia, nova eleição foi convocada. Em votação apertada, Aldo Rebelo (PCdoB-SP) derrota José Thomaz Nonô (PFL-AL) no segundo turno e devolve o controle da Câmara ao governo.

Severino promete voltar em 2006.

Maluf, quem diria, é preso

Madrugada de 10 de setembro. Abatido, acompanhado por advogados e seguranças em um Santana preto, Paulo Maluf apresentou-se na sede da Polícia Federal atendendo a um pedido de prisão preventiva. Um dos mais conhecidos e controvertidos representantes da tradicional classe política brasileira, Maluf enfrentava um dos mais duros golpes em décadas de vida pública.

Prefeito, governador e deputado federal por São Paulo, Maluf passou aquela noite e mais 39 dias detido na carceragem da PF. As acusações não são poucas: lavagem de dinheiro, evasão de divisas, corrupção passiva e formação de quadrilha. Se condenado, ele pode ficar até oito anos preso.

Maluf e seu filho Flávio tiveram a prisão preventiva decretada pela juíza da 2ª Vara Federal de São Paulo, Sílvia Maria Rocha, que entendeu que, em liberdade, os Maluf poderiam atrapalhar o período de instrução penal, quando são ouvidas as testemunhas de acusação e de defesa.

Paulo e Flávio Maluf dificilmente seriam presos caso não houvessem sido flagrados em escutas telefônicas tentando impedir o depoimento do doleiro Vivaldo Alves, conhecido como Birigüi, à Polícia Federal.

Após ter diversos recursos negados, Maluf conseguiu habeas corpus no STF e foi solto no dia 20 de outubro. Em liberdade, viajou para Campos do Jordão, tomou cerveja e comeu pastéis. Os processos contra eles continuam.

O dia em que o Brasil disse "não"

Mais de cem milhões de brasileiros foram convocados para decidir se o comércio de armas de fogo e munição deveria ser proibido no Brasil. O referendo trouxe à pauta do dia questões como violência, autodefesa e segurança pública.

Muitas dúvidas, poucas respostas e uma enorme dose de polêmica marcaram a campanha das frentes do "sim" e do "não". De um lado, ONGs e grupos humanitários apostavam em celebridades. De outro, a frente parlamentar pela manutenção da atual legislação investia em mostrar o impacto negativo do fim do comércio de armas de fogo.

Mais efetiva, a campanha do "não" reverteu uma situação amplamente desfavorável. Segundo pesquisa Datafolha, em agosto, 80% dos entrevistados apoiavam a proibição. Na pesquisa divulgada às vésperas do referendo, o voto "não" já contava com 57%, estimativa superada pelo resultado final.

No dia 23 de outubro, a proibição do comércio de armas de fogo e munição no Brasil foi rejeitada por quase dois terços dos eleitores.

O "não" venceu em todos os Estados, com destaque para Rio Grande do Sul, Acre e Roraima, onde a opção recebeu cerca de 87% dos votos. O melhor desempenho do "sim" foi em Pernambuco e no Ceará, com pouco mais de 45% dos votos.

Fonte: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/especial/2005/>

Dicionário de economia

=A=

Ação

Documento que indica ser seu possuidor o proprietário de uma fração do capital de uma sociedade. Se o capital de uma sociedade deve ser subscrito por várias pessoas, ele é dividido em frações iguais, o que permite a cada uma subscrever segundo suas disponibilidades e sua vontade.

Ação Nominativa

Ação cuja cautela é nominal ao seu proprietário.

Ação Ordinária

Permite o direito de eleger a diretoria (conselho) da empresa que o emitiu. No entanto, quando ocorre uma distribuição de dividendos da empresa, os proprietários de ações ordinárias só receberão os mesmos depois que os proprietários de ações preferenciais tenham recebido o seu percentual fixo.

Ação Preferencial

O proprietário deste papel tem o direito de receber um percentual fixo dos lucros, antes de distribuídos os dividendos da empresa, no entanto não possuem direito de voto na eleição da diretoria.

AMEX (American Stock Exchange)

A segunda maior bolsa de valores nos Estados Unidos (a primeira é a Bolsa de Nova York), transacionando cerca de 10 % de todas as ações negociadas no país.

Ágio

Importância que o comprador paga a mais sobre o valor nominal de um título.

Ajuste Fiscal

É a tentativa do Governo federal de gastar menos do que arrecada.

Alavancagem

Termo que designa o efeito de melhoria provocado pelo endividamento na rentabilidade do patrimônio líquido de uma empresa.

Amortizações

São pagamentos de dívidas contraídas por empresas brasileiras e pelo próprio Governo junto a instituições financeiras no mercado internacional.

Atividade Econômica

Conjunto de atos pelos quais as pessoas satisfazem às suas necessidades, através da produção e troca de bens e de serviços.

Ativo

Conjunto de bens e créditos que formam o patrimônio de um sujeito econômico.

Ativos não Financeiros

Compreendem os ativos fixos e os ativos circulantes. Os primeiros participam de vários ciclos de produção, enquanto os últimos são consumidos ou transformados num ciclo específico de produção ou de distribuição.

=B=

BACEN - Banco Central do Brasil

É uma autarquia federal criada com a finalidade de fiscalizar as instituições financeiras. Dentre as muitas atribuições importantes do BACEN está o de regulador das políticas monetária e creditícia do Governo, administrar as reservas internacionais e fiscalizar o Sistema Financeiro Nacional.

O Banco Central do Brasil foi criado em 1964, para atuar como órgão executivo central do sistema financeiro nacional. Suas principais atribuições são:

- (1) Emitir papel moeda e moeda metálica;
- (2) Executar compra e venda de Títulos Federais (através de operações de Open Market) tanto para executar Política Monetária como para o próprio financiamento do Tesouro Nacional;
- (3) Receber depósitos compulsórios e voluntários do sistema bancário, assim como realizar operações de redesconto e outros tipos de empréstimos às instituições financeiras.
- (4) Ser o depositário das Reservas Internacionais do País.
- (5) Autorizar o funcionamento, fiscalizar e aplicar as penalidades previstas a instituições financeiras. Todas essas atividades do Banco Central, no Brasil, são reguladas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional).

Banco Mundial

Criado em 1944, o Banco Mundial rege, ao lado do Gatt (que deu origem à Organização Mundial de Comércio), o sistema financeiro internacional.

Balança comercial

É a diferença entre as importações e as exportações de um país. A balança comercial de um país é deficitária quando o valor total de suas importações é maior que o das exportações. Um país tem superávit se as exportações são maiores que as importações. A balança comercial é um dos indicadores da saúde econômica de um país e de sua capacidade de competição no mercado mundial.

É o item mais importante das contas externas. Registra todas as exportações e importações feitas por empresas no Brasil. No início dos anos 90, essa conta registrava consecutivos superávites, ou seja, as exportações superavam as importações. Com a abertura econômica, a balança passou a ter déficits.

Registra os valores das exportações e o valor das importações. Se o valor das exportações superar os das importações, a balança comercial apresenta um superávit. Se acontecer o contrário terá um déficit. Relação entre as exportações e as importações realizadas por um país ou Estado durante um determinado período. Quando as exportações excedem as importações, ocorre superávit da balança comercial. Com o inverso, o resultado se chama déficit. A balança comercial é um dos itens que compõem o balanço de pagamentos.

Muitos fatores influem na balança comercial. Uma alta de preços, devido à inflação ou valorização acentuada da taxa de câmbio, provoca queda no volume das exportações. A diminuição da safra de um produto de primeira necessidade eleva as exportações nos países que oferecem esse produto. A importação também é utilizada, muitas vezes, como instrumento de controle de preços. Se um artigo fica muito caro, o governo autoriza a importação de similares estrangeiros para aumentar a oferta de produto e forçar uma baixa de preço. Os países em desenvolvimento, muito endividados nas últimas décadas, preocupam-se em produzir superávits na balança comercial para financiar o crescimento e ao mesmo tempo pagar os juros da dívida externa. Para obter resultados positivos, esses países precisam exportar grande quantidade de matérias-primas e reduzir a importação de produtos industrializados.

Balanço de pagamentos

É a conta de todas as transações realizadas entre um determinado país e o resto do mundo. Inclui a conta das reservas oficiais, o registro das importações e exportações de bens e serviços, das entradas de investimentos e das transferências unilaterais (conta corrente) e o registro das importações e exportações de ativos, como empréstimos bancários e compra de ações (conta de capitais).

O Balanço de Pagamentos é o resumo, expresso em unidades monetárias (US\$), das transações ocorridas entre o país e o resto do mundo. Ele apresenta duas grandes contas: o saldo em transações correntes, que se refere às transações de bens e serviços realizadas pelos brasileiros com o exterior; e, o saldo de capitais que reflete o fluxo de moedas entre o país e o resto do mundo. A estrutura do Balanço de Pagamentos é a seguinte:

1. Saldo da Balança Comercial
2. Saldo do Balanço de Serviços (engloba pagamento de juros ao exterior, fretes, dólares gastos em turismo, etc)
3. Transferências unilaterais (que envolve transferências de pessoas/instituições entre o Brasil e outros países, sem contrapartida, ou seja, sem a necessidade de pagamento posterior)
4. Saldo em transações correntes (que equivale a 1+2+3)
5. Conta de Capital
6. Erros e Omissões
7. Resultado (que equivale a 4+5+6, e reflete a variação das Reservas Cambiais)

Conjunto de todas as contas de um país, que traduz as transações deste com o exterior. Quando o país deve mais do que tem a receber está com déficit no balanço de pagamentos. Se tem a receber mais do que deve, está com superávit. Os fatores que compõem o balanço de pagamentos são: balança comercial, serviços e contas de capital.

A balança comercial mostra as importações e exportações de matérias-primas e bens industrializados. Os serviços são considerados exportações ou importações de bens não-materiais: turismo, transporte de mercadorias, seguros e serviços bancários. A conta de capital inclui o pagamento ou cobrança de empréstimos entre os países e o fluxo de investimentos estrangeiros, de curto e longo prazo, feitos por empresas ou pessoas. Em geral, os investimentos de curto prazo se destinam ao mercado financeiro – ações ou títulos – e os de longo prazo visam a atividade produtiva.

Ainda se registra o movimento das reservas cambiais, ou seja, o volume de recursos em ouro e dólar de que dispõe um país para financiar o funcionamento normal da economia.

O balanço de pagamentos é o indicador que melhor retrata a saúde da economia de um país. É o primeiro dado a ser analisado por investidores estrangeiros e reflete o nível de competitividade de uma economia. Segundo o parâmetro do balanço de pagamentos, os EUA são considerados os mais competitivos do mundo em 1994; o Brasil é o 38°.

Balança de Capital

Conta estatística que recapitula a movimentação do ativo e do passivo, ocorrida entre um país e o resto do mundo, no decurso de um determinado período.

Balanço de Transações Correntes

É o saldo da balança comercial (exportações menos importações) e de serviços como pagamento de juros da dívida externa.

Banda Cambial

É a banda ou limite determinado pelo Governo para a flutuação do real frente ao dólar. O sistema brasileiro foi adotado em março de 1995.

BBC

Bônus do Banco Central. Papel com taxas prefixadas com prazo mínimo de 28 dias. Os bancos dizem qual a taxa que querem para comprar o papel e o Banco Central aceita ou não. Serve para fazer política monetária.

Banco Mundial

Como é conhecido o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) que financia projetos de reconstrução e desenvolvimento de países membros. Sua criação é decidida em 1944 durante a Conferência de Bretton Woods (EUA), juntamente com a do Fundo Monetário Internacional (FMI). É oficialmente instituído em 27 de dezembro de 1945 em Washington, EUA. Nos primeiros anos de atividade, sua prioridade é financiar a reconstrução da Europa, devastada pela 2ª Guerra Mundial (1939-1945). A partir do final dos anos 60, sua atuação se volta para o financiamento de projetos de países em desenvolvimento na África, Ásia e América Latina.

Os empréstimos são feitos a governos ou a empresas privadas que tenham aval oficial, desde que os projetos sejam considerados tecnicamente viáveis e economicamente interessantes. Só os 178 países membros têm acesso aos recursos. Os empréstimos têm carência de cinco anos e prazo máximo de pagamento de 15 anos. As taxas de juros são variáveis. Uma outra linha de empréstimos é oferecida aos países com renda per capita inferior a US\$ 675 pela International Development Association (IDA), agência filiada ao Bird. Esses créditos têm prazos de pagamento de até 40 anos, não sendo cobrada taxa de juros. O capital total do banco é de US\$ 170 bilhões. Os acionistas do Bird, os países membros, têm participação correspondente às suas quotas no FMI. Os recursos operacionais vêm das aplicações em mercado financeiro e dos pagamentos feitos pelos países beneficiados por empréstimos. Entre 1993 e 1994, o Bird aprovou 124 empréstimos a 52 países, num total de US\$ 14,2 bilhões.

Base Monetária

A base monetária corresponde à criação primária de moeda (pelo Banco Central). Ela é divulgada em dois conceitos pelo Banco Central do Brasil: num conceito mais restrito, por convenção, corresponde ao total de papel-moeda em circulação somado às reservas bancárias, e, num mais amplo, corresponde ao total da base restrita, mais os depósitos compulsórios em espécie e títulos federais (tanto do BACEN, quanto do Tesouro) fora do Banco Central.

Cabe às autoridades de um país a formulação de uma política monetária para controlar a quantidade de dinheiro em circulação. Quando é bem-sucedida, o valor da moeda permanece estável. Os técnicos aferem esse montante em quatro estágios. O primeiro, ou M1, é o papel-moeda em poder do público e os depósitos bancários à vista (o valor depositado nas contas correntes dos bancos). O M2 é o M1 mais os fundos de investimento e os títulos públicos federais, estaduais e municipais. O M3 diz respeito ao conjunto dos dois anteriores acrescido do total de dinheiro depositado em cadernetas de poupança. O M4 é a soma dos precedentes com os títulos privados. Estes quatro tipos compõem a base monetária de um país, ou seja, todo o dinheiro à disposição para o funcionamento de sua economia.

Existem algumas formas de administrar a base monetária. Uma delas é o controle da taxa de juros. Juro é uma quantia adicional cobrada pelos bancos no empréstimo de dinheiro. Quanto mais altos os juros, mais caros se tornam os empréstimos. Outros controles possíveis são o de entrada e saída do capital internacional e o das regras para compras a prazo. Países de base monetária escassa incentivam a entrada de capital estrangeiro, com o intuito de aumentar a quantia aplicada na economia nacional. As restrições ao consumo provocam o aumento do dinheiro poupado e, por consequência, das reservas do país.

Bens de Capital (ou Produção)

São os bens que servem para a produção de outros bens, tais como máquinas, equipamentos, material de transporte e construção.

Bens Intermediários

São aqueles bens que são absorvidos na produção de outros, como o açúcar nas balas, os componentes na televisão, etc.

Bens e Serviços

Produtos da atividade econômica, elementos constitutivos da produção.

BID

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. É uma instituição internacional, com sede em Washington-EUA, voltada para o auxílio financeiro e o desenvolvimento da infra-estrutura de países emergentes.

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

É uma empresa de propriedade integral do governo brasileiro, responsável pela execução de sua política de crédito de longo prazo.

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) é a principal instituição financeira de fomento no Brasil. Criado na década de 50 tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento econômico do país - estimulando, via financiamento, com taxas de juros e prazos de especiais, as atividades agrícola, industrial e de serviços.

Bolsa de Mercadorias

Mercado centralizado para transações com mercadorias, sobretudo os produtos primários de maior importância no comércio internacional e interno, como café, açúcar, algodão, cereais, etc. Realizando negócios tanto com estoques existentes quanto com mercados futuros, as bolsas de mercadorias exercem papel estabilizador no mercado, minimizando as variações de preço provocadas pelas flutuações de procura e reduzindo os riscos dos comerciantes.

Bolsa de Valores

Associação civil sem fins lucrativos, cujos objetivos básicos são: manter local ou sistema de negociação eletrônico adequados à realização, entre seus membros, de transações de compra e venda de títulos e valores mobiliários; preservar elevados padrões éticos de negociação; e divulgar as operações executadas com rapidez, amplitude e detalhes.

Instituição em que se negociam títulos e ações. As Bolsas de Valores são importantes nas economias de mercado por permitirem a canalização rápida das poupanças para sua transformação em investimentos. E constituem, para os investidores, um meio prático de jogar lucrativamente com a compra e venda de títulos e ações, escolhendo os momentos adequados de baixa ou alta nas cotações.

Bolsa de Valores de Nova York

A maior e mais importante bolsa de valores do Mundo. Também conhecida como Big Board, de onde é apurado o índice Dow-Jones que é composto por 30 empresas.

Bolsa de mercados futuros

Bolsa em que ocorrem negociações de contratos a serem concluídos num tempo futuro. O contrato futuro é a obrigação de entregar ou receber num período determinado certa quantidade de um produto, de qualidade preestabelecida, pelo preço ajustado na roda de negociações de uma bolsa de mercadorias ou commodities. Até o século XIX, as negociações nas bolsas de commodities acabam na entrega física da mercadoria. A partir de então, os contratos são padronizados e se tornam intercambiáveis. Assim, o vendedor original pode encerrar a obrigação contratual de entregar a mercadoria mediante a compra de outro contrato futuro da mesma espécie.

Essa facilidade atrai especuladores e empresas comerciais que buscam no mercado futuro a forma de amenizar perdas ou aumentar ganhos relacionados à atividade econômica do país. Os especuladores apostam no movimento dos preços de uma mercadoria, também chamada de ativo. Compram contratos futuros quando prevêem que o preço vai subir e os vendem adiante por quantia maior, obtendo lucro. Ou seja, se apostar corretamente, ganha dinheiro. Hoje, só 3% das negociações a futuro acabam com a entrega física de mercadoria.

As commodities mais tradicionais negociadas nas bolsas de mercados futuros são café, soja, milho, trigo, cacau, aveia, boi, lã, petróleo, ouro, prata e minerais. Com a sofisticação do mercado, produtos financeiros passam a ser negociados: dólar e outras moedas, títulos de dívida interna, taxas de juros e até índices de ações. Existem diversas bolsas de mercados futuros no mundo. A principal é a Chicago Board of Trade, nos EUA. No Brasil, é a Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F). O mercado brasileiro de futuros tem como característica principal contratos de prazo mais curto, por causa da instabilidade da economia.

=C=

Câmbio

Operação financeira de venda, troca ou compra de valores em moedas de outros países. É um elemento do sistema monetário internacional, regulamentado durante a Conferência de Bretton Woods (New Hampshire, EUA, 1944), com o objetivo de facilitar as transações entre países. A partir desta conferência, todas as moedas passam a ter o dólar americano como padrão em substituição ao ouro. Até 1976, o valor das moedas, baseado nas reservas de dólar, varia no máximo 2,25%. Com os Acordos da Jamaica (1976), a comunidade internacional abandona este sistema e legaliza as taxas de câmbio (preço de uma moeda em relação a outra) flutuantes.

Capital

1. INTRODUÇÃO Capital, termo genérico que designa um conjunto de bens e uma importância em dinheiro a partir dos quais é possível obter, posteriormente, uma série de rendimentos (como bônus ou ações). Em geral, os bens de consumo e o dinheiro empregado para satisfazer necessidades concretas não estão incluídos na definição econômica da teoria do capital.

Sob o ponto de vista da contabilidade, é definido como o patrimônio de um indivíduo ou de uma corporação em determinado momento, que não se confunde com os lucros advindos dessas posses no decorrer do tempo.

É possível distinguir vários tipos. Uma classificação muito comum é a distinção entre o capital fixo, que inclui meios de produção mais ou menos duradouros, como as máquinas; e o capital de giro, que se refere a bens não renováveis, como as matérias-primas.

2. TEORIAS DO CAPITAL Os economistas franceses do século XVIII, denominados fisiocratas, foram os primeiros a formular uma teoria econômica. Seus trabalhos foram, posteriormente, desenvolvidos por Adam Smith, pai da teoria clássica do capital, por ele definido como o conjunto de valores produzidos pelo trabalho, oriundos dos bens de consumo e dos bens de produção. David Ricardo aperfeiçoou em princípios do século XIX.

Em meados do século XIX, Karl Marx e outros autores socialistas aceitaram a visão clássica do capital, fazendo um importante adendo: só é possível considerar capital os bens produtivos, que geram receitas, independentemente do trabalho

realizado por seu proprietário. Outros economistas da mesma época, como Nassau William Senior e John Stuart Mill, criaram uma teoria psicológica do capital, que tem origem na redução do consumo daquelas pessoas que desejam um rendimento futuro que compense a atual poupança.

Em finais do século XIX, Eugen Böhn-Bawerk e Alfred Marshall procuraram unir a teoria da poupança à teoria clássica do capital. Pela teoria da poupança, a possibilidade de rendimentos futuros incentivava às pessoas a evitar o consumo, no presente, canalizando parte de suas receitas para o aumento da produção.

No século XX, John Maynard Keynes rejeitou essa teoria por não conseguir explicar as diferenças entre o dinheiro economizado e o capital gerado. Demonstrou que a decisão de investir em bens de capital independe da decisão de poupar.

Embora todas essas teorias sejam recentes o capital existe nas sociedades civilizadas desde a Antiguidade. Seu papel nas economias da Europa ocidental e América do Norte foi tão importante que a atual organização sócio-econômica aí dominante é conhecida como sistema capitalista ou capitalismo.

Cartel

Associação entre empresas do mesmo ramo de produção com objetivo de dominar o mercado e disciplinar a concorrência. As partes entram em acordo sobre o preço, que é uniformizado geralmente em nível alto, e quotas de produção são fixadas para as empresas membro. No seu sentido pleno, os cartéis começaram na Alemanha no século XIX e tiveram seu apogeu no período entre as guerras mundiais. Os cartéis prejudicam a economia por impedir o acesso do consumidor à livre-concorrência e beneficiar empresas não-rentáveis. Tendem a durar pouco devido ao conflito de interesses.

Caderneta de Poupança

Conta em estabelecimento bancário que oferece remuneração mensal, em juros e correção monetária, para os estoques monetários ali depositados.

Câmbio Comercial

É a cotação do dólar usada para o fechamento dos contratos de exportação e importação. O câmbio comercial também registra as operações de empréstimos de empresas no exterior, investimentos estrangeiros diretos, as entradas e saídas dos investimentos estrangeiros em renda fixa e nas bolsas de valores..

Câmbio Fixo

Um sistema de câmbio em que o Banco Central de um país estabelece um valor fixo para a paridade entre a moeda local e o dólar. Esse sistema funciona na Argentina e em Hong Kong.

Câmbio Flutuante

É o mercado através do qual saem as remessas de lucros das multinacionais para o exterior. O câmbio flutuante também inclui operações de empréstimos e o comércio de jóias e pedras preciosas.

Câmbio Paralelo

É o mercado que existe quando o país não tem uma política de câmbio 100% livre.

Capacidade de Endividamento

Em economia empresarial, é a aptidão que uma empresa demonstra para captar recursos tendo por base a sua estrutura financeira. No plano da análise financeira especificamente, convencionou-se que uma empresa que apresente a relação capital próprio/ativo permanente < 0,5 se encontra no limite de sua capacidade de endividamento.

Capacidade de Financiamento

É a denominação dada ao saldo da conta de capital de um agente, quando este figura como aplicação ou seja, no ativo.

Capacidade Instalada

É o potencial de produção de determinado setor da economia. Dizer que a indústria está trabalhando com 79,04% da sua capacidade é o mesmo que dizer que está com 20,96% de sua capacidade de produção ociosa.

Capital de Giro

Parte do capital utilizada para o financiamento dos ativos circulantes da empresa e que garante uma margem de segurança no financiamento da atividade operacional.

Capitalismo

Sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção e sua utilização com fins lucrativos. Por extensão regime fundamentado na dissociação entre os proprietários dos meios de produção, que os utilizam com o objetivo de lucro, e os trabalhadores, que efetivamente realizam a produção mediante o pagamento de um salário que remunera sua força de trabalho.

Carga Tributária

É o esforço fiscal do governo. O montante de impostos arrecadados no país. A carga é medida em percentual do PIB. No Brasil, a arrecadação de impostos representa cerca de um terço das riquezas produzidas no país.

Carga Tributária

Documento emitido por um banco, autorizando um cliente a retirar quantia especificada junto a uma sucursal ou representante desse banco..

Cartel

Acordo realizado entre empresas independentes umas das outras, com o objetivo de limitar ou suprimir os riscos da concorrência.

Caução

Compromisso assumido por uma pessoa de tomar a si a responsabilidade de cumprir uma obrigação subscrita por outra pessoa, no caso desta falhar. O beneficiário da caução é normalmente chamado devedor principal.

Câmara de Compensação

Organização que reúne vários bancos de uma localidade com o objetivo de liquidar os débitos entre eles, compensando todos os cheques emitidos contra cada um dos seus membros, mas apresentados para cobrança em qualquer um dos outros.

Câmbio – Moedas de valor estável no mercado internacional de câmbio são consideradas fortes e traduzem a posição comercial de um país. A mais forte do mundo é o dólar norte-americano, adotado como unidade monetária dos EUA em 1785. Também são fortes: o marco alemão, criado em 1500; a libra esterlina, em 1489; o franco francês, em 1360; e o iene japonês, adotado em 1871.

Moedas fracas possuem, ao contrário, valor de troca instável e espelham economias desequilibradas. O Brasil acumula oito alterações monetárias no período republicano: réis, cruzeiro, cruzeiro novo, cruzado, cruzado novo, cruzeiro e cruzeiro real tiveram seu valor arrasado pela inflação. O real, criado em 1994, apresenta, em 1995, atributos de moeda forte, pela sua pequena variação, mantendo o poder de compra estável. Mas a avaliação do comportamento de uma moeda só é válido quando feito por longos períodos.

Capital Aberto

Característica do tipo de sociedade anônima em que o capital, representado por ações que podem ser negociadas na Bolsas de Valores, é dividido entre muitos e indeterminados acionistas.

Capital de Giro

Parte dos bens de uma empresa representados pelo estoque de produtos e pelo disponível (imediatamente e a curto prazo)

Capital de Risco

Capital investido em atividades em que existe a possibilidade de perdas.

Carta de Crédito

Carta cujo signatário autoriza o destinatário a entregar a uma terceira pessoa certa importância em dinheiro ou determinada quantidade de mercadorias.

C-Bonds:

Título da dívida externa brasileira mais negociados no mercado internacional.

CC5:

São as contas correntes mantidas por pessoas físicas e jurídicas que não residem no Brasil. Em momentos de crise, grande parte dos recursos saem por essas contas

CDB (Certificado de Depósito Bancário)

É um título de captação de recursos do setor privado, cujas taxas são expressas em % ao ano. É o mais procurado pelo fato de ser transferível por endosso nominativo, ou seja, poder ser vendido a qualquer hora dentro do prazo contratado com pequeno deságio. É conhecido como depósito a prazo.

A medida provisória 542 do Plano Real estabelece que, para os títulos pré-fixados, o prazo mínimo é de 30, 60 ou 90 dias. Para os títulos indexados em TR, o prazo mínimo é de 120 dias.

CDI: CERTIFICADO DE DEPÓSITO INTERBANCÁRIO

É uma espécie de Certificado de Depósito Bancário (títulos que os bancos lançam para captar dinheiro no mercado). A sua função é transferir dinheiro de um banco para outro. COFECON:

Cesta Básica

Conjunto de bens satisfazem as necessidades básicas de uma família de trabalhadores. O conceito de necessidades básicas varia conforme o nível médio de renda da população alvo. Como exemplo pode-se citar a cesta básica elaborada pelo Procon - São Paulo, que computa o preço médio de uma cesta de produtos alimentares, de higiene e limpeza consumidos por uma família padrão de quatro pessoas com renda de 10,3 salários mínimos, na região metropolitana de São Paulo.

CMN: Conselho Monetário Nacional

É o principal órgão do Sistema Financeiro Nacional, criado pela Lei 4.595 de 1964. Determinada a sua competência quanto a ser órgão disciplinador do Mercado de Capitais pela Lei 4.728 de 14 de julho de 1965, o Conselho Monetário Nacional também substituiu o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), e tem como finalidade formular a política da moeda e do crédito.

O CMN é um órgão normativo responsável pela fixação das diretrizes da política Monetária, Cambial e Creditícia do País, de forma à compatibilizá-las com as metas econômicas do Governo Federal. Seu órgão executor é o Banco Central. Atualmente o CMN é composto pelo Presidente do Banco Central e pelos Ministros da Fazenda e do Planejamento.

Contas Públicas

O resultado das contas do setor público é conhecido como déficit público - que representa o excesso de gastos do Governo (em suas diferentes instâncias: Governo Federal e Banco Central; Estados e Municípios, ainda, empresas estatais) frente as suas receitas. Entretanto, esta contabilidade pode ser dividida em três níveis: (1) Déficit Nominal: corresponde ao resultado nominal das contas do setor público, ou seja, não é excluído o efeito da inflação sobre o fluxo de receitas e despesas do governo. (2) Déficit Operacional: corresponde ao resultado real das contas públicas, ou seja, exclui-se do resultado nominal o efeito da inflação. (3) Déficit Primário: corresponde ao resultado fiscal das contas públicas, ou seja, exclui-se do resultado operacional a despesa com juros que o Governo tem que pagar sobre as suas dívidas. Assim, o resultado puro das contas do Governo é representado pelo déficit primário, que diz, sem o efeito da inflação e dos juros pagos sobre as suas dívidas, se ele gastou mais ou

menos do que a sua receita permitia. Entretanto, com as altas taxas de juros praticadas e o crescimento da dívida mobiliária, o acompanhamento do déficit no conceito operacional vem sendo cada vez mais relevante, uma vez que a despesa com juros representa uma grande fonte de gastos para o Governo. À medida que a estabilidade de preços for se firmando no país, o conceito de déficit nominal ganhará maior relevância, pois o efeito diminuto da inflação deverá dar novo sentido a esta estatística - tendendo a substituir a relevância do conceito operacional. O Banco Central divulga estes três conceitos de déficit público, só que sob a ótica da necessidade do seu financiamento. Ou seja, é divulgada a série de necessidades de financiamento do setor público, que é o mesmo que dizer: se o governo tem necessidade de financiamento, é por que tem déficit; enquanto que, se apresentar uma necessidade de financiamento "negativa", isso quer dizer que ele teve um superávit, ou seja, gastou menos do que arrecadou.

Commodities

Nas relações comerciais internacionais, o termo designa um tipo particular de mercadoria em estado bruto ou produto primário de importância comercial, como é o caso do café, algodão, estanho, cobre, etc.

Títulos correspondentes a negociações com produtos agropecuários, metais, minérios e outros produtos primários nas bolsas de mercadorias. Estes negócios se referem a entrega futura de mercadorias, mas não significa necessariamente que há movimento físico de produtos nas bolsas. O que se negocia são contratos Conjuntura:

Elementos constitutivos da situação econômica de um setor, de um ramo de atividade, de uma região ou de um país em um determinado momento.

Conta de Serviços

Além das receitas e despesas com viagens internacionais, registra também os gastos sobre a dívida, a contratação de fretes e seguros e as remessas de lucros e dividendos das empresas brasileiras.

Conta Turismo

Mostra os gastos de brasileiros em viagens internacionais e as receitas obtidas pelo país quando estrangeiros visitam o Brasil.

Contra-Cheque

É a denominação carioca do recibo de salário.

Convênio

Ato administrativo que permite a liberação do recurso previsto no OGU. Quando o Governo vai, por exemplo, financiar uma obra em um município, assina um convênio com o prefeito.

COPOM

Comitê de Política Monetária do BACEN é o órgão que decide a política da taxa de juros.

Corporativismo

Sistema que confere papel de direção e poder regulamentador a sindicatos únicos(patronais ou de trabalhadores), constituídos por profissão.

Crash

Denominação dada a uma forte queda nas bolsas de valores. Por extensão desastre financeiro.

Critério de Desempenho

São as metas do acordo com o FMI pelas quais o Brasil é avaliado. O descumprimento destas metas significa a interrupção dos repasses das parcelas de empréstimos e necessidade de nova renegociação.

Custeio

São as chamadas despesas do dia-a-dia do Governo. As despesas necessárias para que possam funcionar os ministérios, departamentos e órgãos da administração pública. No OGU, essas despesas aparecem com o nome de "outras despesas correntes". Não entram aí as despesas com o folha de pagamento.

CVM (Conselho de Valores Mobiliários)

Tem por finalidade a fiscalização e a regulação do mercado de títulos de renda variável, tendo, entre outras as atribuições de assegurar o funcionamento eficiente e regular os mercados de bolsa e balcão, e proteger os títulos de valores mobiliários e os investidores do mercado.

A CVM é um órgão normativo, criado em 1976, para desenvolver, disciplinar e fiscalizar o mercado de valores mobiliários não emitidos pelo sistema financeiro ou pelo Tesouro - basicamente o mercado de ações e debêntures.

Comércio, O

Comércio, atividade econômica que, por meio de operações de compra e venda, transfere bens e serviços dos produtores para os consumidores ou outros produtores. O economista Adam Smith, na sua obra *An Inquiry into the Causes of the Wealth of Nations* (1776; Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações), afirmava que, na sociedade moderna, a produção está organizada de forma a permitir o aproveitamento das vantagens derivadas da especialização e da divisão do trabalho. Sem o comércio, a produção não seria organizada desta forma. Um dos primeiros exemplos do comércio entre continentes foi a Rota da Seda, entre a China e a Roma Imperial, aproximadamente, no ano 100 a.C. Após o declínio causado pela queda do Império Romano, o comércio, na Europa, voltou a crescer, durante a Idade Média.

O desenvolvimento de embarcações e de outros meios de transportes, durante os séculos XV e XVI, contribuíram para a sua rápida expansão e, novas rotas oceânicas possibilitaram as importações da Ásia. O descobrimento da América trouxe novos bens ao mercado. A exploração espanhola das minas mexicanas e peruanas de ouro e prata transformaram as transações internacionais. Crescendo o comércio entre os continentes, surgiram novas formas de organizações comerciais. A Revolução Industrial converteu a Europa, durante o século XIX, no centro de um comércio global. O aumento da produção industrial foi

acompanhado de uma rápida expansão do comércio. A evolução dos transportes terrestres, com a invenção da máquina a vapor e a construção de linhas férreas, favoreceu as comunicações entre o litoral e o interior dos continentes. No entanto, o advento da I Guerra Mundial ocasionou grande recessão tanto no comércio interno dos países como no âmbito internacional, que foi seriamente agravada, em 1929, com a Grande Depressão norte-americana. Ao iniciar sua recuperação, uma nova crise seria causada pela II Guerra Mundial. Ao final deste conflito, a expansão do comércio internacional foi favorecida pela diminuição dos impostos comerciais que, entre outros benefícios, conduziu ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio, além da criação de uniões alfandegárias.

Concorrência

1. INTRODUÇÃO Concorrência (economia), condições dos mercados em que compradores e vendedores estabelecem os preços e trocam bens e serviços.

2. CONCORRÊNCIA PERFEITA Embora quase impossível, produz-se quando concorrem as seguintes circunstâncias: 1) o mercado está integrado por muitos vendedores e muitos compradores, evitando-se situações de monopólio ou oligopólio; 2) o tamanho médio das empresas é pequeno; 3) existe informação perfeita, tanto para os compradores como para os vendedores, sobre as condições imperantes no mercado. Sob estas condições, os bens e serviços serão produzidos com a máxima eficiência, ou seja, ao menor custo e preço possível, e os consumidores poderão ter o máximo de bens e serviços desejados.

Crédito internacional

Transações financeiras entre bancos, empresas e governos de países diferentes, pelas quais uma parte empresta dinheiro mediante compromisso de restituição. A origem dos recursos pode ser um governo, organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, e bancos ou instituições privadas. Após o final da 2ª Guerra Mundial, blocos econômicos atuam de forma conjunta na definição da política de crédito internacional e estabelecem relações privilegiadas entre si.

O crédito internacional pode ser comparado a qualquer empréstimo bancário ou operações de compra e venda. Em troca do empréstimo, o país assina um acordo de financiamento no qual se compromete a saldar a dívida num prazo determinado e segundo condições negociadas com o credor. Para concessão de um empréstimo há um elemento fundamental: a confiança entre os envolvidos na transação. Assim como uma loja reúne informações sobre um cliente para abrir um crediário, quem empresta dinheiro a um país analisa seu grau de confiabilidade junto ao mercado internacional. Disso dependem as condições do empréstimo: as taxas de juros e os prazos para amortização da dívida. Os empréstimos podem ser a curto, médio, longo prazos e a fundo perdido – aqueles que não serão pagos.

Os clientes mais constantes do sistema de crédito internacional são os países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos, por sua vez, são os que recebem maiores valores absolutos. Em 1970, os países ricos se comprometem com a Organização das Nações Unidas (ONU) a aplicar 0,7% do PIB (Produto Interno Bruto) em ajuda ao Terceiro Mundo. Mas, em 1986, os investimentos não superam 0,3%.

Em 1993, o FMI aplica US\$ 11,7 bilhões e o Banco Mundial, US\$ 24,1 bilhões, em programas de apoio a ajustes econômicos nos países em desenvolvimento. Entre as medidas de ajuste pedidas estão os programas de privatizações, controle da emissão de moedas e medidas de desregulamentação da economia.

=D=

Déficit Comercial

Reflete a diferença entre o que o país arrecadou com as exportações e o que gastou com as importações. Quando o resultado é negativo (as importações são maiores que as exportações) denominamos déficit comercial. Se o resultado é positivo chamamos de superávit comercial.

Déficit em Conta Corrente

É o resultado das transações comerciais do país como o mundo (incluindo as exportações e as importações), mais os serviços e as chamadas transferências unilaterais. Reflete a quantia, em dólares, que falta ao Governo para quitar seu saldo negativo na balança comercial. Inclui ainda outros custos, como o de seguros, fretes marítimos e os demais gastos do comércio externo.

Déficit Nominal

É o conceito de déficit público que, além das receitas e despesas, inclui os gastos com o pagamento de juros da dívida pública. No caso do Brasil, ao final de 1998, esse déficit supera os 8% do PIB.

Déficit Previdenciário

É a diferença entre o que o Governo arrecada com a contribuição do funcionalismo público e o que paga através de benefícios aos servidores públicos ativos e inativos.

Déficit Primário

É o resultado das contas públicas que inclui o Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central.

Deflação

É a variação negativa dos preços da economia. Significa a produção e o consumo decrescentes de bens e serviços produzidos num país. Constante, conduz à diminuição e ao agravamento do padrão de vida das pessoas e à recessão.

Derivativos

São os mercados futuros e de opções, que viabilizam as operações de hedge. Operam preços futuros de ações, Índice Bovespa, dólar, ouro, juros e mercadorias agrícolas. Uma empresa que tem dívidas em dólar, e teme aumentos na cotação da

moeda, compra contratos no mercado futuro para se proteger da oscilação. Se no fim do prazo, o dólar subir, a empresa recebe a quantia para comprar a moeda no novo preço.

Demanda

Quantidade de um bem ou serviço que pode ser adquirida por um preço definido, em um dado mercado, durante uma unidade de tempo determinada.

Debêntures

Título que garante ao comprador uma renda fixa, ao contrário das ações, cuja renda é variável. O portador de um debênture é um credor da empresa que a emitiu, ao contrário do acionista, que é um dos proprietários dela.

Depósito Compulsório

Os bancos mantêm parte de seus depósitos no Banco Central. Parte destes depósitos são voluntários - para cobrir eventuais déficits na compensação bancária, e parte são compulsórias. As Reservas Compulsórias são uma proporção dos depósitos à vista e a prazo (sendo que por um curto prazo de tempo também exigiu-se compulsórios sobre operações de empréstimos, avais e fianças) que os bancos tem que recolher no Bacen, obrigatoriamente. Quem fixa este percentual é o CMN, com o propósito de limitar a expansão das operações de crédito na economia.

Depressão

Fase do ciclo econômico, característica das economias capitalistas, marcada pela diminuição da produção, uma tendência à baixa dos preços e ao aumento do desemprego..

Desconto

Quantia deduzida do valor nominal de notas promissórias, letras de Câmbio e duplicatas, quando são pagas antes do prazo estipulado. A mais frequente operação de desconto é a realizada pelos bancos, que recebem por um preço menor as duplicatas emitidas por uma empresa contra seus clientes.

Deságio:

É o desconto no preço de um título. Se o papel vale R\$1mil na data de resgate, o investidor compra por R\$ 950 e ganha a diferença, além dos juros e correção monetária ou correção cambial.

Dívida Externa

É o total das dívidas com credores externos do Governo, incluindo estados, municípios e estatais.

Dívida Mobiliária

É o volume de títulos que o Governo emitiu e vendeu ao mercado.

Dívida Pública

Tudo o que o Governo gasta com empréstimos e emissões de títulos.

Dividendo

Parcela dos lucros de uma de capitais, atribuída a cada acionista Dotação Orçamentária : A quantia determinada no OGU, para atender a cada despesa.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos)

Instituto de pesquisas criado em 1955, com o objetivo de assessorar os sindicato de trabalhadores. Fornece periodicamente dados relativos a custo de vida, desemprego, produtividade e nível de salário real.

Dívida Externa

Somatória dos débitos de um país, garantidos pelo seu governo, resultantes de empréstimos e financiamentos contraídos com residentes no exterior. Os débitos podem ter origem no próprio governo, em empresas estatais e em empresas privadas. Neste último caso, isso ocorre com aval do governo para fornecimento das divisas que servirão às amortizações e ao pagamento de juros.

Dívida Interna

Somatória dos débitos assumidos pelo governo junto às pessoas físicas e jurídicas residentes no próprio país. Sempre que as despesas superam as receitas, há necessidade de dinheiro para cobrir o déficit. Para isso, as autoridades econômicas podem optar por três soluções: emissão de papel- moeda, aumento da carga tributária (impostos) e lançamento de títulos.

Dólar Comercial

Estabelece o parâmetro para operações oficiais de compra e venda de moeda no comércio exterior, geradas pelos seguintes tipos de negócio: Exportação, Importação, Emissão de passagens aéreas e marítimas, bônus, comercial paper. A cotação é expressa em R\$ por US\$.

Dólar Paralelo ou Papel

Estabelece o parâmetro para operações de compra e venda de moeda adquirida fora dos meios oficiais, ou seja, via doleiros. É importante salientar que a cotação do dólar paralelo é influenciada pela cotação do ouro no mercado externo. A cotação é expressa em R\$ por US\$.

Dólar Turismo

Estabelece o parâmetro para operações de compra e venda de moeda para pessoas que vão viajar para o exterior. A cotação é expressa em R\$ por US\$.

Down Jones

Índice da Bolsa de Nova York, criado em 1986. Representa a rentabilidade do grupo de ações mais movimentadas diariamente no pregão.

Índice utilizado para acompanhar a evolução dos negócios na Bolsa de Valores de Nova York. Seu cálculo é feito a partir de uma média das cotações entre as trinta empresas de maior importância na bolsa de valores, as vinte companhias ferroviárias, mas destacadas e as quinze maiores empresas concessionárias de serviços públicos.

Dumping

É a prática desleal de preços abaixo do custo no comércio internacional. Venda de produtos a preços mais baixos que os custos, com a finalidade de eliminar a concorrência e conquistar fatias maiores de mercado. Prática comercial que consiste em vender um produto ou serviço por um preço irreal para eliminar a concorrência e conquistar a clientela. Proibida por lei, pode ser aplicada tanto no mercado interno quanto no externo.

No primeiro caso, o dumping concretiza-se quando um produto ou serviço é vendido abaixo do seu preço de custo, contrariando em tese um dos princípios fundamentais do capitalismo, que é a busca do lucro. A única forma de obter lucro é cobrar preço acima do custo de produção. No mercado externo, pratica-se o dumping ao se vender um produto por preço inferior ao cobrado para os consumidores do país de origem. Os EUA acusam o Japão de praticar dumping no setor automobilístico.

=E=

Econometria

Ramo da Economia que utiliza métodos e modelos matemáticos. O cálculo, a probabilidade, a estatística, a programação linear e a teoria de jogos, bem como outras áreas da matemática, são utilizados para analisar, interpretar e prever diversos sistemas e variáveis econômicas, como o preço, as reações do mercado, o custo da produção, a tendência dos negócios e a política econômica.

Economia centralizada

Sistema econômico que se caracteriza por fortes regulamentação e planificação por parte do Estado nos países comunistas. A queda dos sistemas comunistas nos países do Leste Europeu, em 1989, e na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1991, serviu como argumento para demonstrar não somente que a planificação centralizada ou o projeto comunista fracassou, mas também que é inviável. Uma opinião mais serena não estabeleceria generalizações tão taxativas. Em primeiro lugar, não se pode valorizar sua pertinência baseando-se nos sucessos econômicos e, em segundo lugar, sua associação com o termo socialismo ou comunismo somente tem sentido quando se trata de mostrar que esse era o único sistema econômico alternativo ao capitalismo.

Esse sistema econômico não foi implantado na URSS depois da Revolução Russa de 1917, mas quando Josef Stalin, em meados da década de 1920, tomou o poder e o controle do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Com o objetivo de reconstruir a economia a curto prazo, os objetivos, a médio prazo, consistiam em conseguir um desenvolvimento econômico gradual, fomentando um crescimento equilibrado em todos os setores industriais. A vitória de Stalin supôs uma política, em grande parte, de industrialização, com três aspectos políticos e econômicos inter-relacionados: a coletivização forçada do setor agrícola controlado por granjas estatais, o controle centralizado da economia mediante planos quinquenais e a neutralização da oposição com a reforma do sistema político. A coletivização pretendia eliminar a dependência alimentícia do setor industrial, suprimindo os pequenos proprietários agrícolas e aumentando o excedente do setor. A proibição dos mercados e a centralização da tomada de decisões econômicas pretendiam maximizar o uso dos recursos destinados à indústria. Essa política teve importantes efeitos negativos sobre o nível de vida médio da população.

Os planos quinquenais teriam que ser planos agregados, porque não se poderia realizar um plano para cada um dos 12 milhões de bens produzidos em uma sociedade industrial. Ao permitir um certo grau de discricionariedade em cada setor, indústria ou empresa, esses planos em cada setor, indústria ou empresa, esses planos somente podiam ser aplicados de forma eficaz em função dos objetivos gerais que inspiraram o plano, e sua eficiência dependia dos objetivos políticos. A premiação dos gestores ou administradores, em função da capacidade para o cumprimento dos objetivos do plano, implicava em motivos para pedidos de mais matérias primas necessárias e para subestimar a capacidade produtiva da fábrica. Portanto, a centralização provocou um desenvolvimento desequilibrado, incompatível com uma planificação eficiente. De fato, pretender alcançar determinados objetivos, mediante a racionalização e a utilização de recursos e sua aplicação de forma cooperativa, imaginativa e motivada, não permite definir a economia centralizada do regime stalinista como uma economia "planificada". Devido à posição monopolista dos produtores, não existiam incentivos para adaptar-se às variações da demanda ou para melhorar a qualidade dos produtos.

Esse sistema só foi exportado para o resto do Leste Europeu a partir de 1945. Em 1947, quando a União Soviética decidiu não incorporar-se ao Plano Marshall, desconfiando das intenções do Ocidente, Moscou mudou sua estratégia, impondo pela força governos comunistas nos países que estavam sob sua esfera de influência. O objetivo era copiar o mecanismo da economia centralizada, reforçar o auto-abastecimento, para eliminar a dependência comercial da Europa Ocidental, e criar relações comerciais bilaterais com cada país, criando assim uma dependência econômica com a URSS. A partir do início da década de 1960, tornaram-se patentes os problemas e surgiram numerosas reformas, conduzindo a uma situação insustentável que deu lugar à política da perestroika, ou "reforma econômica" de Mikhail Gorbatchov, e sua contrapartida política, denominada glasnost ou "transparência": a supressão parcial da censura e o fomento da crítica positiva, que pretendiam também debilitar os opositores das reformas. Entretanto, os efeitos dessas medidas foram incontroláveis.

Economia de mercado

Modelo econômico segundo o qual, com exceção de determinadas atividades consideradas próprias do estado (como a defesa nacional, a promulgação de leis e a manutenção da ordem pública), todas as demais atividades e as transações econômicas dependem da livre iniciativa das pessoas, para alcançar seus objetivos econômicos da forma considerada a mais apropriada, sem a

intervenção do governo. Neste contexto econômico, os indivíduos decidem livremente questões relativas ao emprego, à utilização de seu capital e de seus recursos; por exemplo, como distribuir os lucros entre a poupança e o consumo e como escolher para comprar entre os diferentes bens oferecidos.

Há controvérsias sobre quais atividades são de competência do Estado e quais cabem à iniciativa privada. O direito à liberdade e à segurança, constituindo direitos fundamentais, não pode estar sob o controle do mercado, pois não pode depender do poder aquisitivo do indivíduo. Da mesma maneira, os direitos humanos — por exemplo, o direito à vida e, portanto, a uma saúde pública mínima — requerem a intervenção do Estado na prestação de serviços médicos privados.

Quando atividades econômicas são desempenhadas por empresas do setor privado, torna-se necessária uma regulamentação pública para impedir, por exemplo, a apropriação indébita de propriedade.

Economia dirigida

Sistema econômico no qual a produção e a distribuição da riqueza de um país são dirigidas, fundamentalmente, pelo governo. Esses sistemas não têm um grau de controle por parte do estado tão elevado como nas economias de muitos países comunistas, pois permitem que as empresas funcionem independentemente e reconhecem a existência de propriedades e negócios privados.

Economia do desenvolvimento

Ramo da ciência econômica que estuda os processos de desenvolvimento econômico. As etapas que atravessa uma economia, das formas mais simples de organização e produção às complexas organizações produtivas dos países industrializados modernos, são a grande questão que a economia do desenvolvimento procura resolver.

Os economistas distinguem dois conceitos: o crescimento, que permite obter maiores quantidades dos mesmos bens, utilizando os mesmos processos produtivos, e o desenvolvimento, que implica em mudança tecnológica e estrutural, no qual é imprescindível uma economia especializada e a divisão do trabalho. Outro ponto básico é o que se refere à pobreza. A economia de um país pouco desenvolvido pode crescer e gerar riqueza, deixando camadas da população na miséria. Na segunda metade do século XX, foi reconhecida a dificuldade que atravessa a maioria dos países em vias de desenvolvimento. Por isso, a expressão "economia do desenvolvimento" passou a significar a busca de soluções a serem aplicadas para reverter a situação de miséria.

Existem diversas teorias sobre o crescimento e o desenvolvimento. As fundamentais ressaltam o processo acumulativo dos principais fatores da produção: trabalho, capital e terra.

As discussões sobre o desenvolvimento abordam dois pontos de vista: o primeiro diz respeito às dificuldades enfrentadas pelos países menos industrializados e o segundo ressalta a importância do potencial que cada país possui para o seu desenvolvimento.

O pensamento de Karl Marx influenciou na história da humanidade, sobretudo, no que diz respeito à teoria do desenvolvimento econômico. A partir do marxismo vários países realizaram revoluções socialistas. Outras teorias, como a da dependência, por exemplo, afirmam que os mercados favorecem os países industrializados, permitindo a compra de matérias-primas baratas nos países em fase de desenvolvimento. Esta afirmação conduziu os países do Terceiro Mundo a acreditar nas virtudes do desenvolvimento autônomo, ou seja, o crescimento implicaria na proteção, mediante o estabelecimento de barreiras alfandegárias.

Entretanto, a maioria dos economistas acredita que os mercados desempenham um papel que favorece o desenvolvimento e que o controle direto do Estado nos países menos desenvolvidos resulta contraproducente a médio prazo.

Em meados da década de 1990, quase todos os países em fase de desenvolvimento adotaram um modelo de desenvolvimento mais sólido. Mas o fracasso do desenvolvimento da África sub-saariana é motivo de preocupação entre os especialistas. A experiência tem ensinado sobre os diversos processos de desenvolvimento. Portanto, é possível afirmar que sem uma intervenção governamental efetiva, sem uma definição de políticas de desenvolvimento bem elaboradas, assim como a inexistência de mão de obra sadia, qualificada e com um adequado nível de instrução, nenhuma teoria conduzirá ao desenvolvimento. É necessário dar maior importância ao elemento humano e ao desenvolvimento político.

Economia mista

Sistema econômico de mercado no qual participam tanto o setor privado como o setor público. A partir da queda do regime comunista no Leste Europeu e na antiga União Soviética e do apoio à empresa privada em países comunistas como China e Vietnã, é possível afirmar que não existe nenhum país que não pratique um regime de economia mista. Mas podemos afirmar também que, mesmo quando o comunismo estava em seu apogeu, havia certa atividade privada nesses países.

Economia mundial

Conjunto de atividades econômicas desenvolvidas em todo o mundo. A forma de ganhar dinheiro, de obter rendimentos, de gastá-los ou poupá-los para obter riqueza, depende de como o dinheiro é ganho, gasto e poupado no restante dos países. Estes vínculos internacionais existem há muito tempo, mas, devido às mudanças de natureza, a sua intensificação e ampliação, a economia mundial atual é bem diversa da economia internacional anterior.

Ao abordar este tipo de economia, estão sendo abordadas as relações internacionais existentes desde o surgimento do comércio, e também é afirmado que a produção, o consumo, o investimento, as finanças e qualquer outra atividade econômica estão organizadas em escala mundial. Isto significa que as instituições nacionais possuem poder restrito para influir sobre sua própria atividade econômica. Os governos têm pequena margem de manobra para mudar o nível de emprego ou mudar o saldo da balança de pagamentos, através de sua política fiscal ou monetária. São necessários, portanto, acordos com outros governos ou, no caso de países com economias frágeis, adequar-se ao movimento econômico mundial de acordo com as condições impostas pelas

instituições internacionais, mais concretamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Por outro lado, as empresas nacionais estão sendo substituídas por grandes multinacionais.

Existem três importantes mecanismos integrando a economia mundial: o comércio, a produção e as finanças. O comércio é medido pelas exportações e importações de bens e serviços. É freqüente a idéia de que o comércio internacional está limitado ao intercâmbio de bens acabados, mas o correto é que uma elevada percentagem das transações é produzida pelo intercâmbio de bens produzidos em vários países e montados em outros que, por sua vez, exportarão o bem acabado a outros, fato que reflete a globalização do próprio processo produtivo. Isto significa que as grandes corporações multinacionais produzem cada componente do produto no país que lhe ofereça melhores condições para sua fabricação. Quanto às finanças, a operação internacional mais simples é a compra e venda de divisas.

As condições econômicas predominantes em cada país dependem em grande parte do que ocorre na economia mundial, refletida no comércio internacional, na produção global e nas finanças internacionais. Outros fatores que contribuem para a integração da economia dos diversos países em uma única economia mundial, são as migrações e a difusão internacional da tecnologia. Embora ocorra esta integração, o resultado não é homogêneo, como o demonstra o crescimento desigual econômico dos diferentes países, permitindo que alguns enriqueçam enquanto outros empobrecem.

Economia política

Primeiro termo utilizado para referir-se à economia, empregado no século XVIII por Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mill. O termo ressalta o contexto histórico da formação dos primeiros estados-nação da Europa, nos quais essa disciplina era considerada como um ramo da política. Foi substituído por "economia" no século XX, coincidindo com a difusão dessa última como ciência social e com a emancipação do pensamento político.

Economia pós-keynesiana

Nas décadas que se seguiram à segunda guerra mundial, a teoria econômica, que continuou profundamente marcada pela obra de Keynes, passou por intensa evolução. Em primeiro lugar, generalizou-se de modo definitivo o recurso à matemática, que praticamente se insinuou em todos os ramos da economia. Anteriormente, alguns economistas tinham feito uso do cálculo diferencial e do cálculo integral, mas, com as tabelas de insumo-produto de Leontief, a teoria das matrizes converteu-se no método empírico privilegiado para reduzir as inter-relações entre indústrias e setores econômicos a um sistema flexível e coerente de equações simultâneas.

Ao lado da generalização do emprego da matemática, ganharam impulso os estudos econométricos e se atribuiu importância cada vez maior ao planejamento econômico, necessário em maior ou menor grau não só em cada um dos países, como também, e de modo crescente, para reduzir as grandes diferenças entre os países ricos e pobres. A atenção dada à economia regional e à urbana, à da saúde e à da educação, representa também uma manifestação da relevância da ciência econômica nas sociedades modernas.

Economias de escala

Conjunto de circunstâncias e fatores que permitem reduzir o custo ou custo médio da produção à medida que aumenta o produto total e permitem a produção em massa. Por exemplo, quando se imprime um livro, é preciso enfrentar altos custos fixos para comprar os equipamentos, mas quando estes funcionam com pleno rendimento, o custo da impressão de cada livro é mais ou menos uniforme. Para poder aplicar estas economias, costuma ser necessário realizar um importante investimento inicial.

Além deste tipo de economias de escala, denominadas internas, existem economias de escala externas, às vezes conhecidas como exterioridades positivas, produzidas quando se cria um novo bem ou serviço que favoreça a venda de outro. Por exemplo, quando se cria uma revista comercial que oferece serviços de publicidade gratuita às empresas, ou onde a publicidade se realiza através da difusão de artigos sobre elas.

Economia

A economia é a ciência que se preocupa com o estudo das leis econômicas que devem ser seguidas para que seja mantida em nível elevado a produtividade; melhorado o padrão de vida das populações e empregados corretamente os recursos escassos". (Paul Anthony Samuelson) sobre o estudo da trilogia clássica formação, distribuição e consumo de riquezas, substituída contemporaneamente pela dicotomia recursos escassos e necessidades ilimitadas.

Empresa Privada

Organização pertencente a indivíduos ou grupos, que produz e/ou comercializa bens ou serviços com o objetivo de lucro.

Empresa Pública

Organização que se destina a garantir a produção de bens e serviços fundamentais a coletividade (transporte, energia elétrica, combustível, etc...). Em geral a empresa pública é dirigida a atividades que requerem investimentos muito elevados e apresentam retorno lento, sendo por isso pouco atraente à iniciativa privada. Ao mesmo tempo, a empresa pública costuma ter assegurado o monopólio de sua atividade.

Encargos Sociais

Conjunto de obrigações trabalhistas que devem ser pagas pelas empresas mensalmente ou anualmente, além do salário do empregado.

Endosso

Aposição, pelo portador de um título comercial à sua ordem, de sua assinatura no verso do título, para transferir a um terceiro o crédito representado.

Empenho

Antes de efetivamente fazer a liberação de recurso previsto no OGU, o Governo empenha (reserva) no Tesouro o recurso.

Enxugar o Mercado

Retirar dinheiro com a venda de títulos. é como passar um rodo no mercado.

Escola clássica

Com sua obra *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (1776; Investigação sobre a natureza e causa da riqueza das nações), Adam Smith lançou os alicerces da moderna economia. Naquele livro, ele criticou e desacreditou as políticas protecionistas e alfandegárias do mercantilismo e defendeu a liberdade de comércio. Muitas de suas idéias foram sintetizadas, formalizadas e desenvolvidas por David Ricardo, parlamentar britânico que teve grande influência sobre a opinião pública e o governo de seu país, e descreveu pela primeira vez o conceito de modelo econômico como uma abstração simplificadora da realidade econômica.

O terceiro dos grandes clássicos britânicos foi Thomas Malthus, autor de *An Essay on the Principle of Population* (1798; Ensaio sobre o princípio da população), obra em que previu um crescimento aritmético da produção de alimentos e demais bens, e outro geométrico e, portanto, muito mais rápido, da população e de suas necessidades, o que deveria levar, ao cabo de gerações, à fome e à miséria generalizadas.

As principais contribuições da escola clássica à teoria econômica foram sua afirmação da identidade entre os interesses particulares dos indivíduos e o interesse geral da sociedade, assim como a teoria do valor-trabalho. A afirmação da identidade entre interesses particulares e gerais leva necessariamente a outra nova afirmação: uma vez assegurada a não-intervenção do estado e de grupos que interfiram na atividade econômica espontânea, o livre jogo da oferta e da procura tende necessariamente a produzir o equilíbrio econômico. A escola clássica lançou assim os alicerces do liberalismo, doutrina que teria poderosa influência nos séculos vindouros.

Em oposição aos fisiocratas, que, como se viu, consideravam que só a terra podia gerar um produto líquido, os clássicos britânicos defenderam a teoria do valor-trabalho, segundo a qual todo trabalho produtivo gerava um excedente econômico, ou seja, riqueza. Sendo o valor a quantidade de trabalho investida na produção de um bem, Ricardo chegou a afirmar que a terra não possuía influência alguma na determinação do valor e considerou o capital como cristalização do trabalho, isto é, uma reserva de trabalho anteriormente realizado.

Estabilidade Econômica

Reúne três objetivos básicos, em que a atuação da Política Econômica é de importância vital:

- 1) manutenção do pleno emprego;
- 2) estabilidade geral de preços;
- 3) equilíbrio do balanço internacional de pagamentos.

Estagnação

Situação econômica caracterizada pela conjunção de uma tendência à estagnação ou recessão seguida de inflação.

Estagnação

Pode ser compreendida como um fator resultante da demanda em particular (investimento, exportação, consumo, etc.), ou da atividade econômica em geral, e, portanto da produção.

Expansão

Situação de uma economia, em que os volumes da produção e da demanda apresentam índices de crescimento.

=F=

FED (Federal Reserve)

É o Banco Central dos Estados Unidos. É a partir da atuação do FED, que sobe ou desce as taxas de juros no mercado americano, cuja tendência outros países acompanham.

FGV (Fundação Getúlio Vargas)

Entidade fundada em 1924 com o objetivo de se dedicar à pesquisa no campo das ciências sociais, da administração e da economia.

FIESP (Federação das Indústrias do Estado de S.Paulo)

Órgão sindical de representação dos interesses dos industriais do estado. Congrega mais de 100.000 indústrias, grandes, médias e pequenas, reunidas em 106 sindicatos diferentes.

FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas)

Entidade dedicada as pesquisas de fenômenos econômicos e sociais, composta por professores da USP.

Fluxo de Caixa

O pagamento ou recebimento efetivo do dinheiro por uma empresa ou instituição governamental.

Franchising

Método de comercialização de produtos ou serviços no qual o franqueado obtém o direito de uso de uma marca e opera de acordo com um padrão de qualidade estabelecido pelo franqueador em troca de um pagamento de um determinado valor.

Fisiocracia

Originária do Iluminismo francês, a fisiocracia representou uma reação ao mercantilismo do século XVII e, por sua racionalidade, é considerada a primeira teoria científica da economia.

Chama-se fisiocracia a doutrina segundo a qual o poder econômico de um país baseia-se nos recursos extraídos do solo. A escola fisiocrata surgiu na França do século XVIII e foi François Quesnay - médico da corte a serviço de madame de Pompadour

e, mais tarde, do rei Luís XV - quem lançou as teses centrais da fisiocracia, sistematizadas em seu Tableau économique (1758; Quadro econômico).

Seus primeiros artigos sobre economia foram publicados na obra magna do Iluminismo, a Encyclopédie, de Denis Diderot. Além de grande conhecedor da circulação sanguínea (descoberta por W. Harvey em 1616), Quesnay era entusiasta do poder criativo e curativo da natureza, o que influenciou em suas concepções econômicas, sustentadas e desenvolvidas por discípulos como Mercier de la Rivière, Nicolas Baudeau, Dupont de Nemours, Anne-Robert-Jacques Turgot, Victor de Mirabeau e Lamoignon de Malesherbes.

Os seguidores de Quesnay se autodesignavam économistes e o termo fisiocracia só começou a ser empregado correntemente no século XIX, por causa do título de uma coletânea de textos de Quesnay, La Physiocratie, ou Constitution naturelle du gouvernement le plus avantageux au genre humain (1767; A fisiocracia, ou constituição natural do governo mais proveitoso para o gênero humano).

Dois princípios caracterizam a teoria fisiocrática. O primeiro, como indica a origem do nome (physis, "natureza", e kratos, "governo"), postulava, em consonância com os iluministas, a existência de leis naturais que regeriam as ações humanas pois, sendo universais, abrangeriam também as relações sociais e econômicas. Caberia descobrir tais leis e harmonizar o governo da sociedade com a ordem natural. A idéia, expressa em "Laissez faire, laissez passer, le monde va de lui-même" ("deixai fazer, deixai passar, o mundo vai por si mesmo"), contrariava a política econômica mercantilista, que era favorável à ação e à intervenção do estado.

Associado à defesa do "laissez-faire", e igualmente em oposição ao mercantilismo, estava o segundo princípio: a atribuição de importância primordial à atividade agrícola. A política mercantilista estava orientada para o acúmulo de metais preciosos mediante o comércio externo e a manufatura. Os fisiocratas, ao contrário, comparavam a economia de um país a um organismo, vendo a manufatura e o comércio como atividades "estéreis", de transformação e circulação. Era a natureza a única fonte de riqueza, e só a agricultura - "coração" da economia - e a extração mineral gerariam a verdadeira prosperidade. O excedente da produção em relação aos gastos e ao consumo era chamado "produto líquido".

Desde o fim do século XVII, sob os reinados de Luís XIV e de Luís XV, a França passava por progressivo esvaziamento econômico. País essencialmente agrícola tinha as manufaturas voltadas para o luxo da corte, cujas excessivas despesas dependiam de impostos pesados, de que estavam isentas justamente as duas classes mais ricas, proprietárias de terras: a nobreza e o clero. Os fisiocratas argumentavam que um "imposto único" deveria incidir sobre o produto líquido da agricultura. O comércio e as demais ocupações não teriam o reinvestimento dos fundos arrecadados, que voltariam ao setor agrícola.

Apesar de alguns de seus equívocos, os fisiocratas prepararam o caminho da revolução francesa, pois mostraram a interdependência das classes e setores sociais, apresentaram uma concepção dinâmica de sociedade, chamaram a atenção para a necessidade de reformas fiscais e proporcionaram à economia, com o laissez-faire, uma orientação contrária ao absolutismo e propícia à idéia da livre iniciativa.

FMI Fundo Monetário Internacional

Criado em 1944, pelo Acordo de Bretton Woods, é o organismo financeiro da Organização das Nações Unidas-ONU, com sede em Washington-EUA, para corrigir desequilíbrios no balanço de pagamentos dos países-membros que possam comprometer o equilíbrio do sistema econômico internacional. Geralmente, o auxílio do FMI incorre em medidas econômicas ortodoxas de equalização fiscal e cortes de gastos públicos.

Fundos de Investimento

Organismos de coleta de poupança e de aplicação, em que o capital variável é aberto ao público, e o valor dos títulos possuídos por cada participante é determinado pela relação entre o total do ativo e o número de quotas, e não diretamente pelo mercado.

Fusão

Ocorre quando duas companhias decidem unir seus negócios. Muitas vezes, as ações das duas empresas são trocadas por papéis de uma terceira empresa, resultando da fusão.

=G=

GATT (General Agreement on Tariffs and Trade)

Tratado multilateral de comércio internacional firmado em 1947. O GATT rege-se por três princípios básicos: tratamento igual, não discriminatório, para todas as nações comerciantes; redução de tarifas por meio de negociações e eliminação das cotas de importação.

O Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) é um convênio integrado por 123 países dos 192 existentes. Juntos, representam mais de 85% do comércio mundial. O princípio do GATT é estimular o livre comércio através da redução de tarifas alfandegárias e de outras medidas de liberalização. Rodada Uruguai: Desde sua instituição, em 1948, o GATT promove rodadas de negociações coletivas multilaterais para definir metas de redução de tarifas. Em setembro de 1986 começa, em Punta del Este, a Rodada Uruguai, que supera o prazo limite de duração de quatro anos. O principal empecilho é a discordância quanto à redução de subsídios para a agricultura nos países europeus. A rodada só é concluída em dezembro de 1993. Seu documento final, a Declaração de Marrakesh, assinada por 122 países, cria a Organização Mundial do Comércio (OMC), que funciona desde 1º de janeiro de 1995.

=H=

Hiperinflação

É o aumento insistente de preços da economia. é tido também como um descontrole geral de preços. Segundo alguns conceitos, a hiperinflação se caracteriza quando a taxa mensal de inflação atinge 50%.

Holding

É a empresa que detém o controle acionário de outra empresa, ou de um grupo de empresas subsidiárias.

Hot Money

São aplicações em títulos ou no câmbio, atraídas por taxas de juros elevadas ou diferenças cambiais significativas, de curtíssimo prazo, podendo deslocar-se de um mercado para outro com grande agilidade de flutuações de preços. Capital de curto prazo, que se desloca de um país para outro e, conseqüentemente, de uma divisa à outra, com fins especulativos, (dinheiro quente).

=I=

IBV (Índice da Bolsa de Valores)

É o índice que mede a variação diária dos preços das ações mais negociadas na Bolsa de valores. Se ele apresentar, no dia, mais alto que o anterior significa que os investidores tiveram lucro e, se apresentar mais baixo, que tiveram prejuízo. Número que exprime a variação média diária dos valores das negociações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, de uma carteira de ações de cerca de cem empresas selecionadas.

IBOVESPA - Índice da Bolsa de Valores de S. Paulo

Número que exprime a variação média diária dos valores das negociações na Bolsa de Valores de S.Paulo, de uma carteira de ações de cerca de cem empresas selecionadas.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. É uma importante empresa pública criada com o propósito básico de apresentar estudos e acompanhar as variações de contas macroeconômicas, tais como desemprego, custo de vida, inflação, etc. Órgão vinculado a Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Sua atribuição básica consiste em fornecer informações e estudos de natureza estatística, geográfica, cartográfica, demográfica, de recursos naturais, etc. necessários ao conhecimento da realidade física, econômica e social do país para fins de planejamento econômico e social e segurança nacional.

IGP-M

Calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) é uma referência do mercado financeiro. Mede o comportamento dos preços entre famílias do Rio e de São Paulo, com renda mensal de um a 33 salários mínimos. é apurado entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês de referência. É formado por três taxas: Índice de Preços por Atacado (IPA) - que corresponde a 60% do IGP-M; Índice de Preços ao Consumidor (IPC) - que responde por 40% do IGP-M total; e o Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) - que é 10% do IGP-M.

Incorporação

É a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outras que lhes sucedem em todos os direitos e obrigações.

INPC

Índice Nacional de Preços ao Consumidor. É calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Considera a variação dos preços em 11 regiões: Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Curitiba, Belém, Fortaleza, Salvador, Recife e Goiânia. Tem como base o orçamento de famílias com renda mensal entre um e oito salários mínimos.

Indexação

Ato que consiste em ligar o valor de um capital ou de um rendimento à evolução de uma variável de referência (preço, produção, produtividade, por exemplo).

Inflação

Fenômeno geral de ajuste, por meio monetário, das tensões existentes em um conjunto socioeconômico, e que é caracterizada pela alta do nível geral dos preços e pela depreciação da moeda.

Interbancário

É o mercado em que são feitas as operações entre os bancos. O Banco Central atua nesse mercado para regular a quantidade de dinheiro do sistema financeiro. Para isso, ele toma ou empresta recursos a uma determinada taxa de juros. Se o objetivo é reduzir os juros ele empresta dinheiro, aumentando a oferta de reais.

Inundar o Mercado

É oferecer dinheiro aos bancos a juros baixos e, com isso, estimular uma redução das taxas de juros em geral.

Insider

É o investidor que tem acesso às informações de uma determinada empresa, antes de se tornarem conhecidas do mercado.

Inversões Financeiras

São os repasses de recursos para outras contas ou fundos do OGU, tais como os repasses constitucionais (fundos dos estados e municípios) ou aqueles feitos para estatais das quais o Governo detém a maioria do capital social.

Investimentos

São as despesas novas que o Governo pretende fazer no país com vistas ao desenvolvimento: estradas, ferrovias, eletrificação rural, saneamento, etc. No OGU, entram, junto com as inversões financeiras, como o nome de "outras despesas de capital".

IOF (Imposto sobre Operações Financeiras)

Imposto que incide sobre as remunerações de todas as atividades bancárias e financeiras, com exceção dos juros propriamente ditos.

Índice Dow-Jones

Índices dos preços dos títulos valores negociados no mercado de Nova York. Esses índices são recolhidos pela companhia Dow Jones & Co., pertencente ao Wall Street Journal. O mais conhecido é o Dow Jones Industrial Average (DJIA), que consiste no valor médio das ações das 30 empresas mais importantes cotadas na bolsa de Nova York.

Índices de Preços

O termo "índice de preços" se refere a um número que permite acompanhar a evolução do preço de um determinado produto (ou uma cesta de produtos) no tempo. A taxa de inflação, tradicionalmente chamada por índice de inflação, expressa a variação de um número índice que é calculado a partir da média ponderada de preços de vários bens (previamente estabelecidos por um instituto de pesquisa). Neste sentido, o "câmbio" nada mais é do que a variação do preço de uma moeda estrangeira (em geral do dólar), podendo, igualmente, ser transformado em um número índice, cuja variação tradicionalmente é chamada por "variação cambial".

Índice IPC / FIPE

O índice de Preços ao Consumidor é calculado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da USP (Universidade de São Paulo) e considera a variação dos preços na capital paulista.

Índice de preços ao consumidor medido na cidade de S.Paulo com o universo de pessoas que ganham de 2 a 6 salários mínimos. A composição dos grupos de despesas para o cálculo do índice é o seguinte: Alimentação (30,81%), Despesas Pessoais (12,52%), Habitação (26,52%), Transportes (12,97%), Vestuário (8,65%), Saúde e Cuidados Pessoais (4,58%) e Educação (3,95%).

O índice é calculado pela FIPE - uma instituição de pesquisa ligada à Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP) e foi criado pela Prefeitura do Município de S.Paulo com o objetivo de reajustar os salários dos servidores municipais.

O período de coleta vai desde o primeiro dia de cada mês até o último dia do mesmo e a divulgação ocorre próximo ao dia 10 do mês subsequente ao da coleta. Semanalmente ocorrem divulgações prévias, chamadas quadrissemanais que simplesmente comparam os preços das últimas quatro semanas apuradas, em relação às quatro semanas imediatamente anteriores, auferindo um índice mensalisado para cada semana do mês.

IGP (Índice Geral de Preços)

Existem dois tipos de IGP e ambos são calculados pela FGV (Fundação Getúlio Vargas). O primeiro é o IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), cuja coleta de dados é efetuada entre o dia 21 do mês anterior ao dia 20 do mês de referência. A cada decêndio do período de coleta ocorrem divulgações de prévias. O IGP-M foi criado com o objetivo de se possuir um indicador confiável para as operações financeiras, especialmente as de longo prazo, sendo utilizado para correções de Notas do Tesouro Nacional (NTN) dos tipos B e C e para os CDB pós fixados com prazos acima de um ano.

O segundo é o IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), se refere ao mês "cheio", ou seja, o período de coleta vai do primeiro ao último dia do mês de referência e a divulgação ocorre próxima ao dia 20 do mês posterior. O IGP-DI foi criado com o objetivo de balizar o comportamento de preços em geral na economia. Ambos tem a mesma estrutura e são compostos pelos seguintes sub-índices:

- Índice de Preços no Atacado (IPA) - onde entram preços praticados do mercado atacadista e representa 60 % do IGP-DI.
- Índice de Preços ao Consumidor (IPC) - a coleta de dados ocorre nas cidades de S.Paulo e Rio de Janeiro dentre as famílias que tem uma renda de 1 a 33 salários mínimos). Representa 30 % do IGP-DI.
- Índice Nacional de Construção Civil (INCC) - onde são avaliados os preços no setor de construção civil, não só de materiais como de mão-de-obra. representa 10 % do IGP-DI.

INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)

Índice calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com o objetivo de balizar os reajustes de salário. O universo de pesquisa é composta de pessoas que ganham de 1 a 8 salários mínimos nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além do Distrito Federal e do Município de Goiânia. A composição dos grupos de despesas para o cálculo do índice é o seguinte: Alimentação (33,10%), Colunistas de Residência (8,85%), Habitação (12,53%), Transportes e Comunicação (11,44%), Vestuário (13,16%), Saúde e Cuidados Pessoais (7,56%) e Despesas Pessoais (13,36%). O período de coleta vai do primeiro dia do mês ao último dia do mês de referência e a divulgação ocorre próxima ao dia 15 do mês posterior.

IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado)

Índice calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) com o objetivo de corrigir os balanços e demonstrações financeiras trimestrais e semestrais das companhias abertas.

O universo de pesquisa é composta de pessoas que ganham de 1 a 40 salários mínimos nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Belém, Fortaleza, Salvador e Curitiba, além do Distrito Federal e do Município de Goiânia. A composição dos grupos de despesas para o cálculo do índice é o seguinte: Alimentação (25,21%), Colunistas de Residência (8,09%), Habitação (10,91%), Transportes e Comunicação (18,77%), Vestuário (12,49%), Saúde e Cuidados Pessoais (8,85%) e Despesas Pessoais (15,68%). O período de coleta vai do primeiro dia do mês ao último dia do mês de referência e a divulgação ocorre próxima ao dia 15 do mês posterior.

IPCA-E (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado Especial)

Possui a mesma estrutura do IPCA, diferenciando-se somente pelo período de coleta, que se dá entre o dia 15 do mês anterior e 15 do mês de referência. Este índice foi especialmente criado para a correção da UFIR e a partir de Dez/94 passou a ser divulgado trimestralmente. Foi o indexador oficial da economia brasileira de Dez/85 até o Plano Cruzado.

Investimento Estrangeiro

Aquisição de empresas, equipamentos, instalações, estoques ou interesses financeiros de um país por empresas, governos ou indivíduos de outros países.

=J=

Joint-Venture

Um empreendimento conjunto. Associação entre empresas ou entre países, sob a forma de capital, trabalho ou recursos naturais. Literalmente uma associação com aventura.

A joint venture pode ser definida como uma fusão de interesses entre uma empresa com um grupo econômico, pessoas jurídicas ou pessoas físicas que desejam expandir sua base econômica com estratégias de expansão e diversificação, com propósito explícito de lucros ou benefícios, com duração permanente ou a prazos determinados. Um modelo típico de joint venture seria a transação entre o proprietário de um terreno de excelente localização e uma empresa de construção civil, interessada em levantar um prédio sobre o local. Ou ainda, um inventor de um novo processo, produto ou tecnologia associado a um capitalista para formar infra-estrutura adequada para a fabricação ou realização da tecnologia por meio de joint venture.

Outro exemplo de joint venture seria um fabricante de conservas de alimentos que oferecesse uma fusão de interesses para um fazendeiro, que controlasse a matéria-prima em quantidade e qualidade adequadas para transformação em alimentos conservados. Existe ainda uma certa inibição entre executivos perante a fusão empresarial por joint venture, em caso de transferência de tecnologia ou qualquer outro ativo intangível que não possui proteção legal, patentes e marcas registradas, que poderiam ficar no domínio público, uma vez utilizado como aporte de capital para uma transação de joint venture.

Juros Futuros

São os contratos negociados na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) em que os investidores apostam na tendência das taxas no futuro.

=K=

Know-How

Saber fazer uma coisa. Acervo tecnológico ou de recursos humanos de uma empresa, um país ou uma pessoa.

Keidaren

A mais importante associação empresarial japonesa, agrupando empresas e organizações dos mais variados ramos de negócio.

=L=

Laissez-Faire, Laissez-Passer

Palavra de ordem do liberalismo econômico, cunhada no século XVIII pelos fisiocratas franceses, proclamando a mais absoluta liberdade de produção e comercialização de mercadorias. Em tradução direta significa "deixar fazer, deixar passar".

Lance

Preço oferecido pelos representantes das sociedades corretoras em público pregão, para a compra ou venda de um lote de ações.

Lastro

Depósito em ouro que serve de garantia ao papel-moeda. Nas operações do nosso mercado financeiro, lastro são os títulos dados em garantia de uma operação de open market.

LBC

Letra do BACEN. Papel com taxa pós-fixadas que rende a taxa Selic (média do over).

Leasing

Modalidade de crédito profissional formada por um contrato de locação de equipamentos mobiliários ou imobiliários, acompanhado de uma promessa de venda ao locatário.

LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)

Lei que estabelece as regras da elaboração do OGU. Define, por exemplo, qual o percentual que será gasto com investimentos, ou como os recursos serão distribuídos pelos vários estados e municípios. A LDO é aprovada pelo Congresso no primeiro semestre do ano para balizar a votação do OGU no segundo semestre.

Leasing

Operação financeira entre uma empresa proprietária de determinados bens (máquina, carro, etc.) e uma pessoa jurídica, que usufrui desses bens contra o pagamento de prestações. A grande vantagem do leasing é a não imobilização de capital, sobretudo nos casos em que o valor do bem é muito alto e que terá utilização limitada.

Lei Anti Truste

Conjunto de leis promulgadas nos Estados Unidos para restringir a ação monopolista de certas grandes empresas.

Letra de Câmbio

Tipo de título negociável no mercado. Consiste numa ordem de pagamento em que uma pessoa ordena que uma segunda pessoa pague determinado valor para um terceira. Deve trazer, de forma explícita, o valor do pagamento, a data e o local para efetuar-lo.

Letra do Tesouro

Qualquer título emitido pelo governo federal, com prazo fixo e que paga juros de mercado. As Letras do Tesouro são usadas como instrumento de controle do dinheiro circulante e de financiamento a investimento e obras públicas.

Letra de Câmbio

Título comercial, através do qual um credor, chamado de emitente, ordena que o devedor, ou sacado, pague no prazo indicado uma importância precisa a uma terceira pessoa designada, a beneficiário.

Libor

É a taxa de juros cobrada sobre os empréstimos em moeda estrangeira e que vigora no mercado financeiro internacional de Londres.

Liberalismo

Liberalismo econômico, doutrina que afirma que o melhor sistema econômico é o que garante o livre jogo das iniciativas individuais dos agentes econômicos. veja mais

Liquidez

É o volume de dinheiro que circula no mercado. Se a liquidez é alta, é porque há muito dinheiro circulando pelas instituições financeiras. Se ela é apertada, é porque falta dinheiro e os juros sobem.

Liberalismo

Doutrina política e econômica surgida na Europa, na Idade Moderna. Na política coloca o direito do indivíduo de seguir a própria determinação, dentro dos limites impostos pelas normas definidas, como fundamento das relações sociais. Por conseguinte, defende as liberdades individuais frente ao poder do Estado e prevê oportunidades iguais para todos.

Na economia defende a não-intervenção do Estado por acreditar que a dinâmica de produção, distribuição e consumo de bens é regida por leis que já fazem parte do processo – como a lei da oferta e da procura – que estabelecem o equilíbrio. O liberalismo econômico nem sempre se identifica com o liberalismo político. Na política, ganha diferentes conotações em cada país, sendo identificado como de esquerda, de centro ou de direita, conforme as combinações de ideologias locais.

Seu desenvolvimento nos séculos XVIII e XIX está associado ao crescimento da classe média. Desafiando o Estado monarquista, aristocrático e religioso, os liberais lutam para implantar governos separados do clero e da monarquia, parlamentares e constitucionais. Mais tarde, liberais de alguns países, como do Reino Unido, aceitaram a intervenção estatal para superar injustiças sociais ou mesmo formas de protecionismo econômico, enfrentando a oposição de não-liberais.

A combinação de liberalismo e dirigismo estatal na economia torna-se responsável, entre 1950 e 1980, pelo surgimento das sociedades de consumo e bem-estar social (Welfare States). Nos anos 80, a crise econômica e os novos parâmetros estabelecidos pela revolução tecnológica colocam em jogo as políticas de benefício social dos países desenvolvidos. A resposta a essa nova realidade surgiu nos Estados Unidos e na Inglaterra na forma de neoliberalismo.

Liberalismo econômico – Seu principal teórico é o economista escocês Adam Smith (1723?-1790), autor de O Ensaio Sobre a Riqueza das Nações, obra básica da economia. Ataca a intervenção estatal e propõe uma economia dirigida pelo jogo livre da oferta e da procura, o laissez-faire (deixai fazer, em francês). Para Adam Smith a verdadeira riqueza das nações está no trabalho, que deve ser dirigido pela livre iniciativa dos empreendedores. O liberalismo econômico recebe, posteriormente, a colaboração do sociólogo e economista inglês Thomas Robert Malthus (1766-1834) e do economista inglês David Ricardo (1772-1823)

=M=

Macroeconomia

É a análise que procura garantir a manutenção do pleno emprego dos recursos disponíveis dos sistemas econômicos. Ocupa-se ainda das condições necessárias ao desenvolvimento econômico bem como de seus significados, custos e benefícios. Procura também determinar as causas e os efeitos da inflação e das elevações gerais dos níveis de preços como um todo.

Ramo da economia especializado na análise das variáveis agregadas: produção nacional total, renda, desemprego, balança de pagamentos e taxa de inflação. A diferença principal com a microeconomia é que esta estuda a composição da produção e os determinantes da oferta e da procura de bens e serviços, como se inter-relacionam nos mercados e como são determinados seus preços relativos.

O Produto nacional bruto (PNB) mede em termos monetários o que se produz em um país, a produção final, que corresponde, por definição, à demanda final. O PNB potencial, em determinado momento, depende da quantidade de fatores da produção disponível — trabalho e capital — e da tecnologia. Esses três elementos mudam com o tempo, e a teoria do crescimento analisa sua modificação a longo prazo.

A teoria macroeconômica estuda as causas e as consequências do desemprego. Até a publicação, em 1936, de The General Theory of Employment, Interest and Money (1936; Teoria geral do emprego, do juro e da moeda), de John Maynard Keynes, a explicação clássica das causas do desemprego dizia que elas eram determinadas pelas estruturas rígidas do mercado de trabalho, que impediam que os salários baixassem até o nível do 'equilíbrio'.

Keynes afirmou que o desemprego pode estar relacionado a uma insuficiente demanda agregada ao mercado de bens, e não a um desequilíbrio no mercado de trabalho. Essa insuficiência tem relação com o investimento planejado menor que a reserva

disponível. Também ressalta a importância das variações do nível de produção e emprego, como movimentos equilibradores que permitiriam igualar o investimento e a reserva, determinando-se assim o nível de equilíbrio da renda nacional total e da produção nacional.

A ênfase do keynesianismo na demanda, como determinante chave do nível de produção a curto prazo, permitiu iniciar o desenvolvimento da contabilidade nacional e de conceitos, tais como o gasto total em consumo, em formação de capital (produção de maquinaria, fábricas etc.), em gastos públicos e em exportações e importações, que constituem os elementos chave que compõem a ‘demanda final’ agregada à economia. Também permitiu realizar a análise dos determinantes desses elementos chave da demanda final, ao desenvolver a teoria da demanda agregada de consumo e suas relações com os níveis da receita, assim como sua dependência dos tipos de interesses existentes. Portanto, a teoria monetária é uma parte essencial da teoria macroeconômica, uma variável monetária cuja função principal, em um mundo de incertezas, limita-se a equilibrar a oferta e a demanda de dinheiro, e não a equilibrar o investimento e a poupança planejados. A teoria monetária também está relacionada com outro elemento chave da macroeconomia: a inflação.

Para completar o estudo dos principais componentes da demanda agregada, devem ser considerados os fatores de equilíbrio externo, ou seja, o saldo entre exportações e importações e os seus determinantes, sobretudo os tipos de câmbio.

Marginalismo

Com exceção do marxismo, a partir de 1870 os economistas aos poucos deixaram de considerar a economia como uma disciplina eminentemente política e centraram sua reflexão no estudo da teoria e dos problemas práticos, deixando de lado qualquer outra incursão no terreno da ideologia. A teoria econômica seria seu campo específico e natural de trabalho, enquanto à economia política corresponderia a aplicação de suas análises e contribuições.

O marginalismo constitui a corrente teórica mais importante desse período. Sua principal característica foi o abandono da teoria clássica do valor-trabalho, substituída pelo conceito de utilidade. Segundo os marginalistas, o valor de um bem não depende em última análise da quantidade de trabalho a ele incorporado, mas sim da utilidade da última unidade produzida desse bem (utilidade marginal). As teorias marginalistas possibilitaram um conhecimento profundo das economias de livre mercado e constituíram o vínculo entre a escola clássica e a economia moderna.

As principais escolas marginalistas foram a de Viena, representada principalmente pelo austríaco Karl Menger; a de Lausanne, que teve como principais teóricos o francês Léon Walras e o italiano Vilfredo Pareto; e a de Cambridge, cujo fundador, o britânico Alfred Marshall, procurou conciliar as teorias clássicas e as marginalistas.

Marketing

Estudo do mercado que visa a planejar possíveis lançamentos de produtos em um futuro próximo ou distante (prospectivos), e que leva em consideração as necessidades existentes ou possíveis, e as perspectivas de pesquisa e de adaptação da empresa.

Matemática Financeira

Dentre várias definições, “é a ciência que estuda o dinheiro no tempo” (Lawrence J. Gitman). O conhecimento de matemática financeira é indispensável para compreender e operar nos mercados financeiro e de capitais, e atuar em administração financeira com baixos tempo e custo de decisão.

Maxidesvalorização

A princípio, qualquer desvalorização drástica de uma moeda pode ser denominada maxidesvalorização.

Meio de Pagamentos

São os recursos considerados imediatamente disponíveis para a população. É medido através do dinheiro em poder do público, mais os depósitos à vista nos bancos comerciais, inclusive o Banco do Brasil.

Metas de Inflação

São os percentuais que o Governo irá estipular para a variação da taxa de inflação. A intenção do Governo brasileiro é que as metas sejam semestrais, segundo um índice de custo de vida do IBGE previamente selecionado. Este modelo de controle de inflação por metas denominado “inflation target” existe em vários países, entre eles a Nova Zelândia e a Inglaterra.

Metas Indicativas

Ao contrário das metas quantitativas, não precisam ser alcançadas para liberação de empréstimos nos acordos assinados com o FMI. Portanto, são metas mais flexíveis.

Metas Quantitativas

São as metas acertadas com os diretores do FMI e expressas em reais e não em percentuais. É o caso do superávit primário do setor público, por exemplo, que é fixado em milhões de reais.

Mercado financeiro

“É onde as pessoas negociam o dinheiro.” O mercado financeiro faz a ligação entre as pessoas ou empresas que têm dinheiro e as pessoas ou empresas que precisam de dinheiro. Para que isto ocorra é preciso um intermediário – os bancos. O mercado financeiro leva o dinheiro de quem tem para quem não tem, cobrando uma taxa que chamamos juros.

No mercado financeiro as pessoas também vão buscar serviços como seguro de vida, planos de previdência, cobrança bancária, etc. Todos esses processos são fiscalizados e controlados por entidades como o Banco Central, a Bovespa (Bolsa de valores de São Paulo), CMV (Comissão de Valores Mobiliários) entre outras, sendo que todas estas estão subordinadas ao Conselho Monetário Nacional – CMN, que é presidido pelo Ministro da Fazenda.

O mercado financeiro é dividido em:

Mercado de crédito: cuida dos empréstimos bancários. Quando você paga juros para um banco significa que o banco lhe

emprestou dinheiro, ou seja, investiu em você. Isto pode ocorrer quando você usa o cheque especial, desconta duplicatas, desconta cheques, faz um financiamento, etc.

Mercado de câmbio: cuida da relação justa entre as moedas dos países. Muitos países adotaram o dólar para comparar com a sua moeda. Assim, quando um negócio é feito entre dois países, primeiro eles comparam os valores de suas moedas com o dólar para facilitar a transação. No Brasil quem pode ter conta em dólares é só o Banco Central e alguns bancos autorizados e mesmo assim, os dólares não podem ficar de um dia para outro na conta. Além dos bancos, quem negocia com dólares são: os importadores – que precisam comprar dólares para pagar suas compras; os exportadores – que recebem dólares, vendem aos bancos e ficam com reais, e os investidores estrangeiros que trazem dólares para investir, trocam por reais e quando vão embora compram dólares novamente. Então diariamente os bancos ficam vendendo e comprando dólares dos importadores, exportadores, investidores estrangeiros e de outros bancos. No fim do dia, faz-se um balanço: se houve mais compradores que vendedores a cotação sobe, pois a procura por dólares foi maior. A cotação cai quando a oferta é maior que a procura.

Mercado aberto: se refere às empresas que têm Capital Aberto, que são as Sociedades Anônimas. Empresa de Capital Aberto significa que qualquer pessoa pode ser sócia daquela empresa, desde que compre partes da empresa – que chamamos ações. As negociações das ações são feitas na bolsa de valores – onde o preço é público, assim todos podem comprar pelo mesmo preço que é definido pela oferta e procura.

Mercado Futuro: É o mercado onde se pode comprar e vender a futuro. Você compra ou vende ações hoje, e a liquidação, isto é, o pagamento e a entrega dos papéis ocorre numa data futura pré-fixada.

Mercado de Opções: A opção de compra de ações é um tipo de contrato que garante ao seu titular o direito de comprar um lote de ações a um preço fixado nesse contrato, durante um prazo determinado. A contraparte do contrato, o lançador, assume o compromisso de vender o lote ao preço fixado, até a data do vencimento, se o titular deseja exercer seu direito.

Mercado Negro: Situação fictícia de cotação ou de negociação antecipada de um título, antes de seu lançamento oficial na bolsa.

Mercado de Capitais: Toda a rede de Bolsas de Valores e instituições financeiras (bancos, companhias de investimento e de seguro) que opera com compra e venda de papéis (ações, títulos de dívida em geral).

Mercantilismo

Política econômica adotada na Europa durante os séculos XVI e XVII que assumiu formas diferentes nos diversos países, mas que, em todos, estava apoiada no absolutismo estatal e na empresa privada. O fortalecimento do Estado autoritário serve para proteger a alma econômica da nação – a sua estrutura comercial – da concorrência militar e econômica com os outros países. Os instrumentos, além das armas, são as barreiras alfandegárias. Os comerciantes enriquecidos com a exportação de produtos acabados e a exploração das colônias contribuem para a acumulação dos metais preciosos importados. Com a própria riqueza, segundo um dos princípios do mercantilismo, fazem rico e poderoso o Estado. O comerciante passa a ser tão ouvido quanto o general, o que faz surgir um novo tipo de conselheiro político, o economista.

A fase de desenvolvimento do mercantilismo corresponde à transição do feudalismo para o capitalismo, portanto, à era de acumulação originária do capital. Em conjunto com a formação de monarquias nacionais, surge o desejo das nações de se transformarem em potências.

A exploração de colônias, através das companhias mercantis que estabelecem o monopólio comercial, é um elemento decisivo da política mercantilista. As companhias mercantis são empresas privadas em que se associam o governo e empresas comerciais de um país para ampliar e defender, inclusive militarmente, os negócios nos territórios então descobertos. Um exemplo é a holandesa Companhia das Índias Ocidentais, cujo objetivo era garantir para a Holanda o mercado fornecedor de açúcar e, quando possível, criar colônias nas regiões produtoras.

A importância dada à moeda torna a busca a metais preciosos (ouro e prata) um dos principais objetivos da conquista e exploração de novos territórios. A acumulação do capital conduz à criação de bancos ou casas de crédito e aos empréstimos com juros. Com a Revolução Industrial, em meados do século XVIII, o mercantilismo é substituído pelo liberalismo econômico, onde o Estado já não interfere tanto na economia.

Microeconomia

É um processo teórico elaborado com vistas a determinar as condições gerais de equilíbrio da economia a partir do comportamento dos agentes econômicos individuais - produtores e consumidores. Em tal sentido, pode também ser considerada como um ramo tradicionalmente ligado à ideologia do individualismo e do liberalismo. veja mais

Parte da economia que se ocupa do estudo dos diferentes agentes econômicos, entre os quais as empresas e os consumidores. A economia, por sua vez, se define como a ciência que estuda a distribuição de recursos entre as distintas atividades. Em outras palavras, as pessoas têm diversos objetivos, desde a satisfação de necessidades primárias como alimentar-se, vestir-se e proteger-se das intempéries; até as necessidades mais sofisticadas do tipo material, estético e espiritual.

No entanto, os recursos disponíveis para alcançar estes objetivos estão limitados pela disponibilidade dos fatores de produção (trabalho, capital e matérias-primas). A microeconomia consiste no estudo da forma como se alocam estes recursos para satisfazer a objetivos diferentes. Diferencia-se da macroeconomia no sentido de que esta se ocupa de estudar até que ponto os recursos disponíveis estão sendo plenamente utilizados, como crescem com o tempo e outros temas relacionados com estes.

Os conceitos básicos da economia são aqueles que se utilizam para descrever: 1) a forma como os indivíduos ou as famílias (economias domésticas) determinam sua procura de bens e serviços; 2) a forma como as empresas decidem o que e quantos bens e serviços produzirão e com que combinação de fatores de produção; 3) a forma como os mercados relacionam a oferta e a procura.

Esses três componentes podem ser sintetizados em demanda, oferta e equilíbrio do mercado. Entre as sub-áreas mais importantes cabe destacar a economia do bem-estar e as finanças públicas.

Não se pode deixar de dizer que a microeconomia constitui a base de qualquer ramo da economia. Por exemplo, para analisar o efeito de um imposto sobre as finanças públicas utiliza-se o modelo microeconômico para mostrar como tal imposto influencia a oferta, a demanda e os preços e, portanto, quanto se poderá lucrar graças a esse imposto ou como ele afetará a oferta de fatores de produção.

Minibanda

É um intervalo dentro da banda cambial mais larga em que o BACEN atua junto ao mercado financeiro comprando e vendendo moeda.

Monetarismo

Corrente teórica que atribui à moeda um papel determinante nas flutuações econômicas, seus adeptos defendem a teoria quantitativa da moeda e suas implicações. veja mais

Monopólio

Situação de um mercado em que não existe concorrência na oferta: só se apresenta um único vendedor. Sempre que existe um único comprador, a teoria econômica utiliza, atualmente o termo monopsônio, ou monopólio do comprador.

Moratória

Disposição que suspende o pagamento num prazo fixado por lei ou por força de um contrato.

Moeda

Unidade de valor padrão utilizada como instrumento de troca por uma comunidade. É o meio pelo qual os preços são expressos, as dívidas liquidadas, as mercadorias e serviços pagos e a poupança efetuada. A moeda corrente é o dinheiro oficial de um país para todos os tipos de transações. Como o controle da moeda é vital não apenas para o equilíbrio da economia de um país mas também para as relações comerciais entre nações, é criado um sistema monetário internacional.

Origem – Na Antiguidade, as mercadorias produzidas numa comunidade serviam como meio de pagamento para suas transações comerciais. Destacava-se sempre uma entre as demais. Como moeda, já circularam peles, fumo, óleo de oliva, sal, mandíbulas de porco, conchas, gado e até crânios humanos. O ouro e a prata ganham rapidamente preferência devido à beleza, durabilidade, raridade e imunidade à corrosão.

Os primeiros registros do uso de moedas metálicas datam do século VII a. C., quando eram cunhadas na Lídia, reino da Ásia Menor e também na região do Peloponeso, ao sul da Grécia . O papel-moeda (as notas) surge no século IX na China. A Suécia é o primeiro país europeu a adotá-lo, no século XVII. Fácil de transportar e de manusear, o seu uso difunde-se com rapidez. Até então, a quantidade de moedas correspondia ao volume de ouro ou prata disponível para cunhagem. O papel-moeda, por não ser feito de metal, permite o aumento arbitrário da quantidade de dinheiro.

Para combater o desvio, institui-se o padrão ouro, em que o volume de dinheiro em circulação deve ser igual ao valor das reservas de ouro de um país depositado nos bancos. Mesmo assim, tornou-se comum a emissão de notas em quantidades desproporcionais às reservas e que não tinham, em consequência, o valor declarado. Tal prática leva à desvalorização da moeda, cuja credibilidade depende da estabilidade da economia nacional e da confiança junto aos órgãos internacionais. Hoje, as moedas são feitas de níquel e alumínio e o seu valor nominal é maior que o de fato.

Monetarismo

Teoria macroeconômica que se ocupa de analisar a oferta monetária. Identifica-se com uma interpretação da forma como a oferta de dinheiro afeta outras variáveis, como os preços, a produção e o emprego, contrapondo-se ao keynesianismo.

A ‘teoria quantitativa do dinheiro’ de Irving Fisher prevaleceu no monetarismo durante o século XX e formalizou-se em uma equação onde o nível geral de preços equivalia à quantidade de dinheiro multiplicada por sua ‘velocidade de circulação’ e dividida pelo volume de transações. Durante a década de 1970, analisava-se a demanda de dinheiro dos indivíduos da mesma forma que a de qualquer outro bem, dependendo da riqueza de cada indivíduo e do preço relativo do bem em questão.

O monetarismo analisa em conjunto a demanda total de dinheiro e a oferta monetária. Os níveis desejados de saldos monetários reais tendem a variar com lentidão, enquanto as mudanças dos saldos nominais são instantâneos e dependem da atuação das autoridades monetárias. Esta afirmação implica que as variações dos preços ou as receitas nominais respondem, obrigatoriamente, a alterações na oferta de dinheiro, o que constitui o ponto de partida da tese de Milton Friedman segundo a qual a inflação é apenas um fenômeno monetário.

Monopólio

Situação em que um setor do mercado com múltiplos compradores é controlado por um único vendedor de mercadoria ou serviço, tendo capacidade de afetar o preço pelo domínio da oferta. Nesse cenário, os preços tendem a se fixar no nível mais alto para aumentar a margem de lucro. Alguns monopólios são instituídos com apoio legal para estimular um determinado setor da empresa nacional, ou para protegê-la da concorrência estrangeira, supostamente desleal por usar métodos de produção mais eficientes e que barateiam o preço ao consumidor. Outros monopólios são criados pelo Estado sob a justificativa de aumentar a oferta do produto e baratear seu custo. A empresa estatal Petrobrás era a única com permissão para prospecção, pesquisa e refino do petróleo até 1995, quando o Congresso autoriza a entrada de empresas privadas no setor.

=N=

NAFTA (North American Free Trade Agreement)

O NAFTA é a ampliação do acordo de livre comércio existente entre os Estados Unidos e o Canadá desde 1989, com a inclusão do México em 1994. Prevê a eliminação de taxas alfandegárias entre os três países até 2009.

Neoliberalismo

Doutrina político-econômica elaborada em 1938 para adaptar o modelo liberal às novas condições do capitalismo do século XX. As bases da doutrina são lançadas durante o Colóquio Walter Lippmann, encontro de intelectuais liberais realizado na França naquele mesmo ano.

Uma das inovações do modelo em relação ao liberalismo é a intervenção indireta do Estado na economia, não para asfixiá-la, mas para garantir a sua sobrevivência, já que não confiam na autodisciplina espontânea do sistema. Os neoliberais acreditam que o controle de preços é a peça-chave da economia de um país. A função do Estado é manter o equilíbrio dos preços por intermédio da estabilização financeira e monetária, obtidas basicamente com políticas antiinflacionárias e cambiais.

A liberdade econômica das empresas e as leis de mercado continuam como dogmas no neoliberalismo. A nova doutrina atribui ao Estado a função de combater os excessos da livre concorrência e o controle de mercados pelos grandes monopólios. Um dos instrumentos para disciplinar a economia é a criação de mercados concorrencias através dos blocos econômicos, como no caso da União Européia (UE).

Para os neoliberais, o Estado não deve desempenhar funções assistencialistas, o que resultaria numa sociedade completamente administrada e, portanto, antiliberal. É a afirmação da sociedade civil que deve buscar novas formas de resolver seus problemas. Ao Estado cabe apenas a tarefa de garantir a lei comum bem como a função de equilibrar e incentivar as iniciativas da sociedade civil. Os dois maiores expoentes do neoliberalismo na política são o ex-presidente norte-americano Ronald Reagan e a ex-primeira ministra inglesa Margaret Thatcher .

Nota Promissória:

Documento emitido pelo devedor, que se obriga a pagar o seu credor, ou a sua ordem, uma determinada importância, numa data de vencimento definida.

NTN: Nota do Tesouro Nacional.

É um papel que têm várias destinações. Pode ser para cobrir rombos do Orçamento da União ou até para troca de dívida externa (em dólares) por dívida interna. Tem várias séries, cada uma com um tipo de correção: cambial, inflação, TR, TJLP, etc.

=O=

Oferta

Colocação à disposição do mercado de bens ou serviços. Por extensão: volume de bens e serviços colocados assim à disposição da demanda.

Oferta Monetária

Conjunto de créditos formados pelas disponibilidades monetárias e quase monetárias.

Offshore

Denominação dada às compras feitas pelo governo americano no exterior, no âmbito de sua política de ajuda internacional (em inglês, literalmente: ao largo, ultramar) A expressão também designar as plataformas petrolíferas em alto-mar, termo se aplica às sociedades quando são implantadas fora do(s), país(es) de origem de seus dirigentes.

OGU (Orçamento Geral da Nação)

Lei aprovada pelo Congresso Nacional, que detalha todos os gastos que o Governo está autorizado a fazer durante o ano. É uma lei autorizativa. Ou seja, o Governo pode gastar até o limite determinado, mas não precisa gastar tudo o que está previsto. Por isso, é que o Governo pode, em caso de crise, fazer cortes nas despesas do OGU: dívida, custeio, investimentos, salários e Previdência.

Oligopólio

É a prática de mercado em que a oferta de um produto ou serviço, que tem vários compradores, é controlada por pequeno grupo de vendedores. Neste caso, as empresas tornam-se interdependentes e guiam suas políticas de produção de acordo com a política das demais empresas por saberem que, em setores de pouca concorrência, a alteração de preço ou qualidade de um afeta diretamente os demais. O oligopólio força uma batalha diplomática ou uma competição em estratégia. O objetivo é antecipar-se ao movimento do adversário para combatê-lo de forma mais eficaz. O preço tende a variar no nível mais alto. Podem ser citados como exemplos de setores oligopolizados no Brasil o automobilístico e o de fumo.

Oligopsônio

Situação de um mercado em que a concorrência é imperfeita do lado da demanda, devido à presença de um número muito limitado de compradores.

Opção

Contrato negociado no mercado financeiro, que dá direito, mediante o pagamento imediato de um prêmio, de comprar ou vender ativos financeiros à prazo.

Open Market

Técnica de intervenção do banco central no mercado monetário através da compra e venda de títulos.

Orçamento

Previsão limitadora das quantias monetárias que devem ser utilizadas como despesas e receitas, ao longo de um período determinado, por um indivíduo ou por uma sociedade.

Ordem de Pagamento

Qualquer documento escritural em que uma pessoa autoriza outra a receber pagamento de uma terceira. Nesse contexto, as ordens de pagamento mais comuns são o próprio papel moeda e o cheque.

Overnight

Indica as aplicações financeiras feitas no open-market em um dia para ser resgatado no dia seguinte.

=P=

Padrão ouro e padrão dólar

Até 1944 o lastro das diferentes moedas era calculado de forma artificial, associando a cada valor uma quantidade de ouro. Por exemplo, US\$ 10 equivaliam a 8,8 gramas de ouro. Para equilibrar a oferta e procura de divisas, os bancos centrais mantinham enormes reservas de ouro como a do famoso Forte Knox, nos Estados Unidos, que armazenava a maior reserva de ouro do mundo. Com a ampliação e diversificação do comércio fica cada mais difícil manter os níveis fixos de câmbio do padrão ouro. Em 1944 a Conferência de Bretton Woods, na Inglaterra, decide pela substituição do ouro pelo dólar norte-americano, que passa a ser o padrão monetário internacional.

Padrão Monetário

Valor, ou matéria, convencionalmente adotado com base do sistema monetário de um ou de vários países, e em relação ao qual serão definidos os outros tipos de moeda, e particularmente as unidades monetárias.

Paraíso Fiscal

Zona econômica onde a regulamentação fiscal e monetária das atividades bancárias é leve, ou até inexistente (ex. Suíça, Panamá, Luxemburgo, etc.).

Participação nos Lucros

Fração dos lucros de uma sociedade, a serem distribuídos, além da parte proveniente do primeiro dividendo e, eventualmente, dos juros, destinada ao conselho de administração ou ao conselho fiscal a título de remuneração complementar.

Passivo

Contrapartida do ativo, no balanço de um sujeito econômico. Compreende basicamente as obrigações a pagar, isto é, as quantidades que a empresa deve a terceiros: títulos a pagar, contas a pagar, fornecedores, salários a pagar, impostos a pagar, hipotecas a pagar, etc.

Patente

Documento emitido pelo governo e concedido a um inventor ou a seus representantes, a fim de proteger seus direitos de propriedade e de exploração de uma invenção de caráter industrial.

PEA (População Economicamente Ativa)

O contingente de trabalhadores brasileiros com carteira assinada, em torno de 45 milhões de pessoas. É a base de cálculo da taxa de desemprego medida pelo IBGE.

Penhor

Bem móvel pertencente a um devedor e entregue a seu credor para assegurar a liquidação de sua vida.

PIB (Produto Interno Bruto)

É a soma de todos os bens e serviços produzidos no País durante o ano. É comum também utilizar o PIB como padrão de medida para outras contas públicas. Por exemplo, o déficit público atingiu R\$32,5 bilhões ou 7,27% do PIB.

Prime Rate

Depois da Libor (ou talvez tanto quanto ela) é a taxa de juros mais importante da economia mundial, pois é cobrada pelos bancos americanos de seus principais clientes. Assim, a Libor e a Prime sempre andam juntas. São primas.

Política Econômica

É também conhecida como Economia Normativa. São as ações práticas do governo, com a finalidade de condicionar, balizar e conduzir o sistema econômico, no sentido de que sejam alcançados um ou mais objetivos econômicos, politicamente estabelecidos. Aplica, para melhor condução da ação econômica, os desenvolvimentos elaborados pela Teoria Econômica.

Política Monetária

Controle da quantidade de dinheiro em circulação no mercado e que permite definir as taxas de juros.

Política econômica

As medidas adotadas pelo governo para controle da economia. As relativas ao orçamento, por exemplo, afetam todas as áreas da economia e constituem políticas de tipo macroeconômico; outras afetam exclusivamente algum setor específico, como, por exemplo, o agrícola e constituem políticas de tipo microeconômico. Estas últimas são dirigidas a um setor, a uma indústria, a um produto ou ainda a várias áreas da atividade econômica e criam a base legal em que devem operar os diferentes mercados, evitando que a competição gere injustiças sociais. O alcance da política macroeconômica depende do sistema econômico existente, das leis e das instituições do país. Existem divergências quanto ao grau de intervenção do Governo: alguns defendem a política do laissez-faire e outros acham que o governo deve cobrir as deficiências do mercado. Neste caso, a política econômica deve eliminar as flutuações, reduzir o desemprego, fomentar um rápido crescimento econômico, melhorar a qualidade e o potencial produtivo, reduzir o poder monopolista das grandes empresas e proteger o meio ambiente. A partir da década de 1970, a política macroeconômica procurou limitar o papel dos governos e reduzir o poder do Estado.

No entanto, a política econômica pode tornar-se contraproducente, caso o diagnóstico dos problemas econômicos for errôneo e as diretrizes políticas não forem adequadas ao problema que se pretende resolver. Em tempos de guerra, nas economias

planificadas ou centralizadas, essa política é mais rígida e maior a intervenção do Estado. O êxito de uma política econômica dependerá da reação dos agentes econômicos, da sua execução e da confiança na administração.

Nas relações comerciais entre dois países devem ser considerados os tipos de câmbio, as taxas alfandegárias e os problemas da dupla imposição, uma vez que a mudança em um desses fatores repercutirá sobre a economia nacional.

Poupança

Destino dado aos rendimentos monetários não utilizados para consumo, seja por entesouramento, aplicação, empréstimo ou para investimento direto futuro.

Poupança Agregada

Poupança bruta, variação antes descontadas as amortizações sofridas pelo valor do patrimônio ao longo do período considerado. Poupança líquida- poupança bruta deduzida da amortização do ativo fixo.

Preço

Independente de seu valor de uso objetivo e de seu valor subjetivo de satisfação, o preço de um bem ou de um serviço só existe na medida em que se situa dentro de uma relação de troca(em espécie na medida em que se situa dentro de uma relação de troca(em espécie, preço relativo, ou em moeda, preço monetário), isto é , na medida em que produtor e usuário final possam ser diferentes.

Premio

Indenização previamente combinada que o comprador a prazo de um valor em bolsa paga ao vendedor no dia da liquidação, em caso de desistência de uma operação já contratada.

Produção

Criação de um bem ou de um serviço adequado para a satisfação de uma necessidade.

Produção Interna

Conjunto dos bens e serviços produzidos pela economia nacional, em território nacional, qualquer que seja a nacionalidade dos produtores.

Produto Nacional

Agregado que reúne o conjunto dos produtos dos diversos ramos de uma economia nacional durante um determinado período (um ano).

Protecionismo

Doutrina, teoria ou política econômica que preconiza-ou põe em prática, um conjunto de medidas que favorecem as atividades domésticas e penalizam a concorrência estrangeira.

Práticas de Mercado

Mercado é a rede de relações entre compradores e vendedores que resulta na fixação da quantidade de bens, produtos e serviços oferecidos e preços pagos por eles. Num mercado ideal, os preços são regulados pela lei da oferta e da procura. Nenhum participante tem poder de influir sozinho sobre o conjunto da produção. O quadro ideal é aquele em que existe concorrência plena, de acordo com os preceitos do liberalismo. No entanto, a realidade é bastante diferente.

Monopólio - Situação em que um setor do mercado com múltiplos compradores é controlado por um único vendedor de mercadoria ou serviço, tendo capacidade de afetar o preço pelo domínio da oferta. Nesse cenário, os preços tendem a se fixar no nível mais alto para aumentar a margem de lucro. Alguns monopólios são instituídos com apoio legal para estimular um determinado setor da empresa nacional, ou para protegê-la da concorrência estrangeira, supostamente desleal por usar métodos de produção mais eficientes e que barateiam o preço ao consumidor. Outros monopólios são criados pelo Estado sob a justificativa de aumentar a oferta do produto e baratear seu custo. A empresa estatal Petrobrás era a única com permissão para prospecção, pesquisa e refino do petróleo até 1995, quando o Congresso autoriza a entrada de empresas privadas no setor.

Oligopólio - É a prática de mercado em que a oferta de um produto ou serviço, que tem vários compradores, é controlada por pequeno grupo de vendedores. Neste caso, as empresas tornam-se interdependentes e guiam suas políticas de produção de acordo com a política das demais empresas por saberem que, em setores de pouca concorrência, a alteração de preço ou qualidade de um afeta diretamente os demais. O oligopólio força uma batalha diplomática ou uma competição em estratégia. O objetivo é antecipar-se ao movimento do adversário para combatê-lo de forma mais eficaz. O preço tende a variar no nível mais alto. Podem ser citados como exemplos de setores oligopolizados no Brasil o automobilístico e o de fumo.

Dumping - Prática comercial que consiste em vender um produto ou serviço por um preço irreal para eliminar a concorrência e conquistar a clientela. Proibida por lei, pode ser aplicada tanto no mercado interno quanto no externo. No primeiro caso, o dumping concretiza-se quando um produto ou serviço é vendido abaixo do seu preço de custo, contrariando em tese um dos princípios fundamentais do capitalismo, que é a busca do lucro. A única forma de obter lucro é cobrar preço acima do custo de produção. No mercado externo, pratica-se o dumping ao se vender um produto por preço inferior ao cobrado para os consumidores do país de origem. Os EUA acusam o Japão de praticar dumping no setor automobilístico.

Cartel - Associação entre empresas do mesmo ramo de produção com objetivo de dominar o mercado e disciplinar a concorrência. As partes entram em acordo sobre o preço, que é uniformizado geralmente em nível alto, e quotas de produção são fixadas para as empresas membro. No seu sentido pleno, os cartéis começaram na Alemanha no século XIX e tiveram seu apogeu no período entre as guerras mundiais. Os cartéis prejudicam a economia por impedir o acesso do consumidor à livre-concorrência e beneficiar empresas não-rentáveis. Tendem a durar pouco devido ao conflito de interesses.

Truste - Reunião de empresas que perdem seu poder individual e o submetem ao controle de um conselho de trustes. Surge uma nova empresa com poder maior de influência sobre o mercado. Geralmente tais organizações formam monopólios. Os

trustes surgiram em 1882 nos EUA, e o temor de que adquirissem poder muito grande e impusessem monopólios muito extensos fez com que logo fossem adotadas leis antitrustes, como a Lei Sherman, aprovada pelos norte-americanos em 1890.

Holding - Forma de organização de empresas que surge depois de os trustes serem postos na ilegalidade. Consiste no agrupamento de grandes sociedades anônimas. Sociedade anônima é uma designação dada às empresas que abrem seu capital e emitem ações que são negociadas em bolsa de valores. Neste caso, a maioria das ações de cada uma delas é controlada por uma única empresa, a holding. A ação das holdings no mercado é semelhante a dos trustes. Uma holding geralmente é formada para facilitar o controle das atividades em um setor. Se ela tiver empresas que atuem nos diversos setores de um mercado como o da produção de eletrodomésticos, por exemplo, abocanha gordas fatias desse mercado e adquire condições de dominar seu funcionamento.

=R=

Recessão

Ocorre quando o volume de riqueza que um país produz (PIB) diminui em relação ao que produziu no ano anterior. Geralmente precedida pela deflação, é um período de crise e transição entre uma época de prosperidade e outra de depressão econômica.

Recompra

É o compromisso assumido por uma instituição financeira de tornar a comprar o título negociado, em uma data futura, antes do vencimento do título.

Redesconto

É um dos instrumentos de política monetária utilizado pelo banco central para regular o sistema de liquidez do sistema bancário. É utilizado quando os bancos comerciais, apesar de todas as suas provisões de caixa, necessitam de reforço caixa ou ficam a descoberto na compensação de cheque. Nestes casos o banco emite uma nota promissória a favor do Banco Central e recebe um crédito em sua conta de depósito no Banco do Brasil.

Regime Cambial

É a política de câmbio que prevê uma banda para a flutuação do real frente ao dólar.

Regime Econômico

Características institucionais que determinam, no âmbito de um sistema econômico, as condições de organização prática do funcionamento da economia.

Remuneração

O que é percebido por um indivíduo, ou por uma coletividade, como fruto do capital ou da remuneração do trabalho.

Renda Nacional

Agregado representativo do fluxo dos recursos nacionais em bens e serviços, gerados ao longo de um determinado período. Inclui salários, rendimentos de profissionais liberais, lucros privados e lucros obtidos por empresas públicas, juros, aluguéis e receitas provenientes de arrendamento.

Renda Per Capita

Resultado da divisão do montante total da renda tributável pelo número de pessoas, em economia, indicador usado para medir o grau de desenvolvimento de um país.

Renda Prefixada

É o rendimento que o investidor fica sabendo no ato da aplicação quanto vai ganhar e quando terá o seu dinheiro de volta. É a aplicação “corte certeza sem surpresa”.

Renda Pós-fixada

É o rendimento que paga correção monetária no período da aplicação mais juros(% ano), sobre o valor corrigido da aplicação. Nesta aplicação o investidor só fica sabendo qual será o seu rendimento no vencimento do título.

Reservas Cambiais

As reservas cambiais refletem o montante de moeda estrangeira (e ouro) acumulado pelo país. O resultado do Balanço de Pagamentos, que reflete o resultado monetário das transações de bens e serviços realizadas pelos brasileiros com o exterior (Saldo em transações correntes), assim como o fluxo de capitais entre o país e o exterior (sejam empréstimos, financiamentos, aplicações em mercado financeiro, investimento direto em plantas industriais, etc), vai exprimir se houve acúmulo ou perda de moeda estrangeira no período, refletindo, portanto a variação das reservas cambiais. Vale lembrar que o Balanço de Pagamentos registra somente um fluxo monetário dentro de um determinado período (em geral os resultados são apresentados em trimestres ou anuais), enquanto que as Reservas Cambiais revelam o estoque de moedas estrangeiras em um determinado momento. Assim, podemos dizer que o Brasil, em dezembro de 1995, contava com um estoque de 52 bilhões de dólares em moeda estrangeira (Reservas Cambiais), e que, ao longo de 1995 houve um acúmulo de 13.5 bilhões de dólares no país.

Reservas Internacionais

Constituídas pelos dólares que entram no país via investimentos diretos, empréstimos, financiamentos e captações. Para serem usados, esses dólares são trocados por reais junto aos bancos. Os reais vão para a economia e os dólares ficam com o BACEN. As reservas em dólares precisam ser suficientes para quitar todas as dívidas do país com o mercado internacional.

Risco

Elemento de incerteza que pode afetar a atividade de um agente ou o desenrolar de uma operação econômica.

Rolagem da Dívida Pública

É o refinanciamento de papéis emitidos para cobrir rombos no Orçamento do Governo. Nas contas do Tesouro Nacional, o aumento dos juros tem impacto negativo (aumento); e a diminuição dos juros tem impacto positivo (diminuição) na dívida pública.

=S=

Salários

Em economia, preço pago pelo trabalho, relativos a todos os pagamentos que compensam os indivíduos pelo tempo e o esforço dedicados à produção de bens e serviços. O salário nominal recebido não reflete os rendimentos verdadeiros; as deduções salariais para pagar os impostos sobre a renda, os pagamentos da Assistência Social, as pensões, as quotas aos sindicatos e os prêmios dos seguros reduzem os rendimentos reais dos trabalhadores.

Há muitas teorias relativas ao salário. A primeira explicação moderna, a teoria do nível de subsistência, destacava que o salário estava determinado pelo consumo necessário para sobrevivência da classe trabalhadora. Esta teoria surgiu com os mercantilistas, sendo, posteriormente, desenvolvida por Adam Smith e David Ricardo.

Uma variante da teoria ricardiana é a teoria dos salários de Karl Marx, que afirmava que em um sistema capitalista a força de trabalho raramente recebia uma remuneração superior à do nível da própria subsistência. Segundo ele, os capitalistas se apropriavam da mais valia gerada pelos trabalhadores, acrescentando-as aos próprios benefícios. Tal como aconteceu com a teoria de David Ricardo, o tempo tem-se encarregado de refutar a visão de Marx.

Quando foi demonstrada a invalidade da teoria do salário de subsistência, foi dada maior atenção à procura de trabalho como principal determinante do nível de salários. John Stuart Mill propugnava pela denominada teoria do fundo de salários para explicar a forma pela qual a demanda de trabalho, definida como a quantidade de dinheiro que os empresários estão dispostos a pagar para contratar trabalhadores, determinava o nível salarial.

Parte da hipótese de que todos os salários são pagos graças à acumulação do capital, no passado, e que o salário médio é obtido dividindo o remanescente entre todos os trabalhadores; os aumentos salariais de alguns trabalhadores se traduziria na diminuição salarial dos outros.

Esta teoria foi suplantada pela da produtividade marginal, que procura em essência determinar a influência da oferta e procura de trabalho sustenta que os salários tendem a estabilizar-se em torno de um ponto de equilíbrio a partir do qual o empresário obtém vantagens ao contratar o último trabalhador que busca emprego nesse nível de salário; este seria o trabalhador marginal.

Esta teoria é inexata por supor que existe competição acirrada e por ignorar o efeito que gera um aumento dos salários sobre a produtividade e o poder aquisitivo dos trabalhadores.

Salário Mínimo

Menor salário fixado por lei, a fim de garantir aos assalariados das categorias menos favorecidas um rendimento correspondente ao mínimo vital, definido em relação a um determinado meio social.

Saldo em Transações Correntes

É o resultado de todas as operações do país com o exterior. Nessa conta, estão incluídas as receitas e despesas da balança comercial (exportações e importações), da conta de serviços (juros, viagens internacionais, transportes, seguros, lucros e dividendos, serviços diversos) e das transferências unilaterais. O Brasil tem um déficit nas contas externas (as despesas superam as receitas).

Sazonalidade

É a denominação do período do ano com maior atividade de determinado setor da economia. A indústria tem maior nível de atividade nos meses de setembro e outubro, quando a produção aumenta para atender às encomendas do comércio para as vendas de Natal.

Serviços

Prestações de assistência ou realização de tarefas que contribuem para a satisfação das necessidades individuais ou coletivas, de outro modo que não seja pela transferência da propriedade de um bem material.

Setor Público Não Financeiro

É representado pelas empresas públicas federais, estaduais e municipais, exceto bancos, distribuidoras de títulos, corretoras e demais companhias com permissão para atuar no mercado financeiro. Ou seja, reúne as principais empresas públicas, excluindo as instituições financeiras.

Sistema monetário

Conjunto de regras estabelecidas pelos países ricos e acatadas pelos demais para controlar as atividades financeiras em nível internacional. Organizado a partir da Conferência de Bretton Woods, EUA (1944), indica o dólar, moeda dos EUA, e a libra esterlina, do Reino Unido, como padrões de conversão e moedas de reserva. O valor delas é vinculado ao do estoque de ouro daqueles países e é convertido em taxas fixadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Na prática, o dólar transforma-se na única moeda internacional. Alguns países, como a França, entendem que o dólar não é forte o suficiente para ser moeda de reserva e defendem a criação de uma moeda internacional, idéia sustentada pelo economista John Maynard Keynes.

Sistema Econômico

Conjunto de instituições jurídicas e sociais afins, em que são empregados certos meios técnicos, organizados em função de determinadas causas dominantes, para assegurar a realização do equilíbrio econômico.

Socialismo

Doutrina que preconiza a organização de uma sociedade igualitária, livre das relações de exploração entre as classes sociais, e que assegura a primazia do interesse coletivo sobre os individuais. Sistema e regime que, pelos seus princípios defendem este objetivo.

Sociedade

Entidade jurídica, instituída por um contrato, que reúne várias pessoas que se obrigam a empregar em comum valores, bens, ou trabalho, com finalidade lucrativa.

Sociedade Anônima

Sociedade comercial formada por, no mínimo, sete sócios, sendo o capital de cada um representado pelo número proporcional de ações e sua responsabilidade limitada ao capital investido.

Sociedade Limitada

Sociedade comercial por cotas de responsabilidade limitada: cada sócio responde apenas na medida da sua cota. Deve adotar uma razão social que explique o quanto possível, o objetivo da sociedade e seja sempre seguida da palavra "limitada" ou "Ltda".

Spread

Taxa adicional de risco cobrada no mercado financeiro, sobretudo o internacional. É variável de acordo conforme a liquidez do tomador, volume de empréstimo e o prazo de resgate.

Margem bancária adicionada à taxa aplicável a um crédito, o spread é variável conforme a liquidez e as garantias do tomador, o volume do empréstimo e o prazo de resgate.

Stand By

Acordo entre o FMI e um país membro, autorizando este a efetuar, durante um certo período e por um valor determinado, retiradas do Fundo, em divisas.

Superávit Primário do Setor Público

Se caracteriza quando o Governo consegue que sua arrecadação total supere suas despesas, descontados os gastos com juros e correção monetária de dívidas. Alguns bons exemplos destas despesas são o pagamento de funcionários públicos e aposentados ou os gastos com fornecedores.

Superávit Secundário de Caixa

Se caracteriza quando o investidor (institucional ou pessoa física) consegue que sua receita líquida supere suas despesas. A poupança, medida em percentual nas empresas como margem de contribuição, é direcionada para investimentos com taxas de retorno compatíveis com as necessidades futuras de caixa.

Swap

Troca feita entre moedas diferentes e efetuada entre bancos por meio de um jogo cruzado de escrituras, com concordância prévia e cláusula de resgate (venda com promessa de recompra). Saca-se sobre um crédito, e o direito ao saque é reconstituído em seguida, em curto espaço de tempo.

=T=

Taxa Básica

Taxa de juro anual fixada por um banco, que serve de referência para o cálculo das diferentes condições oferecidas por esse banco.

Taxa de Juros

É o custo do dinheiro no mercado. O BACEN é o órgão regulador da política de juros. Quando a taxa de juros está alta é sinônimo de falta de dinheiro no mercado. Ao contrário, quando está baixa, é porque está sobrando dinheiro no mercado. A taxa de juros é um dos mais importantes indicadores de política monetária.

Taxa Over Veja TAXA SELIC - Taxa SELIC

É a taxa que reflete o custo do dinheiro para empréstimos bancários, com base na remuneração dos títulos públicos. Também é conhecida como taxa média do over que regula diariamente as operações interbancárias.

Taxa de Desemprego

Nas pesquisas de emprego/desemprego são consideradas várias subdivisões da população: o total da população residente no local da pesquisa; o total de pessoas que estão trabalhando - seja como empregados, autônomos ou como empregadores - que é chamada de população "ocupada"; e, ainda, a parcela da população que está desocupada - ou seja, que está a procura de algum tipo de ocupação, seja ela formal ou não. Todas as pesquisas nesta área estabelecem critérios para limitar a população que julgam qualificadas a assumir algum tipo de ocupação - em geral uma idade mínima. Assim, sob este critério, a junção da população ocupada e desocupada compõe a chamada "População Economicamente Ativa" (PEA). A taxa de desemprego aberto é aquela que relaciona o número de pessoas desocupadas, procurando trabalho na época da pesquisa, e a PEA. Na pesquisa mensal de emprego do IBGE, a população focada é a de idade igual ou superior a quinze anos, e a amostra da pesquisa se circunscreve a seis regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

TBF (Taxa Básica Financeira)

Criada em 29/07/1995 pelo CMN (Conselho Monetário Nacional). Para o cálculo é utilizado uma amostra de 30 maiores Instituições Financeiras do país, a partir da remuneração mensal média dos CDBs e RDBs no prazo de 30 a 35 dias. É uma espécie de TR, mas sem o redutor. Tem por finalidade remunerar um novo tipo de caderneta de poupança com prazo mínimo de 90 dias

criada pelo Governo dentro de um processo de desindexação. É um índice diário, divulgado pelo Banco Central com a cotação em % no período.

TBAN

É o teto das taxas de juros no mercado. nas operações entre instituições financeiras. O percentual é fixado pelo COPOM.

TBC (Taxa Básica de Juros do BACEN)

É o piso das taxas de juros no mercado. O percentual é fixado pelo COPOM.

Tendência

Movimento de longa duração que afeta a evolução de um fenômeno.

Teoria Quantitativa da Moeda

Teoria segundo a qual o nível dos preços é determinado pela quantidade de moeda em circulação, e pela sua velocidade de circulação.

Teoria do valor trabalho

Princípio que afirma que o valor de um bem ou serviço depende de forma direta da quantidade de trabalho a ele incorporado. Adam Smith pensava que o trabalho era a unidade de medida exata para quantificar o valor, mas não o fator determinante dos preços; David Ricardo afirmava que todos os custos de produção são, de fato, custos trabalhistas que se pagam, de forma direta ou acumulando-os ao capital, e Karl Marx supunha que somente o fator trabalho poderia criar valor.

Teoria dos Jogos

Ramo da economia que pretende descrever e prever o comportamento econômico utilizando a disciplina matemática conhecida também como teoria dos jogos. Muitas decisões do tipo econômico dependem das expectativas que se tenha sobre o comportamento dos demais agentes econômicos. Surge a partir do estudo Teoria dos jogos e comportamento econômico (1944), de John von Neumann e Oskar Morgenstern.

Para poder deduzir as estratégias ótimas sob diferentes hipóteses quanto ao comportamento do resto dos agentes, a teoria dos jogos tem que analisar diferentes aspectos: as conseqüências das diversas estratégias possíveis, as possíveis alianças entre "jogadores", o grau de compromisso dos contratos entre eles, e o grau em que cada jogo pode se repetir, proporcionando a todos os jogadores informação sobre as diferentes estratégias possíveis.

Exemplo da teoria dos jogos: O Dilema do Prisioneiro

O chamado "Dilema do Prisioneiro" foi apresentado pela primeira vez na Universidade de Princeton em 1950, como um exemplo da teoria dos jogos, e consiste do seguinte: a polícia prende dois indivíduos suspeitos de cometerem um crime leve (roubo de carro) e os coloca em duas celas separadas, sem possibilidade de comunicação entre eles. O detetive suspeita que um deles cometeu também um segundo crime mais grave e faz uma proposta. Quem denunciar o outro e der as pistas para a condenação fica livre, enquanto o outro pega cinco anos de pena. Se os dois se acusarem mutuamente, os dois pegam três anos. Se os dois ficarem calados, eles só serão acusados do primeiro crime, e os dois pegam um ano de cadeia cada um.

O "Dilema do Prisioneiro", na sua versão clássica (uma única vez) ou em sua versão modificada (possibilidade de interação), tem sido usado para estudar o problema da cooperação entre indivíduos, grupos e nações em diversos tipos de problemas.

Aqui queremos analisar, brevemente, o problema da cooperação entre equipes em uma mesma empresa. Principalmente aquelas que trabalham com produtos semelhantes e até concorrentes. Os líderes destas equipes podem adotar diversas estratégias de atuação. Neste caso, pode prevalecer o egoísmo e a tentativa de obter o maior resultado possível às custas da outra equipe, ou um forte espírito de cooperação entre as equipes que as levem a maximizar as oportunidades conjuntas, mesmo que isto represente um valor menor para uma delas. Como se comporta a natureza humana dos indivíduos e em grupos? Se um líder adotar um comportamento ético e objetivar o maior ganho possível para a organização, pode optar pela opção "ficar calado" (no dilema do prisioneiro), onde as duas equipes ganham, mas todos ganham menos. Ou pode optar pelo grande lance, onde a sua equipe ganha tudo ou nada. No "dilema do prisioneiro" um componente importante do jogo, além das personalidades envolvidas, é a antecipação da escolha que será feita pela outra parte. Pressupostamente, as duas partes são amigas e companheiras (ou pertencem a uma mesma empresa), mas na hora que entra em jogo um interesse individual maior, um deles poderá não se comportar como o previsto. Como eles não podem se comunicar (e no caso da empresa, podem existir incentivos organizacionais para não se falarem), eles terão que especular qual será o comportamento mais previsível da outra parte, e adotar uma estratégia compatível.

O "Dilema do Prisioneiro" nos conduz a algumas reflexões para o trabalho em equipe.

As equipes não podem atuar isoladamente. Parece ser errado achar que cada um deve cuidar apenas de seu próprio território. Estes podem ser e muitas vezes são superpostos. O futuro de uma equipe pode estar atrelado ao da outra.

Não deve haver um incentivo institucional à competição das equipes internas, ao "darwinismo" organizacional. Isto se traduziria em políticas de auto-destruição, ou muito comumente na canibalização de produtos da mesma empresa.

Os líderes das equipes devem ter chance de se conhecerem melhor, e portanto, de desenvolver um nível maior de cooperação.

Deveria ser analisado (e divulgado) se do ponto de vista da empresa interessa que uma equipe ganhe e outra perca. Muitas vezes a personalidade abrasiva de um líder de equipe acaba com outras equipes, em detrimento do todo.

A cooperação sempre tem um ganho final positivo em relação a outras possíveis alternativas de ação.

Jogos, Teoria dos (matemática), análise matemática de qualquer situação na qual apareça um conflito de interesses, com a intenção de encontrar as opções ótimas para que, nas circunstâncias determinadas, consiga-se o resultado desejado. John von Neumann e Oskar Morgenstern são considerados os pais da teoria de jogos.

2. **CONCEITOS FUNDAMENTAIS** Na teoria de jogos, a palavra jogo refere-se a um tipo especial de conflito no qual tomam parte n indivíduos ou grupos (conhecidos como os jogadores). Há certas regras do jogo, que dão as condições para que este comece e definem as jogadas consideradas legais durante as diferentes fases do jogo; o número total de jogadas que constitui uma partida completa e os possíveis resultados quando a partida termina.

Jogada: uma jogada ou movimento é o modo como progride o jogo de uma fase para outra, a partir da posição inicial até o último movimento. Podem ser alternativas ou simultâneas; acontecem tanto por causa de uma decisão pessoal quanto por azar. Assim, por exemplo, uma roleta gera determinada jogada, cuja probabilidade pode ser calculada.

Resultado: designa o que acontece quando uma partida termina.

Informação completa: diz-se que um jogo tem toda a informação se cada um dos jogadores que toma parte nele conhece todas as possibilidades jogadas.

Estratégia: uma estratégia é a lista de opções ótimas para cada jogador, em qualquer momento do jogo.

3. **TIPOS DE JOGOS** A teoria de jogos distingue vários tipos de jogos, de acordo com o número de jogadores e com as circunstâncias do jogo.

Os jogos com dois jogadores têm sido amplamente estudados. Diz-se que um jogo é de soma zero se o total dos ganhos ao final da partida é nulo, isto é, se o total de ganhos é igual ao total de perdas. Os jogos de dois jogadores com soma zero são o principal objeto de estudo da teoria matemática dos jogos.

4. **APLICAÇÕES** Desde o estudo do comportamento da economia, decisões sobre a divisão equitativa de propriedades, sobre a distribuição de poder nos trâmites legislativos, nos problemas de governo e nas decisões individuais, as aplicações da teoria de jogos são muito variadas.

Teoria Keynesiana

Conjunto de idéias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. As teorias de John Maynard Keynes tiveram enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. Acreditava que a economia seguiria o caminho do pleno emprego, sendo o desemprego uma situação temporária que desapareceria graças às forças do mercado.

O objetivo do keynesianismo era manter o crescimento da demanda em paridade com o aumento da capacidade produtiva da economia, de forma suficiente para garantir o pleno emprego, mas sem excesso, pois isto provocaria um aumento da inflação. Na década de 1970 o keynesianismo sofreu severas críticas por parte de uma nova doutrina econômica: o monetarismo. Em quase todos os países industrializados o pleno emprego e o nível de vida crescente alcançados nos 25 anos posteriores à II Guerra Mundial foram seguidos pela inflação. Os keynesianos admitiram que seria difícil conciliar o pleno emprego e o controle da inflação, considerando, sobretudo, as negociações dos sindicatos com os empresários por aumentos salariais. Por esta razão, foram tomadas medidas que evitassem o crescimento dos salários e preços, mas a partir da década de 1960 os índices de inflação foram acelerados de forma alarmante.

A partir do final da década de 1970, os economistas têm adotado argumentos monetaristas em detrimento daqueles propostos pela doutrina keynesiana; mas as recessões, em escala mundial, das décadas de 1980 e 1990 refletem os postulados da política econômica de John Maynard Keynes

Teoria econômica marxista

As primeiras fases da revolução industrial foram marcadas por excessos, descritos na literatura por romancistas como Charles Dickens. Homens, mulheres e crianças eram confinados em fábricas, minas e oficinas durante jornadas de trabalho de até 12 e 14 horas, em deploráveis condições sanitárias e de trabalho. Tal situação favoreceu o nascimento de uma corrente preocupada não só com o estudo da ciência econômica como tal, mas também com a transformação global da sociedade.

Partindo da teoria do valor, exposta por David Ricardo, Karl Marx, seu principal propugnador, postulou que o valor de um bem é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção. Segundo Marx, o lucro não se realiza por meio da troca de mercadorias, que se trocam geralmente por seu valor, mas sim em sua produção. Os trabalhadores não recebem o valor correspondente a seu trabalho, mas só o necessário para sua sobrevivência. Nascia assim o conceito da mais-valia, diferença entre o valor incorporado a um bem e a remuneração do trabalho que foi necessário para sua produção. Não é essa, porém, para Marx, a característica essencial do sistema capitalista, mas precisamente a apropriação privada dessa mais-valia. A partir dessas considerações, Marx elaborou sua crítica do capitalismo numa obra que transcendeu os limites da pura economia e se converteu numa reflexão geral sobre o homem, a sociedade e a história.

Teoria Keynesiana

Conjunto de idéias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. As teorias de John Maynard Keynes tiveram enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. Acreditava que a economia seguiria o caminho do pleno emprego, sendo o desemprego uma situação temporária que desapareceria graças às forças do mercado.

O objetivo do keynesianismo era manter o crescimento da demanda em paridade com o aumento da capacidade produtiva da economia, de forma suficiente para garantir o pleno emprego, mas sem excesso, pois isto provocaria um aumento da inflação. Na década de 1970 o keynesianismo sofreu severas críticas por parte de uma nova doutrina econômica: o monetarismo. Em quase todos os países industrializados o pleno emprego e o nível de vida crescente alcançados nos 25 anos posteriores à II Guerra Mundial foram seguidos pela inflação. Os keynesianos admitiram que seria difícil conciliar o pleno emprego e o controle da inflação, considerando, sobretudo, as negociações dos sindicatos com os empresários por aumentos salariais. Por esta razão, foram

tomadas medidas que evitassem o crescimento dos salários e preços, mas a partir da década de 1960 os índices de inflação foram acelerados de forma alarmante.

A partir do final da década de 1970, os economistas têm adotado argumentos monetaristas em detrimento daqueles propostos pela doutrina keynesiana; mas as recessões, em escala mundial, das décadas de 1980 e 1990 refletem os postulados da política econômica de John Maynard Keynes.

Teoria econômica marxista

As primeiras fases da revolução industrial foram marcadas por excessos, descritos na literatura por romancistas como Charles Dickens. Homens, mulheres e crianças eram confinados em fábricas, minas e oficinas durante jornadas de trabalho de até 12 e 14 horas, em deploráveis condições sanitárias e de trabalho. Tal situação favoreceu o nascimento de uma corrente preocupada não só com o estudo da ciência econômica como tal, mas também com a transformação global da sociedade.

Partindo da teoria do valor, exposta por David Ricardo, Karl Marx, seu principal propugnador, postulou que o valor de um bem é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção. Segundo Marx, o lucro não se realiza por meio da troca de mercadorias, que se trocam geralmente por seu valor, mas sim em sua produção. Os trabalhadores não recebem o valor correspondente a seu trabalho, mas só o necessário para sua sobrevivência. Nascia assim o conceito da mais-valia, diferença entre o valor incorporado a um bem e a remuneração do trabalho que foi necessário para sua produção. Não é essa, porém, para Marx, a característica essencial do sistema capitalista, mas precisamente a apropriação privada dessa mais-valia. A partir dessas considerações, Marx elaborou sua crítica do capitalismo numa obra que transcendeu os limites da pura economia e se converteu numa reflexão geral sobre o homem, a sociedade e a história.

Títulos Públicos

São papéis lançados pelo Governo, podendo ser do Tesouro Nacional ou do BACEN.

Títulos do BACEN

Emitidos com o objetivo de fazer política monetária, ou seja, controlar o volume de dinheiro em circulação no sistema financeiro.

Títulos do Tesouro Nacional

São papéis emitidos principalmente para cobrir rombos no OGU.

TJLP

Taxa de juros de longo prazo. É a taxa utilizada pelo governo na correção de seus papéis. É também utilizada como indexador básico de contratos de financiamento do BNDES.

Transação

Todo ato por meio do qual uma unidade econômica manifesta sua participação na vida econômica.

Transações Correntes

São as operações do Brasil com o exterior, incluindo receitas obtidas com exportações de mercadorias; gastos com importação; pagamentos de juros da dívida externa; seguros e fretes; e transferências unilaterais.

Transferências Unilaterais

Conta composta por todas as doações e remessas de dinheiro para o país não relacionadas com operações comerciais, como o dinheiro mandado por brasileiros que moram no exterior.

Tribunal de Contas

Tribunal, no âmbito da administração das finanças públicas, encarregado do controle das contas das coletividades locais.

TR (Taxa Referencial)

A partir de 29/07/1994, a TR voltou a ser calculada com base no índice de Remuneração Média dos CDBs, deduzida a taxa real de juros equivalente aos 1.3%. É a taxa que define o rendimento das Cadernetas de Poupança e do SFH (Sistema Financeiro de Habitação).

Truste

Reunião de empresas que perdem seu poder individual e o submetem ao controle de um conselho de trustes. Surge uma nova empresa com poder maior de influência sobre o mercado. Geralmente tais organizações formam monopólios. Os trustes surgiram em 1882 nos EUA, e o temor de que adquirissem poder muito grande e impusessem monopólios muito extensos fez com que logo fossem adotadas leis antitrustes, como a Lei Sherman, aprovada pelos norte-americanos em 1890.

=U=

Underwriters

Instituições financeiras altamente especializadas em operações de lançamento de ações e debêntures no mercado primário.

Usura

Prática que consiste em cobrar taxas de juros superiores às habituais ou às permitidas por lei, por ocasião de um empréstimo.

Utilidade

Qualidade daquilo cujo uso é apreciado pelo agente econômico. A noção de utilidade é uma das noções elementares da economia, como a de valor; porém, seu conteúdo tem sido analisado de modo diverso por sucessivas teorias, sendo seu vínculo com o valor diferentemente apreciado.

=V=

Valor Venal

É o valor de mercado de um produto. Não é o valor real do produto, nem necessariamente incorpora seu custo de produção. É o valor com que pode ser comercializado - mais alto ou mais baixo, dependendo das circunstâncias do mercado.

Valor Nominal

É o valor da ação, mencionando na carta de registro de uma empresa.

Valores Disponíveis

Conjunto da liquidez ou dos títulos de crédito da empresa que podem ser rapidamente convertidos em moeda.

Variável

Grandeza suscetível de variar de maneira própria ou em função de outras variáveis. Em estatística descritiva, característica quantitativa, discreta ou contínua.

Viagem Internacional

É um dos itens que compõem a conta de serviços. Do lado da despesa, são registrados os gastos de turistas brasileiros no exterior com passagens, cartões de crédito, hospedagem e ainda dólares levados para viagens. Do lado da receita, são contabilizadas as mesmas despesas que os turistas estrangeiros realizam no Brasil.

Viés ou Erro Sistemático

Distorção sistemática entre a medida de uma variável estatística e o valor real da grandeza a estimar. A introdução de um viés no cálculo estatístico pode estar ligada quer a imperfeição ou deformação da amostra que serve de base para a estimativa, quer ao próprio método de avaliação.

Volatilidade

Sensibilidade da cotação de uma ação ou de um portfólio às variações das cotações da bolsa.

=Z=

Zona de Livre Comércio

Conjunto dos países que organizam entre si a livre circulação das mercadorias produzidas nos seus territórios.

Zona Franca

Área de um país onde, por decisão dos governantes, são permitidas reduções alfandegárias e, freqüentemente, concedidos benefícios fiscais, por um certo período de tempo.

Zona Monetária

Conjunto constituído em seguimento a um acordo formal ou em consequência de um estado de fato, por um grupo de países ou territórios, que observam regras particulares nas suas relações monetárias e conferem à moeda do principal destes países um papel essencial nos pagamentos internos da zona e com o resto do mundo.

Fonte: PAULO SANDRONI, Novo Dicionário de Economia . Editora Best Seller MB Associados S/A Ltda.

Dicionário ambiental e ecológico**A**

Aeração – Reoxigenação da água com ajuda do ar. A taxa de oxigênio dissolvido, expressa em % de saturação, é uma característica representativa de certa massa de água e de seu grau de poluição. Para restituir a uma água poluída a taxa de oxigênio dissolvido ou para alimentar o processo de biodegradação das matérias orgânicas consumidoras de oxigênio, é preciso favorecer o contato da água e do ar. A aeração pode também ter por fim a eliminação de um gás dissolvido na água: ácido carbônico, hidrogênio sulfurado.

Adutora – Tubulação normalmente sem derivações que liga a captação ao tratamento da água, ou o tratamento à rede de distribuição.

Afluentes ou Tributários – Qualquer curso d'água que deságua em outro maior, ou num lago, ou lagoa.

Agenda 21 – Plano de metas voltado para os desafios do século XXI (daí seu nome). Traçado pelos governos mundiais, tem como base a definição de um programa que inclui a criação de mecanismos de financiamento para projetos de preservação ambiental e de transferência de tecnologias e ainda o estabelecimento de normas jurídicas para a proteção da biosfera.

Água – Forma líquida do composto químico H₂O. A água é essencial para a vida.

Alcalinidade da água – Qualidade da água em neutralizar compostos ácidos, em virtude da presença de bicarbonatos, hidróxidos, boratos, silicatos e fosfatos. Esgotos são alcalinos, por receberem materiais de uso doméstico com estas características.

Aqüífero – Formação porosa (camada ou estrato) de rocha permeável, areia ou cascalho, capaz de armazenar e fornecer quantidades significativas de água.

Amazônia Legal – Toda a região da bacia amazônica, incluindo parte do norte de Mato Grosso, de Minas Gerais, de Goiás, do Tocantins e do oeste do Maranhão, segundo fixado em lei.

Anaeróbico – Organismo que não necessita de oxigênio.

Áreas naturais de proteção – Essas áreas são protegidas para fins de manutenção de biodiversidade, pesquisas científicas e conservação de ecossistemas. No Brasil, são divididas em Unidades de Conservação, todas protegidas por leis, e que são as seguintes:

- **Áreas naturais tombadas** – Áreas ou monumentos naturais cuja conservação é de interesse público, por seu valor ambiental, arqueológico, geológico, histórico, turístico ou paisagístico. Podem ser instituídas em terras públicas ou privadas.

• **Áreas de proteção ambiental** – Áreas voltadas para a conservação da vida silvestre, os recursos naturais e a manutenção de bancos genéticos, além da preservação da qualidade de vida dos habitantes da área. A ocupação acontece por meio de zoneamento ambiental pelo poder político, juntamente com universidades e ONGs. Podem ser federais ou estaduais.

• **Áreas de relevante interesse ecológico** – Apresentam os mesmos objetivos que as anteriores, com a particularidade de que nestas últimas a extensão territorial é sempre menor, mas as restrições às atividades humanas são sempre maiores. Podem ser federais, estaduais ou municipais.

• **Áreas sob proteção especial** • A proteção especial é uma primeira instância de preservação de áreas ou bens, que após estudos mais detalhados podem ter seu status ampliado. São definidas por resolução federal, estadual ou municipal, em áreas de domínio público ou privado.

• **Estações ecológicas** – Áreas representativas de ecossistemas naturais destinadas a pesquisas ecológicas, proteção do meio ambiente e desenvolvimento de uma educação voltada para o preservacionismo. Precisam ter no mínimo 90% de sua área destinada à conservação integral do ecossistema. Podem ser criadas pela União, estados ou municípios.

• **Parques** – Áreas de extensão considerável, pertencentes ao poder público, com grande variedade de espécies e *habitats* de interesse científico, educacional ou recreativo. Devem estar abertos à visitação pública. Podem ser criados pelo governo federal ou pelos estados.

• **Reservas biológicas** – Áreas de tamanhos variados cuja característica básica é conter ecossistemas ou comunidades frágeis, em terras de domínio público e fechadas à visitação pública. Podem ser declaradas pela União ou pelos estados.

• **Reservas florestais** – Áreas de grande extensão territorial, inabitadas, de difícil acesso e ainda em estado natural. Devem ser protegidas até que se estabeleça seu status e se proceda a sua inclusão em outra categoria de Unidade de Conservação.

Área contaminada – Área onde há comprovadamente poluição causada por quaisquer substâncias ou resíduos que nela tenham sido depositados, acumulados, armazenados, enterrados ou infiltrados, e que determina impactos negativos sobre os bens a proteger.

Área degradada – Área em que há a ocorrência de alterações negativas das suas propriedades físicas, tais como sua estrutura ou grau de compactação, a perda de matéria devido à erosão e a alteração de características químicas, devido a processos como a salinização, lixiviação, deposição ácida e a introdução de poluentes.

Área de proteção ambiental (APA) – Categoria de unidade de conservação cujo objetivo é conservar a diversidade de ambientes, de espécies, de processos naturais e do patrimônio natural, visando à melhoria da qualidade de vida, através da manutenção das atividades socioeconômicas da região. Essa proposta deve envolver, necessariamente, um trabalho de gestão integrada com participação do Poder Público e dos diversos setores da comunidade. Pública ou privada, é determinada por decreto federal, estadual ou municipal, para que nela seja discriminado o uso do solo e evitada a degradação dos ecossistemas sob interferência humana.

Área de relevante interesse ecológico (ARIE) – É declarada por ato do Poder Público e possui características extraordinárias ou abriga exemplares raros da biota regional, com, preferencialmente, superfície inferior a cinco mil hectares.

Arrasto – Atividade de pesca em que a rede é lançada e o barco permanece em movimento. É uma prática considerada predatória quando a malha das redes é pequena, fora dos padrões fixados pelo IBAMA, pois nesses casos há captura de peixes e outros organismos aquáticos jovens. Outro prejuízo causado pelo arrasto é o revolvimento do fundo do mar, o que prejudica sensivelmente o ambiente e a fauna bentônica (que vive no fundo).

Assoreamento – Processo em que lagos, rios, baías e estuários vão sendo aterrados pelos solos e outros sedimentos neles depositados pelas águas das enxurradas, ou por outros processos. Obstrução do leito de um canal, estuário ou rio por sedimentos; isso geralmente ocorre devido à erosão das margens ou redução da correnteza. A mineração é um dos agentes diretos ou indiretos desse processo.

Aterro controlado – Aterro para lixo residencial urbano, no qual os resíduos são depositados recebendo depois uma camada de terra por cima. Na impossibilidade de se proceder a reciclagem do lixo, pela compostagem acelerada ou pela compostagem a céu aberto, as normas sanitárias e ambientais recomendam a adoção de aterro sanitário e não do controlado.

Aterro sanitário – Aterro para lixo residencial urbano com pré-requisitos de ordem sanitária e ambiental. Deve ser construído de acordo com técnicas definidas, como: impermeabilização do solo para que o chorume não atinja os lençóis freáticos, contaminando as águas; sistema de drenagem para chorume, que deve ser retirado do aterro sanitário e depositado em lagoa próxima que tenha essa finalidade específica, vedada ao público; sistema de drenagem de tubos para os gases, principalmente o gás carbônico, o gás metano e o gás sulfídrico, pois, se isso não for feito, o terreno fica sujeito a explosões e deslizamentos.

B

Bacia hidrográfica – Conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes. A noção de bacias hidrográfica inclui naturalmente a existência de cabeceiras ou nascentes, divisores d'água, cursos d'água principais, afluentes, subafluentes, etc. Em todas as bacias hidrográficas deve existir uma hierarquização na rede hídrica e a água se escoar normalmente dos pontos mais altos para os mais baixos. O conceito de bacia hidrográfica deve incluir também noção de dinamismo, por causa das modificações que ocorrem nas linhas divisórias de água sob o efeito dos agentes erosivos, alargando ou diminuindo a área da bacia.

Bacia de Captação – Mais de que o rio, lago ou reservatório de onde se retira a água para consumo, compreende também toda a região em que ocorre o escoamento e a captação dessas águas na natureza.

Bacia de Drenagem – Área de captação que recolhe e drena toda a água da chuva e a conduz para um corpo d'água (por exemplo, um rio), que depois leva ao mar ou a um lago.

Bacia Hidrográfica ou Bacia Fluvial – Conjunto de terras, rios e seus afluentes, que forma uma unidade territorial. Em alguns casos, usa-se como sinônimo a palavra vale. Por exemplo: Vale do Rio São Francisco ou Bacia do Rio São Francisco.

Bactérias – Espécies vivas microscópicas, caracterizadas por uma estrutura celular sem núcleo definido, que existem no ar, água, animais e plantas. Há as que ajudam na decomposição de matéria orgânica.

Biota – Conjunto de fauna e flora, de água ou de terra, de qualquer área ou região, que não considera os elementos do meio ambiente.

Biosfera – Camada imaginária que abrange as regiões do planeta onde existe vida. Seus limites vão dos picos das mais altas montanhas até as profundezas das fossas abissais marinhas. A Terra é um grande ambiente de vida. Os organismos vivem numa fina camada do Planeta, que inclui a água, o solo e o ar. A biosfera é a reunião de todos os ecossistemas existentes na Terra.

Bloom – Proliferação de algas e/ou outras plantas aquáticas na superfície de lagos ou lagoas. (Os blooms são muitas vezes estimulados pelo enriquecimento de fósforo advindo da lixiviação das lavouras e despejos de lixo e esgotos).

C

Carga poluidora – Quando se fala de recursos hídricos, é a quantidade de poluentes que atingem os corpos d’água, prejudicando seu uso. Medida em DBO e DBQ.

Chorume – Líquido venenoso que se forma na decomposição do lixo, podendo contaminar o ambiente, se não houver cuidados especiais.

Chuva ácida – Chuva contaminada por poluentes atmosféricos, como os óxidos sulfúricos (de enxofre) e nítricos (de nitrogênio), emitidos, por exemplo, pelas chaminés das indústrias e escapamentos de automóveis. As gotas contaminadas (PH mais baixo) penetram no solo, envenenando-o, o que causa a morte de florestas. Também contaminam rios, lagos e corroem elementos como mármore, ameaçando patrimônios artísticos e arquitetônicos. A chuva ácida pode cair longe das fontes de poluição, já que o vento carrega os poluentes atmosféricos.

Coliforme Fecal – Organismo humano do trato intestinal humano (e de outros animais), cuja ocorrência serve como índice de poluição.

Comunidade Biológica ou Biocenose – Populações de diferentes espécies que convivem em determinada região. É o conjunto de todas as populações que se encontra em interação num determinado meio. É a parte biótica do meio.

CONAMA – Sigla de Conselho Nacional do Meio Ambiente.

Controle Ambiental – Ação pública, oficial ou privada, destinada a orientar, corrigir e fiscalizar atividades que afetam ou possam afetar o meio ambiente; gestão ambiental.

D

Degradação Ambiental – Alteração poluidora, degradante do meio ambiente.

Desenvolvimento sustentado – Modelo de desenvolvimento que leva em consideração, além dos fatores econômicos, aqueles de caráter social ecológico, assim como as disponibilidades dos recursos vivos e inanimados, as vantagens e os inconvenientes, a curto, médio e longo prazo, de outros tipos de ação. Tese defendida a partir do teórico indiano Anil Agarwal, pela qual não pode haver desenvolvimento que não seja harmônico com o meio ambiente. Assim, o desenvolvimento sustentado que no Brasil tem sido defendido mais intensamente, é um tipo de desenvolvimento que satisfaz as necessidades econômicas do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras. Segundo definição em 1987 da Comissão *Brutland*, da ONU, no relatório “Nosso futuro comum”, é o desenvolvimento social, econômico e cultural que atende às exigências do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Para os países pobres, de acordo com o relatório “Nossa própria agenda”, da Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, o desenvolvimento sustentado é essencialmente a satisfação das necessidades básicas da população, sobretudo dos grupos de baixa renda, que chegam a mais de 75% do continente.

Divisor de águas – Linha que separa a direção para onde correm as águas pluviais, ou bacias de drenagem. Exemplo de divisor de águas é o montante.

E

Ecologia – Estudo das relações dos seres vivos entre si e com o ambiente onde vivem (do grego *oikos*, casa, e *logos*, ciência). “Ecologia significa em sua forma mais simples, o estudo do ambiente. Porém em um sentido mais complexo, dizemos que ecologia é a ciência que estuda os seres vivos acima do nível do organismo individual. Estuda, portanto, a população, a comunidade, o ecossistema e a biosfera”.

Ecossistema – Conjunto vivo formado pela comunidade e pelo biótipo. Consiste na interação entre os seres vivos e o ambiente físico em que vivem. Cada ecossistema possui características próprias e relativa estabilidade. A alimentação é a principal relação entre as diferentes populações de um ecossistema. Exs.: floresta, lago, aquário e a própria biosfera. É o conjunto formado por uma comunidade e pelos componentes abióticos do meio com os quais ela interage. A comunidade de um ecossistema costuma ser formada por três tipos de seres:

- os produtores de alimentos – representados pelos autótrofos;
- os consumidores de alimentos – diferentes tipos de seres vivos heterótrofos (parasitas, predadores, etc.);
- os decompositores – heterótrofos representados por bactérias e fungos.

Educação ambiental – Processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (art.1º, Lei Federal nº 9.795, de 27/4/99).

Efeito residual – Tempo de permanência de um produto químico, biologicamente ativo nos alimentos, no solo, no ar e na água, podendo trazer implicações de ordem toxicológica.

Efluente – Substância líquida, com predominância de água, contendo moléculas orgânicas e inorgânicas das substâncias que não se precipitam por gravidade.

EIA/RIMA – Estudos de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ambiental: Regulamentado por meio da Resolução CONAMA 001/86, que estabelece a obrigatoriedade da elaboração e apresentação de EIA/RIMA para licenciamento de empreendimentos que possam modificar o meio ambiente.

Erosão – Desgaste do solo devido ao vento, à chuva, ou a outras forças da natureza. A erosão pode ser acelerada pela agricultura, excesso de pastagem, atividade madeireira e construção de estradas.

Estuário – Foz de um rio ou baía, em que se misturam a água doce do rio e a água salgada do mar. Os estuários são importantes por se constituírem num dos mais diversificados ecossistemas.

Eutroficação – Processo de alterações físicas, químicas e biológicas de águas paradas ou represadas, associado ao enriquecimento de nutrientes, matéria orgânica e minerais; é o envelhecimento precoce da água de lagos e reservatórios, que afeta a transparência da água, o nível de clorofila, a concentração de fósforo, a quantidade de vegetais flutuantes, o oxigênio dissolvido, e leva à alteração do equilíbrio das espécies animais e vegetais. [O mesmo que eutrofização e trofização níttrica]

Eutrófico – Diz-se do meio aquático rico em sais, que são neutros.

Eutrofização – Aumento de nutrientes (como fosfatos) nos corpos d'água, resultando na proliferação de algas podendo levar a um desequilíbrio ambiental a ponto de provocar a morte lenta do meio aquático. A eutrofização acelerada é problemática, porque resulta na retirada de oxigênio da água, matando os peixes ou outras formas de vida aquática não-vegetais.

F

Fatores Abióticos – Componentes não-vivos que interferem na vida dos seres vivos. Os principais são: água, ar, temperatura, luz. De acordo com as condições destes fatores, os seres vivos que convivem no ambiente fazem adaptações para seu desenvolvimento.

Fatores Bióticos – BIÓTICO (BIO = vida) – fatores ocasionados pela presença de seres vivos ou suas relações. Componentes vivos do ecossistema. Podem ser classificados em produtores, consumidores e decompositores.

Floreação das águas – Fenômeno em que um grande número de algas, num corpo d'água, interfere em outras formas de vida, devido, principalmente, ao consumo do O₂ dissolvido na água. Esse fenômeno pode ser causado pela eutrofização.

Floreação – Processo de elevação de partículas existentes na água, por meio de aeração, insuflação, produtos químicos, eletrólise, calor ou decomposição bacteriana, e respectiva remoção.

Floreação de algas – Proliferação ou explosão sazonal da biomassa de fitoplâncton como consequência do enriquecimento de nutrientes em uma massa aquática, o que conduz, entre outros efeitos, a uma perda de transparência, à coloração e à presença de odor e sabor nas águas.

Fluoretação – Adição de flúor (à água) sob forma de fluoretos para prevenir a cárie dentária, à razão de 0,5 a 1 mg/l de flúor.

Fonte – Lugar onde brotam ou nascem águas. A fonte é um manancial de água, que resulta da infiltração das águas nas camadas permeáveis, havendo diversos tipos como: artesianas, termais, etc.

Fossa séptica – Câmara subterrânea de cimento ou alvenaria, na qual são acumulados os esgotos de um ou vários prédios e onde os mesmos são digeridos por bactérias aeróbias e anaeróbias. Processada essa digestão, resulta o líquido efluente que deve ser dirigido a uma rede ou sumidouro.

“Unidade de sedimentação e digestão de fluxo horizontal e funcionamento contínuo, destinado ao tratamento primário dos esgotos sanitários” (Decreto nº 533, de 16/1/76).

Foz – Ponto mais baixo no limite de um sistema de drenagem (desembocadura). Extremidade onde o rio descarrega suas águas no mar.

“Boca de descarga de um rio. Este desaguamento pode ser feito num lago, numa lagoa, no mar ou mesmo num outro rio. A forma da foz pode ser classificada em dois tipos: estuário e delta”.

Fundo Nacional do Meio Ambiente – Fundo criado pela Lei nº 7.797, de 10/7/89, e regulamentado pelo Decreto nº 98.161, de 21/9/89, para o desenvolvimento de projetos ambientais nas áreas de Unidades de Conservação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, educação ambiental, manejo florestal, controle ambiental, desenvolvimento institucional e aproveitamento sustentável da flora e da fauna. Seus recursos provêm de dotações orçamentárias, doações de pessoas físicas e jurídicas, além de outros que lhe venham a ser destinados por lei.

G

Gestão integrada – É a combinação de processos, procedimentos e práticas adotadas por uma organização para implementar suas políticas e atingir seus objetivos de forma mais eficiente do que por meio de múltiplos sistemas de gestão. Na integração de elementos de sistemas de gestão, considerando-se as dimensões qualidade, meio ambiente, saúde e segurança no trabalho, temos a congregação das normas ISO 9001, ISO 14001, e OSHAS 18001.

Golpe de aríete – Fenômeno de oscilação na pressão d'água em um conduto fechado, resultante da retenção brusca do fluxo. Um aumento momentâneo excessivo, da pressão estática normal pode ser produzido deste modo.

H

Habitat – Local onde vive uma espécie. É o lugar em que vive cada organismo de determinada espécie componente da comunidade. É a “residência” do organismo.

Hidrófilo – I. Diz-se de planta adaptada à vida na água ou em ambientes encharcados. II. Que gosta de água. III. Que absorve bem a água. IV. Que é polinizado pela água.

Hidroponia – Técnica de cultivo de plantas que dispensa a terra, utilizando para tal um meio inerte (resina ou água), no qual as raízes são diretamente alimentadas com soluções nutritivas sintéticas: hidroculutura, hidropônica.

I

Impacto Ambiental – Alteração provocada ou induzida pelo homem, com efeito temporário ou permanente das propriedades físicas, químicas e biológicas.

Intemperismo – Processo pelo qual as rochas, ao sofrerem a ação da chuva, do sol, do vento e de organismos vivos, vão se transformando, até chegarem a minúsculas partículas, invisíveis a olho nu e que formam as argilas.

Ilha fluvial – É aquela que é circundada apenas por água doce, aparecendo no leito de um rio.

ISO série 14000 – Conjunto de normas internacionais que tem por objetivo prover as organizações dos elementos de um sistema de gestão ambiental, passível de integração com outros requisitos de gestão, de forma a auxiliá-las a alcançar seus objetivos ambientais e econômicos. ISO 14001 – Sistema de gestão ambiental, especificação e diretrizes de uso, e ISO 14004 – Sistemas de gestão ambiental – Diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio.

J

Jusante – Uma área ou um ponto que fica abaixo de outro ao se considerar uma corrente fluvial ou tubulação na direção da foz, do final. O contrário de montante.

L

Lago – Depressões do solo produzidas por causas diversas e cheias de águas confinadas, mais ou menos tranquilas, pois dependem da área ocupada pelas mesmas. As formas, as profundidades e as extensões dos lagos são muito variáveis. Geralmente, são alimentados por um ou mais ‘rios afluentes’. Possuem também “rios emissários”, o que evita seu transbordamento.

Lagoa – Depressão de formas variadas, principalmente tendente a circulares, de profundidades pequenas e cheias de água salgada ou doce. As lagoas podem ser definidas como lagos de pequena extensão e profundidade (...) Muito comum é reservarmos a denominação “lagoa” para as lagunas situadas nas bordas litorâneas que possuem ligação com o oceano.

Laguna – Depressão contendo água salobra ou salgada, localizada na borda litorânea. A separação das águas da laguna das do mar pode se fazer por um obstáculo mais ou menos efetivo, mas não é rara a existência de canais, pondo em comunicação as duas águas.

Licença Ambiental – Certificado expedido pela CECA ou por delegação desta, pela FEEMA, a requerimento do interessado, atestatório de que, do ponto de vista da proteção do meio ambiente, o empreendimento ou atividade está em condições de ter prosseguimento. Tem sua vigência subordinada ao estrito cumprimento das condições de sua expedição. São tipos de licença: Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) (Del. CECA nº 03, de 28/12/77).

Lençol freático – É um lençol d'água subterrâneo que se encontra em pressão normal e que se formou em profundidade relativamente pequena.

Licenciamento ambiental – É um dos mais eficazes instrumentos da política ambiental para a viabilização do desenvolvimento sustentado. É um ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas para a liberação da: LP (Licença Prévia), LI (Licença de Instalação) e LO (Licença de Operação).

• **LI - Licença de instalação** – Autoriza a instalação do empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental, e condicionantes determinados para a operação.

• **LO - Licença de operação** – Autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental, e condicionantes determinados para a operação.

• **LP – Licença prévia** – Concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

Lixiviação – Processo que sofrem as rochas e solos, ao serem lavados pela água das chuvas (...) Nas regiões intropicais de clima úmido, os solos tornam-se estéreis com poucos anos de uso, devido, em grande parte, aos efeitos da lixiviação. A lixiviação também ocorre em vazadouros e aterros de resíduos, quando são dissolvidos e carregados certos poluentes ali presentes para os corpos d'água superficiais e subterrâneos.

Lodo – Mistura de água, terra e matéria orgânica, formada no solo pelas chuvas ou no fundo dos mares, lagos, estuários, etc.

M

Manancial – Qualquer corpo d'água, superficial ou subterrâneo, utilizado para abastecimento humano, industrial, animal ou irrigação.

Manguezal – Ecossistema costeiro de transição entre os ambientes terrestre e aquático sujeito a regime das marés.

Matéria em suspensão – Em sentido estrito, matéria sólida que flutua na água (ou em outro meio) por ter peso específico similar ao do meio, sendo arrastada por ele. No caso em que a matéria sólida seja mais leve que a água, e por isso flutua sobre ela, é chamada matéria flutuante, se trata de matéria sólida que, após certo período de flutuação, acaba fundindo-se ao solo, chama-se matéria submergida.

Mata ciliar – É o conjunto da flora existente à beira de um rio, córrego ou espelho d'água. Também conhecido como floresta ciliar.

Metais pesados – Grupo de metais de peso atômico relativamente alto. Alguns – como zinco e ferro – são necessários ao corpo humano, em pequeníssimas concentrações. Outros – como chumbo, mercúrio, cromo e cádmio – são, em geral, tóxicos aos animais e às plantas, mesmo em baixas concentrações.

Meio Ambiente – A totalidade dos fatores fisiográficos (solo, água, floresta, relevo, geologia, paisagem, e fatores meteorológicos) mais os fatores psicossociais inerentes à natureza humana (comportamento, bem-estar, estado de espírito, trabalho, saúde, alimentação, etc.) somados aos fatores sociológicos, como cultura, civilidade, convivência, o respeito, a paz, etc; ambiente.

Montante – Um lugar situado acima de outro, tomando-se em consideração a corrente fluvial que passa na região. O relevo de montante é, por conseguinte, aquele que está mais próximo das cabeceiras de um curso d'água, enquanto o de jusante está mais próximo da foz.

N

Nerítico – Zona de água do mar que cobre a plataforma continental.

Nicho Ecológico – Conjunto de características alimentares e comportamentais que definem o papel de um organismo no ecossistema. É a função ou papel desempenhado pelos organismos de determinada espécie em seu ambiente de vida. O nicho inclui o hábitat, as necessidades alimentares, a temperatura ideal de sobrevivência, os locais de refúgio, as interações com os inimigos e amigos etc. O nicho ecológico é a “profissão” desempenhada pela espécie no ecossistema.

Ex: Herbívoros: Girafa – folhas altas; Gazela – caule; Inseto – folha; Fungo – raiz.

MAS: Apesar de serem todos consumidores primários, herbívoros, são de nichos ecológicos diferentes... Pois exercem sua função de modos variados.

Níveis Tróficos – Grupos de organismos de mesma nutrição.

- **Produtores:** Seres Fotossintetizantes (algas, plantas, algumas bactérias; autotróficos) – mantêm o ecossistema.

- **Consumidores:**

- Consumidores Primários: (herbívoros; heterotróficos) – alimentam-se dos produtores.

- Consumidores Secundários: (carnívoros; heterotróficos) – alimentam-se de animais herbívoros.

- Consumidores terciários: (carnívoros; heterotróficos) – alimentam-se de animais carnívoros.

OBS.: Onívoros – animais de alimentação variada.

Homem – consumidor primário, secundário e terciário.

- **Decompositores** – Alimento através de decomposição da matéria orgânica permitindo a reciclagem da matéria, devolvendo-a em forma de compostos inorgânicos. Exs: bactérias e fungos.

Os decompositores típicos são os fungos e bactérias. Existem outros seres que também se alimentam de matéria orgânica morta, como os urubus e as hienas, que são carniceiros, e as minhocas e besouros, que são detritívoros.

O

Osmose – Fenômeno produzido quando duas substâncias líquidas ou dissolvidas, com concentrações desiguais e separadas por membrana semi-permeável, atravessam-na e se misturam.

Onda cheia – Elevação do nível das águas de um rio até o pico e subsequente recessão, causada por um período de precipitação, fusão das neves, ruptura da barragem ou liberação de água por central elétrica.

P

Poluente – Substância meio ou agente que provoque, direta ou indiretamente, qualquer forma de poluição.

Poluição – É qualquer interferência danosa nos processos de transmissão de energia em um ecossistema. Pode ser também definida como um conjunto de fatores limitantes de interesse especial para o Homem, constituídos de substâncias nocivas (poluentes) que, uma vez introduzidas no ambiente, podem ser efetiva ou potencialmente prejudiciais ao Homem ou ao uso que ele faz de seu habitat. Efeito produzido por um agente poluidor num ecossistema.

População – Conjunto de indivíduos de mesma espécie que habita determinada região geográfica. É o nome dado ao conjunto formado pelos organismos de determinada espécie, que vivem em um lugar perfeitamente delimitado.

Plâncton – Conjunto dos seres vivos que flutuam sem atividades nas massas de água de lagos ou de oceanos. A parte vegetal é chamada fitoplâncton e ocorre até onde chegam os raios de sol (cerca de 100 metros de profundidade, dependendo da altitude). A

parte da fauna é chamada zooplâncton e é formada basicamente de minúsculos crustáceos. O plâncton é a principal reserva alimentar dos ecossistemas marinhos.

R

Reciclar – Coletar e processar um recurso de modo que ele possa ser transformado em novos produtos, como recuperar garrafas ou latas de alumínio para processá-las em novas garrafas ou latas. A reciclagem difere da reutilização por envolver processamento; reutilizar significa usar um recurso novamente em sua forma original, como na lavagem e reutilização de um contêiner.

Ribeiro – Termo usado para designar um pequeno rio ou curso d'água nas áreas superiores de uma vertente.

Rio – Canal natural de drenagem de superfície que tem uma descarga anual relativamente grande. Um rio geralmente termina oceano.

Rio decapitado – Rio que perdeu parte da área de cabeceira por causa de intromissão de bacia hidrográfica ou falha de deslizamento de veio.

S

Saneamento – Realização de disposições municipais direcionados à renovação de bairros, melhoria do traçado das ruas, colocação de esgotos e água encanada, drenagem de pântanos. Limpeza de rios e valas, etc; saneamento básico.

Salinização – Degradação de terras férteis causada pelo sal. A salinização das terras agrícolas é comum em áreas que dependem de irrigação: a evaporação superficial retira sais do solo e das pedras do subsolo, sendo que a redução das águas subterrâneas aumenta o percentual de minerais e sais na água armazenada.

Sedimentação – Acúmulo de solo e/ou partículas minerais no leito de um corpo d'água. Em geral, esse acúmulo é causado pela erosão de solos próximos, ou pelo movimento vagaroso de um corpo d'água, como ocorre quando um rio é representado para formar um reservatório.

Seres Autotróficos – Produzem o próprio alimento a partir de substâncias inorgânicas. (fotossíntese ou quimiossíntese)

Solo aluvial – Solo resultante do depósito de material por correnteza, como ocorre quando a enchente de um rio ultrapassa suas margens naturais e cobre as terras adjacentes.

T

Tratamento de água – É o conjunto de ações destinado a alterar as características físicas e ou químicas e ou biológicas da água, de modo a satisfazer o padrão de potabilidade adotado pela autoridade competente.

Tratamento de lixo – Procedimento destinado à redução e eliminação, ou, ao contrário, à elaboração e ao aproveitamento dos produtos residuais, provenientes da indústria, do comércio e de residências; eliminação de lixo.

Tratamento – Processo artificial de depuração e remoção das impurezas, substâncias e compostos químicos de água captada dos cursos naturais, de modo a torná-la própria ao consumo humano, ou de qualquer tipo de efluente líquido, de modo a adequar sua qualidade para a disposição final.

Turbidez – Medida da transparência de uma amostra ou corpo d'água, em termos da redução de penetração da luz, devido à presença de matéria em suspensão ou substâncias coloidais. Mede a não propagação da luz na água.

U

Umidade relativa – Para uma dada temperatura e pressão, a relação percentual entre o vapor d'água contido no ar e o vapor que o mesmo ar poderia conter se estivesse saturado, a idênticas temperatura e pressão.

V

Voçoroca – Processo erosivo subterrâneo, causado por infiltração de águas pluviais, por meio de desmoronamento e que se manifesta por grandes fendas na superfície do terreno afetado, especialmente quando este é de encosta e carece de cobertura vegetal.

Vazão – Volume fluido que passa, na unidade de tempo, por meio de uma superfície (como exemplo, a seção transversal de um curso d'água).

Vazão ecológica – Vazão que se deve garantir a jusante de uma estrutura de armazenagem (barragem) ou captação (tomada de água), para que se mantenham as condições ecológicas naturais de um rio.

Vertedor – Dispositivo utilizado para controlar e medir pequenas vazões de líquidos em canais abertos.

SITE INTERESSANTES:

Concursos

<http://www.duci.net/>

<http://www.pciconcursos.com.br/>

<http://www.vemconcursos.com.br/>

<http://www.centraldeconcursos.com.br/>

<http://www.concursos.com.br/>

<http://www.cespe.unb.br/>

<http://concursos.correioweb.com.br/>

Notícias e Atualidades

<http://www.radiobras.gov.br/>
<http://www.primeiroprograma.com.br/>
<http://www.folha.uol.com.br/>
<http://noticias.uol.com.br/licaodecasa/>
<http://www.correioweb.com.br/>
<http://www.terra.com.br/>
<http://www.brasil.gov.br/>
<http://www.ibge.gov.br/>
<http://www.estadao.com.br/>
<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>

Educação em Geral

<http://pt.wikipedia.org/wiki>
<http://www.klickeducacao.com.br>
<http://www.historianet.com.br/home/>
<http://www.nethistoria.com/>
<http://educaterra.terra.com.br/vizentini/>

Busca

<http://busca.uol.com.br/>
<http://www.google.com.br/>
<http://br.yahoo.com/>
<http://www.globo.com/>

EXERCÍCIOS DE CONHECIMENTOS GERAIS (ATUALIDADES)

QUESTÃO 1

(UnB) As questões demográficas sempre despertaram grande interesse dos cientistas sociais, por fornecer subsídios para a análise e planejamento de diversos aspectos relacionados à população. Julgue os itens.

- 1) A população brasileira vem crescendo a taxas cada vez mais elevadas e nas décadas de 70 e 80 registraram-se acréscimos nas taxas médias de fecundidade em todas as regiões do país.
- 2) Os países subdesenvolvidos apresentam pirâmide etária com uma base larga e um topo estreito. De 1970 a 1980, a base da pirâmide da população brasileira estreitou-se e o topo alargou-se.
- 3) A política demográfica brasileira, instituída pela Constituição de 1988, determina que o Estado deve propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício do direito de livre decisão sobre o planejamento familiar.
- 4) A Teoria de Malthus, fundamentada na relação entre crescimento populacional e meios de subsistência, revelou-se verdadeira, pois, decorridos quase dois séculos, suas previsões concretizaram-se.

QUESTÃO 2

(UnB) A configuração de cada sociedade é determinada pelo modo como esta se organiza para viver e produzir. Com base nesta afirmativa, julgue os itens abaixo.

- 1) Como conseqüências mais diretas do fenômeno de urbanização da sociedade industrial, pode-se citar o aumento da população urbana, a concentração espacial das atividades e funções e o próprio aumento do número de cidades.
- 2) As grandes concentrações espaciais de atividades e funções na cidade pretendem garantir a diminuição dos custos de produção e facilitar a realização do ciclo produtivo.
- 3) As conseqüências ambientais das áreas conurbadas envolvem congestionamentos, poluição do ar e da água, falta de saneamento básico e falta de opções de lazer, atingindo indistintamente toda a população.

QUESTÃO 3

(UnB) Vários acontecimentos marcaram o Brasil nos últimos 50 anos destacando-se o elevado crescimento populacional, a grande e rápida industrialização e o intenso processo de urbanização. Julgue os itens.

- 1) A rede urbana brasileira, entendida como a distribuição das cidades pelo território e sua interligação com os eixos ferroviários e rodoviários, é caracterizada pela irregular e descontínua distribuição no espaço.
- 2) O termo conurbação corresponde a uma vasta área urbanizada, resultante do encontro de duas ou mais metrópoles, como por exemplo, a área compreendida entre São Paulo e Rio de Janeiro.
- 3) Pela primeira vez na história brasileira, registra-se, a partir da década de 70, uma diminuição da população rural em termos absolutos e relativos.
- 4) No Brasil, o processo de urbanização recente é descentralizador, gerando cidades de pequeno e médio porte.

QUESTÃO 4

(UnB) A concentração da população em determinadas áreas é geralmente explicada pelas condições naturais. Conhecendo-se a distribuição mundial da população, julgue os itens.

- 1) As condições históricas e culturais podem sobrepor-se às condições naturais, explicando muitas áreas ecúmenas.
- 2) As condições econômicas e tecnológicas são subordinadas às condições naturais para o estabelecimento do homem.
- 3) Em função das condições naturais, a população mundial registrou sempre a mesma taxa de crescimento, através dos tempos.
- 4) As grandes áreas de aglomerações humanas são metrópoles, onde existem locais densamente populosos sendo alguns em condições de extrema miséria.

QUESTÃO 5

(UnB) Com base no cálculo da taxa anual de crescimento demográfico, o IBGE estimou que, em 1991, o Brasil contaria com uma população de 170 milhões, a estimativa não se verificou e o recenseamento realizado em 91 registrou uma população de 140 milhões, evidenciando, portanto, na década de 80/90, uma queda na taxa anual de crescimento no país. Julgue os itens.

- 1) O Brasil entra na década de 90 com aproximadamente 90% da população vivendo nas cidades, em decorrência da modernização agrícola e da metropolização.

- 2) A concentração da população urbana no país tem gerado um grande mercado de consumo para os produtos industrializados.
- 3) A atual concentração urbana no país possibilita, dentro do subsistema da totalidade socioespacial, a convivência entre elementos pertencentes tanto ao Primeiro, como ao Terceiro Mundo: o Shopping Center e o mercado informal, os condomínios fechados e as favelas.
- 4) A legitimidade conferida às cidades por meio da elaboração de Leis Orgânicas e Planos Diretores Municipais valoriza o poder local e força a gestão administrativa a gerar soluções para os seus problemas.
- 5) É defensável a tese de que “é possível mudar o país através das cidades”, tal a importância da gestão administrativa urbana para a federação brasileira.

QUESTÃO 6

(UnB) Em relação à população no Brasil, julgue.

- 1) A participação das mulheres na força de trabalho está crescendo no conjunto da população economicamente ativa.
- 2) A região Sul possui um perfil muito semelhante ao do Nordeste, quanto à distribuição da população economicamente ativa.
- 3) A diferenciada expectativa de vida da população dos estados brasileiros é reflexo da distribuição pelos vários setores da atividade, de sua população economicamente ativa.
- 4) O crescimento natural da população brasileira tem-se mantido em queda, ao longo das últimas décadas.

QUESTÃO 7

(UnB) Com relação aos aspectos da população mundial, julgue os itens.

- 1) O crescimento das áreas urbanas com as migrações do campo para a cidade é um fato que ocorre no mundo inteiro.
- 2) O superpovoamento de um determinado país é um indicador obrigatório de sua baixa condição de vida.
- 3) Os índices de mortalidade global não diferem muito entre os vários países do globo.
- 4) A pirâmide etária nos países subdesenvolvidos pode ser caracterizada como tendo, geralmente, uma base mais estreita e um cume mais longo.
- 5) O crescimento demográfico determina sempre o ritmo de crescimento econômico.

QUESTÃO 8

(UnB) Com referência ao processo de desenvolvimento brasileiro, destacam-se alguns aspectos populacionais de grande importância. Considerando este tema, julgue os itens seguintes.

- 1) No Brasil, os negros que, em 1940, representavam 14,6% da população tiveram sua participação reduzida para 3% em 1980, estando hoje concentrados geograficamente nas regiões Norte e Centro-Oeste.
- 2) A partir da década de 70 ocorreram modificações na dinâmica da natalidade no Brasil, atribuídas principalmente a maior adoção de práticas anticoncepcionais e do aborto, à rápida urbanização da população e a maior participação da mulher nas atividades fora do lar.
- 3) A redução da mortalidade infantil no Brasil, um indicador social do desenvolvimento, significa que o país passou da condição de subdesenvolvido para a de país desenvolvido.

QUESTÃO 9

(UnB) As questões demográficas sempre foram objeto de preocupação por parte dos planejadores e estudiosos de todo o mundo em diversos períodos da história. Em relação ao tema julgue os itens seguintes.

- 1) Os neomalthusianos atribuem ao crescimento populacional do Terceiro Mundo a causa do estado de pobreza e subdesenvolvimento e defendem a adoção de políticas oficiais de controle de natalidade.
- 2) Para os reformistas ou marxistas, a miséria seria uma forma natural de controle da superpopulação e o Estado não deveria intervir nesse mecanismo regulativo.
- 3) Países como Portugal e Uruguai encontraram o caminho do desenvolvimento por meio da manutenção de baixas taxas de crescimento populacional.

QUESTÃO 10

(UnB) Sobre a população brasileira, julgue os seguintes itens.

- 1) São fatores que explicam a concentração distributiva de renda no país: restrição ao direito de greve no final dos anos 60 e década de 70, pouca atuação dos sindicatos, aumento da rotatividade da força de trabalho e sistema de recolhimento de impostos.
- 2) Os fatores de mudanças (transformações ocorridas pela modernização da agricultura) são os responsáveis pelas migrações pendulares.
- 3) A política demográfica brasileira, apoiando o planejamento familiar com limite de filhos por casal, foi criada por lei nesta segunda metade do século XX.

- 4) A queda do nível salarial leva a população a fazer reivindicações, por meio de lutas em prol de reajustes que superam o alto custo de vida, e por moradia, assistência médica, escolas, creches e transporte eficiente e barato.
- 5) A distribuição da população brasileira por setores de atividade mostra uma concentração no setor terciário, explicada pelo número significativo de subempregos e desempregos.
- 6) Os índices médios da mortalidade infantil no Brasil têm diminuído sensivelmente, face às melhorias das condições sanitárias e higiênicas do país.

QUESTÃO 11

(UnB) Sobre a urbanização brasileira, julgue os seguintes itens.

- 1) A rede de relação hierarquizada que vai das metrópoles até as cidades locais apresenta-se totalmente articulada em todo o território nacional.
- 2) Uma das formas de subordinação do campo à cidade é a utilização, cada vez mais intensa, dos insumos oriundos do meio urbano, de crédito bancário e de máquinas agrícolas essenciais ao processo de desenvolvimento da agricultura.
- 3) Nas grandes áreas metropolitanas do país, a especulação imobiliária expulsa a população das áreas centrais para a periferia, deixando temporariamente vazios esses terrenos, para a valorização do capital.
- 4) Brasília e Goiânia são exemplos de cidades criadas pelo processo urbano-industrial e planejadas pelo Estado.
- 5) As cidades brasileiras foram produzidas pelo processo de industrialização, e as modificações na organização do espaço são o resultado da intensificação da atividade produtiva.
- 6) Os principais problemas urbanos no país são moradia, infra-estrutura e violência, porque a lógica que impulsiona o ordenamento interno das cidades é a viabilização dos fluxos de produção.

QUESTÃO 12

(UnB) Sobre a urbanização, julgue os seguintes itens.

- 1) Nos países do Terceiro Mundo, a saída de pessoas do campo para a cidade ocorre devido à mecanização das atividades agrícolas e à oferta de empregos urbanos.
- 2) Nos países de economia planificada, a urbanização passou a ser controlada, atendendo aos interesses dos órgãos planejadores, gerando menos concentração no espaço.
- 3) A população, ao escolher um lugar para morar na cidade, tem como determinante o salário que recebe, ou seja, a localização que cada um ocupa no processo produtivo.
- 4) A região que vai de São Paulo ao Rio de Janeiro é um exemplo de área conurbada.
- 5) Rede de esgotos, abastecimento de água, poluição da água e do ar, e habitação são alguns dos graves problemas oriundos do processo de urbanização e metropolização da América Latina.

QUESTÃO 13

(UnB) A cidade, *locus* do cidadão e da cidadania, é um mundo de transformações rápidas e vida agitada. Julgue os itens.

- 6) Na cidade realizam-se a gestão e a organização dos espaços urbanos e rurais.
- 1) Na cidade moderna o setor econômico dominante é o primário, agroexportador.
- 2) O dinamismo e a diversificação das atividades econômicas na cidade permitem maior oferta de empregos e maior número de profissões.
- 3) O crescimento físico das grandes cidades do Terceiro Mundo se dá de forma homogênea acompanhado de criteriosa e eficiente gestão administrativa municipal.

QUESTÃO 14

(UnB) “A urbanização brasileira só começou a partir do momento em que a indústria passou a tornar-se o setor mais importante da economia nacional”. Julgue os itens.

- 4) O processo produtivo se apóia numa divisão territorial que envolve uma rede de cidades de variados portes, nas quais as várias etapas e funções de apoio se cumprem.
- 1) As grandes cidades, as metrópoles, crescem atualmente em um ritmo superior ao das pequenas e médias cidades.
- 2) A urbanização brasileira, fruto de um capitalismo dependente, é a matriz geradora dos conflitos urbanos presentes na maioria das cidades brasileiras.
- 3) A rede urbana brasileira está totalmente articulada em toda a extensão do território nacional.
- 4) A hipertrofia do setor terciário no Brasil, apresentando grande número de trabalhadores autônomos e enorme volume de pequenas empresas, diferencia a urbanização brasileira daquela ocorrida nos países desenvolvidos.

QUESTÃO 15

(UnB) A dinâmica da sociedade dita as normas do processo de formação do espaço. Com base nesta afirmação e nos conhecimentos sobre urbanização brasileira, julgue os itens.

- 5) A fase inicial da urbanização abrandou os desequilíbrios regionais da fase colonial, face ao crescimento de áreas urbanas no leste brasileiro.
- 6) A aceleração do processo de urbanização ocorreu, principalmente, a partir de 1949, sob o governo de Getúlio Vargas, com a intensificação da industrialização no Brasil.
- 7) O aumento do número de cidades e sua conseqüente concentração de população expressam quantitativamente o fenômeno da urbanização.
- 8) Em razão da elevada quantidade de atividades que estas cidade concentram, Rio de Janeiro e São Paulo são consideradas as únicas metrópoles de características nacionais.
- 9) As redes urbanas configuram-se como um conjunto articulado de cidades de tamanhos diferentes e diretamente proporcionais à quantidade de atividades que concentram.

QUESTÃO 16

(UnB) Nas cidades brasileiras, a população que vive em situações de miséria, definida pelo conjunto de pessoas com renda de até 1/4 do salário mínimo, tem aumentado significativamente, elevando-se de 9,4% em 1980, para 14,8% em 1990. Com relação às condições de vida nas cidades do Brasil, julgue os itens seguintes:

- 1) Verifica-se a existência de dois circuitos econômicos: parte da população urbana participa das atividades do setor formal da economia enquanto que a maioria vive das atividades relacionadas a um setor terciário informal.
- 2) Os bens e serviços urbanos, que têm seus custos pagos pela coletividade, com o recolhimento de impostos, são desigualmente distribuídos no espaço das cidades, existindo zonas extremamente carentes desses bens e serviços.
- 3) A especulação imobiliária é um processo socioespacial resultante do mecanismo de valorização da terra a qual incorpora no seu valor os benefícios da instalação de infra-estrutura realizados pelo poder público.

QUESTÃO 17

(UnB) A urbanização é um fenômeno espacial que tem como causas transformações sociais e econômicas. Sendo assim, julgue os itens a seguir.

- 4) Quando a porcentagem da população urbana em relação à população total de um país ou de uma região aumenta, verifica-se a ocorrência do processo de urbanização.
 - 1) A conurbação não é um fenômeno ligado à urbanização.
 - 2) Uma rede urbana bem estruturada é decorrente do processo de urbanização com industrialização.
 - 3) A mecanização do campo aliada à existência de oferta de empregos na indústria são apontadas como as principais causas da urbanização nos países subdesenvolvidos.

QUESTÃO 18

(UnB) Em relação à agricultura brasileira podemos afirmar que

- 4) existe, no Brasil, uma persistência do elevado padrão de concentração da propriedade da terra.
- 5) nem toda a força de trabalho, no minifúndio, pode ser empregada em vista da exigüidade da terra e, assim sendo, gera subemprego ou mesmo desemprego.
 - 1) a situação fundiária do Brasil contrapõe-se à da América Latina, pois enquanto aqui estabeleceu-se uma colonização de exploração, com base na grande propriedade rural, nos países da América Latina, com raras exceções, a colonização de povoamento realizou uma melhor estrutura fundiária.
 - 2) apesar de os minifúndios no Brasil ocuparem uma pequena área de terra, eles predominam numericamente e tal fato explica a sua grande participação na exportação brasileira de produtos agrícolas.
 - 3) outro problema da agricultura brasileira a ser enfrentado e resolvido é o da produtividade. Ele implica várias soluções: a seleção de sementes e mudas, técnicas agrícolas, adubação, educação agrícola e muitas outras.

QUESTÃO 19

(UnB) Sobre o espaço agrário brasileiro, julgue os seguintes itens.

- 4) O subaproveitamento da terra para a produção de alimentos é uma característica da questão agrária no Brasil, juntamente com a concentração de terras.
 - 1) O governo, ao providenciar as culturas para exportação visa obter divisas ou financiar as importações de equipamentos para o desenvolvimento de outras atividades econômicas.
 - 2) Os estabelecimentos rurais com menos de 100 ha são altamente produtivos, sendo responsáveis não só pelas culturas do mercado interno, como também por uma parcela significativa de matérias-primas para a indústria.
 - 3) Os latifúndios por dimensão são propriedades onde a terra é mantida inexplorada, com fins especulativos ou é explorada de forma deficiente e inadequada.
 - 4) Os pequenos arrendatários e parceiros, em número significativo no país, constituem o grupo das relações de trabalho capitalistas no campo.

QUESTÃO 20

(Mackenzie-SP) Julgue as seguintes afirmações.

- 1) O Brasil já revela um processo de dispersão industrial, embora o predomínio de São Paulo continue.
- 2) Os pólos industriais mais novos de São Paulo são os de Cubatão e do Vale do Paraíba, que se desenvolveram na década de 80.
- 3) A industrialização da região sul foi apoiada em fatores regionais, fruto do empresariado das áreas coloniais.

QUESTÃO 21

Quanto ao fato de o Brasil ser considerado país subdesenvolvido industrializado, julgue os itens.

- 1) Mesmo tendo superado a condição de subdesenvolvimento, o Brasil se industrializou, apoiado na iniciativa de milhares de trabalhadores e na abertura do mercado externo aos produtos brasileiros.
- 2) No estágio atual do sistema capitalista, não se pode mais definir a situação brasileira como de subdesenvolvimento, devido à forte presença da indústria.
- 3) O grau de industrialização alcançado pelo Brasil pode ser atribuído, em grande parte, à expansão do setor de bens de consumo duráveis e não duráveis.
- 4) O Brasil tornou-se um país subdesenvolvido industrializado principalmente pela participação de empresas multinacionais em setores relevantes da atividade industrial.
- 5) A situação de país subdesenvolvido industrializado não é exclusiva do Brasil. Outros países como Argentina, México, Coreia do Sul e Formosa estão em posição semelhante.

QUESTÃO 22

(UnB) Globalização é a palavra de ordem no mundo atual, como registra a seguinte canção de repentistas.

O computador

A vida daqui pra frente
Será menos burocrática
O mundo em peso mergulha
Na era da informática
E o que parecia um sonho
Tá sendo visto na prática...
Nas linhas da internet
O mundo é grande mas cabe
No espaço de um disquete.

(Raimundo Nonato e Nonato Costa)

A respeito do tema globalização, julgue os itens abaixo.

- 1) De modo figurado, os dois últimos versos da canção resumem o fato de a chamada nova ordem mundial, estruturada nas confluências econômicas, políticas, étnicas e culturais, ser calcada em um único centro espacial de poder.
- 2) Os fluxos migratórios registrados são resultado de uma igualdade socioeconômica entre as populações dos diversos países e mesmo internamente em um país, a qual facilita a mobilidade da força de trabalho.
- 3) A formação de megablocos econômicos constitui um entrave à completa globalização.
- 4) A explosão de vários conflitos étnicos e culturais tem dificultado o processo de abertura de fronteiras em vários países.

QUESTÃO 23

(UnB) Julgue os itens seguintes, relativos à situação geopolítica do mundo pós-Guerra Fria.

- 1) Com o fim da Guerra Fria, o mundo passou a viver um período menos turbulento, apesar de ainda se verificarem pequenos distúrbios em áreas isoladas.
- 2) Os motivos para as atividades terroristas incluem a rivalidade étnica.
- 3) Na Europa, as mudanças de liderança são resultado da instabilidade política em que está mergulhado todo aquele continente.
- 4) As lutas civis e os conflitos territoriais são mais freqüentes no continente americano, devido a sua maior dependência econômica.

QUESTÃO 24

(UnB) A Guerra do Golfo apresentou a muitos de nós os curdos, um povo, uma nação sem um espaço soberano, habitantes antigos do Iraque, que também ocupam terras do Irã, na Síria, na Turquia, na Armênia e no Azerbaijão. Eles são muçulmanos mas não são árabes. Sejam eles quem forem, parecem ser *personae non gratae*. Os curdos são um povo há séculos, mas eles são simplesmente um povo sem um país, um Estado próprio. (George J. Dermao)

O texto acima trata de dois importantes conceitos para a Geografia: “nação”, um conceito cultural, e “país” (ou “Estado”), um conceito político. Tendo em vista tais conceitos, julgue os itens a seguir.

- 1) Os muçulmanos formam um país.
- 2) Os árabes formam uma etnia.
- 3) Um país, ou um Estado, pode ser constituído por várias nações.
- 4) Os “curdos” não formam uma etnia.

QUESTÃO 25

(UnB) Segundo a Organização das Nações Unidas e o Fundo Mundial para a Natureza, o comércio de animais silvestres, problema grave e de difícil solução, corresponde ao terceiro maior negócio ilegal do mundo – movimentando R\$ 10 bilhões anualmente –, e tem o Brasil como um dos maiores países exportadores. Acerca dessa atividade, julgue os itens a seguir.

- 1) A extinção de espécies e a perda de material genético incluem-se entre os principais riscos dessa atividade.
- 2) Populações economicamente carentes têm nesse comércio uma fonte de renda, o que dificulta a erradicação do tráfico.
- 3) Apesar de ser uma prática ilegal, a caça de animais silvestres não provoca desequilíbrio dos ecossistemas.

QUESTÃO 26

(UnB) Desde que o presidente George Bush proclamou a Nova Ordem Mundial, alguns fatos têm marcado a História e alterado significativamente a configuração geopolítica do mundo. Na esteira da queda da União Soviética, têm ocorrido sangrentas guerras civis em várias antigas repúblicas soviéticas. A Iugoslávia, arbitrariamente esculpida dos restos do Império Austro-Húngaro depois da Primeira Guerra Mundial, tem sido estremecida por brutal ressurgimento de lutas étnicas e nacionalistas, que deixaram o país em pedaços.

Com o auxílio do texto, julgue os itens seguintes.

- 1) A velha ordem mundial – o período da Guerra Fria – assentava-se na bipartição do poder entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética e, paradoxalmente, coincidiu com um período de cerca de quatro décadas de paz e estabilidade de fronteiras no espaço euro-asiático.
- 2) O fim da Guerra Fria criou condições para o surgimento de um novo mundo multipolar. Os fluxos comerciais e os movimentos de capitais globalizaram-se e geraram enormes complexos econômicos. Em razão disso, observa-se, em todos os países europeus, a eliminação de fronteiras alfandegárias, políticas e econômicas.
- 3) Os conflitos mencionados no texto comprovam o enfraquecimento atual de certos megablocos econômicos regionais, como a União Européia.
- 4) Apesar dos entraves advindos do protecionismo praticado por outros blocos regionais, o MERCOSUL apresenta, hoje, um estágio de desenvolvimento muito semelhante ao da ALCA e caminha rumo à decisão de adotar brevemente o real como moeda única, conforme protocolo firmado em recente visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Argentina.

QUESTÃO 27

(UnB) A mensagem abaixo foi escrita por Marija Marjanovic, estudante universitária sérvia, a respeito da guerra na Iugoslávia.

Coisas horríveis têm acontecido comigo e com o meu povo, os sérvios. Os americanos estão arruinando nossas vidas. Vocês acreditam que eles estão preocupados com direitos humanos? O que eles querem é criar áreas de conflito na Europa para reter a força da Comunidade Européia.

Meu povo está em situação ruim: de um lado, temos um governo que não se preocupa conosco e que não foi escolhido por Belgrado. Do outro, estamos sendo bombardeados por quem deveria proteger os civis.

Queremos nossa família, nosso trabalho, nosso lazer... Queremos viver com dignidade. Estamos muito cansados do que tem acontecido conosco nos últimos dez anos. Por favor, ajudem-nos. (Fonte: *Internet* – com adaptações)

A partir do texto, julgue os itens que se seguem.

- 1) Segundo denúncia da estudante, os albaneses, que são maioria em Belgrado, escolheram o atual governo, que, depois de eleito, passou a ameaçar a paz sérvia, na Iugoslávia.
- 2) A Iugoslávia é uma área de fácil acesso, na Europa, por ser banhada, ao leste, pelo mar Adriático, e ao oeste, pelo mar Negro. Belgrado, a capital, fica próxima ao mar Adriático e a Sarajevo, na Bósnia, por isso a referência de Marija a “dez anos” de conflitos.
- 3) Quando se reporta a “quem deveria proteger os civis”, Marija faz referência à ONU, à OTAN e ao Iraque, aliados, desde o início dos conflitos, no combate às forças armadas do governo de Slobodan Milosevic.

- 4) A mensagem de Marija permite concluir que nem sempre os povos apóiam as empreitadas bélicas de seus líderes.

QUESTÃO 28

(UnB) No mundo globalizado contemporâneo, as relações políticas e econômicas entre países reorganizam-se em função de novos padrões de produção e de consumo. Esse processo revela a face geopolítica da economia mundial sob a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA). Com relação ao processo de globalização, julgue os itens.

- 1) A globalização da economia foi extremamente importante para o Brasil porque possibilitou a instalação de grandes empresas estrangeiras no país.
- 2) A recente fase da economia globalizada teve sua arrancada com a expansão do comércio internacional, que determinou a criação de acordos internacionais para estabelecer regras e tarifas.
- 3) Com a globalização, os investimentos diretos de longo prazo dos países ricos são direcionados principalmente para os países pobres, devido à dimensão do mercado consumidor que estes representam.

QUESTÃO 29

(UnB) Nos anos 90, no contexto das mudanças internacionais e dos processos de reestruturação e liberalização das economias na América Latina, tanto o conceito como a realidade de integração foram modificados drasticamente.

(Alicia Frahoano. *Cooperación política e integración latinoamericana en los '90*. Flacso. Santiago, Chile, 1996.)

Considerando o trecho acima, relacionado às transformações ocorridas na América Latina na última década, julgue os itens seguintes.

- 1) As ações visando à integração e à cooperação econômica, política e social entre os países latino-americanos são recentes, avançando principalmente após a democratização dos regimes de governo.
- 2) As dificuldades de integração e formação de uma comunidade das nações latino-americanas possuem causas econômicas e políticas, como o crescente endividamento externo, que revela uma grande vulnerabilidade ao capital internacional.
- 3) A integração de mercados no MERCOSUL é desvantajosa para as empresas transnacionais americanas e européias instaladas na região, devido aos acordos comerciais entre os países-membros.
- 4) A desvalorização cambial brasileira teve conseqüências quanto à manutenção da estabilidade do MERCOSUL, devido, principalmente, à desestabilização das exportações entre Brasil e Argentina.

QUESTÃO 30

(UnB) O Oriente Médio é uma das áreas mais conflituosas do planeta, sempre tendo como pano de fundo a questão étnico-cultural. Com relação aos conflitos verificados nas últimas décadas, envolvendo poder, território e recursos naturais nessa área, julgue os itens que se seguem.

- 1) Os curdos representam um movimento guerrilheiro separatista que reivindica um território independente do Iraque.
- 2) A guerra Irã-Iraque teve, entre outros motivos, uma questão territorial estratégica importante para a produção petrolífera dos dois países.
- 3) A revolução iraniana que depôs o Xá Reza Pahlevi, fortalecendo o regime xiita, alcançou tais resultados graças ao apoio militar dos EUA.
- 4) A invasão do Kuwait pelo Iraque foi finalizada por um acordo de paz, pelo qual o Kuwait aceitou estabelecer as novas fronteiras exigidas pelo Iraque.

QUESTÃO 31

(UnB) O solo e o subsolo são passíveis de degradação ambiental. Analisando os processos que neles ocorrem, pode-se perceber o grau de vulnerabilidade de um sistema natural. Com relação às causas que comprometem a utilização sustentável do solo e do subsolo, julgue os itens seguintes.

- 1) A ação erosiva da água no solo ocorre quando ela, em vez de escoar superficialmente, sem qualquer empecilho, infiltra-se para o subsolo.
- 2) Comumente conhecidos como lixões, os grandes depósitos urbanos de lixo são fonte de contaminação do subsolo, sendo que a coleta seletiva de lixo ajuda a reduzir esse problema.
- 3) Substâncias químicas provenientes de indústrias podem poluir o solo, mas, felizmente, o subsolo está a salvo desses tipos de contaminações devido à sua maior profundidade.
- 4) Os agrotóxicos apresentam o risco de contaminar a água potável e de matar microrganismos essenciais ao solo.

QUESTÃO 32

(UnB) O desenvolvimento regional tradicionalmente refere-se à questão das trocas inter-regionais, que constituem o fundamento da especialização local. Atualmente, a geografia regional enfoca as diferentes

fases do processo de produção, que se realizam no espaço de forma diferenciada, de acordo com as características da nova divisão espacial e internacional do trabalho, introduzida pela empresa multinacional. Em relação ao desenvolvimento dessa nova regionalização, julgue os itens a seguir.

- 1) A globalização coloca em evidência a questão geográfica dos lugares e das identidades locais: as nações estão interligadas em um sistema mundial em que cada cultura pode expressar-se e interagir com outras; por isso, a globalização não está limitada apenas à transnacionalização dos sistemas econômicos e financeiros.
- 2) Tendo como suporte a economia americana, o NAFTA, cujo objetivo é o desenvolvimento de programas de ajuda social e combate às desigualdades econômicas, constituiu-se como um bloco de economia diversificada, que apresenta grandes desníveis econômicos e sociais entre os países-membros.
- 3) A formação de megablocos econômicos supranacionais representa a expressão de uma política territorial para reduzir as barreiras impostas pelas fronteiras nacionais à livre circulação de mercadorias e de capitais.
- 4) A circulação financeira no mundo ligado em rede proporciona a estabilidade econômica e política dos países dependentes dos financiamentos de curto prazo porque as aplicações, por sua vez, também são transmitidas via rede, permitindo maior rapidez nos investimentos.

QUESTÃO 33

(UnB) Diferentemente do mundo digital, o do trabalho tradicional é um espaço territorial concreto e de fronteiras fixas. Cada Estado exerce sua soberania plena para formular as políticas que regulamentam questões relacionadas ao trabalho e, conseqüentemente, as de controle da migração. A esse respeito, julgue os itens abaixo.

- 1) A criação dos blocos regionais tem facilitado o fluxo de milhões de migrantes, legais ou ilegais, como é o caso do NAFTA, que provoca o deslocamento de migrantes mexicanos para trabalhar no Vale do Silício, e da União Européia, que recebe africanos fugitivos das guerras para realizarem trabalhos menos especializados.
- 2) A expectativa de melhores oportunidades de emprego, salário e acumulação rápida de riqueza tem provocado, em certas regiões, um tipo de migração contratada, que tem levado à superexploração do trabalho do imigrante, sob condições de semi-escravidão.
- 3) Uma característica importante no espaço das economias pós-industriais é a presença de uma estrutura de distribuição setorial da população economicamente ativa concentrada no setor secundário, devido ao grande desenvolvimento das atividades tecnológicas na produção.
- 4) O processo de migração internacional tornou-se mais intenso na década de 90, devido às disparidades de oferta/escassez de postos de trabalho e de distribuição da riqueza, o que provocou novas tensões mundiais, evidenciando não mais uma linha de ruptura geopolítica, mas sim geoeconômica.

QUESTÃO 34

(UnB) Os países latino-americanos representam o segundo principal mercado para as exportações brasileiras e a terceira fonte de origem das importações. A ampliação das trocas comerciais entre os países apresenta-se, atualmente, como uma tendência crescente. A propósito desse processo, julgue os itens a seguir.

- 1) As idéias de integração econômica entre os países latino-americanos tiveram início após o término dos regimes autoritários, na década de 80, e da distensão da política da guerra fria, que impediam a formação de associações entre países fora do bloco bipolarizado.
- 2) O MERCOSUL emerge no cenário mundial em um contexto de competição por mercados para seus produtos e de busca de acordos de desregulamentação e liberalização das tarifas alfandegárias sobre o fluxo interno das mercadorias.
- 3) A Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que reunia quase toda a América do Sul, inclusive a Colômbia, o Equador e a Venezuela, e que contava com a integração do México para formar uma ampla zona de livre comércio, fracassou devido às divergências políticas e à recessão econômica, que limitaram o crescimento do comércio entre os países.
- 4) A crescente dívida externa dos países latino-americanos apresenta-se, atualmente, como um fator de estímulo ao desenvolvimento de acordos comerciais e uniões aduaneiras bilaterais entre os países, devido à prioridade dada ao desenvolvimento interno e aos investimentos intra-regionais.

QUESTÃO 35

(UnB) Acerca do MERCOSUL, julgue os seguintes itens.

- 1) No âmbito do MERCOSUL, o Brasil tem uma participação minoritária nas trocas comerciais.
- 2) Nas trocas comerciais entre os países-membros, o Brasil exporta principalmente produtos industrializados e importa, entre outros, produtos agropecuários.
- 3) A abertura das fronteiras econômicas no interior do bloco vem sendo acompanhada de migrações das populações fronteiriças entre os países-membros.

- 4) As políticas macroeconômicas implantadas pelos governos dos países-membros objetivam principalmente a redução do desemprego na região.

QUESTÃO 36

(UnB) Apesar das inúmeras tentativas para a obtenção da paz entre os povos de Israel e da Palestina, recentemente vem sendo observado um agravamento da situação de violência entre esses povos, como decorrência de infrutíferas negociações e de disputas políticas pelo poder. Acerca desse e de outros conflitos no Oriente Médio, julgue os itens seguintes.

- 1) Um dos pontos importantes da questão palestina é a disputa pela faixa de Gaza, área estratégica devido às reservas petrolíferas.
- 2) A situação dos palestinos nos recentes conflitos com os israelenses foi agravada pela falta de apoio dos países árabes.
- 3) A consolidação de um acordo de paz entre Israel e Palestina é dificultada pelos desentendimentos religiosos e pela distribuição geográfica dos povos dentro da região conflagrada.
- 4) O ponto de convergência atual entre os países árabes é a luta para conter a influência do fundamentalismo islâmico sobre a população muçulmana.

QUESTÃO 37

(UnB) Os trechos a seguir referem-se a notícias encontradas em vários jornais durante o ano de 2001.

O julgamento de um ex-membro da Ku-Klux-Klan e a permanência de um símbolo racista na bandeira do Mississippi, após plebiscito realizado entre a população, reacendem a discussão sobre o racismo nos Estados Unidos. 30.05.2001

O Tribunal de Crimes de Guerra da Organização das Nações Unidas (ONU) informou que indiciou Slobodan Milosevic por genocídio na Bósnia. 23.11.2001

Protestantes extremistas suspenderam o bloqueio perto de uma escola católica ao norte da capital da Irlanda, no qual crianças passavam diariamente por um corredor polonês. 24.11.2001

Em face desses tópicos, julgue os itens que se seguem.

- 1) No bojo dos conflitos étnicos e raciais acima mencionados, estão envolvidas motivações econômicas e(ou) questões ligadas à concorrência pelo espaço.
- 2) A fragmentação da ex-Iugoslávia teve origem em um nacionalismo alimentado pelo medo da volta da dominação russa, país de maioria eslava.
- 3) A questão do preconceito racial tem-se tornado irrelevante, enquanto as noções de religião e cultura prevalecem em muitos conflitos existentes atualmente.
- 4) Etnia foi um fator levado em conta na reorganização política e territorial no mundo no final do século XX.

QUESTÃO 38

(UnB) No âmbito da globalização, têm sido apontadas imensas oportunidades tecnológicas, econômicas e sociais para o desenvolvimento dos países pobres. Acerca desse assunto, julgue os itens seguintes.

- 1) O processo de globalização vem eliminando gradativamente as profundas desigualdades socioeconômicas do mundo contemporâneo.
- 2) A supressão das barreiras comerciais que restringem as exportações dos países pobres representaria o fim dos grandes blocos econômicos, já que todos os países passariam a comerciar independentemente.
- 3) Apesar das contradições e dificuldades ainda existentes, o processo de globalização objetiva uma economia mundial homogênea, na qual desapareceriam a hierarquia dos lugares e a centralização do poder.
- 4) O subdesenvolvimento econômico é um entrave à inserção de um país no mercado globalizado.

QUESTÃO 39

(UnB) Foi anunciada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) a previsão de 24 milhões de pessoas desempregadas no mundo para o ano de 2002. Com relação a esse assunto, julgue os seguintes itens.

- 1) A previsão feita pela OIT diz respeito ao conjunto de países pobres, uma vez que, nos países ricos, verifica-se o quadro de pleno emprego.
- 2) A riqueza econômica de certos países é fator desencadeador de imigrações e, conseqüentemente, a xenofobia e muitos conflitos étnicos têm-se manifestado.
- 3) Nos países de industrialização recente, verifica-se que o nível de desemprego diminui proporcionalmente ao aumento do produto interno bruto.
- 4) A oferta de mão-de-obra atrai investimentos, fazendo que a globalização seja um fator incontestável de diminuição do nível de desemprego para todas as atividades econômicas, mesmo para países que apresentam crescimento populacional.

QUESTÃO 40

(UnB) Em doze países, trezentos milhões de europeus passaram a adotar, em janeiro de 2002, uma nova moeda: o euro. Na verdade, o euro não é novo, já vinha sendo utilizado desde janeiro de 1999 em

transações eletrônicas e interbancárias. Agora, nesses países, as pessoas terão o benefício de lidar apenas com notas de uma mesma moeda. Acerca do processo de unificação europeia, julgue os itens a seguir.

- 1) A adoção da nova moeda em 2002 comprova que a unificação europeia tem-se dado apenas no plano econômico, permanecendo os interesses de cada país-membro como assunto de discussão interna, submetidos às políticas traçadas por seus governos.
- 2) A União Europeia foi impulsionada pela fragmentação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), quando os países europeus sentiram a necessidade de criar um mercado regional para proteger suas economias.
- 3) O estabelecimento da moeda única, o euro, é também um projeto político.
- 4) Entre os benefícios da implantação da nova moeda está a consolidação de uma identidade para o conjunto de países constituintes da União Europeia.

QUESTÃO 41

(UnB) A rede mundial de computadores é hoje uma ferramenta indispensável em vários aspectos da vida e não somente um modismo. Acerca do impacto do uso da Internet no mundo atual, julgue os itens subseqüentes.

- 1) Conectando todo o mundo, a Internet é a forma mais democrática de acesso à informação, sem fronteiras e sem discriminações, disponível a todos os habitantes do planeta.
- 2) Com a Internet, as possibilidades de participação de pequenas empresas no mercado global aumentaram.
- 3) A Internet tem gerado transformações sociais e econômicas que se refletem no fluxo de pessoas e de mercadorias.
- 4) No caso das empresas, a Internet representou um custo adicional de instalação e operação, sem qualquer eliminação de despesa, mas que concedeu outras vantagens.

QUESTÃO 42

(IESB) Em fevereiro de 1995, a informação globalizada tornou-se tema de uma conferência especial do G-7, reunida em Bruxelas, Bélgica. Norte-americanos, europeus e japoneses reconhecem no mercado mundial da informação um novo foco de disputa geopolítica. Sobre o sistema da atual informação globalizada, julgue os itens.

- 1) A informação globalizada é fruto de um conjunto de inovações tecnológicas, entre elas destacam-se: a capacidade crescente de armazenagem de dados dos chips miniaturizados, a integração da informática e das telecomunicações por satélites, a substituição dos cabos telefônicos de cobre pelos feixes de fibras óticas e o desenvolvimento dos software de multimídia.
- 2) Dentro da informação globalizada, a Internet aparece como “estrela do momento”, pois, por meio da Internet, é possível a conexão em tempo real de pessoas situadas eventualmente no outro lado do mundo, bem como o acesso a bases de informação disponíveis e transmissão de textos e imagens a qualquer outro usuário.
- 3) De certa forma a Internet apresenta um caráter anárquico, pois representa um sistema de informação sem nacionalidade e sem nenhum tipo de controle. No entanto, as informações por ela transmitidas não constituem ameaças à população em geral, já que através da Internet circulam conteúdos exclusivamente educativos.
- 4) É na região do vale do silício, localizada no nordeste dos Estados Unidos, que se propagam a maior parte das informações transmitidas pela Internet, pois é nesta região, também conhecida como manufacturing belt, que estão domiciliados os principais fabricantes de chips e software do mundo.
- 5) A evolução tecnológica dos satélites e dos computadores é fundamental para o processo de globalização, pois permite a interligação instantânea de mercados financeiros situados em qualquer lugar do planeta.

QUESTÃO 43

(IESB) O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades. Para tal seria necessário minimizar os impactos ambientais através de uma alteração qualitativa em nosso atual processo de desenvolvimento, a fim de torná-lo menos intensivo de matérias-primas e mais equitativo para todos, e ao mesmo tempo orientá-lo para um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estariam de acordo com as necessidades atuais e futuras. Nosso

Futuro Comum – Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente –ONU)

A respeito do tema abordado, julgue os itens abaixo.

- 1) Após a Conferência do Rio, a Eco-92, a transferência de tecnologias menos poluentes dos países ricos para os países pobres tem permitido uma intensa reorganização do processo de desenvolvimento econômico em nível mundial, caracterizado, de forma geral, por ser menos agressivo ao meio ambiente.

- 2) O desenvolvimento tecnológico de fontes de energia mais limpas, como, por exemplo, a energia solar, eólica, geotérmica e das marés, facilitaria a implantação do desenvolvimento sustentável.
- 3) Na Conferência de Buenos Aires, realizada em novembro deste ano, conquistou-se um grande avanço para a questão ambiental, pois os países desenvolvidos, particularmente os Estados Unidos, comprometeram-se em reduzir significativamente as emissões de dióxido de carbono para atmosfera e desenvolver novos processos tecnológicos que contribuam para evitar um aquecimento excessivo do planeta.
- 4) A utilização do lixo orgânico para a produção de adubos e/ou para produção de gás metano que pode ser utilizado como combustível, além da reciclagem do lixo inorgânico domiciliar e industrial, contribuiriam para preservação dos recursos naturais, logo para adoção de um desenvolvimento sustentável.
- 5) O desenvolvimento tecnológico não é exclusivo dos países desenvolvidos, exemplo é o programa do Proálcool desenvolvido pelo Brasil, que, além de ser um combustível menos poluente, em sua produção obtém-se o vinhoto, que, quando jogado nos rios, favorece a manutenção do equilíbrio ecológico dos corpos hídricos.

QUESTÃO 44

(IESB) Uma das modalidades do crime organizado que mais cresce atualmente é o narcotráfico. Na América Latina, bem como em outras áreas do mundo, o narcotráfico encontra-se fortemente enraizado na sociedade e até mesmo nas instituições do Estado. Acerca do tema, julgue os itens a seguir.

- 1) Na Colômbia existem fortes indícios de ligações entre os narcotraficantes e as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).
- 2) O Plano Colômbia, proposto pelos Estados Unidos, que visa combater o narcotráfico na Colômbia, recebeu amplo apoio do governo brasileiro que cedeu parte do território amazônico para a instalação de bases militares estadunidenses.
- 3) No Brasil, a atividade do narcotráfico restringe-se à comercialização da droga, não havendo indícios de produção química de narcóticos.
- 4) O avanço tecnológico nas áreas de telecomunicações e informática, bem como a globalização dos mercados financeiros, facilitaram o processo de lavagem do dinheiro ilícito obtido pelo crime organizado.

QUESTÃO 45

(IESB) A integração do mercado americano, por meio da formação da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), foi tema de debate e divergências no início deste ano. No Brasil, grupos nacionalistas temem que o projeto Alca concretize a dominação estadunidense, enquanto que alguns grupos empresariais projetam elevados lucros com a efetivação do acordo. Acerca do tema, julgue os itens a seguir.

- 1) Classificado como um acordo econômico do tipo mercado comum, a Alca tem por objetivo principal eliminar entaves burocráticos e tarifários para a livre circulação de mercadorias, bem como facilitar a circulação de trabalhadores nos países que formam o continente americano.
- 2) A reunião entre os chefes de Estado do continente, ocorrida no Canadá em abril deste ano, concretizou a participação cubana na Alca.
- 3) Os objetivos da Alca concentram-se na área comercial, não prevendo significativos avanços nos setores sociais, trabalhistas e ambientais.
- 4) Uma das formas de protecionismo praticada pelos Estados Unidos contra produtos brasileiros são as barreiras comerciais não-tarifárias como, por exemplo, as barreiras sanitárias.
- 5) A liderança brasileira na América do Sul, no projeto de formação da Alca, encontra-se ameaçada, uma vez que atual posição geopolítica do Chile é de maior aproximação econômica dos Estados Unidos, por meio da consolidação de tratados comerciais, e que a própria Argentina, membro do Mercosul e forte parceira comercial do Brasil, também acena para uma aceleração de acordos bilaterais com os estadunidenses.

QUESTÃO 46

(CESPE-UnB/SoldadoPMDF/2001) Como nossas outras iniciativas, as sementes da globalização transformaram-se em um jardim. Nosso conceito de globalização evoluiu da conquista de novos mercados para o de compras de produtos e componentes em todo o mundo e, finalmente, para o aproveitamento do capital intelectual de qualquer país. Vejamos o exemplo da Índia. Desde o início, senti-me otimista com a energia mental do país, mas a maneira como a exploramos ultrapassou meus sonhos mais ousados. O talento científico e técnico da Índia no desenvolvimento de *software*, em projetos e em pesquisa básica é incrível. A grande riqueza da Índia é seu povo altamente educado, capaz de realizar as mais diversas tarefas, com grande eficiência.

Jack definitivo: segredos do executivo do século. Rio de Janeiro: Campus, 2001, p. 353 (com adaptações).

Com relação aos aspectos sugeridos pelo texto para a compreensão do processo de globalização, julgue os itens subseqüentes.

- 1) Para grandes empresas multinacionais, houve certa mutação na idéia de globalização, de uma noção de acesso a novos mercados para uma outra visão, mais voltada para o aproveitamento das capacidades intelectuais dos países onde tais empresas se instalam.
- 2) Pode-se constatar que mesmo países na periferia do sistema internacional podem ter certas possibilidades de ganhos com a globalização.
- 3) O progresso científico e tecnológico da Índia, na perspectiva da globalização em curso, prescindiu do desenvolvimento das ciências básicas.
- 4) O peso da educação é irrelevante na formação de uma sociedade apta a enfrentar os desafios da globalização.
- 5) A vida social e política da Índia, com a grandiosidade da sua população e da sua cultura, a impede de encontrar possibilidades positivas na interdependência econômica de ordem planetária.

QUESTÃO 47

(CESPE-UnB/SoldadoPMDF/2001) A inserção internacional do Brasil na era da globalização gerou intenso debate nacional na década passada e no início deste século.

As posições oscilam em um grande espectro, desde visões que criticam os ditames da globalização até os que a defendem de forma ferrenha. A respeito dessas diferentes posições, julgue os seguintes itens.

- 1) Para vários analistas, a globalização fez que o Brasil abrisse excessivamente sua economia e ampliasse sua vulnerabilidade externa.
- 2) Os impactos da forma liberal de abertura econômica e de realização dos processos de privatização de empresas estatais e públicas no Brasil vêm sendo, de acordo com várias análises, uma forma de bem adaptar o país à competitividade internacional.
- 3) Orientações político-partidárias distintas, postas em marcha em razão das eleições presidenciais do ano 2002, postulam formas diferentes de orientar a inserção internacional do país a partir de 2003.
- 4) O cenário internacional dos anos 90 fez do Brasil, para todas as correntes de opinião pública, um país forte e dotado de grande capacidade de ação no sistema de poder da globalização.
- 5) Os riscos e as oportunidades da globalização trazem para o Brasil o desafio da busca de um lugar adequado na ordem internacional que se desenha.

QUESTÃO 48

(CESPE-UnB/SoldadoPMDF/2001) O impacto dos eventos do dia 11 de setembro de 2001 marcou a história recente. Para uns, a tragédia norte-americana deve ser circunscrita ao seu próprio país. Para outros, a humanidade deixou de ser a mesma depois dos atentados terroristas ao World Trade Center e ao Pentágono. A respeito dessas diferentes visões, julgue os itens a seguir.

- 1) Os analistas são unânimes em definir o dia 11/9/2001 como o marco para uma nova era histórica, representando a passagem da era contemporânea para a pós-moderna.
- 2) Uma das teorias utilizadas pelos interesses geopolíticos norte-americanos na declaração de guerra ao Afeganistão vem sendo a do choque de civilizações.
- 3) Uma nova forma de guerra foi posta em marcha, marcada pela idéia de inimigo difuso e onipresente.
- 4) A aliança internacional contra o terrorismo é um fato marcante, derivado dos eventos do dia 11/9/2001.
- 5) Os efeitos da guerra em curso na Ásia Central se circunscreverão apenas à área de deflagração, ficando o restante da humanidade fora dos impactos perversos do conflito.

QUESTÃO 49

(CESPE-UnB/SoldadoPMDF/2001) O MERCOSUL está posto em xeque diante das crises crescentes entre seus dois parceiros mais poderosos: o Brasil e a Argentina. Vários argumentos são utilizados nesse momento de crise.

A respeito desses argumentos, julgue os itens abaixo.

- 1) Os negociadores argentinos alegam que a crescente desvalorização do real em relação ao dólar inviabiliza o bloco regional.
- 2) O Brasil vem criticando a forma unilateral com que a Argentina vem administrando, a seu favor, a Tarifa Externa Comum.
- 3) A reclamação do setor industrial argentino é de que o produto brasileiro está chegando muito barato no mercado da Argentina.
- 4) Os negociadores brasileiros denunciam a inconsistência dos argentinos, que, ao negociarem uma matéria de uma maneira em um dia, tendem a modificar a decisão no dia seguinte.
- 5) Argentinos e brasileiros, apesar das diferentes formas de conceberem o mercado regional, vêm se esforçando para não deixar de lado os ganhos relativos do MERCOSUL.

QUESTÃO 50

(CESPE-UnB/PRF/2004) Julgue os itens abaixo, acerca de aspectos relacionados a acidentes de trânsito e às condições atuais das rodovias brasileiras.

- 1) Dados divulgados recentemente pelo IBGE atestam o elevado número de óbitos de causa não-natural, em sua grande maioria devidos a homicídios e a acidentes de trânsito, vitimando sobretudo homens jovens.
- 2) Graças aos recursos oriundos do programa de privatização das rodovias brasileiras iniciado no governo Fernando Henrique Cardoso e mantido no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva, foi possível recuperar a malha rodoviária federal ao longo de 2003.
- 3) A primeira grande diferença entre a atual política externa brasileira e a do governo anterior é que, logo após tomar posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o rompimento do Brasil com os acordos internacionais celebrados por Fernando Henrique Cardoso.
- 4) A ONU foi criada no imediato pós-Segunda Guerra Mundial e, em grande parte de sua existência, conviveu com o tenso cenário de bipolaridade do poder mundial, assinalado pela disputa entre EUA e União Soviética.
- 5) Ao contrário do ocorrido durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, o governo Lula afastou-se, ainda que temporariamente, das discussões em torno da ALCA, provavelmente como forma de pressionar os EUA a abrandarem suas posições.

QUESTÃO 51

(CESPE-UnB/PRF/2004) Julgue os itens.

- 1) Na chamada fase liberal-conservadora da República brasileira (1946-1964), prevaleceu uma política externa autônoma em relação aos EUA, exceção feita aos governos Jânio Quadros e João Goulart, cuja ação diplomática pautou-se pelas orientações emanadas de Washington.
- 2) O atual estágio de globalização da economia é marcado, entre tantos outros elementos, pela tendência à formação de blocos regionais — como pretende ser a ALCA citada no texto —, como forma de inserção vantajosa no competitivo mercado mundial.
- 3) Uma política mundial de combate à fome e à miséria tem sido objeto recorrente nas participações do presidente Lula em eventos internacionais, tendo sido proposta em reunião do G-8 e no plenário da ONU.
- 4) Ao retirar o Brasil da OMC, em represália à prática de subsídios pelos países mais ricos, como os EUA e os integrantes da União Européia, o governo Lula agiu de forma similar ao de Juscelino Kubitschek, que chegou a romper com o Fundo Monetário Internacional (FMI).
- 5) Em sua viagem aos países do Oriente Médio ao final de 2003, o presidente Lula enfatizou a necessidade de que sejam ampliadas as possibilidades de comércio entre os países que não integram.

52. (BACEN) CARLOS CHAGAS Eleito com 53 milhões de votos em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva é o primeiro presidente brasileiro de esquerda e de origem operária. Despertou, com as promessas de campanha, uma expectativa de profundas mudanças no Brasil. Nos últimos meses vem enfrentando dificuldades provocadas pelas denúncias de corrupção feitas contra o seu partido, integrantes do Congresso Nacional e órgãos públicos. Tem sido característica marcante de sua administração

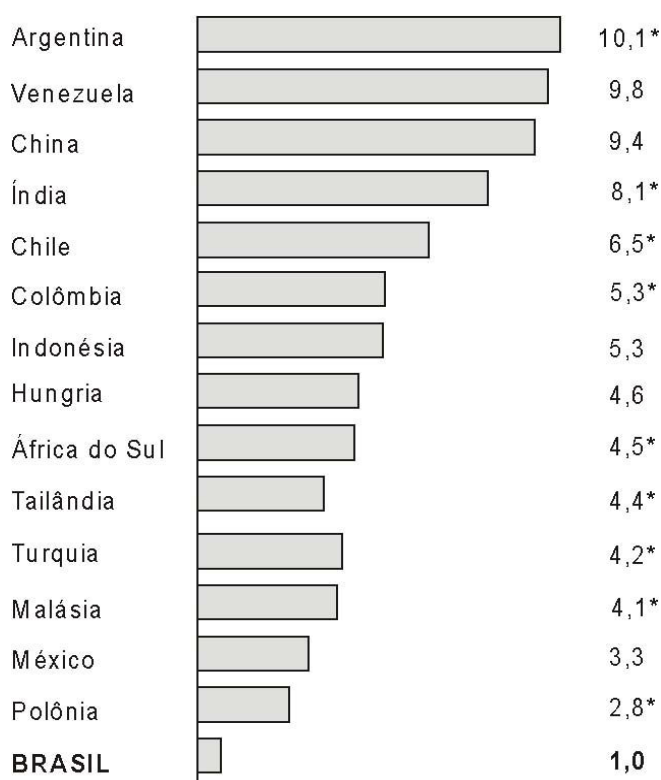
- a) a promoção da Reforma Agrária, bandeira de luta do PT desde a sua fundação, com o assentamento de 300 mil famílias de trabalhadores sem terra por ano, desde 2003.
- b) o rompimento radical com o Fundo Monetário Internacional, traduzido em desobediência às diretrizes impostas por aquela instituição para gerenciar a economia brasileira.
- c) a realização de um amplo programa de privatizações de instituições financeiras e empresas de telecomunicações que pertenciam, desde os anos 1930, ao Estado brasileiro.
- d) a manutenção da política econômica ortodoxa do seu antecessor, com a adoção de medidas conservadoras como a fixação das altas taxas de juros reais, com o objetivo de conter a inflação.
- e) a adoção de um novo modelo político de governo, em que não se aceita qualquer aliança com partidos de oposição, a não ser que seja para aprovar projetos de interesse da maioria trabalhadora.

53. (BACEN) CARLOS CHAGAS A Organização das Nações Unidas (ONU) realiza, anualmente, vários estudos sobre desenvolvimento mundial. Um de seus órgãos, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), publicou em 14 de dezembro de 2005 o seu relatório anual, divulgando o Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI), resultado de pesquisas sobre

indicadores sociais diretamente ligados à infância. Entre os 192 países pesquisados, o Brasil ocupa o 88º lugar, onde a pior posição é a de número 1 e a melhor a de número 192. Assim, é correto afirmar que

- a) o Brasil se posiciona entre os 50% piores.
- b) há 92 países em posição pior que a do Brasil.
- c) para ficar entre os 10 melhores, o Brasil precisa ultrapassar 78 posições.
- d) o Brasil está entre os 50% melhores.
- e) há 110 países em posição melhor que a do Brasil.

54. (BACEN) CARLOS CHAGAS O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, em 1º de dezembro de 2005, a informação de que o Produto Interno Brasileiro (PIB) caiu 1,2% no terceiro trimestre deste ano, se comparado ao mesmo período de 2004. Paralelamente, a revista britânica *The Economist* publicou uma relação contendo o índice de crescimento de países emergentes, conforme o gráfico abaixo.



Tanto a queda do PIB brasileiro quanto a sua classificação diante de outros países emergentes podem ser explicadas por vários fatores, atuais ou existentes há muito tempo. Entre esses fatores, é correto citar a

- a) superprodução da atual safra de laranja, trigo e café e a falta de dinamismo do setor exportador.
- b) queda do consumo das famílias e a burocracia que dificulta as exportações
- c) redução do crédito e a precária infra-estrutura viária.
- d) diminuição da massa real de rendimentos e a falta de capital humano.
- e) quebra da safra agrícola e a alta carga tributária vigente no país.

55. (BACEN) CARLOS CHAGAS Considere a tabela abaixo

| | 1999 | 2050 (Previsão) |
|-----------------------|-------------|-----------------|
| População Mundial | 6.0 bilhões | 9.4 bilhões |
| Suficiência de água | 92% | 58% |
| Insuficiência de água | 5% | 24% |
| Escassez de água | 3% | 18% |

Fonte: <http://www.deca.com.br>, acessado em 05/12/2005.

Da análise das informações acima, é correto afirmar:

- A previsão de escassez para o ano 2050 pode não ocorrer, porque com o controle de natalidade praticado nos países emergentes, a tendência é que o consumo de água diminua sensivelmente nas próximas décadas.
- As perspectivas para o século XXI indicam um cenário de insuficiência e escassez de água, de modo que este bem natural passará a ser mais precioso para a humanidade do que o petróleo.
- A previsão feita é equivocada, pois o programa Década Internacional de Água pela Vida, lançado pela ONU em 2005, já conseguiu aumentar em 50% a quantidade de água disponível para as atividades humanas.
- Analisando os dados, podemos concluir que a frase "A água é um recurso ilimitado" pode ser entendida, a cada dia que passa, como uma verdade indiscutível.
- As previsões para 2005 foram levadas tão a sério em nosso país que já existem, hoje, em 90% dos municípios brasileiros, programas de Uso Racional da Água implantados com sucesso.

56. (BACEN) CARLOS CHAGAS O atual governador de Mato Grosso do Sul pretende aprovar um projeto que permite a plantação de cana-de-açúcar e a instalação de usinas de álcool na Bacia do Rio Paraguai, como demonstra o mapa.



Fonte: O Estado de S. Paulo. 20/11/2005. A24

Analise os argumentos sobre o projeto:

- Ambientalistas são contrários ao projeto porque, por princípio, discordam de toda e qualquer intervenção humana na natureza.
- Alguns prefeitos de cidades próximas consideram que a única forma de desenvolver a região é através do agronegócio.
- O Ministério do Meio Ambiente é contra o projeto, afirmando que ele pode comprometer a biodiversidade da região e provocar a degradação do solo.
- Alguns ambientalistas concordam que o desenvolvimento é importante, mas afirmam que a área não é própria para a lavoura de cana e o subproduto tóxico gerado pela sua destilação, o vinhoto, pode contaminar rios e águas subterrâneas.
- Técnicos ambientalistas aprovam o projeto, alegando que, como a Bacia do Rio Paraguai corre em terreno plano, a possibilidade de contaminar o Aquífero Guarani,

que fica no subsolo da região, é muito remota.

É correto o que consta APENAS em

- a) III e V.
- b) I, III e V.
- c) II, III e IV.
- d) II e V.
- e) IV e V.

Banco do Brasil FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS Janeiro/2006

Atenção: As questões de números 57 a 61 referem-se ao texto apresentado abaixo.

O segredo da acumulação primitiva neoliberal

Numa coluna publicada na Folha de São Paulo, o jornalista Elio Gaspari evocava o drama recente de um navio de crianças escravas errando ao largo da costa do Benin. Ao ler o texto – que era inspirado –, o navio tornava-se uma metáfora de toda a África subsaariana: ilha à deriva, mistura de leprosário com campo de extermínio e reserva de mão-de-obra para migrações desesperadas. Elio Gaspari propunha um termo para designar esse povo móvel e desesperado: “os cidadãos descartáveis”. “Massas de homens e mulheres são arrancados de seus meios de subsistência e jogados no mercado de trabalho como proletários livres, desprotegidos e sem direitos.” São palavras de Marx, quando ele descreve a “acumulação primitiva”, ou seja, o processo que, no século XVI, criou as condições necessárias ao surgimento do capitalismo.

Para que ganhássemos nosso mundo moderno, foi necessário, por exemplo, que os servos feudais fossem, à força, expropriados do pedacinho de terra que podiam cultivar para sustentar-se. Massas inteiras se encontraram, assim, paradoxalmente livres da servidão, mas obrigadas a vender seu trabalho para sobreviver.

Quatro ou cinco séculos mais tarde, essa violência não deveria ter acabado? Ao que parece, o século XX pediu uma espécie de segunda rodada, um ajuste: a criação de sujeitos descartáveis globais para um capitalismo enfim global.

Simples continuação ou repetição? Talvez haja uma diferença – pequena, mas substancial – entre as massas do século XVII e os migrantes da globalização: as primeiras foram arrancadas de seus meios de subsistência, os segundos são expropriados de seu lugar pela violência da fome, por exemplo, mas quase sempre eles recebem em troca um devaneio. O protótipo poderia ser o prospecto que, um século atrás, seduzia os emigrantes europeus: sonhos de posse, de bem-estar e de ascensão social.

As condições para que o capitalismo invente sua versão neoliberal são subjetivas. A expropriação que torna essa passagem possível é psicológica: necessita que sejamos arrancados nem tanto de nossos meios de subsistência, mas de nossa comunidade restrita, familiar e social, para sermos lançados numa procura infinita de status (e, hipoteticamente, de bem-estar) definido pelo acesso a bens e serviços. Arrancados de nós mesmos, deveremos querer ardentemente ser algo além do que somos.

Depois da liberdade de vender nossa força de trabalho, a “acumulação primitiva” do neoliberalismo nos oferece a liberdade de mudar e subir na vida, ou seja, de cultivar visões, sonhos e devaneios de aventura e sucesso. E, desde o prospecto do emigrante, a oferta vem se aprimorando. A partir dos anos 60, a televisão forneceu os sonhos para que o campo não só devesse, mas quisesse, ir para a cidade.

O requisito para que a máquina neoliberal funcione é mais refinado do que a venda dos mesmos sabonetes ou filmes para todos. Trata-se de alimentar um sonho infinito de perfectibilidade e, portanto, uma insatisfação radical. Não é pouca coisa: é necessário promover e vender objetos e serviços por eles serem indispensáveis para alcançarmos nossos ideais de status, de bem-estar e de felicidade, mas, ao mesmo tempo, é preciso que toda satisfação conclusiva permaneça impossível.

Para fomentar o sujeito neoliberal, o que importa não é lhe vender mais uma roupa, uma cortina ou uma lipoaspiração; é alimentar nele sonhos de elegância perfeita, casa perfeita e corpo perfeito. Pois esses sonhos perpetuam o sentimento de nossa inadequação e garantem, assim, que ele seja parte inalterável, definidora, da personalidade contemporânea.

Provavelmente seria uma catástrofe se pudéssemos, de repente, acalmar nossa insatisfação. Aconteceria uma queda total do índice de confiança dos consumidores. Bolsas e economias iriam para o brejo. Desemprego, crise, etc.

Melhor deixar como está. No entanto, a coisa não fica bem. Do meu pequeno observatório psicanalítico, parece que o permanente sentimento de inadequação faz do sujeito neoliberal uma espécie de sonhador descartável, que corre atrás da miragem de sua felicidade como um trem descontrolado, sem condutor, acelerando progressivamente por inércia – até que os trilhos não agüentem mais.

(Contardo Calligaris, Terra de ninguém. São Paulo: Publifolha, 2002)

Nota: O autor desse texto, Contardo Calligaris, é psicanalista e foi professor de estudos culturais na New School de Nova York. Faz parte do corpo docente do Institute for the Study of Violence, em Boston. É também colunista da Folha de S. Paulo.

57. (BACEN) CARLOS CHAGAS Considere as seguintes afirmações:

- I. Tomando como ponto de partida um comentário de outro jornalista sobre um fato recente da época, o autor dispõe-se a compreender esse fato à luz de uma expressão de Marx “cidadãos descartáveis”, que já previa o processo migratório de trabalhadores no século XX.
- II. A expressão “acumulação primitiva” é considerada pelo autor como inteiramente anacrônica, incapaz, portanto, de sugerir qualquer caminho de análise do neoliberalismo contemporâneo.
- III. Acredita o autor que na base do mundo moderno, do ponto de vista econômico, está o fim do feudalismo, está a transformação dos servos feudais em trabalhadores que precisavam vender sua força de trabalho.

Em relação ao texto está correto SOMENTE o que se afirma em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

58(BACEN) CARLOS CHAGAS. O específico segredo a que se refere o autor no título do texto representa-se conceitualmente em vários momentos de sua argumentação, tal como ocorre na seguinte frase:

- a) Massas inteiras se encontraram, assim, paradoxalmente livres da servidão, mas obrigadas a vender seu trabalho para sobreviver.
- b) O navio tornava-se uma metáfora de toda a África subsaariana: ilha à deriva, mistura de leprosário com campo de extermínio e reserva de mão-de-obra para migrações desesperadas.
- c) Para que ganhássemos nosso mundo moderno, foi necessário, por exemplo, que os servos feudais fossem, à força, expropriados do pedacinho de terra que podiam cultivar para sustentar-se.
- d) Ao que parece, o século XX pediu uma espécie de segunda rodada, um ajuste: a criação de sujeitos descartáveis globais para um capitalismo enfim global.
- e) Trata-se de alimentar um sonho infinito de perfectibilidade e, portanto, uma insatisfação radical.

59. (BACEN) CARLOS CHAGAS A afirmação de que As condições para que o capitalismo invente sua versão neoliberal são subjetivas tem sua coerência respaldada no desenvolvimento do texto, já que o autor

- a) descarta a análise de processos históricos, para melhor se apoiar em aspectos da vida privada dos indivíduos típicos da era industrial.
- b) mostra como as exigências de satisfação pessoal vêm sendo progressivamente atendidas, desde que o homem passou a se identificar com seu status.
- c) analisa o funcionamento da máquina liberal e a considera uma tributária direta do conhecido processo da acumulação primitiva.
- d) localiza na permanência do sentimento de nossa inadequação um requisito com que vem contando o neoliberalismo.
- e) entende que o neoliberalismo assenta sua base no princípio de que os sonhos dos cidadãos descartáveis devem ser excluídos do pragmatismo produtivista.

60. (BACEN) CARLOS CHAGAS Quatro ou cinco séculos mais tarde, essa violência não deveria ter acabado? No contexto em que formula a pergunta acima, o autor, implicitamente, está questionando a tese de que os processos históricos ocorreriam

- a) como atualização de providências já verificadas no passado.
- b) numa escala de progressivo aperfeiçoamento social.
- c) alternando ganhos e perdas na qualidade de vida dos cidadãos.
- d) de modo a recompensar o esforço das classes dirigentes.
- e) de modo a tornar cada vez mais nítidas as aspirações de cada classe

social.

61. (BACEN) CARLOS CHAGAS No contexto em que ocorre a afirmação de que
- a) deveremos querer ardentemente ser algo além do que somos, o autor acusa o processo de despersonalização acionado pela máquina neoliberal.
 - b) a “acumulação primitiva” do neoliberalismo nos oferece a liberdade de mudar e subir na vida, o autor concede em que há uma vantagem real nesse caminho econômico.
 - c) Provavelmente seria uma catástrofe se pudéssemos (...) acalmar nossa insatisfação, o autor mostra o quanto os neoliberais subestimam a força da nossa subjetividade.
 - d) é melhor deixar como está, o autor está tomando como pior a situação representada por um trem descontrolado, sem condutor.
 - e) esses sonhos perpetuam o sentimento de nossa inadequação, o termo sonhos está representando um caminho alternativo para as práticas neoliberais
62. O sistema monetário internacional indica as características principais que determinam o comportamento do comércio internacional num certo momento histórico. Assinale o item incorreto sobre sistema monetário internacional.
- a) Entre 1880 e 1913, o padrão-ouro resultou em taxas cambiais fixas.
 - b) No período do padrão-ouro, os países atingidos por distúrbios excepcionais poderiam suspender a conversão em ouro temporariamente.
 - c) Diferente da época atual, no período do padrão ouro, os países mais pobres, como os da América Latina, não fugiam às regras internacionais, pois mantinham um controle rígido de suas políticas fiscais.
 - d) Na fase do lastro-ouro, a Grã-Bretanha foi um dos principais fatores para seu bom funcionamento.
 - e) O primeiro padrão-ouro no século XIX e início do século XX foi considerado “um sonho dourado”. A moeda nacional era simples nome para certas quantidades de ouro. Havia um mercado global único e uma moeda global única.
63. O Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial foram criados em 1944 com o objetivo de constituir uma fonte de reserva para os países que precisassem defender suas taxas cambiais. Marque o item correto.
- a) Quando foram criadas, tais instituições serviam principalmente às nações do Terceiro Mundo.
 - b) Mesmo com as mudanças que foram ocorrendo na economia, seus papéis não se modificaram.
 - c) O FMI sempre representou os interesses liberais, favorecendo os países pobres.
 - d) Com a quebra do sistema de Bretton Woods, no começo da década de 70, algumas funções objetivas do FMI se tomaram obsoletos.
 - e) Com as mudanças ocorridas no Leste Europeu, o FMI perde totalmente a sua importância para o comércio mundial.
64. Em julho de 1944, quarenta e quatro nações reuniram-se na Conferência de Bretton Woods, em New Hampshire, nos Estados Unidos, resultando em mudanças estruturais no funcionamento do sistema monetário internacional. Quanto à reunião de Bretton Woods e suas conseqüências principais, marque a incorreta. Foi criado o Fundo Monetário Internacional FMI e o Banco Mundial – BIRD.
- a) Acabou de vez com as tentativas de retomo do padrão-ouro e adotou as taxas de câmbio fixas, porém ajustáveis para todos os países, menos para os EUA, que adotaram o câmbio fixo dólar-ouro.
 - b) As taxas de câmbio não poderiam ter sido fixadas, pois não foram considerados os diferentes níveis de inflação dos países.
 - c) Com a Guerra do Vietnã, os EUA imprimiram mais dólares, aumentando a oferta da sua moeda no mercado externo, gerando uma queda inflacionária.

- d) Em 1971, Nixon abandonou a taxa de câmbio dólar-ouro/fixo, adotando o sistema de câmbio dólar-flutuante.
65. O Banco Mundial é um grupo formado por quatro ramificações. Quanto às características de cada uma, marque a incorreta.
- a) A Corporação de Finança Internacional – CFI fornece empréstimos para apoiar a expansão do investimento privado e de empresas privadas.
 - b) A Agência de Garantia de Investimento Multilateral – AgimM fornece garantia para as empresas e investidores contra riscos não comerciais no Terceiro Mundo.
 - c) A Associação de Desenvolvimento Internacional – ADI tem como prioridade os países mais pobres; faz empréstimos a juros baixos a longo prazo.
 - d) O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird trabalha diretamente com os governos dos países em desenvolvimento.
 - e) O Bird é classificado como excelente (AAA) para captação de crédito no mercado internacional. Seus lucros são reinvestidos nos países em desenvolvimento.
66. A característica mais evidente da internacionalização da economia refere-se à expansão dos mercados financeiros pelos quais trafega um volume de capital cada vez maior. São formados pelo mercado monetário e pelo mercado de capitais. Quanto aos mercados financeiros, marque a opção incorreta.
- a) O mercado monetário é um setor do mercado financeiro que opera a curto prazo, implicando segurança e liquidez.
 - b) O mercado de capitais doméstico tem a função de canalizar as poupanças da sociedade para o comércio, indústria, outras atividades econômicas e para o próprio governo.
 - c) O mercado de capitais internacional consiste nos mercados globais de ações e obrigações.
 - d) O mercado de moedas estrangeiras ou mercados de câmbio internacionais não estão ligados às transações comerciais entre os países.
 - e) Uma obrigação, ou bônus, é qualquer título de dívida pública ou privada (debênture) emitido por uma empresa ou governo, para levantar dinheiro com o objetivo de financiar seus gastos.
67. Em 1980, o Banco Mundial criou uma nova linha de crédito – empréstimos – para ajuste estrutural (Structural Adjustment Loans – SALS). Suas principais características e exigências demonstram claramente o retomo do pensamento liberal. Está valendo o princípio “do que é bom para os países ricos, também é bom para os países pobres”. Quanto às características e exigências desta nova linha de crédito, marque o item correto.
- a) Como não exige a elaboração de projetos específicos, seu desembolso é muito lento.
 - b) Obriga os países do sul a desregulamentarem seu comércio exterior.
 - c) É bom para o Terceiro Mundo, pois não atrela os empréstimos à necessidade de privatizar suas companhias estatais.
 - d) Fortalece o crescimento da economia formal, eliminando a figura de emprego autônomo, dando maior estabilidade aos trabalhadores, com forte regulamentação do mercado de trabalho.
 - e) Exige maior tributação nos impostos e tarifas para os bens produzidos pelo Estado (água, luz, lixo, telefones, etc.), evitando a necessidade de reforma tributária.
68. Os países asiáticos, conhecidos como membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático – ASEAN, mais os da região nordeste, denominados Novos Países Industrializados (NICs), ou Tigres Asiáticos, chamaram a atenção do mundo quanto ao crescimento que alcançaram nas últimas décadas, no comércio mundial. Quanto aos Tigres Asiáticos, marque o item incorreto.
- a) Seu crescimento foi consequência do “cordão sanitário”, criado pelos países ocidentais, principalmente, pelos EUA, nas décadas de 50 e 60.
 - b) Na década de 70, o Japão superou os países ocidentais nos investimentos para esses países.
 - c) A Asean conseguiu se manter independente do controle dos países centrais, não fazendo parte de megablocos supranacionais.
 - d) Os países da Asean criaram uma industrialização sem tecnologia, com total dependência externa e baixa mobilidade social.
 - e) A região da Asean sofre um alto controle dos gigantes econômicos, principalmente pelos chineses étnicos.
69. Quanto ao Acordo de Livre Comércio da América I do Norte – Nafta, marque a opção incorreta.
- a) A integração política e econômica da União Européia exerceu profundo impacto nas relações mundiais de comércio, mas não foi considerada fator de influência para a criação do Nafta.

- b) O Nafta é resultado da ampliação do acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e Canadá existente desde 1989.
- c) O Nafta entrou em vigor em 10 de janeiro de 1994, e prevê a eliminação de tarifas alfandegárias entre os três países, num prazo de 15 anos.
- d) Apesar de toda a propaganda feita, o Nafta não surtiu o efeito desejado pelos EUA, apesar de gerar milhares de empregos derivados das exportações para o Canadá e o México.
- e) Com a abertura da economia mexicana, há uma tendência em prejudicar as exportações dos demais países da América Latina para os EUA.
70. A República Popular da China é um caso especial no extremo leste do Continente Asiático. Sua abertura econômica para o comércio internacional, ocorrida nas últimas décadas, baseada nas idéias de “um país com dois sistemas” ou a prática do “socialismo de mercado”, provocou um crescimento econômico nunca imaginado pelos especialistas. Quanto à realidade atual da China Popular, marque a opção incorreta.
- a) Primeiro provocou mudanças na produção rural, criando as brigadas de produção.
- b) Durante os anos 80 e início de 90, o PIB chinês cresceu mais de 9% ao ano.
- c) O valor das exportações do país, para os EUA, cresceu de 10 bilhões em 78 para 92 bilhões em 93, gerando um superávit em 1994 de 30 bilhões de dólares.
- d) Com o crescimento econômico, a China consegue se livrar da posição de primeiro colocado no mundo, no desrespeito aos direitos humanos.
- e) Os principais pontos de discordância para a entrada definitiva da China Popular na OMC são as questões de direitos comerciais, humanos, proliferação nuclear e propriedade intelectual.
71. Depois de 156 anos como colônia da Grã-Bretanha, em julho de 1997 Hong Kong foi reincorporada à China. O acordo assinado entre a Grã-Bretanha e a China I sobre a devolução de Hong Kong incluiu os seguintes aspectos:
- a) Obedecendo a filosofia de “um país, dois sistemas”, Hong Kong permanece como Tigre Asiático até 2024.
- b) As relações econômicas externas da ilha passam para o comando central em Pequim.
- c) Hong Kong permanece como membro da OMC, da Apec e de outras organizações internacionais.
- d) A China Popular não controla o sistema alfandegário de Hong Kong.
- e) Os salários dos trabalhadores de Hong Kong passam a ser iguais aos da China Popular.
72. Após seis anos de reformas, a economia russa começava a mostrar sinais de crescimento em 1997, mas a sua situação piorou em 1998, provocando o famoso “efeito vodka”. Quanto à crise russa, marque a opção incorreta.
- a) A crise na Rússia piorou em consequência da crise asiática, o chamado “efeito saquê”.
- b) Ao aumentar a banda de flutuação do rubro, desvalorizou em 33% a sua moeda.
- c) A crise na Rússia só não piorou por causa de sua capacidade de produção interna, já totalmente reestruturada.
- d) O que salvou a economia e manteve a estabilidade política na Rússia foram: a queda do preço do barril do petróleo e o aumento das exportações desta commodity.
- e) É provável que rapidamente a Rússia consiga romper totalmente com a antiga estrutura da ex-URSS.
73. Quanto à organização da Ásia e da região do Pacífico atual, marque a opção incorreta.
- a) Em 1965, a Austrália e a Nova Zelândia criaram uma área de livre comércio (Nafta), substituída na década de 80 pelo acordo comercial de relações econômicas mais estreitas (CER).
- b) Em 1967, Indonésia, Malásia, Filipinas, Cingapura e Tailândia criaram a Asean, com previsão de implantar uma área de livre comércio até 2003.
- c) Os integrantes da Associação do Sul Asiático para a Cooperação Regional – SAARC – Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka em 1993, uniram-se também para a formação de uma área de livre comércio do sul da Ásia.
- d) A Apec – Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – obedece a duas etapas: união dos países industrializados até 2010 e dos não industrializados até 2020.
- e) Os blocos supranacionais asiáticos são independentes de qualquer relação ou dependência com o bloco informal do pacífico.
74. Sobre os blocos supranacionais da América Latina, marque a opção incorreta.

- a) O pacto andino foi lançado em 1966 e entrou em vigor a partir de 1969, cumprindo na íntegra o seu cronograma de funcionamento.
- b) O pacto andino passou a se chamar Comunidade Andina – CAN , em 1997, e tem como proposta mais imediata criar uma área de livre comércio com o Mercosul, a partir de 2002.
- c) O tratado de Montevideu criou a AlaIc, em 1960. Como não cumpriu seus objetivos, foi substituída pela Aladi, em 1980.
- d) A Associação do Livre Comércio do Caribe – Carifta – foi criada em 1967. Em 1973, foi transformada em Mercado Comum e Comunidade do Caribe – Caricom. Pretende incluir os territórios independentes e um dos seus principais objetivos imediatos é negociar com o Mercosul.
- e) Nos últimos anos do século passado, a maioria das organizações econômicas na América Latina e no Terceiro Mundo, de forma mais ampla, passaram a acelerar a implantação de áreas de livre comércio, numa espécie de corrida contra o tempo, quanto aos avanços dos megablocos supranacionais.
75. Quanto à formação dos blocos econômicos na América Latina, marque a opção incorreta.
- a) O Mercosul nasceu em 1991 sob o Tratado de Assunção, e na primeira etapa de integração conseguiu estabelecer uma área de livre comércio.
- b) Em dezembro de 1994, na Reunião de Ouro Preto (MG), o Mercosul entrou na fase de união aduaneira, implantando a Tarifa Externa Comum – TEC, para importações de países fora do pacto.
- c) A terceira fase de integração do Mercosul, isto é, chegar ao funcionamento como mercado comum, está prevista para 2005.
- d) O Chile, em 1996, e a Bolívia, em 1997, passaram a integrar o Mercosul como membros plenos.
- e) A União Européia é hoje a principal parceira comercial do Mercosul, justificando a assinatura do Acordo de Cooperação Inter-Regional, assinado em 1995.
76. O Oriente Médio resiste às mudanças que estão ocorrendo no sistema global e, a exemplo da Península Balcânica, insiste em corrida armamentista, típica do período da Guerra Fria. Quanto ao Oriente Médio e seus conflitos marque a opção correta.
- a) A eleição de Sharon, em fevereiro de 2001, representa um avanço na possibilidade de negociações de paz, pois ele foi eleito e representa os interesses da maioria dos judeus.
- b) A Intifada atual diferencia-se das anteriores, pois já existem milícias organizadas de palestinos nos acampamentos em Gaza e Jericó.
- c) Como Jerusalém foi fundada pelos judeus, e como só existem lugares sagrados nesta cidade para o judaísmo, é justo que os outros povos se retirem da região palestina.
- d) O Oriente Médio é uma das áreas de menor crescimento demográfico no mundo, graças aos fundamentalismos religiosos.
- e) O Pan-Arabismo e o Pan-Islamismo significam a mesma coisa, pois envolvem o mesmo povo e têm os mesmos objetivos.
77. As eleições em Israel, no dia 7/2/2001, colocaram novamente no poder um representante da ultradireita, Sharon. O candidato eleito recebeu mais de 60% dos votos, numa das eleições de maior número de abstenção da história desse país. Quanto à vitória dos judeus ortodoxos, suas principais causas e possíveis conseqüências para a realidade de conflitos do Oriente Médio, marque a opção incorreta.
- a) Um dos fatores que mais favoreceu a vitória de Sharon foi o passeio que fez pela praça das mesquitas, desafiando os palestinos islâmicos e deflagrando o processo da intifada.
- b) As eleições foram antecipadas, pois o partido dos trabalhistas, então no poder, não havia cumprido suas promessas de campanha.
- c) A derrota de Ehud Barak ocorreu devido aos votos dos judeus que vivem em Tel-aviv, pois não concordaram com a transferência da capital para Jerusalém.
- d) Uma das causas que motivaram a derrota dos trabalhistas foi a vergonhosa saída militar do sul do Líbano.
- e) A intifada atual é bem diferente das anteriores, pois, além da população civil palestina, grupos militares organizados também enfrentaram os soldados de Israel.
78. Os Líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST) no Pontal do Paranapanema vão formar militantes para os movimentos dos sem-teto que atuam na periferia das grandes cidades e confirmaram o seu interesse em estreitar as ligações com os sem-terra urbanos para utilizar essa militância, se for necessário, em ações no campo. Os objetivos dos sem-terra e dos sem-teto são praticamente os mesmos.

(Sem-Terra voltam a ameaçar governo com novas invasões. Correio Braziliense, 24/8/97.)

Julgue os itens relativos ao tema abordado no texto acima.

I – A situação atual dos sem-teto, ao ocuparem prédios abandonados dos centros urbanos mais antigos, principalmente em São Paulo, comprova a carência de habitações residenciais que se caracteriza como um dos problemas sociais mais graves em nosso País.

II – Ao ocuparem prédios públicos, o MST demonstra claramente que não há interferência de partidos políticos em suas atitudes, pois seu único objetivo com tal comportamento é o de forçar o Governo Federal a abrir novas negociações e abertura de créditos para a próxima safra agrícola.

III – No contexto do crescimento urbano experimentado em várias cidades brasileiras, está a especulação imobiliária do solo urbano, que ao lado da falta de infra-estrutura são fatos que corroboram para o quadro de periferização e de invasões nas cidades.

IV – A dificuldade de acesso à moradia na cidade é uma conseqüência natural do processo de metropolização, qualquer que seja a região ou o país.

V – Os problemas suscitados pela rápida urbanização no Brasil têm sido resolvidos satisfatoriamente, sinalizando o esvaziamento do movimento dos sem-teto nos próximos anos.

São verdadeiros os itens:

- a) I e II
- b) I e III.
- c) I e IV.
- d) I e V.
- e) nenhum dos itens.

79. Apesar do desempenho invejável de algumas economias, a maioria das sociedades não são caracterizadas por modernas economias. Na realidade, cerca de 800 milhões de pessoas ainda vivem em absoluta pobreza. Para essas populações, saúde, moradia, educação e alimentação praticamente inexistem. Se, para alguns países ou setores da população, houve alguma melhoria na qualidade de vida no último quarto deste século, para muitos houve, ao contrário, uma deterioração. Com relação à situação dos países pobres, julgue os itens seguintes.

I – Todos os países do Sul apresentam alto índice de superpovoamento de acordo com os critérios de IDH –Índice de Desenvolvimento Humano, indicado pela ONU, a partir de 1991.

II – O maior bolsão de pobreza no Brasil corresponde a uma significativa área da região Nordeste, esse bolsão de pobreza foi criado exclusivamente pela característica climática da região.

III – O Brasil, por ser um dos países mais industrializados do planeta, não apresenta problemas de superpovoamento, pois seu quadro socioeconômico é bastante equilibrado.

IV – Nas últimas décadas, o crescimento industrial tem estado presente em certas economias subdesenvolvidas. E a exemplo do Brasil, essa industrialização tem como prioridade substituir as importações.

V – O atual estágio de isolamento econômico dos países pobres é um entrave à suspensão da condição de subdesenvolvimento.

VI – O aumento da renda nacional traz, inquestionavelmente, uma sensível melhoria nas condições de vida de toda a população.

São falsos os itens

- a) I,II, III, IV e V.
- b) I, II, III, V e VI.
- c) II, III, IV, V e VI.
- d) I, III, IV, V e VI.
- e) todas são falsas.

80. A poluição atmosférica foi, indiscutivelmente, a questão mais controvertida da Conferência no Rio sobre Meio Ambiente, quer do ponto de vista ecológico, quer do ponto de vista político. De fato, o principal desafio em matéria de poluição atmosférica é o controle das emissões de gases pelas indústrias e pelos automóveis, que causam a chuva ácida e contribuem de maneira preponderante para o efeito estufa. Essa questão, inclusive, é de suma importância para os pequenos países do Pacífico e Caribe, geralmente minúsculas ilhas, que poderão desaparecer na hipótese de o nível dos mares aumentar em decorrência do degelo das calotas polares provocado pelo efeito estufa.

(Geraldo Eulalio do N. Silva. Direito Ambiental Internacional, Rio de Janeiro, Thex, 1995.)

Com o auxílio do texto, julgue os itens e assinale o verdadeiro.

- a) Apesar da conseqüência negativa citada no texto, em condições de equilíbrio, o efeito estufa desempenha a importante função de manter o planeta aquecido.
- b) Acidentes ecológicos, como o grande acidente ocorrido em Roraima, são os principais responsáveis pelo agravamento do efeito estufa.
- c) Ao provocar a maré negra, os acidentes na Baía de Guanabara e na região de Araucária, no Paraná, colocam a Petrobras como uma das maiores responsáveis pelo agravamento do efeito estufa, em nosso País.
- d) Devido à questão de soberania nacional, a poluição atmosférica é um assunto interno de cada país.
- e) No Brasil, o polêmico rodízio de automóveis, implantado na cidade de São Paulo, não pode ser considerado uma tentativa local de resposta ao desafio mencionado no texto.

81. A partir de 1970, intensificou-se uma corrente migratória do Brasil para o Paraguai, proveniente principalmente do Paraná. Cerca de 200 mil brasileiros emigraram para o Paraguai até 1977. Em 1979, a população brasileira que vivia no Paraguai era de 300 mil habitantes, o que representava cerca de 10% da população deste país. As conseqüências dessa colonização foram trágicas para os colonos brasileiros e também para a população paraguaia. Os trabalhadores dos campos paraguaios foram desalojados de suas terras, quando estas se localizavam próximas às áreas em que os projetos de colonização seriam desenvolvidos. A população indígena foi expulsa para áreas mais distantes, o desmatamento desenfreado prejudicou o ambiente. A maioria das terras adquiridas por brasileiros não foi legalizada. Os grandes empresários, na maioria brasileiros, tudo faziam para expulsar pequenos produtores, depois que estes realizavam todo o trabalho mais pesado, de desbravamento da terra, da forma mais barata possível, sem a necessidade de investimentos por parte do Estado ou do empresariado. A violência usada contra os pequenos produtores paraguaios e brasileiros foi muito grande.

(Regina Bega Santos. Migração no Brasil, São Paulo, Scipione, 1997, p. 64/66.)

Considerando o texto acima, que descreve a situação dos brasiguaios, julgue os itens sobre migrações no Brasil. E assinale o item falso.

- a) O Brasil tem problemas sérios de fronteiras com alguns vizinhos.
- b) As terras foram ocupadas pelo grande capital vindo do Brasil, que passou a explorar de forma irregular a mão-de-obra naquele país.
- c) A forma recente de ocupação de terras no Paraguai, na prática, corresponde a uma extensão das fronteiras agrícolas, implantadas no Brasil, a partir da década de 70.
- d) Hoje, uma parte significativa das pessoas que migraram para o Paraguai, já perderam suas identidades com os valores da cultura brasileira.
- e) O crescimento da ocupação recente no Paraguai foi acelerado porque o Brasil construiu uma ferrovia que facilita o escoamento de sua produção até o Porto de Paranaguá, no Paraná.

82. Recentemente, os quase três anos de crise econômica na Argentina provocou o retorno do pai do plano econômico, o Ministro Domingo Carvallo, responsável pela implantação da lei de conversibilidade da moeda na Argentina em relação ao dólar. Como medida extrema, na tentativa de retomar o crescimento econômico, o ministro da Economia desse país visitou o Brasil para acertar com as autoridades econômicas brasileiras a quebra da Tarifa Externa Comum – TEC. Quanto ao assunto do enunciado e ao Mercosul, assinale a alternativa **incorreta**.

- a) Com a assinatura do Tratado de Assunção em 1991, o Mercosul iniciou seu funcionamento, como área de mercado comum, isto é, com livre trânsito de pessoas e produtos entre os cinco países-membros.
- b) Resultando da Reunião de Ouro Preto (MG), em dezembro de 1994, a partir de janeiro de 1995 o Mercosul passou a funcionar como União Aduaneira e com a TEC.
- c) A crise do real, iniciada em janeiro de 1999, afetou a economia da Argentina. Tornando-a deficitária no comércio com o Brasil
- d) Por ter dolarizado, na prática, a sua economia, ao adotar o sistema de câmbio fixo, a Argentina devia, mas não podia desvalorizar a sua moeda para acompanhar a flutuação do real.
- e) Ao romper com a Tarifa Externa Comum, a Argentina provoca um retrocesso para o Mercosul.

83. A crise atual no Congresso Brasileiro resulta de distorções históricas, entre as quais, as autoridades acreditarem que podem fazer tudo que quiserem, inclusive o que não é permitido constitucionalmente ou o que eles pregam para que o cidadão comum não faça. Normalmente isso acontece por acreditarem na impunidade que o poder lhes oferece. Essa realidade nos faz acreditar que, podemos estar caminhando para uma democracia, mas não vivemos, ainda, numa sociedade democrática. Quanto ao assunto do enunciado, assinale o item verdadeiro.

- a) Ao extinguir a Sudam e a Sudene o Governo Federal não só interrompeu como eliminou com qualquer possibilidade de aumento de corrupção nos órgãos do Estado.
 - b) O Governo faz a sua parte, pois fiscaliza e regula os financiamentos liberados, o único problema são os empresários, que prometem, mas não cumprem as suas promessas.
 - c) Ao romper com o decoro parlamentar, alguns senadores podem ser punidos somente politicamente, pois, na verdade, não fizeram nada que atingisse a Constituição do País.
 - d) Ao provar que o painel de votação secreta tinha sido violado, os técnicos da Unicamp também provaram que importantes políticos brasileiros estavam mentindo para seus pares e para a sociedade que os havia elegido.
 - e) Na verdade, a crise no Senado está superada, cabe à sociedade brasileira tirar dessa crise o melhor proveito para que o processo democrático avance, pois corremos o risco de um retrocesso.
84. Quanto à criação e implantação da Área de Livre Comércio para as Américas (Alca), assinale o item **incorreto**.
- a) Ao anunciar a Proposta de Iniciativa para as Américas no início da década de 90, o presidente George Bush (PAI) iniciou a campanha de implantação do megabloco supranacional.
 - b) O Congresso dos EUA liberou o ajuste rápido (fast track) para a implantação do Mercado Livre para a América do Norte (Nafta), mas não autorizou o ajuste para a Alca.
 - c) O elevado crescimento da economia norte-americana da década de 90 foi um dos maiores obstáculos para que a Alca não fosse implantada até hoje.
 - d) Em 1º de janeiro de 1994, teve início a implantação do Nafta. O México acreditava que estava entrando para o Primeiro Mundo, mas a Revolta de Chiapas, com a conseqüente fuga do capital volátil da economia mexicana, desfez esse sonho, provocando o Efeito Tequila.
 - e) Na Segunda Cúpula das Américas, em Santiago do Chile, o Brasil (Mercosul) conseguiu impedir que a Alca fosse implantada.
85. (UFRS) Globalização e neoliberalismo são conceitos muito empregados atualmente nos mais variados eventos científicos e nos meios de comunicação. Julgue os itens a seguir.
- I – Os blocos regionais, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Associação dos Países do Pacífico (Apec) e a União Européia (UE), têm aberto os seus mercados internos a outros blocos, para que o comércio mundial possibilite, sobretudo aos mais pobres, o acesso aos benefícios da livre concorrência.
- II – As empresas transnacionais vêm estabelecendo redes, cadeias de cooperação e alianças, o que caracteriza uma integração cada vez maior da economia mundial.
- III – A globalização da economia capitalista, com o avanço do neoliberalismo, tem estimulado o consumismo em todos os continentes, o que tem ocasionado uma rápida melhoria das condições de vida das populações dos países não desenvolvidos.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
 - b) Apenas II.
 - c) Apenas III.
 - d) Apenas I e III.
 - e) Apenas II e III.
86. (Enem/1998) Depois de estudar as migrações no Brasil, você lê o seguinte texto:
- O Brasil, por suas características de crescimento econômico, e apesar da crise e do retrocesso das últimas décadas, é classificado como um país moderno. Tal conceito pode ser, na verdade, questionado se levarmos em conta os indicadores sociais: o grande número de desempregados, o índice de analfabetismo, o déficit de moradia, o sucateamento da saúde, enfim, a avalanche de brasileiros envolvidos e tragados num processo de repetidas migrações (...).
- (Adap. VALIM, Ana. *Migrações: da perda de terra à exclusão social*. São Paulo : Atual, 1996. p. 50.)
- Analisando os indicadores citados no texto, você pode afirmar que
- a) o grande número de desempregados no Brasil está exclusivamente ligado ao grande aumento da população.
 - b) existe uma “exclusão social” que é resultado da grande concorrência entre a mão-de-obra qualificada.
 - c) o déficit da moradia está intimamente ligado à falta de espaços nas cidades grandes.
 - d) os trabalhadores brasileiros não-qualificados engrossam as fileiras dos “excluídos”.
 - e) por conta do crescimento econômico do país, os trabalhadores pertencem à categoria de mão-de-obra qualificada.

87. (PUC – SP) Passados quase dez anos da aprovação da lei que tornou crime a prática de racismo no país, a discriminação racial continua impune no Brasil. Em São Paulo, por exemplo, só há uma condenação com base na lei, proferida em 1995 contra um radialista que fez comentários racistas no ar. No resto do país – que tem 45% de sua população de origem negra – só haveria mais duas sentenças. Face à impunidade, vários órgãos do Poder Judiciário e entidades de defesa dos direitos humanos indicam a necessidade de um plano de ação, para que casos de discriminação racial sejam identificados e reconhecidos pela Justiça brasileira.

(Adaptado da *Folha de S. Paulo*, 23/8/1998.)

Considerando a abordagem geográfica da questão da justiça no Brasil – em relação ao exemplo da discriminação racial – examine as afirmações e assinale a alternativa **correta**.

I – Para aplicar as leis, o Poder Judiciário deve estar estruturado em todo o território nacional, de modo a tornar a justiça próxima de cada habitante. Esse fato, no Brasil, está longe de ocorrer, em especial, nas áreas afastadas dos centros mais importantes.

II – A violência policial ilegal contra populações pobres – em especial, as de origem negra – por vezes amplamente noticiada na imprensa, demonstra que alguns setores do Estado violam as leis anti-racismo, dificultando ainda mais a aplicação da justiça.

III – Apesar de ser expressivo no total da população, o segmento de origem negra concentra-se, em sua maioria, no Nordeste, onde primeiro se instalou o regime escravista colonial – o que explica o baixo índice de ocorrências de crimes de racismo nas outras áreas do país.

IV – A introdução de equipamentos no território, que possibilitam um número maior de relações no espaço, como redes de comunicação, informação e transporte, por exemplo, contribui para melhorar o nível de respeito aos direitos humanos no Brasil.

- a) Somente a II e a IV estão certas.
- b) Somente a I e a II estão certas.
- c) I, II e III estão certas.
- d) I, II e IV estão certas.
- e) Todas estão certas.

88. (PRF) Analise as seguintes afirmativas referentes à Região Centro-Oeste.

I – Rodovias de integração cortam a Região destacando-se, entre elas, a Belém-Brasília e a Transamazônica.

II – Vem aumentando a produção de matérias-primas industriais, como a soja e o algodão, em detrimento da produção de alimentos.

III – Formada pelos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Tocantins, além do Distrito Federal.

São verdadeiras as afirmativas:

- a) somente I.
- b) somente II.
- c) somente I e II.
- d) somente II e III.
- e) I, II e III.

89. (PRF) “É constituída por atividades organizadas de modo não-capitalista, ou seja, aquelas com base na propriedade dos instrumentos de trabalho e meios de produção por parte do próprio produtor; ... é composta por um conjunto heterogêneo de atividades, que escapam à cobrança de tributos e às regulamentações legais do Estado.”

O texto acima se refere ao conceito de economia

- a) formal.
- b) setorial.
- c) informal.
- d) dependente.
- e) de mercado.

90. (PRF) No que diz respeito à concentração e desconcentração do processo de industrialização no Brasil, pode-se afirmar que

- a) até a primeira metade do século XIX, as poucas e pequenas indústrias de bens de capital encontravam-se dispersas pelo território brasileiro.
- b) a partir de 1920, a expansão cafeeira e o rápido desenvolvimento industrial de Cubatão transformaram o estado de São Paulo no principal centro industrial do país.
- c) no final da década de 30, Rio de Janeiro e São Paulo, na Região Sudeste, e Manaus, na Região Norte, aprofundaram e diversificaram o processo de industrialização, que, em 1970, alcançou elevados percentuais de concentração.

- d) a partir da década de 70, o Governo Federal decidiu implantar medidas voltadas para a desconcentração industrial, como os mecanismos dos incentivos fiscais.
- e) em 1985, embora a indústria continuasse altamente concentrada nas Regiões Sudeste e Norte, a participação delas já estava menor que em 1970.
91. (PRF) Em 1958, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi elaborado um documento pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). O relatório propunha um modelo de desenvolvimento para a Região e tinha como uma das diretrizes básicas de atuação:
- investimentos baseados em créditos e incentivos fiscais destinados a grandes projetos agrominerais.
 - estabelecimento de um conjunto de medidas visando o controle do crescimento populacional.
 - criação de zonas de produção integrada e a transformação de Recife, Salvador e Fortaleza em pólos exportadores de produtos minerais.
 - transposição das águas do rio São Francisco e construção de açudes e barragens para armazenamento de água.
 - intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira.
92. (PRF) A nova ordem mundial aponta na direção de uma integração entre países através da criação de blocos econômicos regionais. Através do Tratado de Assunção, assinado em 1991, entre alguns países da América do Sul, foi formalizada a seguinte organização:
- ACCS – Associação Comercial do Cone Sul.
 - ALADI – Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração.
 - MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.
 - CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina.
 - ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio.
93. (PRF) Assinale a alternativa que melhor descreve o processo de urbanização no Brasil.
- Na década de 40, as diferenças percentuais entre a população rural e a população urbana eram superiores às diferenças apresentadas no período 91-96.
 - No período 40-50, mais de 50% da população brasileira era rural, enquanto, no período 80-91, a população urbana superou esse patamar.
 - No período 50-60, a população urbana aumentou em mais de 70% seu percentual de participação no contingente total do país.
 - No período 70-80, ocorreu uma inversão da participação das populações urbana e rural no total da população brasileira, predominando a população rural.
 - No período 80-96, a população rural diminuiu em mais de 95% sua participação na população total do país.

94 (UFRS) Globalização e neoliberalismo são conceitos muito empregados atualmente nos mais variados eventos científicos e nos meios de comunicação. Julgue os itens a seguir.

I - Os blocos regionais, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Associação dos Países do Pacífico (Apec) e a União Européia (UE), têm aberto os seus mercados internos a outros blocos, para que o comércio mundial possibilite, sobretudo aos mais pobres, o acesso aos benefícios da livre concorrência.

II - As empresas transnacionais vêm estabelecendo redes, cadeias de cooperação e alianças, o que caracteriza uma inte-gração cada vez maior da economia mundial.

III - A globalização da economia capitalista, com o avanço do neoliberalismo, tem estimulado o consumismo em todos os continentes, o que tem ocasionado uma rápida melhoria das condições de vida das populações dos países não desenvolvidos.

Quais estão corretas?

- ① Apenas I.
- ② Apenas II.
- ③ Apenas III.
- ④ Apenas I e III.
- ⑤ Apenas II e III.

95 (Enem-1998) Depois de estudar as migrações no Brasil, você lê o seguinte texto:

O Brasil, por suas características de crescimento econômico, e apesar da crise e do retrocesso das últimas décadas, é classificado como um país moderno. Tal conceito pode ser, na verdade, questionado se levarmos em conta os indicadores sociais: o grande número de desempregados, o índice de analfabetismo,

o déficit de moradia, o sucateamento da saúde, enfim, a avalanche de brasileiros envolvidos e tragados num processo de repetidas migrações (...).

(Adap. VALIM, Ana. *Migrações: da perda de terra à exclusão social*. São Paulo: Atual, 1996. p. 50.)

Analisando os indicadores citados no texto, você pode afirmar que

- ① o grande número de desempregados no Brasil está exclusivamente ligado ao grande aumento da população.
- ② existe uma “exclusão social” que é resultado da grande concorrência entre a mão-de-obra qualificada.
- ③ o déficit da moradia está intimamente ligado à falta de espaços nas cidades grandes.
- ④ os trabalhadores brasileiros não-qualificados engrossam as fileiras dos “excluídos”.
- ⑤ por conta do crescimento econômico do país, os trabalhadores pertencem à categoria de mão-de-obra qualificada.

96 (PUC-SP) Passados quase dez anos da aprovação da lei que tornou crime a prática de racismo no país, a discriminação racial continua impune no Brasil. Em São Paulo, por exemplo, só há uma condenação com base na lei, proferida em 1995 contra radialista que fez comentários racistas no ar. No resto do país – que tem 45% de sua população de origem negra – só haveria mais duas sentenças. Face à impunidade, vários órgãos do Poder Judiciário e entidades de defesa dos direitos humanos indicam a necessidade de um plano de ação, para que casos de discriminação racial sejam identificados e reconhecidos pela Justiça brasileira.

(Adaptado de *Folha de S. Paulo*, 23.08.1998.)

Considerando a abordagem geográfica da questão da justiça no Brasil – em relação ao exemplo da discriminação racial – examine as afirmações e assinale a alternativa correta.

I - Para aplicar as leis, o Poder Judiciário deve estar estruturado em todo o território nacional, de modo a tornar a justiça próxima de cada habitante. Esse fato, no Brasil, está longe de ocorrer, em especial, nas áreas afastadas dos centros mais importantes.

II - A violência policial ilegal contra populações pobres – em especial, as de origem negra – por vezes amplamente noticiada na imprensa, demonstra que alguns setores do Estado violam as leis anti-racismo, dificultando ainda mais a aplicação da justiça.

III - Apesar de ser expressivo no total da população, o segmento de origem negra concentra-se, em sua maioria, no Nordeste, onde primeiro se instalou o regime escravista colonial – o que explica o baixo índice de ocorrências de crimes de racismo nas outras áreas do país.

IV - A introdução de equipamentos no território, que possibilitam um número maior de relações no espaço, como redes de comunicação, informação e transporte, por exemplo, contribui para melhorar o nível de respeito aos direitos humanos no Brasil.

- ① Somente a II e a IV estão certas.
- ② Somente a I e a II estão certas.
- ③ I, II e III estão certas.
- ④ I, II e IV estão certas.
- ⑤ Todas estão certas.

97 (PRF) Analise as seguintes afirmativas referentes à Região Centro-Oeste.

I - Rodovias de integração cortam a Região destacando-se, entre elas, a Belém-Brasília e a Transamazônica.

II - Vem aumentando a produção de matérias-primas industriais, como a soja e o algodão, em detrimento da produção de alimentos.

III. Formada pelos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Tocantins, além do Distrito Federal.

São verdadeiras as afirmativas:

- ① somente I.
- ② somente II.
- ③ somente I e II.
- ④ somente II e III.
- ⑤ I, II e III.

98 (PRF) “ É constituída por atividades organizadas de modo não-capitalista, ou seja, aquelas com base na propriedade dos instrumentos de trabalho e meios de produção por parte do próprio produtor; ... é composta por um conjunto heterogêneo de atividades, que escapam à cobrança de tributos e às regulamentações legais do Estado.”

O texto acima refere-se ao conceito de economia

- ① formal.
- ② setorial.
- ③ informal.
- ④ dependente.
- ⑤ de mercado.

99 (PRF) No que diz respeito à concentração e desconcentração do processo de industrialização no Brasil, pode-se afirmar que

- ① até a primeira metade do século XIX, as poucas e pequenas indústrias de bens de capital encontravam-se dispersas pelo território brasileiro.
- ② a partir de 1920, a expansão cafeeira e o rápido desenvolvimento industrial de Cubatão transformaram o estado de São Paulo no principal centro industrial do país.
- ③ no final da década de 30, Rio de Janeiro e São Paulo, na Região Sudeste, e Manaus na Região Norte, aprofundaram e diversificaram o processo de industrialização, que, em 1970, alcançou elevados percentuais de concentração.
- ④ a partir da década de 70, o Governo Federal decidiu implantar medidas voltadas para a desconcentração industrial, como os mecanismos dos incentivos fiscais.
- ⑤ em 1985, embora a indústria continuasse altamente concentrada nas Regiões Sudeste e Norte, a participação delas já estava menor que em 1970.

100 (PRF) Em 1958, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi elaborado um documento pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). O relatório propunha um modelo de desenvolvimento para a Região e tinha como uma das diretrizes básicas de atuação:

- ① investimentos baseados em créditos e incentivos fiscais destinados a grandes projetos agrominerais.
- ② estabelecimento de um conjunto de medidas visando o controle do crescimento populacional.
- ③ criação de zonas de produção integrada e a transformação de Recife, Salvador e Fortaleza em pólos exportadores de produtos minerais.
- ④ transposição das águas do rio São Francisco e construção de açudes e barragens para armazenamento de água.
- ⑤ intensificação dos investimentos industriais, visando criar no Nordeste um centro autônomo de expansão manufatureira.

101 (PRF) A nova ordem mundial aponta na direção de uma integração entre países através da criação de blocos econômicos regionais. Através do Tratado de Assunção, assinado em 1991, entre alguns países da América do Sul, foi formalizada a seguinte organização:

- ① ACCS – Associação Comercial do Cone Sul.
- ② ALADI – Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração.
- ③ MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.
- ④ CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina.
- ⑤ ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

102 (PRF) Assinale a alternativa que melhor descreve o processo de urbanização no Brasil.

- ① Na década de 40, as diferenças percentuais entre a população rural e a população urbana eram superiores às diferenças apresentadas no período 91-96.
- ② No período 40-50, mais de 50% da população brasileira era rural, enquanto, no período 80-91, a população urbana superou esse patamar.
- ③ No período 50-60, a população urbana aumentou em mais de 70% seu percentual de participação no contingente total do país.
- ④ No período 70-80, ocorreu uma inversão da participação das populações urbana e rural no total da população brasileira, predominando a população rural.
- ⑤ No período 80-96, a população rural diminuiu em mais de 95% sua participação na população total do país.

GABARITO

| | | | |
|------------|--------------|--------------|-----------------|
| 1) E-C-C-E | 4) C-E-E-C | 7) C-E-E-E-E | 10) C-E-E-C-C-C |
| 2) C-C-E | 5) C-C-C-C-C | 8) E-C-E | 11) E-C-C-E-E-C |
| 3) C-E-C-C | 6) C-E-E-C | 9) C-E-E | 12) C-C-C-E-C |

| | | | |
|---------------|---------------|-------|--------|
| 13) C-E-C-E | 36) E-E-C-E | 59) D | 81) D |
| 14) E-E-C-E-C | 37) C-E-E-C | 60) B | 82) A |
| 15) E-E-C-C-E | 38) E-E-E-E | 61) A | 83) D |
| 16) E-C-C | 39) E-C-E-E | 62) C | 84) E |
| 17) C-E-C-C | 40) E-E-C-C | 63) D | 85) B |
| 18) C-C-E-E-C | 41) E-C-C-E | 64) D | 86) D |
| 19) C-C-E-C-E | 42) C-C-E-E-C | 65) E | 87) D |
| 20) E-E-C | 43) E-C-E-C-E | 66) D | 88) B |
| 21) E-E-C-E-C | 44) C-E-E-C | 67) B | 89) C |
| 22) E-E-E-C | 45) E-E-C-C-C | 68) C | 90) D |
| 23) E-C-E-E | 46) C-C-E-E-E | 69) A | 91) E |
| 24) E-C-C-E | 47) C-C-C-E-C | 70) D | 92) C |
| 25) C-C-E | 48) E-C-C-C-E | 71) E | 93) B |
| 26) E-E-E-E | 49) C-C-C-C-C | 72) C | 94) 2 |
| 27) E-E-E-C | 50) C-E-E-C-C | 73) E | 95) 4 |
| 28) E-C-E | 51) E-C-C-E-C | 74) A | 96) 4 |
| 29) C-C-E-C | 52) D | 75) D | 97) 2 |
| 30) E-C-E-C | 53) A | 76) B | 98) 3 |
| 31) E-C-E-C | 54) E | 77) C | 99) 4 |
| 32) C-E-C-E | 55) B | 78) B | 100) 5 |
| 33) E-C-E-C | 56) C | 79) C | 101) 3 |
| 34) E-C-C-E | 57) C | 80) A | 102) 2 |
| 35) E-C-C-E | 58) E | | |

CONHECIMENTOS GERAIS (Atualidades)

Questões do ano de 2000

QUESTÃO 01 (CESPE 2000)

Ao longo da História, cada época costuma congrega um conjunto de características, exprimindo seu modo de ser, agir e pensar. Também o século XX construiu sua identidade e, ao chegar ao fim, oferece uma visão razoavelmente nítida do que ele é: em meio a suas profundas contradições, é possível traçar um quadro geral da civilização contemporânea. A respeito desse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 1) O avanço da tecnologia, embora indiscutível, é menor do que se supõe; prova disso é o fato de que essa tecnologia foi incapaz de influir decisivamente no sistema produtivo.
- 2) Fortemente estimulada ao consumismo sem limites, a sociedade contemporânea pratica, em grande medida, o que se pode denominar *moral cínica*, pela qual tudo se subordina aos interesses individuais, à busca de vantagens e conquistas pessoais.

- 3) Expressando sua clara vinculação a uma sociedade de massas, as manifestações artísticas e culturais tendem a constituir uma autêntica *indústria cultural*, com produtos sendo colocados à venda e embalados por megapespetáculos.
- 4) Na contramão da massificação, a indústria cinematográfica - Hollywood à frente - afasta-se do mero entretenimento e, inspirada no realismo italiano, na *nouvelle vague* francesa e, de certa maneira, no cinema novo brasileiro, volta-se para a produção de filmes intimistas, nos quais a reflexão supera a ação.
- 5) De uma forma geral, o esporte ainda consegue manter sua trajetória sem subordinar-se aos desígnios do mercado e ao mundo dos negócios; nesse sentido, os Jogos Olímpicos conseguem, em pleno ano 2000, manter praticamente intacto o lema que presidiu sua recriação no mundo contemporâneo: “O importante é competir, não vencer”.

QUESTÃO 02 (CESPE 2000)

Em meio a contradições e incertezas, o século XX chega ao fim, deixando muitas dúvidas acerca dos novos rumos que a História tomará daqui para a frente. Relativamente ao contexto histórico atual, julgue os seguintes itens.

- 1) O avanço tecnológico não apenas fornece novos paradigmas à produção material, mas impulsiona verdadeira revolução nas comunicações e no processo de difusão da informação.
- 2) A rede mundial, viabilizada pela informática democratizou o conhecimento em razão de estar instalada em todas as partes do mundo e da equanimidade de acesso que já oferece.
- 3) As facilidades de circulação oferecidas às mercadorias e aos capitais igualmente se manifestam no incentivo às correntes migratórias, com fronteiras literalmente escancaradas a bens e a pessoas.
- 4) Os Estados nacionais perderam suas funções históricas, sendo substituídos por organizações não-governamentais e por entidades supranacionais, mais flexíveis e adequadas à nova realidade.
- 5) Velhos nacionalismos estão sendo varridos do mapa e crenças religiosas fundamentalistas não mais encontram espaço em uma época que abomina a intolerância sob qualquer forma.

QUESTÃO 03 (CESPE 2000)

A televisão brasileira comemora, neste ano, seus cinquenta anos, de existência. Inicialmente muito influenciada pelo rádio. Ela evoluiu, buscando um caminho que fosse seu, o que implicou apuro técnico e domínio de uma linguagem específica. Com relação à televisão no Brasil. Julgue os itens seguintes.

- 1) Para que uma emissora de televisão possa entrar em funcionamento, é necessária a autorização do poder público. Já que se trata de uma concessão. Há comentários de que, no passado, inclusive não muito longínquo, a concessão de canais foi utilizada para contemplar interesses políticos.
- 2) A possibilidade de “troca de favores”, com a concessão de canais servindo de moeda política, foi eliminada com a criação de um conselho superior de comunicação social pela Constituição de 1988, o qual conta com representantes da sociedade civil e foi implantado pelo Poder Executivo há dois anos.
- 3) Operam no país emissoras independentes, estatais, públicas, além das grandes redes comerciais que praticamente cobrem todo o território nacional, uma das quais coloca-se entre as maiores do mundo.
- 4) Em uma sociedade como a brasileira, que ostenta índices sofríveis de escolaridade e de acesso a uma sólida formação cultural, a televisão desempenha importante papel na difusão da informação e do entretenimento.
- 5) O reconhecido nível de excelência técnica alcançado pela televisão brasileira nem sempre apresenta correspondência com a programação apresentada: para muitos, sua maior falha é que, muitas das vezes, não oferece ao grande público. Que dela depende para informar-se e divertir-se, a chance de conhecer algo superior a folhetins e a programas sensacionalistas.

QUESTÃO 04 (CESPE 2000)

Há consenso, nesses tempos de economia mundializada e em que sociedade da informação encaminha-se para uma sociedade do conhecimento, a respeito da fundamental importância da educação para superação do atraso material e para a prevalência de uma autêntica cidadania. Oferecer à população uma educação de boa qualidade e promover o desenvolvimento científico e tecnológico parecem ser dois dos maiores desafios que os Estados contemporâneos têm à sua frente, na atualidade. A esse respeito, julgue os itens que se seguem, relativos ao caso brasileiro.

- 1) Malgrado todas as deficiências que ainda persistem, o Brasil vai vencendo pelo menos o grande desafio de colocar na escola a maioria de suas crianças em idade escolar, o que está ocorrendo com a primeira etapa da educação básica, o ensino fundamental.
- 2) Hoje, no Brasil, os municípios devem responsabilizar-se, prioritariamente, pelo ensino fundamental, e os estados, pelo ensino médio. Em termos de educação básica, a função do governo federal é mais suplementar - especialmente ajudando a financiá-la -, além de formular as políticas públicas para o setor, coordenar sua aplicação e avaliar o desempenho dos sistemas educacionais.
- 3) Na educação superior, a União ainda não conseguiu colocar em prática nenhum mecanismo de avaliação, quer dos cursos ministrados, quer dos alunos que concluem a graduação, apesar de o discurso do ministro da Educação ser insistente quanto à importância dos procedimentos avaliativos.
- 4) Uma das críticas mais constantes que se faz ao governo federal diz respeito ao descaso com que trata o setor científico e tecnológico: além da ausência de uma política nacional para a área, não há, na estrutura político-administrativa do Estado brasileiro, um órgão responsável por esse estratégico campo.
- 5) Ao contrário do que ocorre nos EUA, onde o poder público investe pesado na área, no Brasil a pesquisa científica é quase toda produzida nos laboratórios das grandes empresas, sendo majoritariamente financiada pela iniciativa privada.

QUESTÃO 05 (CESPE 2000)

A formação de blocos regionais é uma contingência da evolução da economia contemporânea. Exceção feita à África, que, de maneira geral, parece não atrair tanto os grandes centros dinâmicos do capital internacional, em todas as demais áreas do mundo os blocos surgem, sempre em busca de melhores condições para atuar em um mercado cada vez mais internacionalizado e competitivo. A propósito desses blocos, julgue os itens seguintes.

- 1) Os problemas vividos pela União Européia são muito mais motivados por questões políticas que propriamente econômicas: a partir do momento em que Alemanha e França decidiram esquecer seus históricos antagonismos e resolveram - como aconteceu no ano passado - unificar suas forças armadas e sua política externa, veio à tona o fantasma de uma superpotência prestes a dominar seus vizinhos.
- 2) Na América do Sul, as dificuldades que envolvem a trajetória do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) derivam, entre outros fatores, da ausência de uma política macroeconômica comum, o que faz ampliar os focos pontuais de discordância entre os Estados que o compõem.
- 3) Aos dirigentes políticos, às corporações empresariais e aos investidores norte-americanos é irrelevante que a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) seja efetivamente implantada, dada a absoluta supremacia da economia dos EUA - a começar pelo volume de seu PIB - sobre o restante do continente.
- 4) Uma das preocupações presentes na recente Cúpula dos Presidentes da América do Sul, reunida em Brasília, foi, ao lado da defesa do regime democrático, estimular o aprofundamento do processo de integração econômica, até mesmo como forma de a região se preparar melhor para o momento em que a ALCA for implantada.
- 5) A superação do contencioso na balança comercial entre Argentina e Brasil, vencidas as dificuldades existentes sobretudo nos setores agrícola, automotivo e têxtil, indica excelentes perspectivas para a trajetória do MERCOSUL, particularmente agora, quando os desníveis quanto ao estágio de desenvolvimento entre os quatro países que o criaram tendem a ser rapidamente equalizados.

QUESTÃO 06 (CESPE 2000)

Manifestações populares tomaram conta das ruas de Washington e de Nova Iorque. Na França, camponeses protestaram em frente de lojas da McDonald's e levaram suas ovelhas a passear pelas cidades. No ano passado, houve a "Batalha de Seattle", praticamente inviabilizando a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). Agora, em setembro de 2000, foi a vez de Praga assistir as manifestações de milhares de pessoas contra os rumos da globalização. A propósito desses episódios e do contexto em que se inserem, julgue os seguintes itens.

- 1) Essas manifestações populares, normalmente conduzidas por organizações não-governamentais, têm geralmente ocorrido por ocasião de encontros de organismos como o BIRD, o FMI e a OMC, e protestam contra os rumos da economia mundial, ditados pelo chamado "Consenso de Washington".
- 2) Chama a atenção a mudança de tom do discurso oficial de organismos como o BIRD e o FMI, notadamente nesses dois últimos anos: pelos relatórios técnicos que produziram e pelas palavras de seus mais destacados dirigentes, a pobreza de boa parte do mundo é vista como algo potencialmente

explosivo, provavelmente ampliada por políticas equivocadas desses organismos e que precisa ser revertida.

- 3) Em uma espécie de autocrítica, o economista-chefe demissionário do BIRD afirmou recentemente que as crises que sacudiram a Ásia e a Rússia, com pesadas repercussões no sistema financeiro internacional, foram, antes de tudo, conseqüências de ações desastradas do FMI, sustentadas pela ortodoxia liberal.
- 4) Preferindo o “caminho da contrição total”, o ex-chefe do FMI, Michel Camdessus, hoje assessora o Vaticano, orientando a campanha da Igreja Católica pelo perdão da dívida dos países pobres.
- 5) Parece haver convergência entre os manifestantes de rua e os pontos de vista hoje defendidos por algumas pessoas que tiveram ou ainda têm cargos expressivos no BIRD e no FMI: por meios e métodos distintos, questionam a subordinação absoluta da economia aos ditames do mercado e sua total desregulamentação, sem que se atente para seus efeitos sociais.

QUESTÃO 07 (CESPE 2000)

Que o mundo está-se transformando, rápida e profundamente, todos concordam. No campo das relações internacionais, exemplo, a última década deste século tem sido pródiga em mudanças, em um processo de nova configuração do mapa do poder mundial. Relativamente a esse quadro, julgue os itens abaixo.

- 1) A República Popular da China tem procurado abrir espaços para atuar no mercado mundial. porém o faz rejeitando submeter-se às normas hoje existentes, na presunção de que sua força militar e demográfica será o bastante para garantir-lhe a hegemonia do que restou do bloco socialista.
- 2) Considerando a expressão ‘fim da história’, utilizada nos anos 90 por um determinado autor, é correto afirmar que ele se referia a uma nova realidade mundial que, sem a presença da união das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e da bipolarização ideológica típica da Guerra Fria, abriu campo generoso à ação hegemônica de uma Europa unificada economicamente, coesa sob o ponto de vista político e militarmente bem preparada.
- 3) O fim da Guerra Fria fez desaparecerem gigantescos blocos militares - o Pacto de Varsóvia e a Organização do Tratado do Atlântico Norte - cuja razão de ser - a eventual possibilidade de um confronto entre os mundos comunista e capitalista - deixara de existir.
- 4) Com mais de meio século de existência, ONU teve maturidade suficiente para reciclar-se em face dos novos tempos e, neste momento, tem clareza quanto ao seu campo de atuação, resolveu seus problemas organizacionais e conseguiu afastar todas as críticas que se lhe faziam.
- 5) Em atitude aparentemente incompreensível, mas que se torna inteligível a partir do conhecimento de sua história, os EUA optaram pelo prudente recolhimento e por uma política externa mais contida, exatamente quando a URSS saiu de cena.

QUESTÃO 08 (CESPE 2000)

Há poucos anos, um respeitável intelectual brasileiro, Hélio Jaguaribe afirmou que, “no embate entre as drogas e a civilização, a civilização estava sendo dramaticamente derrotada”. A respeito desse tema, cuja crescente importância ultrapassa os limites da vida privada e passa a ser amplamente debatido por autoridades nacionais e mundiais, julgue os itens que se seguem.

- 1) Em um mundo globalizado, também as drogas se disseminaram em escala planetária; a rigor, entre produção, distribuição e consumo, apenas a Ásia e, em menor escala, a África ainda conseguem ficar a margem do problema, talvez pela fragilidade financeira de seus mercados.
- 2) No Brasil, onde inexitem rotas internacionais do tráfico, o consumo se dá quase que exclusivamente entre as camadas mais pobres da população, o que explica o predomínio absoluto das chamadas “drogas baratas”, como a maconha e o crack.
- 3) A Colômbia é exemplo de um país dilacerado pelo narcotráfico, que convive com autênticos cartéis controladores de todo o processo, que vai da produção à venda da droga; entretanto, não há indício de articulação entre os narcotraficantes colombianos e as guerrilhas que atuam no país.
- 4) Um temor visível entre os países vizinhos, incluindo o Brasil, é que, implantado o Plano Colômbia, tal como anunciado pelo governo norte-americano, guerrilheiros e narcotraficantes colombianos penetrem em seus territórios, ampliando as rotas das drogas e o palco no qual se desenrola a guerra civil colombiana.
- 5) Parece claro que a derrota da civilização, a que alude Hélio Jaguaribe, para além das considerações de ordem moral ou ética, explica-se pelo colossal volume de dinheiro que, a cada dia, o narcotráfico movimenta pelo mundo, fazendo a fortuna dos que o comandam.

Questões do ano de 2001

QUESTÃO 09 (CESPE 2001)

O texto a seguir refere-se à conferência internacional conhecida como Cúpula de Durban, ocorrida na primeira semana de setembro de 2001.

Depois de um dia de atraso pela falta de acordos, a 3ª Conferência das Nações Unidas contra o Racismo, a Intolerância Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata chegou ao fim. Os 160 países aprovaram um documento final com um estilo que os brasileiros conhecem bem: o “em cima do muro”. Foram nove dias de intensos debates e negociações, além da crise causada pela retirada das delegações de Israel e dos EUA, contrárias às considerações de que o sionismo é uma forma de racismo. Mas os participantes acabaram chegando a um consenso nos pontos de maior divergência: Oriente Médio e escravidão. *Correio Braziliense*, 9/9/2001. p. 20 (com adaptações).

Com o auxílio das informações do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1) A Cúpula de Durban integra o contexto de grandes encontros internacionais que, nos últimos anos e sob a chancela da ONU, têm conferido maior visibilidade a temas normalmente afastados da tradicional agenda mundial, como o meio ambiente, o racismo, o clima e a situação da mulher e da infância.
- 2) Embora numericamente reduzida, a delegação brasileira atuou na Cúpula de Durban, na África do Sul, de maneira homogênea: representantes do Estado e da sociedade civil apresentaram um discurso coeso com relação aos temas debatidos.
- 3) O “sionismo”, tema sempre presente quando se focaliza a explosiva situação do Oriente Médio, pode ser entendido como um movimento nacionalista judaico, decisivo para o êxito da campanha em prol da constituição do Estado de Israel; para alguns, no entanto, identifica-se como uma expressão de racismo.
- 4) Em torno da participação brasileira na Conferência, ampliou-se, no país, o debate acerca da adoção de medidas afirmativas - como, por exemplo, a fixação de cotas para afro-descendentes nas universidades - como meio de superação do quadro de profundas desigualdades, cujas raízes remontam à escravidão.
- 5) As pressões exercidas por Israel e pelos EUA alcançaram o efeito desejado: relativamente ao Oriente Médio, o documento final da Conferência passa ao largo da questão palestina, silenciando-se quanto à luta dos palestinos pela autodeterminação e conseqüente criação de um Estado nacional.

QUESTÃO 10 (CESPE 2001)

Em recente artigo para a imprensa, Mário César Flores destacou o papel da revolução tecnológica para a imposição de determinadas hegemonias. Especificamente em relação aos dias de hoje, analise a opinião desse autor transcrita a seguir.

No correr do século XX, o mundo viveu o ocaso da hegemonia talassocrata européia/inglesa, substituída pela norte-americana - parcialmente compartilhada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) da Segunda Guerra Mundial aos anos 80 -, e, no início do século XXI, vive a crescente hegemonia high tech e espaçocrata fundamentalmente norte-americana, decisiva no campo militar e caracterizada pela capacidade de controlar sem a necessidade de ocupar, provavelmente com perda de vidas. A propósito do assunto tratado no texto acima, julgue os itens seguintes.

- 1) A atual hegemonia mundial, por estar assentada na alta tecnologia, reforçou a existência de guerras convencionais e inibiu as ações bélicas promovidas por pessoas ou grupos.
- 2) Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o ano de 1990, a URSS ofereceu resistência à hegemonia mundial dos EUA; de certa maneira, o colapso soviético também deveu-se aos enormes gastos em tecnologia que o país despendeu para competir com os norte-americanos, de que a corrida espacial é bom exemplo.
- 3) A tese defendida pelo autor do texto, segundo a qual a crescente hegemonia fundada na alta tecnologia e no controle do espaço é decisiva no campo militar, explicitou-se claramente na chamada Guerra do Golfo.
- 4) A proposta do escudo antimísseis, ressuscitada recentemente por George W. Bush, baseia-se na utilização do espaço sideral para a operacionalização militar da hegemonia global, o que explica a desconfiança dos aliados e a oposição de países como a Rússia e a China.
- 5) Mesmo questionada quanto à necessidade estratégica e à relação custo/benefício, parece não haver dúvida de que a proposta do escudo antimísseis atende aos interesses do complexo industrialmilitar norte-americano e é coerente com os princípios norteadores da política externa do Partido Republicano, que, com Bush, voltou ao poder.

Questões do ano de 2002

QUESTÃO 11 (CESPE 2002)

Esta promissora América Latina

Em sua posse no cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o embaixador Sérgio Amaral reafirmou o explícito entusiasmo de enfrentar o desafio de incrementar as exportações brasileiras. Ficou claro para todos que ele expressava uma posição do governo, enfatizada pelo presidente da República, em uma demonstração de que o espírito das autoridades federais está inoculado pela causa e de que a compreensão do que significa uma ação coordenada, visando à inserção do Brasil na economia internacional, começa a se disseminar. Entre outras coisas, o ministro declarou: “Nossa prioridade é o MERCOSUL”.

O governo federal foca seus esforços no aumento das exportações brasileiras e na direção certa, mas há um alvo maior e possível: a América do Sul. Há uma agenda aguardando definições e atos, particularmente no que diz respeito aos juros - que precisam ser reduzidos a patamares compatíveis com os praticados nos lugares do mundo onde nossos concorrentes se financiam. Espera-se também uma maior disponibilidade de recursos nos programas de fomento às exportações; uma reforma tributária, que é urgente; um aperfeiçoamento da legislação trabalhista e uma ampliação e melhoria da infra-estrutura nacional, principalmente no setor de transportes. Esse conjunto de fatores - enquanto não definidos e implementados - é que torna as empresas brasileiras vulneráveis no jogo do comércio internacional. Mas a questão da América do Sul merece uma análise especial.

Dinheiro é um facilitador das transações, mas não é a única forma de relação comercial. O mundo moderno não pode menosprezar a sabedoria de nossos antepassados, que sobreviveram séculos fazendo trocas. Um bom exemplo de alinhamento entre estratégias empresariais e apoio governamental, que resultou em uma equação, é o caso da Odebrecht em Angola: esta construtora constrói a hidrelétrica de que o país africano necessita, e o governo angolano paga com petróleo, produto abundante naquele país.

O fato é que existe um vasto mercado para exportação na América do Sul que não pode ser desconsiderado. Politicamente, esse é o mercado do Brasil, e o Brasil é o mercado para sua viabilização. O governo federal não deve fechar-se sobre o MERCOSUL. Precisamos assumir o papel geopolítico de liderança em toda a América do Sul, até porque nossa condição diferenciada no contexto mundial facilita a captação de capitais internacionais, para financiar, aqui, operações dessa natureza. A infra-estrutura de transportes, geração de energia e telecomunicações e as riquezas do subsolo estão esperando por investimentos. Se não os fizermos, outros farão.

Emílio Odebrecht. Ícaro Brasil, nov./2001 p. 28-30 (com adaptações).

Com o auxílio do texto, julgue os itens que se seguem, relativos à construção do espaço econômico e político da América do Sul.

- 1) Concebida em reunião de chefes de Estado e de governo da região, a idéia de espaço econômico e político constituído pela América do Sul permite avançar o conceito de liderança política natural do Brasil nessa parte do mundo, conceito esse abrangido pelo texto.
- 2) Segundo o texto, o embaixador Sérgio Amaral reafirmou - em sua posse como ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - a vontade de encarar o desafio de aumentar as exportações brasileiras.
- 3) Apesar da retórica político-diplomática em favor da integração sul-americana. Inexistem esforços de cooperação e coordenação no sentido de arregimentar forças em favor de projetos de integração.
- 4) A associação de uma política de exportação voltada para o grande entorno sul-americano com, o ensaio de parcerias bem sedimentadas na Europa e em outras regiões do mundo torna a inserção internacional do Brasil menos dependente de uma opção unilateral em favor da ALCA.
- 5) Por não ser lastreada em fato concreto, em exemplo real, a argumentação favorável ao procedimento de escambo no domínio econômico feita no terceiro parágrafo do texto torna-se insustentável do ponto de vista prático.

QUESTÃO 12 (CESPE 2002)

Aplicando conhecimentos acerca de tipologia, estrutura e organização de um texto em parágrafos, julgue os itens a seguir, segundo as idéias desenvolvidas no texto IV.

- 1) No primeiro parágrafo, fica explícita a disposição do governo em enfrentar o desafio do aumento das exportações brasileiras, prioritariamente junto aos países que compõem o MERCOSUL.

- 2) No segundo parágrafo, alude-se à ampliação dos limites do mercado, de forma a abranger todo o continente sul-americano, e levantam-se algumas estratégias de ação para viabilizar esse propósito: redução dos juros, aumento da disponibilidade de recursos, reforma tributária, aperfeiçoamento da legislação trabalhista e ampliação e melhoria da infra-estrutura de transportes.
- 3) O terceiro parágrafo, predominantemente narrativo, apresenta o ponto de vista do narrador acerca do dinheiro, da sabedoria dos antepassados e das estratégias empresariais do verno africano para com o petróleo.
- 4) O quarto parágrafo escreve o vasto mercado para a exportação da América do Sul, além do MERCOSUL, o papel geopolítico de liderança brasileira na região sul-americana, a condição diferenciada do Brasil no contexto mundial e a infra-estrutura brasileira de transportes, de geração de energia, de telecomunicações e de tecnologia.
- 5) Nesse texto, eminentemente dissertativo, o autor discute o assunto do incremento das exportações brasileiras na América do Sul, apresentando vários argumentos que teriam, em tese, o intuito de fazer o leitor partilhar do seu ponto de vista, que está resumido na última idéia do texto: “Se não o fizermos, outros farão”.

QUESTÃO 13 (CESPE 2002)

Novos paradigmas, substitutivos ao da Guerra Fria, foram esboçados para se apreenderem as divergências de um mundo não mais bipolar, de polaridades indefinidas, de geometria variável ou mesmo de choque de civilizações. Com relação à caracterização desse novo tempo das relações internacionais, julgue os itens que se seguem.

- 1) A complexidade da realidade vem dificultando o estabelecimento de modelos adequados que levem em consideração, por exemplo, o fenômeno da globalização em seus efeitos colaterais positivos e negativos.
- 2) A Guerra do Afeganistão veio evidenciar ainda mais que nem tudo na nova ordem internacional é original ou inédito, especialmente no que se refere à reprodução dos métodos de destruição em massa gerados pela indústria da guerra.
- 3) A morte de civis inocentes vem sendo abolida nas guerras do mundo pós-bipolar uma vez que as novas formas de guerra concentram-se em seus objetivos militares e na forma precisa com que os ataques a alvos exclusivamente militares são planejados.
- 4) A idéia de choque de civilizações aplicou-se por inteiro e deu inteligibilidade às deflagrações vividas pelos Estados Unidos da América e pela Grã-Bretanha tanto na Guerra do Golfo quanto na Guerra do Afeganistão.
- 5) Apesar de não se constituírem guerra declarada entre países e da sofisticada tecnologia de proteção criptográfica hoje existente, os ataques de hackers por meio da Internet contra interesses das nações desenvolvidas, de cunho eminentemente religioso ou de ideais separatistas, vêm causando prejuízos da mesma ordem de grandeza dos causados pelas guerras tradicionais.

QUESTÃO 14 (CESPE 2002)

Enfrentar a questão da pobreza no Brasil requer não só uma concepção mais abrangente do fenômeno, como também uma percepção mais clara de suas características dentro do contexto brasileiro. O Brasil coloca-se, junto aos demais países, em uma posição ímpar. Trata-se de um país com destaque na economia mundial (oitavo lugar), mas que apresenta um quadro brutal de concentração de renda. Os 10% mais ricos se apropriam de 50% do total da renda das famílias. Se olharmos apenas do ponto de vista econômico, parece simples erradicar a pobreza com políticas redistribuívas. Estudos do Instituto Nacional de Pesquisa Econômica (IPEA) mostram que se transferíssemos cerca de R\$ 33 bilhões por ano para os mais de 50 milhões de brasileiros excluídos, atingiríamos a meta de erradicar completamente a pobreza em nosso país. Obviamente essa conta não inclui, entre outros custos, o de administração. Ocorre, no entanto, que o panorama brasileiro inclui um componente particular: a enorme desigualdade regional. Enquanto para São Paulo apenas 0.47% da renda total das famílias seria suficiente para conseguir esse impacto, no Piauí esse percentual teria de alcançar 16.18%.

Wanda Engel Aduan. “A superação da pobreza” Textos do Brasil: o Brasil e os desafios da inclusão social. Brasília, p. 9 (com adaptações)

Com o auxílio do texto acima, julgue os itens subseqüentes, relativos ao problema da pobreza no Brasil.

- 1) A radiografia apresentada pelo texto, apesar de traduzir a realidade da concentração da renda nacional, está marcada por uma visão excessivamente ideológica e partidária do tema, tornando-a imprecisa e panfletária.
- 2) Segundo o texto, a pobreza deve ser tratada como fenômeno puramente econômico.

- 3) Infere-se do texto que a superação da pobreza requer a implementação de políticas regionalizadas que contemplem situações específicas.
- 4) A saída do círculo vicioso da pobreza implica a formação de redes de proteção social fortes e capazes de proporcionar às famílias pobres o acesso às políticas sociais e de geração de emprego, trabalho e renda.
- 5) Uma das formas de se minimizar o problema da pobreza no Brasil é a geração de novos postos fixos de trabalho. Uma novidade nesse sentido é a estratégia do desenvolvimento sustentável, que consiste na redução drástica do uso de equipamentos tecnológicos nas indústrias, como forma de garantir o emprego de um número maior de trabalhadores.

QUESTÃO 15 (CESPE 2002)

O tema da segurança deixou de ser uma questão exclusiva dos profissionais dessa área para tornar-se tópico cada vez mais politizado no seio da sociedade civil, em todas as partes do mundo. Com relação às razões da crescente relevância atribuída a esse assunto no Brasil e no mundo, julgue os itens a seguir.

- 1) A desarticulação do Estado-nação, associada à expansão da economia política da globalização e à liberalização econômica, vem criando situações inéditas de exclusão social e de insegurança nos pólos de aglomeração humana nas metrópoles mundiais.
- 2) A nova ordem internacional de Estados estabeleceu um conceito de segurança mais abrangente e voltado para a proteção das liberdades individuais e da propriedade em detrimento das questões de ordem militar e estratégica.
- 3) O avanço de estruturas de poder paralelas aos Estados viciadas pelo monopólio ilegal da violência, associado a negócios ilícitos e ao narcotráfico em escala global, vem sendo objeto de preocupação para aqueles que, fiéis pagadores dos seus impostos, sentem-se desprotegidos nas grandes cidades.
- 4) A segurança privada, marca dos condomínios e das residências de classes mais abastadas nas grandes cidades, vem sendo um instrumento bastante eficaz e modelar para o novo conceito de segurança cidadã.
- 5) A Internet carrega consigo um novo conceito de violação da privacidade individual: ao se conectar por meio de provedores à rede mundial de computadores, fica estabelecido um canal de possível acesso às informações desse usuário que estejam armazenadas em computador.

Questões do ano de 2003

QUESTÃO 16 (CESPE 2003) Banco do Brasil

O Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) chega a Pernambuco disposto a fomentar ainda mais a rica produção cultural do estado. Música, teatro, literatura, cinema e artes plásticas se unem para formar um pólo criativo que alia tradição e modernidade em um precioso equilíbrio. Além de receber o talento local de braços abertos, na antiga estação ferroviária central do Recife, o CCBB pretende, enfim, transformar em realidade o tão sonhado caminho de mão dupla entre o Nordeste e as demais regiões brasileiras. Erguida desde sempre, essa ponte imaginária insiste até hoje em bloquear o tráfego em um dos sentidos.

Rodrigo Alves. Veredas — Revista de Cultura do Banco do Brasil, n.º 90, jun./2003, p. 21 (com adaptações).

No que se refere ao texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1) Infere-se do texto que as linhas ferroviárias entre o Nordeste e as outras regiões do Brasil voltarão à atividade.
- 2) O local escolhido para sediar o CCBB do Recife reflete uma tendência observada no Brasil de recuperar antigos espaços urbanos públicos, dinamizando sua utilização e, ao mesmo tempo, contribuindo para preservar o patrimônio histórico.
- 3) Uma característica marcante do mundo contemporâneo está presente no CCBB pernambucano, qual seja, o crescente prestígio da denominada cultura popular em detrimento da erudita.

QUESTÃO 17 (CESPE 2003) Banco do Brasil

Entenda o cálculo do IDH municipal (IDHM) O índice de desenvolvimento humano (IDH) foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB per capita), mas também é utilizado para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDH municipal (IDHM) são mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores.

No tocante à educação, o cálculo do IDHM considera dois indicadores, com pesos diferentes: a taxa de alfabetização (A) de pessoas acima de 15 anos de idade, com peso 2, e a taxa bruta de frequência à

escola (F), com peso 1. O primeiro indicador resulta da seguinte divisão: o número de pessoas do município com mais de 15 anos de idade capazes de ler e escrever um bilhete simples (ou seja, adultos alfabetizados) dividido pelo número de pessoas com mais de 15 anos de idade residentes no município. O segundo indicador resulta de uma conta simples: o número de indivíduos do município que estão freqüentando a escola, independentemente da idade, dividido pela população da localidade na faixa etária de 7 a 22 anos de idade.

Com relação à longevidade, o IDHM leva em conta o número médio de anos que uma pessoa nascida naquela localidade, no ano de referência, deve viver, ou seja, a expectativa de vida (E) no município referente a esse ano.

Para a avaliação da renda, o critério usado é a renda municipal per capita (R), ou seja, a renda média de cada residente no município. Para se chegar a esse valor, soma-se a renda de todos os residentes e divide-se o resultado pelo número de pessoas que moram no município.

Escolhidos os indicadores, são calculados os subíndices específicos de cada um dos três parâmetros analisados: IDHM-E, para a educação, IDHM-L, para a longevidade, e IDHM-R, para a renda. O IDHM de cada município é a média aritmética desses três subíndices.

Assim, o IDHM-E de um município é dado pela fórmula $IDHM-E = \frac{E}{E_{max}}$. Para o cálculo do IDHM-L, determina-se a expectativa de vida ao nascer no município (E) e usa-se a fórmula $IDHM-L = \frac{E - E_{min}}{E_{max} - E_{min}}$. Finalmente, para se calcular o IDHM-R, determina-se a renda municipal per capita (R) e, em seguida, aplica-se a fórmula $IDHM-R = \frac{R - R_{min}}{R_{max} - R_{min}}$. Essas equações foram ajustadas de forma que os três subíndices, IDHM-E, IDHM-L e IDHM-R, estejam entre 0 e 1.

Novo atlas do desenvolvimento humano no Brasil. In: IPEA. Internet: <<http://www.undp.org.br>>. Acesso em jul./2003 (com adaptações).

De acordo com as informações do texto ao lado — Entenda o cálculo do IDH municipal (IDHM) — e considerando o tema por ele focalizado, julgue os itens que se seguem.

- 1) Na última década, ao conseguir pôr praticamente todas as crianças na escola, o Brasil melhorou consideravelmente seu IDH, ficando entre os cinquenta países com melhor pontuação no ranking mundial.
- 2) Um dos fatores para a redução da mortalidade infantil no Brasil dos dias de hoje é a ação partilhada entre a sociedade — como é o caso, entre outros, da Pastoral da Criança — e o poder público no combate às doenças e à desnutrição.
- 3) País de jovens por excelência, o Brasil apresenta reduzida expectativa de vida de seus habitantes, inclusive quando comparado com seus vizinhos latino-americanos, o que explica o pequeno número de idosos em sua população.
- 4) Ao lançar um programa destinado a erradicar o analfabetismo no Brasil, o atual governo foi provavelmente movido pelas estatísticas mais recentes, que apontam para o vertiginoso aumento do número de analfabetos no país, tanto em termos relativos quanto absolutos.

QUESTÃO 18 (CESPE 2003) Banco do Brasil

Um terço das transações realizadas no Banco do Brasil, ou 65 milhões por mês, são efetuadas por meio virtual, o segundo auto-atendimento. Para se ter idéia do que isso representa, seriam necessários 8.500 caixas a mais do que os que trabalham considerando uma média de 350 autenticações diárias para casa profissional. O contingente equivale a quase 105 do quadro de funcionários do BB.

O uso da Internet traduz mudança radical no comportamento do usuário do serviço bancário. No início dos anos 90, todas as operações eram realizadas em agências. Hoje representam 18%, ficando em terceiro lugar, depois da Internet e dos terminais de auto-atendimento, que ocupam a liderança.

As operações fechadas por meio eletrônico somaram R\$ 54,5 bilhões no ano passado, o triplo do ano anterior, levando o BB a dar maior importância às oportunidades do meio virtual.

O texto acima é um fragmento adaptado do texto Transações virtuais do BB já somam R\$ 54,5 bilhões, extraído da Gazeta Mercantil de 3/6/2003. Considerando esse fragmento de texto e o tema nele tratado, julgue os itens subseqüentes.

- 1) A crescente sofisticação tecnológica está na base do atual estágio da economia mundial, contribuindo para lhe dar um dinamismo desconhecido em outras épocas da História.
- 2) Uma das dimensões do avanço tecnológico no sistema produtivo contemporâneo é a redução de postos de trabalho tradicionais, ou seja, serviços anteriormente realizados por expressivo contingente de trabalhadores passam a ser executados por máquinas.
- 3) A rede mundial de computadores desempenha hoje papel fundamental na circulação de capitais pelos mercados financeiros mundiais.

- 4) O atual sistema bancário brasileiro, por demais pulverizado entre centenas de instituições de grande, médio e pequeno portes, dificulta a adoção de modernas tecnologias, como a informática, que ficam restritas às grandes instituições bancárias.

QUESTÃO 19 (CESPE 2003) Banco do Brasil

O juro foi objeto de condenação pelos filósofos da civilização greco-romana e pelas religiões monoteístas, o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. E a doutrina canônica medieval embasada nos princípios do evangelho mantinha a proibição do empréstimo a juros. Levantada a 4 proibição do juro, sobretudo após a Revolução Industrial do século XVIII, quando ficou evidente que o capital financeiro é produtivo, a doutrina moderna não mais discute a licitude do juro e, sim, o valor que a taxa pode alcançar. Legitimado o juro, seja pela maior produtividade dos processos capitalistas de produção, em face dos não-capitalistas, seja como preço cobrado pela renúncia a um maior consumo potencial no presente, a usura passa a ser o juro cobrado acima da taxa legal ou socialmente tolerável.

Julian M. Chacel. Internet: <<http://www.caringi.com.br>> (com adaptações).

Considerando o texto acima e o tema nele tratado, julgue os itens a seguir.

- 1) Um dos mais controvertidos artigos da Constituição de 1988, que dela não mais faz parte e sequer foi regulamentado, é o que fixava o teto anual da taxa de juros em 12%.
- 2) Os primeiros meses do governo Lula mantiveram a política de redução da taxa de juros iniciada no governo anterior, fato que gerou atritos com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

QUESTÃO 20 (CESPE 2003) Banco do Brasil

Um levantamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário comprova o agravamento dos conflitos no campo no primeiro semestre do governo Lula. Entre janeiro e junho, foram registradas 114 invasões, contra 103 em todo o ano de 2002, 70 das quais nos seis meses iniciais.

Também aumentou o número de mortes de trabalhadores rurais. No primeiro semestre de 2003, foram assassinados 13, enquanto, em 2002, houve 20 mortes. Segundo o ministério, das invasões ocorridas nos primeiros seis meses de 2003, 34% ocorreram na região Nordeste, 24%, na Sudeste e 22%, na região Sul.

Hugo Marques. MST invadiu em seis meses mais que no ano passado. In: Jornal do Brasil, 10/7/2003, p. A1 (com adaptações).

Considerando o texto acima e o tema nele focado, julgue os itens seguintes.

- 1) A questão fundiária no Brasil é problema que se arrasta ao longo da História, desde o período colonial, tendo na concentração de terras seu ponto central.
- 2) As dificuldades encontradas pelo Brasil para fazer a reforma agrária talvez possam ser explicadas pela falta de um modelo externo que pudesse ser utilizado como referência, já que, no mundo contemporâneo, a rigor, nenhum país conseguiu fazer sua reforma agrária.
- 3) O episódio de Eldorado dos Carajás, no Pará, com muitas mortes em confronto com a polícia estadual, chamou a atenção da opinião pública brasileira e do exterior, tendo em vista a dimensão que adquiriu.
- 4) É provável que o antagonismo entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde o surgimento deste último, explique o aumento das invasões nos primeiros seis meses de 2003.
- 5) Para os analistas, a inexistência de um órgão na estrutura do governo federal voltado especificamente para a questão da terra e da reforma agrária é o principal fator para a multiplicação de conflitos no campo.

QUESTÃO 21 (CESPE 2003) Banco do Brasil

A Comissão Européia abriu as portas à grande unificação do continente ao permitir que a União Européia (UE) acolha mais dez países em 2004, na maior onda de adesão à comunidade de sua história. Mas, pela primeira vez, a UE decidiu aplicar aos novos sócios severas cláusulas de salvaguarda que suspenderão pontos-chave da política comunitária se os países descumprirem metas nas áreas de mercado único, justiça ou interior.

Quase 13 anos depois da queda do Muro de Berlim, os eleitos são Lituânia, Letônia, Estônia, Polônia, Hungria, República Tcheca, Eslováquia, Eslovênia, Malta e Chipre. Bulgária e Romênia esperarão até 2007. Em relação à Turquia, sequer fixou-se data. Segundo a Comissão Européia, o país não cumpre os critérios políticos e econômicos para ingressar na UE.

Carlos Yarnóz. UE aprova maior ampliação de sua história. In: O Globo, 10/10/2002, p. 37 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o tema que ele aborda, julgue os

itens seguintes.

- 1) A despeito de naturais dificuldades, a UE é o exemplo mais consistente de bloco de países hoje existente, buscando uma integração ampla nos aspectos econômicos, políticos e culturais.
- 2) Na UE, chama a atenção o fato de a integração ter ocorrido em curto espaço de tempo, praticamente em menos de uma década.
- 3) O euro, a moeda única da UE, foi adotada por todos os integrantes do bloco, o que foi essencial para sua aceitação internacional.
- 4) A pretendida expansão da UE, no próximo ano, incorre em graves riscos, segundo os especialistas, já que as normas para a aceitação de novos integrantes foram excessivamente abrandadas.
- 5) Os “critérios políticos” não preenchidos pela Turquia, na ótica da UE, incluem a fragilidade da democracia desse país.
- 6) Sob o ponto de vista econômico, Alemanha e França são as duas maiores potências integrantes da UE.
- 7) Um dos grandes focos de atrito entre a UE e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), de que o Brasil participa, é a política de subsídios praticada por países europeus em benefício de sua agricultura.
- 8) Na recente guerra contra o Iraque, a coalizão anglo-americana recebeu integral e unânime apoio dos países da UE.
- 9) De maneira geral, os países do leste europeu que se preparam para ingressar na UE são economicamente equilibrados e têm elevadas taxas de PIB, herança da bem-sucedida experiência socialista.
- 10) Em 2003, a UE dá os primeiros e decisivos passos para a elaboração da Constituição comum aos países que integram o bloco.

Questões do ano de 2004

QUESTÃO 22 (CESPE 2004) Abin

Ministério da Defesa vai receber R\$ 1 bilhão de aumento no orçamento de 2005 para investir prioritariamente no programa de blindagem da Amazônia e no reequipamento geral. As Forças Armadas do Brasil estão intensificando a proteção do território e do espaço aéreo do Norte, Nordeste e Oeste por meio da instalação de novas bases, transferência para a região de tropas do Sul-Sudeste e expansão da flotilha fluvial da Marinha. O contingente atual, de 27 mil homens, chegará a 30 mil militares entre 2005 e 2006. As dotações de investimentos na área militar devem superar os R\$ 7,3 bilhões no próximo ano. O dinheiro será destinado a atender às necessidades do programa de segurança da Amazônia e para dar início ao processo de reequipamento das forças. A estimativa é de que até 2010 sejam aplicados de US\$ 7,2 bilhões a US\$ 10,2 bilhões na área de defesa. Em 2005, uma brigada completa, atualmente instalada em Niterói — com aproximadamente 4 mil soldados —, será deslocada para a linha de divisa com a Colômbia.

Roberto Godoy. Forças armadas terão mais R\$ 1 bi para reequipamento. In: O Estado de S. Paulo, 8/8/2004, p. A12 (com adaptações).

Com referência ao texto acima e considerando os diversos aspectos do tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

- 6) Embora partilhada com um número reduzido de países, a fronteira amazônica é considerada estratégica, porque corresponde à área de maior intercâmbio comercial do Brasil com seus vizinhos da América do Sul.
- 7) A palavra “blindagem” está sendo utilizada em seu sentido denotativo ou literal, uma vez que o período está tratando de equipamentos de segurança.
- 8) A decisão de promover uma espécie de “blindagem da Amazônia” decorre da constatação de que a região é suscetível a graves problemas, a exemplo da ação de guerrilheiros e de narcotraficantes.
- 9) Pelos sentidos do texto, infere-se que, na expressão “flotilha fluvial”, o termo sublinhado indica a idéia de esquadra constituída de embarcações com características idênticas ou semelhantes: grande porte, elevado nível tecnológico e finalidade bélica.
- 10) Para a segurança nacional, a relevância estratégica de um sistema integrado de vigilância cobrindo a Amazônia, como é o caso do SIVAM, justifica a forma pela qual se deu sua licitação, restrita a empresas nacionais e sem suscitar controvérsias no âmbito do governo federal.
- 11) A rigor, a ênfase dada pelo texto ao montante de recursos com o qual se pretende dotar o Ministério da Defesa não se justifica. Afinal, nos últimos anos, o orçamento da União não tem sido modesto quanto a investimentos, especialmente em relação às Forças Armadas.

QUESTÃO 23 (CESPE 2004) Abin

Segurança do medo

A síndrome de Nova Iorque, 11 de setembro, projetou-se sobre Atenas, agosto, sexta-feira, 13, data da abertura dos 28.º Jogos Olímpicos. De tal forma que os gastos de 1,2 bilhão de euros (cerca de R\$ 4,8 bilhões) são a maior quantia já investida em segurança na história da competição. O dinheiro foi aplicado em um poderoso esquema para evitar ataques terroristas, como ocorreu nos Jogos de Munique, em 1972, quando palestinos da organização Setembro Negro invadiram a Vila Olímpica e mataram dois atletas israelenses. Do esquema grego, montado em colaboração com sete países — Estados Unidos da América (EUA), Austrália, Alemanha, Inglaterra, Israel, Espanha e Canadá —, faz parte o sistema de navegação por satélite da Agência Espacial Européia. Da terra, ar e água, 70 mil policiais, bombeiros, guarda costeira e mergulhadores da Marinha vão zelar pela segurança. Até a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) emprestará sua experiência militar no combate ao terrorismo. Correio Braziliense, 7/8/2004, “Guia das Olimpíadas”, p. 3 (com adaptações).

A respeito do texto acima e considerando as informações e os múltiplos aspectos do tema que ele focaliza, julgue os itens que se seguem.

- 1) A edição de 2004 das Olimpíadas, sediadas na Grécia, berço desses jogos, reafirma uma tendência consolidada nas últimas décadas do século XX, qual seja, a crescente interseção entre competições desportivas e interesses econômico-financeiros, realidade também visível nos diversos setores da cultura, como os da música popular e do cinema.
- 2) A “síndrome de Nova Iorque” remete à inusitada ação de 11 de setembro de 2001, quando terroristas árabes destruíram as torres do World Trade Center e parte das instalações do Pentágono, espalhando o pânico entre os norte-americanos e desvelando a vulnerabilidade do mais poderoso país do planeta.
- 3) A partir de suas bases situadas no Iraque e do comando remoto de Saddam Hussein, a organização terrorista Al Qaeda assumiu a responsabilidade pelos atentados contra os EUA, o que foi determinante para a decisão de George W. Bush de invadir aquele país.
- 4) Para os especialistas, a inexistência na estrutura da administração federal brasileira de um ministério específico para tratar do desporto, tanto o de rendimento quanto o educacional, ajuda a explicar os relativamente modestos resultados obtidos pelo país nos Jogos Olímpicos de Atenas. O fato de nenhum integrante da União Européia ter colaborado com o país anfitrião das Olimpíadas de 2004 na organização do poderoso e dispendioso esquema de segurança para a competição pode ser interpretado como mais uma expressão de atrito entre o gigantesco bloco europeu e os norte-americanos.
- 5) Citada no texto, a OTAN é uma organização militar criada no ambiente de confronto típico da Guerra Fria. Ainda que não mais existam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e o cenário de rivalidade entre capitalismo e socialismo, a OTAN permanece de pé, tendo ampliado o número de países que a integram.

QUESTÃO 24 (CESPE 2004) Abin

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) ganha uma sede oficial para funcionamento do Tribunal Permanente de Revisão do bloco, que vai funcionar como última instância no julgamento das pendências comerciais entre os países-membros. Melhorar o mecanismo de solução de controvérsias é um dos requisitos para o fortalecimento do MERCOSUL, vide as últimas divergências entre Brasil e Argentina. As decisões do tribunal terão força de lei. Sua sede será Assunção, no Paraguai. Até agora, quando os países-membros divergiam sobre assuntos comerciais, era acionado o Tribunal Arbitral. Quem estivesse insatisfeito com o resultado do julgamento, no entanto, tinha de apelar a outras instâncias internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Gisele Teixeira. MERCOSUL ganha tribunal permanente. In: Jornal do Brasil, ago./2004 (com adaptações).

A propósito do texto acima e considerando a abrangência do tema nele tratado, julgue os itens que se seguem.

- 1) A existência do MERCOSUL insere-se no quadro mais geral da economia contemporânea, que, crescentemente globalizada e com notável grau de competição entre empresas e países, estimula a formação de blocos econômicos como forma de melhor inserção de seus participantes nesse mercado mundial.
- 2) O ponto de partida para a constituição do MERCOSUL foi a aproximação entre Brasil e Argentina, ainda nos anos 80 do século passado. O passo seguinte foi a incorporação do Paraguai e do Uruguai a esse esforço de integração, sendo esses os quatro países integrantes do bloco.
- 3) Infere-se das informações do texto que um dos pontos frágeis do funcionamento do MERCOSUL está no mecanismo de solução de controvérsias entre os países que o compõem.

- 4) Ao mencionar as “últimas divergências entre Brasil e Argentina”, o texto se reporta à decisão do país platino de impor obstáculos à importação de eletrodomésticos brasileiros, como ocorreu com as geladeiras.
- 5) Ao escolherem Assunção para sede do Tribunal Permanente de Revisão, é provável que os países integrantes do MERCOSUL tenham considerado o grande potencial paraguaio na produção de manufaturados e sua reconhecida vocação para a formação de juristas.
- 6) Com a criação do tribunal a que o texto se refere, o MERCOSUL iguala-se à União Européia quanto ao número, à diversidade e à abrangência de instituições criadas para dar suporte ao processo integracionista.

QUESTÃO 25 (CESPE 2004) CNPq

Texto – julgue os itens que se seguem:

A sociedade humana organizou-se sobre alguns eixos que, ao longo da história da civilização, revelaram-se constantes, mas em permanente rotação: o manejo da técnica desde o domínio do fogo; a regulação das trocas desde a proibição do incesto; a ordenação do mundo pela nomeação do verbo; o controle das massas pela tomada do poder. Entre eles, girando igualmente ao sabor de forças intercondicionadas, estava o homem — assim, grafado no singular e significando o coletivo. O homem, então, era os homens.

A primeira notícia que se tem desta noção delinea este ser humano, menos como espécie e mais como gênero, sem qualquer traço de individualidade que o retirasse do todo em que se perdia anônimo. Nomes tinham apenas os que simbolizavam este coletivo: os reis legisladores — profetas, cuja vontade e cuja palavra determinavam as fronteiras em que se moviam os demais, que, morrendo anonimamente em seu nome, paradoxalmente lhe permitiam dar vida a este nome e perpetuar-se na memória.

Mesmo quando doutrinas menos monolíticas passaram a criar dissabores para estas estruturas aqui e acolá, o homem, imaginando-se como um outro, em uma história de lugares marcados, desenvolveu uma percepção míope de sua condição pessoal, a não ser quando do “chamado” divino.

Das histórias de seres imaginários e coisas anímicas às narrativas de confissões e memórias, passam-se alguns milênios e muitos conflitos em que as vitórias no campo de batalha nem sempre significaram, para os nomeados, êxito na manipulação das massas. Esta gente ignara, de difícil compreensão e muita perplexidade, antes comprometia que servia, pela ignorância, os rumos que o poder estatua, como o da história.

A noção de indivíduo nos chega com o Romantismo, quando o herói, não mais místico ou legendário, mas navegador ou mascate, começa a fazer um nome, tirando do anonimato um Cristóvão Colombo, um Romeu, um Quixote, um Rousseau. Das confissões de Rousseau, podem-se puxar dois fios que, de perto, tocam o tema de que se está a tratar: o da noção de individualidade e o da relevância da educação. A revolução mercantil e marinheira, que sustentou economicamente o Renascimento e o Absolutismo, já fortalecera as corporações de ofícios e as pequenas escolas monacais para tornar útil a gente miúda, despreparada para garantir seu sustento e o dos reinos.

A noção de indivíduo, todavia, se circunscreve sociologicamente para distinguir o homem na multidão e, mesmo quando ao cabo da revolução burguesa, o nome próprio ganhou foro (enquanto se vendiam títulos de nobreza), a educação se manteve como instrumento de domesticação e adaptação dos indivíduos aos papéis sociais que lhes foram reservados pelo novo sistema.

Educar, no entanto, apontava para outros procedimentos. De ex-ducere — conduzir para fora, trazer à tona, à expressão, o que vive dentro do homem —, educação, pelo próprio étimo, solicitava estratégias diversas das que então se punham em marcha no processo de escolarização que, lentamente, se expandia. Educação presumia acompanhamento, companhia, diálogo, troca de olhares e de experiências, manifestação da relação homem versus mundo que a percepção colhia, ensaio de especulações, construção de conhecimento.

Ao contrário, um rol sistemático de conteúdos e de valores, tendo por base ideologias subliminares, desenhou o educando educável e o homem educado que a sociedade almejava conformar. Primeiro, a prevalência do caráter instrumental; depois, o adestramento de habilidades; em seguida, a assimilação da tradição e do conhecimento acumulados e, por fim, o treinamento técnico. E a sociedade, dessa forma, distanciou-se cada vez mais dos sonhos de cidadania responsável e de qualidade de vida com direitos garantidos.

Eliana Yunes. Função do leitor: a construção da singularidade. In: Pensar a leitura: complexidades. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2002, p. 115 (com adaptações).

A partir do texto I, julgue os itens a seguir.

- 1) O primeiro parágrafo do texto situa o homem, na qualidade de ente social, entre os avanços culturais que se sucederam ao longo dos séculos.

- 2) O segundo parágrafo mostra a visão dicotômica da remota estrutura social em que, de um lado, estavam os detentores de poder, exemplificados pelos monarcas, e, de outro, o povo, a garantia da permanência dos poderosos.
- 3) No terceiro e no quarto parágrafos, que têm estrutura narrativa, os nomeados são chamados de “gente ignara”, porque comprometiam, pela ignorância, os rumos do poder, embora o sistema dogmático monolítico preconizasse que o homem é feito à imagem e semelhança divina.
- 4) O quinto e o sexto parágrafos têm por tema a individualidade, um componente da personalidade que oscila em diferentes regimes políticos e que depende da adaptação das pessoas aos papéis sociais impostos.
- 5) Os dois parágrafos finais, que, pela temática, poderiam ser reunidos em um só, apresentam aspectos etimológicos, filosóficos, políticos, ideológicos, pedagógicos da educação, além de uma crítica da autora à forma como se desenvolveu o ensino ao longo da história.

QUESTÃO 26 (CESPE 2004) CNPq

Com suas imensas transformações, com o invejável crescimento do PIB por anos seguidos, a China é um dos pólos de referência das questões econômicas globais. Ela combina uma clara e agressiva opção pelo capitalismo, na esfera da economia, com uma autocracia de partido único e dura restrição às liberdades democráticas, no plano político. A pergunta maior é a seguinte: os comunistas chineses criaram um regime estável, nessa combinação que impropriamente se chama de caminho chinês para o capitalismo, ou estamos diante de uma longa transição que acabará desembocando no par, visto como tradicional, constituído por capitalismo e democracia?

Boris Fausto. O shopping de restrições democráticas. In: Folha de S. Paulo, caderno Mais, 27/6/2004, p. 9 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, relativos às características marcantes da atual conjuntura chinesa e da sua relação com o mundo contemporâneo.

- 1) O “invejável crescimento do PIB” chinês, conforme menciona o texto, sustenta-se em índices expressivos, em torno de 9% ao ano, o que faz do grande país asiático uma das mais dinâmicas economias dos tempos atuais.
- 2) A persistente recusa da China em integrar a Organização Mundial do Comércio deixa o país livre para praticar atos considerados inaceitáveis no comércio internacional, como a oferta de produtos com preços inferiores aos seus custos de produção.
- 3) A grande contradição vivida pela China na atualidade, a que o texto alude claramente, diz respeito à abertura econômica simultânea à manutenção de um regime político altamente centralizado e autoritário.
- 4) Entre outros resultados, a recente viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à China, liderando extensa comitiva de empresários brasileiros, explicitou o interesse de ambos os países no incremento das relações bilaterais, tanto no que diz respeito ao comércio quanto no que se refere à cooperação científico-tecnológica.
- 5) A dúvida suscitada e não respondida pelo texto questiona a forma pela qual a China evoluirá nos próximos anos, ou seja, se cederá espaço à democracia, abrindo mão de se desenvolver materialmente, ou se perseverará na consensualmente reconhecida via própria para chegar à plenitude da economia de mercado.

QUESTÃO 27 (CESPE 2004) CNPq

O obscurantismo mais uma vez triunfou sobre a ciência. A poliomielite, doença que estava prestes a ser erradicada do planeta, voltou a atacar em vários países africanos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou um sombrio comunicado, alertando para o fato de que os casos de pólio registrados neste ano aumentaram cinco vezes nas regiões oeste e central do continente em comparação com igual período de 2003.

Análises das linhagens do vírus apontam para a região de Kano, na Nigéria, como o epicentro da atual ressurgência da enfermidade. Foi justamente no estado de Kano que autoridades religiosas boicotaram as várias campanhas de vacinação promovidas pela OMS. Com base em rumores de que a vacina causava infertilidade, clérigos conseguiram que as autoridades estaduais proibissem a campanha.

Folha de S. Paulo. Editorial: Obscurantismo fatal. 26/6/2004, p. A2 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando as múltiplas implicações do tema por ele abordado, julgue os itens que se seguem.

- 1) Embora presente um trabalho vital para a melhoria das condições sanitárias do planeta, o fato de a OMS não integrar a Organização das Nações Unidas impede ou integra a Organização das Nações Unidas impede ou dificulta que ela atue em todos os continentes, o que ajuda a entender os atuais problemas vividos pela África.
- 2) Causadora da paralisia infantil, a poliomielite foi alvo de intensos estudos e pesquisas ao longo do século XX, de que decorreram, entre outros resultados, dois tipos de vacinas — a Salk e, a seguir, a Sabin.
- 3) O Brasil conseguiu transformar-se em referência mundial no combate à poliomielite graças aos êxitos de suas campanhas de vacinação em massa. A imagem da gotinha salvadora logrou ser amplamente assimilada pela população, mobilizando pessoal técnico e a sociedade em quase todo o país.
- 4) O que mais assusta no atual recrudescimento da poliomielite no continente africano é o ineditismo do século XX havia eliminado as barreiras do atraso que visões particulares e ortodoxas da religião apresentavam no passado distante.
- 5) Ao identificar expressamente os clérigos como as autoridades religiosas que levaram os governantes a proibir a vacinação de crianças contra a poliomielite, o texto atribui à Igreja Católica significativa responsabilidade pelo retorno da doença em regiões da África.

QUESTÃO 28 (CESPE 2004) Companhia Docas do Pará

Divulgada em abril, a Síntese dos Indicadores Sociais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) expõe, mais uma vez, o abismo social que separa as etnias no Brasil. Pelo estudo verifica-se, por exemplo, que as taxas de analfabetismo, mesmo dando sinais de declínio ao longo do tempo, têm mantido as desigualdades de cor nos mesmos patamares. Se o índice de brasileiros que não sabem ler nem escrever está em 12,8%, esse percentual entre os brancos cai para 7,5%, ao passo que 16% dos negros e pardos encontram-se na mesma situação.

Já, no que se refere à média de anos de estudo da população acima dos 10 anos de idade, os brancos têm um nível de escolaridade maior que os negros e pardos em todas as regiões do país. As diferenças mais sensíveis são verificadas em Salvador – BA. Ali, a população branca tem, em média, 2,6 anos de estudo a mais que os negros e 2,3 a mais que os pardos.

No que se refere aos rendimentos obtidos no mercado de trabalho, os empregados negros e pardos recebem praticamente a metade dos salários pagos aos brancos. Enquanto o rendimento médio mensal do primeiro grupo chega a 409 reais, o da população branca atinge 812 reais.

Família Cristã, ano 70, n.º 821, mai./2004, p. 19

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema por ele focalizado, julgue os itens seguintes.

- 1) Estudos realizados por organismos nacionais e internacionais, fazendo uso inclusive de dados estatísticos, comprovam o que o texto aborda: a desigualdade brasileira é uma das mais agressivas que se conhece e demonstra acentuada capacidade de se manter de pé ao longo da história.
- 2) Partindo do pressuposto de que o acesso à educação é aspecto decisivo para a superação das mais diversas formas de desigualdade presentes na sociedade, vê-se que o Brasil caminha para vencer essa batalha, pois, como informa o texto, a expansão da matrícula na educação básica promove a redução da distância entre brancos e não-brancos no conjunto da população brasileira.
- 3) O exemplo da capital baiana que o texto utiliza é ilustrativo de que, quando há grande preponderância de negros e pardos no conjunto da sociedade, como é o caso de Salvador, as estatísticas são bem mais favoráveis a essa parcela da população do que em outras regiões.
- 4) Os séculos de escravidão negra deixaram raízes profundas na sociedade brasileira. Tal como foi conduzida, a abolição do trabalho escravo não foi suficiente para romper com uma histórica tradição de submissão dos afro-descendentes.
- 5) A denominada política de ações afirmativas, muito em voga nos dias atuais e apoiada integralmente pela sociedade brasileira, restringe-se à adoção de cotas para a população não-branca, de modo a facilitar-lhe o acesso à educação superior e ao emprego.

QUESTÃO 29 (CESPE 2004) Companhia Docas do Pará

Como tapetes flutuantes, elas surgiram de repente, em “muita quantidade”, balançando nas águas translúcidas de um mar que refletia as cores do entardecer. Os marujos as

reconheceram de imediato, antes que sumissem no horizonte: chamavam-se botelhos as grandes algas que dançavam nas ondulações formadas pelo avanço da frota imponente. Pouco mais tarde, mas ainda antes que a escuridão se estendesse sobre a amplitude do oceano, outra espécie de planta marinha iria lambear o casco das naves, alimentando a expectativa e desafiando os conhecimentos daqueles homens temerários o bastante para navegar por águas desconhecidas. Desta vez eram rabos-de-asno: um emaranhado de ervas felpudas “que nascem pelos penedos do mar”. Para marinheiros experimentados, sua presença era sinal claro da proximidade de terra. (...)

Cinco dias antes do surgimento das ervas, a frota tinha vencido uma data muito temida pelos mareantes — mas o céu não escurecera nem trovões ribombaram naquela sexta-feira santa, 17 de abril de 1500. Durante toda a quaresma, os sacerdotes de bordo haviam tido tempo de sobra para apregoar sua liturgia de mistérios e consolações. Aqueles homens de batinas negras recitavam ladainhas e restringiram as absolvições. Um temor reverencial semeou-se na alma dos viajantes. “Se queres aprender a orar, faça-te ao mar”, dizia um ditado da época. A bordo, durante vários dias, houve jejum e penitência. (...)

Os mantos de ervas flutuantes surgiram à frente da frota na terça-feira, 21 de abril, apenas dois dias após a celebração da Páscoa. Ventava leste franco — o que significava que a esquadra de Cabral poderia navegar com facilidade para o oeste. (...) Na manhã seguinte, 22 de abril, com o vento ainda soprando de leste, o vôo rasante de aves marinhas levou os homens a repicarem os sinos e a se apinharem nos tombadilhos. (...) Então, a cerca de 70 quilômetros da costa, perto do fim da tarde, mais com alívio que com surpresa ou espanto, o capitão e seus pilotos, os marinheiros e os soldados, os sacerdotes e os degredados, acotovelados todos à mureta das naus, puderam vislumbrar o cume de um monte bem alto erguendo-se no horizonte longínquo. (...) A seis léguas da costa (ou cerca de 36 quilômetros), a armada lançou âncoras. Elas mergulharam 34 metros no mar esverdeado antes de tocar o fundo arenoso. Estava descoberto o Brasil.

Eduardo Bueno. A viagem do descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998, p. 7-12 (com adaptações).

Com relação às idéias do texto I, julgue os itens que se seguem.

- 1) O objetivo do texto é descrever eventos ocorridos imediatamente antes do descobrimento do Brasil para dar ao leitor o quadro exato dos acontecimentos, de forma detalhada e impessoal.
- 2) Infere-se do texto que, à época da chegada dos europeus ao Brasil, acreditava-se que as viagens por mar serviam para fortalecer a fé das pessoas.
- 3) De acordo com o texto, a chegada dos portugueses ao Brasil ocorreu em uma quarta-feira, depois de uma semana santa que se provou particularmente assustadora para os marinheiros.
- 4) O texto indica, por meio da expressão “homens temerários” e da informação acerca da severa rotina religiosa seguida a bordo, que os homens que faziam parte da esquadra de Cabral eram de caráter honesto e reputação impecável.
- 5) Conclui-se da leitura do texto que, à época dos eventos nele descritos, o aparecimento de plantas e aves marinhas durante uma viagem marítima era um claro indicador, para as pessoas acostumadas a viagens em embarcações, de que a terra firme estava próxima.

QUESTÃO 30 (CESPE 2004) Companhia Docas do Pará

Ricos, pobres, analfabetos ou escolarizados. Pesquisa mostra que, independentemente do nível social ou educacional, 65% dos brasileiros admitem já ter usado de esperteza para obter vantagem pessoal. O jeitinho brasileiro está tão incorporado ao cotidiano que, para a maioria das pessoas — jovens e adultos —, é absolutamente normal usá-lo como meio para obter vantagens. A análise *Corrupção: com Jeitinho Parece que Vai*, coordenada pelo sociólogo Alberto Carlos Melo de Almeida, revela que 74% dos entrevistados que reconhecem adotar o método têm de 18 a 24 anos, enquanto 51% dos analfabetos admitem tê-lo utilizado uma vez na vida. O modo de agir tipicamente nacional pode aparecer das mais diversas maneiras, segundo os entrevistados.

Correio Braziliense, 7/5/2004, p. 15

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o tema que ele aborda, julgue os itens seguintes.

- 1) Considerada uma das piores características da humanidade, a corrupção encontra no Brasil feroz combate, que contra ela movem incessantemente o poder público e a sociedade, razão pela qual praticamente inexistente no país.
- 2) O famoso jeitinho brasileiro nem de longe se identifica com corrupção, precisamente porque em nenhuma hipótese significa prejuízo para alguém.
- 3) No Brasil atual, somente faz uso do jeitinho quem não teve acesso à educação formal.

- 4) A pesquisa citada no texto confirma que não há distinção de idade para se fazer uso do jeitinho.
- 5) Entre as diversas formas de jeitinho, uma das mais conhecidas é valer-se de algum tipo de conhecimento para livrar-se de filas.

QUESTÃO 31 (CESPE 2004) Polícia Federal

Já existe, felizmente, em nosso país, uma consciência nacional — em formação, é certo —, que vai introduzindo o elemento da dignidade humana em nossa legislação e para a qual a escravidão, apesar de hereditária, é uma verdadeira mancha de Caim que o Brasil traz na fronte. Essa consciência, que está temperando a nossa alma e, por fim, há de humanizá-la, resulta da mistura de duas correntes diversas: o arrependimento dos descendentes de senhores e a afinidade de sofrimento dos herdeiros de escravos.

Não tenho, portanto, medo de não encontrar o acolhimento por parte de um número bastante considerável de compatriotas meus, a saber: os que sentem a dor do escravo como se fora própria, e ainda mais, como parte de uma dor maior — a do Brasil, ultrajado e humilhado; os que têm a altivez de pensar — e a coragem de aceitar as conseqüências desse pensamento — que a pátria, como a mãe, quando não existe para os filhos mais infelizes, não existe para os mais dignos; aqueles para quem a escravidão, degradação sistemática da natureza humana por interesses mercenários e egoístas, se não é infamante para o homem educado e feliz que a inflige, não pode sê-lo para o ente desfigurado e oprimido que a sofre; por fim, os que conhecem as influências sobre o nosso país daquela instituição no passado e, no presente, o seu custo ruinoso, e prevêm os efeitos da sua continuação indefinida.

Possa ser bem aceita por eles esta lembrança de um correligionário ausente, mandada do exterior, donde se ama ainda mais a pátria do que no próprio país.

Quanto a mim, julgar-me-ei mais do que recompensado, se as sementes de liberdade, direito e justiça derem uma boa colheita no solo ainda virgem da nova geração. (Londres, 8 de abril de 1883)

Joaquim Nabuco. O abolicionismo. In: Intérpretes do Brasil, vol. I, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 21 (com adaptações).

Em relação ao texto acima e ao tema nele abordado, julgue os itens a seguir.

- 1) O que Joaquim Nabuco escrevia em sua época vai ganhando densidade nos dias de hoje. Prova disso é o atual debate a respeito da política afirmativa, a qual, envolvendo, inclusive, a adoção de cotas, tem por objetivo reduzir as enormes desigualdades sociais geradas pela escravidão.
- 2) A expansão do sistema educacional brasileiro, especialmente nas redes escolares públicas, resultou na eliminação quase total das diferenças quanto a acesso e permanência nas escolas e desempenho escolar de brancos, negros e pardos. Essa realidade transportou-se para o mercado de trabalho, como demonstra a igualdade de salários pagos a cidadãos de diferentes raças.
- 3) A idéia principal do texto pode assim ser expressa: O amor à pátria é mais forte quando se está longe dela e a dor do escravo é sentida como se fosse própria.
- 4) O autor do texto sugere que não teme as divergências políticas das duas correntes que formam a consciência nacional, porque conta com a receptividade da maioria dos compatriotas, contrários à escravidão.
- 5) No contexto em que está empregada, a palavra “hereditária” reforça a idéia de que a escravidão é uma questão genética.

QUESTÃO 32 (CESPE 2004) Polícia Federal

Os atentados terroristas a Nova Iorque e Washington são a evidência de que o atual modelo de globalização afeta os esforços de implantação mundial dos direitos humanos. Graças ao avanço da tecnologia de comunicações — dos meios de transporte à Internet —, o Planeta tornou-se, de fato, uma grande aldeia. Somos todos vizinhos uns dos outros e podemos assistir, em tempo real, ao que se passa no hemisfério oposto ao que habitamos.

Frei Betto. Internet: <www.dhnet.org.br/denunciar> (com adaptações).

Com base no texto acima e considerando as múltiplas implicações do tema que ele focaliza, julgue os itens seguintes.

- 1) Nos recentes episódios do Oriente Médio, a atuação de uma rede de televisão árabe — Al Jazeera — funciona como uma espécie de contraponto ao quase monopólio da informação, que, até bem pouco tempo, pertencia à mídia ocidental.
- 2) Um caso extremo de terrorismo, que espalhou o pânico nos Estados Unidos da América (EUA) e assustou a opinião pública mundial, foi o atentado de 11 de setembro de 2001, que atingiu o Pentágono e as torres do World Trade Center.
- 3) A globalização não se restringe aos aspectos econômicos, conquanto eles sejam fundamentais. Da mesma forma que as inovações tecnológicas atingem diretamente o sistema produtivo, ampliando-lhe

- a capacidade e mundializando os mercados, elas também facilitam a circulação de pessoas, idéias e culturas, tornando o mundo menor também sob esse prisma.
- 4) O autor do texto aponta a utilização de sofisticada tecnologia de comunicações como a principal causa da prevalência do modelo de globalização econômica, que atenta contra os direitos humanos.

QUESTÃO 33 (CESPE 2004) Polícia Federal

A proximidade não nos tem tornado mais solidários e amigos. À luz da crescente mercantilização das relações humanas, quase tudo é encarado em termos de lucro e benefício. Não importa que guerras fratricidas ameacem a existência de nações africanas. Os países metropolitanos continuarão fabricando e exportando armas — que a África não produz — e permanecerão insensíveis ao genocídio se, no palco das operações, não houver diamantes, petróleo ou qualquer outra riqueza que justifique a intervenção das tropas globocolonizadas, como ocorreu no Iraque e na Iugoslávia.

Idem, ibidem.

Tendo o texto acima como referência e considerando o cenário mundial contemporâneo, julgue os itens que se seguem.

- 1) A idéia expressa pela palavra “mercantilização”, que é oposta à de solidariedade e à de amizade, articula-se com as noções de mercado e de relações baseadas em vantagens. É essa idéia que se tem mostrado muito presente nos encontros internacionais de chefes de Estado e de governo, marcados pela celebração de acordos comerciais.
- 2) A palavra “genocídio” significa extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso.
- 3) Pelo contexto, compreende-se que a palavra “palco” foi empregada em seu sentido denotativo.
- 4) Depreende-se do neologismo “globocolonizadas” que os exércitos que atuam nas intervenções em países que vivem guerras genocidas representam forças hegemônicas do processo de globalização.
- 5) Depreende-se das idéias do texto que somente haverá intervenção estrangeira para impedir ou tenuar guerras nos países e regiões onde existam riquezas que possam interessar outros países.
- 6) Da Idade Moderna aos dias de hoje, a África vem participando ativamente do processo de desenvolvimento capitalista. Se, no passado, fornecia escravos, hoje abastece o mercado mundial com produtos minerais e constitui um rico mercado consumidor.
- 7) Osama bin Laden, considerado inimigo público número 1 dos norte-americanos, justamente por suas ações terroristas, foi capturado, julgado e executado pelos EUA, alguns meses após a invasão do Iraque.

QUESTÃO 34 (CESPE 2004) Polícia Federal

Freqüentemente, a análise do crime inclui uma série de reflexões e comentários que ultrapassam, em muito, o ato delituoso em si; são questões que envolvem a ética, a moral, a psicologia e a psiquiatria simultaneamente. Sempre há alguém atrelando ao criminoso traços e características psicopatológicas ou sociológicas.

A despeito dos recentes conhecimentos da neurociência, a maioria das pesquisas não encontrou uma associação entre patologias psíquicas e risco de se cometer crime de grande violência, ou encontrou apenas uma discreta associação, estatisticamente insignificante.

Internet: <<http://www.psiqweb.med.br/forense/forense.html>> (com adaptações).

Com relação ao texto acima e a aspectos relevantes que o tema suscita, julgue os itens subseqüentes.

- 1) A direção argumentativa do texto leva a concluir que atos criminosos violentos estão significativamente mais associados a psicopatas do que a pessoas consideradas normais na população em geral.
- 2) Importantes operações realizadas pela Polícia Federal, a exemplo das denominadas Anaconda, Gafanhoto e Vampiro, desvendaram atos delituosos na administração do dinheiro público.

QUESTÃO 35 (CESPE 2004) Polícia Federal

Guerras, guerrilhas, terrorismo, ditaduras, massacres, recessão, violência urbana, corrupção, miséria — nos últimos 50 anos, raras vezes tivemos um panorama mundial tão melancólico como o atual. Se antes luziam frestas de esperança, a atual galeria de pedestais vazios só agrava o desânimo. A mentira, mãe de todas as desgraças, esconde-se atrás de cada conflito, móvel de todos os confrontos. Na história das guerras, sempre houve uma falsidade primal, impostura nuclear. Por isso, a tarefa dos pacifistas não

se resume a tapar trincheiras, travar gatilhos ou destruir armas. Antes de silenciar os tambores marciais, impõe-se desvendar as fraudes que os motivaram.

Alberto Dines. A era da mentira, hora de verdades. In: *Jornal do Brasil*, 29/5/2004, p. A9 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, relativos ao mundo contemporâneo.

- 1) Ao referir-se a “panorama mundial tão melancólico” (L.3) e a “galeria de pedestais vazios” (R.4-5), o autor do texto acusa as atuais lideranças pacifistas do mundo de não estarem à altura dos desafios do tempo presente e de serem menos preparadas que as do passado.
- 2) A “mentira, mãe de todas as desgraças,” (L.5) não esteve presente no episódio da invasão do Iraque. O motivo alegado pelos EUA para atacar esse país — a existência de arsenal de armas de destruição em massa — foi plenamente comprovado.
- 3) A “corrupção” (L.2), a que o texto alude, não é um fenômeno exclusivamente brasileiro, pois atinge governos e grandes empresas pelo mundo afora.
- 4) O termo “recessão” (L.2) significa, em linhas gerais, retrocesso econômico, ou seja, um quadro de crise na economia que tende a gerar problemas sociais e políticos.
- 5) O nome Al-Qaeda está associado ao terrorismo islâmico, que responde por ações violentas no Oriente Médio e em outras partes do mundo na defesa radical de suas causas.

QUESTÃO 36 (CESPE 2004) Polícia Federal

O brasileiro que quiser parar de fumar terá acesso a tratamento e remédios custeados pelo governo federal. No Dia Internacional de Combate ao Tabagismo, o Ministério da Saúde publicou uma portaria incluindo no Sistema Único de Saúde (SUS) o suporte completo para o dependente de cigarros abandonar o vício: adesivos e gomas de mascar de nicotina para substituir a dose mínima da substância em quadros de crise de abstinência e um antidepressivo que auxilia no abandono do fumo. Nos postos de saúde, também estará à disposição do fumante um programa de psicoterapia em grupo, coordenado por profissionais treinados pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), no Rio de Janeiro.

O Globo, 1.º/6/2004, p. A3 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os diversos aspectos concernentes ao tema nele abordado, julgue os itens que se seguem.

- 1) Infere-se do texto que o tabagismo, além de criar dependência química, envolve aspectos emocionais e psicológicos, o que explica a decisão ministerial de oferecer programa de psicoterapia em grupo para atendimento àqueles que se dispuserem a abandonar o vício.
- 2) Como os impostos que incidem sobre a produção e a comercialização de cigarros são muito reduzidos, o governo brasileiro pouco arrecada com a venda desse produto.
- 3) A decisão do governo brasileiro pressupõe que o tabagismo é uma doença, o que justifica o gasto de recursos federais com o tratamento de fumantes.
- 4) Ao contrário do que ocorria no passado, atualmente amplia-se a tendência de destacar os malefícios causados pelo tabaco à saúde humana.

QUESTÃO 37 (CESPE 2004) Polícia Federal Papiloscopista

Mais soldados americanos morreram em abril no Iraque do que em todo o primeiro trimestre do ano, o que torna esse mês o mais mortífero para as forças de ocupação dos Estados Unidos da América (EUA) desde a invasão daquele país, em 20 de março de 2003. No total, 136 militares foram mortos em abril. Pelo menos 745 americanos morreram desde o início da guerra. Mas o número de mortes entre os iraquianos (incluindo civis) foi dez vezes maior: 1.361, segundo cálculo de uma agência de notícias. O número de americanos feridos também aumentou muito. Ironicamente, há um ano o presidente George W. Bush dava por encerrada a fase de grandes combates no Iraque, declarando o fim da guerra.

O Estado de S. Paulo, 1.º/5/2004, p. A 25 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos que envolvem o tema por ele abordado, julgue os itens subseqüentes.

- 1) A incursão militar norte-americana no Iraque foi a primeira investida militar externa conduzida pelo governo Bush, estimulado pelo amplo apoio internacional que seu país recebeu após ter sido alvo dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001.
- 2) A prisão de Saddam Hussein foi uma das vitórias que o governo Bush conquistou em decorrência da invasão do Iraque. Contudo, essa conquista não tem conseguido amenizar o desconforto norte-americano no país ocupado, sofrendo elevadas baixas e com sérias dificuldades para garantir a ordem no território iraquiano.

- 3) Não são poucos os analistas que, ante as dificuldades encontradas pelos EUA para controlarem o Iraque, passado o primeiro momento da fácil vitória militar contra as forças de Saddam Hussein, relacionam essa situação com a traumática experiência norte-americana no sudeste asiático, culminada com sua derrota frente aos vietnamitas.
- 4) O apoio colhido por George W. Bush junto aos países europeus foi decisivo para que os EUA se decidissem pela invasão do Iraque e, ao mesmo tempo, contribuiu para consolidar uma política externa uniforme e coesa dos integrantes da União Européia.
- 5) O flagrante erro de cálculo dos EUA, conforme se vê na declaração de seu presidente citada no texto, inscreve-se em um contexto que bem poderia ser assim sintetizado: a fácil vitória militar inicial transformou-se, aos olhos de muitos, em derrota política ao longo da ocupação.
- 6) As críticas que se avolumam contra os EUA, relativas a sua atuação no Iraque, são amenizadas pelo fato de que, apesar da encarniçada reação da população local, os alvos norte-americanos permanecem sendo militares, o que poupa a vida de milhares de iraquianos não-combatentes.
- 7) Para a opinião pública norte-americana, a destituição e a desmoralizante prisão de Saddam Hussein corresponderam a uma espécie de retaliação dos EUA a quem, comprovadamente, fora o mentor dos ataques terroristas que atingiram o Pentágono e as torres do World Trade Center.
- 8) Da mesma forma que se recusa a mandar tropas para o Haiti, o Brasil não integrou a coalizão liderada pelos EUA no ataque ao Iraque. Não obstante, a chancelaria brasileira hipotecou incondicional solidariedade à decisão norte-americana de agir militarmente no Oriente Médio ou em qualquer parte do mundo, na luta contra o terror.
- 9) As vozes que contestam a atual política externa norte-americana, não apenas em relação ao Iraque, costumam classificá-la de belicista e unilateral, nesse caso facilitada pelo colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que sepultou qualquer vestígio que porventura ainda existisse do sistema bipolar surgido no pós-Segunda Guerra Mundial.
- 10) A região onde se localiza o Iraque, o Oriente Médio, é uma das mais estratégicas do mundo contemporâneo. Não bastasse ser área de confluência entre as culturas ocidental e oriental, ela detém as maiores reservas de petróleo, que ainda é elemento vital para a economia mundial.
- 11) Vivendo uma crise de identidade, em um cenário mundial distinto daquele para o qual foi concebida, a Organização das Nações Unidas (ONU) teve papel considerado secundário na atual situação de guerra contra o Iraque.
- 12) Os inspetores da ONU, enviados em missão especial ao Iraque, confirmaram, em parte, a denúncia norte-americana de que Saddam Hussein mantinha secretamente um significativo arsenal de armas de destruição em massa, motivo utilizado pelos EUA para invadir o país.

QUESTÃO 38 (CESPE 2004) Polícia Rodoviária Federal

Por obrigação profissional, vivo metido no meio de pessoas de sucesso, marcadas pela notável superação de limites. Vejo como o brilho provoca a ansiedade do reconhecimento permanente. Aplauso vicia. Arriscando-me a fazer psicologia de botequim, frase de livro de auto-ajuda ou reflexões vulgares da meia-idade, exponho uma desconfiança: o adulto que gosta de brincar e não faz sucesso tem, em contrapartida, a magnífica chance de ser mais feliz, livre do vício do aplauso, mais próximo das coisas simples. O problema é que parece ridículo uma escola informar aos pais que mais importante do que gerar bons profissionais, máquinas de produção, é fazer pessoas felizes por serem o que são e gostarem do que gostam.

Gilberto Dimenstein. O direito de brincar. In: Folha de S. Paulo, 2/11/2001, p. C8 (com adaptações).

Acerca das idéias e das estruturas do texto acima, que aborda aspectos da sociedade contemporânea, e considerando as transformações históricas ocorridas no Brasil a partir de meados do século XX, julgue os itens que se seguem.

- 1) A taxa de urbanização da sociedade brasileira verificada nos dias de hoje resulta de um processo histórico de modernização do país que, basicamente iniciado com a Era Vargas (1930-1945), foi impulsionado pelas transformações econômicas e sociais que o mundo conheceu nas décadas que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial.
- 2) Com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, no governo Vargas, iniciou-se uma fase de forte presença estatal no projeto de desenvolvimento nacional, de que foram também exemplos significativos a Companhia Vale do Rio Doce, a PETROBRAS e a Eletrobrás.
- 3) O modelo de desenvolvimento adotado pelo regime militar, a partir do golpe de 1964, voltou-se para o estímulo à iniciativa privada, com a conseqüente desestatização da economia brasileira, o que foi particularmente característico do governo Geisel.

- 4) De maneira geral, o sistema educacional brasileiro está vencendo o desafio de pôr no ensino fundamental as crianças em idade escolar, mas ainda padece de graves falhas que comprometem sua qualidade.

QUESTÃO 39 (CESPE 2004) Polícia Rodoviária Federal

A violência nas grandes cidades brasileiras tornou-se uma prática gratuita. Há pessoas principalmente jovens, “que gostam de exercer a violência”. O diagnóstico é do antropólogo Gilberto Velho, que há dez anos vem fazendo uma pesquisa qualitativa com vítimas da criminalidade no Rio. “A violência tem rompido barreiras que existiam como não agredir idosos. Os idosos dizem que os jovens são agressivos, que são capazes de empurrá-los numa fila de ônibus, disse Velho. A cultura da violência, acrescentou o antropólogo, “provocou o acovardamento da população das cidades.” Quando uma senhora idosa é assaltada, homens mais ou menos dispostos não se movimentam para socorrê-la de imediato. O medo gera a covardia. Espera-se que o poder público socorra, mas o poder público é ausente.”

Texto extraído e adaptado da Folha de S. Paulo, de 20/10/2003. Julgue os itens subsequentes, ao tema abordado no documento nela em edição.

- 1) Na atualidade, o cenário apresentado pelas áreas periféricas dos grandes centros urbanos — como são, entre outros, os conhecidos casos de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e o entorno do Distrito Federal — é a demonstração plena de que a pobreza é a causa da violência.
- 2) Ao enviar recentemente ao Congresso Nacional projeto que elimina o conceito de maioridade penal, o Poder Executivo brasileiro parece ter-se curvado aos clamores da sociedade, chocada com a série de crimes de extrema crueldade que contaram com a participação de menores de idade.
- 3) Apesar de plena e integralmente aplicado no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente não conseguiu garantir a integridade dos menores infratores e promover sua adequada preparação ao retorno do convívio social.
- 4) Uma das faces mais visíveis da urbanização brasileira, extremamente rápida e carente de planejamento, é a deficiência quanto à oferta, por parte do poder público, de determinados equipamentos urbanos básicos, tais como moradia, lazer, educação, saúde, saneamento e emprego.
- 5) A ação do narcotráfico contribui decisivamente para o aumento do clima de violência que, em especial nos grandes centros urbanos, aflige a sociedade brasileira.
- 6) A recente aprovação, pelo Congresso Nacional, do Estatuto do Desarmamento insere-se no esforço de reduzir a violência por meio de medidas que coíbam ou reduzam as possibilidades de uso de armas, a partir do reconhecimento da fragilidade dos mecanismos de controle sobre elas no país.

QUESTÃO 40 (CESPE 2004) Polícia Rodoviária Federal

É opinião unânime entre os analistas políticos que, até agora, o melhor desempenho do governo Luiz Inácio Lula da Silva está se dando no campo diplomático. O primeiro grande êxito foi a intermediação do conflito entre o presidente venezuelano Hugo Chávez e seus opositores. O segundo grande êxito dessa política refere-se às negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Na última conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada no balneário mexicano de Cancun, o Itamaraty, manobrando habilmente nos meandros da diplomacia internacional, impediu que os Estados Unidos da América (EUA) escondessem seu protecionismo ferrenho atrás da propaganda do livre comércio, que constitui a justificativa para a formação da ALCA. O mais recente êxito de Lula na ordem internacional foi o discurso proferido na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, quando propôs a criação de um comitê de chefes de Estado para dinamizar as ações de combate à fome e à miséria em todo o mundo.

Plínio de Arruda Sampaio. Política externa independente. In: Família Cristã, ano 69, n.º 815, nov./2003, p. 28-9 (com adaptações).

Tendo o texto por referência inicial e considerando situações históricas relativas à inserção internacional do Brasil e o quadro econômico mundial contemporâneo, julgue os itens seguintes.

- 1) A primeira grande diferença entre a atual política externa brasileira e a do governo anterior é que, logo após tomar posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o rompimento do Brasil com os acordos internacionais celebrados por Fernando Henrique Cardoso.
- 2) A ONU foi criada no imediato pós-Segunda Guerra Mundial e, em grande parte de sua existência, conviveu com o tenso cenário de bipolaridade do poder mundial, assinalado pela disputa entre EUA e União Soviética.

- 3) Na chamada fase liberal-conservadora da República brasileira (1946-1964), prevaleceu uma política externa autônoma em relação aos EUA, exceção feita aos governos Jânio Quadros e João Goulart, cuja ação diplomática pautou-se pelas orientações emanadas de Washington.
- 4) Ao contrário do ocorrido durante os mandatos de Fernando Henrique Cardoso, o governo Lula afastou-se, ainda que temporariamente, das discussões em torno da ALCA, provavelmente como forma de pressionar os EUA a abrandarem suas posições.
- 5) O atual estágio de globalização da economia é marcado, entre tantos outros elementos, pela tendência à formação de blocos regionais — como pretende ser a ALCA citada no texto —, como forma de inserção vantajosa no competitivo mercado mundial.
- 6) Ao retirar o Brasil da OMC, em represália à prática de subsídios pelos países mais ricos, como os EUA e os integrantes da União Européia, o governo Lula agiu de forma similar ao de Juscelino Kubitschek, que chegou a romper com o Fundo Monetário Internacional (FMI).
- 7) Uma política mundial de combate à fome e à miséria tem sido objeto recorrente nas participações do presidente Lula em eventos internacionais, tendo sido proposta em reunião do G-8 e no plenário da ONU.
- 8) Em sua viagem aos países do Oriente Médio ao final de 2003, o presidente Lula enfatizou a necessidade de que sejam ampliadas as possibilidades de comércio entre os países que não integram o seleto grupo dos mais ricos, uma espécie de área de livre comércio para os emergentes.

QUESTÃO 41 (CESPE 2004) STJ

Rocinha, Vidigal, Santa Teresa, Tijuca, Cerro Corá, não importa o endereço, o saldo de mortos da violência em menos de dois dias no Rio de Janeiro perfaz 10 pessoas entre adultos e crianças, homens e mulheres, bandidos e cidadãos comuns. Segurança zero, insegurança, medo e terror, 100. A criminalidade não é, nem pode ser, encarada como problema tópico, sazonal, raro. Integra, há décadas, o cotidiano carioca. E não se resolverá com a ocupação episódica das favelas, premida por uma ou outra batalha entre traficantes por pontos mais rentáveis de venda de drogas. O controle militar de regiões conflagradas é obrigação do Estado. O município precisa retomar a rotina. O direito de ir e vir é assegurado pela Constituição. No Rio, precisa do aval do tráfico. Já passou da hora de o poder público garantir a cada um, na cidade, um pouco de paz. E muita segurança.

O Iraque é aqui. In: Jornal do Brasil, 11/4/2004, capa (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o tema por ele abordado em toda a sua abrangência, julgue os itens seguintes.

- 1) Sabe-se que o tráfico de drogas ilícitas desempenha papel significativo no aumento do índice de criminalidade e da sensação de insegurança que atualmente toma conta do país, principalmente em suas grandes cidades.
- 2) Referindo-se à antiga capital brasileira, o dramático quadro exposto no texto reflete uma situação de extrema violência que, com igual ou menor intensidade, não se manifesta nas demais regiões do país.
- 3) Espera-se que a nova legislação antidrogas adotada recentemente pelo Brasil reduza o consumo dessas substâncias, justamente por torná-lo crime e prever pesadas penalidades para quem for pego fazendo uso delas.
- 4) Em determinadas regiões e situações, na cidade do Rio de Janeiro, o direito constitucional que as pessoas têm de se locomover fica subordinado ao poder de decisão de grupos criminosos.
- 5) O texto dá a entender que a onda de violência que assola a Cidade Maravilhosa não passa mesmo de uma onda, isto é, algo passageiro, uma conjuntura problemática intercalando longos períodos pacíficos.
- 6) Normalmente, as áreas geográficas urbanas mais carentes recebem pouco ou quase nada do poder público, cuja ausência tende a ser preenchida pelo assistencialismo de líderes criminosos que nelas se instalam.
- 7) Os recentes episódios de violência que assolam o Rio de Janeiro, levando desespero e pânico a milhares de pessoas, demonstram a relação direta de causa e efeito entre pobreza e criminalidade.
- 8) Entre os meios utilizados pelas quadrilhas criminosas e pelo denominado crime organizado para agir e se expandir plenamente, está a corrupção de integrantes do Estado.
- 9) É nas favelas das grandes cidades que se instalam os verdadeiramente grandes traficantes de drogas ilícitas, pessoas que controlam a circulação dessas drogas em escala internacional.
- 10) Um cenário de amplas carências, em que faltem assistência à saúde, acesso à educação de qualidade e perspectivas de emprego, favorece a absorção da mão-de-obra jovem por parte dos narcotraficantes.

QUESTÃO 42 (CESPE 2004) STJ

Os itens subseqüentes são reescrituras adaptadas de partes de textos extraídos de UnB Revista, n.º 9, dez./2003-mar./2004. Julgue-os quanto a acentuação gráfica, emprego do sinal indicativo de crase, concordância, regência e pontuação.

- 1) Políticas de controle da natalidade não são uma solução viável, não só porque violam a liberdade das famílias de decidir seu tamanho, mas, também, porque causam um vazio geracional que, futuramente, poderá ter diversos impactos negativos para a sociedade.
- 2) O crescimento da economia parece ser uma proposta mais tentadora: crescer aumenta a quantidade de recursos disponíveis e, se os resultados desse crescimento forem distribuídos a todos, a tendência é de que a pobreza seja reduzida.

QUESTÃO 43 (CESPE 2004) STJ

Dar o peixe ou ensinar a pescar?

Ainda é muito comum o argumento de que, no combate à pobreza no Brasil, não se deve dar o peixe, mas ensinar a pescar. Os resultados de pesquisas recentes, no entanto, indicam que ensinar a pescar pode ser muito pouco para uma grande massa de população que já se encontra em situação de extrema privação.

A pobreza é uma metáfora para o sofrimento humano trazido à arena pública, e pode ser definida de maneiras distintas. Muita energia é despendida na busca de uma definição rigorosa, capaz de distinguir com clareza o sofrimento suficiente do sofrimento insuficiente para classificar alguém como pobre, mas aqui isso não é necessário: apenas para conduzir a argumentação, vamos tratar pobreza como uma situação extrema, na qual se encontram os indivíduos pertencentes a famílias que não dispõem de renda para adquirir uma cesta de alimentos e outros bens de consumo, como vestimentas e medicamentos.

Pesquisas embasadas nesse tipo de definição estimam que uma fração entre um terço e a metade da população brasileira possa ser considerada pobre. Essa é uma definição forte; e estimativas subjetivas de linhas de pobreza demonstram que boa parte da população brasileira ainda consideraria insuficientes as rendas de famílias que se encontram em níveis superiores aos usados nessas pesquisas como linha de pobreza.

Vamos assumir, também, que a existência desse tipo de pobreza é socialmente inaceitável e, portanto, que desejamos erradicá-la o quanto antes. É óbvio que o horizonte de tempo proposto define que tipos de mudança na sociedade serão necessários. Provavelmente, um prazo mais curto exigirá políticas mais drásticas. Para manter a argumentação em torno das propostas mais debatidas, atualmente, para a erradicação da pobreza no país, vamos definir como limite razoável algo entre uma e duas décadas.

A insuficiência de recursos nas mãos de parte da população pode ser entendida como resultado ou de uma insuficiência generalizada de recursos ou de má distribuição dos recursos existentes. Logo, o combate à pobreza pode tomar dois rumos básicos: aumentar o nível de recursos per capita da sociedade ou distribuir melhor os recursos existentes. Nada impede, é claro, que as duas coisas ocorram simultaneamente.

Os caminhos para o aumento dos recursos per capita encontram-se entre dois extremos: diminuir a população ou fazer com que a economia cresça mais rápido que ela. Como as estratégias de diminuição da população existente, em um prazo razoável, beiram o absurdo, a proposta de crescimento da economia, maior do que a do crescimento da população, é geralmente muito mais debatida no Brasil.

Dadas as dificuldades que se colocam para o crescimento acelerado de qualquer economia, durante muito tempo se sugeriu que o problema da pobreza no Brasil poderia ser enfrentado pela via do controle de natalidade.

Embora esse argumento, ainda hoje, encontre algum eco fora dos meios acadêmicos, todas as evidências empíricas disponíveis rejeitam a viabilidade da erradicação da pobreza por meio da redução no ritmo de reprodução da população.

Marcelo Medeiros. In: UnB Revista, dez./2003-mar./2004, p. 16-9 (com adaptações).

Acerca do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 1) No primeiro parágrafo, a idéia central pode ser resumida da seguinte forma: é necessário dar bens de subsistência para quem já se encontra em situação de miséria extrema.
- 2) O texto, apesar de falar em “argumentação”, é predominantemente descritivo, uma vez que apresenta os contornos e as características da parte da população brasileira considerada “pobre”.
- 3) Do segundo ao quinto parágrafos, é apresentada, entre distintas acepções de pobreza, a que será adotada pelo autor e mediante a qual devem ser entendidas as suas idéias.
- 4) Nos parágrafos sexto e sétimo, o autor associa a pobreza, fundamentalmente, a aspectos econômicos e financeiros, argumentando que, para saná-la, é imperioso elevar a renda per capita.

- 5) No último parágrafo, a proposta de diminuição da taxa demográfica de pobres, com o estímulo ao controle e à redução da natalidade, é defendida pelo autor.

QUESTÃO 44 (CESPE 2004) Terracap

Hoje, em 54 países a renda per capita está mais baixa do que há dez anos. Em 34 países, a expectativa de vida diminuiu. Em 14, mais crianças morrem de fome. Na África, 200 milhões de seres humanos estão enredados em um cotidiano de fome, doença e desamparo, ao qual o mundo se acostuma, anestesiado pela rotina do sofrimento alheio e longínquo. A falta de saneamento básico matou mais crianças na década passada do que todos os conflitos desde a II Guerra. Da crueldade não nasce o amor. Da fome e da pobreza jamais nascerá a paz. O ódio e a insensatez que se alastram pelo mundo nutrem-se dessa desesperança, da absoluta falta de horizontes para grande parte dos povos. Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Assembléia Geral das Nações Unidas (ONU).

In: O Estado de S. Paulo, 22/9/2004, p. A 5 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando aspectos marcantes da realidade social, política e econômica do mundo contemporâneo, julgue os itens que se seguem.

- 1) Na opinião do presidente brasileiro, a atual globalização econômica tem contribuído para o aumento da produção e da distribuição da riqueza mundial.
- 2) O desenvolvimento da ciência, inclusive na área da medicina, explica que, atualmente, em todo o mundo, as pessoas tendam a viver mais.
- 3) As inovações técnicas e tecnológicas na economia contemporânea promoveram extraordinária ampliação da capacidade de produção, o que promoveu generalizado aumento da renda das pessoas em todos os países.
- 4) A desnutrição infantil, quando não mata, costuma comprometer seriamente o futuro adulto.
- 5) No Brasil, soluções simples, como a receita fácil e eficaz do soro caseiro, que poderiam salvar a vida de milhares de crianças, não são adotadas por desconfiança e preconceito.
- 6) Ao lado dos profissionais da rede pública de saúde, importante tem sido a atuação de organizações não-governamentais na luta contra a mortalidade infantil, a exemplo do que ocorre com a Pastoral da Criança.
- 7) Pelo menos uma grande vitória foi alcançada pelos países africanos: a erradicação da AIDS no continente.
- 8) Pelo que informa o texto, é grande a solidariedade internacional, sobretudo por parte dos países mais ricos, em relação ao drama atualmente vivido pela África.
- 9) A inexistência de saneamento básico conduz a doenças que poderiam ser evitadas, vitimando milhares de pessoas em várias partes do mundo.
- 10) Água encanada e tratada é fundamental para a saúde, já que elimina vários agentes causadores de doenças.
- 11) A coleta regular de lixo e a sua destinação adequada existem em praticamente todas as cidades brasileiras, contribuindo para a preservação do meio ambiente e da saúde das pessoas.
- 12) Os lixões a céu aberto tendem a ser a melhor alternativa para o tratamento de resíduos: não poluem o ambiente e oferecem possibilidade de expressivos ganhos materiais a quem se dispuser a neles trabalhar.
- 13) Segundo o texto, para que haja paz no mundo é necessário, antes, vencer a fome e a pobreza que afligem milhões de pessoas.
- 14) Quando o texto cita “o ódio e a insensatez que se alastram pelo mundo”, possivelmente está se referindo às guerras e aos atos terroristas que espalham o medo entre os povos.
- 15) Entre os mais conhecidos órgãos das Nações Unidas, o UNICEF se destaca por seu trabalho em defesa das crianças.

QUESTÃO 45 (CESPE 2004) Terracap

Texto I –

Desde o instante em que o homem primitivo conseguiu produzir fogo, ele começou a plasmar o meio ambiente em busca de proteção. As demais 4 espécies que habitam a Terra, desde o início até agora, continuam vivendo da mesma forma: fugindo de seus predadores e correndo atrás de suas presas. O homem 7 acumula conhecimentos, aprende e ensina. Por isso ele é capaz de alterar muito o meio ambiente, nem sempre com bons resultados. Por não conhecer direito os 10 intrincados mas perfeitos mecanismos da natureza, o homem frequentemente a agride e provoca desequilíbrios ecológicos.

Ruth de Gouvêa Duarte. Lições da natureza. São Paulo: Atual, 1999,

Julgue se cada item a seguir apresenta o sentido correto da palavra do texto I nele mostrada.

- 1) instante = momento
- 2) acumula = reúne, agrupa
- 3) predadores = tratadores
- 4) presas= garras de unhas compridas
- 5) intrincados = complexos

Em relação às idéias do texto I, julgue os itens seguintes.

- 6) Pelas informações do texto, o fato de o homem produzir fogo acarretou alteração da natureza.
 - 7) O homem é diferente dos outros animais também porque acumula conhecimentos, aprende e ensina.
 - 8) Sempre que o homem altera o meio ambiente obtém bons resultados.
 - 9) Como o homem é capaz de criar ciências, ele já conhece todo o funcionamento da natureza.
 - 10) Embora a natureza apresente mecanismos complicados de funcionamento, esses mecanismos são perfeitos.
- Julgue se os títulos sugeridos abaixo são adequados à idéia principal do texto I.

- 11) O homem e o meio ambiente
- 12) Os animais protegidos pela natureza
- 13) As transformações na natureza e o desequilíbrio ecológico
- 14) A produção do fogo

QUESTÃO 46 (CESPE 2004) Terracap

Causa consternação o fato de que dez moradores de rua foram barbaramente agredidos no centro de São Paulo numa ação que provocou várias mortes. O episódio é de extrema gravidade e expressa o grau intolerável de violência e menosprezo pela vida que, lamentavelmente, se verifica hoje no Brasil, para vergonha de todos que ainda prezam os mínimos princípios de humanidade e de civilidade. Pessoas às quais a sociedade brasileira deveria propiciar os direitos básicos de subsistência vivem ao abandono e são covardemente assassinadas no centro da maior cidade do país, numa agressão que deixa perplexas as próprias autoridades responsáveis pela segurança pública.

Editorial: Barbárie em São Paulo. In: Folha de S. Paulo, 21/8/2004, p. A2 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o tema que ele focaliza, com suas ramificações, julgue os itens seguintes.

- 1) O narcotráfico e o consumo de drogas ilícitas não podem ser responsabilizados pelo aumento da violência urbana, já que atuam nas sombras e se preocupam tão-somente com a renda gerada por essa atividade.
- 2) Pelo que informa o texto, a rápida e segura atuação das autoridades policiais no episódio citado permite imaginar que fatos dessa natureza não venham a se repetir.
- 3) Em São Paulo, especialmente, gangues de carecas costumam atacar homossexuais, além de demonstrarem extrema agressividade contra nordestinos e negros, o que gera consternação entre os que, como diz o texto, mantêm vivos seus princípios de humanidade.
- 4) O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deixou de existir em face das inúmeras críticas que recebia, acusado de ser uma lei para proteger marginais.
- 5) O que o texto narra não é fato isolado nem acontece apenas na capital paulista.
- 6) Em cenas de violência urbana, como a descrita no texto, as vítimas são normalmente pessoas mais pobres e humildes.
- 7) Há poucos anos, o assassinato de um índio em Brasília, que teve seu corpo incendiado, chocou a opinião pública brasileira.
- 8) Na periferia dos grandes centros urbanos brasileiros, o surgimento de gangues formadas por jovens violentos sofreu sério revés com a prisão de seus principais líderes, condenados à prisão perpétua.
- 9) A Chacina da Candelária, como ficou conhecido o brutal assassinato de menores de rua no Rio de Janeiro, há alguns anos, teve repercussão internacional.
- 10) No Brasil, existem casas especializadas para o tratamento e a recuperação de menores infratores, com ótimo padrão de qualidade, reconhecido mundialmente.

QUESTÃO 47 (CESPE 2004) Terracap

Por que o mundo é interessante? Porque as pessoas e as coisas são diferentes. Há pessoas brancas, negras e amarelas. Elas podem ser louras ou morenas. Gordas ou magras. Altas, médias ou baixas. Ter cabelos lisos, ondulados ou crespos. Olhos azuis, verdes, castanhos ou pretos. No mundo, nem todos aceitam as diferenças. Há pessoas que querem impor a própria vontade. Recusam-se a dialogar. Não ouvem as razões do outro. O resultado são as brigas. Ou as guerras. Ou o terrorismo. Com a violência, homens, mulheres e crianças sofrem. O terrorismo mata inocentes. Provoca dor e ódio. Mas não resolve o problema. Ao contrário. Só piora. Contra ele, só há uma saída. É o povo exigir que os governos deixem as armas e negociem. O diálogo faz a gente conhecer o outro. É o melhor remédio contra a intolerância.

Dad Squarisi. Terrorismo é intolerância. In: Correio Braziliense, "Caderno Super!", 11/9/2004, p. 4-5 (com adaptações).

A partir do texto acima e tendo em vista o cenário de violência que cerca o mundo contemporâneo, julgue os itens subsequentes.

- 1) Nos dias de hoje, todas as ações terroristas são movidas pela intolerância religiosa.
- 2) As atitudes do presidente George W. Bush contra o terrorismo seguem a orientação dada pelo texto: baixar as armas e partir para a diplomacia.
- 3) O terrorismo existe, diz o texto, porque suas ações espetaculares quase sempre conseguem atingir seus objetivos, oferecendo solução para o problema que o motivou.
- 4) O ataque terrorista aos Estados Unidos da América (EUA), em 2001, destruiu as torres do World Trade Center e parte do prédio do Pentágono, causando mortes e comoção em quase todo o mundo.
- 5) Exemplo de região onde a intolerância e a dificuldade de diálogo levam a uma situação de constante conflito é o Oriente Médio, especialmente pelo confronto entre israelenses e palestinos.

QUESTÃO 48 (CESPE 2004) Terracap

Depois de um encontro que o chanceler Celso Amorim chamou de "histórico", os governos do Brasil, Índia, Japão e Alemanha anunciaram que trabalharão juntos por uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU). O "Conselho precisa refletir as realidades da comunidade internacional no século 21", afirmou o comunicado do novo Grupo dos 4 (G-4). Um reflexo do mundo que emergiu da II Guerra, o Conselho tem cinco membros permanentes com direito a veto e dez cadeiras rotativas ocupadas pelos demais países, em representação dos continentes, por períodos de dois anos.

O Estado de S. Paulo, 22/9/2004, p. A4 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os mais distintos aspectos do sistema internacional contemporâneo, além da política externa praticada pelo Brasil, julgue os itens subsequentes.

- 1) Infere-se do texto que o Grupo dos 4 contesta a manutenção, na nova realidade mundial deste início de século, dos mesmos padrões que presidiram o surgimento do Conselho de Segurança (CS), sob os efeitos do cenário que surgia com o fim da II Guerra Mundial.
- 2) Os países que mantêm assento permanente e ainda monopolizam o direito de veto no CS são Estados Unidos da América (EUA), Reino Unido, França, China e Rússia.
- 3) Integrante do G-4, a Índia possui a segunda maior população do planeta, sendo suplantada apenas pela China.
- 4) No G-4, o Brasil comparece na condição de maior país da América do Sul, em termos de extensão territorial, de população e de poderio econômico.
- 5) Embora não-integrante da União Européia, por causa de sua histórica rivalidade com a França, a Alemanha é uma das maiores forças econômicas da atualidade.
- 6) A importância do CS decorre do fato de que trata de temas que afetam diretamente a paz e a segurança internacionais, embora não tenha o poder de sugerir o envio de forças militares da ONU para locais de conflito.
- 7) Quando o G-4 afirma que o CS precisa refletir a realidade mundial de hoje, parte do princípio de que a Guerra Fria, que por décadas dividiu o mundo entre dois pólos de poder, mantém-se de pé, mas agora com novos protagonistas.
- 8) O Brasil tem procurado se isolar no cenário internacional, talvez como forma de preservar os mercados que está conquistando aos poucos.
- 9) Ao reduzir ao máximo suas viagens internacionais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva emite sinais de que o Brasil concorda com os rumos da atual globalização econômica, preferindo apoiar incondicionalmente as ações das grandes potências.
- 10) Ao defender a reforma do CS da ONU, o Brasil não esconde seu desejo de também se transformar em membro permanente do órgão.

QUESTÃO 49 (CESPE 2004) Terracap

A consciência do bem-estar e da preservação ambiental faz crescer a procura por alimentos orgânicos. Dados da Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica revelam a existência de mais de 800 mil hectares plantados com alimentos orgânicos no país. No mundo, o Brasil está em 5.º lugar em área de produção. A garantia de controle de qualidade dos alimentos orgânicos não tem respaldo oficial. As certificadoras que hoje emitem o selo de qualidade ainda dependem de regulamentação por parte do governo federal.

Correio Braziliense, 18/9/2004, p. 16 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os diversos aspectos concernentes ao tema por ele focalizado, julgue os itens seguintes.

- 1) Para que um alimento seja classificado como orgânico, uma condição básica é que ele seja produzido sem o uso de agrotóxicos.
- 2) A consciência a que se refere o texto, especialmente em termos de preservação da natureza, sempre existiu ao longo da história, tendo apenas aumentada sua divulgação nas últimas décadas.
- 3) Acredita-se que a preocupação com a saúde seja uma das mais fortes razões para a mudança de hábitos alimentares dos brasileiros, como se vê no aumento da demanda por produtos orgânicos.
- 4) Bem mais baratos e com oferta garantida em todo o país, os alimentos orgânicos tendem a ganhar rapidamente o mercado.
- 5) O Brasil dispõe de extensa, rígida e regulamentada legislação relativa aos alimentos orgânicos, o que facilita o trabalho de fiscalização por parte das autoridades.

QUESTÃO 50 (CESPE 2004) Terracap

Pela segunda vez, dirijo-me a esta assembléia universal para trazer a palavra do Brasil. Carrego um compromisso de vida com os silenciados pela desigualdade, pela fome e pela desesperança. Esta assembléia é o signo mais alto de uma ordem fundada na independência das nações. A transformação política, contudo, não se completou no plano econômico e social. E a história demonstra que isso não ocorrerá espontaneamente. Em 1820, a diferença de renda entre o país mais rico e o mais pobre do planeta era inferior a cinco vezes. Hoje, essa diferença é de 80 vezes. Os antigos súditos converteram-se em devedores perpétuos do sistema econômico internacional. Barreiras protecionistas e outros obstáculos ao equilíbrio comercial, agravados pela concentração dos investimentos do conhecimento e da tecnologia, sucederam ao domínio colonial.

Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). In: O Estado de S. Paulo, 22/9/2004, p. A 5 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos que o tema por ele abordado suscita, julgue os itens seguintes.

- 1) Percebe-se no texto que o chefe de Estado brasileiro assume, nos foros internacionais de que participa, com crescente desenvoltura, o papel de porta-voz dos países ditos emergentes, razão pela qual reafirma sua crença de que, em linhas gerais, são corretos os caminhos percorridos pela globalização, em que pese algum equívoco que ela ainda comete.
- 2) As medidas protecionistas, que o presidente Lula identifica como um dos sérios obstáculos à concretização de uma ordem econômica internacional mais justa e equilibrada, podem ser traduzidas como a fixação de altas taxas para o ingresso de determinados produtos estrangeiros em um mercado nacional.
- 3) Infere-se do texto que o fim do colonialismo inverteu, positivamente, a lógica do sistema econômico mundial, retirando dos países ricos — antigas metrópoles — os instrumentos de que sempre fizeram uso para a exploração das áreas mais pobres do planeta.
- 4) O local onde Lula discursou, a Assembléia Geral da ONU, reflete a assimetria do poder econômico e político típica do mundo contemporâneo. Nela, há uma hierarquia entre os Estados, de modo que apenas alguns têm direito a veto.
- 5) No atual estágio de desenvolvimento da economia mundial, avulta a importância do domínio do conhecimento para que um país possa se posicionar bem em um mercado extremamente competitivo.
- 6) Infere-se do texto que o presidente Lula acredita na máxima segundo a qual paciência e cautela não fazem mal a ninguém. Esse parece ser o ponto de vista do governante brasileiro, defensor da tese de que a desigualdade hoje presente no comércio mundial tende a ser naturalmente superada pela vontade política dos países pobres.
- 7) Na atualidade, o Brasil tem evitado participar de negociações comerciais multilaterais, em clara estratégia para obter facilidades no ingresso de seus produtos nos ricos mercados consumidores da União Européia e dos Estados Unidos da América (EUA).

- 8) A crítica brasileira a uma globalização excludente parte do pressuposto de que seus efeitos socialmente perversos ampliam a distância entre pobres e ricos e criam um clima de insatisfação e de intranquilidade, matriz de atos de violência e de conflitos.
- 9) Um dos temas nucleares da plataforma política do presidente Lula, o problema da fome, que vitima milhões de homens e mulheres em várias partes do globo, não decorre essencialmente da falta de conhecimento científico ou de falhas na produção de alimento. Vencê-lo seria, antes de tudo, fruto de decisão política, a ser empreendida sobretudo pelas economias mais sólidas do planeta.
- 10) O surgimento do G-20, que teve o Brasil como um de seus principais artífices, justifica-se pelo propósito de fazer avançar o processo de liberalização do comércio com justiça social, a começar pelo fim dos subsídios que as grandes economias teimam em oferecer aos seus produtores.

QUESTÃO 51 (CESPE 2004) Terracap

No Brasil, nem todos os estudantes que rompem a difícil barreira para chegar à universidade concluem o curso. Nas instituições públicas de ensino superior, de cada dez pessoas que ingressam por meio do vestibular, 7,5 se formam. Nas particulares, a proporção é ainda menor: cinco em cada dez. E o número de jovens com acesso às faculdades é ainda muito baixo — apenas 9% dos brasileiros entre 18 e 24 anos conseguem uma vaga no ensino superior. Em países desenvolvidos, esse índice chega a 50%.

Jornal de Brasília, 19/9/2004, p. 14 (com adaptações).

Considerando o quadro atual da educação brasileira e tendo o texto acima como referência, julgue os itens que se seguem.

- 1) A difícil barreira para o ingresso na educação superior, a que o texto alude, pode ser traduzida — embora não exclusivamente — pelos exames vestibulares, cujo caráter seletivo também reflete a desproporção entre a demanda e o número de vagas oferecidas nessas instituições.
- 2) No campo educacional, o governo Fernando Henrique Cardoso notabilizou-se pela adoção de uma legislação rígida e inflexível para a educação superior, o que em muito dificultou a expansão da rede privada nesse setor.
- 3) Para os críticos da política educacional brasileira, os elevados gastos com as universidades públicas acabam por subtrair recursos da educação básica, o que explica o fato de o Brasil estar longe da meta de universalizar o acesso ao ensino fundamental.
- 4) Uma das razões para a evasão dos alunos dos cursos superiores mantidos pela iniciativa privada, como constata o texto, pode ser de natureza econômico-financeira, ou seja, a dificuldade encontrada pelos alunos para custear seus estudos.
- 5) Embora existente, e conhecendo mudanças ao longo do tempo, o programa oficial de financiamento do ensino superior privado, pelo qual o beneficiado se compromete a saldar sua dívida depois de formado, não consegue atender à totalidade da demanda.
- 6) Apesar das dificuldades apresentadas e que são de conhecimento geral, a educação superior brasileira ampliou consideravelmente as possibilidades de acesso aos concluintes do ensino médio, em proporção semelhante ao que ocorre, por exemplo, nos EUA e na França.
- 7) Ao contrário do ocorrido no Brasil, os chamados Tigres Asiáticos garantiram altos índices de crescimento econômico nas últimas décadas a partir de decisão de, desde o início dessa arrancada desenvolvimentista, investir maciçamente na educação superior pública e gratuita.
- 8) Algumas universidades públicas brasileiras, como é o conhecido caso da Universidade de Brasília, têm procurado experimentar formas diferentes de acesso aos seus cursos de graduação, como alternativa ao tradicional vestibular.
- 9) Má formação acadêmica e baixa remuneração dos docentes são alguns dos principais fatores, reconhecidos pela maioria dos especialistas, para o fraco desempenho apresentado pela educação básica no Brasil, realidade comprovada pelos sistemas internos e externos de avaliação.
- 10) Ao colocar a quase totalidade das crianças de zero a seis anos de idade em creches e pré-escolas públicas, o Brasil demonstra ter compreendido a relevância da educação infantil.

Questões do ano de 2005

QUESTÃO 52 (CESPE 2005) BrB

A política agressiva de preços praticados pelos fornecedores chineses de equipamentos para telecomunicações preocupa os fabricantes ocidentais, instalados há mais tempo no Brasil. Com preços que chegam a ser 50% menores que os praticados pelos rivais e com rapidez na entrega, os chineses estão

avançando no mercado brasileiro em ritmo acelerado. Nos bastidores, os ocidentais questionam como os asiáticos conseguem, atuando principalmente com importações, ser mais barateiros que os demais. Em nenhum momento pronunciam o palavão dumping, mas sugerem discretamente que a prática está ocorrendo. Em contrapartida, os chineses afirmam que são competitivos porque têm mão-de-obra barata e investiram pesadamente em tecnologia nas últimas décadas.

Valor Econômico, 5/6/2005, p. 3B (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando o tema por ele abordado, bem como as características marcantes do atual modelo econômico mundial, julgue os itens subsequentes.

- 1) O atual estágio da economia mundial, comumente denominado de globalização, tem na expansão dos mercados uma de suas características essenciais.
- 2) Na prática, o comércio internacional não mais se subordina a regras, evidenciando-se ações livres na busca incessante de novos e crescentes mercados.
- 3) Incapaz de concorrer internacionalmente, o Brasil é exemplo de economia que se recolhe ao seu território e admite não ter condições de colocar seus produtos e serviços no disputado mercado mundial.
- 4) As inovações tecnológicas situam-se em primeiro plano no cenário da economia contemporânea, sendo decisivas para assegurarem competitividade aos atores que disputam posições no ampliado comércio global.
- 5) Atualmente, um país somente pode ser considerado rico se possuir, simultaneamente, grande território, expressiva população e muita disponibilidade de matéria-prima.
- 6) A China é, nos dias de hoje, exemplo de país que apresenta uma das mais elevadas taxas de crescimento econômico anual.
- 7) Sabe-se que a economia chinesa apenas começou a deslançar a partir do momento em que procedeu à ampla abertura política, implantando a democracia plena em suas instituições.
- 8) Infere-se do texto que os concorrentes ocidentais suspeitam estar os chineses cobrando preços inferiores aos do custo de seus produtos, como forma de ganhar mercado.
- 9) O texto evidencia que os trabalhadores chineses produzem mais e melhor porque são bem preparados e bem remunerados.
- 10) A área das telecomunicações, citada no texto, constitui um dos setores da economia contemporânea em que mais se fazem sentir os avanços tecnológicos, que exigem elevados investimentos para a conquista de mercados.

QUESTÃO 53 (CESPE 2005) BrB

Dados da Fundação SEADE mostram que o total de assassinatos declinou 19,4% no estado de São Paulo, de 2003 para 2004. A trajetória de queda desse indicador teve início cinco anos atrás. Apesar da redução, o índice segue escandalosamente alto. Por ano, são assassinadas, em São Paulo, 28,4 pessoas entre cem mil habitantes. Na vizinha Argentina, o número é de apenas 5 pessoas. Especialistas são unânimes em atribuir a boa nova a uma conjunção de iniciativas. No que diz respeito à polícia, vale destacar. Além dos investimentos em pessoal e equipamento, a ampliação do policiamento comunitário e o aperfeiçoamento das ações de inteligência. Municida com informações do INFOCRIM (base de dados informatizada dos boletins de ocorrência), a polícia centrou sua atuação nas zonas mais problemáticas. Outros fatores são as restrições ao horário de funcionamento de bares, adotadas em várias cidades da grande São Paulo, a ampliação de programas de renda mínima e a atuação de ONGs.

Folha de S. Paulo. Editorial: Menos homicídios. 5/6/2005, p. 2A (com adaptações)

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando as diversas implicações do tema que ele focaliza, julgue os itens que se seguem.

- 1) A violência urbana, derivada de diversas causas, atualmente alcança, no Brasil, dimensão preocupante, inclusive por ampliar na população a sensação de insegurança.
- 2) O tráfico de drogas ilícitas é sempre apontado como um dos principais fatores para o aumento da criminalidade, entre outras razões, pela acirrada disputa, entre grupos criminosos rivais, pelo controle de áreas de tráfico.
- 3) O quadro de violência observado na grande São Paulo conforme apontado no texto, restringe-se à região, sendo impossível compará-lo com o de outras áreas densamente urbanizadas do país.
- 4) Proporcionalmente à população dos dois países, o número absoluto de mortes por causas não-naturais na Argentina é maior que o verificado no Brasil.
- 5) O texto informa que policiais identificados com a comunidade em que atuam obtêm mais êxito na luta contra a violência que aqueles que não se identificam com ela.

- 6) Infere-se do texto que a informática pode transformar-se em importante aliada das autoridades policiais na luta contra o crime, auxiliando-as na identificação mais precisa das áreas de maior periculosidade para a população.
- 7) Os dados fornecidos pelo texto indicam que não passam de boas intenções sem resultados práticos determinadas atitudes como a de fechar-se mais cedo casa que comercialize bebidas alcoólicas.
- 8) As "ações de inteligência" (U2) significam que deva ser adotado um maior rigor policial no momento do interrogatório de suspeitos.
- 9) No Brasil de hoje, é expressivo o número de jovens do sexo masculino que morrem assassinados, vítimas, entre outros fatores, do uso intenso de armas de fogo, que o país busca coibir.
- 10) Programas governamentais voltados para a transferência de recursos financeiros a famílias pobres podem trazer resultados socialmente positivos, mas, como se afirma no texto, são ineficazes no combate à violência.

QUESTÃO 54 (CESPE 2005) MEC

O Fórum Social Mundial de Porto Alegre começou como uma paródia birrenta da reunião dos ricos e poderosos em Davos. Uma malcriação, uma inconseqüência de crianças. Pelo menos foi assim que a nossa grande imprensa o viu, no início. A repercussão internacional do Fórum e a sua própria expansão de ano para ano acabaram aos poucos com o desprezo da grande mídia, que continua neoliberal de coração mas, ultimamente, disposta a examinar as opções.

Mas persiste a idéia de que em Davos se reúne gente grande e aqui, menores chorões. Lá, questões concretas, aqui, abstrações sortidas levando a nada. Mas sabe qual vai ser o assunto dominante nos escaninhos de Davos, mesmo que não conste dos debates oficiais? O déficit norte-americano agravado pela guerra e o efeito arrasador do seu financiamento sobre as economias e o equilíbrio cambial de todo o mundo. Ou sobre o futuro imediato de um capitalismo refém da mais etérea abstração de todas, a do custo arbitrário de um dinheiro que nunca desce à terra.

Enquanto isso, em Porto Alegre, se estará discutindo, entre algumas crianças, o uso do chão, a boa manutenção do planeta, a preservação da água e justa distribuição do pão. E a realidade mais concreta de todas: a vida humana, como protegê-la e como dignificá-la. Porto Alegre, dez a zero.

Luis Fernando Veríssimo. O fórum concreto e o fórum abstrato. *In*: O Estado de S. Paulo, "Caderno 2". 27/1/2005. p. D10 (com adaptações)

A partir do texto acima e considerando aspectos marcantes da realidade mundial contemporânea, julgue os itens subseqüentes.

- 1) Em linhas gerais, o Fórum Social Mundial - que a ironia do texto classifica de abstrato - surge como uma espécie de contraponto ao Fórum Econômico Mundial, encontro anual que reúne, nos Alpes suíços, algumas das mais representativas instituições e lideranças do atual capitalismo globalizado e convidados delas.
- 2) O lema surgido já no primeiro encontro de Porto Alegre "uma outra globalização é possível" - traduz o fim último do Fórum Social Mundial, qual seja, a categórica recusa em aceitar o processo de globalização da economia mundial e o compromisso de lutar por sua completa reversão.
- 3) Ao afirmar que a grande mídia "continua neoliberal de coração mas, ultimamente, disposta a examinar opções", o texto reitera sua opinião quanto ao grau de comprometimento dos poderosos veículos de comunicação na defesa de uma ordem econômica subordinada aos ditames do denominado livre mercado.
- 4) Esboçado nos anos 80 (Era Reagan- Thatcher) e consolidado na década seguinte, o Consenso de Washington fixou pontos considerados essenciais ao bom funcionamento de economia contemporânea, assentados, entre outros aspectos, na abertura dos mercados, na flexibilização das leis de proteção ao trabalho e na redução do papel do Estado na vida econômica.
- 5) Em geral, as propostas ditas neoliberais não tiveram boa acolhida na maioria dos países latino-americanos, cujos governos, pressionados por um quadro de aguda crise econômica e temerosos de repercussões sociais, optaram, na década passada, por um Estado economicamente empreendedor e indutor do desenvolvimento.
- 6) Infere-se do texto que uma decisão política, como a da invasão do Iraque, tomada por Washington e apoiada por outros países, repercute intensamente na economia, quer por ampliar a capacidade de acumulação de países ricos, como a dos Estados Unidos da América (EUA), quer por favorecer o equilíbrio entre receita e despesa das contas públicas desses países.
- 7) A referência ao sistema econômico como "refém da mais etérea abstração de todas, a do custo arbitrário de um dinheiro que nunca desce à terra", expressa a convicção do autor do texto de que o capitalismo de base financeira há muito perdeu sua hegemonia e foi substituído pela força arrasadora dos capitais diretamente envolvidos na produção.

- 8) Ironias à parte, o texto é claro ao defender a posição de questões essenciais, justamente aquelas que dizem respeito à vida dos seres humanos e à preservação do próprio planeta, são debatidas no Fórum Social Mundial.

QUESTÃO 55 (CESPE 2005) MEC

Violência e falta de qualidade, dois problemas já conhecidos, são as maiores dificuldades que pais de estudantes de escolas públicas de ensino fundamental vêm na educação de seus filhos. Uma pesquisa qualitativa, feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mostrou que pais e mães temem os casos de violência nas escolas e questionam os métodos de ensino. Por outro lado, elogiam o fato de existir vagas nessas escolas para os filhos e que ela sejam normalmente, perto de casa. A pesquisa foi realizada em Belém, Recife, Brasília, Rio e Curitiba. Ser pública e gratuita é o maior ponto positivo apontado pelos pais. Seguem-se a idéia de que existem vagas, a matrícula é simples e o acesso é fácil. A merenda escolar e a distribuição de livros também são elogiadas. Do outro lado a escola é vista pelos pais como um local inseguro, onde os filhos correm riscos e onde falta disciplina.

Ó Estado de S. Paulo, 2011/2005. p. A13 (com adaptações).

Tendo O texto acima como referência inicia considerando e considerando os aspectos gerais da atual realidade brasileira, julgue os itens seguintes.

- 1) Objetivamente, os dois principais problemas da rede pública de ensino fundamental, apontados pelos pais de alunos pesquisados, são de natureza extra-educacional, pouco ou nada cabendo à escola fazer para solucioná-los.
- 2) Infere-se do texto que a demanda por vagas na rede pública continua sendo acentuadamente por que a capacidade de atendimento por parte das escolas.
- 3) Nas capitais pesquisadas, a localização das escolas públicas normalmente não leva ao incômodo de distantes deslocamentos dos alunos de suas residências às salas de aula.
- 4) Inovações pedagógicas, trazidas pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), como os métodos mais abertos e flexíveis de avaliação, foram textualmente aprovadas pelos pais consultados na pesquisa.
- 5) De maneira geral, a pesquisa evidencia a percepção dos pais de que a escola pública, ainda que tendo pontos positivos, necessita melhorar.
- 6) Elogiada pelos pais, a merenda escolar ocupa lugar de destaque na rede educacional pública brasileira. Sua aquisição de forma descentralizada (por estados, municípios e escolas) contribuiu para a sensível redução dos problemas que a compra centralizada no governo federal sempre acarretou.
- 7) O ensino fundamental, alvo da pesquisa citada no texto, integra a educação básica e corresponde à etapa de escolaridade obrigatória no Brasil.
- 8) Infere-se do texto que a cobrança de taxas variadas em diversas escolas públicas, ainda que com valores reduzidos, acaba por afastar do ensino fundamental aqueles que dele mais necessitam, ou seja, os filhos das famílias de baixa renda.
- 9) A pesquisa atesta que, tradicionalmente, na sociedade brasileira, é grande a participação dos pais no cotidiano das escolas, freqüentando-as com assiduidade e participando de suas decisões pedagógicas e administrativas.
- 10) No último período do texto, a substituição da palavra "onde", nas duas ocorrências, pela expressão em que preserva a correção gramatical do texto.

QUESTÃO 56 (CESPE 2005) ANTAQ

A água esta no centro dos problemas ambientais do planeta. No Brasil não é diferente, apesar de ser ú maior reservatório do mundo. Aqui a culpa é, principalmente, da falta de saneamento e das ações predatórias. Quase quatro em cada dez municípios brasileiros, onde vivem 68% da população, tinham, em 2002, fontes de água poluída, principalmente por causa do esgoto jogado em rios e lagos. O assoreamento e a poluição dos recursos hídricos são os dois prejuízos ao meio ambiente mais citados pelos prefeitos que responderam à pesquisa do IBGE. Contaminação do solo, poluição do ar e degradação de áreas legalmente protegidas são os outros três impactos negativos mais citados pelos prefeitos.

Correio Braziliense, 24.5.2005 p.8 com adaptações.

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos que envolvem o tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

- 1) Por “ações predatórias”, mencionadas no texto, pode-se entender a exploração desordenada e intensa sobre a natureza, desprezando-se a importância do meio ambiente para a vida.

- 2) No Brasil, ao contrário do que ocorre em outras partes do mundo, o principal problema envolvendo a água decorre da presença relativamente reduzida de recursos hídricos no país.
- 3) Sabe-se que o principal agente de poluição nas áreas rurais é o despejo direto de lixo residencial em rios, lagos e demais fontes hídricas.
- 4) A poluição do ar tende a ser mais pronunciada nos centros urbanos que no meio rural devido, entre outros fatores, à industrialização e à grande quantidade de veículos em circulação.
- 5) Assoreamento é um fenômeno que torna os cursos d'água mais volumosos, o que ocasiona freqüentes cheias, que arrastam casa e plantações.
- 6) Matas ciliares, atualmente em franco processo de degradação, são aquelas que margeiam os cursos dos rios e são essenciais para a proteção das águas do excesso de calor, para a alimentação dos peixes e para a barragem de materiais carregados pelas enchentes.
- 7) Infere-se do texto que o despejo de esgoto in natura, um dos mais importantes agentes de poluição, degrada o meio ambiente e espalha doenças.
- 8) Na atualidade, países que dispõem de água em abundância estão entre as economias mais ricas do mundo, a exemplo dos Estados árabes e de Israel.
- 9) A denominada agricultura orgânica é considerada pouco prejudicial ao ambiente e à saúde porque, nela, os agrotóxicos são utilizados de forma moderada, ou seja, em menor quantidade.
- 10) Citada no texto, a contaminação do solo decorre, entre outros fatores, da dispersão dos agrotóxicos e fertilizantes usados na agricultura.
- 11) A mortalidade infantil tende a ser menor em domicílios servidos por rede de água tratada e por adequado esgotamento sanitário.
- 12) De maneira geral, o Brasil ainda apresenta um quadro de acentuadas carências quanto ao saneamento básico.
- 13) No Brasil, diz o texto, a existência de lei de proteção ambiental por si só garante a preservação da área a ser protegida pela demarcação.
- 14) No Brasil, a escassez de água mata muito mais do que os fatores ambientais que afetam as condições de vida da população, como esgoto a céu aberto.
- 15) Os especialistas são unânimes na defesa dos lixões a céu aberto como a melhor alternativa para o combate à poluição e para a melhoria das condições sanitárias das cidades.

QUESTÃO 57 (CESPE 2005) ANS

O Senado retoma o debate sobre a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, acordo internacional promovido pela Organização Mundial de Saúde para reduzir a produção e o consumo do tabaco. O assunto reacende na Casa a polêmica entre a área médica e os produtores de fumo no país. O texto da Convenção já foi ratificado pela Câmara dos Deputados. Duas campanhas paralelas se desenrolaram desde que a Convenção foi assinada pelo governo brasileiro e enviada ao Congresso Nacional para ser ratificada. A organização não-governamental Rede Tabaco Zero alia-se ao Instituto Nacional do Câncer para cobrar do Senado a ratificação imediata do acordo, o que, segundo a entidade, abriria caminho para a definição de regras para substituir a produção de fumo por outras culturas, com o auxílio do Banco Mundial. Já a Associação dos Fumicultores do Brasil resiste à ratificação por acreditar que ela provocaria uma imediata fuga de capitais do país em razão da desconfiança dos investidores em um mercado que estaria fadado a acabar.

Jornal do Senado, Ano XI, n.º.097/22, 14-20/3/2005, p. 8 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a dimensão do tema por ele abordado, julgue os itens seguintes.

- 1) Infere-se do texto que, no Brasil, os acordos, tratados e convenções internacionais dos quais o país é signatário somente ganham eficácia jurídica após a aprovação, por parte do Congresso Nacional, do ato praticado pelo Poder Executivo.
- 2) Tal como acontece no Brasil, nas democracias contemporâneas a atuação dos grupos de pressão sobre os governos e os parlamentos é considerada pernicioso e potencialmente perigosa para a sobrevivência das instituições, razão pela qual tende a ser punida com rigor.
- 3) Enquanto os grupos que defendem a ratificação do documento mencionado no texto sustentam sua posição com base na tese de que o tabaco é prejudicial à saúde, seus adversários lançam mão de argumento de natureza econômica, acenando para os prejuízos que adviriam da extinção dessa lavoura.
- 4) Embora a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco tenha dimensão mundial, sua elaboração não contou com a participação da Organização das Nações Unidas, em face das pressões das grandes potências, normalmente comprometidas com a defesa dos interesses de seus poderosos grupos econômicos.

QUESTÃO 58 (CESPE 2005) ANS

A desnutrição matou 12 crianças indígenas menores de cinco anos de idade, de 1.º de janeiro a 2 de março deste ano, nas aldeias de Mato Grosso do Sul. Em 2004, ocorreram 15 mortes de crianças indígenas causadas pela fome no estado. O número de vítimas pode ser maior, já que a Fundação Nacional de Saúde admite não ter recebido todos os atestados de óbito.

Folha de S. Paulo, 9/3/2005, p. A11 (com adaptações).

Considerando o texto acima e os aspectos relevantes da questão indígena no país, julgue os itens subseqüentes.

- 1) O quadro verificado entre as crianças indígenas de Mato Grosso do Sul, em que pneumonia, diarreia e desidratação se unem à desnutrição, não difere substancialmente daquele encontrado em áreas periféricas dos grandes centros urbanos brasileiros, localidades nas quais as exigências de saneamento básico, em larga medida, ainda esperam por solução adequada.
- 2) Conceder a apenas um órgão federal — a FUNAI — a responsabilidade de atuar junto às populações indígenas é um equívoco com resultados funestos, alertam os especialistas, tomando como referência os atuais acontecimentos no Mato Grosso do Sul.

QUESTÃO 59 (CESPE 2005) ANS

O Brasil está conseguindo reduzir um dos indicadores mais vergonhosos de um país a mortalidade infantil. Estudo divulgado pela Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde indica que, de 1996 a 2003, o número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade diminuiu de forma expressiva. Nesse período o total de mortos em cada mil nascidos vivos passou de 33,2 para 24,4. Apesar disso, ainda há um abismo regional, com desvantagem para o Norte e o Nordeste. O Distrito Federal é a unidade da Federação com menos incidência de mortalidade infantil: 13,3 – número muito abaixo da média nacional.

O texto acima contém parte de um texto de Paloma Oliveto, extraído e adaptado do Correio Braziliense, de 18/1/2005., julgue os itens a seguir.

- 1) A expressão “está conseguindo reduzir”, ao conferir ao texto a idéia de que o país está se esforçando, é mais enfática do que está reduzindo.
- 2) A expressão “muito abaixo da média nacional” indica que o Distrito Federal (DF) está em situação desfavorável em relação ao restante do país, no que se refere à mortalidade infantil.
- 3) A redução dos índices de mortalidade infantil, mencionada no texto, se faz acompanhar por outra importante conquista social do Brasil contemporâneo, a universalização do acesso à educação infantil.
- 4) De forma geral, os países economicamente mais desenvolvidos são também aqueles que resolveram questões sociais básicas, como as do atendimento à saúde, a do saneamento e a da educação.
- 5) Pelos critérios hoje aceitos universalmente, sintetizados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Brasil já ultrapassou o estágio de país em desenvolvimento, situando-se no patamar superior em que se encontram a América do Norte, a Europa e o Japão.
- 6) A ação partilhada entre o poder público e a sociedade vem obtendo resultados positivos no campo social, sendo a redução da mortalidade infantil bom exemplo desse trabalho.
- 7) A Pastoral da Criança, liderada pela Dr. Zilda Arns, é reconhecida como experiência de sucesso no combate à desnutrição infantil, uma das condições essenciais para salvar vidas de crianças em situação de risco.
- 8) O texto informa que os índices mais elevados de mortalidade infantil concentram-se, curiosamente, nas regiões onde se localizam os principais núcleos econômicos e financeiros do país.
- 9) A redução da mortalidade infantil no Brasil também está ligada à acentuada diminuição do número de jovens grávidas, como atestam as pesquisas feitas nos últimos anos.

QUESTÃO 60 (CESPE 2005) ANS

Há cinco tipos de contaminação do solo identificados pelo Ministério da Saúde que podem causar danos à saúde pública. Os lixões, por exemplo, contaminam o solo com um líquido altamente tóxico, chamado chorume, que polui também a água do lençol freático. As atividades petroquímicas, de extração mineral e siderúrgicas, as fábricas e os galpões de produtos para pulverização da agricultura também estão listados como causadores de contaminação. Outro fato que preocupa o Ministério da Saúde é a contaminação do solo por vazamento de combustível de postos de gasolina. Em São Paulo, a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental estima que haja problemas de vazamento em um terço dos 7,5 mil postos.

Em relação ao texto acima e considerando o tema por ele abordado, julgue os itens subseqüentes.

- 1) Na atualidade, estudos técnicos demonstram que os chamados lixões não podem ser desativados em face de seu elevado poder de geração de renda.
- 2) Muitos dos problemas ambientais hoje existentes decorrem do modelo industrial contemporâneo, em larga medida dependente do petróleo.
- 3) Cresce em todo o mundo, sobretudo nos países mais industrializados, a tendência de abandonar o uso de automóveis em razão de seu caráter poluente, o que caracteriza o fim de um dos símbolos da vida contemporânea.
- 4) A expressão desenvolvimento sustentável pressupõe a não-utilização dos recursos naturais no sistema produtivo, justamente para preservar as condições de vida no planeta.
- 5) Além das diferentes formas de contaminação do meio ambiente mencionadas no texto, cresce a preocupação mundial com o chamado efeito estufa, que reduz perigosamente a temperatura global.
- 6) Os ambientalistas de todo o mundo comemoraram a recente entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, o que foi possível com a adesão das principais potências mundiais — a começar pelos Estados Unidos da América — a esse acordo.
- 7) O objetivo fundamental do Protocolo de Kyoto é a redução dos níveis de emissão de gases poluentes na atmosfera.
- 8) Nos dias de hoje, é conhecida a atuação, muitas vezes em escala planetária, das organizações não-governamentais na defesa do meio ambiente, pressionando governos, empresas e outras instituições a alterarem os caminhos clássicos da moderna industrialização.
- 9) A maior oposição que se faz à denominada agricultura orgânica decorre do uso intensivo que ela faz dos agrotóxicos, grandes responsáveis pela contaminação do solo e dos lençóis freáticos.
- 10) São preocupantes, na atualidade, os sinais de escassez de água doce em várias partes do mundo, em larga medida resultantes da má utilização desse líquido essencial à vida.
- 11) Dono de algumas das maiores bacias fluviais existentes no planeta, o Brasil está longe de considerar a falta de água tratada como um problema que mereça atenção especial.
- 12) Incluído na atual agenda política brasileira, o tema da transposição das águas do rio São Francisco conseguiu obter o apoio unânime dos estados banhados por este que é considerado o rio da integração nacional.

GABARITO

| | | | |
|---------------|---------------|--------------------|---------------------------|
| 01- ECCEE | 16- ECE | 31- CEEEE | 46- EECECCCECE |
| 02- CEEEE | 17- ECEE | 32- CCCE | 47- EEECC |
| 03- CECCC | 18- CCCE | 33- CCECCEE | 48- CCCCEEEEEC |
| 04- Anul CEEE | 19- CE | 34- EC | 49- CECEE |
| 05- ECECE | 20- CECEE | 35- EECCC | 50- ECEECECCCC |
| 06- CCCCC | 21- CEEECCEEC | 36- CECC | 51- CEECCCECCE |
| 07- EEEEE | 22- EECEEE | 37- ECCECEEECCCE | 52- CECECECECE |
| 08- EEECC | 23- CCEEC | 38- CCEC | 53- CCECCCEECE |
| 09- CECCE | 24- CCCCEE | 39- EEECCC | 54- CECCEEEC |
| 10- ECCCC | 25- CCEEC | 40- ECEECECC | 55- EECECCCEEC |
| 11- CCECE | 26- CECCE | 41- CEECECECEC | 56- CEECECCCEEE |
| 12- CCEEC | 27- ECCEE | 42- CC | 57- Anul ECE |
| 13- CCEEE | 28- CEECE | 43- CECEE | 58- CE |
| 14- EECCE | 29- ECEEC | 44- EEECECEECCECCC | 59- C E E C E C C E E |
| 15- CECEC | 30- EEECC | 45- CCECCCEECCECE | 60- E C E E E C C E C E E |